

## ORÇAMENTO. 2021



Relatório (Anexo)

Orçamentos das Empresas Municipais





R

# Instrumentos de Gestão Previsional

2021 — 2023

Ágora - Cultura e Desporto do Porto, E.M., S. A.  
NIF: 507 718 640  
Rua Bartolomeu Velho, 648  
4150-124 Porto



en 8  
9'

# Índice

<b>1. Política e estratégia</b>	<b>6</b>
1.1 Visão, missão e princípios estratégicos	6
<b>2. Enquadramento e pressupostos do orçamento de 2021-2023</b>	<b>8</b>
2.1 Enquadramento do orçamento para 2021-2023	8
2.2 Equilíbrio financeiro e aspetos legais e fiscais conexos	8
2.3 Investimentos propostos para o período de 2021-2023	8
2.4 Contingências fiscais e de contencioso	9
2.5 Critérios de gestão	9
2.6 Plano de Capital Humano para o ano de 2021	9
2.7 Pressupostos dos instrumentos de gestão previsional	11
<b>3. Plano anual de atividades</b>	<b>12</b>
3.1 Cultura	12
3.2 Cinema e Imagem em Movimento	40
3.3 Desporto	49
3.4 Entretenimento	55
3.5 Plataformas	58



er  
7

<b>4. Nota introdutória</b>	<b>60</b>
4.1 Demonstrações orçamentais previsionais	61
4.2 Receita	62
4.3 Despesa	62
4.4 Plano Plurianual de Investimento	62
<b>5. Planos económico-financeiros e instrumentos de gestão previsional</b>	<b>64</b>
5.1 Plano de investimento e financiamento para o ano de 2021	64
5.2 Plano de Capital Humano para o triénio 2021-2023	65
5.3 Plano financeiro para o ano de 2021	66
5.4 Demonstração dos resultados previsionais para 2021	67
5.5 Demonstração de fluxos de caixa previsional para o ano de 2021	73
5.6 Balanço previsional para o ano de 2021	74
5.7 Planos económico-financeiros para o triénio 2021-2023	76
5.8 Fundamentação das verbas inscritas no contrato programa para o ano de 2021	78
5.9 Prestação de serviços ao Município do Porto com a organização de projetos culturais e de entretenimento para o ano de 2021	78
5.10 Prestação de serviços no âmbito das atividades de enriquecimento curricular para o ano de 2021	79
5.11 Prestação de serviços de estacionamento para o ano de 2021	79
5.12 Transferências financeiras 2020 vs. 2021 do Município do Porto	80

9. ev  
CR

# Mensagem do Conselho de Administração

Este primeiro texto não é (ainda) sobre números, é antes sobre o futuro e, particularmente, sobre o plano de atividades que a empresa municipal Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A. (Ágora) pensou e delineou para o próximo ano ao nível das suas principais áreas de atuação.

Pouco mais de um ano volvido sobre a reformulação da antiga PortoLazer e da sua alteração de estatutos, a empresa está hoje maior, mais diversificada e, sobretudo, bastante mais bem preparada para dar continuidade a este ambicioso e estimulante desafio de juntar as áreas da cultura, do desporto e da animação numa única estrutura, capaz de potenciar o diálogo entre a cidade e os seus mais diversos públicos.

Mais do que procurar promover um trabalho em rede, cruzando programações, equipamentos e espaços, quisemos, antes de tudo, valorizar a diversidade, alargando as possibilidades de acesso aos serviços de cultura, desporto e entretenimento.

Para tal, procuramos cumprir três premissas que nos pareciam essenciais nesta fase de transição: consolidar processos e rotinas entre as diferentes equipas; investir nos recursos humanos, estimulando a criação e procurando novas formas de programar; envolver todos os públicos e territórios da cidade, cumprindo o designio de que o Porto pode ser uma cidade onde tudo pode acontecer, em todo o lado.

Se um primeiro balanço pode ser feito a este primeiro ano de atividade da Ágora, é de que hoje a sua área de atuação e implantação geográfica alargou-se exponencialmente, chegando agora a mais territórios e públicos, o que se reflete, também, num aumento e diversidade de responsabilidades.

Durante o ano de 2021, por exemplo, a Ágora terá mais um conjunto importante de projetos e equipamentos culturais sob a sua gestão, como o novo polo do Teatro Municipal do Porto, o denominado **Campus | Artes Performativas | Residências Artísticas e Criação**, com inauguração prevista para janeiro; a recém-inaugurada **Fonoteca Municipal**; ou, ainda, o projeto do novo **Cinema Batalha**, cuja preparação começará já em 2021 com a definição da missão programática e a reabertura desta sala que a cidade há tanto tempo reivindicava.

Este último projeto, acompanhado pela passagem da **Porto Film Commission** para a empresa municipal Ágora, implicará mesmo uma reorganização do atual departamento de Arte Contemporânea e Cinema, que passará a estar dividido entre as áreas da arte contemporânea (onde se incluem os projetos da **Galeria Municipal**, do **PLÁKA**, o **Fórum do Futuro**, a **Fonoteca Municipal** ou do **Prémio Paulo Cunha e Silva**) e do cinema, através de um novo departamento de Cinema e Imagem em Movimento.

Ainda que de forma gradual, este novo ciclo determinará, também, um inevitável reforço e especialização das novas equipas, fundamental para que a empresa possa responder aos novos desafios que se avizinham, sublinhando, cada vez mais, o seu posicionamento como ator relevante na vida cultural da cidade.

Ao nível do Desporto, e por força da delegação de competências que o Município do Porto atribui a esta empresa municipal, a Ágora continuará a promover e dinamizar a prática das diferentes atividades físicas e desportivas na cidade, assim como a gestão do parque desportivo municipal, com um esforço constante na sua modernização, renovação e ampliação.

Neste particular, é justo e elementar destacar o grande investimento que está a ser realizado desde o último ano em praticamente toda a rede municipal de piscinas, pavilhões e grande campos, num esforço financeiro que ultrapassa os dois milhões de euros nesta primeira fase e que vai continuar em 2021.

ONG R

A par da aposta na requalificação e manutenção preventiva das infraestruturas existentes, o Município vai também continuar a investir na ampliação do parque desportivo da cidade, com a concretização de mais três obras fundamentais: a ampliação do Parque Desportivo de Ramalde/INATEL e do Skate Parque e a construção de dois novos complexos desportivos municipais, respetivamente no Campo do Outeiro e em Justino Teixeira.

Recorde-se que, nos últimos seis anos, a autarquia conseguiu aumentar significativamente a disponibilidade de espaços desportivos municipais ou apoiados pelo Município, duplicando a oferta pública existente, recorrendo a um modelo de intervenção sobretudo assente em parcerias com diferentes clubes, coletividades e instituições da cidade.

Aliás, o estreitar de relações com os agentes desportivos, o reforço do apoio ao associativismo, o alargamento do apoio à formação em mais modalidades desportivas, o estímulo à atividade física ao ar livre e a captação de grandes eventos desportivos internacionais para a cidade são metas que se mantêm no plano de atividades a executar pela Ágora até final de 2021.

Finalmente, e no que se refere ao capítulo da Animação, mantêm-se inalterados os principais pressupostos que ajudaram a transformar o Porto numa das mais vibrantes cidades do país e da Europa, mas, acima de tudo, numa experiência inesquecível, fruto da sua capacidade de atrair eventos de qualidade indiscutível e de consolidar iniciativas orientadas para todos os segmentos da população e adaptadas a cada momento.

Mesmo se hoje as métricas se alteraram drasticamente, por força do contexto pandémico, o Porto assumiu definitivamente uma posição de destaque no panorama nacional e internacional: não só renasceu, como se renovou e multiplicou para conquistar novos públicos, novos eventos e até novos territórios dentro da própria cidade.

Hoje, o Porto é a cidade cool, que ganha prémios consecutivamente e é uma referência em todos os guias turísticos internacionais, seduzindo quem a visita e continuando a apaixonar quem cá vive.

Mais gratificante é perceber que, apesar desta transformação, o Porto continua a ser mesma cidade autêntica e genuína, que preserva com orgulho a sua essência natural, as suas tradições e a sua conhecida hospitalidade e simpatia, ousando chegar ainda mais longe, renovando experiências, descobrindo e dinamizando novos espaços, promovendo cada vez mais eventos de qualidade e dimensão internacional.

Continuar a fazer do Porto uma experiência única e irrepetível, valorizando o que de melhor e único tem a cidade, é um desígnio que se mantém atual e que continuará a inspirar a nossa ação de forma transversal, mesmo apesar de todas as incertezas que se deparam a todos os programadores e decisores públicos face à atual pandemia.

No presente, resta-nos a certeza de que temos de preparar o futuro, tendo sempre em mente, como condição de partida e objetivo final, a máxima salvaguarda de quem planeia, executa e participa em cada uma das nossas atividades, sejam elas culturais, desportivas ou de animação.

Em qualquer dos casos, todos os esforços serão sempre desenvolvidos para acolher artistas, companhias, desportistas, atletas e públicos no máximo conforto e segurança, respeitando integralmente as normas em vigor.

Importa, por fim, referir que os objetivos que norteiam os Instrumentos de Gestão Previsional para o triénio 2021-2023 poderão estar sujeitos a ajustamentos, decorrentes da crise pandémica ou de outras eventuais vicissitudes de ordem diversa.

**O Conselho de Administração**

# 1. Política e estratégia

## 1.1 Visão, missão e princípios estratégicos



### Visão

Olhar a cidade como um todo, onde cultura, desporto e entretenimento percorrem todos os territórios e podem acontecer em todos os lugares, envolvendo todos os cidadãos e convocando os seus mais diversos agentes dinamizadores.

### Missão

Ser o catalisador da mudança e a referência de uma cidade que se quer cada vez mais irreverente, arrojada e cheia de vida, promovendo a diversidade da oferta através de uma intervenção inovadora, criativa e sustentada, num diálogo permanente entre a cidade e os seus diferentes públicos.



## Princípios estratégicos

**A Ágora - Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A., tem por objeto social a promoção e desenvolvimento da cultura, da atividade física, desportiva e de animação, bem como a promoção e desenvolvimento de marcas associadas à cidade do Porto, para além das atividades que sejam definidas no âmbito da gestão dos espaços e equipamentos delegados.**

No âmbito da prestação de serviço público, constituem atribuições e objetivos da Ágora:

1. Assegurar a programação e gestão geral dos espaços e equipamentos que, a cada momento, lhe estejam afetos;
2. Colaborar com o Município do Porto no cumprimento dos programas relacionados com a sua área de atuação ou com a participação deste;
3. Participar em coproduções ou colaborar com outras entidades, públicas ou privadas, em iniciativas que se enquadrem no seu objeto social;
4. Assegurar a programação, produção e supervisão de atividades culturais e de animação de iniciativa municipal que se enquadrem no âmbito das opções culturais e de fomento e apoio à cultura definidas pelo Município do Porto;
5. Promover e dinamizar a prática das diferentes atividades físicas e desportivas na cidade, com especial enfoque no desporto adaptado, no desporto de formação e na igualdade de género, privilegiando sempre a responsabilidade social das instituições;
6. Contribuir para o desenvolvimento desportivo do Porto e da sua Área Metropolitana;
7. Otimizar a gestão das infraestruturas desportivas da cidade, ao nível da operação, manutenção, bem como da maximização da utilização das diferentes instalações;
8. Contribuir para a formação de públicos, designadamente dos mais jovens, nos domínios da sensibilização e da divulgação das artes do espetáculo e da arte contemporânea;
9. Fomentar o intercâmbio cultural e desportivo a nível nacional e internacional;
10. Organizar e apoiar ações culturais e desportivas de prestígio;
11. Manter e criar espaços de divulgação e acompanhamento das várias atividades de desporto, cultura e ativação da marca da cidade;
12. Identificar e implementar os principais desafios que enfrenta a área da cidade do Porto denominada de "Porto Histórico", situada na zona histórica da cidade do Porto, elaborar e apresentar medidas que harmonizem os interesses entre uma oferta turística adequada, as expectativas dos habitantes e dos agentes económicos, bem como uma boa gestão do espaço público, integrando também os termos e competências do regulamento "Móvida do Porto" que não sejam cumpridas diretamente pelo município;
13. Participar na coordenação de ação naquilo que contende diretamente com a área e atividade dos estabelecimentos comerciais e esplanadas situados na área do "Porto Histórico", permitindo uma maior transparência e eficiência do conjunto de ações levadas a cabo pelo Município do Porto, nomeadamente de fiscalização;
14. Promover as obras de conservação ou reabilitação dos edifícios e estruturas municipais afetos ou a afetar às atividades relacionadas com a sua área de atuação;
15. Colaborar na elaboração, cumprimento e execução dos regulamentos e das decisões dos órgãos municipais sobre a utilização e funcionamento dos espaços e equipamentos;
16. Adquirir os bens e equipamentos, bem como os direitos a eles relativos e necessários às suas atividades, mantendo organizado e atualizado o cadastro dos bens que lhe são confiados;
17. Promover os processos de expropriação necessários relativamente a bens afetos ou a afetar ao exercício das atividades constantes do objeto social;
18. Exercer as atividades que lhe venham a ser cometidas pela Câmara Municipal do Porto e que se mostrem compatíveis com o seu objeto social;
19. Praticar os demais atos necessários à prossecução do seu objeto social.

el y R

## 2. Enquadramento e pressupostos do orçamento de 2021-2023

### 2.1 Enquadramento do orçamento para 2021-2023

A elaboração dos Instrumentos de Gestão Previsional (IGP) relativos ao período económico de 2021 tiveram por base as seguintes orientações estratégicas:

- Compatibilização entre os gastos e os rendimentos disponíveis;
- Promoção da eficiente afetação dos recursos disponíveis na esfera da Ágora à implementação dos seus objetivos estratégicos;
- Priorização estratégica dos projetos culturais, desportivos e de entretenimento a implementar, no sentido de potenciar a maximização do retorno social, físico-emocional, cultural e económico da cidade e dos seus cidadãos. O objetivo final da intervenção da Ágora visa a dinamização cultural da cidade e o incremento da qualidade dos serviços desportivos e de entretenimento prestados aos cidadãos pela autarquia, impactando assim positivamente a qualidade de vida dos munícipes e de todos os que visitam a cidade;
- Enfoque na gestão equilibrada dos gastos relativos a: (i) contratos que se encontram em vigor, (ii) estratégia de manutenção de natureza preventiva (visando por esta via uma gestão eficiente dos níveis de encargos com a manutenção corretiva; (iii) segurança e preservação do património, (iv) gastos com remunerações, e (v) obrigações fiscais e legais; e,
- Assegurar a concretização de iniciativas que permitam manter os níveis de segurança e preservação dos ativos patrimoniais da Ágora, ou dos que se encontrem sob a sua gestão.

### 2.2 Equilíbrio financeiro e aspetos legais e fiscais conexos

Os IGP relativos ao exercício de 2021 têm por base um orçamento de exploração equilibrado, o qual inclui o subsídio à exploração atribuído pelo Município do Porto. O referido subsídio é atribuído com o intuito de financiar, por um lado, as despesas com os serviços transversais e de suporte e as atividades de natureza desportiva desenvolvidas e, por outro, o diferencial entres os preços de mercado e os preços praticados pela Ágora no que respeita à exploração das infraestruturas desportivas municipais. Adicionalmente, o referido subsídio à exploração visa igualmente assegurar os encargos decorrentes da exploração dos equipamentos culturais cuja gestão o Município do Porto atribuiu à Ágora. De salientar que o referido subsídio não é sujeito a Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA).

De notar ainda que a regulação dos termos em que o referido subsídio é atribuído à Ágora se encontra prevista em contrato programa, o qual define os objetivos e os indicadores de resultados para 2021, conforme previsto no artigo 47.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

Simultaneamente, a Ágora desenvolve um conjunto de atividades que se consubstanciam na prestação de serviços ao Município do Porto. As referidas prestações de serviços abarcam a organização de um vasto conjunto de eventos no âmbito da cultura, do desporto e do entretenimento. A este respeito cumpre referir que os referidos serviços são sujeitos a IVA à taxa normal.

### 2.3 Investimentos propostos para o período de 2021-2023

Atendendo à política de melhoria contínua em vigor na Ágora, com referência ao exercício de 2021, o investimento previsto terá como alvo as seguintes áreas: (i) requalificação dos bens que integram as infraestruturas desportivas e plataformas sob gestão da Ágora, (ii) aquisição de equipamentos indispensáveis ao funcionamento dos equipamentos culturais sob gestão da Ágora, e (iii) equipamento para a produção de eventos, e (iv) aquisição de equipamentos informáticos e *software* destinado aos serviços transversais e de suporte.

Para os anos de 2022 e 2023, prevê-se, essencialmente, dar continuidade à estratégia de desenvolvimento definida para 2021.

## 2.4 Contingências fiscais e de contencioso

No que respeita ao processo existente de Imposto do Selo (IS) e Imposto Municipal sobre as Transações Onerosas de Imóveis (IMT), o mesmo está em fase de impugnação judicial, não sendo reconhecida pela Ágora a obrigação de pagamento destes impostos no âmbito da entrega, pelo Município, do Monte Aventino aquando da realização do capital social da Ágora no momento da sua constituição. De referir que quer relativamente ao IMT da sede quer relativamente ao Monte Aventino, a Ágora obteve decisões favoráveis sendo que a Autoridade Tributária recorreu somente do IMT relativo ao Monte Aventino.

## 2.5 Critérios de gestão

Este documento considera a gestão para o triénio de 2021-2023, com base no princípio da continuidade da empresa.

Com base numa gestão orçamental eficiente e rigorosa, será possível concretizar os projetos equacionados para o período em causa, sem descuidar o equilíbrio das contas da Ágora, num esforço contínuo de ajustamento e alinhamento entre rendimentos auferidos e gastos executados.

A execução do plano de intervenção da Ágora para o triénio em análise visará igualmente:

- Reforçar as parcerias, não só, com entidades do universo do Município do Porto, mas também, junto de outras entidades públicas e privadas, permitindo a dinamização da cidade numa lógica de custos otimizados; e
- Adequar os gastos aos rendimentos disponíveis na esfera das infraestruturas desportivas e plataformas sob gestão da Ágora, atendendo adicionalmente à função social da empresa, a qual decorre da delegação de competências pelo Município do Porto.

## 2.6 Plano de Capital Humano para o ano de 2021

As pessoas assumem um papel de vital importância para o cumprimento da missão e objetivos estratégicos da Empresa.

No início de um novo ciclo os Recursos Humanos assumiram novas responsabilidades, tendo em conta não só o crescimento da empresa, mas também a satisfação e bem-estar dos trabalhadores, transmitindo-lhes os valores da empresa, bem como os objetivos a alcançar em cada área (recrutamento e seleção, formação, avaliação de desempenho, plano de carreira, promoção da saúde e bem-estar no trabalho) em cada momento da vida da empresa.

### Estrutura previsional de recursos humanos

A Ágora apresentará uma média previsional anual de 263 colaboradores para o ano de 2021, segundo os seguintes vínculos contratuais previstos.

Vínculo	N.º de Colaboradores
Conselho de Administração	3
Quadro	218
Cedência	42
<b>Total</b>	<b>263</b>

Estão incluídos nos números apresentados no quadro anterior, os três membros do Conselho de Administração, sendo que respeitando o enquadramento legal vigente para o setor empresarial local, apenas dois são remunerados pela empresa municipal como Administradores Executivos.

Está prevista a integração de novos trabalhadores para o quadro da Empresa. Essas contratações resultam de necessidades identificadas essencialmente pelo aumento do número de equipamentos sob gestão da empresa - *Campus / Artes Performativas / Residências Artísticas e Criação, Cinema Batalha, Ateliers Municipais, Fonoteca Municipal e Biblioteca Municipal do Marquês*, assim como para reforço dos serviços transversais enquanto áreas de suporte face à necessária adequação ao crescimento da empresa em virtude das competências assumidas na área da cultura, ou, ainda, porque se identificaram áreas deficitárias e prementes para a execução da missão da empresa.

## Custos

Os valores considerados em termos de custos são globais e retratam, por um lado, a correspondência dos vencimentos à tabela salarial em vigor, bem como da atualização da base remuneratória e o valor das remunerações base mensais da Administração Pública.

Este ponto encontra-se desenvolvido na parte financeira dos IGP.

## Desenvolvimento pessoal

O desenvolvimento pessoal e de carreira dos colaboradores passa pela articulação e valorização da avaliação do desempenho e da formação, sendo pedras basilares da política de Recursos Humanos.

Durante o ano de 2020, a Ágora fez uma importante análise de descritivo de funções e competências profissionais com vista à implementação do sistema de avaliação de desempenho de forma a adequar convenientemente as reestruturações orgânicas bem como fornecer *inputs* para a implementação, monitorização e gestão das progressões das carreiras dos colaboradores em articulação com o plano de formação. O próximo ano será de consolidação do novo sistema de avaliação e gestão do desempenho.

O plano de formação, em curso, procura corresponder às necessidades identificadas por cada Unidade Orgânica, antecipando necessidades que se verificam de forma recorrente e que resultam da atividade da empresa. Em 2021 procuraremos garantir a preservação do conhecimento, sustentando planos de sucessão e o desenvolvimento de competências.

Definimos como objetivo a implementação de ações de promoção da saúde e do bem-estar no trabalho, bem como de boas práticas de conciliação entre vida profissional e vida familiar.

Procuramos desenvolver e repensar os nossos sistemas de informação e plataformas de apoio ao colaborador, envolvendo todas as áreas, equipamentos e trabalhadores para garantir o sucesso do desenvolvimento de ferramentas diárias de trabalho, como por exemplo a implementação do Portal dos Recursos Humanos, bem como facilitar a gestão do capital humano através do desenvolvimento de canais de comunicação.

Em 2021 vamos apostar numa das principais ferramentas de gestão interna, promovendo o alargamento do âmbito do sistema de Gestão que se baseia na norma da Qualidade (ISO 9001:2015) a todas as Unidades orgânicas da Ágora.

Da interligação destes processos acreditamos que haja um forte envolvimento e mobilização dos colaboradores, no sentido de atingir os objetivos estabelecidos, permitindo desta forma reforçar o papel dos Recursos Humanos enquanto facilitador de práticas de excelência.

## 2.7 Pressupostos dos instrumentos de gestão previsional

### a) Contrato programa de 2021-2023

As transferências financeiras ao abrigo do contrato programa estão enquadradas como subsídio à exploração, as quais se destinam a assegurar:

- Gastos com os serviços transversais e de suporte;
- Gestão da rede de infraestruturas desportivas pertencentes ao Município do Porto;
- Gestão da rede de equipamentos culturais pertencente ao Município do Porto.

### b) Contratos de prestação de serviços com o Município do Porto de 2021-2023

As transferências financeiras ao abrigo dos contratos de prestação de serviços estão enquadradas com rendimentos de exploração a quais se destinam a assegurar:

- Prestação de serviços da Ágora ao Município nas áreas da cultura, desporto e entretenimento;
- Prestação de serviços de coordenação na área das atividades de enriquecimento curricular ao Município do Porto;
- Prestação de serviços de estacionamento ao Município do Porto.

### c) Atividade não comparável com o ano de 2020

Ao longo do primeiro semestre de 2020, o plano de atividades da Ágora sofreu relevantes alterações, adiamentos e cancelamentos, fruto da situação pandémica causada pelo vírus SARS-coV-2.

Para o ano de 2021, prevê-se a continuidade da atividade da Ágora, apesar de todas as incertezas que se depararam face à atual pandemia, o maior desafio que agora se nos coloca.

### d) Critérios e pressupostos macroeconómicos

Na elaboração dos IGP para o exercício de 2021 foram considerados os seguintes pressupostos abaixo apresentados:

PRESSUPOSTOS	2021	2022	2023
Taxa de inflação anual <sup>1</sup>	0,80%	1,10%	1,10%
Taxa de IRC e Derrama Municipal	22,50%	22,50%	22,50%
Tempo médio de recebimento de clientes (número de dias)	15	15	15
Tempo médio de pagamento a fornecedores (número de dias)	20	20	20

<sup>1</sup> Fonte: Banco de Portugal.



## 3. Plano anual de atividades

### 3.1 Cultura

#### 3.1.1 Teatro Municipal do Porto



##### Missão e breve historial

O projeto artístico do Teatro Municipal do Porto (TMP) surgiu em 2014 como um dos principais equipamentos do Pelouro da Cultura da Câmara Municipal do Porto, sob a vereação do Presidente da Autarquia, Rui Moreira, ancorado em dois polos – o Teatro Rivoli e o Teatro Campo Alegre. A capacitação e reativação do TMP, apresentada e defendida em campanha eleitoral, foi assumidamente uma prioridade estratégica da Presidência para o quadriénio 2013-2017.

O projeto foi assim amadurecido e consolidado no primeiro semestre de 2014, e inaugurado a 12 de setembro desse ano através da reabertura do Teatro Rivoli, estrutura histórica da cidade, com uma programação artística da responsabilidade do Pelouro da Cultura. Este ambicioso programa de transição, desenvolvido entre setembro e dezembro de 2014 e denominado O RIVOLI JÁ DANÇA!, apresentou alguns dos mais proeminentes coreógrafos nacionais e internacionais da cena artística contemporânea, num total de 15 espetáculos, registando aproximadamente 45.000 espectadores e uma taxa de ocupação próxima dos 85% em todas as suas atividades.

Estes registos desde logo enunciaram e aferiram o enorme contentamento e entusiasmo do público com a reabertura e devolução à cidade dos seus Teatros Municipais, por um lado, comprovando por outro lado a pertinência imperiosa do projeto municipal.

Em agosto de 2019, o Teatro Municipal do Porto (TMP) passou a integrar a Ágora Cultura e Desporto do Porto, E.M., a então nova empresa municipal de cultura e desporto da cidade.

Sob a Direção de Tiago Guedes desde o início do ano de 2015, a dinâmica positiva e intensa imprimida ao projeto artístico do Teatro Municipal do Porto permitiu colocá-lo de forma vinculada e fulgurante nos mais relevantes circuitos nacionais e internacionais das artes performativas, constituindo-se como referência e exemplo a seguir. O TMP assume-se, hoje, como um Teatro da cidade a olhar para o Mundo.

Pelos palcos do Rivoli e do Campo Alegre, desde então e até meados de março 2020, passaram já mais de 630 espetáculos, cerca de 4900 artistas (entre coreógrafos,



encenadores, intérpretes e suas equipas artísticas) e quase 740.000 espectadores, para além de muitas centenas de atividades de formação e de mediação de públicos de diferentes contextos e faixas etárias (desde os públicos em idade escolar a públicos em fase final de formação e profissionais, desde o público infantojuvenil ao público adulto e sénior); números estes que atestam a vitalidade e a visibilidade do projeto artístico do Teatro Municipal do Porto.

Em meados de março de 2020, devido à pandemia da Covid-19, o trabalho de continuidade que havia sido projetado para 2020 - em relação às temporadas anteriores, e no que diz respeito à solidificação das rotinas e hábitos que têm vindo a ser promovidas e estimuladas nos diversos e diferentes públicos -, sofreu um revés: uma interrupção “física” e presencial, dos artistas nos palcos tradicionais e dos públicos nas salas de espetáculos convencionais, entre março e julho do corrente ano.

Imediatamente de seguida, e antevedendo a impossibilidade de um regresso aos palcos a curto prazo, todos os esforços (do Município e da Ágora) se concentraram na recalendarização dos espetáculos que se encontravam previstos daí em diante e até ao final do mês de julho, sempre tendo em mente, como condição de partida e objetivo final, a máxima salvaguarda das condições dos artistas e companhias, a um nível logístico e financeiro.

O interregno relatado não significou, contudo, uma paragem total ao nível da atividade programática. Fruto das contingências e condicionantes, e também como consequência de profunda reflexão e ponderação, o Teatro Municipal do Porto exerceu esforços também no sentido de (re)dimensionar e (re)formatar alguns dos projetos da programação entre março e julho de 2020, reconfigurando-os para transmissão *online*. Também outros novos projetos surgiram, partindo desta premissa, tendo sido levados a cabo no período de confinamento imposto pela pandemia.

Foi a pensar nisto que alguns momentos da programação futura terão uma transmissão *online*, estando as transmissões de janeiro e fevereiro de 2021 já identificadas, e nomeadas de seguida: “*Noite de Primavera*” do Teatro Nova Europa, “*Falaise*” da Companhia Baro D’Evel, “*Há palavras acesas como barcos*” e “*O astronauta casou-se por lá*” do Ciclo Quintas de Leitura, e “*F...*” da Estrutura.

As temporadas 2020/2021 e 2021/2022, que neste documento se intersectam pela programação do ano de 2021 (que de seguida se pormenorizará), resultam assim de uma conjugação entre um desenho de programação que estava já previsto desde há muito e os projetos que se viram adiados, assim como de uma reforçada incursão pelo mundo das plataformas digitais.

### 3.1.2 O Teatro Municipal do Porto - em resumo

- Um projeto cultural ancorado até à data em dois Teatros emblemáticos da cidade, o Rivoli e o Campo Alegre (e, a partir de 2021, com um novo polo dedicado a Residências Artísticas e à Formação, o **Campus | Artes Performativas | Residências Artísticas e Criação**), de extrema relevância estratégica para o Executivo Municipal, e seus planos para a Cultura no Porto e na região;
- Um projeto artístico com programação multidisciplinar de reconhecida qualidade, abrangendo numerosos e diferentes públicos;
- Um projeto já enraizado na comunidade artística e académica - visto e tido como referência para estas comunidades -, com visibilidade nacional já estabelecida e crescente notoriedade internacional;
- Um projeto que apresenta o maior volume anual de propostas artísticas ao nível nacional, na sua programação geral, e que coproduz e promove o maior Festival de Dança Contemporânea no país, o **DDD – Festival Dias da Dança**;
- Um projeto ativo na formação de novos públicos, no seio da comunidade estudantil em todas as suas etapas e ciclos formativos e no seio da comunidade em geral, e com preocupações de cariz social e solidário – refletidas na sua política de bilheteira e na realização de programas de cariz solidário;
- Um projeto com uma forte componente de aproximação e sensibilização dos públicos infantojuvenis, jovens adolescentes e adultos para as Artes Performativas, através do **PARALELO - Programa de Aproximação às Artes Performativas**, com programação de espetáculos, *workshops*, oficinas e muitas outras atividades especialmente dedicadas ao contexto de participação em família ou em grupos escolares.

e  
y @

### 3.1.3 O Teatro Municipal do Porto – a Missão

O TMP detém como principal eixo de intervenção estratégica o trabalho e envolvimento com diferentes e múltiplas comunidades, através de projetos e processos artísticos que privilegiam e têm por base a produção artística multidisciplinar, com um forte enfoque na Dança mas também no Teatro Contemporâneo.

Como principal objetivo, e pela via de uma programação artística autónoma, o TMP visa o empoderamento de artistas e das comunidades, sustentado pela criação e desenvolvimento de processos e redes que promovam competências sociais, profissionais e culturais, ancorados e fortalecidos por alargadas parcerias com instituições da cidade, do país e do estrangeiro.

### 3.1.4 O Teatro Municipal do Porto – o Projeto Artístico

Nos polos do Teatro Rivoli e do Teatro Campo Alegre é desenvolvido um projeto artístico multidisciplinar, orientado para as artes performativas e outras disciplinas – Dança, Teatro, Música, Circo Contemporâneo, Cinema, Literatura, Pensamento –, com especial foco na Dança Contemporânea, num programa orientado para e aberto a diferentes e diversos públicos.

O TMP intervém sobretudo em três eixos distintos: o apoio e a apresentação do trabalho de agentes culturais da cidade, a circulação e apresentação dos mais recentes trabalhos de reconhecidos criadores nacionais, e também dos mais proeminentes artistas da cena internacional, em estreia nacional.

O seu programa **PARALELO – Programa de Aproximação às Artes Performativas** estabelece e promove proximidade com os diferentes públicos do TMP, numa relação com as comunidades que se pretende continuada, desmistificando a inacessibilidade (social, económica, cultural e estética) da prática artística contemporânea, através de um discurso e de um diálogo permanentes e acessíveis que estimulam a reflexão e uma perspetiva crítica e ativa.

No âmbito do mais recente **Artists at Work** (anteriormente denominado Teatro em Campo Aberto, que agora engloba mais projetos), o Teatro Municipal do Porto desenvolve programas e projetos de natureza distinta, ao nível da forma, conteúdos e públicos a que se destinam. Neste contexto, **Artists at Work**, desenvolvem-se assim os programas de Residências Artísticas e Artistas Associados, assim como o projeto **Reclamar o Tempo** – programas e projetos estes apresentados com maior detalhe mais adiante.

No contexto do **Artists at Work** desenvolver-se-á ainda um extenso programa de formação a acontecer no novíssimo



polo do TMP, cuja inauguração está prevista para janeiro de 2021.

Esta abertura, que constitui uma resposta do Pelouro da Cultura da Câmara Municipal do Porto às necessidades, sobretudo, da Cidade e dos seus artistas, virá colmatar a procura crescente de espaços de trabalho, complementando assim a oferta que o Teatro Rivoli e o Teatro Campo Alegre vinham já a desenvolver.

Este novo polo, denominado **Campus / Artes Performativas / Residências Artísticas e Criação**, situa-se na Travessa de Campos, n.º 144, localizada na União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, num edifício intervencionado em 2019 e 2020, tendo como objetivo a reabilitação e requalificação dos espaços para programas artísticos e culturais.

Dispondo de 4 estúdios e diversas salas, a antiga escola permitirá a realização de residências artísticas e de criação (de longa e curta duração), residências de pesquisa e cedências de espaço e sobretudo irá promover a partilha entre artistas da cidade, bem como a reflexão sobre formas de trabalhar e a promoção da formação. Este projeto centra-se no apoio ao desenvolvimento do tecido cultural, sobretudo de artistas e companhias da cidade, direcionado para as áreas de dança, teatro, cruzamentos disciplinares, circo contemporâneo, formas animadas, escrita e reflexão.



É neste enquadramento que surgirá em 2021 o *Campus / Artes Performativas / Residências Artísticas e Criação* com os seguintes objetivos:

- Favorecer e apoiar o desenvolvimento de projetos resultantes do meio criativo, nas áreas performativas;
- Dar resposta a lacunas identificadas previamente, como a intensa procura de espaço e de condições de trabalho, por parte dos artistas;
- Fomentar espaços informais de contacto, de cooperação e de convergência entre artistas;
- Acolher projetos em fase de criação nas áreas performativas, disponibilizando espaços, condições e períodos adequados ao seu desenvolvimento;
- Incrementar uma forte vertente formativa, contribuindo desta forma para a formação dos/de diversos públicos; contribuir para validação e visibilidade dos artistas e da organização.

Todos estes eixos de intervenção, no seu conjunto, na sua articulação e sinergia, fazem do TMP um sítio para a apresentação, experimentação, a discussão e a reflexão, um verdadeiro laboratório com portas abertas para a descoberta da prática artística contemporânea, e para o incremento do conhecimento através da mesma.

### 3.1.5 O Teatro Municipal do Porto em 2021 (de janeiro a dezembro)

#### Estratégia de programação

Em meados de 2020, conforme o já exposto, a atividade do Teatro Municipal do Porto - à semelhança da atividade de todas as restantes instituições culturais a nível nacional e internacional (assim como em todos os sectores e todas as dimensões da sociedade) - viu-se afetada pela pandemia Covid-19, não tendo sido possível apresentar os projetos que se encontravam calendarizados para o período compreendido entre meados de março e finais de julho de 2020.

Nesse período, os esforços concentraram-se então em duas vertentes, fundamentalmente. Por um lado, na calendarização/no adiamento dos projetos cuja apresentação se viu impossibilitada, na sua grande maioria para o ano de 2021 - tornando-se assim esse ano particular, num misto de programação que já se encontrava definida para este horizonte temporal e de projetos cuja estreia e apresentação estavam previstas para março-julho 2020.

Os esforços viram-se recompensados, com a esmagadora maioria dos projetos recalendarizados com sucesso, garantindo assim a viabilidade e execução dos mesmos, salvaguardando o trabalho dos artistas e condições para o mesmo.

Por outro lado, e conforme foi igualmente referido antes, os esforços passaram também por uma análise e reflexão profundas, no sentido de rapidamente promover uma adaptação ao contexto atravessado, recorrendo às plataformas e meios audiovisuais para desenvolvimento de algumas atividades previstas, e de outras entretanto delineadas.

Tal esforço permitiu assegurar a concretização de algumas das atividades previstas para março - julho 2020 (embora numa outra vertente), a promoção de outras, e ainda a manutenção de uma relação continuada com os públicos (internos e externos, artistas e não artistas), devesas importante num período de crise.

Desta forma, projeta-se para 2021 um trabalho de continuidade em relação aos anos anteriores, embora condicionada pela pandemia da Covid-19 e portanto agora com atenção redobrada e obrigatória para estas novas abordagens e práticas de criação, difusão e promoção das artes performativas - a vertente *online*; atenção essa que será constante, acompanhando os desenvolvimentos futuros, que certamente obrigarão a adaptações e renovações constantes.

Igualmente essencial será a manutenção das relações com artistas e companhias, sobretudo da cidade, reforçando

apoios e coproduções e assim assegurando condições para a continuidade no desenvolvimento dos seus trabalhos (num contexto particularmente difícil, como é aquele que atravessamos à data, e que seguramente se estenderá no tempo) assim como a solidificação dos hábitos e das rotinas que têm vindo a ser promovidos e estimulados nos diversos e diferentes públicos - ainda que novas vias tenham que ser exploradas, conforme o antes explanado.

Manter-se-á a persecução de um equilíbrio entre programação internacional, nacional e de estruturas/artistas que trabalham a partir da cidade, mantendo assim uma oferta diversificada com a qual os diferentes tipos de públicos se podem identificar.

Adicionalmente, reforça-se o investimento no apoio à criação artística, através do robustecimento das coproduções nacionais e internacionais, solidificando assim o posicionamento do TMP no circuito internacional das artes performativas (concretizado também pela via de parcerias internacionais com proeminentes estruturas culturais e artísticas de diferentes partes do mundo).

O desenho artístico do TMP manterá a base e os pressupostos da sua programação regular - na sua multidisciplinidade, diferentes estéticas e proveniência de diversas latitudes, pontuada por programas e projetos de foco em artistas/temáticas/disciplinas/contextos específicos, assim como por projetos desenvolvidos e/ou apresentados em parceria; e uma vez mais, reforçando a importância crescente que será dada à vertente *online*, dado o contexto pandémico atual, o potencial de dispersão e a velocidade de disseminação de conteúdos artísticos por essa via.

Neste sentido, estão já previstas as transmissões *online* de alguns dos espetáculos de 2021 (com outras ainda por definir): *“Noite de Primavera”* do Teatro Nova Europa, *“Falaise”* da Companhia Baro D’Evel, *“Há palavras acesas como barcos”* e *“O astronauta casou-se por lá”* do Ciclo Quintas de Leitura, e *“F...”* da Estrutura, serão os espetáculos transmitidos *online* em janeiro e fevereiro de 2021.



Adicionalmente, e ainda neste âmbito, nasce o projeto **PAR(s)** (apresentado com maior detalhe mais à frente) a ser lançado em 2020. Este projeto, que parte de um desafio do Teatro Municipal do Porto, une dois artistas de diferentes áreas, numa colaboração cujo resultado é desenhado para formatos e plataformas *online*.

No caso específico das coapresentações em parceria, o Teatro Municipal do Porto procura de forma continuada a aproximação institucional a parceiros - num esforço de promoção e concretização de sinergias, de otimização de recursos financeiros e de comunicação - potenciando e tornando possível a vinda de artistas e companhias internacionais, partilhando e fazendo circular projetos artísticos estrangeiros, na sua vinda a Portugal.

No momento presente, para 2021, encontram-se definidas as seguintes parcerias/coapresentações:

- Jérôme Bel, com Culturgest (Lisboa);
- Joris Lacoste, com Culturgest (Lisboa);
- Cirque Aital, com Teatro Viriato (Viseu);
- Bruno Beltrão, com Culturgest (Lisboa);
- Dimitris Papaioannou, com o CCB (Lisboa);

Entre outras a definir e articular, assim que se definir na íntegra a programação para 2021 - sobretudo no que diz respeito aos projetos internacionais.



### 3.1.6 A programação prevista – áreas artísticas:

Em seguida enuncia-se a programação prevista em 2021, na intersecção das temporadas de 2020/2021 e 2021/2022, num overview do desenho estabelecido nas principais áreas/disciplinas artísticas do TMP (para janeiro – dezembro 2021).

#### Dança

A programação do TMP manterá o enfoque na Dança Contemporânea, num universo que apresenta e perpassa espetáculos de artistas que trabalham a partir da cidade, artistas nacionais e internacionais, a formação, a reflexão e o acolhimento de residências artísticas e artistas/companhias/estruturas residentes.

##### Eixos:

- Programação de artistas da cidade, nacional e internacional;
- Residências artísticas com artistas da cidade, nacionais e internacionais;
- Estruturas Residentes no Teatro Campo Alegre (Companhia Instável e Nome Próprio - Victor Hugo Pontes);
- Projeto Famílias Imaginárias, Joana Providência (projeto continuado, com início em setembro 2020 e apresentação final em junho 2021, a desenvolver no âmbito do **Paralelo – Programa de Aproximação às Artes Performativas**);
- Pensamento e reflexão, *workshops*, encontros, conferências, formação.

#### Artistas / Companhias Nacionais

(2020) Fernanda Fragateiro & Aldara Bizarro, Né Barros, Companhia Nacional de Bailado, Flávio Rodrigues (no Double Trouble), Miguel Pereira (no DDD), João Fiadeiro (no DDD), Cláudia Dias (no DDD), António Cabrita e São Castro (no DDD), Sofia Dias & Vítor Roriz/Companhia Maior (no DDD), Luísa Saraiva (no DDD), Marco da Silva Ferreira & Jorge Jácome (no DDD), Ana Isabel Castro (no DDD), Sónia Baptista (no DDD), Ana Renata Polónia e Marta Ramos (no DDD), Joana Castro (no DDD), Ricardo Pereira (no DDD), Isabel Barros & Max Oliveira & Pedro Carvalho & Cláudia Marisa (no DDD), Flávio Rodrigues (no DDD), Raul Maia (no DDD), Martim Pedroso (no DDD), Jonas Lopes & Lander Patrick (no DDD), Catarina Miranda (no DDD), Renan Martins (no DDD), Victor Hugo Pontes (no DDD), Pedro Vieira Carvalho (no DDD), Paulo Duarte (no DDD), Raul Maia (no DDD), Frankão (no DDD), Magda Henriques (no DDD), Tiago Monteiro (no DDD), Sofia Arriscado (no DDD), Rita Diamond Casais (no DDD), Margarida Cardoso (no DDD), Marco da Silva Ferreira, Filipe Portugal, Joana Providência, Jonathan Saldanha, Né Barros / Ensemble, Xana Novais, Vera Mantero, entre outros a confirmar/definir...

... e ainda sessões dos Palcos Instáveis de janeiro (Catarina Campos e Melissa Sousa), fevereiro (Duarte Valadares), março (Carminda Soares e Maria Soares), abril, maio, junho (Ana Mula & Francesca Perrucci), setembro, outubro, novembro e dezembro 2021 (com artistas a definir em alguns dos meses).

#### Artistas / Companhias internacionais

Raimund Hoghe (Alemanha), Jérôme Bel (França), ROSAS / Anne Teresa de Keersmaeker (Bélgica), Tales Frey (Brasil) (no Double Trouble), Ingrid Fiksdal (Noruega) (no Double Trouble), Eisa Jocson (Filipinas), Bruno Beltrão (Brasil)

(no DDD), Luiz d'Abreu (Brasil) (no DDD), François Chaignaud & Akaji Maro (no DDD), La (H)ORDE (França) (no DDD), La Ribot & Mathilde Monnier & Tiago Rodrigues (Espanha/Suíça & França & Portugal) (no DDD), Poliana Lima (Espanha) (no DDD), Alessandro Sciarroni (Itália) (no DDD), Eun Me-Ahn (Coreia do Sul) (no DDD), Lea Moro (Suíça) (no DDD), Catherine Gaudet (Canadá) (no DDD), David Zambrano (Holanda/Bélgica) (no DDD), Brigel Gjoka (Albânia) (no DDD), Frédéric Gies (França) (no DDD), Mathilde Monnier (França) (no DDD), Adrielle Mendes (Brasil) (no DDD), Carmen Nehner (Peru) (no DDD), Sabrina Tacconi (Itália) (no DDD), Maguy Marin (França), Eurípides Laskaridis (Grécia), Dimitris Papaioannou (Grécia), entre outros a confirmar/definir.

Destacam-se, deste leque de artistas, as coproduções nacionais dos trabalhos de Miguel Pereira (no DDD), João Fiadeiro (no DDD), Cláudia Dias (no DDD), António Cabrita e São Castro (no DDD), Sofia Dias & Vítor Roriz/Companhia Maior (no DDD), Luísa Saraiva (no DDD), Marco da Silva Ferreira & Jorge Jácome (no DDD), Sónia Baptista (no DDD), Martim Pedroso (no DDD), Jonas Lopes & Lander Patrick (no DDD), Catarina Miranda (no DDD), Victor Hugo Pontes (no DDD), Marco da Silva Ferreira e Filipe Portugal para a Companhia Nacional de Bailado, Joana Providência, Jonathan Saldanha, Né Barros / Ensemble, Xana Novais e Vera Mantero, entre outros a confirmar, os Palcos Instáveis (com a Companhia Instável), assim como as coproduções internacionais do trabalho de Bruno Beltrão (Brasil) (no DDD), François Chaignaud & Akaji Maro (França & Japão), Luiz d'Abreu (Brasil) (no DDD), La (H)ORDE (França) (no DDD), Poliana Lima (Espanha) (no DDD), Alessandro Sciarroni (Itália) (no DDD), Eurípides Laskaridis (Grécia), Maguy Marin (França) e Dimitris Papaioannou (Grécia) – num total de 9 coproduções internacionais já confirmadas, reforçando o estatuto do TMP no panorama das artes performativas, ao nível nacional e europeu.

edij@

## Teatro

A programação de Teatro do TMP é delineada em contraponto às propostas apresentadas por outras instituições da cidade, em diálogo com estas, selecionando os projetos de forma particular e complementar. Com privilégio para as companhias da cidade, para que estreiem as suas mais recentes criações no TMP - com especial enfoque nas novas dramaturgias -, o teatro internacional tem vindo a ocupar também um lugar de especial destaque nos palcos do Rivoli e do Campo Alegre.

### Eixos:

- Programação de artistas da cidade, nacional e internacional;
- Residências artísticas com artistas da cidade, nacionais e internacionais;
- Contraponto e equilíbrio em relação à programação do Teatro Nacional São João;
- Compañias residentes (Teatro Experimental do Porto – TEP e José Nunes & Cátia Pinheiro / Estrutura);
- Pensamento e reflexão, *workshops*, encontros, conferências, formação.

### Compañias / Encenadores Nacionais

Teatro Nova Europa, TEP – Teatro Experimental do Porto, José Nunes & Cátia Pinheiro / Estrutura, Cláudia Gaiolas, Companhia João Garcia Miguel, Paula Diogo & Tonan Quito, Renata Portas / Público Reservado (no Double Trouble), Guilherme de Sousa & Pedro Azevedo (no DDD), Raquel André (no FITEI), Raquel S. (no FITEI), Patrícia Portela & Alexandre Dal Farra (no FITEI), Isabel Costa / Os Possessos (no FITEI), André e. Teodósio, Marco Martins, Ensemble / Né Barros, Carlos Azeredo Mesquita (no Double Trouble), Paulo Mota, Diogo Freitas, João Telmo e Alex Cassal, entre outros a confirmar/definir.

### Compañias / Encenadores Internacionais

Joris Lacoste (França), Kate Mcintosh (Nova Zelândia) (no Double Trouble), Renaud Herbin (França), Manuela Infante (Chile) (no FITEI), Renata Carvalho (Brasil) (no MEXE), entre outros a confirmar/definir.

Destacam-se, deste leque de artistas, as coproduções nacionais dos trabalhos de Teatro Nova Europa, TEP – Teatro Experimental do Porto, José Nunes & Cátia Pinheiro / Estrutura, Cláudia Gaiolas, Companhia João Garcia Miguel, Paula Diogo & Tonan Quito, Renata Portas / Público Reservado (no Double Trouble), Guilherme de Sousa & Pedro Azevedo (no DDD), Raquel S. (no FITEI), Marco Martins, Ensemble / Né Barros, Carlos Azeredo Mesquita (no Double Trouble), Paulo Mota, Diogo Freitas,

João Telmo & Alex Cassal, entre outros a confirmar/definir, assim como as coproduções internacionais do trabalho de Joris Lacoste (França), Renaud Herbin (França) e Renata Carvalho (Brasil) (no FITEI e no MEXE), – 3 coproduções internacionais, que a somar às coproduções na Dança totalizam, à data, 12 (doze) coproduções internacionais do TMP, em 2021.



## Festivais

### FITEI

#### Festival Internacional de Teatro de Expressão Ibérica

No âmbito do FITEI, para além de outros projetos que possam vir a ser identificados, encontra-se já prevista a apresentação, no TMP, de Renata Carvalho (Brasil), Manuela Infante (Chile), Raquel S., Raquel André, Patrícia Portela & Alexandre Dal Farra e de Isabel Costa / Os Possessos.

### MEXE – Encontro Internacional de Arte e Comunidade

No âmbito do **MEXE**, para além de outros projetos que possam vir a ser identificados, encontra-se já prevista a apresentação, no TMP, de Renata Carvalho, no Auditório do Teatro Campo Alegre. O **MEXE**, com periodicidade bienal, encontra-se calendarizado para setembro 2021.

## Música

As escolhas na Música seguem a linha de orientação programática que conduziu à seleção das propostas na área do Teatro: espetáculos em contraponto e equilíbrio com a programação da Casa da Música, do Hard Club ou do Coliseu (instituições na cidade dedicadas à Música).

### Eixos:

- Concertos de câmara no Pequeno Auditório do Teatro Rivoli;
- Understage - ciclo dedicado à música atual, inserida no circuito alternativo ou “não comercial” (subpalco do Teatro Municipal Rivoli);
- Contraponto e equilíbrio em relação à programação da Casa da Música, do Coliseu Porto ou do Hard Club;



- Concertos “mainstream qualificado” nos Grandes Auditórios do Teatro Rivoli e do Teatro Campo Alegre;
- Companhia residente (Drumming GP).

**Festivais:** Festival Porta Jazz e Kismif Conference

Será no subpalco do Grande Auditório do Rivoli que a música manterá a sua particularidade e o seu ritmo, na programação do TMP, continuando a dar visibilidade a projetos de música contemporânea, pouco conhecidos e de sonoridades diversas, com periodicidade mensal.

O **Ciclo Understage**, iniciado em 2015, conta com a cumplicidade de três estruturas parceiras da cidade: a Matéria Prima, a Lovers and Lollipops e a Amplificasom, responsáveis pela programação. Este Ciclo acontece uma vez por mês, no Subpalco do Grande Auditório do Teatro Rivoli, programado em alternância pelas três estruturas enunciadas.

Manter-se-á de igual forma a parceria com o Curso de Música Silva Monteiro, dando a conhecer os Novos Talentos da música clássica, também uma vez por mês.

Outras propostas musicais são pontualmente apresentadas noutros contextos da programação do TMP, como são os casos dos projetos de Joana Gama (no contexto do **PARALELO**), **Drumming e Sonoscopia** (Double Trouble), nomeadamente, no âmbito do Aniversário do Teatro Rivoli (como é o caso da apresentação da Sonoscopia, em janeiro 2020 - ou de Festivais ou apontamentos no âmbito do Ciclo Quintas de Leitura).

De destacar, agora em fevereiro, a realização do **Festival Porta Jazz**, que concretiza e torna visível, uma vez por ano, a dedicação e o trabalho desenvolvidos pela Associação Porta Jazz na promoção deste estilo musical. Será no Teatro Rivoli que grande parte deste Festival se realizará, com um investimento reforçado, assegurando a sedimentação artística e de públicos que a iniciativa merece.

Em julho de 2021 regressará ao Teatro Municipal do Porto a **Kismif Conference**, uma Mostra bienal dedicada às culturas underground e práticas DIY (“Do it yourself”), desta feita com o tema **“Keep it simple, make it fast”**, e uma vez mais com um programa ligado à literatura, ao cinema mas também e sobretudo à música.

Pontualmente, ao longo da temporada artística e no âmbito do programa da Música, poderão surgir colaborações tidas como pertinentes, pelo repertório proposto assim como pelo artista / intérprete em questão (a sua relação com o trabalho desenvolvido no Teatro Municipal do Porto, o seu percurso, a sua ligação à cidade, entre outros fatores), resultando em concertos “mainstream qualificado” nos Grandes Auditórios do Teatro Rivoli ou do Teatro Campo Alegre.

## Marionetas / Formas Animadas

As Marionetas e as Formas Animadas manterão a sua presença na programação do TMP, como fiel homenagem a todo o trabalho desenvolvido na cidade nesta área. Esta presença é sobretudo mais intensa em outubro (por ocasião da realização do FIMP - Festival Internacional de Marionetas do Porto), período no qual este Festival continuará a manter o seu quartel-general no Teatro Rivoli.

A edição do FIMP 2021 encontra-se prevista para o período compreendido entre 15 e 23 de outubro 2021.

**Festivais:** FIMP - Festival Internacional de Marionetas do Porto

## Circo Contemporâneo

Dando sequência às temporadas anteriores – nas quais foram apresentados os trabalhos de Yoann Bourgeois (França / no contexto do DDD), Cia. João Garcia Miguel / João Paulo dos Santos (no contexto do **TRENGO**), Erva Daninha e Tsihaka Harrivel e Vimala Pons (França), entre outros artistas – o TMP continuará a dedicar grande atenção ao Circo Contemporâneo, de forma crescente.

### Eixos:

- Programação de artistas da cidade, nacional e internacional;
- Incremento no investimento e na visibilidade desta disciplina;
- Companhias residentes (Erva Daninha).

**Festivais / Mostras:** **TRENGO** – Festival de Circo do Porto e Mostra Estufa

Desta forma, esta disciplina marcará presença no Aniversário do Teatro Rivoli, em 2021 – uma data de fundamental relevância, no projeto do Teatro Municipal do Porto e na sua cidade -, através da companhia Baro D’Evel (França / Espanha) e do seu espetáculo **“Falaise”**.

Manter-se-á, em 2021, a coprodução anual ao **TRENGO** – Festival de Circo do Porto (julho) e à **Mostra Estufa** (novembro), ambos promovidos pela Erva Daninha, uma das mais importantes companhias do país na área do Novo Circo, residente no Teatro Campo Alegre no âmbito do Programa Teatro em Campo Aberto.

No âmbito do **TRENGO**, em junho 2021, encontra-se prevista a apresentação do Cirque Aïtal (França), com **“Pour le meilleur et pour le pire”** (em copresentação com o Teatro Viriato, que posteriormente apresentará o espetáculo em Viseu), no Grande Auditório do Teatro Rivoli, na abertura deste Festival.

el  
y  
R

## Cinema

Nas próximas temporadas, o Cinema manterá presença regular no TMP. Para além da programação diária da *Medeia Filmes* no Teatro Campo Alegre – que de igual forma prosseguirá com o Ciclo mensal *Ver Primeiro*, no Teatro Rivoli -, muitas outras colaborações terão sequência, resultando de parcerias continuadas.

### Eixos:

- Programação assente em parcerias com estruturas/ iniciativas dedicadas à promoção do cinema, sobretudo autoral e fora dos circuitos comerciais/ "mainstream", em torno de distintos universos e temáticas – maximizando a diversificação dos públicos;
- Companhia residente (Medeia Filmes);

São exemplo os Festivais *Fantasporto* e *Porto/Post/Doc* - marcando o pulso do cinema fantástico e documental -, o *IndieJúnior Allianz*, o *Multiplex*, a *Festa do Cinema Francês*, a *MICAR* e o *Queer Porto*, iniciativas e estruturas de programação dedicadas ao cinema, que apresentarão as suas propostas em torno de diferentes universos, realizadores e temáticas.



Estas colaborações anuais encontram-se dispersas ao longo do ano, com a seguinte calendarização: *IndieJúnior Allianz* (janeiro/fevereiro) / *Fantasporto* (fevereiro/março) / *Multiplex* (maio), *MICAR* (outubro), *Queer Porto* (outubro), *Festa do Cinema Francês* (outubro), *Porto/Post/Doc* (novembro).

**Festivais / Mostras – Estruturas:** *Fantasporto*, *IndieJúnior Allianz* (em parceria com o *Indie Lisboa*), o *Multiplex* (em parceria com a Universidade Lusófona), a *Festa do Cinema Francês* (em parceria com a Embaixada de França em Portugal e com o Instituto Francês de Lisboa), a *MICAR* (em parceria com a SOS Racismo), o *Queer Porto* e o *Porto/Post/Doc*.

## Literatura

O Ciclo Quintas de Leitura mantem-se, enquanto projeto basilar e de referência na promoção da palavra e das letras, com base estabelecida no Teatro Campo Alegre.

A partir de 2020, maximizando recursos e num alinhamento orgânico com o desenho de programação global do TMP, as *Quintas de Leitura* serão realizadas nos seguintes meses (no âmbito da programação regular do TMP): janeiro, fevereiro, março, abril, maio, outubro, novembro e dezembro.

Também os *Cafés Literários*, a acontecerem em fevereiro, março, novembro e dezembro 2021, continuarão a dar a conhecer novos autores e novas obras, em formatos informais e descontraídos, numa deambulação intercalada entre o Teatro Campo Alegre e o Teatro Rivoli.

O Café Rivoli continuará a acolher lançamentos de livros, de obras e autores relevantes no contexto literário nacional.

Adicionalmente, e ainda no campo da Literatura, o *89.º Aniversário do Teatro Rivoli* será pontuado - como é já tradição - por um projeto nesta disciplina artística, num recital totalmente comandado pelo público; um exercício sem rede, onde o público será quem mais ordena.

## Pensamento

Após o Ciclo *Modos de Ocupar*, desenvolvido e apresentado em 2020 com curadoria e moderação de Pedro Santos Guerreiro, o Teatro Municipal do Porto lança em 2021 um novo Ciclo, intitulado *Modos de Comer*, com curadoria de Hugo Dunkel.

*Modos de Comer* trata-se de um projeto onde a alimentação é celebrada enquanto expressão fundamental das sociedades contemporâneas. É um espaço de partilha e reflexão dedicada à alimentação e às suas manifestações sociais, políticas, culturais e ecológicas. Para além da celebração das qualidades nutritivas, estéticas e sensoriais do alimento, o festival debruça-se sobre os modos de produção, preparação, consumo e partilha como chaves da transformação coletiva.

Tópicos como o esgotamento dos recursos naturais, o colapso ecológico, dinâmicas de território, solo, identidades culturais, migração, soberania e papéis de género são motes para refletir os passados e correntes modos de comer e o seu impacto no planeta.

*Modos de Comer* terá apresentações em janeiro (Aniversário do Teatro Rivoli), fevereiro, março, abril e junho. As apresentações de janeiro e de fevereiro estão já anunciadas, com a presença de Maria do Rosário Pedreira (janeiro, com o tema "*Planeamento Alimentar e Sustentabilidade*") e Jorge Gonçalves (fevereiro, com o tema "*Relocalização Alimentar*").

No contexto do **PARALELO**, surge em 2020 – com continuidade em 2021 – o programa **História(s) da Dança**, um projeto de capacitação e desenvolvimento de públicos (profissionais e não profissionais, estudantes e/ou todos os interessados) que tem como base a obra de coreógrafos internacionais e nacionais com relevante percurso e obra, o seu contexto e contributo históricos, e a forma como estes influenciaram (e continuam a influenciar) as gerações que se seguiram.

Em 2021, os artistas / companhias abordados neste programa serão Jérôme Bel (com Cláudia Marisa), ROSAS / Anne Teresa de Keersmaecker, Maguy Marin e Vera Mantero (Nova Dança Portuguesa).

Manter-se-á, mensalmente, o **Ciclo de Conferências** em parceria com a Universidade Lusófona. Depois de “**O Estranho**” (2018), o “**Comum**” (2019), e “**Olhares da Terra**” (2020), o novo tema para 2021 será “**O Acontecimento**”, uma vez mais sob a curadoria da Professora Isabel Babo e do Professor Bragança de Miranda.

## Performance / Cruzamentos Disciplinares

Pontualmente serão apresentadas propostas ou desenvolvidas parcerias para a apresentação de projetos híbridos, assumidamente do campo da Performance ou que cruzam várias disciplinas, estéticas e linguagens artísticas.

### Eixos:

- Possibilidade para a apresentação pontual de projetos híbridos, que cruzam universos distintos e que possibilitam, por isso, uma interação com novos públicos e a sua cativação;
- Programação assente em parcerias com estruturas/ iniciativas dedicadas à promoção de disciplinas artísticas que não se encontram tão presentes no TMP (como a performance, as artes visuais, etc.) – maximizando a diversificação dos públicos -, sobretudo no contexto do programa **Double Trouble**.

O programa **Double Trouble**, que se estreará em novembro de 2020 e que concentra algumas destas propostas, terá duas edições em 2021, nos meses de março e de outubro. **Double Trouble** é um espaço para a apresentação de projetos de artistas de diferentes latitudes geográficas e disciplinares, espaço laboratorial para a apresentação, experimentação e discussão de projetos multidisciplinares.

A primeira edição do **Double Trouble**, em novembro 2020, pautar-se-á pelos conceitos em torno das políticas do corpo, da relação entre sexualidade e poder - gerando assim uma arqueologia do desejo através de uma fisicalidade animal e grotesca. A segunda e a terceira edições, a realizarem-se em 2021, manterão uma tônica potenciadora do questionamento sobre modos de criar e fazer, através de

discursos indisciplinados, nesta altura das nossas vidas onde o toque, ou a ausência dele, toma um lugar central.



O **Double Trouble #2**, em março 2021, contará com apresentações do trabalho de Renata Portas / Público Reservado, Kate McIntosh (Nova Zelândia), Flávio Rodrigues e Tales Frey (Brasil), e o **Double Trouble #3**, em outubro 2021, com Carlos Azeredo Mesquita, Xana Novais e Sonoscopia, entre outros a definir / confirmar.

O programa **Double Trouble** em março de 2021 focar-se-á nas questões da matéria, da materialidade e do corpo dos objectos, da partilha democrática; já o programa de outubro 2021 debruçar-se-á sobre a sonoridade, a ocupação e reverberação do som.

## Exposições

Não constituindo prioridade no panorama artístico e linha programática do Teatro Municipal do Porto, algumas Exposições poderão marcar pontualmente a temporada em vários espaços do TMP e no âmbito de diferentes contextos – Festivais, Mostras, Focos de programação, entre outros -, sempre complementares à programação.

Neste contexto, a ilustradora e performer Solveig Rocher foi desafiada a acompanhar toda a programação artística do Teatro Municipal do Porto, ao longo do ano de 2020, desenvolvendo um projeto (“**Arquivo**”) expositivo e performativo que culminará em inícios de 2021, no contexto do Aniversário do Teatro Rivoli, com uma ocupação de múltiplos espaços deste Teatro.

## Programas e Projetos

### PARALELO – Programa de Aproximação às Artes Performativas

#### Eixos:

- Promover a proximidade dos diferentes públicos às artes performativas e aos seus intervenientes, apresentando propostas diferenciadas para diferentes públicos-alvo, sem descuidar os espetáculos dirigidos especificamente para grupos escolares e famílias;
- Desenvolver e potenciar uma perspetiva crítica, ativa e reflexiva;
- Apresentar propostas em diferentes áreas artísticas;
- Trabalhar em parceria com outras instituições artísticas e culturais, no sentido de viabilizar e rentabilizar a encomenda e apresentação de novos projetos;
- Promover o trabalho dos artistas da cidade do Porto, assim como dos artistas nacionais e internacionais;
- Apresentar propostas e desenvolver projetos que promovam a inclusão e a capacitação dos públicos/participantes.

Este Programa do Teatro Municipal do Porto desenvolve e apresenta uma multiplicidade de propostas, conectadas com a programação artística, para todos os públicos. Propõe assim um conjunto de ações, que acontecem no Rivoli e Campo Alegre, desde espetáculos a *workshops*, encontros a projetos continuados, conversas a visitas guiadas. Sendo a mediação um dos eixos principais da sua missão, é fundamental o enfoque na multiplicidade de públicos existentes, assim como na promoção de uma participação ativa, crítica, que potencie uma reflexão sobre as Artes Performativas e uma relação com os seus criadores, próxima e construtiva.

Assim, ainda que apresente mensalmente espetáculos e atividades pensadas especificamente para o público escolar e para as famílias, o **Paralelo** propõe igualmente a outros públicos a possibilidade de promover a Aproximação às Artes Performativas, de uma forma regular e concertada, com diferentes propostas e abordagens, explanados nos pontos que se seguem:

#### Espetáculos

Com uma regularidade mensal, são apresentados no âmbito do Programa Paralelo, espetáculos que têm como público-alvo crianças, jovens e famílias. Estes espetáculos têm também sessões para grupos escolares.

Para 2021, encontram-se já previstos os espetáculos/projetos dos seguintes artistas (de entre outros a definir):

- Aldara Bizarro e Fernanda Fragateiro;
- Cláudia Gaiolas;

- Joana Gama;
- Renaud Herbin (França);
- Joana Providência;
- Estrutura;
- João Telmo e Alex Cassal, entre outros a definir...

#### Atividades em Paralelo

A partir dos espetáculos da temporada, o programa Paralelo promove um conjunto de várias atividades de carácter teórico-prático (Aquecimento Paralelo, encontros, conversas pós-espetáculo, entre outros), colocando em contacto as obras e/ou criadores e intérpretes nacionais e internacionais com os vários públicos e de diferentes faixas etárias:

#### Aquecimento Paralelo

É uma oficina de movimento que acontece associada a um espetáculo de dança, desafiando os espectadores a experimentarem, pelo movimento, o vocabulário e a dramaturgia de determinada obra coreográfica. Esta oficina possibilita uma breve abordagem a diferentes linguagens artísticas e proporciona a todos os que nele participam uma relação com os espetáculos bastante diferente da habitual.

O Aquecimento Paralelo de janeiro, em torno do trabalho de Raimund Hoghe, estará a cargo de Ester Ribeiro & Beatriz Valentim, e a sessão de fevereiro em torno do trabalho de Joris Lacoste estará a cargo de Clélia Colonna, com as restantes sessões ainda por definir.





### Encontros

Ancorados nos espetáculos da temporada, nestes Encontros, todos são convidados ao diálogo, que se pretende acima de tudo participativo e enriquecedor. Estes encontros promovem um debate alargado sobre obras ou temas variados, com durações e formatos diferentes e podem ter lugar no TMP, em escolas, ou outros espaços.

Para fevereiro de 2021 encontram-se já previstos dois encontros, no âmbito da apresentação do programa *“Dançar em Tempo de Guerra”*, pela Companhia Nacional de Bailado: *“Faço Companhia”* e *“Um Dia com a CNB”*.

### Conversas pós-espetáculo

A conversa pós-espetáculo tem como intuito a partilha direta com os artistas e uma aproximação às ideias e processos base do trabalho que acaba de ser apresentado e sobre o qual queremos saber mais.

### Oficinas do Espectador

Com o objetivo de captar, capacitar e desenvolver públicos, o Paralelo propõe um leque variado de oficinas regulares que permitam ao público uma fruição e interpretação das obras apresentadas de forma mais completa e aprofundada, aceder a outras camadas de leitura de determinada proposta artística:

### História(s) da Dança

História(s) da Dança é um projeto de capacitação e desenvolvimento de públicos (profissionais e não profissionais, estudantes e/ou todos os interessados) que tem como base a obra de coreógrafos internacionais e nacionais com relevante percurso e obra, o seu contexto e

contributo históricos, e a forma como estes influenciaram (e continuam a influenciar) as gerações que se seguiram.

Em 2021, os artistas / as companhias abordados neste programa serão Jérôme Bel (por Cláudia Marisa), ROSAS / Anne Teresa de Keersmaeker, Maguy Marin e Vera Mantero (Nova Dança Portuguesa).

### Palco Para Toda a Obra

Partindo da atividade do teatro (as montagens, os ensaios, os espetáculos), Ângela Diaz Quintela, coreógrafa e bailarina, propõe a crianças dos 8 aos 12 anos a descobrirem pela experiência e em conjunto, as diferentes fases de construção de um espetáculo e novas perspetivas de olhar o trabalho artístico.

### Descortinar

São sessões de diálogo que permitem dissecar determinada obra e promover novos modos de apreensão e novas perspetivas do espetáculo. Estas oficinas, orientadas por diferentes convidados, destinam-se ao público em geral ou a públicos específicos.

### Projetos continuados

Anualmente, o **PARALELO** desenvolve um projeto continuado, sempre com grupos de participantes específicos. Estes projetos, que podem ser em diferentes áreas artísticas, permitem não só uma prática continuada ao longo de vários meses, como ainda promovem a partilha entre o grupo, a sensibilização e a confirmação que as Artes Performativas podem e devem ser para todos.

O quinto projeto continuado do PARALELO (depois de *“Sem legendas”* em 2015/2016, *“Conhece o Meu Vizinho?”* em 2016/2017, *“Em Surdina”* em 2017/2018, *“O Amigo Secreto”* em 2018/2019 e *“Boas Memórias”* em 2019/2020) será apresentado em junho 2021. Intitulado *“Famílias Imaginárias”*, este projeto será desenvolvido por Joana Providência.

### Visitas guiadas

O Teatro Municipal do Porto abre as portas dos seus dois polos, Rivoli e Campo Alegre, de forma a desvendar os seus bastidores. Uma visita guiada dá a conhecer estes dois Teatros, o trabalho desenvolvido e a equipa que neles trabalha.



21 ✓  
y  
B

### Artists at Work – Processos de Trabalho Artístico

Um teatro é, acima de tudo, habitado e vivido por artistas. É neste espaço que se cria, recria, reflete e se geram discursos e práticas artísticas. Artists at Work engloba um lado mais invisível, e por isso mesmo importante, do Teatro Municipal do Porto, que se foca em promover a sustentabilidade e condições de trabalho para vários artistas da cidade.

É um programa de relação direta entre a pesquisa e a criação, entre o visível e o invisível, pela sustentabilidade do território artístico, onde vários e distintos programas e projetos são desenvolvidos.

### Programa de Residências Artísticas

No Teatro Campo Alegre, oito estruturas da cidade desenvolvem residências de longa duração que comportam espaços de produção, ensaios e apresentação.

Estão representadas cinco áreas diferentes - dança, teatro, música, cinema e circo contemporâneo - transformando o Campo Alegre num autêntico laboratório criativo. As estruturas residentes são: Companhia Instável e Nome Próprio/Victor Hugo Pontes (Dança), TEP - Teatro Experimental do Porto e Estrutura/Cátia Pinheiro & José Nunes (Teatro), Casa da Animação e Medeia Filmes (Cinema/Animação), Drumming Grupo de Percussão (Música) e Erva Daninha (Circo Contemporâneo).

As residências de curta duração têm lugar nos dois polos do Teatro Municipal, trazendo à cidade artistas de várias latitudes que, mais tarde, poderão apresentar as criações resultantes destes momentos de trabalho.

À data, encontram-se previstas as seguintes residências artísticas no TMP (Rivoli e Campo Alegre): Jérôme Bel (França), Ana Renata Polónia, Jonathan Saldanha, Marco S. Ferreira, Teatro Nova Europa, Cátia Pinheiro e José Nunes / Estrutura, Joana Providência, Guilherme de Sousa e Pedro Azevedo, Ana Isabel Castro, Catarina Miranda, João Pedro Leal, Marco Molina & Eduardo Mendonça, Paulo Mota, Anaísa Lopes (Piny), entre outras a definir.

O programa de residências cruzadas tem como orientação principal o estímulo à criação artística, através de uma rede de parceiros internacionais que promovem condições para a realização de residências.

Fazem parte desta rede, atualmente, o Teatro Municipal do Porto, o NAVE - Centro de Creación y Residencia (em Santiago do Chile, Chile), o CCNCN - Centre Chorégraphique National de Caen na Normandia (França), o Charleroi Danse / Centre Choregraphique de la Fédération Wallonie-Bruxelle (Bélgica), a Associação Artística e Cultural Mindelact, em Mindelo (Cabo Verde) e o CND - Centre Nationale de la Danse, em Paris (França).

Adicionalmente, muitas outras residências terão lugar no **Campus**, o novo polo do Teatro Municipal do Porto que virá alargar a capacidade de resposta do TMP às inúmeras solicitações de artistas e companhias, necessitando de espaços para desenvolverem o seu trabalho.

### Programa Artistas Associados do TMP

O coreógrafo Marco da Silva Ferreira e o encenador Jorge Andrade (mala voadora) foram os primeiros artistas associados do Teatro Municipal do Porto, nas temporadas 2017/2018 e 2018/2019.

O convite dirigido aos artistas associados reforça, por um lado, a missão do TMP ao apoiar e projetar novos trabalhos na área da dança e do teatro e, por outro lado, ao incentivar a participação continuada e ativa de criadores em momentos importantes da programação.

Neste novo ano reinicia-se o programa de *Artista Associado* com Jonathan Ulriel Saldanha, que durante duas temporadas - 2020/2021 e 2021/2022 - pensará com e para o Teatro Municipal a sua linguagem híbrida.

O programa *JAA! - Jovens Artistas Associados* mantém-se durante esta temporada com Ana Isabel Castro e a dupla Pedro Azevedo e Guilherme de Sousa.

### Programa Reclamar Tempo

Também em 2021 terá continuidade o recente *Reclamar Tempo* (iniciado em 2020) - programa de pesquisa e investigação artística que toma lugar e assume como prioridade um modo de trabalhar mais lento e de reflexão, potenciando novos e aprofundados discursos artísticos na cidade.

*Reclamar Tempo* é um programa de pesquisa e investigação artística, que surge especificamente num contexto, no qual a principal premissa das artes performativas fica suspensa: a partilha física de espaço e de tempo com o outro. Numa altura em que somos obrigados a desacelerar, é urgente parar para (re)pensar os processos criativos e os modos de produção, debruçando-nos sobre a construção de discurso e mergulhando no que é a prática artística atual, de uma forma mais introspetiva.

Com este programa, pretende-se então resgatar tempo para investigar, solidificar ideias, gerar discurso e pesquisar práticas que irão seguramente enriquecer o universo artístico de cada um. Mais tarde, o resultado deste período terá certamente um eco positivo em futuras criações num tempo em que todos possam voltar a estar juntos.



## Projetos e Transmissões Online

### PAR(S)

**Num mundo crescentemente digital e em velocidade, surge a necessidade de abrandarmos e de desenvolvermos novos formatos de apresentação e sobretudo novos formatos de criação e modos de trabalho que nos permitam continuar a consolidar os trabalhos artísticos, na realidade atual.**

Numa temporada híbrida entre o presencial e o digital, o Teatro Municipal do Porto convida 10 artistas (8 dos quais para 2021) para uma colaboração especial, desenhada especificamente para as plataformas online, onde um realizador e um artista performativo, em dupla, a par e par e numa relação de igualdade, são convidados a criar um novo objeto digital que cruze os seus universos e discursos.

A imagem em movimento cruza-se assim com as áreas da dança, circo contemporâneo, literatura, teatro e formas animadas, permitindo também desta forma que vários públicos, mesmo os mais distantes, possam aceder a estes trabalhos.

Estas colaborações para 2021 estão já definidas, com a seguinte dinâmica:

- Diogo Baldaia e Daniel Seabra (Cinema e Circo Contemporâneo, respetivamente, em fevereiro);
- Pedro Neves Marques e Teresa Coutinho (Cinema e Teatro/Literatura, respetivamente, em março);
- Helena Estrela e Manuel Tour (Cinema e Teatro, respetivamente, em maio)
- Sofia Arriscado e Constanza Givone (Cinema e Formas Animadas, respetivamente, em junho).

### Transmissões online

Para 2021, na sequência da reflexão e na persecução dos objetivos já enunciados neste documento, estão já previstas as transmissões *online* de alguns dos espetáculos (com outras ainda por definir):

- Quintas de Leitura (janeiro);
- Luis Mestre, Noite de Primavera (janeiro);
- Baro D'Evel, Falaise (janeiro);
- Quintas de Leitura (fevereiro);
- Companhia Nacional de Bailado;
- Estrutura, F (fevereiro);

Com muitas outras transmissões a definir, posteriormente.

## Biblioteca do Gesto e da Palavra

**Situada em plena Praça do Marquês, este espaço central será habitado pelo Teatro Municipal do Porto entre abril e maio - após a ocupação pelo Museu da Cidade e pelo departamento de Arte Contemporânea.**

Após um primeiro momento, em abril, dedicado ao Festival DDD, nos meses de maio e junho, este local transformar-se-á num espaço de trabalho contínuo e contíguo à Praça onde se insere.

Quatro artistas habitarão esta pequena Biblioteca, durante duas semanas cada um, desenvolvendo um arquivo do gesto e da palavra a partir dos seus trabalhos artísticos.

## BORDERS

**O Teatro Municipal do Porto é um dos parceiros envolvidos no projeto internacional *MOVING BORDERS* dirigido pelo *Hellerau - European Centre of the Arts* (Dresden, Alemanha) e partilhado com algumas das mais relevantes instituições artísticas europeias.**

Além do Teatro Municipal do Porto e do Hellerau, integram este projeto: Le Maillon (Estrasburgo, França), Ringlokschuppen (Ruhr, Alemanha), Spring Performing Arts Festival (Utrecht, Holanda), Performing Arts Institute (Varsóvia, Polónia) e Onassis Cultural Centre (Athenas, Grécia).

Num período em que as fronteiras se tornaram particularmente visíveis à escala global e local, a iniciativa pretende encontrar modos comuns de problematizar e fazer mover essas barreiras, testando novos modelos de cooperação artística internacional.

Ao longo de dois anos, serão produzidas sete versões singulares de um conceito artístico – ARK, do coletivo de artistas e produtores britânico Quarantine.

Em cada cidade, o coletivo colaborará com artistas, criativos e cidadãos locais, para construir uma “arca”, que se poderá concretizar física ou metaforicamente e será adaptada à realidade demográfica, histórica, cultural e social única de cada cidade, proporcionando um espaço para atividades alternativas e novos encontros entre as pessoas. Assim, será estabelecida uma ligação entre as regiões europeias a nível artístico e cívico.

Trata-se de um projeto artístico ambicioso que visa questionar e desafiar algumas das fronteiras hoje instituídas: das fronteiras políticas e sociais às geográficas, das fronteiras culturais às fronteiras da mente e do pensamento.

A apresentação pública do projeto encontra-se prevista para julho 2021, e dois outros momentos (laboratoriais) acontecerão, entre março e julho 2021.

di @

### Pós-graduação em Dança Contemporânea

Em parceria com duas escolas do IPP (ESMAE e ESE), esta Pós-Graduação anual tem como formadores muitos dos coreógrafos que se apresentarão no Teatro Municipal ao longo da sua temporada artística – cruzando assim a programação -, para além de um corpo de docentes selecionado das várias escolas e da equipa do TMP. A Pós-Graduação em Dança Contemporânea terá em 2021 a sua 5.ª edição.

### 89.º Aniversário do Teatro Rivoli (2021)

Anualmente, em torno do dia 20 de janeiro, celebra-se a data do Aniversário do Teatro Rivoli, o teatro da cidade, com portas abertas e uma programação que atravessa áreas fundamentais da programação do TMP.

Em 2021, com propostas de Circo Contemporâneo, Teatro, Música, Literatura, entre outras.

Uma celebração que se realizará ao longo de 5 dias – concentrada sobretudo no fim-de-semana -, dando assim resposta à imensa procura por parte dos públicos, com um programa que conhece já alguns dos nomes que o constituirão: Baro D'Evel (França / Espanha), Teatro Nova Europa, Solveig Rocher (França), Né Barros, Aldara Bizarro & Fernanda Fragateiro, Hugo Dunkel, Matéria Prima (Concerto / Festa DJ), entre outros a definir. O Aniversário do Rivoli será ainda, e uma vez mais, contexto para o lançamento de mais uma edição de “*Cadernos do Rivoli*”, numa edição coordenada por Tiago Bartolomeu Costa.

### Outras colaborações e parcerias

O Teatro Municipal do Porto, por cumplicidade artística e/ou institucional, acolhe e apresenta, ao longo de cada ano, diversos projetos e iniciativas.

Em seguida enumeram-se apenas algumas dessas colaborações já previstas ou adivinhadas para 2021, às quais poderão vir a juntar-se outras:

- *Concerto pela Paz*, Conselho Português para a Paz, em janeiro;
  - *Espectáculo Escola Balleteatro*, em fevereiro;
  - *Concerto Aniversário Universidade do Porto*, Universidade do Porto, em abril;
  - *Masterspitch*, Cidade das Profissões da Câmara Municipal do Porto, em junho;
  - *Prémio Helena Sá e Costa*, Conservatório de Música do Porto, em junho;
  - *Concerts for Good*, Curso de Música Silva Monteiro e Orquestra da Bonjóia, em julho;
  - *Espectáculos de final de ano*, ESMAE - Escola Superior de Música e Artes do Espectáculo, em julho;
  - *Gala de Fados*, Junta de Freguesia de Lordelo do Ouro;
- ... entre outros ainda a definir.





### 3.1.7 Festival Dias da Dança

O DDD – Festival Dias da Dança partiu de uma ideia de ligação que se pode construir entre as cidades do Porto, de Matosinhos e de Gaia, através de uma programação que atesta a diversidade no âmbito da dança contemporânea e promove a deambulação entre espaços de apresentação e espaço público.



Este festival internacional de dança contemporânea, de periodicidade anual e com coorganização das Câmaras Municipais do Porto, Matosinhos e Gaia no contexto da Frente Atlântica, e coprodução de instituições artísticas de referência destas três cidades - num alinhamento encabeçado pelo Teatro Municipal do Porto - é ainda sustentado por inúmeras parcerias institucionais, artísticas, de comunicação e difusão, logísticas entre outras.

Com uma primeira edição em 2016, rapidamente o DDD alcançou e assumiu a posição de maior Festival de dança contemporânea a nível nacional, estando já inscrito como lugar obrigatório de passagem e paragem no circuito artístico internacional das artes performativas - para artistas e companhias, e para programadores/curadores artísticos.

#### A MISSÃO

A Missão do DDD – Festival Dias da Dança assenta sobretudo nos seguintes eixos:

- A promoção e o desenvolvimento do sector da dança contemporânea no nosso país, enquanto disciplina artística agregadora de múltiplos estilos e estéticas, de carácter universal e transnacional - pela priorização do movimento face à palavra -, e consequentemente de vasta abrangência e largo alcance no potencial de circulação de obras e na cativação e formação de novos públicos para as artes e a cultura;

- A capitalização do crescente fulgor que se tem vindo a registar na criação artística no campo das artes performativas, e mais concretamente na dança contemporânea, a partir do Porto - consequência do investimento realizado nos últimos anos pelo Município do Porto nas estruturas artísticas da região, fortalecendo e cimentando as suas condições e capacidades de trabalho, estimulando e impulsionando outras fontes de financiamento, com múltiplas replicações no panorama artístico regional e nacional;
- O contributo para o reconhecimento e o desenvolvimento crescente, saudável e sustentável do sector das artes performativas - especificamente da dança contemporânea - e dos seus profissionais, nos panoramas nacional e internacional.

#### OS PRINCIPAIS OBJETIVOS

Como principais objetivos, o DDD – Dias da Dança almeja:

- O incremento quantitativo e qualitativo da oferta cultural e artística na região Norte do país, com enfoque e incidência na dança contemporânea, a partir das cidades do Porto, Matosinhos e Gaia, e a promoção de uma intensa circulação de diversificados públicos nacionais e internacionais entre as mesmas, através de uma programação vasta e diversificada - nos conteúdos e na forma -, na qual se apresenta uma multiplicidade

aportada pelas diferentes latitudes, linguagens, estéticas e gerações das quais provêm os artistas presentes em cada edição do Festival;

- O investimento na vinda de programadores internacionais ao Festival, estimulando assim a promoção e difusão do trabalho artístico nacional fora de portas, potenciando a sua internacionalização;
- A contribuição ativa para a criação de novos públicos e para a formação artística, ancorada na diversidade, abrangência e no volume de propostas do Festival, consolidando a corrente de públicos da dança que se tem vindo a formar na região, mas também atraindo e captando novos públicos, ainda afastados desta expressão artística, fomentando uma intersecção entre a fruição de espetáculos e a participação em projetos pontuais e/ou continuados e duracionais (desde *workshops* a *masterclasses*, desde conversas pós-espetáculo a mesas redondas e demais encontros);
- A cimentação de um Festival enquanto plataforma de mediação de públicos, intermediando, traduzindo, desconstruindo e desmistificando – tornando assim mais acessível – as práticas artísticas contemporâneas, nas artes performativas em geral, e na dança em particular.

### A ESTRUTURA DO FESTIVAL

O DDD, na sua estrutura e formato, é organizado em módulos distintos, que caracterizam as propostas e projetos mediante a sua natureza, divididos na forma seguinte:

- **DDD IN** – Módulo constituído por espetáculos em espaços/salas formais de apresentação, de conceituados coreógrafos internacionais, de coreógrafos nacionais que se constituem enquanto faróis da dança contemporânea no nosso país, e de uma nova geração de artistas a viver e a trabalhar na região.
- **DDD OUT** – Módulo constituído por espetáculos no (e para o) espaço público, numa programação em parceria com o Balletatro, especialmente pensada para uma ocupação e apropriação positivas, uma transformação e reconfiguração coreográficas de espaços públicos emblemáticos do Porto, Matosinhos e Gaia, revisitando edifícios públicos (como Bibliotecas, por ex.), jardins, praças e estações de metro, através de propostas construídas à escala desses espaços, que captarão a atenção dos transeuntes, surpreendendo no ritmo quotidiano das três cidades.
- **DDD CAMPUS** – Novo módulo, que integra e agrega em 2020 os anteriores módulos EXTRA e PRO, composto por atividades de mediação e de formação de públicos, dos mais conectados aos menos familiarizados com as artes performativas, dos mais novos aos mais idosos, em projetos de durações variáveis (curta ou média/longa duração)

que estimulam a partilha de conhecimento e a convivialidade, proporcionando aos diferentes públicos - mas com especial atenção à comunidade artística estudantil e jovens artistas - uma relação mais direta com os coreógrafos e com as propostas presentes no Festival.

No **DDD CAMPUS**, intérpretes profissionais de dança contemporânea, muitos deles provenientes de vários cantos do mundo, têm a oportunidade de trabalhar durante vários dias com reputados coreógrafos nacionais e internacionais - ativos e reconhecidos não só pela criação como também pela capacidade e experiência formativas em dança, com trabalho apresentado ou não no DDD -, têm a oportunidade de partilhar experiências e o seu trabalho entre si, mas também de assistirem diariamente a espetáculos do Festival, complemento igualmente fundamental à sua formação.

À semelhança do que sucede em alguns dos momentos da programação regular do Teatro Municipal do Porto, também no contexto do **DDD – Festival Dias da Dança** são desenvolvidos esforços junto de parceiros institucionais, no sentido de aflorar e inspirar a possibilidade de coapresentações das propostas internacionais que constam do alinhamento do Festival. Esta difusão representa uma aproximação institucional a parceiros e um alargamento da rede de contactos e de influência do Festival; um esforço de promoção e concretização de sinergias, uma otimização de recursos financeiros e de comunicação, partilhando e fazendo circular a nível nacional projetos artísticos internacionais na sua vinda a Portugal.





### AS LINHAS ORIENTADORAS PARA 2021

Para a edição de 2021, a exemplo do sucedido em 2019 e mantendo compromissos de 2020 (após interregno forçado deste ano), o DDD – Festival Dias da Dança manterá a sua parceria com o FITEI - Festival Internacional de Teatro de Expressão Ibérica.

Consolidam-se assim as cumplicidades artísticas existentes entre ambos, alargando-as a parcerias orgânicas existentes entre estes Festivais e Teatros do Porto, Matosinhos, Gaia e Viana do Castelo.

O DDD e o FITEI prolongam assim a parceria programática e de comunicação, afinando agendas para que durante três semanas, previsivelmente entre 15 de abril e 9 de maio de 2021, a região Norte se transforme no ponto de encontro das artes performativas, inscrevendo-se de forma cada vez mais vinculada nos mais relevantes circuitos artísticos internacionais da atualidade.

Desta parceria entre o DDD e o FITEI resultam acima de tudo enormes sinergias, de entre as quais se destaca uma semana em particular: a **Semana +**, dedicada à apresentação de artistas nacionais, tendo em vista a sua promoção e internacionalização além-fronteiras, num programa a ser acompanhado por um vasto número de curadores e diretores artísticos de todo o mundo.

### Na programação nacional do DDD - Festival Dias da Dança 2021, constam os nomes de:

- Miguel Pereira
- João Fiadeiro
- Cláudia Dias
- António Cabrita e São Castro
- Sofia Dias & Vítor Roriz/Companhia maior
- Luísa Saraiva
- Marco da Silva Ferreira & Jorge Jácome
- Ana Isabel Castro
- Guilherme de Sousa & Pedro Azevedo
- Sónia Baptista
- Ana Renata Polónia e Marta Ramos
- Joana Castro
- Renan Martins
- Ricardo Pereira
- Isabel Barros & Max Oliveira & Pedro Carvalho & Cláudia Marisa
- Flávio Rodrigues
- Raul Maia
- Martim Pedroso
- Jonas Lopes & Lander Patrick
- Catarina Miranda e Victor Hugo Pontes
- Pedro Vieira Carvalho
- Paulo Duarte
- Frankão
- Magda Henriques
- Tiago Monteiro
- Sofia Arriscado
- Rita Diamond Casais
- Margarida Cardoso
- ... entre outros a confirmar;

### No alinhamento internacional figuram:

- Bruno Beltrão (Brasil)
- Luiz d'Abreu (Brasil)
- La (H)ORDE (França)
- La Ribot & Mathilde Monnier & Tiago Rodrigues (Espanha/Suíça & França & Portugal),
- Poliana Lima (Espanha)
- Alessandro Sciarroni (Itália)
- Eun Me-Ahn (Coreia do Sul)
- Lea Moro (Suíça)
- Eisa Jocson (Filipinas)
- Catherine Gaudet (Canadá)
- David Zambrano (Holanda/Bélgica)
- Briget Gjoka (Albânia)
- Frédéric Gies (França)
- Mathilde Monnier (França)
- Adrielle Mendes (Brasil)
- Carmen Nehmert (Peru)
- Sabrina Tacconi (Itália)
- ... entre outros a confirmar/definir.



24 B

### 3.1.8 Arte Contemporânea

#### Linhas estratégicas dos projetos e equipamentos de arte contemporânea municipais

Ao longo dos últimos anos, a política da Câmara Municipal distinguiu-se no contexto nacional e também no contexto internacional pela forma como inscreveu a Cultura como área prioritária no desenvolvimento da cidade, com o entendimento de que a Cultura deve ser interpretada e ativada a partir da uma relação estreita com os domínios da economia e da inclusão social.



O papel da arte contemporânea neste projeto político é decisivo. Continuam por isso, a partir deste objetivo, e respetivo mandato, a ser desenvolvidos um conjunto de medidas de apoio e reativados equipamentos municipais no âmbito da prática das artes visuais contemporâneas, que permitem levar a cabo um plano que tem subjacente princípios estratégicos cujo cumprimento é garantido pela Ágora.

Destes, destacam-se:

- A promoção de oportunidades de aprendizagem a partir da criação artística contemporânea nacional e internacional, contribuindo-se para a formação de públicos nos múltiplos domínios da cultura e das artes de hoje.
- A dinamização dos espaços e programas municipais que permitem a apresentação, o desenvolvimento e o conhecimento de novos discursos e práticas artísticas nas áreas das artes visuais e pensamento contemporâneo
- O apoio direto a novos artistas para desenvolverem projetos originais no contexto da cidade do Porto.
- A ampliação de oportunidades competitivas para a fixação na cidade de artistas de todas as idades e territórios de criação contemporânea.
- A valorização, preservação e difusão do património artístico contemporâneo, material e imaterial, da cidade do Porto, também em diálogo com o seu património histórico.
- O fomento do intercâmbio artístico a nível nacional e internacional, e a internacionalização da arte contemporânea criada na cidade do Porto.
- A promoção e o apoio a iniciativas culturais em zonas carenciadas da cidade, em articulação com tecidos associativos locais e a criadores contemporâneos da cidade, de forma a disseminar geograficamente as oportunidades de fruição e criação culturais na cidade.

## Os Projetos:

### 1. Galeria Municipal do Porto

- A. Exposições
- B. Edições
- C. Programa público e educativo

### 2. Pláka

- A. Aquisições
- B. Colectivos Pláka
- C. Anuário
- D. Criatório
- E. Shuttle
- F. Inresidence: bolsas inresidence e ateliers municipais

### 3. Fórum do Futuro

### 4. Prémio Paulo Cunha e Silva

### 5. Fonoteca Municipal

### 6. Coproduções de Arte Contemporânea

## 1. Galeria Municipal do Porto

### Missão e breve historial

A Galeria Municipal do Porto foi reaberta como espaço de atividade cultural permanente no mandato anterior de Rui Moreira, e sob a liderança política e programática de Paulo Cunha e Silva. Entre 2014 e 2016, apresentou em média quatro exposições coletivas por ano, dedicadas a múltiplos assuntos contemporâneos.

Foi reestruturada programaticamente em 2017, com a direção artística de Guilherme Blanc, passando a apresentar um programa anual regular de exposições e eventos dedicados à arte contemporânea, que promovem uma reflexão sobre as tendências artísticas e discursivas da prática artística de hoje, promovendo o debate, a investigação e a disseminação de ideias em torno da produção artística nacional e internacional.

### Descrição e objetivos estratégicos:

A Galeria Municipal do Porto colabora atualmente com parceiros nacionais e internacionais na programação e comissariado de exposições, performances e debates, estimulando o envolvimento a longo prazo de novos públicos através do seu projeto público e educativo e através de edições em torno dos projetos expositivos.

### Tem como objetivos estratégicos fundamentais:

- Promover o interesse pela arte, com particular incidência sobre a arte contemporânea;
- Formar públicos, sensibilizando-os para a apreciação e compreensão do fenómeno artístico contemporâneo, e do património artístico contemporâneo da cidade;
- Estimular a compreensão sobre a arte da cidade do Porto, numa perspetiva da sua relação com a prática artística nacional e internacional;
- Estimular a criação artística e os diálogos interdisciplinares;
- Contribuir para o desenvolvimento cultural do município e da região através da arte contemporânea;
- Fomentar o diálogo cultural entre parceiros e curadores a trabalhar no domínio da arte contemporânea, nos planos local, nacional e internacional.

Em linha com os objetivos estabelecidos para o projeto durante 2019-2020, a política de promoção do debate, investigação e disseminação de ideias em torno da produção artística nacional e internacional, resultou num aumento significativo do número de visitantes, de 109.508 em 2018 para 127.983 em 2019, cumprindo o objetivo de promover o interesse pela arte contemporânea e sensibilizar os públicos para a apreciação e compreensão do fenómeno artístico contemporâneo.

Neste período de 2019-2020 as exposições da Galeria Municipal foram por diversas vezes referenciadas e alvo de artigos e críticas em publicações nacionais e internacionais, especializadas em arte contemporânea. No artigo escrito para a revista Contemporânea, na primeira edição trimestral de 2020, o crítico de arte José Marmeleira menciona: *“Desde 2017, sob a direção artística de Joaquim Guilherme Blanc, foram várias as perspetivas curatoriais, as exposições coletivas e individuais que passaram pelos seus dois pisos, consolidando-a como um lugar de referência na vida artística da cidade (numa relação produtiva com Serralves) e do país...”*.

No primeiro semestre de 2020, e devido à declaração de pandemia provocada pelo Covid-19, a Galeria Municipal do Porto esteve encerrada entre os dias 14 de março e 1 de junho. As exposições agendadas para este período foram adiadas e abertas ao público a 2 de junho. Todas as atividades programadas também para este período, e ainda durante o mês de junho e julho, foram adiadas.

Atualmente o programa de exposições está a decorrer com normalidade, mantendo-se a Galeria Municipal aberta ao público no horário habitual (de terça a domingo, entre as 10h e as 18h) com medidas de segurança adaptadas à atual situação, através do uso obrigatório de máscara, desinfeção de mãos à entrada e saída das instalações, uso de luvas e auriculares descartáveis para a interação com as diferentes

obras das exposições e limitação do número de visitantes em permanência nas salas, condicionado a 20 visitantes no piso 0 e a 10 no piso 1 - mezzanine.

## PROGRAMA DE ATIVIDADES PARA 2021

### A. EXPOSIÇÕES

#### **QUE HORAS SÃO QUE HORAS.**

*Uma galeria de histórias*

05.12.2020 – 14.02.2021

**Curadoria:** José Maia, Paula Parente Pinto e Paulo Mendes

A Galeria Municipal do Porto propôs a três curadores que desenvolvessem um exercício de revisão de momentos, expressões e fluxos que definiram o contexto artístico nacional a partir da atividade das galerias de arte do Porto entre 1950 e 2010. Esta história que se quer recuperar e explicar traduz essa força individual e coletiva de espaços e agentes que criaram modos de fazer e pensar a arte. Este relato histórico será materializado numa exposição reveladora de várias narrativas, umas esquecidas, outras não totalmente esquecidas, mas cujo valor histórico-artístico se quer repensar, outras ainda absolutamente presentes hoje em dia, pretendendo-se em qualquer caso problematizá-las no momento económico e cultural atual. Esta é por isso uma exposição que indaga a cidade a partir de quem redefiniu o conceito de 'galeria de arte', ou de quem por ele foi sendo redefinido a nível intelectual, artístico e ético.

#### **NETS OF HYPHAE**

*De Diana Policarpo*

05.12.2020 – 14.02.2021

**Curadoria:** Stefanie Hessler

**Coprodução:** Kunsthall Trondheim

Esta exposição propõe prosseguir a linha de investigação da artista Diana Policarpo sobre as consequências globais e as diversas escalas da extração. Nos últimos anos, a sua pesquisa incidiu sobre o fungo parasita *Ophiocordyceps sinensis*, que se encontra em zonas de grande altitude da Índia e do Nepal. Este tornou-se um bem extremamente valorizado, particularmente na China, onde atualmente é sintetizado em laboratório. A procura e extração deste fungo afeta as comunidades e ecologias locais e tem repercussões globais. Com curadoria de Stefanie Hessler (Diretora da Kunsthall Trondheim), traça paralelismos entre uma diversidade de fenómenos, tanto parasitários como recíprocos, e aponta humildemente para possibilidades de sobrevivência terrestre num planeta precário.

#### **PÉS DE BARRO**

13.03 – 16.05.2021

**Curadoria:** Chus Martínez, Filipa Ramos

Algumas pessoas poderão associar o barro, a olaria e a cerâmica à tradição, e a tradição ao passado. Alguns poderão associar tecnologia, comunicação digital e bancos de dados com o novo, e o novo com o futuro. E se o futuro for uma tecnologia tão antiga e peculiar como o barro? E se o barro for o futuro e o futuro for o barro? E se os pés de barro apenas revelam vulnerabilidade por o resto do corpo ser constituído por um material diferente? E se na verdade os pés de barro enraízam pessoas na terra, ligando-as através do mesmo material? E se os pés de barro forem uma forma de estabelecer uma comunicação pós-tecnológica, que não requer redes ou cabos? Apenas os nossos muitos, um, dois, oito, vinte pés e algum barro?

Estas são algumas das questões e enigmas que as curadoras Chus Martínez (curadora, historiadora de arte, escritora e diretora do Art Institute da FHNW Academy of Art and Design Basel) e Filipa Ramos (escritora, curadora da secção de filme da Art Basel e uma das curadoras da última edição do Fórum do Futuro) puseram em foco, reunindo para isso um conjunto de artistas que têm usado o barro, a olaria e a cerâmica para imaginar, projetar e moldar o mundo em que vivem.

#### **BOY MEETS GIRL (BEHIND THE BORDER)**

*de INÉS MOLDAVSKY*

13.03 – 16.05.2021

**Curadoria:** Guilherme Blanc

*The Men Behind the Wall*, a curta-metragem de Inés Moldavsky vencedora do Urso de Ouro no Festival Internacional de Cinema de Berlim (Berlinale) de 2018, aborda o conflito israelo-palestiniano sob uma perspetiva provocadoramente articulada. Através da aplicação de encontros no telemóvel, a artista dialoga com homens que vivem em diferentes zonas do outro lado da fronteira, na Cisjordânia e em Gaza, na tentativa de tornar possível um encontro real. O contexto particular das interações íntimas na era digital serve de pano de fundo para questionar o absurdo da segregação, ao mesmo tempo que discute relações de poder e estereótipos de género a partir de temáticas como a cultura e a religião. *Boy Meets Girl (behind the border)* resulta de uma proposta curatorial de Guilherme Blanc feita à artista com o intuito de traduzirem múltiplos elementos do seu filme num projeto expositivo densificador das personagens reais e do contexto sociopolítico inerente à obra.





### **ATRAVessar A FRONTEIRA.**

**Os novos babilónios: Porto de PEDRO G. ROMERO**

05.06 – 15.08.2021

O conceito '*Novos babilónios*' foi desenvolvido por Guy Debord, Constant Nieuwenhuys, Har Oudejans e Pinot-Gallizio a partir do projeto situacionista New Babylon e está relacionado com algumas das ideias fundamentais que informaram o movimento – como a psicogeografia, a deriva, o urbanismo unitário. É a partir deste conceito que o artista e curador Pedro G. Romero propõe para a Galeria Municipal do Porto um exercício de questionamento da nossa percepção das vidas de grupos nómadas, etnias ciganas, flamencos e exilados libertários.

A exposição constitui uma análise ao campo sensível destas formas de vida com um foco particular nos seus deslocamentos pela América, África e outros arquipélagos atlânticos. A cidade do Porto atua como geografia de partida para uma indagação de rotas, fluxos e derivas destes 'novos babilónios' a partir do contexto português e seus territórios fronteiriços.

**PANDEMIC. I don't Know Karate, But I Know Ka-Razor! de FILIPE MARQUES**

05.06 – 15.08.2021

**Curadoria:** Isabeli Santiago, Juan Luis Toboso

Esta exposição leva-nos a um estado de grau zero para confrontar a fragilidade e a finitude do corpo, da doença e da sanidade, e das lutas humanas enraizadas no mundo e na natureza. O artista Filipe Marques parte da poética apocalíptica para nos conduzir, enquanto espectadores, a uma aprendizagem da impotência da condição humana e a uma tentativa de controlo de contaminações invisíveis ou equilíbrios de forças e resistências. O seu trabalho desenvolve-se a partir das teorias dos filósofos modernos e de escritores da Antiguidade Clássica, na tentativa de compreender a Humanidade e a construção de um Deus.

Recorre a dispositivos anacrónicos com imagens de pessoas e lugares, reencenando urbanidades em ruína e museografias saqueadas, e revisitando metáforas sobre falhanços e autodestruições às quais, enquanto artista, não quer escapar.

### **ERRO 417: EXPETATIVA FALHADA**

**Expo'98 no Porto**

11.09 – 14.11.2021

**Curadoria:** Marta Espiridião

A exposição propõe uma reflexão em torno das noções de falhanço e sucesso. Estes dois princípios, pelos quais se regem a maioria das sociedades contemporâneas, estão intrinsecamente ligados a diversas condicionantes estruturais - como a cor da pele, o género, a sexualidade, e, acima de tudo, ao cumprimento do expectável papel dentro destas categorias. Assumindo a premissa do falhanço como uma ferramenta de resistência, a exposição pretende apelar a uma crítica dos modelos estáticos de sucesso e falhanço, e ao questionamento do seu papel na construção da vida pessoal e comum.

Projeto vencedor do concurso "*Expo'98 no Porto*" para o piso 0 da Galeria Municipal.

**A HORA ANTES DO PÔR DO SOL de MILENA BONILLA**

11.09 – 14.11.2021

**Curadoria:** Juan Luis Toboso

A partir de uma das últimas cartas escritas por Rosa Luxemburg a seu amigo Hans Diefenbach, a artista colombiana Milena Bonilla convida-nos a pensar nas possibilidades de construção de um imaginário que navega pela literatura, botânica, referências históricas pontuais e mitologias coletivas. Aqui, "*essa hora antes do pôr do sol*" surge enquanto conceção de um momento temporal mágico que liga o passado com o presente mediante a criação de ressonâncias afetivas. O projeto infiltra-se nos espaços simbólicos de interstício entre o Jardim do Palácio de Cristal, a Biblioteca Municipal Almeida Garrett e a Galeria Municipal do Porto no sentido de relacionar diferentes formas de produção de conhecimento para investigar a noção de algo a que poderíamos chamar de '*temporalidade histórica suspensa*'.

orky @

## B. EDIÇÕES

As Edições da Galeria Municipal do Porto são concebidas a partir dos seus projetos expositivos e programas públicos e resultam da vontade de documentar, divulgar e promover o diálogo e a investigação de ideias em torno das artes. Na conceção de cada edição, convidam-se artistas, curadores, críticos e pensadores, para que se debatam as temáticas levantadas por cada projeto, contribuindo assim para a criação de um espaço de reflexão sobre as tendências artísticas e discursivas atuais. Durante 2021 serão publicadas sete novas edições: Que horas são que horas. Uma galeria de histórias, que resulta da exposição com curadoria de José Maia, Paula Parente Pinto e Paulo Mendes; Nets of hyphae, em parceria com a Kunsthall Trondheim, sobre a exposição de Diana Policarpo com curadoria de Stefanie Hessler; Pés de barro, relativo à exposição com curadoria de Chus Martinez e Filipa Ramos; Boy meets Girl (Behind the border), catálogo da exposição que decorre de uma proposta curatorial de Guilherme Blanc; Atravessar a fronteira, publicação associada ao projeto desenvolvido por Pedro G. Romero para a Galeria Municipal do Porto; Pandemic, editada a partir da exposição do artista Filipe Marques com curadoria de Isabeli Santiago e Juan Luis Toboso; e, finalmente, A hora antes do pôr do sol, catálogo da exposição da artista colombiana Milena Bonilla, desenvolvida para a Mezzanine da Galeria Municipal.

## C. PROGRAMA PÚBLICO E EDUCATIVO

### PROGRAMA PÚBLICO:

A Galeria Municipal do Porto propõe a mediação de encontros informais entre públicos ao consolidar um conjunto de iniciativas desenvolvidas em colaboração com artistas e curadores no contexto das exposições. Com uma nova estrutura que tem como base três tipologias de ações públicas gratuitas – Visitas, Conversas e Performances –, os programas partem das especificidades e potencialidades de cada exposição, podendo incluir também concertos, cinema e outras atividades.

### PROJETO EDUCATIVO:

A Galeria Municipal do Porto oferece à comunidade escolar de todas as idades e grupos formativos visitas guiadas às exposições, percursos, workshops e participação em ações dos Programas Públicos.

### PING! - Programa de Incursão à Galeria

**PING!** parte de uma ideia de “vai e vem” discursivo. Dirigido a jovens adultos a frequentar o ensino secundário ou superior, cuja voz queremos que tenha impacto na

Galeria Municipal do Porto, este projeto educativo tem como objetivos principais encorajar o pensamento, estimular linguagens artísticas, educar para a estranheza, e estabelecer ligações com contextos geográficos e simbólicos.

O **Ping!** atua em dois campos principais: o insitu, que abrange a geografia e a história dos Jardins do Palácio de Cristal; e o exodus que expande as ações para a envolvente urbana da GMP. No insitu estruturam-se dois eixos programáticos: o GINECEU e ESTIGMA, voltado para um pensamento sobre a botânica e o De-Colonial 34, que incidirá sobre o património e legado da Exposição Colonial de 1934. No exodus o Studio-Visits irá organizar um conjunto de visitas a estúdios de artistas e às galerias do quarteirão de Miguel Bombarda ou outras mais independentes fora deste quarteirão, e um conjunto de *workshops* que levará artistas que estão em exposição na GMP a desenvolver ações educativas com as escolas do secundário e ensino superior.

O projeto desenvolve-se a partir de cada exposição, com um conjunto de 3 a 4 sessões de continuidade, que acontecem em três locais distintos:

#### Na Galeria Municipal do Porto, com:

- Aulas Abertas por curadores, artistas e especialistas
- Visitas Guiadas por educadores

#### Na Sala de Aula, experimentando práticas artísticas menos habituais nos currículos, com:

- Workshops
- Projeção de filmes e leituras partilhadas

#### E Fora de Portas, com:

- Derivas
- Percursos sonoros ou ilustrados

### EMBAIXADORES PING!

Em diálogo estreito com os professores que incentivam os alunos à participação num contexto cultural e artístico, o projeto educativo integra o grupo de Embaixadores PING!, formado por jovens adultos que construirão em conjunto uma plataforma de encontro e de reflexão sobre a contemporaneidade.

Mensalmente são promovidas ações de dinâmica de grupo, partilha de experiências e reflexões, e de aproximação às equipas de curadoria e produção da GMP. Ao assumirem o papel de Embaixadores PING! os alunos partilham o projeto com a sua turma de origem através de ações que podem passar por orientar visitas guiadas, moderar conversas, visitar técnicas artísticas, ou outras que cada um queira propor e implementar.

## 2. PLÁKA

### MISSÃO:

**PLÁKA** reúne projetos que consubstanciam a política municipal de apoio à prática artística contemporânea no Porto, dando forma às iniciativas **Aquisições, Colectivos Pláka, Anuário, Criatório, Shuttle e Inresidence**, com as bolsas **Inresidence** e os **Ateliers Municipais**.

Mediando processos de criação, reflexão e investigação em diferentes territórios da arte contemporânea, constitui-se enquanto plataforma de medidas de apoio financeiro, científico e crítico a artistas e agentes culturais no campo da criação contemporânea, e simultaneamente de reflexão sobre a sua articulação com a política cultural do município.



### A. AQUISIÇÕES

#### DESCRIÇÃO E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS:

O projeto **Aquisições** privilegia a documentação da prática artística do Porto através da aquisição de novas obras a integrar na Coleção de Arte Municipal. As novas aquisições decorrem de recomendações realizadas ao município por um grupo de especialistas em diferentes domínios da arte contemporânea que acompanha e avalia projetos artísticos apresentados em contexto de galeria ao longo do ano.

O projeto tem como principais objetivos dinamizar a Coleção de Arte Municipal, valorizar o património artístico do Porto e documentar a memória da prática artística da cidade.

Em 2020 o projeto incluiu uma nova vertente de aquisição de obras de arte diretamente a artistas visuais sediados no Porto, com um reforço no orçamento, e mediante propostas enviadas diretamente pelos artistas e avaliadas pelo mesmo comité de seleção.

#### PROGRAMA DE ATIVIDADES 2021

2021 verá a continuação da iniciativa, na quarta edição do projeto Aquisições, mantendo-se as duas vertentes de aquisição de obras: através da compra direta a galerias de arte comerciais da cidade do Porto, com o mesmo orçamento do ano anterior, e através da aquisição direta a artistas sediados na cidade, com uma dotação orçamental própria e reforçada em relação à edição anterior.

Em janeiro será constituído um novo comité de seleção.

### B. COLECTIVOS PLÁKA

#### DESCRIÇÃO E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS:

O programa **Colectivos Pláka** reúne grupos de reflexão e produção de pensamento sobre arte contemporânea e a prática artística, coordenados por coletivos de Tutores que programam cursos dedicados a temáticas específicas.

Esta iniciativa tem como objetivo central exponenciar as oportunidades de pensamento, aprendizagem e partilha de conhecimento entre artistas e agentes culturais residentes no Porto, possibilitando oportunidades de encontro com discursos relevantes nos domínios da arte contemporânea e novas formas de reflexão sobre a produção artística.

Os grupos podem ser integrados pelos participantes através de candidaturas. Os resultados de cada ciclo de formação são apresentados através de uma série de publicações.

#### PROGRAMA DE ATIVIDADES 2021

Os **Colectivos Pláka** regressarão em 2021 com dois novos cursos. No primeiro semestre o programa receberá um curso da académica indiana Chakravorty Spivak, considerada uma das mais importantes intelectuais dos estudos pós-coloniais. A programação do segundo curso, apontado para o segundo semestre do ano, ainda está a ser definida.



### C. ANUÁRIO

#### DESCRIÇÃO E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS:

O Anuário é uma exposição que documenta a prática artística e curatorial do Porto e que resulta de um trabalho de um coletivo de curadores que analisa o programa expositivo de diversos espaços públicos da cidade durante um período de doze meses.

O projeto parte de um processo curatorial participado e atuante, orientado por João Ribas e Guilherme Blanc, exigindo por parte dos curadores acompanhamento, documentação e reflexão próximos à prática artística apresentada no Porto.



#### PROGRAMA DE Atividades 2021

A terceira edição do Anuário está a ser desenvolvida pelo coletivo de curadores convidados pelos comissários: Andreia Garcia, Ana Resende, Pedro Magalhães, Melissa Rodrigues e Pedro Augusto. Deste processo de trabalho resultará a terceira exposição, a ser inaugurada em fevereiro de 2021 em espaço ainda a definir.

Em 2021 o projeto incluirá ainda a edição de uma publicação que integrará conteúdos escritos e visuais relacionados com as três exposições apresentadas no âmbito do Anuário, em 2019, 2020 e 2021.

### D. CRIATÓRIO

#### DESCRIÇÃO E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS:

Criatório é um concurso anual de apoio à criação artística no Porto que abrange diferentes áreas: Artes visuais e curadoria; Artes performativas; Composição, programação e performance musical; Literatura e ensaio crítico.

Em 2020, o Criatório viu o seu orçamento reforçado e a criação de uma nova área, distinta da criação artística – o apoio a espaços sob a alçada de entidades sem fins lucrativos, que desenvolvam atividades culturais com ligação a expressões artísticas contemporâneas.

Este programa de financiamento tem como principais objetivos contribuir para a consolidação da atividade de artistas e agentes culturais provenientes de múltiplas disciplinas, e que no Porto podem encontrar um contexto propício ao desenvolvimento de atividades de carácter artístico.

Nas últimas quatro edições – 2017, 2018, 2019 e 2020 - foram apoiados 63 novos projetos de criação artística e 15 espaços de programação. Dada a expansão do programa para incluir uma nova categoria de apoio, o júri de 2020 foi composto por dois grupos distintos, que se ocuparam de avaliar, separadamente, as áreas de criação artística e espaços







#### PROGRAMA DE ATIVIDADES 2021

Em 2021, o Criatório prevê apoiar 15 novos projetos de criação artística e 10 espaços, com a atribuição de bolsas no valor de 15 mil euros. Será também constituído um novo júri, composto por dois grupos distintos para avaliação de cada uma das modalidades do concurso.

#### E. SHUTTLE

##### DESCRIÇÃO E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS:

O programa Shuttle tem como principais objetivos promover internacionalmente a cultura da cidade e o trabalho de artistas, autores e agentes culturais sediados no Porto.

Esta iniciativa visa atribuir bolsas de apoio à internacionalização nas áreas de artes visuais e curadoria, artes performativas, performance e composição musical, tradução e criação literária e ensaística.

#### PROGRAMA DE ATIVIDADES 2021

Em 2021 o programa Shuttle regressará com um novo júri, a nomear, e um orçamento de apoio superior em relação às edições anteriores, num total de 75.000,00 €, reforçando o compromisso com o apoio à internacionalização dos projetos artísticos da cidade e dando resposta à grande adesão por parte da comunidade artística ao programa de financiamento.

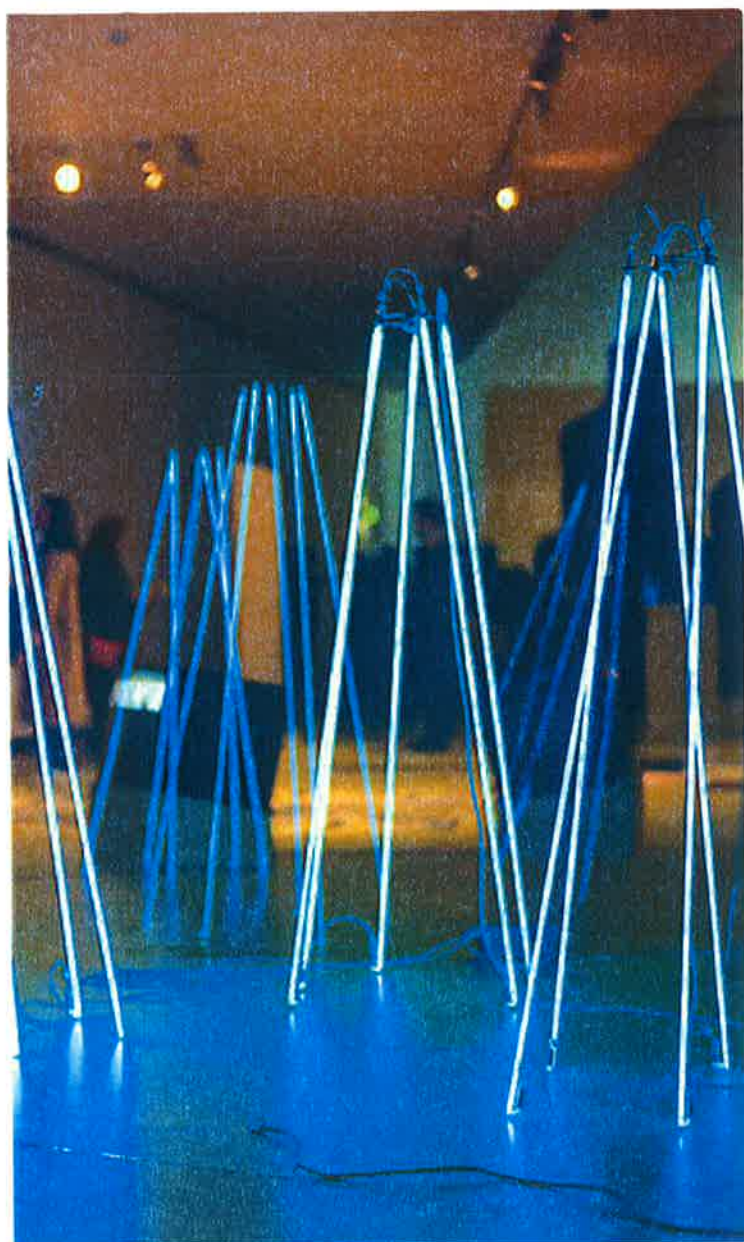
#### F. INRESIDENCE

##### DESCRIÇÃO E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS:

*InResidence* é uma plataforma que aproxima artistas a oportunidades de trabalho, na área de artes visuais e demais disciplinas artísticas, em espaços da cidade do Porto.

O *InResidence* integra dois projetos distintos:

1. Bolsas *InResidence*, um programa de financiamento a projetos de residência artística, com a duração mínima de dois meses, em espaços de residência não municipais. Atualmente existem 12 espaços da cidade inscritos na plataforma. Os valores anuais de financiamento são diretamente atribuídos aos espaços gestores dos programas de residência, variando entre os 4.000 e os 6.000€, consoante a origem do artista seja nacional, europeia ou de fora da Europa. Em 2019 foram atribuídas 6 bolsas e em 2020 houve um crescimento para 8 bolsas atribuídas a projetos de residência de artistas oriundos do Brasil, EUA, Espanha, Alemanha, Moçambique e Nova Zelândia.



2- **Ateliers Municipais**, o mais recente eixo de apoio à criação artística contemporânea, composto por 6 espaços de trabalho dedicados às artes visuais com rendas acessíveis e durante um período de 3 anos. A atribuição dos ateliers é decidida através de concurso com um júri externo, a decorrer em 2020. Esta iniciativa tem como principais objetivos:

- fomentar o estabelecimento do tecido artístico local, e da sua prática profissional, no centro da cidade;
- permitir que a dinâmica cultural possa acompanhar as dinâmicas comerciais, turísticas e de lazer que se desenvolvem no centro histórico do Porto;
- estimular a participação ativa de agentes internacionais na produção artística do contexto local.

#### PROGRAMA DE ATIVIDADES 2021

Para a atribuição das bolsas **inResidence**, os espaços não municipais serão convidados a apresentar as suas propostas de residência de artistas para o ano de 2021 - que deverão ser feitas até ao início de dezembro de 2020 - e que decorrerão no período entre março e dezembro de 2021.

Quanto aos **Ateliers Municipais**, após as obras de recuperação dos espaços, a abertura do primeiro polo na Ribeira dotou o projeto com seis ateliers para prática artista individual, conjunta ou coletiva, com rendas acessíveis e várias tipologias, atribuídos por concurso em 2020. O ano de 2021 será então o primeiro em que artistas visuais da cidade ocuparão estes espaços de trabalho dedicados à criação artística, dotados ainda de uma cozinha e espaço comunitário de refeição e convívio. Os artistas desenvolveram aqui a sua atividade por um período de 3 anos.

### 3. FÓRUM DO FUTURO

#### DESCRIÇÃO E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS:

O **Fórum do Futuro** é um festival de pensamento que decorre na cidade do Porto e que tem como principal objetivo reunir convidados de múltiplas disciplinas e diferentes geografias culturais para refletir sobre questões fundamentais para as sociedades contemporâneas.

Em 2020 está a ser editada uma publicação do Fórum do Futuro que reúne contributos de várias figuras-chave, como ensaios textuais e visuais, que refletem sobre as temáticas que estariam em discussão no Festival de 2020, que não se realizou devido à declaração de emergência de saúde pública em 30/01/2020 e tendo em 11/03/2020

a Organização Mundial de Saúde classificado a doença Covid-19 de pandemia.

Com a reorganização do Departamento de Arte Contemporânea e Cinema e a divisão do mesmo entre as áreas da arte contemporânea e do cinema (através do novo Departamento de Cinema e Imagem em movimento), o **Fórum do Futuro** terá em 2021 um ano de interregno para uma reavaliação e reestruturação da programação.

Neste sentido, em 2021 pretende-se dar continuidade à divulgação e distribuição internacionais da publicação editada no presente ano.

### 4. PAULO CUNHA E SILVA ART PRIZE

#### DESCRIÇÃO E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS:

O **Paulo Cunha e Silva Art Prize** foi criado em 2016 enquanto projeto de homenagem ao vereador da Cultura que exerceu funções de setembro de 2013 até ao seu falecimento a 11 de novembro de 2015. O prémio sediado na cidade do Porto tem um valor monetário de 25.000 euros e dirige-se a artistas internacionais com menos de 40 anos que não tenham tido mais do que uma exposição individual em instituições ou espaços de relevo internacional.

Os artistas nomeados são indicados por um conjunto de 16 curadores escolhidos pelos 4 elementos do júri convidados pelo Departamento de Arte Contemporânea e Cinema da Ágora. Cada um dos curadores indica três artistas, formando um conjunto de 48 artistas cujos portefólios são apreciados pelo júri. Deste conjunto são selecionados seis finalistas, que apresentam o seu trabalho numa exposição coletiva na Galeria Municipal do Porto. A decisão final do júri é tomada após a análise das obras apresentadas e, durante o decorrer da exposição, é anunciado o vencedor.

#### PROGRAMA DE ATIVIDADES 2021:

Em 2021 dar-se-á início aos trabalhos da 3.<sup>a</sup> edição do prémio, que contará com um novo júri, que convidará 16 curadores a indicar 48 novos artistas. No verão de 2021 serão conhecidos os 6 finalistas cujos trabalhos serão expostos na Galeria Municipal do Porto em 2022, ano em que será anunciado o vencedor do prémio no valor de 25.000€.



## 5. FONOTECA MUNICIPAL

### DESCRIÇÃO E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS:

A Fonoteca Municipal do Porto é um arquivo sonoro e um espaço público de apreciação musical constituído pela coleção de discos de vinil da cidade.

Inserido na Plataforma de Campanhã, o projeto inclui um acervo de cerca de 35 mil fonogramas, na sua grande maioria provenientes de coleções doadas à Câmara Municipal do Porto pela Rádio Difusão Portuguesa e pela Rádio Renascença.

Além de disponibilizar um arquivo representativo de grande parte da produção discográfica em Portugal, na coleção também se encontram discos importados, de artistas internacionais e obras de conteúdo não musical, como poesia ou discursos políticos.

A Fonoteca assume assim um compromisso divulgativo e pedagógico aberto a todos os públicos, oferecendo uma agenda de atividades que reflete a intenção de relacionar a história da música com a cultura contemporânea.

### PROGRAMA DE ATIVIDADES 2021:

Com abertura ao público a 26 de setembro de 2020, a Fonoteca Municipal propõe em 2021 uma série de atividades cuja programação está a ser definida e que envolve:

- A criação de *podcasts* associados a atividades e/ou mostras visuais no espaço da Fonoteca, nos quais são divulgados materiais que integram a coleção;
- Concertos de artistas convidados, enquadrados na criação e produção musical atual, tendo como base o arquivo existente;
- Programas de escuta ativa semanal, incentivada por convidados que propõem um disco e a partilha de experiências pessoais e históricas musicais;
- Visitas escolares articuladas com instituições educativas;
- Uma residência artística anual.

## 6. COPRODUÇÕES – PROJETOS DE ARTE CONTEMPORÂNEA

### DESCRIÇÃO E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS:

Com o propósito de apoiar ações culturais e artísticas de qualidade e diversidade reconhecidas, com especial incidência na área das artes visuais, ao longo de 2021 serão promovidas coproduções com várias entidades sediadas na cidade do Porto.

### COPRODUÇÕES E PARCERIAS PARA 2021:

- Com a Target Paralel Lda., para a realização de uma nova edição da “Porto Academy”;
- Com a Kunsthalle Lissabon para a publicação de uma monografia da dupla de artistas Mariana Caló e Francisco Queimadela, vencedores da primeira edição do Prémio Paulo Cunha e Silva;
- Com a Saco Azul Associação Cultural para a realização da exposição “This is my City” e edição do catálogo “Picture Generation”.

Ao longo de 2021 serão promovidas outras coproduções relacionadas com projetos de arte contemporânea ainda a definir.

## ARTE E COESÃO

### Linhas estratégicas dos projetos do Gabinete de Arte e Coesão:

O Gabinete de Arte e Coesão integra o programa **Cultura em Expansão**, tendo como principais objetivos o acesso direto e gratuito à cultura e a criação de oferta cultural de elevada qualidade junto a populações de bairros sociais e em locais da cidade onde o acesso à cultura pode estar mais condicionado.

A programação do Gabinete de Arte e Coesão é composta por múltiplos formatos de apresentação em espaços excêntricos aos locais tradicionais da cultura do Porto, promovendo a aproximação entre as associações locais, o tecido artístico da cidade e os habitantes de diferentes geografias urbanas.

O Gabinete de Arte e Coesão pretende estimular o desenvolvimento de veículos de exploração e descoberta dos territórios da cidade através de diversas disciplinas artísticas. Estas iniciativas possibilitam um desenvolvimento e formação de novos públicos, que usufruem de programas de periodicidade regular e contínua e que também participam em atividades de criação e experimentação artística em projetos de envolvimento cultural com residentes.



## 1. CULTURA EM EXPANSÃO

### MISSÃO

O Cultura em Expansão é um programa anual de entrada livre que apresenta iniciativas artísticas em associações de moradores e coletividades, permitindo o acesso direto a uma programação cultural multidisciplinar em bairros sociais do Porto e zonas mais carenciadas, onde o acesso à cultura está mais condicionado. O programa tem procurado ações de proximidade com a população local, através de projetos e residências comunitárias, promovendo a aproximação entre as associações, o tecido artístico e os habitantes da comunidade.



### DESCRIÇÃO E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS:

- Permitir um acesso não condicionado por fatores sociais e económicos à oferta cultural da cidade;
- Promover a coesão social e a regeneração urbana através da arte e cultura;
- Eliminar barreiras sociais e encurtar distâncias culturais;
- Estimular o envolvimento da comunidade artística na reativação de associações de moradores e auditórios de freguesia;
- Envolver moradores de bairros sociais da cidade na criação artística local e nacional;
- Desafiar artistas e agentes culturais para a criação de projetos artísticos, através de residências de longa duração em territórios específicos da cidade com a população local, potenciando a formação e educação de públicos pela integração de crianças e jovens nas iniciativas.

### PROGRAMA DE ATIVIDADES 2021

Para a apresentação do programa Cultura em Expansão, foi criado um modelo estruturado, a partir da coesão entre estruturas artísticas e associativas, que nele ganham um novo papel de participação e de construção no projeto.

Foi criada uma rede de apresentação com as estruturas do Auditório da Junta de Freguesia de Campanhã, do Auditório do Grupo Musical de Miragaia, a Associação de Moradores do Bairro Social da Pasteleira – Previdência/Torres, e a Associação de Moradores do Bairro da Bouça, assumindo o papel de quatro novos centros culturais na cidade do Porto.

Para o sucesso deste modelo foram essenciais as parcerias estabelecidas com as estruturas que se encarregaram do acompanhamento do programa em cada local – o Visões Úteis em Campanhã, o Teatro do Frio na Pasteleira, a Confederação em Miragaia e a Sonoscopia na Bouça.

As quatro parcerias representam pontos de contacto entre residentes, coletividades, público e artistas, sendo fundamentais para o envolvimento das comunidades locais em atividades cuja componente participativa, através de criações em residência, tem vindo a crescer.

Para 2021, a participação das estruturas parceiras no programa será largamente ampliada: lançando-se o desafio para que as estruturas fiquem responsáveis pela



programação de cada um dos territórios onde estão sediadas, em articulação com a equipa do Cultura em Expansão.

De seguida apresenta-se uma descrição da programação do Cultura em Expansão por áreas artísticas, com a indicação de alguns espetáculos que já se encontram definidos para 2021, nomeadamente nas áreas da música e nos projetos colaborativos.

Toda a programação do Cultura em Expansão de 2021 ficará definida e concluída até final de outubro de 2020.

## PROGRAMAÇÃO:

### MÚSICA

Com este programa pretende-se a criação de oportunidades culturais de elevada qualidade para as populações de bairros sociais, grupos socialmente desfavorecidos, população idosa, famílias e comunidade.

Não se tratando de um programa de simples apresentações, é feito um esforço múltiplo de envolvimento da população local, realizado com as estruturas artísticas residentes em cada território, que promovem o contato entre o público e os artistas.

Estes são os espetáculos já definidos para 2021:

- BONGA
- Krake & Adolfo Luxúria Canibal
- Kussondulola
- Festival 'TAINA FEST'
- Massimo Pupillo
- Liz Kosack

### DANÇA - Programa de solos com coreógrafos jovens e consagrados

Neste programa de solos de dança, é feito um grande investimento na participação da população local e do envolvimento do público de todas as faixas etárias, que é convidado a participar, conhecer e interagir com a comunidade artística.

Todo o programa é desenhado para funcionar de uma forma interativa, com visitas a centros sociais, ATLS e outras associações locais, previamente ao espetáculo, com participação dos artistas. No final dos espetáculos temos sempre um momento de partilha entre os artistas e a população, para discussão e recolha de impressões, esclarecimentos, ou simples conversa.

### TEATRO - Programa de teatro colaborativo e inclusivo:

Com um programa de teatro diversificado, tem-se procurado estabelecer ações de proximidade com a população local através de projetos criados a partir

do território, promovendo a aproximação entre as associações locais, o tecido artístico da cidade e os habitantes de diferentes geografias urbanas. Para cada atividade, procura-se quebrar as barreiras sociais e culturais, criando proximidade entre os artistas e a comunidade.

Os próprios espaços onde as atividades acontecem favorecem a aproximação, uma vez que se tratam de espaços não convencionais, maioritariamente associações de moradores, que convidam a momentos informais de partilha entre os artistas e o público.

Em 2021 apresentaremos, entre outros, o projeto **COZINHA(s)**, do Teatro Experimental do Porto. Em 2021 estão programadas a apresentação de 3 solos em diferentes espaços e a **'Maratona de cozinhas'**, onde serão apresentados todos os monólogos.

### Performance

Pretende-se com este programa de performances dar azo à experimentação artística em espaços de apresentação excêntricos aos palcos e espaços tradicionais da cultura da cidade potenciando a formação e educação de novos públicos, que por razões sociais e económicas estão menos expostos a atividades de performance contemporânea.

Para 2021 estão já definidas as performances **"I could write a song"** de Nuno Lucas e **"ESTRO WATTS"** do Teatro Experimental do Porto.

### Projetos Colaborativos

Neste grupo de atividades, colocamos o desafio a artistas e agentes culturais para a criação de projetos artísticos, através de residências de longa duração em territórios específicos da cidade com a população local, potenciando a formação e educação de públicos pela integração de crianças e jovens nas iniciativas, sensibilizando-os para a apreciação e compreensão do fenómeno artístico.

Por julgarmos essencial a inclusão de projetos permeáveis à aprendizagem, apresentamos uma forte vertente educativa e formativa transversal a todo o programa.

Os projetos de processo criativo acompanhado com grupos de residentes são mais extensos e desenvolvem-se por todo o território, estreitando a ligação entre a arte e os seus públicos.

Os projetos já definidos para 2021 são os seguintes:

- **'SILVAR'** - Ricardo Martins com a Banda Marcial da Foz;
- **'BRADO'** - Margarida Mestre em cocriação com a comunidade cigana dos Bairros de Contumil e Lagarteiro;
- **MAPA EMOCIONAL DE MIRAFLOR;**
- **A-JUN-TA-MEN-TO**, performance de comunidade.

## 3.2 Cinema e Imagem em Movimento

### Projetos:

1. Cinema Batalha
2. Porto Film Commission
3. Coproduções de Cinema

#### 1. Cinema Batalha

##### MISSÃO E PRINCIPAIS EIXOS ESTRATÉGICOS

A cidade do Porto reivindica, há várias décadas, o acesso regular ao cinema dos diferentes períodos e estéticas que constituem a História do Cinema. Ao mesmo tempo, a par desta manifesta necessidade de existência de um projeto agregador dedicado à memória do Cinema (também do cinema da cidade), existe a necessidade premente de um projeto que se apresente como divulgador das novas tendências do Cinema, e que pense a cultura do nosso tempo a partir da Imagem em Movimento e da disciplina do Cinema.

O novo projeto do Cinema Batalha, encerrado enquanto cinema de exibição comercial desde 1947, vem suprir esta evidente lacuna na cultura da cidade do Porto, assumindo-se como uma peça fundamental nas dinâmicas de fruição cultural e de bem-estar sociocultural. Neste contexto, o projeto do Cinema Batalha tem como prioridade cumprir um papel que complemente e potencie a atual dinâmica cultural da cidade do Porto:

- Identificando as principais lacunas que se fazem sentir no domínio do conhecimento sobre Cinema e Imagem em Movimento, nos seus diferentes períodos históricos e estéticos;
- Considerando o tecido sociocultural da cidade em toda a sua diversidade, nomeadamente a nível das práticas de consumo e de programação cultural;
- Atendendo às vicissitudes logísticas e tecnológicas contemporâneas na área da exibição cinematográfica.

A partir deste quadro operativo, definiram-se como principais eixos estratégicos que orientam a missão programática do novo projeto:

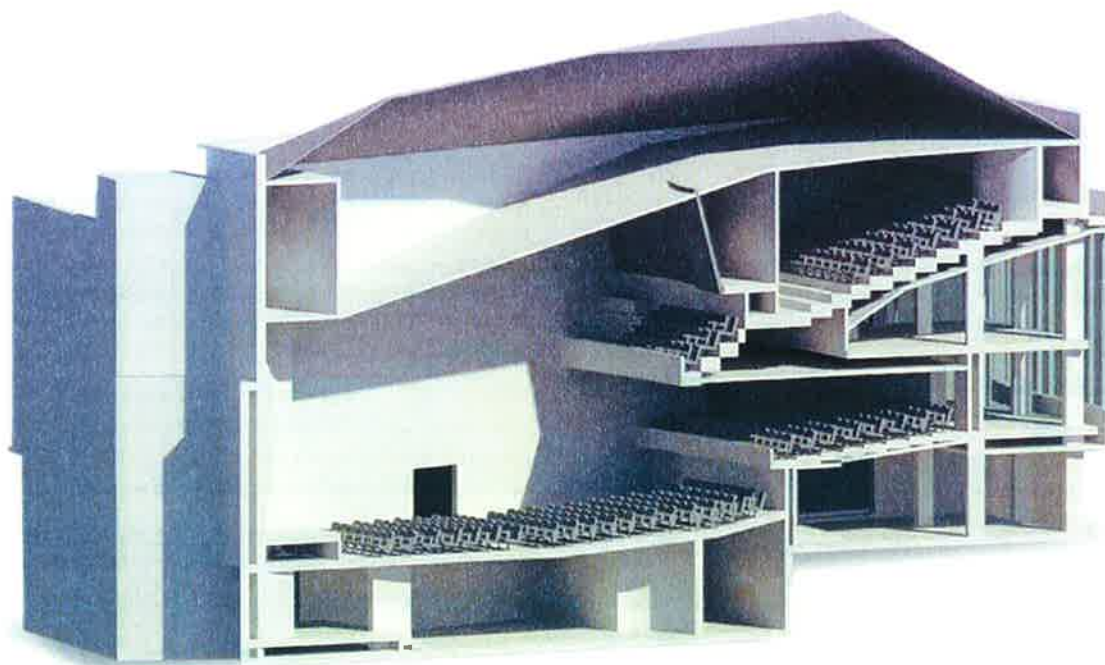
- o conhecimento sobre a História do Cinema através de sessões regulares de cinema de arquivo, em formatos analógicos e digitais;
- a disseminação de discursos contemporâneos na área do Cinema sem canais de difusão no circuito comercial e nos festivais de cinema existentes;
- o apoio a agentes programadores e distribuidores na apresentação de novas cinematografias, e novos debates, na área do Cinema e da Imagem em Movimento;

- o apoio à investigação no domínio da História do Cinema e do pensamento crítico sobre a Imagem em Movimento;
- as ações de cruzamento disciplinar entre a Imagem em Movimento e outras artes, nomeadamente as visuais, através de projetos expositivos.

O projeto do novo Cinema Batalha não se propõe por isso ser um mero cinema, ou conjunto de salas de exibição de cinema, constituindo-se antes como um centro cultural para o cinema e imagem em movimento, aberto à história, a expressões contemporâneas e a intersecções disciplinares.

Para desenvolver este projeto e levar a cabo a missão programática suprarreferida, o equipamento foi reabilitado e as suas funcionalidades repensadas. O equipamento passará a incluir:

- Duas salas de exibição que consigam dar resposta às necessidades técnicas, estéticas e programáticas das cinematografias a exhibir – uma sala de 375 lugares, e uma sala-estúdio de 135 lugares.
- Equipamento de projeção e som atualizado do ponto de vista tecnológico e simultaneamente preparado para a exibição em todos os formatos, digitais e analógicos/em película;
- Sala de estudo e de investigação, com uma biblioteca especializada em cinema e uma mediateca aberta ao público;
- Espaço expositivo com duas salas, onde se provocarão relações de encontro entre o cinema e as artes visuais;
- Área de cafetaria que facilite e fomente dinâmicas de lazer e fruição cultural complementares às de exibição em sala.



Pretende-se assim, com este projeto e todas as iniciativas programáticas que lhe estarão associadas:

- Formar novos públicos para a Cultura através do Cinema;
- Dar a conhecer a cultura nacional e internacional através da história do Cinema e da Imagem em Movimento;
- Estimular o pensamento sobre as sociedades de hoje através do Cinema;
- Valorizar o Património material e imaterial da cidade do Porto;
- Criar novas dinâmicas de consumo cultural e de lazer no centro da cidade através do Cinema, nomeadamente a partir de uma ligação intensa a públicos escolares e a conteúdos curriculares educativos.

#### **Equipa**

A equipa do Cinema Batalha organiza-se segundo quatro eixos principais, que colaboram e se assistem dependendo do projeto ou função a desempenhar:

##### **a) Equipa Artística**

Responsável por pensar, debater e implementar o projeto artístico, programando e concebendo as atividades do Cinema Batalha referentes a todos os eixos de programação. Para isso, a equipa artística desenvolverá um trabalho de identificação e colmatação das lacunas existentes no acesso à cultura na área do Cinema no Porto, e desenhará o programa considerando o tecido sociocultural existente, em articulação com festivais, programadores, distribuidores e outros agentes culturais da área.

##### **b) Equipa Executiva e de Produção**

Responsável por todos os processos administrativos inerentes ao projeto, assegurando a gestão orçamental e de recursos humanos do Cinema Batalha assim como a gestão do edifício. Trabalha em estreita ligação com a Direção Artística na elaboração do plano de atividades e orçamento, estando incumbida de executar e controlar a execução do mesmo.

##### **c) Equipa Técnica**

Responsável pela gestão de todos os setores técnicos, manutenção de equipamentos técnicos e de palco, manuseamento de todos os equipamentos do Cinema Batalha, gestão e atendimento ao público da Biblioteca/ Mediateca e bilheteiras e coordenação da equipa de assistentes de sala.

##### **d) Equipa de Comunicação e Mediação de Públicos**

Responsável pela realização do plano estratégico de promoção e divulgação da programação do Cinema Batalha, em coordenação com a equipa artística; execução dos planos de comunicação, controlando os processos de conceção, produção e distribuição dos suportes promocionais de cada projeto, gráficos e audiovisuais; assessoria de imprensa e parcerias de comunicação e elaboração de um plano para a captação e formação de novos públicos.

2021

### Resumo da atividade a desenvolver em 2021

A atividade prevista para 2021, no âmbito do funcionamento do projeto 'Cinema Batalha', relaciona-se com todas as ações implicadas na abertura do equipamento, calendarizada para janeiro de 2022.

A obra do Batalha tem término atualmente previsto para setembro de 2021, sendo que os meses de outubro, novembro e dezembro servirão para instalar equipamentos, preparar os espaços públicos com todos os equipamentos e mobiliários necessários, instalar os espaços de trabalho, formar todas as equipas técnicas e de apoio a públicos no local e junto dos respetivos equipamentos.

O ano de 2021 será, portanto, um ano de desenvolvimento de trabalho de preparação e instalação a vários níveis, que terá de estar plenamente concretizado aquando do momento da abertura ao público, agendada para janeiro de 2022.

A saber:

- Conceção e produção programática para o primeiro semestre de 2022
- Criação e desenvolvimento comunicacional
- Preparação e instalação técnica
- Preparação e formação de equipas

### Conceção e produção programática para o primeiro semestre de 2022

A partir de janeiro de 2021, a futura equipa artística iniciará todo o trabalho implicado no desenvolvimento programático do projeto.

Ao longo do próximo ano, a equipa terá de trabalhar de forma a ter pronta a programação e conteúdos públicos para o primeiro semestre de programação (de janeiro a julho de 2022), e em fase avançada de planeamento a programação do segundo semestre do mesmo ano.

Para realizar este objetivo, a equipa artística deverá programar e garantir a produção de todas as atividades culturais em causa, implicando nomeadamente: realizar a investigação necessária à criação de novos programas, convidar realizadores e produtores de cinema para disponibilizar conteúdos, avaliar propostas de conteúdos já existentes (provenientes dos múltiplos festivais e ciclos de cinema presentes na cidade), editar conteúdos para inclusão nos múltiplos suportes de comunicação.

Este processo de trabalho implicará ainda a realização de várias parcerias com instituições de cinema análogas a nível internacional (incluindo cinematecas e institutos de cinema internacionais), contratação com distribuidoras de filmes nacionais e internacionais, parcerias no âmbito educativo com escolas e outras entidades educativas, e parcerias com outras instituições com as quais a missão se relacione a nível local, nacional e internacional, nomeadamente as governamentais (MC, ICA, Cinemateca Portuguesa).

### Criação e desenvolvimento comunicacional

Durante 2021 será elaborado de raiz o plano de comunicação do Cinema Batalha, incluindo a criação de toda a identidade gráfica do projeto.

Neste âmbito, incluem-se os trabalhos de definição de estratégia geral de imagem e comunicação, criação de website e plataformas digitais, produção de sinalética do edifício, e produção de todos os materiais (digitais e impressos) de promoção e apresentação da programação do primeiro trimestre de 2022.

Prevê-se que a estratégia de comunicação do programa seja gerida com uma regularidade trimestral, pelo que os materiais respeitantes ao período janeiro 2022 – abril 2022 deverão ser plenamente realizados ainda em 2021.

Este processo será liderado pela equipa artística, em primeira instância (até junho 2021), e posteriormente pelas equipas de produção e comunicação.

### Preparação e instalação técnica

O trabalho de aquisição de todos os equipamentos técnicos e de mobiliário, incluindo os sistemas de projeção, som e luz, será realizado até ao final do primeiro semestre de 2021.

Logo após o término da obra, previsto para setembro de 2021, dar-se-á início à instalação de todos os equipamentos dos diferentes espaços: as duas salas de cinema serão dotadas de diferentes maquinarias para projeção de cinema em diferentes suportes, assim como de sistemas de iluminação com teia e sistema sonoro próprio para apresentações em palco; o espaço da Galeria será equipado com sistema de iluminação versátil para as diferentes necessidades de projetos expositivos e com sistemas de projeção adequados à apresentação de obras fílmicas, assim como de sistema sonoro e de iluminação próprio para projeção de obras de cinema e artes visuais; a Cafeteria/Bar, que será também uma sala polivalente, será equipada com sistema de projeção, sistema de iluminação de palco e sistema de som para apresentações ao vivo; a Mediateca será dotada de uma cabine individual de visionamento, onde se implementará um software de acesso ao arquivo de filmes e obras em vídeo do Cinema Batalha. Para além do equipamento referente às necessidades singulares de cada um dos espaços acima mencionados, será também instalado um sistema sonoro em algumas das áreas comuns do edifício, de controlo centralizado, e um sistema amovível de projeção de cinema ao ar livre no terraço. Depois da implementação dos diversos equipamentos seguir-se-á uma fase de testes, não só no que respeita às condições técnicas de cada sala individualmente, mas também visando assegurar a convivência harmoniosa dos vários espaços. No último trimestre de 2021 será implementado o sistema de bilhética.

Este trabalho será conduzido pela equipa artística e pelas equipas de produção e técnica, cuja entrada no projeto será progressiva, de forma a dar-se resposta aos diferentes prazos e metas de instalação.



### Preparação e Formação de Equipas

Os membros da equipa do Cinema Batalha iniciarão a sua atividade profissional em quatro momentos distintos durante o ano de 2021, de acordo com as suas funções. Em janeiro de 2021 iniciam funções a equipa artística (Diretor, Curador Sénior e Assistente de Programação), que começarão a trabalhar na programação do Batalha e na implementação do projeto da **Porto Film Commission (PFC)**. Em março iniciam funções o Gestor do Projeto Educativo e um Técnico de Comunicação, que darão início, respetivamente, à elaboração do projeto educativo e à implementação da estratégia de comunicação do Batalha. Paralelamente, será avaliada e definida a restante equipa, nas mais variadas áreas, de modo a garantir a abertura ao público do Cinema Batalha em janeiro de 2022.

## 2. Porto Film Commission

### Missão e Principais eixos estratégicos

*Film Commission* é como se designa uma organização não lucrativa que promove e divulga as competências do seu país, região ou cidade, visando captar e apoiar a vários níveis produções audiovisuais. A sua missão consiste em atrair produções audiovisuais, potencializando possibilidades de locais de filmagem e facilitando a utilização dos mesmos. O conceito surgiu nos EUA na década de 50 tendo sido replicado progressivamente por todo o mundo. Funciona ainda como uma eficaz ferramenta de marketing para o território que representa, fomenta a colaboração gratuita com empresas e profissionais do setor, incrementa o número de produções na sua região, contribuindo para o desenvolvimento e consolidação da indústria cinematográfica. Desta forma, induz benefícios económicos, laborais, culturais e promocionais para um território concreto.

Criada a 5 de abril de 2005, a **Porto Film Commission (PFC)** centrou a sua atividade ao longo dos últimos anos na atribuição de resposta a solicitações de autorizações para filmagem na cidade. Devido ao tamanho diminuto da organização, conduzida por um único colaborador com pouca autonomia e experiência na área do cinema e audiovisual, a **PFC** nunca conseguiu responder às necessidades que o projeto apresenta, nomeadamente no que toca à captação de investimento audiovisual.

Com a passagem do projeto para a Empresa Municipal Ágora, e respetiva integração no Departamento de Cinema e Imagem em Movimento, prevê-se a constituição de uma equipa, composta por três elementos (coordenador, produtor, técnico de comunicação), com conhecimento e experiência na área audiovisual, nomeadamente com o *know how* para as seguintes funções: saber interpretar guiões, planos de rodagem, antecipar dificuldades e soluções, ser capaz de sugerir e adequar a resposta a pedidos de

apoio; com conhecimento atualizado e dinâmico da oferta local, nomeadamente a nível de equipas, meios técnicos, competências e *locations*; atenta às atividades audiovisuais a decorrer a cada momento (nomeadamente com ligação às produtoras); com perfil de *networking*; capaz de dinamizar a presença em festivais e mercados nacionais e internacionais, captando interesse e projetos para o território. Na área de comunicação e de secretariado existirá uma partilha de recursos com o Cinema Batalha.

Calcula-se que cerca de 30% do orçamento de uma produção é gasto na(s) área(s) onde decorre, através de despesas com salários (técnicos, artistas, outros trabalhadores e figurantes locais), prestações de serviços diretos/indiretos, aluguer de equipamentos, logística (alojamento, alimentação, transportes e materiais), taxas de utilização e tributações fiscais, entre outras.

A partir de 2021, a PFC terá como missão fomentar a produção audiovisual no território e com isso provocar as respetivas externalidades positivas de índole financeira, quer para o sector, quer para a economia da cidade. Graças à sua estratégia de divulgação do território, permitirá ainda agregar de forma colateral a promoção de bens e serviços de outros sectores, representativos do que “*a cidade tem e faz bem*” junto de novos mercados, incluindo o português.

Neste sentido, a PFC tem como função fomentar a empregabilidade num sector onde a regra é a curta duração (dias ou semanas) para técnicos e artistas (*freelancers*) muitas vezes sem trabalho efetivo.

O Cinema estimula muitos dos seus espectadores a visitar os locais de filmagens. Muitas empresas turísticas estão atentas ao fenómeno, que frequentemente origina a criação de circuitos turísticos especializados. Já em 2021, a PFC irá identificar as *mais-valias* (cénicas, técnicas, logísticas e de financiamento) da sua região, e criar estratégias de divulgação que a posicionem como potencial “palco” para a indústria audiovisual. Para tal, deverá estabelecer pontes de comunicação com as inúmeras entidades envolvidas no sector, colaborando na pré-produção de novos filmes, e na ligação entre agentes e produções de audiovisual.

A partir de 2021, a PFC proporá soluções visuais (cenários) adequadas a produções. Deverá organizar visitas a locais previamente selecionados, recolher propostas orçamentais e mediar encontros entre produtores externos e nacionais. Servirá ainda de elo de ligação entre os vários departamentos que contribuem para a atividade e deverá procurar parcerias estratégicas com outras *Film commissions* para coproduções e financiamento.

Por último, a PFC poderá ainda exercer algumas atividades complementares como ações de formação, e eventos públicos conducentes à promoção da cidade.

e  
y  
e

## Resumo da atividade a desenvolver em 2021

De forma sumária, destacam-se as atribuições da PFC para o ano de 2021:

### 1) Promoção das potencialidades do território

Nomeadamente através da criação de uma plataforma digital (bilingue), com base de dados atualizada e exaustiva de: técnicos, produtoras, competências, equipamentos, décors, locations e serviços complementares (catering, casting, por exemplo).

### 2) Mediar mais-valias disponibilizadas pelo Município

- Logística e licenças;
- Meios humanos;
- Espaços municipais;
- Apoio financeiro através de uma bolsa anual de contribuição direta à realização de obras cinematográficas

### 3) Avaliar propostas de filmagem na cidade

Continuará a ser a PFC a avaliar as propostas de filmagem na cidade do Porto, comerciais e não comerciais, cuja apreciação até à data careceu de base técnica e de valências que permitam ao município, nomeadamente, arrecadar receita através do seu potencial de filmagem e mais-valias cenográficas.

### 4) Apoio financeiro e logístico ao audiovisual

A PFC terá ainda como função avaliar propostas de apoio logístico a rodagens a acontecer na cidade do Porto, suportando custos operacionais – como ocupação de espaço público, estadia, deslocações e ambientes cénicos – que viabilizem produções específicas.

A este apoio logístico acresce o apoio financeiro a produções de audiovisual de agentes locais, a decorrer na própria cidade, e que necessitem de complementos orçamentais para que os projetos se possam viabilizar no contexto da cidade do Porto.

Os apoios a atribuir serão avaliados por comissões externas, especializadas em cinema.

### 5) Captação ativa de fundos internacionais

A PFC passará a ser mobilizadora da organização de dossiers e candidaturas (também agregando parceiros) a fundos comunitários, canalizáveis para a dinamização da área audiovisual.

### 6) Captação de produções

Dará início em 2021 um trabalho de captação de produções cinematográficas, nacionais e internacionais, através de ações que atraiam produtoras, televisões ou investidores privados para os projetos a realizar na cidade.

### 7) Location scouting

Dar a conhecer as potencialidades do território, como um atrativo destino para as mais diversificadas necessidades de filmagem, e *repérages*, mediante pedido ou fornecimento de informação preliminar relevante sobre os locais e a sua adequação às necessidades da produção.

### 8) Recursos Técnicos

Criação e manutenção de uma base de dados de serviços de aluguer de todo o tipo de equipamento técnico necessário às produções: câmaras de cinema e digitais, iluminação, maquinaria, geradores, transporte especializado para equipas e material.

### 9) Recursos Humanos

Constituição de uma base de dados de profissionais técnicos de produção e pós-produção: argumentistas, realizadores, produtores executivos, diretores de fotografia, *art directors*, *set decorators*, maquilhadores e cabeleireiros, eletricitas, maquinistas, assistentes de imagem, assistentes de produção, som, compositores musicais, *foley artists*, orquestras, montadores, 3DCGI, etc...

### 10) Casting

Agilizar, com as principais agências de casting e figuração nacionais, uma procura especializada e direcionada, capaz de preencher todas as necessidades da produção. Disponibilizar, através de parceiros, listas de atores e base de dados de casting local.

### 11) Comunicação e Promoção

Produção de conteúdos audiovisuais de promoção do território e da capacidade instalada, a disponibilizar *online*.

### 3. Coproduções de Cinema

#### Missão e principais eixos estratégicos

Sendo o cinema uma área de extrema importância para a cultura no Porto, o município tem vindo a apoiar e cofinanciar um conjunto de atividades do setor que potenciam a oferta cinematográfica na cidade. A partir de uma política de coprodução e parceria com diversas iniciativas de exibição cinematográfica – com diferentes formatos, dimensões e temáticas – o município promove e divulga o cinema no Porto, estimulando uma mediação entre vários agentes, não só a nível local como também nacional e internacional. Para além desse enfoque na promoção e divulgação, estes apoios incentivam e viabilizam simultaneamente uma sinergia entre estruturas de programação e exibição cinematográfica, festivais de cinema e diferentes públicos da cidade.

#### Como principais objetivos estratégicos destacam-se:

- Fomentar a oferta e diversidade estética cinematográfica na cidade a partir do apoio a diversos festivais de cinema e a estruturas de exibição regular e contínua
- Contribuir para a ativação e formação de públicos e práticas de fruição cultural na área do cinema;
- Promover oportunidades de aprendizagem que partem do cinema como plataforma de discussão dos temas mais relevantes da atualidade, permitindo o encontro com novas formas de ver e pensar o mundo;
- Dinamizar uma política de acesso privilegiado ao circuito de cinema no centro do Porto, com descontos e outros benefícios em várias salas com programação regular, que proporciona a fruição do cinema a preços acessíveis para todos;
- Promover a cultura cinematográfica, exibindo novas formas, discursos e práticas do cinema contemporâneo, assim como estimular a apresentação de obras cinematográficas que não se encontram disponíveis nos canais regulares de distribuição.

#### Coproduções e parcerias para 2021, com os seguintes festivais e ciclos de cinema:

- BEAST – Festival Internacional de Cinema
- Family Film Project
- Porto/Post/Doc
- Queer Porto – Festival Internacional de cinema Queer
- Shortcutz Porto
- Fantasporto – Festival Internacional de Cinema do Porto

Ao longo de 2021 serão promovidas outras coproduções relacionadas com projetos de cinema ainda a definir.

#### Projeto TRIPASS:

O **Cartão Tripass**, lançado em 2017, dá acesso privilegiado ao circuito de cinema no centro do Porto com descontos e outros benefícios nas salas dos cinemas Trindade, Teatro Municipal do Porto – Rivoli / Campo Alegre e Passos Manuel. Em todas as sessões de cinema ao longo de um ano, o **TRIPASS** oferece um desconto de 25% sobre o valor do bilhete normal (excepto nas de preço único). O **Cartão Tripass** tem o custo de 10 € e a sua compra dá ainda direito a um bilhete gratuito para uma sessão à escolha num dos 3 espaços e tem validade de um ano, após o momento de compra.

Em 2021 serão mantidas as coproduções **“TRIPASS”** com o Cinema Trindade e o Cinema Passos Manuel, com o objetivo de continuar a fomentar a dinamização e exibição cinematográfica no centro da cidade do Porto, onde se inserem estes dois espaços.









## 3.3 Desporto

### 3.3.1 Introdução

O desporto faz parte da identidade e da história da nossa cidade. Promover o desporto e a atividade física são fatores determinantes na construção de uma cidade que se quer cada vez mais coesa, inclusiva, moderna e sustentável. A exemplo de outras áreas, esse é também um desígnio deste mandato e uma das metas a perseguir pela empresa municipal Ágora.

#### Objetivos gerais

O desporto e a prática da atividade física constituem uma importante componente da vida quotidiana dos munícipes, com reflexos importantes e diretos na sua qualidade de vida, no seu desenvolvimento social e no seu bem-estar físico e psicológico.

O Pelouro do Desporto, em articulação com a empresa municipal Ágora, procura dar resposta a esse desígnio, promovendo e fomentando a atividade desportiva regular, quer a nível *indoor*, com especial incidência nas infraestruturas desportivas municipais, quer a nível *outdoor*, através do desenvolvimento de programas regulares ao ar livre e o apoio à organização dos mais variados eventos desportivos no espaço público na cidade.

Num caso e noutro, sempre com propostas dirigidas a todas as faixas etárias e adaptadas a cada momento e a cada espaço.

#### Objetivos estratégicos

- Promover a generalização da prática de atividade física e desportiva;
- Aumentar o número de infraestruturas desportivas da cidade, dando continuidade ao caminho iniciado em 2013 que pretende diminuir o *deficit* de instalações desportivas na cidade, com incidência em instalações desportivas denominadas de "grandes campos de jogos";
- Continuar a aposta na requalificação das infraestruturas desportivas da cidade através de investimentos criteriosos, garantido assim elevados índices de satisfação dos utentes;
- Apoiar os clubes, as coletividades e as associações, encontrando soluções conjuntas para a requalificação das suas infraestruturas desportivas (próprias ou sob a sua gestão);
- Apoiar os clubes, as coletividades e as associações de modo a garantir o aumento da prática desportiva de crianças, jovens, seniores e veteranos;
- Garantir uma gestão eficiente, integrada e global do parque desportivo da cidade, capaz de garantir a sua maximização e rentabilização, evitando duplicidades e redundâncias;
- Valorizar o desporto no seu todo, desde o desporto de alta competição à atividade física informal, envolvendo os vários agentes desportivos da cidade, o meio associativo e as Juntas de Freguesia;
- Rentabilizar e dinamizar espaços e locais *outdoor* com a realização de atividades de recreação e lazer.



### 3.3.2 Programas de atividade física e desportiva

As tendências que se impuseram em 2020 fruto da pandemia por Covid-19 demonstraram que a aposta do Município do Porto no desenvolvimento de programas e atividades físicas desportivas em espaços exteriores se revelou acertada e oportuna. Aproveitando as fantásticas condições que a cidade oferece para a prática desportiva ao ar livre, desenvolvemos vários programas regulares que tornaram a atividade física acessível a todos, mesmo em contexto pandémico.

#### Plano de atividades

Reforçar ainda mais a prática desportiva informal, aproveitando não só os parques, os jardins e as praias da cidade mas também os equipamentos desportivos municipais para atividades gratuitas, integradoras e diferenciadoras, foi claramente um objetivo identificado e concretizado em 2020 e que pretendemos potenciar nos próximos anos.

Consideramos que o desporto informal deve preencher um espaço vital da cidade, constituindo-se, cada vez mais, como uma alternativa aos equipamentos desportivos tradicionais, vulgo, *indoors*. Nesse sentido, pretendemos identificar e sinalizar novos percursos de corrida e caminhada, tanto na zona ribeirinha, como noutros parques da cidade, nomeadamente o Parque da Cidade e o Parque Urbano da Pasteleira, a exemplo do percurso já existente no Parque Oriental, cuja procura tem superado as melhores expectativas.

O alargamento e a descentralização dos vários programas que promovem a atividade física regular, e que agregam um vasto e diversificado leque de modalidades, continuam a fazer igualmente parte da estratégia desta empresa municipal para os próximos anos.

Também aqui, entendemos que é possível explorar novas geografias, mostrando as potencialidades de espaços mais periféricos na cidade, dando-lhes nova vida e novas possibilidades de vivência através do desporto e da atividade física.

Iniciativas como os programas municipais “*Dias com Energia*”, “*Domingos em Forma*” e “*Desporto no Bairro*” constituem exemplos de sucesso desta estratégia. Mantendo o seu carácter informal e gratuito, a iniciativa pretende alargar não só os locais de prática, como aconteceu em 2020, mas também os parceiros e as modalidades praticadas, indo ao encontro das necessidades, cada vez mais específicas, dos praticantes. Todas as aulas deste programa têm participação gratuita.

A Ágora, como dinamizadora do desporto na cidade, tem como principal objetivo democratizar a prática desportiva no maior número de locais na cidade. Nesse sentido, a criação de novos programas desportivos que sigam as novas tendências da população são as linhas mestras da Unidade Orgânica do Desporto para este próximo triénio.

Com início em 2020 e com aposta redobrada nos próximos anos, é objetivo da Ágora dar continuidade aos seguintes programas desportivos:

- **Aulas de Skate:** Dada a grande procura e evolução desta modalidade olímpica na cidade, especialmente junto do público mais jovem, continuarão a ser promovidas as aulas gratuitas no novo Skate Park do Parque Desportivo de Ramalde/INATEL. A intenção é agora complementar a oferta, juntando às aulas de iniciação, também um nível mais avançado, para todos os que pretenderem aperfeiçoar a sua técnica. Está também prevista e em estudo a ampliação do atual recinto;
- **Desporto no Bairro:** Um programa para promover e incentivar o desporto nos bairros da cidade, nomeadamente através do *Breaking*, modalidade que em 2024 se estreará no programa Olímpico. O objetivo é atrair e criar novas “paixões” nos jovens através do desporto e da cultura urbana, contribuindo assim para um novo rumo pessoal e/ou profissional.

A primeira fase do projeto tem uma duração de quatro meses, entre setembro e dezembro de 2020. As ações decorrem nos próprios bairros, mas também em vários



locais da cidade, fora da realidade do dia a dia dos jovens, de forma a oferecer um contacto com outros ambientes e realidades - como o acesso a eventos locais, *workshops* e ao **Porto World Battle 2021**.

• **Ativação das Zonas Pedonais Temporárias:**

Realização de múltiplas atividades desportivas em várias artérias do centro da cidade. O objetivo é levar o desporto a zonas habitualmente reservadas ao trânsito automóvel, oferecendo um conjunto de experiências que permitam reavivar o espírito de partilha do espaço público. Esgrima, patinagem, minigolfe, kendo, hóquei em campo, basquetebol, tiro com arco, ténis, atletismo e skate são algumas das modalidades que integram este programa.

No ano de 2020, a Avenida Rodrigues de Freitas, a Avenida Paiva Couceiro, a Rua de Cedofeita e o Passeio das Virtudes foram as zonas que concentraram a maioria das atividades, nas manhãs e tardes de domingo. Pretende-se nos próximos anos alargar a oferta desportiva a outros espaços da cidade, alargando também o leque da oferta de modalidades e os clubes/associações envolvidos, contribuindo de forma decisiva para o aumento da prática desportiva.

• **Porto Saudável:** Um programa de caminhadas orientadas por técnicos de educação física, que pretende combater o sedentarismo, promovendo a saúde física e mental dos participantes. Com uma extensão de 5 km, as caminhadas percorrem vários monumentos históricos e pontos de interesse da cidade, aliando desta forma o desporto à cultura.

Em 2020, a edição inaugural deste programa desenvolveu-se em vários percursos da Baixa do Porto e marginal, com partida nos seguintes locais: Praça Gomes Teixeira, Jardim do Calem, Rotunda da Boavista, Avenida dos Aliados, Praça da República e Praça Velasquez. Esta iniciativa realizou-se todos os domingos de manhã, entre os meses de agosto e dezembro, sendo gratuito para todos os participantes.

Em 2021 pretende-se dar continuidade a este projeto de atividade física gratuita, transversal a toda a população.

Simultaneamente, é também objetivo desta empresa municipal lançar as bases para uma rede de lazer ao longo da costa marítima do Porto, com um programa de atividades desportivas e modalidades menos convencionais, como o ioga, a meditação, os jogos desportivos infantis, entre outros.

Estas atividades, conciliadas com o conceito do programa **“Dias com Energia”**, pretendem ser a âncora do verão na cidade, indo ao encontro dos interesses das famílias que, cada vez mais por opção, escolhem ficar na cidade em período de férias.

Também com o objetivo de promover a atividade física ao ar livre, apostaremos, uma vez mais, na implantação de um Estádio de Praia, junto ao Edifício Transparente, entre os meses de junho e setembro, com um elevado número de atividades, não só de competição, mas também de demonstração e lazer.

Uma vez atingida a consolidação dos programas que abrangem as mais variadas faixas etárias, nomeadamente, através dos programas **“Missão Férias@Porto”** e **“No Porto a Vida é Longa”**, estamos agora em condições para alargar não só a duração mas também a dimensão destes programas. Através do estabelecimento de protocolos e parcerias, pretendemos diversificar as atividades oferecidas e construir uma rede de oferta de proximidade.

Ao nível do associativismo, foi realizado em 2019 um considerável reforço do apoio aos clubes, associações, coletividades e atletas, procurando dar resposta às necessidades mais prementes dos vários agentes desportivos da cidade. Para 2021 e anos subsequentes, pretendemos alargar esta oferta a outras modalidades olímpicas, como o surf ou o skate, trilhando o percurso ascendente de apoiar cada vez mais atletas.

Serão igualmente reativadas novas parcerias e alargadas as existentes, no sentido de fomentar o número de praticantes.

O reforço substancial dos apoios nas inscrições dos atletas das diversas modalidades alcançado em 2019 e a garantia de efetuarem exames médico-desportivos em instituições de referência, são também medidas a manter no triénio 2021-2023.





an y @

### 3.3.3 Provas desportivas

Gostamos de valorizar o desporto no seu todo, apoiando a realização dos mais variados eventos desportivos na cidade, em parceria com os mais diversos clubes, associações, juntas de freguesia e autarquias da Frente Atlântica do Porto. A oferta é cada vez mais variada e eclética.

#### Plano de atividades

O Porto continua a ser um palco privilegiado para a realização das mais diversas provas desportivas, tendo nas corridas de atletismo o seu número mais expressivo de participantes.

Ao longo do ano, são várias as provas realizadas no espaço público da cidade, sempre com números crescentes de inscritos, destacando-se a **Meia Maratona do Porto** e a **Maratona do Porto**.

Numa cidade cada vez mais eclética, são ainda de destacar eventos como:

- O **Meeting Internacional de Natação do Porto** e o **Meeting de Atletismo do Porto**, atualmente, já considerado o maior torneio juvenil do país, envolvendo mais de 400 jovens atletas;
- O **Porto & Matosinhos Wave Series**, um programa que além de acolher algumas das mais importantes competições nacionais nas modalidades de *surf*, *longboard*, *bodyboard*, *skimboard* e *stand up paddle* (SUP), junta ainda uma vertente didática e solidária, com batismos de *surf* para crianças carenciadas e ações de *surf* adaptado para crianças com mobilidade reduzida;
- As competições realizadas no Estádio de Praia, que todos os anos erquemos na Praia Internacional do Porto. O Andebol de Praia e o Voleibol de Praia, pela forte adesão de atletas e público, são já uma referência nacional.
- O **Porto City Race**, um evento internacional de orientação pedestre;
- O **Open Carlsberg**, o maior torneio de padel do país, integrado no calendário oficial da Federação Portuguesa de padel (FPP);

- O **Torneio Internacional de Ténis em Cadeira de Rodas**; ou ainda, o **Porto Open**, um dos maiores torneios de ténis da região norte, que no ano de 2020 voltou a realizar-se no Complexo Desportivo do Monte Aventino, agora sob gestão da Federação Portuguesa de Ténis.

Merece ainda particular destaque, pelo seu impacto e dimensão internacional, a realização do **Porto Extreme XL**, prova de motociclismo integrada no principal campeonato internacional de Enduro – o **World Enduro Super Series** – e que anualmente é realizada no magnífico cenário da Ribeira do Porto.

### 3.3.4 Eventos desportivos internacionais

Os grandes eventos desportivos também fazem parte do nosso plano de atividades, sendo, aliás, uma grande mais-valia para a economia local, mas também para a projeção internacional da cidade.

Constituem exemplos desta estratégia eventos como o **Campeonato do Mundo de Motonáutica – F1 H20** (2015), o **Campeonato do Mundo de Ralis – Porto Street Stage** (2016 e 2018), a **Red Bull Air Race World Championship** (2017) ou a organização da **Liga das Nações** da UEFA (2019).

É nosso firme objetivo dar continuidade a esta estratégia nos próximos anos, atraindo para a cidade mais um conjunto de grandes eventos desportivos com significativo impacto na economia local e, simultaneamente, capaz de ajudar a promover a nível nacional e internacional a marca e o destino **Porto**.







### 3.3.5 Infraestruturas desportivas

Queremos proporcionar, cada vez mais, um serviço de qualidade aos nossos utentes. E é por isso que investimos continuamente na requalificação e melhoria dos nossos equipamentos desportivos.

#### Objetivos gerais

O Porto dispõe de diversas instalações desportivas municipais que têm vindo a ser requalificadas e modernizadas nos últimos anos, com vista a potenciar a sua utilização e dar resposta à crescente procura registada.

Entre pavilhões, piscinas e campos da rede municipal de infraestruturas desportivas, foram executadas mais de uma dezena de empreitadas em 2020, que totalizaram cerca de um milhão de euros de investimento.

As diversas intervenções contribuíram sobretudo para a conservação, recuperação, modernização e melhoria das seguintes infraestruturas desportivas:

- As piscinas municipais de Cartes, da Constituição e Eng. Armando Pimentel;
- Os pavilhões municipais Fontes Pereira de Melo, Lagarteiro, Irene Lisboa, Nicolau Nasoni e Viso;
- E, ao nível da rede de grandes campos, o Polidesportivo dos Choupos, o Campo Sintético do Viso e o Parque Desportivo de Ramalde/INATEL.

De forma a proporcionar cada vez melhores condições para a prática desportiva na cidade, o Município do Porto tem programado para o ano de 2021 mais um conjunto alargado de intervenções nos vários equipamentos desportivos geridos pela Ágora.

Assim, e indo ao encontro das novas tendências de automatização de processos, estão previstos investimentos na aquisição de equipamento específico de modo a permitir uma gestão tecnologicamente avançada das infraestruturas, garantindo deste modo que os utilizadores e utentes beneficiem de elevados níveis de qualidade.

Na Piscina Eng. Armando Pimentel, após as obras de eficiência energética concretizadas em 2020, o Município levará a cabo uma grande intervenção estrutural com o intuito de dotar esta infraestrutura de condições de excelência. A obra vai centrar-se na requalificação de todos os espaços, balneários, zonas técnicas e comuns, bem como na criação de uma nova sala multiusos. Esta empreitada totaliza mais de um milhão de euros de investimento.

Na Piscina da Constituição, está prevista a requalificação da área que hoje é ocupada pela bancada outrora destinada ao público. Naquele espaço será criada uma sala multiusos e novos balneários de uso comum. O objetivo é aumentar a capacidade desta instalação desportiva, assim como permitir a implementação de novas modalidades desportivas.

Num caso e noutro, o objetivo é colocar estes equipamentos municipais ao serviço de todos os portuenses, salvaguardando devidamente a sua correta utilização, potenciando a sua ocupação e ajustando-os constantemente ao desafio das novas práticas e do próprio mercado.

g e  
a

Nesse contexto, as medidas previstas para os próximos anos são:

1. 2.ª Fase de construção no Parque Desportivo de Ramalde/INATEL, capacitando-o de novas valências e novos espaços, tal como, um novo Campo de Futebol/Rugby, e uma zona de lançamento de atletismo e tiro com arco;
2. Aumentar a oferta de equipamentos desportivos municipais com a construção de novos campos de futebol, nomeadamente na zona de Justino Teixeira – Freguesia de Campanhã e zona do Outeiro – Freguesia de Paranhos;
3. Construção de um novo Pavilhão Desportivo na Escola Alexandre Herculano;
4. 2.ª Fase de construção do Skate Park, com a inclusão de uma “piscina” para os praticantes mais avançados, possibilitando assim que este espaço seja dos mais completos e atrativos espaços a nível nacional;
5. Intensificar e efetivar a manutenção das instalações desportivas;
6. Alargar o Certificado de Qualidade ISO 9001 a todas as instalações desportivas;
7. Requalificar e aumentar a oferta de recantos desportivos da cidade, vulgo, tabelas de basquetebol, informal;
8. Efetuar uma gestão do parque desportivo da cidade cada vez mais eficiente, integrada e global, capaz de garantir a sua maximização e rentabilização, evitando duplicidades, redundâncias e subutilizações resultantes de uma gestão mais fragmentada;
9. Participar, direta ou indiretamente, na oferta das atividades lúdicas, físicas, culturais e desportivas realizadas na cidade, defendendo o seu equilíbrio;
10. Valorizar a componente competitiva do desporto, dos seus atletas e dirigentes, potenciando os êxitos desportivos dos seus atletas, enquanto elementos indutores da boa prática desportiva e da divulgação do nome da cidade a nível nacional e internacional;
11. Criar condições para um maior envolvimento de entidades públicas e privadas ligadas às áreas de lazer e animação cultural e valorizar a sua atividade enquanto elementos ativos no suporte do desenvolvimento da cidade e no bem-estar dos cidadãos;
12. Monitorizar constantemente a política comercial, garantindo a respetiva competitividade e aplicação a toda a oferta relacionada com as infraestruturas sob gestão da Ágora, auscultando constantemente o estado do mercado da oferta desportiva em que se integra a oferta desportiva municipal, e gerando soluções aptas a gerar novidade, rentabilidade e sustentabilidade dos projetos a médio e longo prazo;
13. Organizar, atualizar e disponibilizar a atual oferta desportiva da cidade e garantindo uma base para análise e deteção de novas oportunidades de modo a adequar a resposta às necessidades da sua população;
14. Potenciar a rede de parceiros da Ágora para a dinamização comercial das suas infraestruturas desportivas.

Conscientes de que as infraestruturas desportivas ocupam um lugar de destaque ao nível do incentivo à prática de desporto, continuarão a ser dinamizados nas instalações desportivas municipais diversos programas específicos de desenvolvimento, atracção e fidelização da população para a prática de determinadas modalidades (natação, rugby, tiro com arco, karaté, judo, entre outras).



## 3.4 Entretenimento

### 3.4.1 Introdução

A cidade do Porto tem, nos últimos anos, assumido uma posição de destaque no panorama nacional e internacional, fruto da capacidade de captação de eventos de qualidade indiscutível, consolidando iniciativas orientadas para a população, transformando-a numa experiência inesquecível. É importante conseguir o reconhecimento do trabalho e investimento autárquico, por quem nos visita, mas é gratificante saber que a cidade se orgulha de si própria e da sua autenticidade. É fulcral, sobretudo no período de incerteza que atravessamos, restabelecer alguma confiança aos munícipes e aos nossos visitantes. Por tal, é fundamental criar condições para que se regresse ao espaço público em segurança e se sinta tranquilidade e conforto nessa opção. São tempos de reflexão sobre a importância do usufruto do espaço público e da sua organização. A Ágora procurará em 2021 criar condições para que a cidade se “encontre” de novo.

#### Objetivos gerais

- A construção de uma oferta cada vez mais especial e diferenciadora constituirá a matriz da oferta da programação ao nível do entretenimento;
- A cidade, toda a cidade, continuará a revelar-se como palco preferencial para os vários momentos programáticos;
- Contudo, e no seguimento da estratégia iniciada em 2018, continuaremos a descobrir e a revelar novos territórios, atraindo para estes espaços mais

periféricos um conjunto de atividades e valências que não só potenciem a sua vivência, como também a sua desejável (re)descoberta pelo público. Também aqui, o objetivo é a eliminação de barreiras geográficas dentro da própria cidade e o encurtar de distâncias culturais;

- O respeito pelo espaço e o cumprimento das novas regras de fruição de espaço público, serão também a grande preocupação para 2021, procurando devolver ao Porto a sua “normalidade”, entretanto interrompida devido à pandemia por Covid-19.



## Objetivos estratégicos

**Fazer do Porto uma experiência única e irrepetível é um objetivo que se mantém atual e que continua a inspirar a nossa ação.**

Sublinhar o espírito empreendedor e cosmopolita da cidade, valorizando o que de melhor e único tem o Porto, são pilares desta estratégia, através de uma oferta que se pretende cada vez mais global, diversificada e qualificada, em coerência com as necessidades e aspirações dos vários públicos.

Mas queremos ir ainda mais longe! Queremos revitalizar ainda mais espaços públicos na cidade, derrubar ainda mais fronteiras e barreiras, promover cada vez mais eventos de qualidade e dimensão internacional. No fundo, queremos continuar a fazer do Porto uma cidade com uma dinâmica única, que se transforma em novos e renovados motivos de atração a cada dia e a cada ano que passa.

**Para o triénio de 2021-2023, os objetivos estratégicos são, assim:**

- Qualificar a oferta de entretenimento que a cidade tem vindo a assumir neste novo ciclo, com base numa lógica cada vez mais seletiva, integrada, criativa, surpreendente e diversificada;
- Manter a aposta em eventos de qualidade, que funcionem como fatores de diferenciação e atração local, mas também de impacto nacional e internacional, que se possam constituir como efetivos aceleradores da procura na cidade e promoção internacional da marca Porto;
- Incrementar o seu papel, enquanto interlocutor natural e privilegiado junto das diversas entidades que participam na oferta da cidade, com o objetivo permanente de regulação, articulação e construção de uma oferta global e integrada, em que o todo seja efetivamente mais valioso que a mera soma da contribuição isolada de cada um;
- Agregar e promover a oferta da cidade nos seus momentos altos;
- Qualificar a programação, procurando dar resposta aos anseios da população, comerciantes e turistas, encontrando convergências entre as expectativas de uns e o receio que o momento atual nos apresenta.

### 3.4.1 Matriz da oferta

**A oferta ao nível do entretenimento procurará fazer jus a uma cidade que se inspira no que mais genuíno tem para oferecer, apostando na preservação das suas tradições, mas sem descuidar o potencial de criação e inovação das suas gentes e das instituições locais.**

A conjugação de iniciativas de grande impacto, assim que as condições sanitárias o permitam, dirigidas a grandes massas, com iniciativas de menor dimensão, para momentos de maior proximidade com o público, será uma marca deste novo ciclo de programação, onde procuraremos encontrar um equilíbrio que não descaracterize as ações já reconhecidas pelo público.

A Baixa manter-se-á como um dos palcos principais da programação da cidade, sobretudo nos seus momentos mais altos, como as *Festas de São João*, o *Verão*, o *Natal* e a *Passagem de Ano*.

No entanto, e mesmo nestes momentos, outras zonas serão consideradas, tendo em vista a necessidade de revitalização social e económica de determinados espaços da cidade, como é o caso da zona oriental, e em que o fator entretenimento surge como um dos instrumentos integrados numa estratégia mais global de intervenção municipal, ou o Parque da Pasteleira, onde desenvolvemos o projeto do *Museu da Cidade*.

Atendendo ao contexto do momento, a procura de levar a nossa programação a todo o espaço público de forma democratizada e inclusiva é vital. Devolver a esperança e confiança à Cidade, alavancada numa programação responsável e segura, para todos.



## Plano de atividades

Ao reiterado reconhecimento internacional do Porto, não será certamente alheia a atual oferta de animação da cidade, a qual faz da visita ao Porto uma experiência única, que muitos querem repetir e prescrever. Este é um entusiasmo que não podemos deixar esmorecer no presente, e que, hoje mais do que nunca, devemos fomentar.

Os pontos altos da oferta de eventos da cidade coincidirão com as *Festas de São João do Porto*, com o programa *"Verão é no Porto"*, nos meses de julho, agosto e setembro, e com o Natal e a Passagem de Ano.

### Mas o Porto terá muito mais para oferecer!

Manter uma oferta constante e variada ao longo de todo ano, combatendo a sazonalidade e reforçando as iniciativas de sucesso, em segurança e procurando restabelecer alguma confiança a todos quantos usufruem da nossa atividade serão também objetivos a cumprir ao longo do triénio 2021-2023.

Iniciativas como as *Inaugurações Simultâneas de Miguel Bombarda*, o *Dia Nacional dos Centros Históricos*, a *Festa da Criança*, o *Porto Beer Fest*, o *Trengo – Festival de Circo do Porto*, o *Cinema Fora do Sítio*, o *Porto Busker Fest*, o *Verão no Jardim* ou a *Feira do Livro do Porto*, entre outras, integrarão o calendário de eventos do próximo ano.

A música será também uma forte aposta no programa de atividades da Ágora, com a realização de novas edições do *North Music Festival*, *NOS Primavera Sound*, *Porto Blues Fest*, *Festival Elétrico* ou *Porta-Jazz ao Relento*, a par de novos ciclos dos *Concertos na Avenida* com a Casa da Música.



## 3.5 Plataformas

### 3.5.1 Rede Municipal de Parques de Estacionamento

**A Ágora tem atualmente à exploração três parques de estacionamento municipais, já que ao parque do Silo Auto, sob gestão desta empresa municipal desde julho de 2014, se juntaram também, desde junho de 2018, os parques de estacionamento dos Poveiros e do Palácio de Cristal.**

Embora com diferentes especificidades, até pela sua dimensão, arquitetura e localização, pretende-se que a gestão destes parques seja feita de uma forma coerente e integrada com todo o universo municipal de parques.

Foi, aliás, nesse pressuposto que a Câmara do Porto estabeleceu em maio de 2018 um novo preçário no Parque do Silo Auto que teve como objetivo equilibrar a oferta e a procura para este tipo de produto de estacionamento, bem como as denominadas avenças de residente e de comerciante, nos parques dos Poveiros e do Palácio de Cristal, que passaram a ter soluções de estacionamento a preços acessíveis, garantindo-se uma uniformização de preços nos parques sob gestão municipal, potenciando uma política integrada de mobilidade ao nível do estacionamento.

Os objetivos de curto prazo definidos passaram por algumas linhas orientadoras, nomeadamente, a dinâmica integrada do funcionamento destes parques, permitindo a utilização em rede, otimizando os modelos de funcionamento e de gestão ao nível dos recursos internos e externos, potenciando o desenvolvimento técnico e funcional através de equipamentos de parque inteligentes e interativos.

Estes objetivos pressupõem um conjunto avultado de investimentos ao nível de novos sistemas de gestão de parque e de faturação, com a necessária flexibilidade e funcionamento em rede de forma a permitir a sua prossecução.

Por outro lado, o fomento de serviços acessórios de apoio ao cliente, implica também a criação de outras valências de serviços, como a instalação de meios de informação virtual, turística e de serviços, resultando em concessões que somente serão exequíveis através de parcerias externas e com um horizonte de prazo viável para cada uma destas vertentes de negócio.

Por outro lado, e fruto da atual pandemia e das medidas de contenção do vírus SARS-CoV-2, estes parques de estacionamento sofreram um revês na procura, especialmente a partir do segundo trimestre de 2020.

Se até então os indicadores permitiam confirmar uma tendência crescente, a pandemia e o estado de emergência decretado pelo Governo contribuíram negativamente para os resultados globais destes parques. Nesse contexto, o objetivo para 2021 é uma retoma gradual nos resultados de faturação.

er  
h  
e

### Parque do Silo Auto

Os investimentos que têm sido efetuados na envolvente deste parque têm resultado na fixação de um novo tecido empresarial nesta zona da Baixa do Porto.

O abrandamento da dinâmica da cidade fruto das medidas preventivas da pandemia, resultou numa diminuição do movimento deste parque, sensível ao funcionamento das empresas de serviços e comércio, embora atualmente já se verifique uma retoma gradual da procura, fruto deste período de desconfinamento.

A Ágora tem monitorizado e estudado mensalmente os indicadores do parque, podendo vir a efetuar acertos no balanceamento das quantidades disponíveis dos diversos tipos de produtos de estacionamento em função desses números.

Trata-se de um parque caracterizado por uma procura mista de estacionamento em regime de rotação e avenças, cuja lotação respetiva se encontra equilibrada face à procura.

### Parque do Palácio de Cristal

A entrada em funcionamento do Super Bock Arena – Pavilhão Rosa Mota, resultou num aumento da procura por produtos de rotatividade, potenciando uma maior rentabilidade do parque em horários que anteriormente tinham pouca procura. Os primeiros meses de funcionamento desta sala de espetáculos, geraram grande procura e resultaram sempre em situações de parque completo nos dias de evento.

Diariamente a vertente mais utilizada de estacionamento incide sobre os produtos de avença, resultado da localização muito próxima de um dos principais polos da Universidade do Porto e de importantes unidades hospitalares.

○ encerramento deste polo da universidade e o cancelamento dos eventos no Super Bock Arena – Pavilhão Rosa Mota, fruto das medidas de contenção da pandemia Covid-19, resultou em forte quebra da procura.

○ desconfinamento gradual tem vindo a ter reflexos crescentes na procura, conforme apontam os nossos indicadores.

Com a futura normalização da situação pandémica é previsível que a procura deste parque evolua de forma positiva.

### Parque dos Poveiros

A base da procura deste parque reside na rotatividade, dada a sua localização no centro do Porto, sendo amplamente influenciado pela dinâmica da hotelaria, restauração, movida e pela proximidade com o Coliseu do Porto, atingindo frequentemente a sua capacidade máxima.

À semelhança dos outros parques verificou-se um decréscimo dos clientes na altura de confinamento obrigatório, fruto da redução do turismo e do adiamento dos eventos do Coliseu do Porto.

Há também indicadores de evidentes melhorias da procura desde que se iniciou o período de reabertura e retoma da atividade laboral.

### 3.5.2 Queimódromo

Este espaço foi requalificado em 2017, tendo sido feita a recuperação do pavimento, a asfaltagem da pista, a reparação da instalação elétrica, a substituição e a reparação da vedação de segurança, apresentando-se hoje com as condições de ordem técnica e logística para receber os mais diversos tipos de eventos.

Dada a sua centralidade e boas acessibilidades, o espaço tem sido palco regular de grandes eventos na cidade, como a *Queima das Fitas*, o *NOS Primavera Sound*, o *Festival da Comida Continente* ou a *Maratona do Porto*, entre outros.

No ano de 2020, as necessárias medidas resultantes da situação pandémica ditaram o cancelamento de vários eventos programados para este espaço.

Desde meados de março de 2020 que esta plataforma é utilizada como centro de colheita de amostras para rastreio do coronavírus, fruto de uma parceria entre a Câmara Municipal do Porto, a Administração Regional da Saúde do Norte e um laboratório de análises privado.

## 4. Nota Introdutória

Os instrumentos previsionais apresentados refletem a primeira aplicação do normativo SNC-AP, aprovado pelo Decreto Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro e subsequente legislação, nos termos do enquadramento vigente.

Dando cumprimento ao expresso na Norma de Contabilidade Pública 26 (NCP 26) são apresentadas adicionalmente as seguintes demonstrações previsionais:

- Orçamento e plano orçamental plurianual
- Plano Plurianual de Investimentos

Convém salientar que os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais serão provavelmente diferentes dos previstos e as variações poderão ocorrer nomeadamente na execução dos anos de 2022 e 2023.

As previsões das receitas e despesas apresentadas nas seguintes demonstrações têm por base todos os pressupostos enunciados e que se traduzem nas demonstrações financeiras apresentadas.



## 4.1 Demonstrações orçamentais previsionais

Rubrica	Recebimentos	Orçamento 2021			2022	2023
		2020	2021	Total		
	<b>Receita corrente</b>	<b>334.279</b>	<b>24.624.701</b>	<b>24.958.979</b>	<b>24.902.170</b>	<b>25.229.380</b>
R1	Receita fiscal					
R11	Impostos diretos					
R12	Impostos indiretos					
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde					
R3	Taxas, multas e outras penalidades					
R4	Rendimentos de propriedade					
R5	Transferências Correntes		13.880.995	13.880.995	13.880.995	13.880.995
R51	<b>Administrações Públicas</b>					
R511	Administração Central - Estado					
R512	Administração Central - Outras entidades					
R513	Segurança Social					
R514	Administração Regional					
R515	Administração Local		13.243.495	13.243.495	13.243.495	13.243.495
R52	Exterior - UE		637.500	637.500	637.500	637.500
R53	Outras					
R6	Venda de bens e serviços	334.279	9.274.839	9.609.117	9.852.309	9.979.518
R7	Outras receitas correntes		1.468.867	1.468.867	1.168.867	1.368.867
	<b>Receita de capital</b>					
R8	Venda de bens de investimento					
R9	Transferências de Capital					
R91	<b>Administrações Públicas</b>					
R911	Administração Central - Estado					
R912	Administração Central - Outras entidades					
R913	Segurança Social					
R914	Administração Regional					
R915	Administração Local					
R92	Exterior - UE					
R93	Outras					
R10	Outras receitas de capital					
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos					
	<b>Receita efetiva (1)</b>	<b>334.279</b>	<b>24.624.701</b>	<b>24.958.979</b>	<b>24.902.170</b>	<b>25.229.380</b>
	<b>Receita não efetiva (2)</b>					
R12	Ativos financeiros					
R13	Passivos financeiros					
	<b>Receita Total (3)=(1)+(2)</b>	<b>334.279</b>	<b>24.624.701</b>	<b>24.958.979</b>	<b>24.902.170</b>	<b>25.229.380</b>
	<b>Despesa corrente</b>	<b>653.445</b>	<b>23.025.580</b>	<b>23.679.024</b>	<b>24.317.197</b>	<b>24.498.652</b>
D1	Despesa com o pessoal	186.652	7.488.334	7.674.986	7.662.836	7.660.753
D11	Remunerações certas e permanentes	98.694	5.876.025	5.974.720		
D12	Abonos variáveis ou eventuais		88.402	88.402		
D13	<b>Segurança social</b>	87.958	1.523.906	1.611.864		
D2	Aquisição de bens e serviços	466.792	15.340.748	15.807.541	16.419.792	16.648.369
D3	Juros e outros encargos					
D4	Transferências Correntes					
D41	<b>Administrações Públicas</b>					
D411	Administração Central - Estado					
D412	Administração Central - Outras entidades					
D413	Segurança Social					
D414	Administração Regional					
D415	Administração Local					
D42	Instituições sem fins lucrativos					
D43	Famílias					
D44	Outras					
D5	Subsídios					
D6	Outras Despesas correntes		196.498	196.498	234.569	189.531
	<b>Despesa de capital</b>	<b>28.267</b>	<b>1.153.656</b>	<b>1.181.924</b>	<b>111.036</b>	<b>37.903</b>
D7	Investimento	28.267	1.153.656	1.181.924	111.036	37.903
D8	Transferências de capital					
D81	<b>Administrações Públicas</b>					
D811	Administração Central - Estado					
D812	Administração Central - Outras entidades					
D813	Segurança Social					
D814	Administração Regional					
D815	Administração Local					
D82	Instituições sem fins lucrativos					
D83	Famílias					
D84	Outras					
D9	Outras despesas de capital					
	<b>Despesa efetiva (4)</b>	<b>681.712</b>	<b>24.179.236</b>	<b>24.860.948</b>	<b>24.428.232</b>	<b>24.536.555</b>
	<b>Despesa não efetiva (5)</b>					
D10	Ativos financeiros					
D11	Passivos financeiros					
	<b>Despesa Total (6)=(4)+(5)</b>	<b>681.712</b>	<b>24.179.236</b>	<b>24.860.948</b>	<b>24.428.232</b>	<b>24.536.555</b>
	<b>Saldo Total (3)-(6)</b>	<b>-347.433</b>	<b>445.464</b>	<b>98.031</b>	<b>473.938</b>	<b>692.825</b>
	<b>Saldo Global (1)-(4)</b>	<b>-347.433</b>	<b>445.464</b>	<b>98.031</b>	<b>473.938</b>	<b>692.825</b>
	Despesa primária	681.712	24.179.236	24.860.948	24.428.232	24.536.555
	Saldo corrente	319.166	1.599.121	1.279.955	584.974	730.728
	Saldo de capital	28.267	1.153.656	1.181.924	111.036	37.903
	Saldo primário	347.433	445.464	98.031	473.938	692.825



## 4.2 Receita

A receita previsional do ano ascende a 24.958.979 euros e tem por base as diversas fontes de financiamento da atividade.

## 4.3 Despesa

Estão enquadradas na exceção deste princípio as verbas previstas pelas respetivas fontes de financiamento sendo as mesmas alocadas à execução dos respetivos contratos, bem como um valor 637.500 para a execução de uma candidatura a projeto europeu.

Estes pressupostos enquadram-se na lei vigente, nomeadamente na Lei de Enquadramento Orçamental.

Assim, é apresentado um nível de despesa total de 24.860.948 euros.

## 4.4 Plano Plurianual de Investimento

No plano plurianual de investimento estão refletidas as aquisições previstas para o ano de 2021, conforme o descrito no ponto 5.1 Plano de investimento e financiamento. O investimento é suportado na sua totalidade por receitas próprias.

Do plano de investimento previsto para 2021, destacam-se os seguintes projetos:

- Aquisição de Material Informático, Servidores, Redes e *Software* permitindo a infraestruturização de novos equipamentos bem como dar continuidade à modernização administrativa e técnica dos sistemas de informação implementados. Estes projetos em conjunto refletem 25% do investimento previsto.
  
- Em termos de investimento em estruturas o projeto relacionado com a Rede Municipal de Piscinas traduz também uma importância significativa no melhoramento das condições das mesmas incluindo os projetos de implementação de sistema de tratamento de águas por UV, sistema de gestão técnica de piscinas, instalação de sistema de desinfecção de ar por UVC e reaproveitamento de água. A totalidade do investimento nestes projetos ascende a 279.825 euros. Este investimento visa modernizar a REMUPI tendo retornos em várias vertentes, nomeadamente financeiros, técnicos, de saúde e bem estar e ambientais.
  
- Aquisição de equipamentos destinados aos equipamentos culturais, visando a melhoria da qualidade dos serviços disponibilizados nos mesmos bem como a aquisição de equipamento para a produção de eventos dotando a respetiva área de meios próprios e diminuindo as necessidades de aluguer de material.

*ey*

Plano plurianual de investimentos

Objetivo	Número do projeto	Designação do projeto	Balcão empresarial	Forma de subjeção	Estatísticas Financeiras					Dados			Pagamentos				
					ICG	RP	UE	EMPR	ND	Início	Fim	Fase de Execução	Realizado em períodos anteriores	Estimativa de realização do ano 2020	2021	2022	2023
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]	[14]	[15]	[16]	[17]	[18]
Aquisição de Material Informático	1	PP1_2020/1 Aquisição de Material Informático	01070107	0	98 755,24 €	98 755,24 €				jan/21	dez/21	0	98 755,24 €				98 755,24 €
Aquisição de Material de Comunicação, Sinalização e Rodas	2	PP1_2020/2 Aquisição do Material de Comunicação, Sinalização e Rodas	01070107	0	100 344,45 €	100 344,45 €				jan/21	mar/21	0	100 344,45 €				100 344,45 €
Aquisição de Software e Hardware de Cálculo	3	PP1_2020/3 Aquisição de Software e Hardware de Cálculo	01070108	0	97 977,71 €	97 977,71 €				jan/21	dez/21	0	97 977,71 €				97 977,71 €
Implementação do Sistema de Tratamento de Águas UV	4	PP1_2020/4 Implementação do Sistema de Tratamento de Águas UV	01070102	0	73 860,00 €	73 860,00 €				jan/21	jun/21	0	73 860,00 €				73 860,00 €
Sistema de Cadeia Técnica de Processos	5	PP1_2020/5 Sistema de Cadeia Técnica de Processos	01070108	0	110 700,00 €	110 700,00 €				abr/21	jun/21	0	110 700,00 €				110 700,00 €
Aquisição de Equipamento Óptico	6	PP1_2020/6 Aquisição de Equipamento Óptico	01070102	0	54 518,52 €	54 518,52 €				mar/21	mar/21	0	54 518,52 €				54 518,52 €
Aquisição de Infraestruturas de Novas Unidades Municipais	7	PP1_2020/7 Aquisição de Infraestruturas de Novas Unidades Municipais	01070102	0	44 882,70 €	44 882,70 €				jan/21	fev/21	0	44 882,70 €				44 882,70 €
Implementação de sistemas de iluminação	8	PP1_2020/8 Implementação de sistemas de iluminação	01070102	0	44 280,00 €	44 280,00 €				fev/21	mar/21	0	44 280,00 €				44 280,00 €
Aquisição de jardins para eventos	9	PP1_2020/9 Aquisição de jardins para eventos	01070111	0	40 888,89 €	40 888,89 €				jan/21	mar/21	0	40 888,89 €				40 888,89 €
Instalação de jardins de recreio Campo do Vão	10	PP1_2020/10 Instalação de jardins de recreio Campo do Vão	01070106	0	36 900,00 €	36 900,00 €				jan/21	jun/21	0	36 900,00 €				36 900,00 €
Instalação de sistema de CCTV	11	PP1_2020/11 Instalação de sistema de CCTV	01070111	0	36 900,00 €	36 900,00 €				jan/21	jun/21	0	36 900,00 €				36 900,00 €
Implementação de Cadeia Técnica de Processos	12	PP1_2020/12 Implementação de Cadeia Técnica de Processos	01070106	0	53 272,22 €	53 272,22 €				jan/21	dez/21	0	53 272,22 €				53 272,22 €
Aquisição de Infraestruturas e Iluminação	13	PP1_2020/13 Aquisição de Infraestruturas e Iluminação	01070111	0	38 339,47 €	38 339,47 €				jan/21	mar/21	0	38 339,47 €				38 339,47 €
Instalação de Sistema de aquecimento de ar por LUC	14	PP1_2020/14 Instalação de Sistema de aquecimento de ar por LUC	01070106	0	33 825,00 €	33 825,00 €				jan/21	jan/21	0	33 825,00 €				33 825,00 €
Aquisição de Equipamento de Segurança Contra Incêndio	15	PP1_2020/15 Aquisição de Equipamento de Segurança Contra Incêndio	01070111	0	32 711,11 €	32 711,11 €				jan/21	mar/21	0	32 711,11 €				32 711,11 €
Instalação de iluminação - Jardins - Campos	16	PP1_2020/16 Instalação de iluminação - Jardins - Campos	01070102	0	30 750,00 €	30 750,00 €				jan/21	jun/21	0	30 750,00 €				30 750,00 €
Aquisição de mobiliário	17	PP1_2020/17 Aquisição de mobiliário	01070106	0	61 500,00 €	61 500,00 €				jan/21	jun/21	0	61 500,00 €				61 500,00 €
Implementação do Sistema de Regulação de água	18	PP1_2020/18 Implementação do Sistema de Regulação de água	01070109	0	20 444,45 €	20 444,45 €				jan/21	jun/21	0	20 444,45 €				20 444,45 €
Aquisição de Material Técnico - Canteiro	19	PP1_2020/19 Aquisição de Material Técnico - Canteiro	01070102	0	61 500,00 €	61 500,00 €				jan/21	jun/21	0	61 500,00 €				61 500,00 €
Aquisição de Equipamento de Segurança Contra Incêndio	20	PP1_2020/20 Aquisição de Equipamento de Segurança Contra Incêndio	01070107	0	66 534,94 €	66 534,94 €				jan/21	jun/21	0	66 534,94 €				66 534,94 €
Aquisição de Equipamento de Segurança Contra Incêndio	21	PP1_2020/21 Aquisição de Equipamento de Segurança Contra Incêndio	01070115	0	10 458,80 €	10 458,80 €				jan/21	jan/21	0	10 458,80 €				10 458,80 €
Aquisição de Equipamento de Segurança Contra Incêndio	22	PP1_2020/22 Aquisição de Equipamento de Segurança Contra Incêndio	01070109	0	8 922,79 €	8 922,79 €				jan/21	abr/21	0	8 922,79 €				8 922,79 €
Aquisição de Equipamento de Segurança Contra Incêndio	23	PP1_2020/23 Aquisição de Equipamento de Segurança Contra Incêndio	01070111	0	6 814,82 €	6 814,82 €				jan/21	mar/21	0	6 814,82 €				6 814,82 €
Iluminação do Hall Park	24	PP1_2020/24 Iluminação do Hall Park	01070106	0	61 500,00 €	61 500,00 €				jan/21	mar/21	0	61 500,00 €				61 500,00 €
Aquisição de Material de Escritório	25	PP1_2020/25 Aquisição de Material de Escritório	01070109	0	27 253,93 €	27 253,93 €				jan/21	jun/21	0	27 253,93 €				27 253,93 €
Aquisição de Equipamento Desportivo e Técnico	26	PP1_2020/26 Aquisição de Equipamento Desportivo e Técnico	01070111	0	24 600,00 €	24 600,00 €				abr/21	jun/21	0	24 600,00 €				24 600,00 €
Implementação de Infraestruturas de Apoio de Segurança	27	PP1_2020/27 Implementação de Infraestruturas de Apoio de Segurança	01070103	0	30 000,00 €	30 000,00 €				jan/21	dez/23	0	20 000,00 €	10 000,00 €			30 000,00 €
<b>Total</b>					<b>1 228 444,02 €</b>	<b>1 228 444,02 €</b>					<b>Total</b>		<b>1 198 444,02 €</b>	<b>20 000,00 €</b>			<b>1 218 444,02 €</b>

## 5. Planos económico-financeiros e instrumentos de gestão previsional

### 5.1 Plano de investimento e financiamento para o ano de 2021

Nos pressupostos assumidos para a elaboração do presente orçamento, o investimento previsto para o ano de 2021 considera as necessidades de aquisição de novos equipamentos destinados às infraestruturas sob nossa gestão (repartindo o foco entre as infraestruturas desportivas, culturais e as plataformas), visando o melhor funcionamento das mesmas, um maior nível de controlo e qualidade do serviço prestado aos utentes/utilizadores das mesmas. Adicionalmente, também se encontra previsto o reforço dos meios afetos aos serviços transversais e de suporte da Ágora.

Do plano de investimento previsto para 2021, cumpre destacar o seguinte:

- Aquisição de equipamentos destinados às instalações desportivas e requalificação dos espaços, tornando a oferta mais atrativa para os atuais utentes, potenciando igualmente a captação de novos utilizadores;
- Aquisição de equipamentos destinados aos equipamentos culturais, visando a melhoria da qualidade dos serviços disponibilizados nos mesmos;
- Aquisição de equipamentos e pequenas requalificações nas plataformas;
- Aquisição de equipamento para a produção de eventos;
- Aquisição de *hardware* e *software* de forma a dar continuidade à implementação de melhorias nos procedimentos de trabalho.

Apresentamos de seguida o mapa resumo do investimento orçado para o ano de 2021:

Investimento 2021	Serviços transversais e de suporte	Infraestruturas Desportivas	Infraestruturas Culturais	Plataformas	Total
Ativos Fixos Tangíveis	257.079	388.900	205.572	73.400	924.951
Ativos Intangíveis	22.364	2.000	24.670	360	49.394
<b>Total</b>	<b>279.443</b>	<b>390.900</b>	<b>230.242</b>	<b>73.760</b>	<b>974.345</b>

Valores em euros

Para a realização do investimento proposto, pretendemos utilizar a seguinte fonte de financiamento:

Financiamento do Investimento 2021	
Autofinanciamento 2021	974.345

Valores em euros



EN  
5  
R

## 5.2 Plano de Capital Humano para o triénio 2021-2023

A estrutura previsional de capital humano para o triénio de 2021-2023 é a seguinte:

Estrutura Previsional de Capital Humano	2021	2022	2023
Administração	3	3	3
Secretariado	1	1	1
Artes Performativas	71	71	71
Arte Contemporânea	26	26	26
Museu da Cidade	7	7	7
Direção Geral de Atividades Culturais	3	3	3
Cinema e Imagem em Movimento	8	8	8
Desporto	66	66	66
Entretenimento	25	25	25
Direção Financeira	12	12	12
Direção de Serviços Jurídicos e de Contratação	14	14	14
Direção de Comunicação e Imagem	7	7	7
Direção de Recursos Humanos, Serviços Administrativos e Sistemas de Informação	13	13	13
Ativação da Marca	1	1	1
Parques de Estacionamento	6	6	6
<b>Total</b>	<b>263</b>	<b>263</b>	<b>263</b>

Do número acima indicado, estão considerados os 3 membros do Conselho de Administração, sendo o mesmo composto pelo Presidente e 2 administradores executivos.

Para o ano de 2021, estão consideradas admissões face à integração do Cinema Batalha o que também implicará o reforço dos serviços transversais enquanto áreas de suporte, bem como a necessidade de reforço de recursos humanos de outras unidades orgânicas.

Os restantes pilares de desenvolvimento do capital humano manter-se-ão segundo uma estratégia já descrita e definida relativa ao desenvolvimento pessoal dos colaboradores, conforme as políticas internas estabelecidas e prioridades estabelecidas para cada um dos anos.

gr  
5  
R

## 5.3 Plano financeiro para o ano de 2021

Agregados Económico-financeiros		2021
<b>RESULTADOS</b>		
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento		835.602
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		195.947
Resultado líquido do período		20.028
<b>RENDIMENTOS</b>		
Prestação de Serviços		8.063.530
Transferências correntes e subsídios à exploração		13.880.995
Outros rendimentos e ganhos		107.894
<b>GASTOS</b>		
Gastos com o pessoal		7.660.753
Fornecimentos e serviços externos		13.216.842
Gastos / reversões de depreciação e de amortização		639.655
<b>BALANÇO</b>		
Total do ativo		7.066.720
Total dos ativos fixos tangíveis e intangíveis		3.045.578
Total do passivo		4.266.360
Total do património líquido		2.800.360
<b>FLUXOS DE TESOURARIA</b>		
Fluxos de caixa das atividades operacionais		1.279.955
Fluxos de caixa das atividades de investimento		-1.181.924
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		-
<b>INDICADORES</b>		
<b>Liquidez geral</b> (não considerando a rubrica de Diferimentos)		<b>129%</b>
(Ativo corrente/Passivo corrente)		
<b>Autonomia financeira</b>		<b>40%</b>
(Total do património líquido/Total do ativo)		
<b>Cobertura do ativo não corrente</b> (não considerando impostos diferidos)		<b>130%</b>
((Total do património líquido + Provisões)/Ativo não corrente)		

Valores em euros

O Resultado Operacional Antes de Depreciações e Gastos de Financiamento estimado para 2021 ascende a 835.602 euros.

Decorrente do efeito dos gastos/reversões de depreciação e amortização no valor de 639.655 euros e da estimativa de IRC no montante de 175.919 euros, o Resultado Líquido esperado é positivo em 20.028 euros.

Em 2021, mediante a perspetiva demonstrada no Balanço previsional, o Património líquido ascenderá a 2.800.360 euros, equivalente a 127% do património/capital subscrito da empresa.

Como se pode observar no quadro anterior, os indicadores de autonomia financeira, de liquidez geral e de cobertura do ativo não corrente perspetivados para o ano de 2021 demonstram que a Ágora apresenta boas condições financeiras no que respeita à sua continuidade.

## 5.4 Demonstração dos resultados previsionais para 2021

Rendimentos e gastos	2021
Prestações de serviços	8.063.530
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	13.880.995
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-21.501
Fornecimentos e serviços externos	-13.216.842
Gastos com o pessoal	-7.660.753
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	-288.073
Provisões (aumentos / reduções)	-17.758
Outros rendimentos e ganhos	107.894
Outros gastos e perdas	-11.890
<b>Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento</b>	<b>835.602</b>
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	-639.655
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)</b>	<b>195.947</b>
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>195.947</b>
Imposto sobre o rendimento	-175.919
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>20.028</b>

Valores em euros

### 5.4.1 Rendimentos

O valor global de rendimentos orçamentado para 2021 ascende a 22.052.419 euros, repartido pelas áreas de Gestão de Infraestruturas Desportivas, Gestão de Infraestruturas Culturais, Incentivos Culturais, Desportivos e de Entretenimento, Plataformas, Projetos Culturais e de Entretenimento.

<b>Rendimentos Totais</b>	<b>2021</b>
<b>RENDIMENTOS TOTAIS</b>	<b>22.052.419</b>
<b>Prestação de Serviços na área de gestão de Infraestruturas desportivas, Culturais e Plataformas</b>	<b>2.476.961</b>
Inscrições / Anuidades	150.500
Aulas diversas modalidades	150.476
Utilização REMUPI	98.000
Utilização de espaços (líquido de descontos e abatimentos)	2.077.985
<b>Prestação de Serviços na área de Projetos Culturais e de Entretenimento</b>	<b>823.976</b>
Patrocínios	654.275
Concessão de espaços em eventos	72.500
Bilhética das Infraestruturas culturais	97.201
<b>Prestação de Serviços ao Município do Porto</b>	<b>4.762.593</b>
Projetos Recreativos, culturais e desportivos	4.591.143
Serviços de estacionamento	101.950
Atividades de enriquecimento curricular (AEC)	69.500
<b>Transferências e subsídios correntes obtidos</b>	<b>13.880.995</b>
Município do Porto	13.243.495
Outras Entidades	637.500
<b>Outros Rendimentos</b>	<b>107.894</b>
Cedência de espaço	5.704
Rendas	3.840
Subsídio ao Investimento	4.667
Donativos Mecenato Cultural	20.000
Almoços Campos de Férias/Missão Verão	20.000
Ações Formação	4.816
Outros	48.867

Valores em euros



De seguida é possível encontrar o detalhe dos principais rendimentos auferidos pela Ágora decorrentes da sua atividade:

#### → **Prestação de Serviços na Área de Gestão de Infraestruturas Desportivas, Culturais e Plataformas**

Os rendimentos auferidos que resultam da frequência dos utentes das diversas modalidades disponíveis nas infraestruturas desportivas sob a gestão da Ágora, bem como, da utilização livre das referidas infraestruturas desportivas e culturais, do Queimódromo e do Silo Auto. O valor destes rendimentos representa cerca de 11% dos rendimentos totais da Ágora estimados para o exercício de 2021.

#### → **Prestação de Serviços na Área de Projetos Culturais e de Entretenimento**

Os rendimentos decorrem da captação de patrocínios conexos com os diversos eventos e iniciativas culturais e de entretenimento organizados pela Ágora, da concessão de espaços e das inscrições nos programas disponibilizados aos cidadãos. Este agregado representa, no seu conjunto, 4% do total de rendimentos estimados para o exercício de 2021.

#### → **Prestação de Serviços ao Município do Porto**

Os rendimentos decorrentes de espetáculos, iniciativas de entretenimento e outros divertimentos públicos constantes do contrato anual celebrado com o Município do Porto, das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) na área do desporto prestadas nas diversas escolas EB1 da cidade do Porto e da prestação de serviços de estacionamento. Relativamente ao exercício de 2021, espera-se que estes rendimentos representem cerca de 22% dos rendimentos totais da Ágora.

#### → **Subsídios à Exploração**

Nos subsídios à exploração considerados para 2021, que se prevêem ascender a 13.880.995 euros, estão incluídas as verbas atribuídas pelo Município, que não a título de prestação de serviços, destinadas a cobrir o défice de exploração previsto com as infraestruturas desportivas, os encargos com a gestão das infraestruturas culturais e serviços transversais e de suporte. O referido subsídio também tem por finalidade os incentivos culturais, desportivos e de entretenimento.

Adicionalmente, cumpre relevar a comparticipação financeira comunitária prevista, num montante estimado de 637.500 euros, destinada a projetos de natureza cultural/patrimonial, cuja candidatura se estima apresentar ao abrigo de um projeto europeu ao longo de 2021.

#### → **Outros Rendimentos**

Os rendimentos obtidos com a cedência de espaços e apoio logístico inerentes à utilização das instalações geridas pela Ágora por entidades terceiras. Cumpre ainda destacar a imputação da proporção de subsídio ao investimento associado às depreciações de investimentos em ativos fixos tangíveis e intangíveis subsidiados em exercícios passados, em função da taxa de subsídio obtida em cada momento.

O enquadramento em sede de IVA dos rendimentos anteriormente descritos observa o disposto no Código do IVA, estando sujeitos a IVA na sua maioria. Os subsídios à exploração são considerados como não sujeitos a IVA (operação fora de campo).

## 5.4.2 Gastos

Esta rubrica reflete o gasto com a aquisição de bens e serviços a terceiros, os quais são necessários ao normal funcionamento da Ágora.

Fornecimento e Serviços Externos	2021
Trabalhos especializados	6.126.540
Publicidade, comunicação e imagem	522.756
Vigilância e segurança	912.754
Honorários	959.288
Conservação e reparação	593.997
Peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	157.863
Material de escritório	80.576
Eletricidade	493.785
Combustíveis e lubrificantes	71.180
Água	65.783
Gás	288.652
Deslocações e estadas	250.537
Transporte de Mercadorias e outros bens vendidos	55.352
Rendas e alugueres	936.496
Comunicação	58.971
Seguros	30.029
Contencioso e notariado	2.054
Limpeza, higiene e conforto	405.085
Outros serviços	1.205.145
<b>Total</b>	<b>13.216.842</b>

Valores em euros

De seguida é possível encontrar o detalhe dos principais encargos ocorridos com FSE na esfera da Ágora decorrentes da sua atividade:

### → Trabalhos especializados, honorários e rendas e alugueres

Os trabalhos especializados, honorários e as rendas e alugueres representam globalmente os gastos mais significativos dos FSE (cerca de 61% do total em 2021), e referem-se essencialmente à contratação de serviços para a organização dos projetos e aluguer de bens essenciais ao desenvolvimento das atividades relacionadas com projetos. A rubrica de honorários resulta, essencialmente, de serviços artísticos, culturais, desportivos e de entretenimento, para fazer face à atividade global da Ágora, ascendendo a 959.288 euros em 2021.

### → Conservação e reparação

A este respeito, cumpre destacar a aposta da Ágora em intervir nas infraestruturas desportivas, culturais e plataformas sob gestão ao nível da conservação e reparação das mesmas, com o intuito de, não só, qualificar os serviços disponibilizados aos utentes e utilizadores das mesmas, bem como, melhorar os níveis de controlo sobre estas. As verbas consideradas para manutenção das instalações/equipamentos municipais geridos e/ou explorados pela Ágora, as quais ascendem a 593.997 euros em 2021, respeitam apenas a manutenções de carácter recorrente, as quais visam assegurar o seu correto funcionamento.



#### → Água, eletricidade e gás

Estes gastos respeitam essencialmente à exploração das diversas instalações, e que se prevê que em 2021 representem cerca de 6%, respetivamente, do total dos gastos com FSE da Ágora.

#### → Publicidade, comunicação e imagem

Os gastos com a rubrica de publicidade, comunicação e imagem visam assegurar a comunicação das atividades a realizar, produção de materiais e divulgação nos diversos canais das iniciativas da Ágora. Estima-se que em 2021 os gastos com publicidade e propaganda representem cerca de 4% do total dos FSE.

#### → Vigilância e segurança

Os gastos com vigilância e segurança respeitam aos encargos associados à contratação de uma entidade externa que irá assegurar a vigilância nos eventos de maior dimensão, nas plataformas, nas infraestruturas culturais e na sede.

#### → Outros serviços

Por último, salientam-se os gastos estimados para outros serviços que respeitam a encargos suportados no âmbito da prestação de serviços na área de projetos, especificamente de índole cultural, saneamento e resíduos, gastos com comissões, livros e documentação técnica, despesas de representação<sup>2</sup>, despesas bancárias e pequenas despesas não denominadas.

### Gastos com o Pessoal

Gastos com o pessoal	2021
Remunerações dos órgãos sociais	113.953
Remunerações do pessoal	5.799.115
Encargos sobre remunerações	1.400.975
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	84.931
Gastos de acção social	138.018
Outros gastos com o pessoal	123.761
<b>Total</b>	<b>7.660.753</b>

Valores em euros

Os principais pressupostos utilizados em relação a esta rubrica são os seguintes:

- Taxa média nominal de progressão salarial de 1%;
- Subsídio de alimentação de acordo com a legislação em vigor à data;
- Valor anual para formação: 80.691 euros em 2021; e,
- Taxa anual para gastos de ação social com base no histórico.

O cálculo dos gastos com pessoal tem em conta os vencimentos projetados para o ano em análise com base de 14 meses, respetivos encargos legais e contributivos, despesas com formação, seguro de saúde e medicina no trabalho.

No cálculo dos salários foi utilizado como base o seu valor a preços correntes de 2021 prevendo-se um gasto total com o pessoal de 7.660.753 euros, respetivamente.

Os gastos com pessoal representam cerca de 35% do total de custos orçamentados de 2021.

<sup>2</sup> Os referidos custos respeitam, designadamente, a alojamento, alimentação e viagens de entidades contratadas para a realização de iniciativas culturais.

ER 5 @

## Depreciações

As taxas de depreciação utilizadas são as seguintes:

Taxas de Depreciação	2021
<b>Ativos intangíveis</b>	<b>33,33%</b>
<b>Ativos fixos tangíveis</b>	
Edifícios e outras construções	5% - 16,66%
Equipamento básico	10% - 25%
Equipamento administrativo	10% - 33,33%
Outros ativos fixos tangíveis	10% - 33,33%
Bens de valor reduzido	100%

Valores em euros

A estimativa para os gastos com depreciações em 2021, ascende a 639.655 euros.

## Imposto sobre o rendimento e imposto sobre o valor acrescentado

A Ágora está sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21,0% para o ano de 2021, e derrama municipal resultante da aplicação das taxas previstas na Lei das Finanças Locais, a qual poderá ascender no máximo a 1,5% do lucro tributável sujeito a imposto.

Para 2021, estimou-se o IRC acrescido de derrama e tributações autónomas, mediante aplicação do disposto no artigo 88.º do Código do IRC, o qual se estimou ascender a 175.919 euros.

Fruto das inspeções tributárias em sede de IVA ocorridas na esfera da Ágora com referência aos períodos de tributação de 2010 e 2011, e em face da interpretação da Autoridade Tributária do enquadramento a dar às diversas operações da empresa, foi apresentado um pedido de informação vinculativa a esta entidade no sentido de clarificar o referido enquadramento. De notar que a resposta obtida junto da Autoridade Tributária confirmou o enquadramento fiscal adotado pela Ágora a este respeito.

De notar que, no que respeita à elaboração do presente orçamento considera-se que:

- (i) O subsídio à exploração recebido do Município é um rendimento não sujeito a IVA (operação fora de campo);
- (ii) As prestações de serviços na área dos projetos culturais e de entretenimento, das atividades de enriquecimento curricular, e dos serviços de estacionamento são considerados rendimentos sujeitos a IVA;
- (iii) O critério de dedução de IVA associado às despesas inerentes ao funcionamento dos serviços transversais e de suporte da Ágora é o ProRata.



## 5.5 Demonstração de fluxos de caixa previsional para o ano de 2021

Demonstração de Fluxos de Caixa Previsional		2021
<b>Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais</b>		
Recebimentos de clientes		9.609.117
Pagamentos a fornecedores		15.807.541
Pagamentos ao pessoal (1)		-7.674.986
	<b>Caixa gerada pelas operações</b>	<b>-13.873.409</b>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-183.608
Outros recebimentos/pagamentos (2)		15.336.972
	<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais [a]</b>	<b>1.279.955</b>
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento</b>		
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Ativos fixos tangíveis		-1.107.905
Ativos intangíveis		-47.212
Investimentos financeiros		-26.807
	<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento [b]</b>	<b>-1.181.924</b>
	<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento [c]</b>	<b>0</b>
	<b>Variação de caixa e seus equivalentes [a] + [b] + [c]</b>	<b>98.031</b>
	<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>	<b>0</b>
	<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	<b>2.052.683</b>
	<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	<b>2.150.714</b>

Valores em euros

**Notas:**

- (1) Este valor inclui os impostos inerentes ao gasto com a rubrica de Pessoal;  
 (2) Este valor inclui os subsídios à exploração cujo recebimento está previsto no período.

Para a atividade projetada para o ano de 2021, não se encontram considerados quaisquer movimentos de tesouraria para atividades de financiamento, recorrendo-se unicamente à utilização de fundos próprios.

As atividades operacionais irão gerar uma variação positiva de 1.279.955 euros em 2021 nos fluxos de caixa, resultante do prazo médio de recebimento de clientes de 15 dias, bem como do pagamento a fornecedores a 20 dias.

Perspetiva-se o recebimento em 2021 de subsídios à exploração no montante de 13.880.995 euros e de clientes de 9.609.117 euros, respetivamente. Por sua vez, os pagamentos a fornecedores ascenderão a 15.807.541 euros em 2021.

Os fluxos das atividades de investimento gerarão uma variação negativa de 1.181.924 euros, os quais serão cobertos por fundos próprios.

## 5.6 Balanço previsional para o ano de 2021

Rubricas	2021
<b>ATIVO</b>	
<b>Ativo não corrente</b>	
Ativos fixos tangíveis	1.966.578
Ativos intangíveis	1.079.000
Outros ativos financeiros	64.222
Ativos por Impostos Diferidos	174.129
	3.283.929
<b>Ativo corrente</b>	
Inventários	9.702
Clientes	397.493
Estado e outros entes públicos	1.068.235
Outras contas a receber	156.647
Caixa e depósitos	2.150.714
	3.782.791
<b>Total do ativo</b>	<b>7.066.720</b>
<b>PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>	
Património/Capital	2.200.000
Reservas	46.296
Resultados transitados	531.323
Outras variações no património líquido	2.713
	2.780.332
Resultado líquido do período	20.028
<b>Total do património líquido</b>	<b>2.800.360</b>
<b>PASSIVO</b>	
<b>Passivo não corrente</b>	
Provisões	1.242.199
Outras contas a pagar	96.787
	1.338.986
<b>Passivo corrente</b>	
Fornecedores	889.319
Estado e outros entes públicos	381.883
Fornecedores de investimento	65.325
Outras contas a pagar	1.587.840
Diferimentos	3.007
	2.927.374
<b>Total do Passivo</b>	<b>4.266.360</b>
<b>Total do património líquido e do passivo</b>	<b>7.066.720</b>

Valores em euros

Resultante do exercício de orçamentação para o período de 2021, o balanço previsional da Ágora em 31 de dezembro totaliza 7.066.720 euros, sendo que cerca de 40% respeita a Património Líquido.

Das rubricas do Balanço, tecemos algumas considerações sobre as que apresentam maior relevância:

→ **Ativos fixos tangíveis e intangíveis**

Esta rubrica inclui os investimentos que se perspetivam realizar em 2021, no montante de 974.345 euros, deduzidos das amortizações no montante de 639.655 euros.

→ **Ativos por impostos diferidos**

Esta rubrica apresenta o montante de 174.129 euros, referente ao imposto diferido respeitante aos ajustamentos de dívidas a receber não aceites fiscalmente.

→ **Património líquido**

O património líquido previsto para 31.12.2021, no montante de 2.800.360 euros, o qual inclui o resultado líquido estimado para o exercício de 2021, no montante de 20.028 euros, os resultados transitados e respetivas reservas constituídas, no montante de 577.620 euros.

Nos ajustamentos/outras variações do património líquido, no montante de 2.713 euros em 2021, encontram-se relevados os subsídios a fundo perdido relacionados com o investimento em ativos fixos tangíveis depreciables, a reconhecer em exercícios futuros em função das depreciações dos bens objeto de apoio, líquido dos impostos conexos.

→ **Provisões**

Esta rubrica apresenta o montante acumulado de 1.242.199 euros em 2021, para fazer face a possíveis decisões desfavoráveis à empresa conforme descrito no ponto 2.4, embora o conselho de administração esteja convicto de uma decisão favorável à empresa.

→ **Outras contas a pagar**

Nesta rubrica estão incluídos gastos com remunerações a pagar ao pessoal relativo a férias e subsídio de férias a pagar em 2022 e respetivos encargos e outros gastos com projetos, no montante de 1.587.840 euros<sup>5</sup> em 2021.

→ **Compromissos financeiros não incluídos no balanço**

Mantém-se ativa uma garantia bancária prestada para cessar os efeitos do processo de execução fiscal de Imposto sobre Transmissão de Imóveis.

<sup>5</sup> De notar que o valor apresentado inclui o montante de 802.575 euros de dívida ao Município relativo ao processo de IVA referente ao período de tributação de 2012, descrito anteriormente.

✓ 5 @

## 5.7 Planos económico-financeiros para o triénio 2021-2023

### Investimento para o triénio

Ativos Fixos Tangíveis	2021	2022	2023
Serviços Transversais e de Suporte	257.079	20.000	10.000
Infraestruturas Desportivas	388.900	0	0
Infraestruturas Culturais	205.572	0	0
Plataformas	73.400	0	0
<b>Total</b>	<b>924.951</b>	<b>20.000</b>	<b>10.000</b>

Valores em euros

Ativos Fixos Intangíveis	2021	2022	2023
Serviços Transversais e de Suporte	22.364	0	0
Infraestruturas Desportivas	2.000	0	0
Infraestruturas Culturais	24.670	0	0
Plataformas	360	0	0
<b>Total</b>	<b>49.394</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Valores em euros

Pre vemos que o financiamento do plano de investimento do triénio seja assegurado integralmente por autofinanciamento.

O investimento a realizar totaliza 20.000 euros em 2022 e 10.000 euros em 2023, financiado por fundos próprios.

Com a atividade projetada para o triénio, espera-se obter os agregados económicos e financeiros apresentados no quadro seguinte.



Agregados Económico-financeiros	2021	2022	2023
<b>RESULTADOS</b>			
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento	835.602	830.511	740.228
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	195.947	212.122	208.306
Resultado líquido do período	20.028	38.005	29.729
<b>RENDIMENTOS</b>			
Prestação de Serviços	8.063.530	8.174.992	8.288.014
Transferências correntes e subsídios à exploração	13.880.995	13.880.995	13.880.995
Outros rendimentos e ganhos	107.894	104.875	104.196
<b>GASTOS</b>			
Gastos com o pessoal	7.660.753	7.660.753	7.660.753
Fornecimentos e serviços externos	13.216.842	13.401.878	13.589.504
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	639.655	618.389	531.922
<b>BALANÇO</b>			
Total do ativo	7.066.720	7.063.199	7.125.663
Total dos ativos fixos tangíveis e intangíveis	3.045.578	2.447.189	1.925.267
Total do passivo	4.266.360	4.225.739	4.258.474
Total do património líquido	2.800.360	2.837.461	2.867.190
<b>FLUXOS DE TESOURARIA</b>			
Fluxos de caixa das atividades operacionais	1.279.955	584.974	730.728
Fluxos de caixa das atividades de investimento	-1.181.924	-111.036	-37.903
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	-	-	-
<b>INDICADORES</b>			
<b>Liquidez geral</b> (não considerando a rubrica de Diferimentos) (Ativo corrente/Passivo corrente)	<b>129%</b>	<b>152%</b>	<b>170%</b>
<b>Autonomia financeira</b> (Total do capital próprio/Total do ativo)	<b>40%</b>	<b>40%</b>	<b>40%</b>
<b>Cobertura do ativo não corrente</b> (não considerando impostos diferidos) ((Total do capital próprio + Provisões)/Ativo não corrente)	<b>130%</b>	<b>161%</b>	<b>203%</b>

Valores em euros

Para o triénio em análise, perspetiva-se a obtenção de resultados líquidos positivos.

Os indicadores apresentados confirmam a existência de condições que permitem aferir a continuidade da Ágora no triénio.

No que respeita aos indicadores previstos no artigo 62.º da Lei 50/2012, de 31 de agosto (com as modificações introduzidas pela Lei do Orçamento de Estado para 2019) e o artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais, e tendo por base os exercícios de orçamentação para os períodos de 2021 a 2023, apresentamos de seguida os valores que se estimam para o referido período:

	2021	2022	2023
ART. 35.º do CSC (CAPITAL PRÓPRIO < 50% CAPITAL SOCIAL)	127%	129%	130%
EDITDA < 0	835.602	830.511	740.228
RESULTADO LÍQUIDO < 0	20.028	38.005	29.729

Da análise dos dados apresentados é possível concluir que a Ágora, atendendo ao exercício orçamental realizado, não se encontrará em nenhuma das situações previstas nos referidos normativos para os anos de 2021, 2022 e 2023.

## 5.8 Fundamentação das verbas inscritas no contrato programa para o ano de 2021

No âmbito das competências atribuídas pelo Município do Porto à Ágora, anualmente é celebrado um contrato programa onde são definidos os montantes necessários ao funcionamento aos Serviços Transversais de Suporte a Gestão e das Infraestruturas Desportivas, bem como, são definidos os indicadores de eficiência e eficácia para avaliação da execução dos objetivos propostos para o ano.

Para 2021, a Ágora pretende contratualizar com o Município as seguintes componentes financeiras:

Contrato Programa (Subsídio à Exploração)	2021
Subsídio à exploração – Serviços transversais e de suporte (1)	2.712.444
Subsídio à exploração – Infraestruturas desportivas (1)	2.852.495
Subsídio à exploração – Infraestruturas culturais (1)	5.995.731
Subsídio à exploração – Incentivos culturais, desportivos e de entretenimento (1)	1.682.825
<b>Total</b>	<b>13.243.495</b>

**Nota:** (1) Rendimento não sujeito a IVA

Valores em euros

Na relação com o Município do Porto, não está previsto o pagamento de qualquer montante destinado a investimento.

## 5.9 Prestação de serviços ao Município do Porto com a organização de projetos culturais, desportivos e de entretenimento para o ano de 2021

No ano de 2021, a Ágora irá prestar serviços ao Município do Porto com a organização de projetos culturais, desportivos e de entretenimento, no montante de 4.591.143 euros.

Contrato de Prestação de Serviços 2021	Valor s/ IVA	Valor c/ IVA
Prestação de serviços - Projetos culturais, desportivos e de entretenimento (1)	4.591.143	5.647.106
<b>Total</b>	<b>4.591.143</b>	<b>5.647.106</b>

**Nota:** (1) Rendimento sujeito a IVA

Valores em euros

## 5.10 Prestação de serviços no âmbito das atividades de enriquecimento curricular para o ano de 2021

Esta verba respeita aos serviços de coordenação das AEC disponibilizados pela Ágora, à organização da festa do sarau de encerramento e ao fee de gestão e utilização dos equipamentos desportivos.

Contrato de Prestação de Serviços AEC 2021	Valor s/ IVA	Valor c/ IVA
Coordenação (1)	8.885	10.929
Técnicos de acompanhamento	32.586	40.081
Fee de gestão e utilização dos equipamentos desportivos	28.029	34.475
<b>Total</b>	<b>69.500</b>	<b>85.485</b>

**Nota:** (1) Rendimento sujeito a IVA

Valores em euros

## 5.11 Prestação de serviços de estacionamento para o ano de 2021

Esta verba respeita aos serviços de estacionamento disponibilizados ao Município.

Contrato de Prestação de Serviços de Estacionamento 2021	Valor s/ IVA	Valor c/ IVA
Prestação de Serviços de Estacionamento (1)	101.950	125.399
<b>Total</b>	<b>101.950</b>	<b>125.399</b>

**Nota:** (1) Rendimento sujeito a IVA

Valores em euros

## 5.12 Transferências financeiras 2020 vs. 2021 do Município do Porto

	ORÇAMENTO 2020		ORÇAMENTO 2021	
	Valor s/ IVA	Valor c/ IVA	Valor s/ IVA	Valor c/ IVA
<b>Contrato de prestação de serviços</b>				
Prestação de serviços proj. culturais, desportivos e de entretenimento (1)	5.233.910	6.437.709	4.591.143	5.647.106
<b>Subtotal</b>	<b>5.233.910</b>	<b>6.437.709</b>	<b>4.591.143</b>	<b>5.647.106</b>
<b>Contrato programa (subsídio à exploração)</b>				
Subsídio à exploração – Serviços transversais e de suporte (2)	1.806.343	1.806.343	2.712.444	2.712.444
Subsídio à exploração – Infraestruturas desportivas (2)	2.889.136	2.889.136	2.852.495	2.852.495
Subsídio à exploração – Infraestruturas culturais (2)	4.014.866	4.014.866	5.995.731	5.995.731
Subsídio à exploração – Incentivos culturais, desportivos e de entretenimento (2)	1.633.833	1.633.833	1.682.825	1.682.825
<b>Subtotal</b>	<b>10.344.178</b>	<b>10.344.178</b>	<b>13.243.495</b>	<b>13.243.495</b>
<b>Contrato de prestação de serviços das AEC</b>				
Prestação de serviços das AEC (1)	34.900	42.927	69.500	85.485
<b>Subtotal</b>	<b>34.900</b>	<b>42.927</b>	<b>69.500</b>	<b>85.485</b>
<b>Contrato de prestação de serviços de estacionamento</b>				
Prestação de serviços de estacionamento (1)	101.950	125.399	101.950	125.399
<b>Subtotal</b>	<b>101.950</b>	<b>125.399</b>	<b>101.950</b>	<b>125.399</b>
<b>Total</b>	<b>15.714.938</b>	<b>16.950.213</b>	<b>18.006.088</b>	<b>19.101.485</b>

**Legenda:**

(1) Valores sujeitos a IVA;

(2) Valores não sujeitos a IVA.



Porto, 21 de outubro de 2020

O Conselho de Administração



---

**Catarina Araújo**  
Presidente



---

**Ana Cláudia Almeida**  
Administradora Executiva



---

**César Navio**  
Administrador Executivo

## 6. Parecer do Fiscal Único sobre os Instrumentos de Gestão Previsional

**RSM & Associados – Sroc, Lda**

Av. do Brasil, 15–1º 1749–112 Lisboa (Sede)  
T: +351 21 3553 550 F: +351 21 3561 952 E: geral.lisboa@rsmpt.pt  
Rua da Saudade, 132–3º 4150–682 Porto  
T: +351 22 2074 350 F: +351 22 2081 477 E: geral.porto@rsmpt.pt  
www.rsmpt.pt

## PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

### Introdução

Nos termos do artigo 25.º, número 6, alínea j), da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, procedemos à revisão dos Instrumentos de Gestão Previsional (IGP) de **Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A.** (a Entidade), relativos ao período de 2021 a 2023, que compreendem os Planos anual e plurianual de atividades, investimento e financeiro, o Orçamento anual de exploração, o Orçamento anual de tesouraria e o Balanço previsional, incluindo os pressupostos em que se basearam, os quais se encontram descritos no ponto 2.7. Adicionalmente, e com vista a dar cumprimento à Norma de Contabilidade Pública n.º 26, que integra o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), foram preparadas Demonstrações orçamentais previsionais que incluem o Orçamento e plano orçamental plurianual e o Plano plurianual de investimentos, os quais fazem parte integrante dos Instrumentos de Gestão Previsional em apreciação.

### Responsabilidades do órgão de gestão sobre os Instrumentos de gestão previsional

É da responsabilidade do órgão de gestão a preparação e apresentação de Instrumentos de Gestão Previsional e a divulgação dos pressupostos em que as previsões neles incluídas se baseiam. Estes Instrumentos de Gestão Previsional são preparados nos termos exigidos pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

### Responsabilidades do auditor sobre a revisão dos Instrumentos de gestão previsional

A nossa responsabilidade consiste em (i) avaliar a razoabilidade dos pressupostos utilizados na preparação dos Instrumentos de Gestão Previsional; (ii) verificar se os Instrumentos de Gestão Previsional foram preparados de acordo com os pressupostos; e (iii) concluir sobre se a apresentação dos Instrumentos de Gestão Previsional é adequada, e emitir o respetivo relatório.

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade 3400 (ISAE 3400) – Exame de Informação Financeira Prospetiva, e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

### Matérias relevantes a enfatizar

1. O modelo de projeções financeiras que suporta os instrumentos de gestão previsional em apreciação, tem como ano base as previsões financeiras do exercício de 2020. Consequentemente, a sua construção exigiu estimar, de acordo com a informação disponibilizada pelo Conselho de Administração, o resultado líquido e os saldos de balanço reportados a 31 de dezembro de 2020.

THE POWER OF BEING UNDERSTOOD  
AUDIT | TAX | CONSULTING

Estas demonstrações financeiras devem ser apresentadas de acordo com a estrutura concetual do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), que entrou em vigência no dia 1 de janeiro de 2020, encontrando-se presentemente em apreciação eventuais ajustamentos de transição para o novo normativo contabilístico. Consequentemente, o património líquido estimado, reportado a 31 de dezembro de 2020 e que serviu de ano base às projeções dos IGP em apreciação, poderá estar sujeito a alterações, bem como poderão ser distintos os fluxos financeiros, devido ao impacto das diferenças entre os saldos das demonstrações financeiras estimadas e os saldos finais que se vierem a apurar.

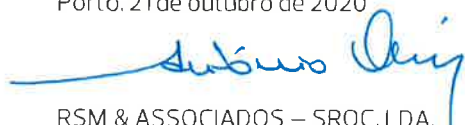
2. Em 2016, a Entidade apresentou à Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) um pedido de revisão oficiosa em sede do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), por imposto liquidado em excesso à Câmara Municipal do Porto, em períodos anteriores, e ao abrigo do qual regularizou a seu favor o montante de aproximadamente 803.000 euros, tendo a AT indeferido o pedido e a Entidade apresentado a competente impugnação judicial, aguardando-se o desenvolvimento do processo. Consequentemente, o balanço em apreciação apresenta um ativo de aproximadamente 803.000 euros e um passivo relacionado com as regularizações efetuadas de igual montante. Assim, a recuperabilidade do ativo depende de decisões judiciais favoráveis à Entidade ou da reversão dos movimentos acima referidos efetuados com a Câmara Municipal do Porto, caso as decisões sejam desfavoráveis.
3. Conforme decorre dos documentos em apreciação, a Entidade tem um forte relacionamento financeiro com o Município do Porto, pelo que, atrasos significativos nos fluxos financeiros poderão afetar as condições de exploração e o equilíbrio financeiro da Entidade.
4. Os Instrumentos de Gestão Previsional em apreciação, foram preparados no pressuposto da capitalização dos investimentos que se projetam efetuar nas infraestruturas municipais geridas pela Entidade. Anualmente é celebrado entre o Município e a Entidade um contrato programa para o efeito. No entanto, a conformidade da capitalização dos referidos investimentos, de cuja propriedade e controlo o Município é titular, com a NCP n.º 5 e demais informações sobre esta matéria publicadas no site da Comissão de Normalização Contabilística, exigem que a Entidade seja detentora da gestão do ativo em que os investimentos se perspetivam materializar, por um período compatível com a vida útil considerada nas projeções financeiras que suportam os IGP em apreciação.

### Conclusão e opinião

Baseado na nossa avaliação da prova que suporta os pressupostos, e exceto para os possíveis efeitos das matérias referidas nos parágrafos n.ºs 1 e 4 da secção anterior, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que esses pressupostos não proporcionam uma base razoável para as previsões contidas nos Instrumentos de Gestão Previsional da Entidade acima indicados. Além disso, em nossa opinião, as demonstrações financeiras prospetivas estão devidamente preparadas com base nos pressupostos e apresentadas numa base consistente com as políticas contabilísticas normalmente adotadas pela entidade de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) adotado em Portugal.

Devemos, contudo, advertir que, frequentemente, os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais serão provavelmente diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

Porto, 21 de outubro de 2020

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Antonio Gerardo Pinheiro de Oliveira', is written over a horizontal line.

RSM & ASSOCIADOS – SROC, LDA.

Representada por António Gerardo Pinheiro de Oliveira (ROC n.º945)  
registado na CMVM com o n.º 20160562



# Instrumentos de Gestão Previsional

---

## Plano de Atividades e Orçamento

---

2021

ASSOCIAÇÃO

PORTO DIGITAL



# Índice

<b>1 – Enquadramento e Estratégia</b>	<b>4</b>
<b>2 – Pressupostos para o Plano de Atividades de 2021</b>	<b>7</b>
2.1 Enquadramento e síntese	7
2.2 Estrutura funcional e organização	8
<b>3 – Plano Anual de Atividades</b>	<b>10</b>
3.1 Introdução	10
3.2 Porto Cidade de Inovação e Empreendedorismo	11
3.2.1 Objetivos Estratégicos	11
3.2.2 Plano de Atividades	11
3.3 Plataforma Urbana e Infraestrutura para Gestão Integrada da Cidade	15
3.3.1 Objetivos Estratégicos	15
3.3.2 Plano de Atividades	15
3.4 Infraestrutura de comunicações e Wi-Fi	22
3.4.1 Objetivos Estratégicos	22
3.4.2 Plano de Atividades	22
<b>4 – Plano Anual de Investimento</b>	<b>24</b>
<b>5 – Plano Anual de Recursos Humanos</b>	<b>26</b>
<b>6 – Orçamento de Exploração para 2021</b>	<b>29</b>
6.1 Notas Explicativas ao Orçamento	29
6.1.1 Rendimentos Previsionais	29
6.1.2 Fornecimentos e Serviços Externos Previsionais	30
6.1.3 Gastos com Pessoal Previsionais	31
6.1.4 Gastos com Amortizações e Depreciações	32
6.1.5 Outros Rendimentos/Outros Gastos e Perdas	32
6.1.6 Gastos de Financiamento	33
6.1.7 Imposto sobre o Rendimento	33
<b>7 – Demonstrações Financeiras Previsionais para 2021</b>	<b>35</b>
7.1 Demonstração de Resultados Previsional	35
7.2 Balanço Previsional	36
<b>8 – Equilíbrio Económico-Financeiro</b>	<b>38</b>
<b>Anexo 1 – Parecer do Conselho Fiscal</b>	<b>40</b>

1

*[Handwritten signatures]*

## 1 – Enquadramento e Estratégia

A Associação Porto Digital (Porto Digital) é uma associação privada sem fins lucrativos, que visa promover a criação de uma comunidade digital, que valorize a inovação e o empreendedorismo no contexto da cidade do Porto e da sua área metropolitana. A Porto Digital foi criada em 2004 e em 2020 sofreu uma alteração estatutária que visou o reforço da posição do Município, que passou a deter mais de 80,0% do seu capital, sendo o restante dividido entre a Universidade do Porto e a empresa Metro do Porto.

A Porto Digital pretende desenvolver a infraestrutura tecnológica digital e de comunicações da cidade, assim como ferramentas de apoio aos processos e ações de inovação aberta e de cocriação, no sentido de garantir a implementação de políticas e serviços públicos eficazes com impacto no aumento da qualidade de vida. É ainda objetivo da Porto Digital promover os direitos digitais dos cidadãos e a utilização de dados disponibilizados pelos serviços municipais, por cidadãos, empresas, e por todos os que vivem na cidade. Com base na criação de conhecimento e do desenvolvimento de uma gestão aberta e transparente, a Porto Digital pretende ainda apoiar empreendedores na transformação de desafios em oportunidades de negócios inovadores, apoiando o seu processo de crescimento e internacionalização.



---

### Missão

Promover a implementação de políticas públicas que fomentem a inovação, o empreendedorismo e a transformação digital.



---

### Visão

Desenvolvimento sustentável da cidade do Porto através da utilização de ferramentas tecnológicas digitais e de metodologias que fomentem a inovação, o empreendedorismo e a participação ativa dos cidadãos.



## Áreas de intervenção



---

### Educação e formação

---

Melhorar a qualidade da educação e da formação e capacitação profissional, em particular através da promoção da utilização das TIC na educação, indústria e serviços, como instrumento de redução do fosso digital.



---

### Eficiência

---

Promover a adoção de tecnologias que reduzam a burocracia e aumentam a integração e a eficiência dos serviços municipais.

Garantir o desenvolvimento de procedimentos inovadores de contratação pública.



---

### Empreendedorismo

---

Impulsionar o ecossistema de empreendedorismo da cidade, e a inovação tecnológica e social.



---


### Inovação

---

Promover a inovação aberta e a fertilização cruzada de ideais entre as várias partes interessadas e atores da cidade; e impulsionar a cidade como um laboratório vivo.



2



## 2 – Pressupostos para o Plano de Atividades de 2021

### 2.1 Enquadramento e síntese

No ano de 2021, a Porto Digital irá orientar a sua atividade para o reforço da posição da Associação enquanto instrumento de desenvolvimento da cidade, e enquanto entidade líder nos processos de transformação e transição digital e no desenvolvimento de atividades promotoras de inovação e empreendedorismo. A atividade planeada encontra-se enquadrada nos princípios orientadores definidos no “Plano Estratégico Porto Digital 20-22”, como sintetizado de seguida:

- Desenvolver a infraestrutura tecnológica digital e de comunicações, assim como ferramentas de apoio ao desenvolvimento de processos e ações de inovação aberta e cocriação, no sentido de garantir a implementação de políticas e serviços públicos eficazes com impacto no aumento da qualidade de vida;
- Promover os direitos digitais dos cidadãos e a utilização de dados disponibilizados pelos serviços municipais, por cidadãos, empresas, e por todos os que vivem na cidade, potenciando a criação de conhecimento e o desenvolvimento de uma gestão aberta e transparente;
- Apoiar empreendedores na transformação de desafios em oportunidades de negócios inovadores, e no processo de crescimento e internacionalização, procurando garantir um desenvolvimento sustentável.

Na vertente económica e financeira salientam-se as seguintes linhas orientadoras:

- Redução na ordem de 16%, comparativamente com o orçamento inicial de 2020, para a componente de fornecimentos e serviços externos;
- Concentração de recursos na execução dos vários contratos assinados com o Município, nomeadamente no Contrato de Gestão de Empreendimentos para expansão de rede de Fibra e rede Wi-Fi, e ainda, os contratos projetos estruturantes na área da inovação, empreendedorismo e transição digital.
- Com o objetivo de dotar a estrutura da Porto Digital de uma equipa capaz de dar seguimento à estratégia definida e garantir a correta execução dos novos projetos, o orçamento proposto considera o reforço da estrutura de recursos humanos, em linha com o “Plano Estratégico Porto Digital 20 – 22”, nomeadamente com a contratação de elementos para a plataforma urbana, para área de empreendedorismo e inovação, e ainda, um reforço na equipa de suporte à infraestrutura de comunicações e sistemas.





## 2.2 Estrutura funcional e organização

Por forma a garantir a execução da atividade proposta a Porto Digital está organizada 6 áreas funcionais, como apresentado de seguida:

Gestão de Projetos	Administrativa, financeira e recursos partilhados	Infraestrutura, redes e comunicações	Plataforma urbana, analítica de dados e serviços digitais	Desenho de serviços e gestão da inovação	Empreendedorismo e experimentação e projetos piloto
<p>Apoio transversal a projetos.</p> <p>Desenvolvimento de candidaturas a fundos H2020 e N2020.</p> <p>Participação em fóruns internacionais para desenvolvimento e partilha de conhecimento e experiência.</p>	<p>Gestão global dos espaços de trabalho.</p> <p>Gestão de recursos humanos.</p> <p>Compras e controlo orçamental.</p> <p>Suporte à administração.</p> <p>Desenvolvimento de conteúdos e reporte de atividade.</p>	<p>Suporte da rede metropolitana e rede de acesso a clientes.</p> <p>Serviço de suporte 24x7 de toda a plataforma e infraestrutura tecnológica.</p> <p>Suporte e desenvolvimento da rede WI-FI e rede de comunicação com o cidadão (ibeacons).</p> <p>Rede para dispositivos do tipo IoT.</p>	<p>Gestão da plataforma de dados de suporte ao desenvolvimento de serviços digitais da cidade.</p> <p>Gestão da plataforma de dados abertos da cidade e implementação de políticas de normalização e garantia de qualidade.</p> <p>Gestão de plataforma de análise e processamento de dados.</p>	<p>Desenvolvimento de ferramentas e suporte de atividades de promoção de inovação aberta e de co-criação.</p> <p>Desenvolvimento de ferramenta e suporte de atividades de desenho e otimização de serviços.</p> <p>Coordenação de atividades de inovação interna.</p> <p>Suporte a projetos transversais.</p>	<p>Coordenação da iniciativa ScaleUp Porto e atividades transversais de capacitação do ecossistema de empreendedorismo.</p> <p>Coordenação das atividades de experimentação e pilotos especiais.</p> <p>Desenvolvimento de redes e projetos de cooperação internacional nas áreas de empreendedorismo.</p>

Atualmente, a equipa da Porto Digital é constituída por 23 elementos com formação académica multidisciplinar, em áreas como a engenharia, design, economia e gestão, entre outras, e com graus académicos de nível licenciado, mestrado e doutoramento. A equipa constituída procura dar resposta às múltiplas áreas de ação da Porto Digital, incluindo gestão empreendimentos tecnológicos, capacitação técnica profissional, sensibilização dos cidadãos, e ainda, a componente de investigação e desenvolvimento.



3



## 3 – Plano Anual de Atividades

### 3.1 Introdução

O Plano de Atividades e orçamento da Porto Digital para o ano de 2021, considerará a necessidade de adaptação e adequação do plano de ações resultante do impacto da pandemia causada pela doença Covid-19. No entanto, a atividade relacionada com o desenvolvimento do “Plano Estratégico Porto Digital 20-22”, consubstanciado em contratos de prestação de serviços e no “Contrato Mandato para gestão integrada das iniciativas e projetos em matéria de infraestruturas de comunicações, rede WiFi e infraestruturas tecnológicas”, realizados entre o Município do Porto e a Associação Porto Digital, continuará a ser desenvolvida de acordo com as orientações-macro apresentadas.

Assim, e de acordo com o apresentado, o Plano de Atividades está organizado de acordo com as seguintes atividades âncora:

Serviço de comunicações para infraestruturas da cidade e infraestruturas críticas	Expansão da rede de comunicações de fibra ótica para suportar a ligação da infraestrutura de semaforização. Alargamento da rede de Video-Proteção e infraestruturas tecnológicas de suporte.
WIFI gratuito de acesso à Internet para cidadãos e turistas que contribua para a promoção da marca “Porto.”	Expansão da rede Wi-Fi para suportar o conceito de conectividade imersiva e desenvolvimento da plataforma de promoção da cidade.
Plataforma urbana e infraestrutura para gestão integrada da cidade	Desenvolvimento de serviços digitais inovadores com impacto na vida dos cidadãos e desenvolvimento do conceito de valorização dos dados na gestão da cidade.
Porto cidade de inovação e empreendedorismo	Desenvolvimento do Porto Innovation Hub e do ScaleUp Porto, promovendo a inovação e empreendedorismo com motores de crescimento sustentável da cidade.

De forma complementar, e com o objetivo de contribuir para o aumento de eficiência das entidades, a Porto Digital irá fomentar o desenvolvimento de projetos âncora entre os três associados, o Município do Porto, a Universidade do Porto e o Metro Do Porto.

Estas atividades visam desenvolver ferramentas e metodologias que potenciem o aumento de sinergias entre as equipas técnicas dos associados, contribuindo para a melhoria dos serviços e aumento da eficiência na utilização de recursos. Ainda, consideram-se como objetivo: a promoção da utilização de infraestruturas partilhadas e o desenvolvimento de ações de capacitação e formação técnica conjuntas.

## 3.2 Porto Cidade de Inovação e Empreendedorismo

### 3.2.1 Objetivos Estratégicos

Contribuir para o desenvolvimento da estratégia de inovação da Cidade do Porto e para a promoção de um espírito de inovação e empreendedorismo.

Garantir o desenvolvimento de redes internacionais e parcerias na área da inovação e empreendedorismo.

### 3.2.2 Plano de Atividades

Na área de inovação e empreendedorismo, o plano a desenvolver resulta da necessidade de reprogramação e redesenho da atividade inicialmente planeada e que se encontra fortemente impactada pela pandemia COVID-19.

Neste contexto, e mantendo a premissa inicial, a atividade foi redesenhada em torno dos eixos orientadores, apresentados em seguida:

Atividade 1:

EMPREENDEDORISMO E EXPERIMENTAÇÃO

- Tornar o Porto uma cidade atrativa e dinâmica funcionando como um núcleo de facilitação da inovação e do empreendedorismo na região;

Atividade 2:

MELHORIA E DESENVOLVIMENTO DE SERVIÇOS DO MUNICÍPIO

- Promover o desenvolvimento e a partilha de conhecimento e de experiência e reforçar a governação eficiente e participativa, tornando-a mais transparência e informada;

Atividade 3:

GESTÃO E PROMOÇÃO DA INOVAÇÃO

- Contribuir para o desenvolvimento de serviços e políticas públicas através de um modelo de cocriação e participação ativa.





## Atividade 1

### EMPREENDEDORISMO E EXPERIMENTAÇÃO

Atividade	Descrição da atividade
Produção e gestão de conteúdo e materiais de apoio e divulgação para a área de empreendedorismo e desenvolvimento de programas de capacitação	<p>Produção de materiais de divulgação e comunicação de atividade relacionada com empreendedorismo no contexto da cidade e região na forma de manuais, textos, imagens e outros materiais.</p> <p>Definição e produção de eventos destinados a públicos diversos, que permitam comunicar o ecossistema a um público alargado, posicionando o Porto como hub tecnológico e competitivo.</p> <p>Desenvolvimento de estudos relacionados com o ecossistema da cidade, nomeadamente no que diz respeito à sua dimensão, perfil das empresas, áreas de negócio, capacidade de internacionalização, perfil dos recursos humanos, necessidades de desenvolvimento e sustentabilidade.</p>
Desenvolvimento de eventos e Programas de Capacitação (Programa Smart Capital, Master Classes e Programa Doing Business)	<p>Definição e produção de iniciativas transversais de capacitação do ecossistema na área do investimento – Doing Business e Master Classes;</p> <p>Desenvolvimento e implementação de atividades de facilitação do acesso a financiamento e a mercado – Smart Capital.</p>
Coordenação técnica de atividades de colaboração com comunidades tecnológicas e gestão da Convocatória Aberta ScaleUp Porto	<p>Coordenação do processo de preparação, promoção, seleção e acompanhamento de atividades no âmbito da Convocatória Aberta do ScaleUp Porto. Esta iniciativa do Município pretende aumentar o impacto das atividades desenvolvidas pela comunidade relacionadas com tecnologia, inovação e empreendedorismo de forma a promover a cultura empreendedora, promover a expansão de redes e as fontes de conhecimento e apoiar a comunidade tecnológica.</p> <p>Apoio à organização e promoção de atividades promovidas por comunidades tecnológicas.</p>
Promoção de programas e redes de suporte à Internacionalização	Representação da cidade em redes internacionais de colaboração nomeadamente em redes como a SCALE, entre outras.
Desenvolvimento de novos projetos no âmbito do H2020 e P2020 em temas como as cidades inteligentes e IoT e plataformas urbanas	<p>Apoio preparação de candidaturas apoio na execução técnica de projetos europeus e projetos financiados pelos programas operacionais Portugal2020.</p> <p>Coordenação e desenvolvimento de parcerias internacionais, nomeadamente em redes como a OASC, FI-WARE, entre outras.</p>
Suporte e gestão técnica da plataforma de experimentação	Coordenação técnica da plataforma de experimentação e desenvolvimento de projetos pilotos inovadores que envolvam as equipas do município do porto e empresas inovadoras da cidade e região.



Handwritten signatures and initials in blue ink.



## Atividade 2

### MELHORIA E DESENVOLVIMENTO DE SERVIÇOS DO MUNICÍPIO

Atividade	Descrição das tarefas
Apoio e coordenação técnica no desenvolvimento, otimização e melhoria de serviços do município do porto	<p>Desenvolvimento de projetos de capacitação das equipas técnicas para otimização de processos em áreas de especialização do município, nomeadamente através desenho e implementação da iniciativa "City Café".</p> <hr/> <p>Disponibilização de ferramentas de apoio técnico na gestão de processos de promoção da Gestão de Inovação e produção e manutenção de manuais e guias técnicos especializados, nomeadamente o Guia de Inovação do Município e o Tool Box para a Inovação.</p> <hr/> <p>Desenho e especificação de projetos âncora que assentam na transformação digital e serviços, nomeadamente o desenho e especificação de serviços que potenciem a utilização da Plataforma de Gestão de Ocorrências, Plataforma do Balcão Virtual 2.0 e plataformas de apoio à operação do CGI (Centro de Gestão Integrada), entre outros.</p>

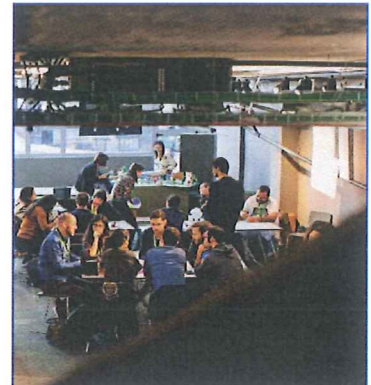


*[Handwritten signatures and initials]*

## Atividade 3

### GESTÃO E PROMOÇÃO DA INOVAÇÃO

Atividade	Descrição das tarefas
<p>Gestão e manutenção de infraestruturas de apoio à promoção da Inovação</p>	<p>Gestão e manutenção do espaço de co-working do Porto Innovation Hub, destinado a empresas e associações do ecossistema no Município do Porto.</p> <p>Gestão e manutenção do espaço, recursos e equipamentos de apoio logístico do Porto Innovation Hub.</p> <p>Criação e gestão de conteúdos dos meios de comunicação do Porto Innovation Hub</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Produção de materiais de divulgação e comunicação de atividade relacionada com inovação e empreendedorismo na cidade (texto, imagem, manuais, materiais) e ações e eventos produzidos e apoiados pelo Porto Innovation Hub.</li> <li>• Criação e gestão de conteúdos nos meios de comunicação do Porto Innovation Hub (website, redes sociais, newsletter). Inclui a comunicação e divulgação de atividades, projetos externos e internos do município, e ações do ecossistema de inovação na cidade.</li> </ul> <p>Criação e gestão de iniciativas e atividades promovidas por Porto Innovation Hub</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Gestão e implementação da iniciativa Visitas Fora de Portas — Engenharia à Mostra, como a ampliação da iniciativa a outras áreas de interesse (educação, cultura, tecnologia, saúde, entre outras, garantindo a devida adaptação da atividade à situação atual de pandemia, nomeadamente através da produção e realização de visitas virtuais e apoiadas por ferramentas digitais.</li> <li>• Organização de exposições no espaço do PIH, no âmbito da atividade produzida e apoiada pelo Porto Innovation Hub. Inclui temas como a inovação, ambiente, economia circular, empreendedorismo e tecnologia, garantindo a devida adaptação da atividade à situação atual de pandemia, nomeadamente através da produção e realização de visitas virtuais e apoiadas por ferramentas digitais.</li> <li>• Com o objetivo de levar a inovação para o dia-a-dia dos cidadãos do Porto, pretende-se desenvolver intervenções sobre estruturas no espaço público, com funcionalidades claramente identificadas pelos mais variados públicos, transformando estas estruturas em suportes que de evitados, se pretende que passem a ser desejados.</li> <li>• Organização de eventos e iniciativas regulares que fomentem um diálogo colaborativo e estimulem a partilha de experiências e a inovação aberta na cidade.</li> </ul>



# R [Signature]



## 3.3 Plataforma Urbana e Infraestrutura para Gestão Integrada da Cidade

### 3.3.1 Objetivos Estratégicos

Contribuir para o desenvolvimento e manutenção de uma plataforma aberta de sensorização, agregação e disponibilização de dados, que potencie a gestão integrada da cidade e o desenvolvimento do modelo de “Operador de Cidade” e contribua para o desenvolvimento do Centro de Gestão Integrada (CGI).

Contribuir para o desenvolvimento de um ecossistema de empresas e empreendedores que utilizem a plataforma com o objetivo de desenvolver soluções inovadoras.

### 3.3.2 Plano de Atividades

Em termos de ações e tarefas, esta atividade está organizada da seguinte forma:

## ATIVIDADE 1

### PLATAFORMA DE AGREGAÇÃO TRANSFORMAÇÃO, PROCESSAMENTO E ARMAZENAMENTO DE DADOS EM TEMPO REAL

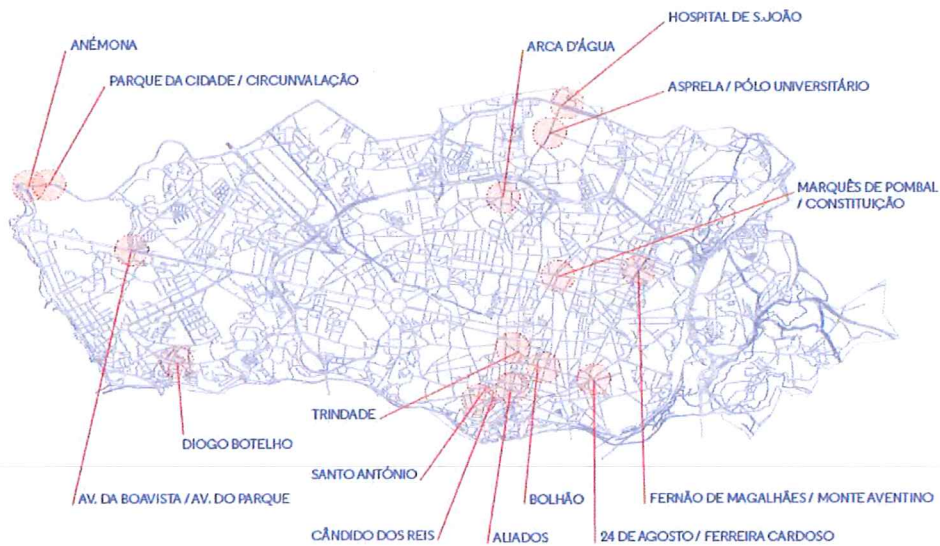
Esta atividade tem como base um sistema do tipo plataforma urbana aberta desenvolvida de acordo com os seguintes princípios:

- Disponibilização de acesso a fluxos de dados em tempo real da cidade:
  - A plataforma urbana disponibiliza uma arquitetura lógica que permite agregar fluxos de dados produzidos dentro e ao longo de sistemas urbanos, como são exemplo sistemas de sensorização de mobilidade, sistemas de sensorização ambiental e meteorológica;
- Disponibilização de mecanismos do tipo OASC – MIM (Minimal Interoperability Mechanism):
  - A plataforma urbana fornece os componentes básicos que permitem que a cidade possa rapidamente mudar da utilização de operações fragmentadas para passar a incluir operações articuladas e previsíveis, bem como novas formas de envolver e servir as partes interessadas da cidade, a fim de transformar, de forma tangível e mensurável, os resultados a nível local (por exemplo, aumentar a eficiência energética, reduzir o congestionamento e as emissões, criar ecossistemas digitais de inovação);
- Mecanismos de segurança, privacidade e auditoria:
  - A plataforma irá aplicar integralmente políticas de segurança e de privacidade de dados, o que significa que os utilizadores têm de passar por processos de autenticação e autorização antes de poderem aceder a dados, garantindo ainda a disponibilização de mecanismos de auditoria e registo de ações.



Modelo de referência da plataforma urbana

De acordo com os princípios descritos e com o esquema apresentado, a plataforma garantirá múltiplas interfaces de sensorização da cidade, como são exemplo, mecanismos de contagem de veículos, contagem de pessoas e aglomerados de pessoas, e ainda, sistemas de sensorização ambiental e meteorológica, dos quais se destaca informação sobre a precipitação, velocidade do vento, humidade relativa, temperatura e qualidade do ar (partículas do tipo PM10 e PM 2.5; Ozono; Dióxido de Azoto e Monóxido de Carbono), e que ocupem as áreas referência apresentadas no mapa seguinte.



Mapa Referência para monitorização ambiental e meteorológica



Com base na infraestrutura descrita e de forma global, a atividade está organizada da seguinte forma:

Atividades	Tarefas/Iniciativas	Descrição Referência
Plataforma de agregação transformação, processamento e armazenamento de dados em tempo real	Serviço de virtualização, armazenamento e processamento de informação e datacenter.	Apoio ao funcionamento do Datacenter CMP, incluindo a definição de políticas e regras de utilização do espaço e serviços partilhados. Como serviços partilhados considera-se a infraestrutura de Storage e backup partilhado, entre outros.
	Plataforma de sensorização ambiental e meteorológica e mobilidade.	Monitorização de suporte e manutenção, desenvolvimento e melhoria contínua.
	Plataforma de transferência e registo histórico do tipo broker ORION (NGSI/NGSI-LD) em tempo real com controlo de acessos, incluindo serviços complementares, num formato "micro-serviço" para interface com fontes de dados não normalizadas.	Monitorização de suporte e manutenção, desenvolvimento e melhoria contínua, incluindo os sistemas de interação com contadores de tráfego do sistema Gertrudes, serviço de produção de dados em forma GTFS-RT, entre outros.



## ATIVIDADE 2

### PLATAFORMA DE ANÁLISE DE DADOS E APOIO À GESTÃO PROACTIVA E REATIVA DE INFORMAÇÃO E OCORRÊNCIAS NA CIDADE

A ubiquidade das tecnologias digitais e a conseqüente quantidade de dados que é gerada e centralizada pela Administração Pública congrega em si um enorme potencial de utilização tanto para o governo como para a sociedade civil e mundo empresarial.

Simultaneamente, a gestão dos Sistemas de Informação e a sua inserção na estratégia da organização, são um fator chave na melhoria da gestão e na criação de valor acrescentado. Assumindo a informação como um dos principais ativos da organização, torna-se necessário alterar os paradigmas da sua gestão:

- Os dados assumem importância determinante na gestão da organização e da cidade, nomeadamente como suporte a todos os processos de tomada de decisão, e quando disponibilizados publicamente, sob licenças abertas, podem servir também outras entidades e os cidadãos;
- A gestão e sustentabilidade dos processos internos para a abertura de dados deve ainda assim, estar integrada numa política interna de gestão de informação da organização;
- É fundamental que a estratégia de dados abertos esteja integrada numa visão mais ampla de transparência governativa, aumento da eficiência interna, e de promoção de inovação no município.

Neste contexto as atividades desenvolvidas devem potenciar os seguintes resultados:

- Acelerar a implementação de soluções inteligentes nas cidades, a participação de múltiplos stakeholders e a integração de produtos e serviços de diferentes fornecedores, em especial, em cenários onde existe uma grande fragmentação e heterogeneidade, falta de standards e, em geral, de interoperabilidade.
- Garantir que os sistemas de análise de dados de sensorização da cidade funcionam como um instrumento de gestão e operação da cidade, complementando a capacidade de análise de informação e disponibilização de indicadores de alarmística.
- Suportar políticas abertas de gestão de informação e de conhecimento, congregando fontes internas e externas ao município, assim como potenciar o Centro de Gestão Integrada do Município do Porto – o cérebro da gestão operacional da cidade -, com novos sistemas e plataformas digitais que permitam uma antecipação de problemáticas e reforçando a capacidade de gestão proactiva.
- Garantir o desenvolvimento de cultura organizacional de data-driven decision making (tomada de decisão apoiada em dados) na Câmara Municipal do Porto (CMP).

O trabalho proposto assenta essencialmente na premissa do valor gerado a partir da reutilização de dados públicos e obtidos por sistemas de sensorização avançada em áreas como ambiente, meteorologia e mobilidade, nomeadamente os sistemas disponibilizados no contexto da atividade proposta na "Atividade 1 – Plataforma de agregação transformação, processamento e armazenamento de dados em tempo real", garantindo assim maior transparência governamental e mais inovação.



De forma global a atividade está organizada da seguinte forma.

Atividades	Tarefas/Iniciativas	Descrição Referência
Plataforma de análise de dados e apoio à gestão proactiva e reativa de informação e ocorrências na cidade	Sistema de análise de dados e eventos em tempo real provenientes de sensores de mobilidade, ambiente e meteorologia e analítica de vídeo.	Análise e processamento de informação, nomeadamente, através da disponibilização de mecanismos e portais de visualização, e de produção de relatórios periódicos, como exemplo, o "Relatório de Dinâmica Urbana e de apoio à gestão da Pandemia Covid-19", entre outros.
	Serviço de aplicações de apoio à gestão do tipo cockpit de operação com capacidade de visualização e planeamento de operação.	Desenvolvimento, manutenção e melhoria contínua de aplicações e ferramentas do tipo "cockpit" que deem apoio à operação da cidade, nos seus principais verticais, como exemplo, a área da mobilidade, proteção civil e segurança.
	Plataforma de recolha e disponibilização de dados em formato aberto (OpenData) e gestão de políticas de valorização da informação.	Desenvolvimento, manutenção e melhoria contínua da ferramenta de suporta à infraestrutura OpenData, incluindo INDEX e motor ETL, ferramentas CKAN, entre outras.  Apoio ao desenvolvimento e manutenção da política de "valorização de dados do Município, nomeadamente no apoio à avaliação de mecanismos de validação da conformidade de novos datasets, identificação e desenho de modelos de dados, entre outros





## ATIVIDADE 3

### SERVIÇOS DIGITAIS E APLICAÇÕES PARA PROMOÇÃO DE CONCEITO “CIDADE EM TEMPO REAL”

Na área do Grande Porto diariamente mais de 700 mil pessoas deslocam-se numa dinâmica casa/trabalho e casa/estudo, a este número devemos ainda somar os milhares de turistas que cada vez mais representam uma percentagem significativa da população diária da cidade do Porto. A dinâmica criada por estes fluxos de pessoas e veículos representa, em grande medida, a dinâmica económica, cultural e social da cidade.

A capacidade em fornecer informação em tempo real sobre a cidade é assim fundamental para contribuir para o aumento da qualidade de vida, conforto e segurança de toda esta população. O acesso a informação em tempo real contribuirá, por exemplo, para a redução dos tempos de viagem dentro da cidade, para o acesso a serviços públicos inovadores, ou ainda, para permitir uma melhor gestão e distribuição da população na cidade.

Neste contexto, e no seguimento do projeto “Serviço de experimentação de comunicações IoT”, realizado em 2018, a plataforma de comunicação dinâmica com o cidadão tem por base uma rede de beacons com diferentes tecnologias que permitirá oferecer em tempo real informação sobre a dinâmica da cidade a todos os cidadãos e visitantes. Esta plataforma permite ainda a criação de serviços inovadores de elevado valor acrescentado e desenvolvidos à medida das necessidades específicas de cada cidadão e visitante.

Após o projeto e demonstração de serviço realizado no contexto do “Serviço de experimentação de comunicações IoT”, a atividade desenvolvida agora contempla o desenvolvimento da plataforma Explore.Porto, expandido as suas funcionalidades, nomeadamente como desenvolvimento do navegador intermodal, que passará a incluir informação em tempo real de mobilidade e turismo.

A plataforma permitirá que um cidadão, ou visitante, equipado com um smartphone possa explorar a cidade de forma única, tendo acesso, instantaneamente, informação sobre o local onde se encontra e os seus arredores, potenciando assim uma forma mais rica de. O projeto inclui a instalação de cerca de 1000 beacons, em paragens e autocarros, com apresentado nos exemplos seguintes.



Figura 5 – Exemplo de instalação de beacons

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*



Esta atividade disponibilizará uma plataforma tecnológica aberta que facilite o acesso a informação em tempo real e que terá, nesta fase, elevado enfoque na mobilidade dos cidadãos e no acesso a informação dinâmica para os turistas.

De forma global a atividade está organizada da seguinte forma:

Atividades	Tarefas/Iniciativas	Descrição Referêcia
Serviços Digitais e aplicações para promoção de conceito "Cidade em tempo real"	Plataforma de mobilidade e disponibilização de informação sobre Pontos de Interesse – ROPI	Monitorização, suporte e manutenção, desenvolvimento e melhoria contínua, que inclui a infraestrutura tecnológica e as interfaces de acesso ao serviço.
	Plataforma de informação e ativação de sistemas de informação ao cidadão do tipo "beacon" – Explore.Porto	Monitorização de suporte e manutenção, desenvolvimento e melhoria contínua, que inclui a infraestrutura tecnológica e as interfaces de acesso ao serviço.  Desenvolvimento de páginas de promoção e comunicação do serviço e serviços, nomeadamente o navegador MMT, entrada em produção e instalação dos beacons (até mil beacons)
	Plataforma de promoção e proteção dos direitos digitais do cidadão	Serviço de promoção de uma política ativa da segurança e dos direitos digitais dos cidadãos, nomeadamente através da participação e do incentivo à participação, na iniciativa transeuropeia "Cities for Digital Right".

## 3.4 Infraestrutura de comunicações e Wi-Fi

### 3.4.1 Objetivos Estratégicos

Desenvolver e suportar a rede de comunicações em fibra ótica, numa logica de modelo operador de telecomunicações neutro, que contribua para o desenvolvimento dos serviços de telecomunicações na cidade do Porto e que garanta ainda o suporte às infraestruturas críticas da cidade, como são exemplo o sistema de semaforização;

Promover uma experiência imersiva de exploração da cidade do Porto através da disponibilização de rede de comunicações e aplicações que potenciem a ligação entre a cultura, comércio, animação, os cidadãos e todos os visitantes da cidade.

### 3.4.2 Plano de Atividades

Atividade	Descrição da Atividade
Expansão, gestão e manutenção da rede metropolitana de fibra ótica para suporte a infraestruturas críticas e desenvolvimento do modelo de operador neutro de telecomunicações	<p>Gestão do Contrato Mandato para expansão da rede de comunicações, rede Wi-Fi e infraestrutura tecnológica de suporte, nomeadamente, coordenação e apoio técnico a todas as tarefas de projeto, gestão de obra e contratação publica.</p> <p>Suporte ao funcionamento, manutenção preventiva e reativa da infraestrutura de comunicações MPLS e todos os pontos de acesso e agregação, nomeadamente, executando todas as tarefas de monitorização, gestão de alarmística, e gestão de equipas de suporte 24x7.</p> <p>Gestão modelo de operador neutro e coordenação da atividade dos operadores de telecomunicações na cidade, nomeadamente, através da sensibilização para a boa utilização do espaço público para instalação de infraestruturas de comunicação.</p> <p>Apoio e coordenação técnica dos múltiplos projetos de construção de infraestrutura do tipo ITUR com base no modelo de operador neutro.</p> <p>Serviços de transmissão digital e TV para 15 bairros sociais, do qual fazem parte 6000 habitações, nomeadamente, garantindo a transmissão do serviço de TV em canal aberto, serviço Wi-Fi e apoio técnico aos moradores;</p>
Rede Wi-Fi "Porto Free Wi-Fi e infraestrutura de comunicação com o cidadão e promoção da marca "Porto."	<p>Garantir o acesso à internet do público em geral com capacidade garantida de 1,5 milhões dispositivos ligados, com um número máximo de dez mil utilizadores ligados simultaneamente.</p> <p>Garantir que a rede WiFi suporte diversos tipos de utilizadores, incluindo habitantes, visitantes do Porto, e os serviços técnicos do município, pelo que será necessário garantir a segurança da infraestrutura, a segregação dos serviços, e o respeito pelas condições de utilização do serviço.</p> <p>Serviço de apresentação de mensagens a utilizadores num formato "landing-page" sempre que um utilizador da rede efetuar uma ligação, ou de acordo com uma política de comunicação que privilegie a experiência de utilização. Possibilidade de criação de zonas temporárias, por exemplo, para dar suporte a comunicação específica de eventos ou iniciativas do Município do Porto. Todas as zonas devem seguir o mesmo formato e template de comunicação, descrito em seguida</p>

4

*[Handwritten signature]*  
12/05/2024

## 4 – Plano Anual de Investimento

No ano de 2021, o conjunto de investimentos previsto realizar tem a seguinte repartição:

Investimento	Orçamento 2021
<b>Ativos Fixos Tangíveis</b>	<b>65,000.00</b>
Edifícios e outras Construções	15,000.00
Equipamento de informática (Rede WiFi e Rede)	50,000.00
<b>Ativos Intangíveis</b>	<b>2,500.00</b>
Programas de computador	2,500.00
<b>Total</b>	<b>67,500.00</b>

Perfazendo um total de mais de 67 mil euros, o plano de investimentos será assegurado integralmente com recurso a autofinanciamento.

No plano anual de investimentos, destaca-se a rubrica do Equipamento de Informática, que apresenta um peso de cerca de 74%. Este peso está diretamente relacionado com os pressupostos já mencionados, que visam contribuir para o suporte e manutenção da rede Wi-Fi existente assim como da restante infraestrutura tecnológica.



5



## 5 – Plano Anual de Recursos Humanos

Para o ano de 2021, a estrutura de Recursos Humanos é a seguinte:

Quadro de pessoal	2021
Administração / CEO	1
Head of Corporate Finance	1
Financial and Management Assistant – Intern	1
Events and Office Manager – Shared Services	2
Head of Project Management	1
Project Manager	1
Head of Entrepreneurship	1
Program Manager	1
Content Manager – Shared Services	1
Head of Service Design and Innovation	1
Service Designer	1
UI/UX Designer	1
UX Research & Analyst	1
Head of Infrastructure, Networks and Communications	1
Network Engineer	2
System Engineer	1
System Administrator	2
Head of Tech Experimentation and Pilots	1
Head of Urban Platform and Digital Services	1
Developer Engineer	1
Software Engineer	1
Data Analyst	2
DevOps – Intern	1
Digital Services – Intern	1
<b>Total</b>	<b>28</b>

A área de Recursos Humanos no setor das Tecnologias da Informação e Comunicação é extremamente competitiva. Apesar da dificuldade de retenção de talento, a Porto Digital tem conseguido manter os seus recursos humanos core à atividade, nomeadamente os responsáveis pela coordenação de equipas.

O plano anual de Recursos Humanos contempla a contratação de 5 novos colaboradores, seguindo a lógica do "Plano Estratégico Porto Digital 20-22". O objetivo será o reforço das diferentes equipas de Inovação e Empreendedorismo, Infraestrutura, Redes e Comunicações e Plataforma Urbana e Sistemas.



6





## 6 – Orçamento de Exploração para 2021

Rubrica / orçamento	2021
<b>Rendimentos</b>	<b>3,287,802.41</b>
Prestações de serviços	<b>3,089,611.43</b>
Subsídios à exploração	198,190.99
Outros rendimentos e ganhos	–
<b>Gastos</b>	<b>2,808,908.98</b>
Fornecimentos e serviços externos	1,813,223.30
Gastos com o pessoal	991,367.48
Gastos e perdas de financiamento	4,318.20

Note-se que as rubricas de rendimentos ascendem a mais de 3 milhões de euros, sendo composta por prestações de serviços e subsídios à exploração. Por outro lado, as rubricas de gastos subdividem-se em fornecimentos e serviços externos, gastos com pessoal e gastos de financiamento, somando um total próximo dos 3 milhões de euros.

### 6.1 Notas Explicativas ao Orçamento

#### 6.1.1 Rendimentos Previsionais

A estrutura de rendimentos da Porto Digital para o ano de 2021 é a seguinte:

Rendimentos Totais	2021
<b>1. Prestação de Serviços</b>	<b>3,089,611.43</b>
1.1. Quotas	135,000.00
1.2. Fibra Ótica	426,520.79
1.3. Plataforma Urbana	324,583.61
1.4. WiFi	229,924.80
1.5. Projetos e Serviços	1,973,582.22
<b>2. Subsídios à Exploração</b>	<b>198,190.99</b>
2.1. Projeto City Catalyst	147,190.99
2.2. Projeto C-Streets	51,000.00
<b>TOTAL</b>	<b>3,287,802.41</b>

Como é possível observar pela tabela, os rendimentos são provenientes da prestação de serviços e subsídios à exploração. Por um lado, a prestação de serviços, que apresenta um maior peso, é composta pelas quotas pagas pelos associados da Porto Digital e pelos serviços prestados no âmbito das diversas áreas de atividade da empresa, nomeadamente a fibra ótica, plataforma urbana, WiFi e inovação e empreendedorismo. Por outro lado, os subsídios à exploração são relativos às participações financeiras dos projetos City Catalyst e o C-Streets.

### 6.1.2 Fornecimentos e Serviços Externos Previsionais

A estrutura de fornecimentos e serviços externos da Porto Digital para o ano de 2021 é a seguinte:

Fornecimentos e serviços externos	2021
1. Subcontratos – refaturados à CMP no âmbito do CGE	1,050,000.00
2. Trabalhos especializados	360,625.00
3. Publicidade e propaganda	237,000.00
5. Honorários	5,000.00
6. Conservação e reparação de equipamento	4,250.47
7. Serviços bancários	5,490.50
8. Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	3,417.71
9. Livros e documentação técnica – aplicações de informática	7,177.97
10. Material de escritório	4,658.08
12. Combustíveis	1,788.06
14. Deslocações, estadas e transportes	14,159.11
15. Rendas e alugueres	71,823.29
16. Comunicação	32,734.14
17. Seguros	764.30
18. Contencioso e notariado	50.00
19. Limpeza, higiene e conforto	2,715.64
20. Outros fornecimentos e serviços	11,569.03

Como é possível observar pela tabela, os fornecimentos e serviços externos ascendem a 1 milhão e 800 mil euros. Das rubricas que os compõem, importa destacar os subcontratos refaturados à Câmara Municipal do Porto, no âmbito do Contrato de Gestão de Empreendimentos, que somam mais de 1 milhão de euros. Note-se, ainda, os Trabalhos Especializados no valor de cerca de 360 mil euros que se relacionam com o desenvolvimento da atividade da Porto Digital nas diversas áreas de redes de infraestruturas e telecomunicações e empreendedorismo e inovação. Nesta última, somam-se, ainda, gastos com Publicidade e Propaganda no valor de 200 mil euros, aproximadamente, que dizem respeito a atividades de disseminação, sensibilização, e capacitação, nas áreas de inovação e empreendedorismo. As restantes apresentam valores residuais, estando associadas ao desenvolvimento da atividade quotidiana da empresa.

### 6.1.3 Gastos com Pessoal Previsionais

A estrutura de Gastos com Pessoal da Porto Digital para o ano de 2021 é a seguinte:

<b>Gastos com pessoal</b>	<b>2021</b>
Remunerações	
Órgãos sociais	56,403.20
Pessoal	699,568.80
Encargos s/ remunerações	168,581.76
Seguros acidentes trabalho	7,559.72
Gastos de ação social	32,321.52
Outros gastos c/ pessoal	
Plano de saúde	26,932.48
<b>Total</b>	<b>991,367.48</b>

Os Gastos com Pessoal previstos para o ano de 2021 somam perto de 1 milhão de euros. Este valor está devidamente alinhado com o plano de expansão mencionado no ponto 4.2 – Plano de Recursos Humanos.



### 6.1.4 Gastos com Amortizações e Depreciações

As taxas de amortização e depreciação utilizadas são as seguintes:

Ativos Fixos Tangíveis	Vida Útil	Taxa de Amortização
Redes aéreas, suportes e cabos subterrâneos	20 anos	5.00%
Instalações de água, eletricidade, ar comprimido, refrigeração e telefónicas	10 anos	10.00%
Telecomunicações	7 anos	14.28%
WiFi	5 anos	20.00%
Aparelhagem, máquinas eletrónicas e de reprodução de som	5 anos	20.00%
Computadores	3 e 5 anos	33,33% e 20,00%
Aparelhos telemóveis	5 anos	20.00%
Mobiliário	8 anos	12.50%

Como se observa na Demonstração de Resultados Previsional, os Gastos de Depreciação e Amortização somam 355 mil euros, compreendendo equipamento das diversas categorias mencionadas acima.

### 6.1.5 – Outros Rendimentos/Outros Gastos e Perdas

A rubrica Outros Gastos e Perdas analisa-se como se segue:

Outros gastos e perdas	2021
Taxas	17 622,93
Correções relativas a períodos anteriores	5 227,21
Quotizações	7 962,01
<b>Total</b>	<b>30 812,15</b>

De referir que se estima que a rubrica Outros Rendimentos não registará qualquer tipo de movimento no ano 2021.



### 6.1.6 Gastos de Financiamento

Rubrica	2021
Juros e gastos similares suportados	-4,318.20

A rubrica de Gastos de Financiamento previstos para 2021 ascende a 4 mil euros, tendo por base juros suportados decorrentes de necessidades de financiamento externo da Porto Digital, como forma de apoio à tesouraria.

### 6.1.7 Imposto sobre o Rendimento

A Associação Porto Digital é uma pessoa coletiva de direito privado, sem fins lucrativos, tendo-lhe sido atribuída uma isenção definitiva a título de IRC.



7

Handwritten signature and initials in blue ink, including a stylized 'A', a large 'Q', and a signature that appears to be 'M. Silva'.

## 7 – Demonstrações Financeiras Previsionais para 2021

As demonstrações financeiras utilizadas para a apresentação dos instrumentos de Gestão Previsional do ano 2021, foram preparadas de acordo com o referencial contabilístico nacional SNC, integrando as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro e as Normas Interpretativas, Avisos e Portarias conforme o disposto no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, com as alterações introduzidas em 2015. As demonstrações financeiras incorporadas nos Instrumentos de Gestão Previsional foram preparadas de acordo com pressupostos do regime de acréscimo e da continuidade.

### 7.1 Demonstração de Resultados Previsional

A Demonstração de Resultados Previsional para o ano de 2021 é a seguinte:

<b>Rendimentos e gastos</b>	<b>Notas</b>	<b>2021</b>
Vendas e serviços prestados	6.1.1	3,089,611.43
Subsídios à exploração	6.1.1	198,190.99
Fornecimentos e serviços externos	6.1.2	-1,813,223.30
Gastos com pessoal	6.1.3	-991,367.48
Outros rendimentos	6.1.5	-
Outros gastos e perdas	6.1.5	-30,812.15
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		452,399.49
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	6.1.4	-355,024.77
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		97,374.72
Juros e gastos similares suportados	6.1.6	-4,318.20
Resultado antes de impostos		93,056.52
Impostos sobre o rendimento do período	6.1.7	-
Resultado Líquido do período		93,056.52

## 7.2 Balanço Previsional

O Balanço Previsional para o ano de 2021 é a seguinte:

Rubricas	2021
<b>Ativo</b>	
Ativo não corrente	
Ativos fixos tangíveis	2,658,697.19
Ativos intangíveis	2,870.83
Outros investimentos financeiros	8,568.58
<b>Subtotal</b>	<b>2,670,136.60</b>
<b>Ativo corrente</b>	
Clientes	628,195.34
Outras créditos a receber	375,126.86
Caixa e depósitos bancários	652,794.09
<b>Subtotal</b>	<b>1,656,116.29</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>4,326,252.89</b>
<b>Capital próprio e passivo</b>	
<b>Capital próprio</b>	
Fundo subscrito	2,355,000.00
Outras reservas	15,696.27
Resultados transitados	-473,123.39
Excedentes de revalorização	1,999,231.16
Ajustamentos / outras variações do capital próprio	61,387.08
<b>Subtotal</b>	<b>3,958,191.12</b>
Resultado líquido do exercício	93,056.52
<b>Total do capital próprio</b>	<b>4,051,247.64</b>
<b>Passivo</b>	
<b>Passivo não corrente</b>	
<b>Passivo corrente</b>	
Fornecedores	167,661.08
Estado e outros entes públicos	101,344.17
Financiamentos obtidos	6,000.00
Outras dívidas a pagar	
<b>Subtotal</b>	<b>275,005.25</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>275,005.25</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>	<b>4,326,252.89</b>



8

Handwritten signatures in blue ink, including a stylized 'F', a signature that appears to be 'R', and another signature that appears to be 'J'. There are also some illegible scribbles and a signature that appears to be 'Jude'.

## 8 – Equilíbrio Económico-Financeiro

No ano de 2021, está previsto que o Volume de Negócios será superior a 3 milhões de euros, ao qual se subtrairão Gastos Operacionais de aproximadamente 2 milhões e 600 mil euros, Gastos de Amortização e Depreciação e Gastos de Financiamento. Assim, o cumprimento integral dos Instrumentos de Gestão Previsional irá gerar resultados positivos no montante superior a 93 mil euros.

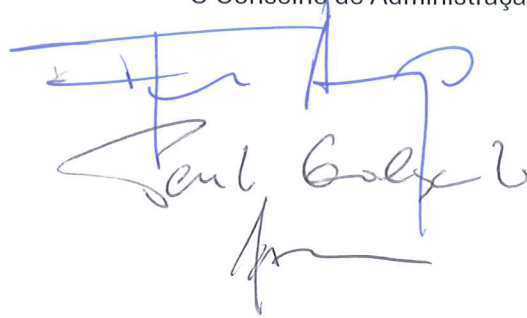
<b>Resultado das operações</b>	<b>2021</b>
Volume de negócios	3,089,611.43
Outros rendimentos e gastos operacionais	-2,637,211.93
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (radfi)	452,399.49
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	-355,024.77
Imparidade de investimentos não depreciáveis / amortizáveis (perdas/reversões)	-
Resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos (ro)	97,374.72
Resultados financeiros (rf)	-4,318.20
Resultado antes de imposto (rai)	93,056.52
Impostos sobre o rendimento do período	-
<b>Resultado líquido do exercício (rle)</b>	<b>93,056.52</b>

Em conclusão, apresentam-se em seguida alguns indicadores, que refletem o equilíbrio económico-financeiro da Porto Digital:

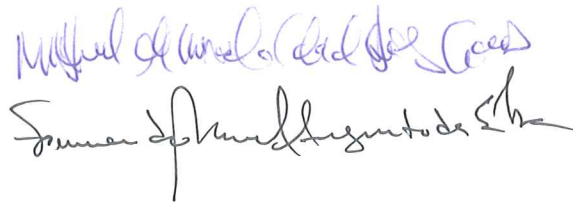
<b>Indicadores</b>	<b>2021</b>
Autonomia financeira	93.64%
Solvabilidade	1,473.15%
Endividamento	6.36%
Vendas e prestações serviços/capital próprio	76.26%
Passivo/capital próprio	6.79%
Liquidez geral	602.21%
Valor acrescentado bruto	1,474,579.12
Rentabilidade do capital próprio	2.30%

Porto, 20 de outubro de 2020

O Conselho de Administração,



A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Paulo Gomes", with a horizontal line above it.



A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Miguel Almeida da Silva", with a horizontal line below it.

# Anexo

# 1

**Parecer do Conselho Fiscal**





**PARECER DO CONSELHO FISCAL**  
**SOBRE O SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL 2021**

**Introdução**

Conforme solicitado pelo Conselho de Administração da Associação Porto Digital (a Entidade), o Conselho Fiscal procedeu ao exame dos Instrumentos de Gestão Previsional (IGP) da Entidade, relativos ao período 2021, aprovado em Conselho de Administração de 19 de outubro de 2020, que compreendem uma descrição da atividade, o plano anual de atividades de investimento e financeiros e demonstrações financeiras previsionais para o mencionado período

O balanço previsional para 2021 evidencia um total de 4 326 253 euros e um capital próprio de 4 051 248 euros, incluindo um resultado líquido do período de 93 057 euros.

**Responsabilidades**

É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação e a apresentação da informação previsional, a qual inclui a identificação e divulgação dos pressupostos mais significativos que lhe serviram de base.

A nossa responsabilidade consiste em verificar a consistência e adequação dos pressupostos e estimativas, contidos nos instrumentos de gestão previsional acima referidos, assim como a conformidade com os estatutos e legislação em vigor, competindo-nos emitir um parecer profissional e independente baseado no nosso trabalho.

O trabalho a que procedemos teve como objetivo obter uma segurança minimamente satisfatória no referente à informação previsional contida nos instrumentos de gestão anteriormente referidos quanto à isenção de distorções materialmente relevantes.

**Parecer**

Entendemos que o trabalho efetuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente relatório sobre os instrumentos de gestão previsional.

21

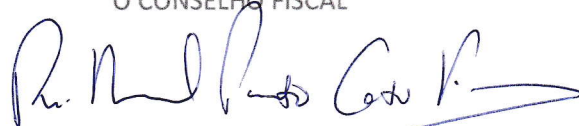
Com base no trabalho efetuado sobre a evidência que suporta os pressupostos da informação financeira previsional dos documentos acima referidos, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de um nível de segurança minimamente satisfatória, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que tais pressupostos não proporcionem uma base aceitável para aquela informação e que tal informação não tenha sido preparada e apresentada de forma consistente com as políticas e princípios contabilísticos normalmente adotados pela entidade.

Devemos, contudo, advertir que frequentemente os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais poderão vir a ser diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

Considerando os elementos disponibilizados pelo Conselho de Administração, o Conselho Fiscal, no âmbito das suas competências, é de parecer que se encontram reunidas as condições para emitir parecer favorável à aprovação dos Instrumentos de Gestão Previsional da Associação Porto Digital.

Porto, 20 de outubro de 2020

O CONSELHO FISCAL



Rui Manuel Pinto Couto Viana

(Presidente)



Ricardo António Beato de Carvalho

(Vogal)



Susana Catarina Iglésias Couto Rodrigues de Jesus

(Vogal e Revisora Oficial de Contas)

# EMPRESA MUNICIPAL DE AMBIENTE DO PORTO

## INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL 2020 – 2023

Versão atualizada em outubro de 2020



h  
xol  
f



<b>1. PREÂMBULO .....</b>	<b>5</b>
1.1. OBJETO SOCIAL E ESTRUTURA DE CAPITAL.....	5
1.2. ENQUADRAMENTO LEGAL .....	8
1.3. ENQUADRAMENTO CONTABILÍSTICO.....	8
<b>2. MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>3. GOVERNO DAS SOCIEDADES .....</b>	<b>17</b>
3.1. MISSÃO.....	17
3.2. VISÃO .....	18
3.3. VALORES.....	18
3.4. ÓRGÃOS SOCIAIS .....	18
<b>4. ENQUADRAMENTO, PRESSUPOSTOS E PLANO DE ATIVIDADES.....</b>	<b>20</b>
4.1. ORIENTAÇÕES PARA O PERÍODO DE 2020-2023 .....	20
4.2. PLANO DE ATIVIDADES .....	24
4.2.1. AÇÃO 1 – RECOLHA SELETIVA PORTA-A-PORTA RESIDENCIAL .....	24
4.2.2. AÇÃO 2 – RECOLHA SELETIVA PORTA-A-PORTA NÃO RESIDENCIAL .....	25
4.2.3. AÇÃO 3 – CONTENTORIZAÇÃO .....	25
4.2.4. AÇÃO 4 – RENOVAÇÃO DE FROTA .....	28
4.3. PRESSUPOSTOS CONSIDERADOS PARA O PERÍODO DE 2020-2023 .....	29
4.3.1. PRESSUPOSTOS MACROECONÓMICOS.....	29
4.3.2. PRESSUPOSTOS MICROECONÓMICOS – PRINCIPAIS FONTES DE RECEITAS PRÓPRIAS E SERVIÇOS AUXILIARES 29	
4.3.3. PRESSUPOSTOS MICROECONÓMICOS – PRINCIPAIS GASTOS .....	30
4.4. PLANO DE RECURSOS HUMANOS PARA O QUADRIÊNIO.....	30
4.5. AFETAÇÃO DE GASTOS COMUNS .....	32
4.6. PLANO DE INVESTIMENTO PARA O QUADRIÊNIO .....	32
4.7. FONTES DE FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO .....	33
4.8. PRESSUPOSTOS FINANCEIROS.....	33
4.9. PRESSUPOSTOS DE FINANCIAMENTO .....	33
4.10. REPARTIÇÃO DO ORÇAMENTO POR ATIVIDADE.....	34
<b>5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PREVISIONAIS PARA OS ANOS DE 2020, 2021, 2022 E 2023.....</b>	<b>36</b>
5.1. NOTAS EXPLICATIVAS AO ORÇAMENTO .....	36
5.1.1. PRESSUPOSTOS.....	36
5.1.2. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E OUTROS RENDIMENTOS.....	36
5.1.3. SUBCONTRATOS .....	37
5.1.4. TRATAMENTO DE RESÍDUOS.....	37
5.1.5. GASTOS COM ALUGUER OPERACIONAL, COMBUSTÍVEIS E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS E VIATURAS 38	
5.1.6. GASTOS COM O PESSOAL .....	38
5.1.7. OUTROS GASTOS.....	38
5.2. ORÇAMENTO DE EXPLORAÇÃO PREVISIONAL PARA OS ANOS DE 2020, 2021, 2022 E 2023....	39
5.4. BALANÇO PREVISIONAL PARA OS ANOS DE 2020, 2021, 2022 E 2023.....	40
5.6. ORÇAMENTO DE TESOURARIA PREVISIONAL 2020 A 2023 .....	41
5.7. RESPONSABILIDADES EVENTUAIS RELATIVAS AOS CONTENCIOSOS EXISTENTES .....	41
5.8. COMPROMISSOS ASSUMIDOS PARA ALÉM DO PERÍODOS DE 2020-2023 .....	41
5.9. CONCLUSÃO .....	43

h  
heli





<b>6. PARECER DO FISCAL ÚNICO .....</b>	<b>45</b>
<b>7. CERTIDÃO DE PARTE DE ATA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO .....</b>	<b>47</b>

sheli



# 1

## PREÂMBULO

Handwritten signature and initials in the bottom right corner.

## 1. PREÂMBULO

### 1.1. OBJETO SOCIAL E ESTRUTURA DE CAPITAL

A **PORTO AMBIENTE**, entidade empresarial local, de âmbito municipal, dotada de autonomia estatutária, administrativa e financeira, constituída por escritura pública realizada no dia 27 de janeiro de 2017, no seguimento das deliberações da Câmara Municipal e Assembleia Municipal do Porto, nas suas reuniões de dezanove e vinte e um de julho de 2016, respetivamente, tem por objeto social, por delegação do Município do Porto, a Gestão de Resíduos Urbanos e Limpeza do Espaço Público.

O capital social integralmente realizado, é de 3 265 566 Euro (três milhões, duzentos e sessenta e cinco mil, quinhentos e sessenta e seis euros), realizado por 3 000 000 Euro em capital e 265 566 Euro realizado em espécie de equipamento e outros bens móveis. O contrato de gestão delegada, válido por quinze anos, prevê a exploração e gestão dos respetivos sistemas municipais, em regime de exclusividade territorial no Município do Porto, em linha com o Plano de Ação para o Plano Estratégico de Gestão de Resíduos (PERSU 2020+), de modo a dar cumprimento às metas definidas neste último e gerindo de forma adequada e integrada a prestação de cada serviço. No sentido de assegurar o desempenho das competências por si assumidas, à **PORTO AMBIENTE** incumbem-se como principais objetivos, os seguintes:

- a) Explorar e gerir o sistema municipal de Gestão de Resíduos Urbanos e Limpeza do Espaço Público;
- b) Cumprir com o Plano de Ação do Município do Porto em vigor, de forma a dar cumprimento às metas decorrentes do estipulado no Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos (atualmente PERSU 2020+);
- c) Gerir de forma integrada e adequada a prestação de cada serviço, de forma a oferecer o melhor serviço ao menor custo, tendo em conta que os serviços devem ser prestados de acordo com os princípios expressos no n.º 1, do artigo 5.º, do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto;
- d) Assegurar e definir com o Município do Porto e com a entidade gestora de resíduos que presta serviços em alta o modo de articulação entre si, de





forma a prestar um serviço aos utilizadores finais em condições de sustentabilidade ambiental, infraestrutural e económica.

As competências previstas no número anterior abrangem, nomeadamente:

a) Garantir a gestão e a construção das infraestruturas e dos equipamentos necessários à exploração do sistema de gestão de resíduos e limpeza do espaço público;

b) Assegurar de forma regular, contínua e eficiente:

I. a recolha dos resíduos recicláveis integrados no sistema municipal ou que o venham a integrar por força da expansão da rede de recolha seletiva, e o transporte, tratamento, triagem e valorização dos resíduos urbanos provenientes da recolha seletiva;

II. a recolha seletiva de resíduos orgânicos;

III. a recolha de resíduos urbanos indiferenciados, ou equiparados;

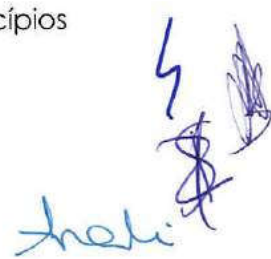
IV. o transporte dos resíduos urbanos indiferenciados ou equiparados, recolhidos/produzidos no Município;

V. a limpeza do espaço público;

c) Prestar o serviço complementar de gestão de Resíduos de Construção e Demolição e Resíduos Industriais Não Perigosos, bem como a gestão de outros resíduos, para os quais seja detentora de licença ou que venha a ser;



A atividade da **PORTOAMBIENTE** e o desenvolvimento das suas funções é realizado sob a orientação estratégica da Câmara Municipal do Porto, de acordo com uma política de gestão organizacional assente num conjunto de princípios





orientadores: a satisfação do "cliente" municipal; a melhoria contínua da organização e o seu comprometimento com o desenvolvimento e crescimento profissional, técnico, comportamental e ético; o envolvimento dos colaboradores e fornecedores na concretização dos objetivos da empresa; a atuação no mercado de forma absolutamente transparente e exigente.

No sentido da promoção da melhoria contínua da organização, bem como da eficiência e da qualidade dos serviços prestados, a **PORTOAMBIENTE** tem estabelecido um plano de monitorização e avaliação de indicadores do desempenho organizacional.



O acompanhamento destes indicadores, que se organizam em quatro temáticas (cobertura e qualidade do serviço; desempenho organizacional; produtividade; eficiência operacional e de gestão), permite a monitorização do cumprimento dos objetivos estratégicos definidos, garantindo assim a prestação eficiente de um serviço de qualidade.

Assim, a empresa cumpre a missão que lhe está atribuída, bem como os objetivos que estipula, tendo em conta parâmetros de qualidade exigentes e respeitando os princípios de responsabilidade social, desenvolvimento sustentável e serviço público.

Handwritten signature and initials in blue ink, including a lightning bolt symbol and the name 'deli'.



## 1.2. ENQUADRAMENTO LEGAL

A atividade da **PORTOAMBIENTE**, é enquadrada pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que estabelece os princípios e regras aplicáveis ao setor público empresarial, quer do setor empresarial do Estado, quer do setor empresarial local, cumprindo os princípios de Bom Governo que lhe são aplicáveis. O acompanhamento e controlo do Município do Porto, bem como as funções de administração e fiscalização estão definidos na Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto e nos Estatutos da Empresa.

No seguimento do enquadramento apresentado, dando cumprimento aos seus deveres de informação previsto no artigo 20º dos Estatutos da **PORTOAMBIENTE**, de acordo com o disposto no artigo 22º do mesmo documento e artigo 42.º n.º 1, da Lei 52/2012 de 31 de Agosto, e alíneas f) e g) do n.º 1 do artigo 44º. da Lei 133/2013, de 3 de outubro, o Conselho de Administração apresenta os Instrumentos de Gestão Previsional (IGP) para o período 2020-2023, assim como o relatório do órgão de fiscalização.

Estes IGP procuram dar sentido prático à estratégia definida para a empresa, nomeadamente no que respeita a matérias de investimento, financiamento e de exploração no horizonte dos próximos quatro anos.

## 1.3. ENQUADRAMENTO CONTABILÍSTICO

Os requisitos contabilísticos da **PORTOAMBIENTE** devem respeitar o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). O Sistema de Normalização Contabilística foi publicado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho e republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, devendo responder às necessidades da gestão da empresa e permitir o controlo orçamental permanente, bem como a fácil verificação da correspondência entre valores patrimoniais.

Em 2 de Junho de 2015 é republicado o Decreto-Lei 158/2009 pela publicação do Decreto-Lei 98/2015. O Decreto-Lei 98/2015 transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2013/34/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, relativa às demonstrações financeiras anuais, às

Handwritten signature and initials in blue ink.



demonstrações financeiras consolidadas e aos relatórios conexos de certas formas de empresas, que altera a Diretiva n.º 2006/43/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, e revoga as Diretivas números 78/660/CEE e 83/349/CEE do Conselho.

Na sequência da publicação do Dec. Lei 98/2015 são também publicados Avisos e Portarias que reposicionam o enquadramento legal do SNC. Nomeadamente é publicada a Portaria 220/2015 de 24 de julho de 2015 que vem aprovar os novos modelos de demonstrações financeiras para as diferentes entidades que aplicam o SNC aplicável aos períodos que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2016.

Assim, atualmente, o SNC é regulado pelos seguintes diplomas:



- a) Aviso 8254/2015 de 29 de julho de 2015 (revoga Aviso n.º 15652/2009, de 7 de setembro) - Estrutura Conceptual;
- b) Aviso 8256/2015 de 29 de julho de 2015 (revoga Aviso n.º 15655/2009 de 7 de setembro) - Normas Contabilísticas de Relato Financeiro;
- c) Aviso 8258/2015 de 29 de julho de 2015 (revoga Aviso n.º 15653/2009, de 7 de setembro) - Normas interpretativas.
- d) Portaria 218/2015 de 23 de julho de 2015 (revoga Portaria n.º 1011/2009, de 9 de setembro) - Código de Contas e Declaração de Retificação n.º41-A/2015 de 21 de setembro de 2015;
- e) Portaria 220/2015 de 24 de julho de 2015 (revoga a Portaria n.º 986/2009, de 7 de setembro) - Modelos de Demonstrações Financeiras e Declaração de Retificação n.º41-B/2015 de 21 de setembro de 2015.

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da Empresa, foram utilizadas as normas que



integram o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC"), antes referidas, em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação, sem prejuízo do recurso supletivo às Normas Internacionais de Contabilidade adotadas ao abrigo Portaria 220/2015 de 24 de julho de 2015 (revoga a Portaria nº 986/2009, de 7 de setembro) - Modelos de Demonstrações Financeiras e Declaração de Retificação nº41-B/2015 de 21 de Setembro de 2015, e ainda às Normas Internacionais de Contabilidade e às Normas Internacionais de Relato Financeiro emitidas pelo *International Accounting Standard Board* e respetivas interpretações (SIC-IFRIC), sempre que o SNC não contemple aspetos particulares das transações realizadas e dos fluxos ou das situações em que a Empresa se encontre envolvida.

As demonstrações financeiras são elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações da Empresa e no regime de acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstos no artigo 1.º da Portaria 220/2015, de 24 de Julho, designadamente o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, com expressão dos respetivos montantes em Euros.

As Demonstrações financeiras incorporadas no IGP foram preparadas de acordo com os seguintes pressupostos: regime do acréscimo (periodização económica) e da continuidade.

As características qualitativas são os atributos que tomam a informação proporcionada nas Demonstrações financeiras útil aos utentes. Nesse sentido, toda a informação integrante das mesmas é caracterizada pelos atributos da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sob a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

*Handwritten signature and initials in blue ink.*





# 2

## MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

4  
2020



## 2. MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O exercício de elaboração dos Instrumentos de Gestão Previsional é naturalmente caracterizado como um enorme desafio. Desafio este, na medida em que ambiciona incorporar um conjunto de fatores, históricos e prospetivos, internos e externos, respeitando os princípios de equidade e transparência que sempre estiveram presentes na estratégia da empresa **PORTOAMBIENTE**.

Este documento, o qual procura contemplar o desempenho prospetivo para os períodos anuais compreendidos entre 2020 e 2023, será talvez dos mais complexos, por força das factuais e potenciais vicissitudes de mercado decorrentes da atual situação mundial em que nos encontramos.

O início do período económico de 2020 registou, para a **PORTOAMBIENTE**, um desempenho operacional muito acima do expectável, nomeadamente ao nível dos quantitativos da fração seletiva. Para esta performance em muito contribuiu o esforço e enfoque que **PORTOAMBIENTE** havia vindo a alocar aos projetos de Recolha de resíduos orgânicos (setor não residencial) e Porta-a-porta residencial, para além da densificação da rede de ecopontos no Município.



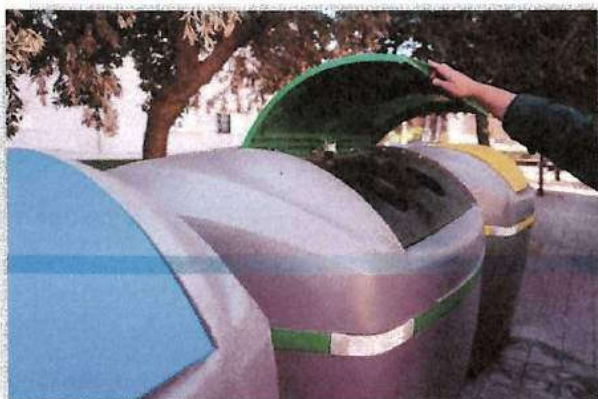
No entanto, o ano de 2020 ficará incontornavelmente marcado pela crise mundial, originada pela pandemia COVID19, declarada em 11 de março pela Organização Mundial de Saúde, e cuja propagação no nosso país, conduziu a que, no período compreendido entre 13 de março e 3 de maio de 2020, fossem



adotadas, pelo Governo, um conjunto alargado de medidas de carácter excecional em áreas como a educação, proteção social, exercício de atividades económicas e eventos de natureza pública. Decorrente dessas medidas, traduzidas em grande parte como restrições e limitações ao exercício da atividade económica, designadamente no âmbito do comércio a retalho, da prestação de serviços em estabelecimentos abertos ao público e dos serviços públicos não essenciais, é expectável que se venha a verificar um impacto negativo muito significativo na economia portuguesa, com uma queda muito acentuada dos rendimentos das empresas e trabalhadores e uma crise económico-financeira previsivelmente mais gravosa que a crise de 2009.

Neste contexto, múltiplas indefinições no comportamento do mercado poderão ponderar de forma divergente nos pressupostos assumidos nas atuais projeções, as quais foram elaboradas considerando estimativas fiáveis, prudentiais e com elevados padrões de rigor.

Ainda assim, a Administração da **PORTOAMBIENTE** deposita grandes expectativas no futuro que se aproxima, nomeadamente no cumprimento às metas definidas no Plano Estratégico de Gestão de Resíduos em linha com o Plano de Ação, o



qual se traduzirá conseqüentemente na melhoria da qualidade de vida dos munícipes, incorporando na sua atividade e nos serviços a prestar, as melhores práticas baseadas na inovação, na criação de valor e em lógica da melhoria contínua.

Os Instrumentos de Gestão Previsional para o quadriénio de 2020 a 2023 traduzem o esforço da **PORTOAMBIENTE**, de valorização da importância do Município, da aposta por um serviço de excelência, da dignificação das instalações e do património físico que lhe está afeto, bem como a gestão mais eficiente dos equipamentos de que a empresa é proprietária ou usufrutuária. Estas projeções, cujo desempenho financeiro para o próximo quadriénio se sintetiza em seguida, consideram um comportamento da tarifa alinhado com



os valores que constam do Anexo ao contrato de gestão delegada, não tendo sido, nesta fase antecipados quaisquer desvios, não obstante da recente evolução do comportamento do mercado, quer ao nível das quantidades recolhidas, quer ao nível do contexto económico originado pela crise pandémica COVID19.

No que respeita ao desempenho financeiro, a tabela seguinte ilustra a projeção do EBITDA para cada um dos períodos anuais, assim como a sua respetiva formação, encontrando-se ponderados os pressupostos mencionados anteriormente, assim como níveis adequados de estabilidade da estrutura orgânica, a partir do período de 2021. Destaca-se ainda, relativamente aos anos de 2021 a 2023, a expectativa de que a generalidade dos ativos da empresa tenha sido objeto de renovação e/ou reabilitação, nomeadamente no que respeita à frota de viaturas pesadas de Resíduos Sólidos Urbanos, equipamentos de lavagem, parque de contentorização e ecocentros:

(Valores expressos em Euro)

Desempenho financeiro	2020	2021	2022	2023
Vendas e serviços prestados	15 123 778	15 236 067	15 417 942	15 720 599
Subsídios à exploração	7 146 067	8 401 807	8 066 183	8 178 720
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-196 648	-325 871	-320 731	-325 030
Fornecimentos e serviços externos	-14 458 144	-14 554 010	-14 109 341	-14 303 105
Gastos com o pessoal	-6 992 423	-7 600 958	-7 692 169	-7 807 552
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	-338 588	-360 000	-360 000	-360 000
Outros rendimentos	382 864	757 056	774 368	791 714
Outros gastos	-313 279	-612 264	-619 754	-628 577
<b>EBITDA</b>	<b>353 628</b>	<b>941 828</b>	<b>1 156 499</b>	<b>1 266 769</b>

É ambição do Conselho de Administração que a **PORTOAMBIENTE** seja reconhecida como uma organização de referência no setor, traduzindo assim o forte envolvimento de todos os *stakeholders* na concretização da sua estratégia. O Conselho de Administração da **PORTOAMBIENTE** não pode deixar de transmitir o seu agradecimento a todos aqueles que, no decorrer do período em reporte, contribuíram decisivamente para a consolidação deste projeto, nomeadamente:

- Ao acionista, pelo envolvimento e confiança demonstrada;
- A todos os munícipes do Porto, cujo envolvimento nos interesses da cidade, e adesão aos processos implementados em muito têm contribuídos para os positivos resultados alcançados;







- A todos os nossos estimados clientes pela dedicação e confiança depositados na nossa empresa;
- A todos os fornecedores de bens e serviços pela cooperação demonstrada;
- A todos os colaboradores pelo esforço, capacidade e dedicação postos nas tarefas que lhes foram confiadas;
- Ao Fiscal Único e demais órgãos da sociedade pelo apoio, competência e dedicação com que sempre nos honraram.

Porto, 22 de outubro de 2020

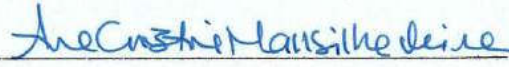
O Conselho de Administração

  
Artur Jorge Silva de Sousa Basto

(Presidente)

  
Luis Andre Fernandes Bragança de Assunção

(Administrador Executivo)

  
Ana Cristina Mansilha Centeiro Vieira e Leite da Silva  
(Administrador não Executivo)

# 3

## GOVERNO DAS SOCIEDADES



*Handwritten signature and scribbles in the bottom right corner.*



### 3. GOVERNO DAS SOCIEDADES

A **PORTO AMBIENTE**, é uma entidade empresarial local de âmbito municipal dotada de autonomia estatutária, administrativa e financeira, constituída em fevereiro de 2017, cujo capital social (€ 3 265 566,00) é detido, na sua totalidade, pela Câmara Municipal do Porto.

O seu objeto social prevê a Gestão de Resíduos Urbanos e Limpeza do Espaço Público, assumindo como competências a exploração e gestão dos respetivos sistemas municipais, em linha com o Plano de Ação para o Plano Estratégico de Gestão de Resíduos (PERSU 2020+).

#### 3.1. MISSÃO

Gerir o sistema municipal de gestão de resíduos urbanos e limpeza do espaço público, de acordo com princípios de qualidade do serviço, inovação, sustentabilidade ambiental e económica, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos habitantes, visitantes e trabalhadores da cidade do Porto.



### 3.2. VISÃO

A **PORTOAMBIENTE** pretende ser uma empresa de referência nacional e internacional no seu setor, destacando-se pela excelência dos serviços prestados aos cidadãos e pelo seu contributo para promoção e proteção do ambiente.

### 3.3. VALORES

- Orientação para os habitantes, visitantes e trabalhadores da cidade do Porto.
- Sustentabilidade ambiental, económica e social
- Respeito e valorização do ambiente
- Integridade
- Inovação
- Transparência
- Rigor
- Responsabilidade



### 3.4. ÓRGÃOS SOCIAIS

Os Órgãos sociais da **PORTOAMBIENTE**, são constituídos pela Assembleia Geral, Conselho de Administração e o Fiscal Único, sendo os seus membros apresentados na tabela seguinte.

Órgão	Função	Nome
Assembleia Geral	Representante do Município	Maria Helena Vilasboas Tavares
	Presidente da Mesa	Filipe Manuel Ventura Camões de Almeida Araújo
	Secretário	Ana Flomena Alves Leal Leite da Silva
Conselho de Administração	Presidente	Artur Jorge Silva de Sousa Basto
	Administrador executivo	Luis Andre Fernandes Bragança de Assunção
	Administrador não executivo	Ana Cristina Mansilha Centeiro Vieira e Leite da Silva
Fiscal Único	Efetivo	Mazars e Associados, SROC, S.A. representada por: José Fernando Abreu Rebouta
	Suplente	Patrícia Alexandra Faria Cardoso

*[Handwritten signature and scribbles]*





# 4

ENQUADRAMENTO

E

PRESSUPOSTOS

*Handwritten signature and initials in the bottom right corner.*

#### 4. ENQUADRAMENTO, PRESSUPOSTOS E PLANO DE ATIVIDADES

Os IGP que se apresentam foram desenvolvidos tendo em consideração um conjunto de orientações estratégicas, pressupostos de carácter económico-financeiro, assim como o plano de atividades a que a **PORTOAMBIENTE** se propõe a executar.

##### 4.1. ORIENTAÇÕES PARA O PERÍODO DE 2020-2023

###### a) Compatibilização entre os gastos e os rendimentos disponíveis;

Os IGP relativos ao período de 2020-2023 têm por base um orçamento de exploração equilibrado, por atividade, o qual considera a obtenção de dois subsídios a exploração por parte do Município do Porto. De notar ainda que a regulação dos termos em que os referidos subsídios são atribuídos à **PORTOAMBIENTE** se encontra prevista em contrato programa, o qual define em conjunto com o contrato de gestão delegada, os objetivos e indicadores de resultado para cada período, conforme previsto no Artigo 47º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

O Contrato Programa relativo à Gestão de Resíduos Urbanos (CPGRU), visa cobrir a parte dos encargos que não se encontrem integralmente remunerados pela tarifa cobrada aos utilizadores finais.

O Contrato Programa relativo à Limpeza do Espaço Público (CPLEP), é concedido pelo Município do Porto com o objetivo de cobrir integralmente os

custos com a Limpeza do espaço público que, assumindo características de um bem social, está excluída do Sistema Tarifário.





b) Receitas próprias

As receitas próprias correspondem na sua generalidade à tarifa cobrada aos utilizadores finais (utilizadores do sistema de abastecimento de água do Município do Porto) pela prestação dos serviços de Gestão de Resíduos Urbanos (GRU). Compreendem adicionalmente, ainda que com menor expressão, os montantes relativos a Serviços auxiliares, os quais consideram, nomeadamente:

i. no âmbito da Gestão de Resíduos Urbanos, a gestão de Resíduos de Grandes produtores, assim como os Resíduos de Construção e Demolição;



ii. no âmbito da Limpeza do espaço público, as receitas provenientes de ações de fiscalização, e da prestação de limpeza de eventos não realizados no espaço público, e como tal não abrangidos pelo Contrato programa para o efeito;

Os montantes considerados nas projeções tarifárias presentes neste documento, traduzem um comportamento da tarifa alinhado com os valores que constam do Anexo ao contrato de gestão delegada, não tendo sido, nesta fase, antecipados quaisquer desvios.



c) Outras fontes de financiamento

Adicionalmente aos pontos anteriores, foram ponderadas pela Administração e Direções o recurso aos seguintes programas de financiamento POSEUR, H2020, Interwaste, os quais à data de elaboração deste documento se apresentavam aprovados. Estes programas tiveram como objetivo a execução de investimentos previstos no Plano de Ação, nomeadamente ampliação, melhorias técnicas, complementaridade do funcionamento do sistema de gestão de resíduos urbanos ou limpeza do espaço público.

Foram ainda previstas, neste documento, fontes de financiamento relativas à obtenção de financiamentos bancários por locação financeira, para a concretização dos investimentos de renovação de frota e equipamentos de lavagem.

d) Investimentos propostos para o quadriénio 2020-2023

O presente documento prevê a realização de um conjunto alargado de investimentos a realizar pela **PORTOAMBIENTE**, os quais vão de encontro à ambição da Administração no que respeita à renovação e/ou reabilitação da generalidade dos ativos da empresa, nomeadamente no que respeita à frota de viaturas pesadas de Resíduos Sólidos Urbanos, equipamentos de lavagem, parque de contentorização e ecocentros.



Estes investimentos, encontram-se parcialmente co-financiados por candidaturas a fundos comunitários, nomeadamente: (i) 280 mil euros relacionados essencialmente com contentorização de Bioresíduos ao abrigo do projeto H2020, e (ii) cerca de 1 milhão de euro (660 mil euros com viaturas e cerca de 415 mil euros com contentores) relacionadas com a recolha seletiva de Bioresíduos ao abrigo do projeto POSEUR.



e) Renovação de frota de viaturas pesadas para o quadriénio 2020-2023

Ainda no contexto do mencionado na alínea d) anterior, é objetivo desta Administração que a renovação da frota de viaturas pesadas de Resíduos Sólidos Urbanos esteja integralmente concluída já no ano de 2021, permitindo assim a utilização de viaturas menos poluentes, incrementando não só a eficiência económica, como a ecológica.



f) Contingências fiscais e de contencioso

Não são conhecidas ou expectáveis quaisquer contingências desta natureza ou similares.

g) Outros pressupostos de gestão organizacional considerados

- A utilização de um adequado número de recursos humanos;
- Promover a regularidade e a celeridade na conceção, desenvolvimento e concretização das soluções de gestão, designadamente daquelas que impliquem a contratação de terceiros;
- O conhecimento aprofundado do mercado, através da avaliação, monitorização e recolha e tratamento de informação sobre o comportamento dos seus atores e intervenientes;
- A especialização organizacional e de cada um dos recursos humanos, dotando-os da formação necessária a capacitá-los para responder aos diferentes desafios que cada empreendimento pode representar, seja no plano





estritamente técnico, seja no quadro da sua afetação ao cumprimento de específicos objetivos municipais;

- Uma eficaz implementação de processos de controlo interno respeitante à qualidade do serviço que presta para o Município do Porto e às entidades por ele detidas ou participadas.
- A possibilidade de recorrer a parcerias estratégicas, sempre que daí resultem ganhos de eficiência, técnica e financeira;
- A possibilidade de exercer outras atividades ou atividades materialmente idênticas à atividade principal, de natureza complementar ou acessória, possibilitando uma utilização mais eficiente dos recursos afetos.

#### 4.2. PLANO DE ATIVIDADES

A prossecução dos objetivos da **PORTOAMBIENTE** será promovida através de uma estratégia, desenhada a médio e longo prazo pelo Município do Porto para o Ambiente, a qual assenta nos três pilares da sustentabilidade (ambiental, económico e social). Por outro lado, a contínua aposta na promoção da recolha seletiva será o principal foco a nível estratégico, canalizando todos os esforços no sentido de assegurar a execução das ações definidas no Plano de Ação. A este nível importa referir que a **PORTOAMBIENTE** irá assegurar a continuidade das ações que se encontram já em desenvolvimento e irá potenciar o arranque das demais.

##### 4.2.1. AÇÃO 1 – RECOLHA SELETIVA PORTA-A-PORTA RESIDENCIAL

No que respeita às ações já em desenvolvimento, salienta-se o trabalho realizado no âmbito da implementação da recolha seletiva multimaterial porta-a-porta (PaP) no setor residencial, já com a integração da componente orgânica dos resíduos, com execução relevante desde o ano de 2018, e que se espera que venha a ganhar escala nos próximos períodos.





Objetivo 1.1.: Quantidades recolhidas Porta-a-Porta de 570 toneladas por ano;

Objetivo 1.2.: Implementação do projeto em nova área da cidade;

#### 4.2.2. AÇÃO 2 – RECOLHA SELETIVA PORTA-A-PORTA NÃO RESIDENCIAL

Por sua vez, na componente não residencial das recolhidas seletivas multimaterial PaP, tendo já sido alcançados os objetivos definidos no Plano de Ação



relativamente ao alargamento da rede de recolha, será assegurado um acompanhamento contínuo com reforço das ações de sensibilização desenvolvidas, de modo a manter o comprometimento por parte dos novos aderentes. Ainda no âmbito das recolhidas seletivas PaP, agora no que respeita à componente orgânica dos resíduos, será necessário apostar no alargamento da rede de recolha no setor não residencial, em linha com os resultados dos projetos piloto em desenvolvimento.

Objetivo 2.1.: Realização anual de 8 ações de sensibilização (macroprocessos);

Objetivo 2.2.: Alargamento da rede de recolha seletiva a um número total de 2 000 aderentes.

#### 4.2.3. AÇÃO 3 – CONTENTORIZAÇÃO

No que respeita à contentorização, nomeadamente seletiva, por forma a incrementar a recolha seletiva por esta via e não obstante das limitações ao nível das oportunidades de investimento, será realizado um alargamento e reestruturação da rede municipal, que passará pela realocação de pontos de recolha, pela instalação de novos equipamentos, assegurando a disponibilidade da recolha dos três fluxos multimaterial nos locais onde

*Handwritten signature and initials in blue ink.*

atualmente apenas existe um equipamento destinado à fração vidro e a redução dos locais onde apenas existe contentorização de indiferenciado.

No âmbito do Plano de Ação está também prevista uma ação com o objetivo de alargar a recolha seletiva de resíduos verdes, nos setores residencial e não residencial, estando já em curso o estudo e a definição de projetos piloto, cuja implementação se prevê no curto prazo. Existe ainda um comprometimento por parte do Município do Porto, agora assumido



pela **PORTOAMBIENTE**, com o alargamento da recolha seletiva a outros fluxos de materiais, tal como serão os têxteis, e com a promoção de ações de sensibilização dos munícipes. Tendo em conta que a sensibilização assume um papel de suporte para o sucesso das ações previstas no âmbito da promoção da recolha seletiva, a **PORTOAMBIENTE** irá assegurar um maior enfoque no desenvolvimento de ações de sensibilização. A este nível, está previsto um aumento da verba canalizada para financiamento destas ações, que representará até 1% das receitas próprias da **PORTOAMBIENTE**.

A requalificação dos ecocentros municipais constitui também um objetivo estratégico, através do qual se pretende fomentar não só a recolha seletiva, mas também a prevenção da produção de resíduos, estando prevista uma intervenção tanto ao nível estrutural como conceptual. Um dos parâmetros de grande relevo que se pretende abordar no âmbito da requalificação dos ecocentros passa pela utilização de tecnologias de apoio à gestão, permitindo gerir estas infraestruturas de forma integrada no sistema.

No âmbito do Plano de Ação e de acordo com o enquadramento legal para o setor de resíduos, serão estudadas soluções que viabilizem a implementação de um sistema de faturação baseado no princípio *Pay-As-You-Throw* (PAYT). Com o intuito de promover a prevenção da produção de resíduos e de incentivar a





sua separação na fonte, este tipo de sistema de faturação encontra-se já em vigor para os grandes produtores de resíduos e outros aderentes do sistema, prevendo-se o estudo e avaliação da viabilidade de soluções para a sua extensão à globalidade dos utilizadores.



Por fim, as ações a desenvolver incluem a conceção e operacionalização de um sistema de informação de gestão dos resíduos que, através de uma plataforma que permita a integração de todos os sistemas de registo de dados e de georreferenciação, promova a otimização e a melhoria da eficiência do sistema.

As três últimas temáticas abordadas estão intimamente relacionadas com o segundo eixo de ação da estratégia da **PORTO AMBIENTE** – o recurso a Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) com o intuito de impulsionar a melhoria contínua da eficiência dos serviços e o alcance de um grau de excelência na gestão de recursos.

Objetivo 3.1.: Requalificação dos ecocentros;

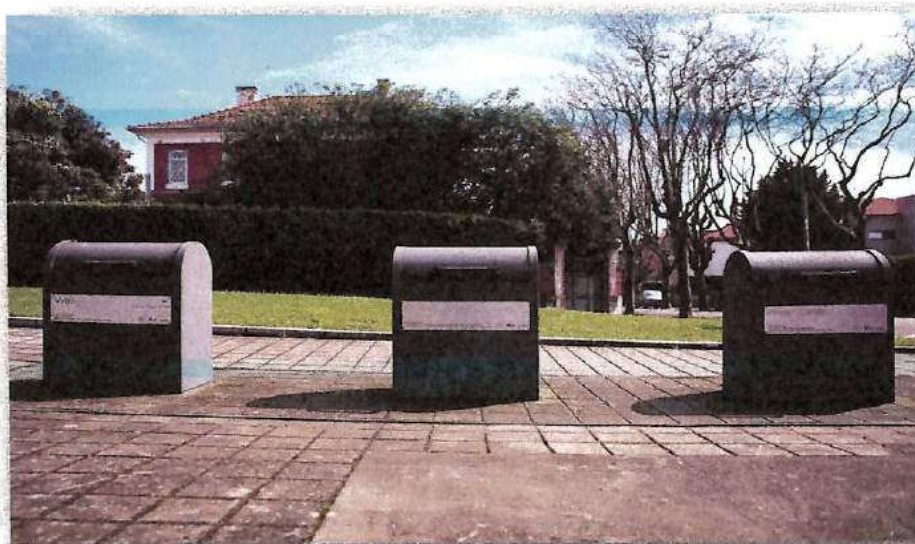
Objetivo 3.2.: Implementação do sistema de recolha seletiva de resíduos verdes;

Objetivo 3.3.: Implementação do sistema de recolha seletiva de resíduos têxteis;



Objetivo 3.4.: Implementação do sistema de recolha seletiva de resíduos domésticos perigosos;

Objetivo 3.5.: Renovação mínima anual de 5% (cerca de 300) dos equipamentos de contentorização.



#### 4.2.4. AÇÃO 4 – RENOVAÇÃO DE FROTA

Neste enquadramento, a visão estratégica da **PORTOAMBIENTE** está fortemente orientada para a modernização dos serviços, não só através do recurso em grande escala às TIC mas também através da utilização de viaturas e equipamentos mais eficientes e sustentáveis e da sua instrumentação. Durante o período de 2019/2020, dando cumprimento ao objetivo de modernizar toda a sua frota e torná-la mais eficaz e mais amiga do ambiente, a **PORTOAMBIENTE** evoluiu nos procedimentos contratuais, tendo adjudicado o fornecimento de 26 viaturas pesadas de RSU's, assim como a respetiva manutenção e financiamento por locação financeira, as quais se esperam vir a ser integralmente fornecidas até ao início do ano de 2021.

Objetivo 4: Renovação da frota de viaturas pesadas por modelos mais atuais e mais eficientes do ponto de vista ambiental.



### 4.3. PRESSUPOSTOS CONSIDERADOS PARA O PERÍODO DE 2020-2023

Relativamente aos pressupostos considerados e, não obstante das notas explicativas destacadas da secção seguinte, apesentam-se os seguintes pontos:

#### 4.3.1. PRESSUPOSTOS MACROECONÓMICOS

Pressupostos Macroeconómicos	2020	2021	2022	2023
Taxa IVA a liquidar - Receitas próprias	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Taxa IVA a liquidar - RCD's	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%
Taxa IVA a liquidar - Grandes produtores	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%
Taxa IVA a liquidar - Subsídios exploração	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Taxa IVA nas compras (Tratamento de resíduos e subcontratos)	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%
Taxa IVA nas compras (Outros)	23,00%	23,00%	23,00%	23,00%
% IVA a deduzir nas compras	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Taxa efetiva de IRC (média estimada)	22,50%	22,50%	22,50%	22,50%
Taxa média de encargos contributivos	23,75%	23,75%	23,75%	23,75%
Taxa média de retenções contributivas	11,00%	11,00%	11,00%	11,00%
Taxa média de retenções de imposto sobre o rendimento	11,00%	11,00%	11,00%	11,00%
Taxa de imposto do selo sobre o financiamento CP	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
Taxa de atualização do custo de deposição da recolha indif.	0,00%	0,80%	1,20%	1,50%
Taxa geral de inflação	0,00%	0,80%	1,20%	1,50%
Taxa Euribor 12 meses (Zero ou positiva)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

#### 4.3.2. PRESSUPOSTOS MICROECONÓMICOS – PRINCIPAIS FONTES DE RECEITAS

##### PRÓPRIAS E SERVIÇOS AUXILIARES

Principais fontes de receitas próprias		2020	2021	2022	2023
Utilizadores domésticos	<b>Tarifa de disponibilidade</b>				
	Número de utilizadores/contratos	119 000	119 000	119 000	119 000
	Tarifa (€/30 dias)	1,9949	2,0109	2,0350	2,0594
	<b>Tarifa variável</b>				
	Quantidade de água consumida (m3/ano)	10 734 042	10 776 000	10 776 000	10 937 640
	Tarifa (€/30 dias)	0,4187	0,4221	0,4271	0,4322
	<b>TGR (€/m3)</b>	0,0167	0,0401	0,0406	0,0411
Utilizadores não domésticos	<b>Tarifa de disponibilidade</b>				
	Número de utilizadores/contratos	29 000	29 000	29 000	29 000
	Tarifa (€/30 dias)	13,1735	13,2768	13,4382	13,5994
	<b>Tarifa variável</b>				
	Quantidade de água consumida (m3/ano)	4 668 869	4 944 000	4 944 000	5 018 160
	Tarifa (€/30 dias)	0,5365	0,5408	0,5473	0,5539
	<b>TGR (€/m3)</b>	0,0167	0,0401	0,0406	0,0411
Grandes produtores / Não domésticos na	<b>Tarifa de disponibilidade</b>				
	Número de utilizadores/contratos	40	40	40	40
	Tarifa	13,1735	13,2768	13,4382	13,5994
	<b>Tarifa variável</b>				
Quantidade de resíduos produzidos (litros)	14 613 011	14 832 000	14 832 000	15 054 480	
Tarifa (€/m3)	0,0319	0,0315	0,0319	0,0323	
Remoção de resíduos de construção e demolição (RCD)	<b>Recolha na origem</b>				
	N.º de serviços	5	5	5	5
	Taxa de serviço (€/Serviço)	65,18	66,23	66,49	67,29
	Quantidade (kg)	0	0	0	0
	Preço kg (> 500 kg)	0,1250	0,1260	0,1275	0,1290
	<b>Depósito no ecocentro</b>				
	Quantidade (kg)	120 000	120 000	120 000	120 000
Preço kg (> 500 kg)	0,0417	0,0420	0,0425	0,0430	
<b>Estimativa de perda por imparidade (valor mensal)</b>	30 000,00	30 000,00	30 000,00	30 000,00	

Handwritten signature and scribbles in blue ink.



### 4.3.3. PRESSUPOSTOS MICROECONÓMICOS – PRINCIPAIS GASTOS

Pressupostos Microeconómicos - Principais gastos		2020	2021	2022	2023
Gestão de resíduos Urbanos	Resíduos Indiferenciados - Toneladas estimadas	104 706	104 186	104 210	104 132
	Custo tratamento de resíduos - Taxa de exploração (€/t)	41,5700	41,9126	42,4156	43,0518
	Custo tratamento de resíduos - TGR (€/t)	2,7500	5,5440	5,6105	5,6947
	Taxa de faturação e cobrança CMPEA	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%
	Número de viaturas ligeiras	15	18	18	18
	Número de viaturas pesadas	55	48	48	48
Limpeza do espaço público	Gastos com o pessoal (NOTA 1)	Nota 1	Nota 1	Nota 1	Nota 1
	Resíduos de varredura - Toneladas estimadas	3 375	2 000	2 000	2 000
	Custo tratamento de resíduos - (€/ton)	29,900	30,139	30,501	30,959
	Subcontratação de serviços				
	Consórcio - Lote 1 (total anual estimado em Euro)	1 935 122	2 042 802	2 031 288	2 061 757
	Consórcio - Lote 2 (total anual estimado em Euro)	1 535 946	1 576 502	1 581 204	1 604 922
Gastos comuns	Consórcio - Lote 3 (total anual estimado em Euro)	1 580 825	1 534 285	1 544 103	1 567 265
	Número de viaturas ligeiras afetas	13	14	14	14
	Número de viaturas pesadas afetas	0	0	0	0
	Gastos com sensibilização (% de Receitas próprias)	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%
	Gastos com o pessoal (NOTA 1)	Nota 1	Nota 1	Nota 1	Nota 1
	Número de viaturas ligeiras afetas	7	7	7	7
Gastos comuns	Número de viaturas pesadas afetas	0	0	0	0
	Gastos com o pessoal (NOTA 1)	Nota 1	Nota 1	Nota 1	Nota 1

NOTA 1: ver secção 4.4. Plano de recursos humanos para o período

Em adição aos principais gastos "recorrentes" apresentados no quadro infra, será importante enfatizar que se encontram previstos os seguintes gastos, elegíveis para efeitos de candidatura a projetos co-financiados:

Candidatura	(Valores expressos em Euro)			
	2020	2021	2022	2023
H2020 - Cityloops				
Consultores e peritos externos	0	50 000	0	0
Recursos Humanos	3 236	77 664	67 956	0
Outros custos	2 750	5 500	5 500	0
POSEUR				
Consultores e peritos externos	0	0	0	0
Publicidade e divulgação	120 694	362 081	0	0
Outros FSE's	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>126 680</b>	<b>495 245</b>	<b>73 456</b>	<b>-</b>

### 4.4. PLANO DE RECURSOS HUMANOS PARA O QUADRIÉNIO

Por forma a assumir a execução do serviço de recolha de resíduos em todo o Município, a **PORTOAMBIENTE** constituiu um quadro de pessoal que garantiu a resposta adequada às exigências da missão, com os índices de qualidade pretendidos pela Empresa. De referir ainda que, sempre que manifestada disponibilidade e interesse por parte dos colaboradores da anterior estrutura do Município do Porto, estes foram integrados na atual estrutura.

Esta estratégia, não só permitiu um maior controlo dos riscos associados à transferência da recolha para a **PORTOAMBIENTE**, pois grande parte dos seus executantes que continuarão a ser os mesmos, como também garante uma melhor racionalização dos recursos humanos afetos à Autarquia.



Assim e relativamente à sua orgânica funcional e atendendo ao papel determinante que a tecnologia irá desempenhar no controlo e otimização da operação, a **PORTOAMBIENTE** será uma organização com uma estrutura de suporte mais reduzida e uma área operacional pouco hierarquizada, mas ambas com um elevado grau de especialização e autonomia, permitindo, assim, maior agilidade na gestão diária.

Na sequência, estrutura previsional de recursos humanos para o quadriénio de 2020-2023 apresenta-se da seguinte forma:

Pessoal		2020	2021	2022	2023
Gestão de resíduos urbanos	Coordenador	1	1	1	1
	Encarregado Geral	2	2	2	2
	Encarregado Operacional	6	6	6	6
	Metorista	96	99	99	99
	Cantoneiro	172	177	177	177
	Eletricista	1	1	1	1
	Mecânico	1	1	1	1
	Serralheiro Civil	1	1	1	1
Limpeza do espaço público	Coordenador	1	1	1	1
	Encarregado Geral	1	1	1	1
	Encarregado Operacional	8	8	8	8
	Responsável	1	1	1	1
	Técnico superior sénior (fiscalização)	2	2	2	2
	Técnico superior sénior (Operação)	1	1	1	1
	fiscal	14	14	14	14
	Cantoneiro	24	24	24	24
	Administrativo (Comunicação)	1	1	1	1
	Administrador executivo	2	2	2	2
Gastos Comuns	Diretor	2	2	2	2
	Assessor Jurídico	1	1	1	1
	Coordenador	3	3	3	3
	Técnico superior (Informático)	1	1	1	1
	Secretariado CA	1	1	1	1
	Técnico superior (RH)	1	1	1	1
	Gestor Frota	1	1	1	1
	Técnico superior sénior (Operação)	1	1	1	1
	Técnico superior (Qualidade)	3	3	3	3
	Encarregado Operacional	1	1	1	1
	Técnico superior (Compras)	1	1	1	1
	Técnico superior (Financeiro)	1	1	1	1
	Técnico superior (Operação)	3	3	3	3
	Rel. Armazém	1	1	1	1
	Administrativo (RH)	1	1	1	1
	Administrativo (Operação)	1	1	1	1
	Administrativo (Ecolinha)	4	4	4	4
	Administrativo (Compras)	1	1	1	1
<b>Total</b>		<b>363</b>	<b>371</b>	<b>371</b>	<b>371</b>

Importa ainda sublinhar que, não obstante do processo de constituição do quadro de pessoal ter sido efetuado de forma gradual, essencialmente nos anos de 2018 e 2019, a admissão, acolhimento e integração de um número tão elevado de colaboradores, tem vindo, e continuará a ser um importante desafio a ultrapassar. Por tal motivo tem vindo a ser desenvolvido um trabalho de

elaboração e uniformização de procedimentos na área de Recursos Humanos, procurando constituir uma política de gestão de pessoas equitativa, mas também motivadora e promotora do bem-estar profissional e pessoal. Por último, e apesar de até finais de 2019 a **PORTOAMBIENTE** ter estado essencialmente focada na constituição e estabilização de um quadro de pessoal ajustado às responsabilidades que lhe foram cometidas, foi igualmente dada especial atenção à eficiência organizacional, quer através de uma melhor definição de funções e níveis de responsabilidades, quer pela elaboração de procedimentos internos e externos nas diferentes áreas de atuação, aspeto esse que se espera vir a ser consolidado nos períodos subsequentes.

#### 4.5. AFETAÇÃO DE GASTOS COMUNS

Os gastos comuns incorridos verificam-se indispensáveis como suporte às operações desenvolvidas pela **PORTOAMBIENTE**. Nesse contexto, o critério de imputação dos mesmos resultou da preponderância que os Gastos com o pessoal diretos, de cada uma das atividades desenvolvidas, sobre o total dos Gastos com o pessoal diretos, conforme se ilustra:

Critério de afetação de gastos comuns	2020	2021	2022	2023
Gestão de Resíduos sólidos urbanos	84%	84%	84%	84%
Limpeza do Espaço Público	16%	16%	16%	16%

#### 4.6. PLANO DE INVESTIMENTO PARA O QUADRIÉNIO

O investimento previsto para o quadriénio em análise reparte-se da seguinte forma:

Ativos Fixos tangíveis e Intangíveis	(Valores em Euro, com IVA incluído)			
	2020	2021	2022	2023
<b>Ativos fixos tangíveis</b>	<b>6 298 358</b>	<b>2 558 632</b>	<b>1 404 045</b>	<b>509 220</b>
Viaturas pesadas para recolha de RSU's	5 781 369	270 600	0	0
Frota de lavagem de equipamentos	0	1 070 100	0	0
Reabilitação e qualificação dos ecocentros	0	115 620	894 825	0
Equipamentos de deposição, armazenamento ou compactação	499 728	937 492	509 220	509 220
Instrumentalização	0	147 600	0	0
Motociclos para atividade de fiscalização	12 354	17 220	0	0
Outros investimentos diversos	4 908	0	0	0
<b>Ativos Intangíveis</b>	<b>17 796</b>	<b>18 450</b>	<b>45 572</b>	<b>0</b>
Software	17 796	18 450	45 572	0
Outros	0	0	0	0

O principal investimento projetado relaciona-se com a aquisição de 26 Viaturas pesadas de recolha de RSU's para renovação de frota, previsivelmente executado no período de 2020. Complementarmente, e de forma a garantir a melhoria contínua dos serviços que presta e alinhando com a expectativa estratégica, a **PortoAmbiente** prevê que seja realizado um alargamento e

*Handwritten signature and scribbles in blue ink.*





reestruturação da rede municipal de equipamentos, que passará pela realocação de pontos de recolha, reposição de equipamentos e investimentos de expansão para recolha seletiva, nomeadamente de Bioresíduos, reforço dos meios de lavagem de equipamentos, reabilitação de ecocentros, reposição e/ou incremento de equipamentos de compactação.

#### 4.7. FONTES DE FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO

A estrutura previsional de modelo de financiamento para os investimentos a realizar no quadriénio de 2020-2023 é a seguinte:

Fontes de financiamento	[Valores em Euro, com IVA incluído]			
	2020	2021	2022	2023
<b>Fontes de financiamento</b>				
Autofinanciamento	384 411	930 033	1 449 617	509 220
financiamento externo - fundo perdido				
Cityloops	0	196 000	0	0
POSEUR	810 639	110 348	0	0
Financiamento externo - Locação Financeira	5 121 105	1 340 700	0	0
Aumento de capital	0	0	0	0

#### 4.8. PRESSUPOSTOS FINANCEIROS

Pressupostos Financeiros	[Valores em dias]			
	2020	2021	2022	2023
Prazo médio de recebimentos Recettas próprias	75	75	75	75
Prazo médio de recebimentos subsídios CMP	0	0	0	0
Prazo médio de recebimentos outros subsídios	120	120	120	120
Prazo médio de pagamentos Tratamento Resíduos	60	60	60	60
Prazo médio de pagamentos Subcontratos	60	60	60	60
Prazo médio de pagamentos CAPEX	60	60	60	60
Prazo médio de pagamentos Outros	30	30	30	30
Prazo médio de pagamentos ao pessoal	0	0	0	0
Prazo médio de pagamentos financiamentos	0	0	0	0
Prazo médio de Rotação Inventário	120	120	120	120

#### 4.9. PRESSUPOSTOS DE FINANCIAMENTO

Pressupostos de financiamento	2020	2021	2022	2023
Taxa de juro Locação financeira - Spread	0,4710%	0,4710%	0,4710%	0,4710%

4  
  
 Areli





**INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL 2020-2023**  
VERSÃO ATUALIZADA EM OUTUBRO DE 2020

**4.10. REPARTIÇÃO DO ORÇAMENTO POR ATIVIDADE**

Valores expressos em Euro

Demonstração dos resultados por atividade	2020						2021						2022						2023						
	Atividade regulada (recolha de resíduos)		Serviços auxiliares		Atividade não regulada (limpeza urbana)		Total		Atividade regulada (recolha de resíduos)		Serviços auxiliares		Atividade não regulada (limpeza urbana)		Total		Atividade regulada (recolha de resíduos)		Serviços auxiliares		Atividade não regulada (limpeza urbana)		Total		
Vendas e serviços prestados	14.970.854	464.366	60.558	15.132.778	14.705.472	482.595	48.000	15.236.067	14.881.261	488.681	48.000	15.417.942	15.170.614	501.985	48.000	15.720.592									
Subscritas à exploração	854.742	-	6.491.326	7.146.062	1.397.330	-	7.004.475	8.401.807	1.024.476	-	7.041.707	8.066.183	1.033.094	-	7.155.627	8.178.720									
Custos das mercadorias vendidas e dos materiais consumidos	(128.606)	(2.832)	(68.210)	(126.458)	(178.244)	(3.638)	(143.990)	(323.871)	(175.432)	(3.590)	(141.718)	(320.731)	(177.784)	(3.628)	(143.418)	(326.030)									
Formas próprias e serviços próprios	(8.794.309)	(204.984)	(5.409.431)	(14.408.144)	(8.648.524)	(203.643)	(5.691.842)	(14.553.010)	(8.209.209)	(194.797)	(5.705.336)	(14.102.341)	(8.314.169)	(197.348)	(5.791.839)	(14.303.105)									
Custos com o pessoal	(5.839.988)	(130.354)	(1.022.000)	(6.992.422)	(6.269.094)	(127.941)	(1.203.923)	(7.470.338)	(6.344.323)	(129.476)	(1.218.370)	(7.672.169)	(6.459.688)	(181.418)	(1.226.646)	(7.687.552)									
Impostos de circulação de mercadorias / contribuições	(331.203)	(7.384)	-	(338.587)	(352.800)	(7.200)	-	(340.000)	(352.800)	(7.200)	-	(360.000)	(362.800)	(7.200)	-	(360.000)									
Custos com materiais	392.864	-	-	392.864	757.056	-	-	757.056	774.368	-	-	774.368	791.714	-	-	791.714									
Custos com outros	(303.712)	(6.756)	(2.782)	(313.250)	(600.018)	(12.245)	-	(612.264)	(607.358)	(12.395)	-	(619.753)	(616.066)	(12.572)	-	(628.572)									
<b>BITDA</b>	230.641	112.656	10.361	353.658	809.179	127.622	12.720	941.058	970.842	141.233	24.332	1.159.499	1.035.115	149.814	91.174	1.266.749									
Gastos / rev. menos de depreciação e de amortização	(229.712)	(5.040)	(10.361)	(245.113)	(777.396)	(18.865)	(12.720)	(805.981)	(842.638)	(19.644)	(24.282)	(1.006.565)	(1.060.955)	(21.652)	(31.774)	(1.114.382)									
<b>Resultado operacional</b>	929	107.616	0	108.545	33.783	112.644	0	122.842	128.204	121.587	0	149.934	144.160	128.162	0	156.367									
Impostos e gastos ambientais suportados	(929)	(19)	-	(948)	(23.763)	(485)	-	(992)	(28.347)	(579)	-	(29.378)	(24.220)	(474)	-	(24.714)									
<b>Resultado antes de impostos</b>	0	107.597	0	107.597	10.020	112.159	0	111.850	99.857	120.992	0	120.556	120.556	127.688	0	131.653									
Imposto sobre rendimento do período	-	(82.701)	-	(82.701)	-	(25.382)	-	(25.332)	-	(24.991)	-	(24.921)	-	(25.290)	-	(25.220)									
<b>Resultado líquido do período</b>	0	24.896	0	24.896	10.020	86.777	0	86.518	99.857	95.999	0	95.635	95.635	102.398	0	106.433									

Handwritten signature and initials in blue ink.



# 5

**DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS  
PREVISIONAIS  
PARA OS ANOS DE  
2020, 2021, 2022  
E 2023**

*Handwritten signature and initials in blue ink.*



## 5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PREVISIONAIS PARA OS ANOS DE 2020, 2021, 2022 E 2023

### 5.1. NOTAS EXPLICATIVAS AO ORÇAMENTO

Todos os montantes inscritos neste documento são apresentados em euro.

#### 5.1.1. PRESSUPOSTOS

Os principais pressupostos que foram tidos em consideração na elaboração deste documento encontram-se apresentados na secção 4 anterior.

#### 5.1.2. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E OUTROS RENDIMENTOS

Os valores apresentados derivam (i) do orçamento da Câmara Municipal do Porto relativamente às receitas provenientes dos subsídios, (ii) das receitas próprias decorrentes da tarifa de gestão de resíduos urbanos, cobradas por intermédio da Empresa das Águas do Município do Porto, E.M. (CMPEA), (iii) das receitas próprias faturadas aos Grandes produtores, (iv) subsídios provenientes de candidaturas a fundos comunitários, e (v) outros valores faturados menos expressivos nomeadamente a Remoção de Resíduos de Construção e Demolição e limpeza de eventos não realizados na via pública.

O prazo médio de recebimentos considerado, apresenta-se no parágrafo de pressupostos financeiros da secção 4 anterior, e ascende a 75 dias para a generalidade das Receitas Próprias, 0 dias para os Subsídios à exploração do Município e 120 dias para os demais Subsídios.

	[Valores em Euro]			
Prestação de Serviços e Outros Rendimentos	2020	2021	2022	2023
<b>RECEITAS PRÓPRIAS (TARIFA DE GESTÃO DE RU)</b>	<b>14 590 854</b>	<b>14 705 472</b>	<b>14 881 261</b>	<b>15 170 614</b>
Utilizadores domésticos	7 542 472	7 410 734	7 498 916	7 658 464
Utilizadores não domésticos	7 048 381	7 294 738	7 382 345	7 512 150
<b>RECEITAS PRÓPRIAS (SERVIÇOS AUXILIARES)</b>	<b>464 366</b>	<b>482 595</b>	<b>488 681</b>	<b>501 985</b>
Grandes produtores/Não Domésticos na Origem	457 628	473 582	479 591	492 787
Recuperação de bens	0	0	0	0
Remoção de Resíduos de Construção e Demolição (RCD)	6 738	9 014	9 089	9 197
<b>RECEITAS PRÓPRIAS (ATIVIDADE NÃO REGULADA)</b>	<b>68 558</b>	<b>48 000</b>	<b>48 000</b>	<b>48 000</b>
Limpeza de outros eventos	0	0	0	0
Coimas fiscalização	60 910	48 000	48 000	48 000
Outros	7 648	0	0	0
<b>TAXA DE GESTÃO DE RESÍDUOS</b>	<b>255 428</b>	<b>630 607</b>	<b>638 174</b>	<b>655 520</b>
<b>OUTROS RENDIMENTOS DA ATIVIDADE REGULADA</b>	<b>90 866</b>	<b>6 000</b>	<b>6 000</b>	<b>6 000</b>
<b>SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO - COBERTURA DE TARIFA</b>	<b>544 479</b>	<b>931 744</b>	<b>960 202</b>	<b>958 820</b>
<b>SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO - LEP</b>	<b>6 491 326</b>	<b>7 004 475</b>	<b>7 041 707</b>	<b>7 155 627</b>
<b>SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO - Fundos comunitários</b>	<b>110 263</b>	<b>465 588</b>	<b>64 274</b>	<b>64 274</b>
<b>SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO - Fundos comunitários</b>	<b>36 571</b>	<b>120 449</b>	<b>130 194</b>	<b>130 194</b>
<b>Total</b>	<b>22 652 710</b>	<b>24 394 930</b>	<b>24 258 493</b>	<b>24 691 033</b>





### 5.1.3.SUBCONTRATOS

Os valores apresentados resultam essencialmente (i) da aplicação da taxa de faturação e cobrança pela CMPEA, (ii) da execução do serviço de Limpeza do Espaço Público (cujo contrato atual verificou início em 11 de agosto de 2018, pelo período de 48 meses, sendo expectável a realização de procedimento idêntico findo aquele período), e (iii) a entrega ao município de 50% do valor cobrado a título de coimas por infrações, em conformidade com o regulamento de fiscalização em vigor.

Subcontratos	[Valores em Euro]			
	2020	2021	2022	2023
<b>Gestão de resíduos urbanos</b>	<b>457 252</b>	<b>462 153</b>	<b>467 678</b>	<b>476 921</b>
Fee de faturação e cobrança CMPEA	457 252	462 153	467 678	476 921
<b>Limpeza do espaço público</b>	<b>5 078 517</b>	<b>5 177 590</b>	<b>5 180 595</b>	<b>5 257 944</b>
Limp. espaço público, terrenos, eventos - Contrato atual	5 051 893	5 153 590	3 151 252	0
Limp. espaço público, terrenos, eventos - Contrato potencial	0	0	2 005 342	5 233 944
Fee de fiscalização do Município	26 624	24 000	24 000	24 000
<b>Serviços auxiliares</b>	<b>9 332</b>	<b>9 432</b>	<b>9 544</b>	<b>9 733</b>
Fee de faturação e cobrança CMPEA	9 332	9 432	9 544	9 733
<b>Total</b>	<b>5 545 101</b>	<b>5 649 174</b>	<b>5 657 817</b>	<b>5 744 597</b>

O Prazo médio de pagamentos considerado apresenta-se no parágrafo de pressupostos financeiros da secção 4 anterior, e ascende a cerca de 60 dias para a generalidade dos fornecedores.

### 5.1.4.TRATAMENTO DE RESÍDUOS

Os valores apresentados resultam essencialmente (i) da aplicação da taxa de exploração, e (ii) da Taxa de Gestão de Resíduos ao total de toneladas de resíduos indiferenciados estimados.

Tratamento de resíduos	[Valores expressos em Euro]			
	2020	2021	2022	2023
<b>Gestão de resíduos urbanos</b>	<b>4 854 984</b>	<b>5 136 157</b>	<b>5 198 988</b>	<b>5 273 008</b>
Taxa de exploração	4 550 697	4 536 139	4 591 630	4 657 003
Taxa de Gestão de Resíduos - valorização energética	304 288	600 018	607 358	616 006
<b>Limpeza do espaço público</b>	<b>103 689</b>	<b>63 895</b>	<b>64 662</b>	<b>65 632</b>
Taxa de exploração	100 907	63 895	64 662	65 632
Outros	2 782	0	0	0
<b>Serviços auxiliares</b>	<b>107 990</b>	<b>131 758</b>	<b>133 364</b>	<b>135 283</b>
Taxa de exploração	101 780	119 513	120 968	122 712
Taxa de Gestão de Resíduos - valorização energética	6 210	12 245	12 395	12 572
Outros	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>5 066 663</b>	<b>5 331 810</b>	<b>5 397 014</b>	<b>5 473 923</b>

O Prazo médio de pagamentos considerado apresenta-se no parágrafo de pressupostos financeiros da secção 4 anterior, e ascende a cerca de 60 dias para a generalidade dos fornecedores.

### 5.1.5. GASTOS COM ALUGUER OPERACIONAL, COMBUSTÍVEIS E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS E VIATURAS

Os valores apresentados resultam (i) da execução dos contratos existentes e/ou planeados, (ii) gastos estimados com as viaturas e equipamentos próprios, (iii) estimativa de gastos com combustíveis para a frota própria e em aluguer operacional.

Para o efeito, e respetivas estimativas, constaram do racional:

(Valores em Euro)

Aluguer operacional, Combustíveis e Manutenção de Equipamentos e Viaturas	2020		2021		2022		2023	
	Ligeiros	Pesados	Ligeiros	Pesados	Ligeiros	Pesados	Ligeiros	Pesados
<b>Gestão de resíduos urbanos</b>								
Número médio de viaturas	15	55	18	48	18	48	18	48
Próprias	6	38	6	44	6	46	6	48
Aluguer operacional	9	17	12	4	12	0	12	0
Encargos estimados	135 472	2 445 024	148 269	1 937 596	148 995	1 821 668	151 230	1 848 993
Aluguer operacional	59 849	789 712	83 119	166 542	83 119	0	84 366	0
Manutenção, Combustíveis e outros	75 623	1 655 312	65 150	1 771 054	65 876	1 821 668	66 864	1 848 993
<b>Limpeza do espaço público</b>								
Número médio de viaturas	13	0	14	0	14	0	14	0
Próprias	0	0	0	0	0	0	0	0
Aluguer operacional	13	0	14	0	14	0	14	0
Encargos estimados	80 623	0	85 039	0	85 123	0	86 400	0
Aluguer operacional	73 946	0	78 084	0	78 084	0	79 256	0
Manutenção, Combustíveis e outros	6 677	0	6 955	0	7 039	0	7 144	0
<b>Gastos comuns</b>								
Número médio de viaturas	2	0	2	0	2	0	2	0
Próprias	0	0	0	0	0	0	0	0
Aluguer operacional	7	0	7	0	7	0	7	0
Encargos estimados	49 723	0	50 741	0	50 828	0	51 591	0
Aluguer operacional	40 592	0	43 484	0	43 484	0	44 136	0
Manutenção, Combustíveis e outros	9 132	0	7 258	0	7 345	0	7 455	0
<b>Total</b>	<b>265 616</b>	<b>2 445 024</b>	<b>284 050</b>	<b>1 937 596</b>	<b>284 946</b>	<b>1 821 668</b>	<b>289 220</b>	<b>1 848 993</b>

### 5.1.6. GASTOS COM O PESSOAL

Os valores apresentados traduzem o efeito da evolução do número de colaboradores evidenciada na secção 4.4. anterior, a qual tem vindo a registar uma significativa estabilização de recursos desde finais de 2019.

(Valores expressos em Euro)

Gastos com o pessoal	2020	2021	2022	2023
<b>Gestão de resíduos urbanos</b>				
Número de colaboradores	280	288	288	288
Total encargos	5 089 880	5 530 347	5 596 711	5 680 662
<b>Limpeza do espaço público</b>				
Número de colaboradores	53	53	53	53
Total encargos	854 373	1 038 840	1 051 306	1 067 076
<b>Gastos comuns</b>				
Número de colaboradores	30	30	30	30
Total encargos	1 048 170	1 031 771	1 044 152	1 059 814
<b>Total Gastos com o pessoal</b>	<b>6 992 423</b>	<b>7 600 958</b>	<b>7 692 169</b>	<b>7 807 552</b>

### 5.1.7. OUTROS GASTOS

Os valores apresentados em outros gastos traduzem essencialmente os encargos acessórios à operação (tais como materiais consumíveis), de estrutura, ou outros de carácter menos representativo individualmente.

Handwritten signature and initials in blue ink.



**INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL 2020-2023**  
VERSÃO ATUALIZADA EM OUTUBRO DE 2020



(Valores em Euro)

Outros gastos	2020	2021	2022	2023
<b>Atividade regulada</b>	<b>898 715</b>	<b>1 409 171</b>	<b>994 610</b>	<b>990 837</b>
Manutenção de equipamentos	336 774	243 009	246 677	232 111
Sacos, cordas, rodas, lonas, consumíveis viaturas e outros mat.	107 101	181 882	179 013	181 412
Aluguer de equipamentos, licenças e instrumentalização	41 356	110 834	111 170	113 173
Peritos e outros serviços de candidaturas a fundos comunitários	131 440	587 407	93 196	93 200
Outros	282 044	286 040	364 555	370 941
<b>Atividade não regulada</b>	<b>184 316</b>	<b>428 969</b>	<b>435 166</b>	<b>442 279</b>
Gastos com sensibilização	61 821	196 721	199 860	204 448
Tintas, diluentes, vernizes, sílica, areia e outros materiais	60 574	143 990	141 718	143 618
Manutenção de equipamentos	20 910	0	0	0
Outros	41 010	88 258	93 588	94 213
<b>Gastos comuns</b>	<b>345 890</b>	<b>451 374</b>	<b>458 603</b>	<b>466 862</b>
Encargos com Edifícios	57 526	137 698	139 903	142 422
Licenças de software e hardware	40 559	106 174	107 874	109 817
Honorários e/ou trabalhos especializados	163 516	120 004	121 926	124 122
Comunicações	16 456	36 332	36 914	37 579
Outros	67 833	51 166	51 986	52 922
<b>Total</b>	<b>1 428 921</b>	<b>2 289 515</b>	<b>1 888 379</b>	<b>1 899 978</b>

**5.2. ORÇAMENTO DE EXPLORAÇÃO PREVISIONAL PARA OS ANOS DE 2020, 2021, 2022 E 2023**

(Valores expressos em Euro)

Demonstração dos resultados	2020	2021	2022	2023
Vendas e serviços prestados	15 123 778	15 236 067	15 417 942	15 720 599
Subsídios à exploração	7 146 067	8 401 807	8 066 183	8 178 720
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(196 648)	(325 871)	(320 731)	(325 030)
Fornecimentos e serviços externos	(14 458 144)	(14 554 010)	(14 109 341)	(14 303 105)
Gastos com o pessoal	(6 992 423)	(7 600 958)	(7 692 169)	(7 807 552)
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	(338 588)	(360 000)	(360 000)	(360 000)
Outros rendimentos	382 864	757 056	774 368	791 714
Outros gastos	(313 279)	(612 264)	(619 754)	(628 577)
<b>EBITDA</b>	<b>353 628</b>	<b>941 828</b>	<b>1 156 499</b>	<b>1 266 769</b>
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	(245 113)	(805 981)	(1 006 565)	(1 114 382)
<b>Resultado operacional</b>	<b>108 515</b>	<b>135 847</b>	<b>149 934</b>	<b>152 387</b>
Juros e gastos similares suportados	(948)	(24 269)	(28 925)	(24 714)
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>107 567</b>	<b>111 578</b>	<b>121 009</b>	<b>127 673</b>
Imposto sobre rendimento do período	(52 701)	(25 332)	(26 591)	(28 290)
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>54 866</b>	<b>86 246</b>	<b>94 418</b>	<b>99 383</b>

*Handwritten signature and initials*



## 5.4. BALANÇO PREVISIONAL PARA OS ANOS DE 2020, 2021, 2022 E 2023

(Valores expressos em Euro)

Balanço	2020	2021	2022	2023
<b>ATIVO</b>				
<b>Ativo não corrente</b>				
Ativos fixos tangíveis	6 598 164	8 148 524	8 673 657	8 149 356
Ativos intangíveis	24 897	245 637	163 555	82 694
Outros investimentos financeiros	23 180	23 180	23 180	23 180
Ativos por impostos diferidos	42 008	42 008	42 008	42 008
	<b>6 688 249</b>	<b>8 459 349</b>	<b>8 902 401</b>	<b>8 297 239</b>
<b>Ativo corrente</b>				
Inventários	111 158	105 166	105 583	107 484
Clientes	3 052 435	2 958 650	2 998 256	3 065 152
Estado e outros entes públicos	3 062	-	24 226	-
Outros créditos a receber	245 665	114 123	105 629	105 629
Diferimentos	126 454	126 454	126 454	126 454
Caixa e depósitos bancários	3 645 129	2 538 436	1 533 517	941 669
	<b>7 183 903</b>	<b>5 842 829</b>	<b>4 893 664</b>	<b>4 346 388</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>13 872 152</b>	<b>14 302 179</b>	<b>13 796 065</b>	<b>12 643 627</b>

(Valores expressos em Euro)

Balanço	2020	2021	2022	2023
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>				
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>				
Capital subscrito	3 265 566	3 265 566	3 265 566	3 265 566
Reservas legais	24 351	27 095	31 407	36 128
Outras reservas	59 002	59 002	59 002	59 002
Resultados transitados	473 349	557 492	671 446	790 547
Excedentes de reavaliação	73 354	48 218	23 082	0
Ajustamentos / outras variações no capital próprio	406 650	827 800	726 900	626 000
Resultado líquido do período	54 866	86 246	94 418	99 383
<b>Total do capital próprio</b>	<b>4 357 138</b>	<b>4 871 419</b>	<b>4 871 821</b>	<b>4 876 625</b>
<b>PASSIVO</b>				
<b>Passivo não corrente</b>				
Financiamentos obtidos	4 467 604	4 985 592	4 185 232	3 380 638
Passivos por impostos diferidos	139 640	105 655	69 477	33 861
	<b>4 607 244</b>	<b>5 091 247</b>	<b>4 254 709</b>	<b>3 414 499</b>
<b>Passivo corrente</b>				
Fornecedores	2 514 985	2 162 517	2 174 268	2 212 588
Estado e outros entes públicos	161 798	171 434	168 780	178 203
Financiamentos obtidos	628 410	794 236	798 437	802 660
Outras dívidas a pagar	1 408 682	1 211 326	1 528 051	1 159 051
Diferimentos	193 897	0	-	-
	<b>4 907 771</b>	<b>4 339 513</b>	<b>4 669 535</b>	<b>4 352 502</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>9 515 015</b>	<b>9 430 760</b>	<b>8 924 244</b>	<b>7 767 001</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>	<b>13 872 152</b>	<b>14 302 179</b>	<b>13 796 065</b>	<b>12 643 627</b>

Handwritten signature and initials in blue ink.

## 5.6. ORÇAMENTO DE TESOURARIA PREVISIONAL 2020 A 2023

(Valores expressos em Euro)

Orçamento de tesouraria previsional	2020	2021	2022	2023
<b>Saldos iniciais</b>	<b>4 132 938</b>	<b>3 645 129</b>	<b>2 538 436</b>	<b>1 533 517</b>
<b>Recebimentos</b>				
Recebimentos de clientes e contratos Programa	21 291 502	23 574 874	23 696 981	24 103 028
Aumento de capital	2 800 000	-	-	-
Subsídios de candidaturas comunitárias	592 918	1 062 156	72 769	64 274
Financiamentos bancários	4 507 827	1 340 700	-	-
Outros	54 209	55 441	-	26 359
	<b>29 246 456</b>	<b>26 033 171</b>	<b>23 769 749</b>	<b>24 193 660</b>
<b>Pagamentos</b>				
Pagamentos a fornecedores	(17 809 071)	(16 032 517)	(15 038 491)	(15 220 294)
Pagamentos a fornecedores Investimento	(5 286 806)	(2 774 438)	(1 132 892)	(878 220)
Pagamentos ao pessoal	(6 487 930)	(7 600 958)	(7 692 169)	(7 807 552)
Financiamentos bancários	(26 040)	(681 153)	(825 085)	(825 085)
Impostos, contribuições e outros	(124 419)	(50 799)	(86 032)	(54 358)
	<b>(29 734 265)</b>	<b>(27 139 864)</b>	<b>(24 774 668)</b>	<b>(24 785 509)</b>
<b>Saldos Finais</b>	<b>3 645 129</b>	<b>2 538 436</b>	<b>1 533 517</b>	<b>941 669</b>

## 5.7. RESPONSABILIDADES EVENTUAIS RELATIVAS AOS CONTENCIOSOS EXISTENTES

À data de emissão deste documento, não existem situações suscetíveis de gerar eventuais responsabilidades adicionais decorrentes de contenciosos existentes ou potenciais.

## 5.8. COMPROMISSOS ASSUMIDOS PARA ALÉM DO PERÍODOS DE 2020-2023

À data de emissão deste documento, verificam-se as seguintes despesas cujos compromissos assumidos se verificam, ou esperam verificar, para além do período em reporte (2020-2023):

### a) Contratos de locação financeira:

- Foi adjudicada em 2020 a renovação da frota de viaturas pesadas de recolha de resíduos sólidos urbanos, mediante a aquisição de 26 viaturas e equipamentos, com recurso a financiamento por intermédio de locação financeira. O plano de pagamentos da referida locação financeira, excede o período em reporte neste documento (2020-2023), projetando-se da forma evidenciada em seguida:
- Prevê-se a adjudicação em 2021 da renovação da frota de viaturas pesadas de lavagem de equipamentos e aquisição de um equipamento de recolha Bi-fluxo, com recurso a financiamento por intermédio de locação financeira. O plano de pagamentos da referida locação financeira, está





previsto exceder o período em reporte neste documento (2020-2023), projetando-se da forma evidenciada em seguida:

[Valores em Euro]

Contratos Plurianuais	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
Locação financeira 2020	26 040	652 367	652 367	652 367	652 367	652 367	652 367	652 367	626 328	1
Locação financeira 2021	0	28 786	172 718	172 718	172 718	172 718	172 718	172 718	172 718	143 931
<b>Total</b>	<b>24 039,57</b>	<b>481 153,44</b>	<b>825 084,90</b>	<b>825 084,90</b>	<b>825 084,90</b>	<b>825 084,90</b>	<b>825 084,90</b>	<b>825 084,90</b>	<b>799 045,88</b>	<b>143 932,18</b>

b) Contratos de manutenção preventiva:

- No âmbito do procedimento de renovação da frota de viaturas pesadas de recolha de resíduos sólidos urbanos, em 2020, foi adicionalmente adjudicado um contrato de manutenção preventiva dos respetivos equipamentos. O plano de pagamentos do referido contrato de manutenção, excede o período em reporte neste documento (2020-2023), projetando-se da forma evidenciada em seguida:

- No âmbito do procedimento previsto da renovação da frota de viaturas pesadas de lavagem de equipamentos e aquisição de um equipamento de recolha Bi-fluxo, em 2021, será igualmente adjudicado um contrato de manutenção preventiva dos respetivos equipamentos. O plano de pagamentos do referido contrato de manutenção está previsto exceder o período em reporte neste documento (2020-2023), projetando-se da forma evidenciada em seguida:

[Valores em Euro]

Contratos Plurianuais	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Manutenção programada 2020	51 826	207 304	207 304	207 304	207 304	155 478	0
Manutenção programada 2021	0	9 967	39 866	39 866	39 866	39 866	29 900
<b>Total</b>	<b>51 826,12</b>	<b>217 271,06</b>	<b>247 170,74</b>	<b>247 170,74</b>	<b>247 170,74</b>	<b>195 344,62</b>	<b>29 899,69</b>

c) Contrato de subcontratação de serviços de Limpeza do espaço público:

- Dado que o contrato de subcontratação de serviços de Limpeza do espaço Público termina em agosto de 2022, nos pressupostos de base ao presente documento foi prevista nova adjudicação, por igual período de 4 anos, cessando os seus efeitos em agosto de 2026. O plano de pagamentos do referido contrato está previsto exceder o período em reporte neste documento (2020-2023), projetando-se da forma evidenciada em seguida:





(Valores em Euro)

Contratos Plurianuais	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
<b>Limpeza do espaço público</b>							
Limp. espaço público, terrenos, eventos	0	0	2 005 342	5 233 944	5 338 622	5 445 395	3 548 960
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2 005 342</b>	<b>5 233 944</b>	<b>5 338 622</b>	<b>5 445 395</b>	<b>3 548 960</b>

## 5.9. CONCLUSÃO

O cumprimento integral dos Instrumentos de Gestão previsional para os períodos de 2020 a 2023 geram, para as principais atividades, resultados operacionais



nulos, decorrendo este efeito do facto das atividades incorporarem os subsídios à exploração do Município, quer a título de cobertura de tarifa (parcialmente, em cerca de 5% do total dos rendimentos daquela atividade), quer a título de Limpeza do Espaço Público (integralmente).

Porto, 22 de outubro de 2020

Contabilista Certificada  
  
 Paula Sérgio Oliveira da Cruz

O Conselho de Administração  
  
 Artur Jorge Silva de Sousa Basto (Presidente)  
  
 Luis Andre Ferrandes Bragança de Assunção (Administrador Executivo)

Ana Cristina Mansilha Centeiro Vieira e Leite da Silva  
 (Administrador não Executivo)



6

PARECER  
DO  
FISCAL ÚNICO





## Relatório do Revisor Oficial de Contas sobre os Instrumentos de Gestão Previsional

### INTRODUÇÃO

Nos termos do artigo 25º, nº 6, alínea j) da Lei n.º 50/2012 de 31 de Agosto, procedemos à revisão dos Instrumentos de Gestão Previsional da **Empresa Municipal de Ambiente do Porto, EM, S.A.** (a Entidade) relativos aos **períodos entre os ano de 2020 e o ano de 2023**, que compreendem o (i) Plano anual de atividades, (ii) Orçamento anual de investimentos e de exploração, (iii) Orçamento de tesouraria (iv) bem como Balanço previsional, incluindo os pressupostos em que se basearam todas as referidas peças, os quais se encontram descritos no ponto 4 e ponto 5 do referido Instrumentos de Gestão Previsional.

### RESPONSABILIDADES DO ORGÃO DE GESTÃO SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

É da responsabilidade do Órgão de Gestão da Entidade a preparação e a apresentação de Instrumentos de Gestão Previsional (“IGP”) e a divulgação dos pressupostos nos quais as previsões nelas incluídas se baseiam.

Estes Instrumentos de Gestão Previsional são preparados nos termos exigidos pela Lei n.º 50/2012 de 31 de Agosto.

### RESPONSABILIDADES DO AUDITOR SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade 3400 (ISAE 3400) - Exame de Informação Financeira Prospetiva, e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

A nossa responsabilidade consiste em (i) avaliar a razoabilidade dos pressupostos utilizados na preparação dos Instrumentos de Gestão Previsional; (ii) verificar se os Instrumentos de Gestão Previsional foram preparados de acordo com os pressupostos; e (iii) concluir sobre se a apresentação dos Instrumentos de Gestão Previsional é adequada, e emitir o respetivo relatório.





O trabalho a que procedemos teve como objetivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação previsional contida nos instrumentos de gestão anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes e planeado de acordo com aquele objetivo, e consistiu.

- a) principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever:
- a fiabilidade das asserções constantes da informação previsional;
  - a adequação das políticas contabilísticas adotadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação;
  - a apresentação da informação previsional;
- b) na verificação das previsões constantes dos documentos em análise, com o objetivo de obter uma segurança moderada sobre os seus pressupostos, critérios e coerência.

### **CONCLUSÃO E OPINIÃO**

Baseado na nossa avaliação da prova que suporta os pressupostos, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que esses pressupostos não proporcionam uma base razoável para as previsões contidas nos Instrumentos de Gestão Previsional da Entidade acima indicados.

Além disso, em nossa opinião a projeção está preparada com base nos pressupostos elencados e está apresentada de acordo com o exigido pela Lei n.º 50/2012 de 31 de Agosto.

Devemos todavia advertir, que o atual contexto de incerteza socioeconómica, decorrente dos impactos da pandemia Covid19, aumenta o grau de imprevisibilidade quanto ao futuro, pelo que os resultados reais serão provavelmente diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

Porto, 27 de Outubro de 2020



---

**Mazars & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.**

representada por José Fernando Abreu Rebouta (ROC nº 1023)



# 7

## CERTIDÃO DE PARTE DE ATA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

48  
Handwritten signature



Empresa Municipal de Ambiente do Porto, EM, SA

-----CERTIDÃO DE PARTE DE ATA-----

-----Reunião do Conselho de Administração de 22 de outubro de 2020-----

----- Ponto 7: Aprovação Instrumentos de gestão previsional 2020-2023. -

Presente o documento Instrumentos de Gestão Previsional 2020-2023 e demais documentação anexa, versão que substitui as anteriormente aprovadas pelo Conselho de Administração, foi o mesmo aprovado por unanimidade. -----

-----Está conforme -----

----- Porto, 22 de outubro de 2020 -----

----- O PRESIDENTE -----

----- (Dr. Artur Jorge Basto) -----



# Porto. Domus Social

Instrumentos de Gestão  
Previsional 2021-2023



## ÍNDICE

I.	PREÂMBULO .....	1
II.	PLANOS PLURIANUAIS .....	12
A.	ENQUADRAMENTO .....	13
B.	PLANO DE ATIVIDADES ANUAL E PLURIANUAL .....	15
1.	GESTÃO DO PARQUE HABITACIONAL .....	15
2.	MANUTENÇÃO DO PARQUE HABITACIONAL .....	21
a.	Parque de Habitação Pública Municipal.....	23
b.	Parque Escolar Público Municipal .....	24
c.	Outros Edifícios Públicos Municipais .....	24
d.	Urbanismo e Reabilitação Urbana.....	25
e.	Solidariedade Social/Ação Social .....	25
f.	Equipamentos e Infraestruturas Desportivas .....	25
3.	REPARTIÇÃO DO ORÇAMENTO POR ATIVIDADE.....	26
C.	PLANO DE INVESTIMENTO ANUAL E PLURIANUAL .....	28
1.	PLANO DE INVESTIMENTO PARA O TRIÉNIO 2021-2023 .....	28
2.	PLANO DE RECURSOS HUMANOS PARA O TRIÉNIO 2021-2023.....	30
D.	PLANO FINANCEIRO ANUAL E PLURIANUAL .....	35
III.	DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS PREVISIONAIS PARA O ANO 2021 .....	37
A.	NOTAS EXPLICATIVAS AO ORÇAMENTO PARA O ANO 2021 / PRESSUPOSTOS .....	38
B.	DEMONSTRAÇÃO ORÇAMENTAL PREVISIONAL DA RECEITA.....	39
C.	DEMONSTRAÇÃO ORÇAMENTAL PREVISIONAL DA DESPESA.....	40
D.	PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO .....	41
IV.	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PREVISIONAIS PARA O ANO 2021 .....	42
A.	NOTAS EXPLICATIVAS AO ORÇAMENTO PARA O ANO 2021 / PRESSUPOSTOS .....	43
B.	ORÇAMENTO DE EXPLORAÇÃO PREVISIONAL.....	56
C.	ORÇAMENTO DE TESOURARIA PREVISIONAL .....	57
D.	BALANÇO PREVISIONAL .....	58
V.	ANEXO I – Contrato de Manutenção de Equipamentos, Edifícios e Infraestruturas para o Triénio 2021-2023 .....	60
VI.	ANEXO II – Parecer do Fiscal Único.....	61

131

I. Preâmbulo





A CMPH – DomusSocial – Empresa de Habitação e Manutenção do Município do Porto, EM (doravante Domus Social), com a revisão estatutária efetuada e aprovada pela Assembleia Municipal do Porto em 25 de fevereiro de 2019, redefiniu o seu objeto social à “(...) promoção do desenvolvimento da cidade do Porto na área da habitação, compreendendo a gestão do parque de habitação pública municipal de interesse social, independentemente do regime de ocupação e natureza das rendas devidas, a manutenção e conservação de todo o património imobiliário, equipamentos e infraestruturas municipais” nomeadamente o Parque Escolar Público Municipal (jardins de infância e escolas do ensino básico) e os designados Outros Edifícios Públicos Municipais que compreendem os edifícios com valências culturais (arquivos, bibliotecas, museus, teatros) e administrativas / institucionais. Contempla ainda nos seus estatutos “(...) a elaboração, desenvolvimento e implementação de projetos na área social”.

Para “a promoção do desenvolvimento da cidade do Porto na área da habitação”, a Domus Social orienta-se estrategicamente, naturalmente, a partir da(s) política(s) de habitação definidas pela Câmara Municipal do Porto (CMP), as quais constituem o quadro de referência que molda-a sua atuação. A prossecução deste desiderato “inclui, designadamente:

- a) aquisição, promoção, gestão, construção, reabilitação e renovação do parque habitacional do Município do Porto [MP] destinado a habitação de interesse social;
- b) fomento e a execução de programas de habitação a custos controlados;
- c) implementação e concretização de programas de reabilitação, renovação ou reconstrução de habitações degradadas destinadas a habitação de interesse social;
- d) intervenção para melhoria do espaço público envolvente e a modernização das infraestruturas urbanas que conheçam uma conexão material com a função habitacional destinada a habitação de interesse social.”

A concretização do objeto social da empresa compreende, particularmente, três eixos. O primeiro refere-se à “(...) gestão do parque de habitação pública municipal de interesse social” e “abrange, designadamente, as funções de:



- a) Regulamentar, organizar e executar os processos de aquisição, atribuição, alienação e cessação da ocupação de prédios e frações habitacionais e não habitacionais, compreendidas no parque habitacional destinado a habitação de interesse social;
- b) Assegurar a correta ocupação de todos os espaços;
- c) Executar todo o processo administrativo de cobrança de rendas e outros quantitativos que sejam devidos;
- d) Elaborar propostas de atualização de taxas e rendas;
- e) Assegurar a ligação com as entidades promotoras e gestoras de habitação de interesse social.”

O segundo destes eixos é cumprido assegurando “(...) a manutenção e conservação, ..., de todos os edifícios, equipamentos instalações e infraestruturas, integrados no domínio público e privado cuja gestão seja do município do Porto” através das orientações definidas pelo acionista único (e pelos diferentes atores que constituem o universo camarário). Assim, a estratégia de intervenção da empresa para o triénio conduzirá a que se defina um plano de intervenções no património imobiliário municipal para assegurar as respostas que o acionista pretende obter nesta área.

Por último, o objeto social da empresa é também observado pela “(...) a elaboração, desenvolvimento e implementação de projetos na área social”, que compreende:

- a) O apoio a projetos e ao desenvolvimento e manutenção de equipamentos que tenham por fim a promoção social e da qualidade de vida dos inquilinos municipais;
- b) A elaboração, desenvolvimento e/ou apoio a projetos no domínio social e sociocultural.”

Neste contexto, a Domus Social definiu a sua estratégia nestes Instrumentos de Gestão Previsional 2021-2023 (IGP 2021-2023) que se encontra(rá) muito condicionada pela imprevisível evolução da situação pandémica que atualmente marca, e marcará, a governação das organizações. Nesse sentido, todos os investimentos previstos de origem nacional ou comunitária (nomeadamente aqueles previstos na área das políticas de habitação, vide Plano de Recuperação e Resiliência) poderão vir a constituir um importante instrumento para o próximo triénio.



Assim, nestes momentos de grande incerteza e imponderabilidade é exigida às organizações alguma flexibilidade e capacidade de adaptação aos fatores que condicionam e condicionarão os tempos futuros.

Independentemente do cenário anteriormente traçado a estratégia prevista nestes IGP 2021-2023 assentará em quatro vetores de atuação.

O primeiro centrado numa resposta municipal às políticas públicas de habitação definidas pelo documento governamental “Para uma Nova Geração de Políticas de Habitação” (NGPH) e por um conjunto de novos instrumentos jurídicos e financeiros disponibilizados, particularmente ao programa 1.º Direito, que será objeto de um Acordo de Colaboração a celebrar entre o MP e o Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU) que influenciará, nos próximos 6 anos, a estratégia do MP na provisão de habitação de interesse social.

Relativamente ao segundo vetor importa referir que a entrada na fase final da execução dos instrumentos financeiros comunitários referentes ao período 2014-2020, cujo beneficiário formal e material é o MP, suportam as estratégias de intervenção consagradas no “Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU)”, nomeadamente aqueles que cumprem com os recentes e atuais propósitos desta empresa municipal e que se prendem com ações materiais e imateriais inscritas nos Planos de Ação Integrada para as Comunidades Desfavorecidas (PAICD), para a Comunidade do Vale da Ribeira da Granja (CD1 - utilizando a designação estabelecida no documento programático do PEDU) e para a Comunidade do Vale de Campanhã Norte (CD2). As intervenções materiais e imateriais aí propostas englobam os seguintes bairros:

- na Comunidade Desfavorecida 1 (CD1) – Pasteleira (edificado e espaço público), Mouteira, Dr. Nuno Pinheiro Torres e Lordelo do Ouro (nestes três bairros somente se encontra-consagrado o espaço público);
- na Comunidade Desfavorecida 2 (CD2) – Cerco do Porto, Falcão e Monte da Bela (edificado e espaço público), Agrupamento Habitacional do Falcão (somente espaço público) e Ilhéu (somente edificado).



Das ações materiais previstas no PEDU somente na CD2 uma parte da reabilitação do edificado (blocos 1, 2, 3, 4, 11, 12, 14, 15, 18, 23, 25, 27, 28 e 29) do Cerco do Porto se encontra, com financiamento assegurado pelos fundos comunitários (investimento total - € 6.611.294,08) e que concluir-se-á durante o segundo trimestre de 2021. A intervenção nos restantes edifícios (e no espaço público) que constituem o Cerco do Porto concluir-se-á também durante o triénio em causa encerrando assim uma das mais importantes e relevantes intervenções em bairros de habitação de habitação pública municipal do Porto.

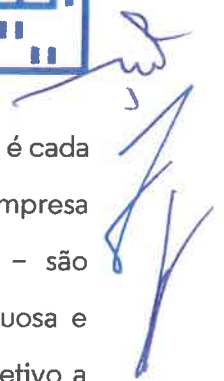
Foi ainda aprovada, no âmbito do PEDU, e encontra-se em plena execução a candidatura Abordagem Integrada para Inclusão Ativa (AIIA) com um investimento global que ascende a € 800.000,00

Para o próximo triénio, que coincidirá com o fim do atual quadro de referência estratégico nacional e o início do próximo, a empresa dedicará uma particular atenção à entrada deste novo quadro de financiamento comunitário. Desta maneira, a empresa irá identificar as oportunidades de captação de fundos públicos (comunitários e outros) aplicáveis na sua atividade e irá colaborar ativamente com a CMP em todos os processos de candidaturas.

O terceiro vetor, conexo com o anterior e com os propósitos recentemente consagrados nos estatutos da empresa, prende-se com a intervenção no espaço público dos bairros de habitação pública municipal. Salienta-se que para o próximo triénio encontra-se programado um significativo investimento para a intervenção no espaço público dos bairros de Aldoar, Bom Pastor/Vale Formoso, Campinas, Carvalhido, Cerco do Porto, Falcão e Monte da Bela.

Como último vetor de atuação, a componente da pós-construção, nomeadamente da manutenção (preventiva e corretiva) e conservação dos equipamentos, de grande preponderância para a empresa municipal, consagrando assim a sua reconhecida aptidão e manifesta experiência que possui nas áreas da manutenção e conservação.

Particular atenção continuará a merecer duas áreas de atuação da empresa, a externa – a relação com os inquilinos/municípios e a interna – com uma particular atenção aos colaboradores.



Desta maneira, na vertente externa da sua atuação o trabalho que a Domus Social desenvolve é cada vez menos uma atividade isolada e fechada, feita no seu interior, sendo cada vez mais uma empresa em que os seus *stakeholders* – cidadãos, autarquia, empresas, organismos públicos – são participantes ativos dando consistência a uma relação bidirecional que se pretende frutuosa e profícua para todos. Na sua relação com o cidadão, a Domus Social tem sempre por objetivo a participação ativa, assegurando que a comunicação destes com a empresa é tratada de forma única e coerente, independentemente dos meios usados.

Adicionalmente, no sentido de aumentar a transparência e o escrutínio por parte dos cidadãos, tem-se vindo a evoluir para sistemas que permitam o acesso adequado destes aos seus processos, sem qualquer intermediação e de acordo com as melhores práticas existentes nesta matéria. Hoje esta realidade já é possível em alguns dos processos existentes, como é exemplo a atualização de dados, o acompanhamento dos pedidos de habitação e a apresentação de candidaturas ao Programa Porto Solidário. É assim fundamental, promover uma evolução tecnológica para a criação de uma área reservada do cliente no website que permita a interação direta com os serviços.

Nesse sentido, a Domus Social tem em curso um processo de modernização e transformação do seu modelo de prestação de serviços à cidade, que tem subjacente a adoção de uma nova atitude no cumprimento da sua missão. Com este desígnio, pretende esta empresa assumir uma postura ativa na condução dos seus processos que lhe permita agir com antecipação e planeamento, e não apenas reagir às solicitações e problemas com que vai sendo confrontada. Tendo em conta a mudança em curso, tem vindo a ser implementado um conjunto de alterações na organização da empresa, com impacto na forma como gere os seus processos e nos modos de relacionamento com os cidadãos, mas também com a autarquia e os seus parceiros. Associado a este processo de modernização a empresa tem em curso a implementação de um plano de evolução dos seus sistemas de informação, já que resulta claro o relevante papel que as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e o uso adequado da informação pode ter nestes processos de modernização e inovação.

A implementação do Regulamento Geral da Proteção de Dados (RGPD) obrigou, também, a empresa a um esforço de adaptação às novas e fortes exigências, em matéria de tratamento de informação. Continuaremos no próximo ano, e de uma forma ainda mais intensiva, a implementação



das diretivas veiculadas por aquele regulamento aos sistemas de informação procurando desta maneira aumentar os processos de escrutínio, controle e gestão.

Enquadrando e quantificando melhor o seu perímetro de intervenção, a Domus Social tem sob sua gestão um Parque de Habitação Pública Municipal que integra cerca de 13.000 fogos e onde residem cerca de 30.000 pessoas. Assegura, ainda, a manutenção e conservação de todo o restante conjunto de imóveis municipais constituído por um importante e relevante número de edifícios, equipamentos, instalações e infraestruturas. Esta realidade diversa e bastante complexa, implica um fluxo permanente e muito significativo de informação de e para a empresa. A gestão da manutenção e conservação de todo este conjunto de ativos e da ocupação das habitações, obriga a um elevado nível de organização e de controlo interno correspondendo a um exigente esforço logístico e financeiro.

A dotação de meios e de conhecimento que lhe permitem uma intervenção planeada na manutenção preventiva dos edifícios, equipamentos, instalações e infraestruturas constitui não só um importante desafio, mas também uma oportunidade. Desafio, porque implica uma modernização da cultura organizacional, evoluindo de uma tradição de intervenção reativa para uma atitude de planeamento e intervenção programada, para o efeito redesenhando-se os processos e de sistemas de informação. Oportunidade, na medida em que esta transformação servirá de alavanca para outras tarefas de modernização que se afiguram imperiosas e inadiáveis e que se prendem, nomeadamente, com o redimensionamento e uniformização dos repositórios de dados existentes – normalmente designados por “cadastro”.

Por outro lado, o acompanhamento dos cerca de 30 mil residentes, pressupõe de igual modo um sistema de informação atualizado e dinâmico permitindo uma gestão criteriosa e transparente da área em concreto. A implementação do Sistema Integrado da Gestão da Habitação pretende romper e dotar a Domus Social de mecanismos de gestão mais eficazes no que concerne ao tratamento e classificação da informação existente sobre os inquilinos e potenciais inquilinos municipais.



Assim, o desenvolvimento de uma ferramenta de gestão mais flexível e adaptável à evolução dos processos que a dinâmica das organizações sempre determina, potenciará uma melhor gestão dos fogos e dos seus arrendatários.

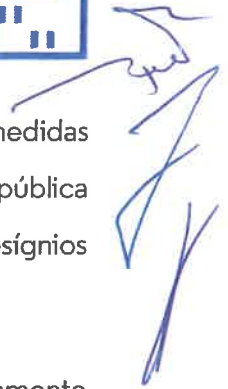
Sublinhe-se que a empresa tem implementado um Sistema de Gestão Integrado (SGI) certificado, no âmbito da Gestão da Qualidade (NP EN ISO 9001:2015), da Gestão do Ambiente (NP EN ISO 14001:2015) e da Gestão de Saúde e Segurança no Trabalho (OSHAS 18001).

A preocupação com um modelo de gestão mais humano e eficiente levou-nos a valorizar a procura de soluções sustentáveis, quer do ponto de vista ambiental, quer do ponto de vista social, económico e ético. Assim, evoluímos para a implementação de um sistema de gestão de Responsabilidade Social que vai permitir melhorar a qualidade/fiabilidade das operações internas na satisfação dos interesses das suas partes interessadas.

O Sistema de Gestão Integrado de Qualidade, Ambiente, Segurança e Saúde no Trabalho e Responsabilidade Social, contribui para uma atuação sustentável da empresa alicerçada numa melhoria contínua organizacional, implementada através de uma monitorização permanente da qualidade dos serviços públicos prestados, na minimização dos impactos ambientais, na prevenção da sinistralidade laboral e das doenças laborais, na valorização e melhoria das condições de vida dos nossos inquilinos/municípios e dos nossos colaboradores, bem como na qualidade dos processos de comunicação com toda a cadeia de relações da empresa.

Importa ainda destacar alguns objetivos considerados, também, prioritários no domínio da organização interna para os próximos anos, como sejam a implementação generalizada da assinatura digital em todos os documentos e a prossecução do processo gradual de desmaterialização da informação a todas as áreas da empresa.

Parece-nos ainda relevante destacar os trabalhos que têm vindo a decorrer e que fundamentarão muito das futuras políticas de habitação e moldarão os contornos da intervenção que se prevê realizar nos próximos anos.



A área da energia e ambiente, diz respeito à aposta da Domus Social na implementação de medidas de eficiência energética e de incremento do conforto térmico nos bairros de habitação pública municipal e nos equipamentos públicos municipais respondendo também assim a um dos desígnios do programa Norte 2020.

Realce-se a participação da Domus Social em diferentes projetos europeus com financiamento assegurado por fundos comunitários nomeadamente no projecto *URBiNAT – Healthy Corridors as Drivers of Social Housing Neighbourhoods fo the Co-Creation of Social, Environmental and Marketable NBS*<sup>1</sup>, financiado no âmbito do Programa do Quadro Comunitário de Investigação & Inovação Horizonte 2020 (H2020) e com uma duração de 60 meses a partir de 1 de Junho de 2018, no âmbito do qual a cidade do Porto é líder a par de Nantes (França) e Sófia (Bulgária) contando como “cidades-seguidoras”, Bruxelas (Bélgica), Hoje-Trastrup (Dinamarca), Nova Gorica (Eslovénia) e Siena (Itália).

O gradual reforço da responsabilidade e componente social da empresa, como revela, por exemplo, o apoio logístico na implementação e no controlo do programa “Porto Solidário – Fundo Municipal de Emergência Social - Eixo Apoio à Habitação”, criado pelo MP, que visa apoiar pessoas e famílias com graves dificuldades financeiras (mediante a atribuição de um subsídio mensal que lhes permita assegurar o pagamento da renda ou da prestação bancária) será uma das áreas que durante o próximo triénio continuará a ser objeto de uma particular atenção.

A empresa tem como objetivo aplicar de forma criteriosa, prudente e economicamente vantajosa o conjunto de meios financeiros que resultam da sua própria atividade e dos meios disponibilizados pela CMP nas ações de manutenção e reabilitação de edifícios.

Com os meios financeiros que resultam da atividade de arrendamento das habitações públicas municipais, a empresa efetuará as ações de manutenção preventiva e corretiva e suportará os custos da sua estrutura afetas a essa mesma atividade, tendo como objetivo maior assegurar a sua sustentabilidade económica e financeira.

---

<sup>1</sup> Acrónimo de *Nature Based Solutions* em inglês, traduzido como “soluções baseadas na natureza”.

O programa de automanutenção “Casa como Nova” permite aos inquilinos municipais a aquisição dos materiais mais correntes de construção civil (tintas, portas interiores e pavimentos) a preços substancialmente inferiores aos do mercado. Este programa, com participação financeira da Domus Social constitui um contributo para a manutenção do interior das habitações e, particularmente, pretender elevar o grau de sensibilização dos inquilinos para a preservação do património público de que diretamente beneficiam.

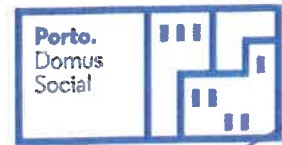
Sem prejuízo da fundamental preocupação com critérios de equidade e justiça na análise e decisão sobre o vasto conjunto de questões que diariamente são colocadas e relacionadas com a utilização do Parque de Habitação Pública Municipal, a Domus Social propõe-se efetuar um acompanhamento muito próximo das mesmas, avaliando criteriosamente os problemas de natureza social, procurando, com meios próprios e por recurso a outras entidades vocacionadas para o apoio social, encontrar as soluções que ajudem as famílias a ultrapassar as suas dificuldades e constrangimentos. Para este fim, a empresa estará ainda mais no terreno, junto dos inquilinos, e contará com o importante apoio das juntas de freguesia e associações locais de moradores.

Continuar-se-á a assegurar a valorização pessoal e profissional dos colaboradores, suportada por um sistema de avaliação de desempenho participado, a par do diagnóstico/levantamento de necessidades de formação por funções/áreas, que resultará no plano anual de formação que, pela sua natureza, se traduz num acréscimo de valor para o colaborador e para a organização. Para cumprir estes propósitos será feita uma aposta no fortalecimento do sentido de pertença à organização, através da valorização da criatividade, responsabilidade e autonomia dos colaboradores.

Por fim, a leitura deste documento deve ser enquadrada na conjuntura pandémica em que vivemos, podendo existir necessidade de adaptações. A Domus Social tem um plano de contingência ativo e continuará a acompanhar a evolução desta pandemia cumprindo as orientações governamentais e das autoridades de saúde. Continuaremos assim a adaptar toda a nossa atividade e a forma de a desenvolver a esta situação de incerteza.

Neste enquadramento e conforme o estabelecido na alínea e) do artigo 15.º e artigo 23.º dos Estatutos da CMPH – Domus Social – Empresa de Habitação e Manutenção do Município do Porto,





EM e no artigo 42.º n.º 1, da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, o Conselho de Administração (CA) apresenta os IGP para o triénio 2021-2023, cujo rédito inclui uma verba de subsídio à exploração conforme apresentado na nota II-B-3 e no Contrato Programa a celebrar.

O acompanhamento e controlo da CMP, bem como as funções de administração e fiscalização estão definidos na Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto e nos Estatutos da Empresa.

Relembre-se que o sistema contabilístico adotado pela Domus Social respeita o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), publicado no Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro e respetivas alterações subsequentes, integrando as Normas de Contabilidade Pública, bem como a demais legislação aplicável, orientando e conduzindo a gestão da empresa, permitindo um controlo orçamental permanente, bem como o seu fácil escrutínio, e possibilitando uma análise franca dos diferentes valores patrimoniais que a empresa governa.

As demonstrações financeiras incorporadas nos IGP foram preparadas de acordo com os seguintes pressupostos: regime do acréscimo (periodização económica) e da continuidade.

As características qualitativas da informação disponível são atributos que tornam as demonstrações financeiras úteis e pertinentes para os diferentes *stakeholders* com que a empresa lida. Nesse sentido, toda a informação integrante das mesmas é caracterizada pelos atributos da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

## II. Planos Plurianuais



## A. ENQUADRAMENTO

Este documento foi elaborado tendo em conta os seguintes parâmetros e objetivos:

### Parâmetros:

- i. O fluxo líquido de receitas da atividade corrente da empresa assegurará a manutenção preventiva e corretiva do Parque de Habitação Pública Municipal, e ainda a cobertura financeira dos gastos de estrutura da empresa afetos a essa atividade;
- ii. A dotação financeira fixada pela CMP em Contrato, e que consta do Orçamento do Município aprovado pelo Executivo, para ações de reabilitação do Parque de Habitação Pública Municipal incluindo a reabilitação do interior de casas devolutas, e para atividades de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos públicos municipais bem como a cobertura financeira dos gastos de estrutura da empresa afetos a estas atividades;
- iii. A experiência adquirida nos anos anteriores na gestão de responsabilidades decorrentes do contrato programa, nomeadamente na gestão do parque habitacional e na gestão e manutenção dos edifícios, equipamentos, instalações e infraestruturas;
- iv. A base de dados relativa ao património sob gestão e sua ocupação;
- v. O prazo de pagamento a fornecedores, constante dos orçamentos anuais e plurianuais, será de 15 dias;
- vi. O prazo de recebimento por parte da CMP foi estimado em 10 dias;
- vii. A taxa de inflação estimada em 0,8%;
- viii. O coeficiente de atualização de rendas de 3,3%;
- ix. A taxa nominal média de crescimento salarial de 2% em 2021.

### Objetivos Gerais:

- i. Orientação da atividade para a otimização dos recursos de modo a alcançar uma elevada taxa de execução;
- ii. Incremento da produtividade através de um esforço de racionalização e melhor aproveitamento dos recursos disponíveis bem como do controlo de gastos;
- iii. Contínua aposta na formação profissional e comportamental;



- iv. Avaliação de desempenho profissional com fixação de objetivos;
- v. Melhoria contínua da organização e controlo interno através de um SGQ orientado para o interesse público, mantendo a transparência e auditabilidade nas relações com clientes internos e externos;
- vi. Melhoria do desempenho dos Sistemas de Informação com o aperfeiçoamento da gestão da informação na perspetiva da integração do arquivo digital e físico – processo gradual de desmaterialização;
- vii. Gestão integrada do Parque de Habitação Pública Municipal garantindo a sua correta ocupação, em obediência a critérios de legalidade, justiça e equidade social;
- viii. Intervenção no espaço público do Parque de Habitação Pública Municipal;
- ix. Implementação generalizada de medidas de Manutenção Preventiva.



## B. PLANO DE ATIVIDADES ANUAL E PLURIANUAL

### 1. GESTÃO DO PARQUE HABITACIONAL

A Direção de Gestão do Parque Habitacional (DGPH) tem como missão analisar e tratar todos os movimentos habitacionais do vasto parque habitacional do MP, constituído por cerca de 13.000 fogos, garantindo a sua correta utilização e o cumprimento dos critérios de legalidade, justiça e equidade social, aplicando princípios de gestão de forma uniforme e generalizada e regras estabelecidas no Regulamento de Gestão do Parque Habitacional (RGPH), regulamento revisto, adaptado e revitalizado, em conformidade com a alteração do quadro legal, bem como a recente reavaliação e aprovação na Câmara da matriz que avalia a pondera a situação socio habitacional dos agregados candidatos a habitação social.

É objetivo contribuir de forma decisiva para a melhoria da qualidade de vida dos inquilinos municipais, promovendo uma relação personalizada e de proximidade com os moradores, assegurando uma gestão eficiente e eficaz, garantindo, deste modo, o princípio da integração social, por uma cidade mais próxima dos cidadãos.

O MP tem vindo a considerar a necessidade de adequar a gestão às exigências de uma nova política de habitação, que deve atender às dimensões da economia urbana, da coesão social e da sustentabilidade económica e social. Tem-se vindo a dar continuidade às políticas ativas no sentido de melhorar a qualidade de vida das pessoas, e implementando-se outras ações que visam promover uma verdadeira inclusão social dos munícipes.

Entendeu-se assim pela oportunidade de criar o Observatório de Habitação Social Municipal, que está já a ser trabalhado e cuja implementação decorrerá no próximo triénio, e que permitirá: a) monitorizar a realidade socio-habitacional do Município do Porto; b) avaliar o impacto da implementação de medidas e projetos municipais e nacionais, no âmbito da habitação; c) propor medidas, práticas e iniciativas de intervenção no âmbito das políticas de habitação.



Uma das formas que o MP, através da Domus Social, adotou para responder à fragilidade económica dos portuenses, materializa-se no Programa Porto Solidário – Fundo Municipal de Emergência Social - que se traduz num apoio efetivo à renda suportada no mercado livre de arrendamento. Até ao momento apoiamos aproximadamente 3.177 famílias.

Esta medida, que se pretende manter, visa promover a manutenção dos agregados familiares nas atuais habitações arrendadas, combatendo o desenraizamento e contribuindo para a redução do endividamento familiar, diminuindo a asfixia financeira de muitas famílias.

Ainda que o MP tenha vindo a desenvolver estratégias e medidas que contribuam para reforçar a coesão social, na verdade, a disponibilidade de habitação pública municipal ainda fica aquém da procura, razão pela qual se torna necessário a constante implementação de medidas de gestão inovadoras que contribuam para minorar as dificuldades.

O MP continuará a implementar ao longo do próximo triénio a reabilitação e reocupação de casas municipais devolutas localizadas no centro histórico.

No último ano, esta direção entregou cerca de 330 habitações reabilitadas para alojamento de novas famílias. Os curtos prazos para entrega destas habitações após a sua reabilitação é, e manter-se-á, objetivo a cumprir.

Continuaremos a dar especial prioridade à verificação célere de situações de casas que, por diversos motivos, ficam devolutas sem que tal facto seja comunicado à empresa. Esta preocupação e ação são indispensáveis por potenciar maior disponibilidade de fogos para resposta mais rápida à procura.

No decurso do triénio, a requalificação final de São João de Deus permitirá a atribuição de novas habitações a agregados que aguardam realojamento.

Têm vindo a ser implementadas ferramentas informáticas que permitem a integração de todos os processos no sistema de informação existente e contribuindo para a agilização dos mesmos. Destacam-se as práticas implementadas e que se repercutirão no próximo triénio ao nível da atuação sustentável da empresa, designadamente na minimização dos impactes ambientais de utilização do papel. As candidaturas formalizadas ao Porto Solidário e o Processo de Atualização de Dados de





inquilinos municipais desenvolvem-se unicamente em suporte digital, dispensando assim a impressão em papel.

Também como projeto de gestão e administração dos espaços comuns, o ConDomus assume particular relevância e a sua expansão continuará a ser um desafio para o futuro. Com cerca de 90% de entradas organizadas, este projeto, que trabalha a valorização e participação ativa dos inquilinos municipais ao nível, essencialmente, da preservação dos espaços comuns, continuará a sua extensão aos aglomerados habitacionais ainda não abrangidos pelo projeto.

As atividades de proximidade desenvolvidas com os Gestores de Entrada têm contribuído para o refortalecimento das redes de vizinhança e do espírito de comunidade, potenciando o desenvolvimento de ações de apoio e solidariedade, sobretudo às pessoas que se encontram em situação de maior vulnerabilidade.

Esta direção desenvolve, e manterá no futuro, uma colaboração estreita com diferentes instituições da cidade, através da cedência de espaços não habitacionais, promovendo desta forma a diversificação de públicos utilizadores destes espaços, fomentando o espírito comunitário e o associativismo. Muitas destas cedências têm um enorme contributo social, designadamente no apoio a famílias e públicos particularmente vulneráveis.

Foi também com esta preocupação sobre a população mais envelhecida que, em parceria com algumas Juntas de Freguesia (Bonfim, Campanhã, União de Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde e Ramalde), foram instaladas as residências partilhadas para idosos no Porto de forma a combatermos o isolamento e contribuirmos para a melhoria efetiva da qualidade de vida dos idosos que residem na habitação pública municipal. Considerando os resultados e sucessos deste projeto, está já a ser estruturada a implementação de mais residências noutras zonas da cidade.

A Domus Social tem vindo a dar particular atenção à promoção, desenvolvimento e implementação de projetos na área social. No decurso do ano de 2020, foi subscrito um Protocolo com o SAOM, para a implementação do projeto “*Porto Sentido – Habitação, Capacitação, Reinserção*”. A Domus Social disponibiliza um conjunto de fogos que apoiará a criação de um programa de promoção da reinserção social para pessoas em situação de sem-abrigo da cidade do Porto.



No sentido de inovar as intervenções na área social, o MP submeteu a candidatura – AIIA Porto - ABORDAGEM INTEGRADA PARA A INCLUSÃO ATIVA ao Programa Operacional Regional do Norte – NORTE 2020 Eixo Prioritário Inclusão Social e Pobreza.

Nessa candidatura, a Domus Social integrou um conjunto de ações de capacitação a desenvolver no âmbito do projeto ConDomus, apoio financeiro para a potenciação do projeto de apoio a idosos isolados, bem como outras ações dirigidas para população residente em zonas socialmente desfavorecidas, muito direcionadas para a participação comunitária e para a integração dessas comunidades em ações de natureza cultural.

Uma das ações em desenvolvimento pela Domus Social no âmbito do AIIA é o desenvolvimento de competências artísticas e talentos de jovens em torno das músicas populares urbanas e arte urbana através de atividades diversas de expressão artística (dança, música, expressão plástica, etc.) dirigida a três Comunidades Desfavorecidas, Comunidade do Vale da Ribeira da Granja, Comunidade do Vale de Campanhã/Norte e Comunidade do Vale de Campanhã/Sul, integrada na Atividade BORA P'Ó PALCO! DAS VONTADES FAZEMOS LIBERDADE, UM RESGATE ARTÍSTICO.

Esta ação, ao privilegiar como campo de atuação o tecido social envolvente, possibilita a materialização da condição de cidadania através da participação social.

Assumindo a participação social como uma manifestação da inclusão social, pretende-se demonstrar que a esfera cultural, nomeadamente, a arte, pode potencializar e devolver a possibilidade de participação social e prover o desenvolvimento de competências pessoais e sociais.

De referir igualmente a atividade MARCAS DO TEMPO E MEMÓRIAS DOS BAIRROS NA CIDADE: PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO DAS MEMÓRIAS, AFETOS, ESPAÇOS E TEMPOS, de valorização da importância histórica dos bairros da cidade do Porto nas histórias e memórias dos seus habitantes enquanto valores fundamentais de valorização e desenvolvimento da cidade e sua projeção futura. Estão já a decorrer oficinas de reconstrução de memórias, histórias e tradições de cruzamento dos diferentes espaços e tempos da cidade, perpetuando e dignificando testemunhos.



No âmbito do AIIA Porto, salienta-se ainda o valor acrescentado através das ações de capacitação dinamizadas junto dos gestores de entrada do projeto no âmbito das seguintes temáticas: Suporte Básico de Vida, Gestão de Conflitos, Gestão dos Recursos Hídricos, Ambiente e Salubridade e Proteção e Segurança.

Para além destas atividades, foram já realizadas ações de sensibilização de Proteção e Segurança e Educação Ambiental junto de moradores (famílias) residentes em habitação pública municipal.

Assim, no âmbito desta candidatura, o compromisso da empresa é o de aprofundamento e alargamento do Programa ConDomus às Comunidades Desfavorecidas, capacitando, dinamizando e mobilizando os Gestores de Entrada e os moradores através do incremento da sua participação e da sua implicação na gestão dos espaços comuns; da melhoria do uso e fruição das zonas comuns e espaços exteriores envolventes aos edifícios de habitação municipal; da potenciação da conservação e manutenção do edifício municipal, prevenindo a sua deterioração; do aumento do grau de satisfação, comodidade e segurança dos inquilinos residentes em habitação municipal, nomeadamente no tocante à sensibilização face à igualdade de género, violência doméstica e isolamento dos idosos. Por outro lado, prevêem-se ainda outras atividades de apoio e inclusão social que vão além do projeto ConDomus, designadamente atuando ao nível da integração dos novos residentes e no apoio integrado aos idosos isolados.

Ainda que o Município do Porto e a Domus Social tenham criado um conjunto de medidas que pretendem assegurar uma proteção aos inquilinos em situação de maior vulnerabilidade económica, as taxas médias de incumprimento no pagamento das rendas no decurso de 2020 apresentaram algumas oscilações, devido ao estado de emergência.

Contudo, continuarão a ser adotadas medidas de controlo e monitorização, bem como alternativas para regularização das situações de incumprimento. Nas contas orçamentais para 2021, os incumprimentos decorrentes da Covid 19 não terão grande impacto ao nível da receita.

A empresa tem vindo a apostar na melhoria contínua, tendo em vista a redução de custos operacionais e de melhorias dos níveis de serviço e no atendimento ao cliente. Estas metodologias, já implementadas e a desenvolver no próximo triénio, apontam um aumento de processos resolvidos





com os mesmos recursos e uma redução dos tempos de resposta, com ganhos significativos na eficácia e disponibilidade para novas tarefas e funções. Dando continuidade a este modelo, estima-se aumentar a satisfação do cliente e a motivação dos colaboradores, a eficácia e eficiência do serviço e qualidade do atendimento.

A satisfação do cliente, apostando num atendimento direto e claro, tem levado a alguns investimentos, quer ao nível da formação específica dos técnicos, quer ao nível de desenvolvimentos informáticos, estratégia que será prosseguida no próximo triénio.



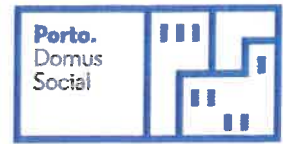
## 2. MANUTENÇÃO DO PARQUE HABITACIONAL

O objetivo base fixado nos IGP para a DP passa pela utilização racional e eficiente dos meios financeiros que são colocados à disposição da empresa para as ações de construção, reabilitação, manutenção e conservação do património edificado público municipal. Desta forma, pretende-se assegurar uma gestão adequada dos meios financeiros disponibilizados através de uma otimização dos recursos com vista à obtenção de resultados que cumpram os requisitos de uma resposta rápida, eficaz e qualificada.

Assim, constituem objetivos da DP, nomeadamente:

- Reabilitar os edifícios do Parque de Habitação Pública Municipal, assegurando o cumprimento das metas (físicas e financeiras) estabelecidas;
- Reabilitar o interior das casas devolutas do Parque de Habitação Pública Municipal;
- Reabilitar as casas do Património, do ex-Comissariado para a Renovação Urbana da Área de Ribeira/ Barredo (ex - CRUARB-CH) e da ex-Fundação para o Desenvolvimento da Zona Histórica do Porto (ex - FDZHP);
- Assegurar de forma eficaz e eficiente e com a qualidade adequada, a resposta a todas as solicitações de acordo com os níveis de serviço pré-estabelecidos aos edifícios de Habitação Pública Municipal e dos diversos Equipamentos Públicos Municipais (administrativos/institucionais, ensino, culturais);
- Assegurar o cumprimento rigoroso de todas as ações de manutenção preventiva e corretiva dos edifícios de Habitação Pública Municipal e dos diversos Equipamentos Públicos Municipais (administrativos/institucionais, ensino, culturais);
- Responder, em tempo e qualidade, às solicitações do Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC) e do Departamento Municipal de Fiscalização (DMF) da CMP.

Refira-se ainda que a função primordial da DP é a manutenção e conservação dos imóveis habitacionais e não habitacionais sob sua gestão. Este património é essencialmente constituído por imóveis que englobam o Parque de Habitação Pública Municipal, representado por 599 edifícios com 12.328 fogos correntemente



designados como “bairros de habitação social”, acrescido de 260 edifícios com 560 fogos relativos às casas do Património, do ex-CRUARB-CH e da ex-FDZHP e por 161 edifícios que constituem o Parque de Equipamentos Públicos Municipais, constituído por 48 edifícios do Parque Escolar Público Municipal (Jardins de Infância e Escolas do Ensino Básico) e por 113 edifícios constituídos, essencialmente, por equipamentos de índole cultural e administrativa/institucional e que se encontram classificados internamente como Outros Edifícios Públicos Municipais.

A DP é ainda responsável pela manutenção de uma diversidade de equipamentos instalados nos edifícios atrás referidos, nomeadamente por: 143 elevadores e ascensores, 2.106 bocas de incêndio, extintores e carretéis, 118 Sistemas Automáticos de Detecção de Incêndio (SADI), 97 Sistemas Automáticos de Detecção de Intrusão e Roubo (SADIR), 80 grupos de pressurização e bombagem, entre outros. A DP é também responsável pelos sistemas de Aquecimento, Ventilação e Ar Condicionado (AVAC) de 9 edifícios do referido Parque Escolar Público Municipal e de 8 edifícios pertencentes ao grupo de Outros Edifícios Públicos Municipais.

Perante a diversidade de edifícios, o seu tipo, natureza e complexidade, foi definida uma política de manutenção e conservação que condiciona a prática da DP nos próximos anos com a prioridade dada às políticas de manutenção preventiva em detrimento da corretiva.

Assim, cumprindo o desígnio de uma mudança no modo de atuação no que concerne à manutenção, de uma atuação reativa para uma atuação programada foram elaborados os planos de manutenção preventiva para a totalidade do Parque de Habitação Pública Municipal.

A empresa desenvolveu também instrumentos para ações de manutenção preventiva no Parque Escolar Público Municipal, nomeadamente planos de manutenção preventiva das coberturas, instalações elétricas, sistemas de AVAC, elevadores e ascensores, grupos de pressurização e bombagem, SADI e SADIR, que se encontram a ser implementados.

Em articulação com a Direção Municipal de Finanças e Património (DMFP) da CMP elaboraram-se, também, os planos de manutenção preventiva para os designados Outros Edifícios Públicos Municipais encontrando-se em curso a sua implementação.

Está em fase de implementação o novo software de gestão integrada de manutenção, perspetivando-se ganhos significativos de produtividade. Na sequência da implementação deste novo software, prevê-se





reunir condições, em 2021, para que seja possível o acesso remoto ao sistema interno e integrado de informação para registo das ações de manutenção executadas pelas brigadas que se encontram no terreno.

A dotação global definida em sede de orçamento da CMP está fixada em 30.183.033€ (IVA incluído), aos quais acresce 4.520.000€ (IVA incluído) provenientes da receita de rendas, para ações de manutenção preventiva e corretiva através de pequenas intervenções e emergências e gestão do parque habitacional público municipal.

Analisemos, então, a verba global em causa e a sua repartição:

#### **a. Parque de Habitação Pública Municipal**

Para 2021 a dotação orçamental fixada para esta rubrica é de 24.231.601€, IVA incluído, acrescida do montante proveniente da receita de rendas.

#### **Reabilitação dos Edifícios**

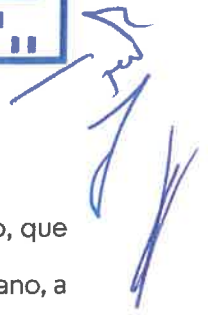
Prevê-se a conclusão, em 2021, da intervenção em São João de Deus, da construção nova da Maceda, bem como nos edifícios localizados na Rua da Arménia / Miragaia (73/56 e 75/58), Rua da Vitória (281 a 283), Rua de António Cândido (214 a 216), Rua de D. João IV (792 e 800), Rua de Tomás Gonzaga (16 e 38), Rua de Tomás Gonzaga (43 e 45), Rua do Comércio do Porto (135 a 139) e Rua do Dr. Barbosa de Castro (10 a 14).

Irá ser dada continuidade às obras de reabilitação iniciadas em anos anteriores, nos bairros do Cerco do Porto, Falcão e Pasteleira.

Perspetiva-se ainda o início das intervenções no bairro das Condominhas, do Bom Sucesso e no edifício localizado na Rua de S. Miguel (45 a 51).

#### **Reabilitação Interior de Habitações Devolutas**

O objetivo fixado para 2021 em termos de reabilitação do interior de casas devolutas é quantificado em 2.500.000€, IVA incluído.



## Reabilitação do Espaço Público

Durante o ano de 2020, foram sendo desenvolvidos projetos de intervenção no espaço público, que contemplam o (re)desenho urbano e paisagístico, a circulação e a mobilidade, o mobiliário urbano, a reformulação/criação de redes de infraestruturas de gás, águas residuais domésticas e pluviais, abastecimento de água, telecomunicações e iluminação pública, bem como iniciadas as obras de reabilitação do espaço público no bairro do Falcão.

Prevê-se a conclusão dos projetos de Aldoar, Campinas, Carvalhido, Cerco do Porto, Maceda, Monte da Bela, Bom Pastor Vale Formoso e a contratação das respetivas empreitadas em 2021, com desenvolvimento das mesmas nos anos seguintes.

### b. Parque Escolar Público Municipal

A dotação financeira para esta rubrica é de 1.750.000€, IVA incluído. Esta verba permitirá assegurar o conjunto de ações de manutenção corretiva bem como as rotinas de manutenção preventiva de equipamentos, nomeadamente, para ascensores, instalações elétricas, telefónicas e mecânicas, extintores e carretéis, sistemas de pressurização e bombagem, drenagem de águas residuais pluviais e residuais domésticas, SADI, SADIR, AVAC, limpeza e manutenção de coberturas. Será através desta dotação orçamental que se assegurará também a execução de pequenas e diversas empreitadas de conservação.

### c. Outros Edifícios Públicos Municipais

Enquadrado na dotação financeira fixada de 2.600.000€, IVA incluído, será assegurado o conjunto de ações de manutenção já solicitadas e/ou a solicitar pelos diferentes serviços municipais que tutelam os equipamentos públicos municipais – culturais: os arquivos municipais (Histórico e Geral) e as bibliotecas municipais (Biblioteca Pública Municipal do Porto e a Biblioteca Municipal Almeida Garrett), administrativos / institucionais (Paços do Concelho, edifício sede da Polícia Municipal do Porto, entre outros) englobando ainda todos os contratos de manutenção preventiva (elevadores, grupos de pressurização e bombagem, extintores e carretéis, instalações elétricas, telefónicas e



mecânicas e grupos geradores) e de manutenção de coberturas efetuadas pela GM, assim como a instalação de uma rede de painéis fotovoltaicos em edifícios municipais.

#### **d. Urbanismo e Reabilitação Urbana**

A dotação financeira desta rubrica é de 300.000€, IVA incluído, e destina-se, essencialmente, ao cumprimento de todas as ações consideradas emergentes solicitadas pela DMPC e pela DMF da CMP.

#### **e. Solidariedade Social/Ação Social**

A empresa assegurará, em conformidade com a dotação financeira que lhe foi atribuída para o efeito, as intervenções de empreitadas e outras intervenções diversas, de cariz social, até ao montante de 601.431€, IVA incluído.

#### **f. Equipamentos e Infraestruturas Desportivas**

A empresa assegurará, em conformidade com a dotação financeira que lhe foi atribuída para o efeito, as intervenções de empreitadas e outras intervenções diversas até ao montante de 700.000€, IVA incluído.





### 3. REPARTIÇÃO DO ORÇAMENTO POR ATIVIDADE

#### CONTRATO DE MANDATO CMP

				(Un.: euro)		
Designação	2021	2022	2023			
<b>1 COESÃO E AÇÃO SOCIAL</b>						
1.1 Ação e Solidariedade Social	400 000	400 000	400 000			
Candidatura AIIA	201 431	0	0			
1.2 Parque Habitacional Social						
Habitação Social	23 470 016	23 354 854	5 940 950			
Outros projetos - Condominhas	761 586	0	0			
<b>subtotal</b>	<b>24 833 033</b>	<b>23 754 854</b>	<b>6 340 950</b>			
<b>5 URBANISMO E REABILITAÇÃO URBANA</b>						
5.1 Reabilitação urbana, planeamento e gestão urbanística	300 000	300 000	300 000			
<b>subtotal</b>	<b>300 000</b>	<b>300 000</b>	<b>300 000</b>			
<b>6 EDUCAÇÃO</b>						
6.1 Promover e fomentar a educação	1 750 000	800 000	800 000			
<b>10 DESPORTO E ANIMAÇÃO</b>						
10.1 Incentivar e dinamizar o desporto e animação da cidade	700 000	100 000	100 000			
<b>13 GOVERNÂNCIA DA CÂMARA</b>						
13.1 Funcionamento dos serviços	1 750 000	1 000 000	1 000 000			
Painéis fotovoltaicos	850 000	10 000	10 000			
<b>subtotal</b>	<b>2 600 000</b>	<b>1 010 000</b>	<b>1 010 000</b>			
<b>Total</b>	<b>30 183 033</b>	<b>25 964 854</b>	<b>8 550 950</b>			



O subsídio à exploração está suportado num Contrato Programa a celebrar com o Município do Porto.

CONTRATO PROGRAMA CMP	
Subsídio à exploração	711.160
<b>MANUTENÇÃO Corrente, Preventiva e GESTÃO do PARQUE HABITACIONAL</b>	
	<b>IGP 2021</b>
Contratos (eletricidade e água das zonas comuns, condomínios)	420 000
Encomendas e serviços	10 000
<b>subtotal gestão do parque habitacional</b>	<b>430 000</b>
Emergências e pequenas intervenções (serralharia, carpintaria, pintura)	125 000
Serviços diversos (trabalhos especializados, honorários, publicidade)	100 000
Contratos de manutenção (preventiva)	40 000
Contratos de brigadas	540 000
Materiais de armazém	90 000
Outros materiais	100 000
Automanutenção	10 000
Empreitadas	195 000
Fiscalização	20 000
Projeto e outros	20 000
Manutenção preventiva	2 850 000
<b>subtotal manutenção do parque habitacional</b>	<b>4 090 000</b>
<b>TOTAL</b>	<b>4 520 000</b>



## C. PLANO DE INVESTIMENTO ANUAL E PLURIANUAL

### 1. PLANO DE INVESTIMENTO PARA O TRIÉNIO 2021-2023

O investimento previsto para o triénio em análise reparte-se da seguinte forma:

INVESTIMENTO	ANO 2021	ANO 2022	ANO 2023
valores em euros			
<b>1 .ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS</b>			
Edifícios e outras construções	0	0	0
Equipamento básico	0	0	0
Equipamento de informática	13 454	3 000	3 000
Equipamento de transporte	0	0	0
Equipamento administrativo	6 828	5 000	5 000
Outros ativos fixos tangíveis	22 380	12 000	12 000
<b>SUBTOTAL</b>	<b>42 662</b>	<b>20 000</b>	<b>20 000</b>
<b>2 . ATIVOS INTANGÍVEIS</b>			
Programas de computador	212 919	75 000	30 000
<b>SUBTOTAL</b>	<b>212 919</b>	<b>75 000</b>	<b>30 000</b>
<b>TOTAL</b>	<b>255 581</b>	<b>95 000</b>	<b>50 000</b>

De forma a garantir a melhoria contínua do sistema de informação e a sua adaptação à atividade da Domus Social está previsto em 2021 o prosseguimento no desenvolvimento de novas soluções em tecnologias de informação.

A conclusão dos restantes módulos do aplicativo de gestão de recursos humanos “Sapiens”, possibilitará a sua passagem a produtivo em 2021 o que permitirá a sua exploração total, nomeadamente no âmbito da avaliação de desempenho e gestão estratégica do capital humano da Domus Social.

No que respeita a novos investimentos a implementar em 2021 destacam-se o escalamento do sistema de *Business Intelligence* possibilitando à empresa o acesso a sistemas que permitam obter informação útil, fiável e oportuna. Os mecanismos de proteção de informação do Data Center também serão reforçados com a implementação de um sistema de Disaster Recovery.



Quanto à gestão do parque habitacional, pretende-se o reforço da comunicação com os inquilinos por intermédio do desenvolvimento de sistemas que permitam a utilização eficiente de novos canais de comunicação. Quanto ao Gabinete do Inquilino Municipal este será dotado de ferramentas modernas e funcionais com a implementação de um CRM para o atendimento ao inquilino.

Está igualmente prevista a conclusão do processo de desmaterialização de processos, que visa tornar mais célere e eficiente a comunicação interna e o workflow de processos permitindo, ao mesmo tempo, reduzir a quantidade de documentos físicos em circulação na empresa.

O restante investimento previsto tem como objetivo garantir a atualização da organização interna e dos serviços que presta e está relacionado com a aquisição de equipamento de escritório e equipamento informático.

O investimento previsto para os anos de 2022 e 2023 destina-se à atualização dos equipamentos administrativos e informáticos de forma a evitar a sua degradação ou obsolescência.



## 2. PLANO DE RECURSOS HUMANOS PARA O TRIÉNIO 2021-2023

A estrutura previsional de recursos humanos para o triénio de 2021-2023 é a seguinte:

	ANO 2020	ANO 2021	ANO 2022	ANO 2023
Apoio ao Conselho de Administração	1	1	1	1
Gabinete Jurídico	3	3	3	3
Gabinete de Estudos e Planeamento	2	2	2	2
Gabinete de Comunicação e Imagem	1	1	1	1
Gabinete de Sustentabilidade e Gestão Documental	7	7	7	7
Coordenação dos Recursos Humanos	4	4	4	4
Gabinete de Sistemas de Informação	4	4	4	4
Gabinete de Contratação Pública e Aprovisionamento	6	6	6	6
Direção de Produção	9	9	9	9
Coordenação da Gestão de Projeto	10	10	10	10
Coordenação da Gestão de Empreendimentos – Grande Reabilitação	6	6	6	6
Coordenação da Gestão de Empreitadas – Pequena Reabilitação	6	6	6	6
Coordenação da Gestão da Manutenção (GM+LAT+EM)	16	16	16	16
Brigadas de Intervenção (CC)	15	15	15	15
Subtotal Produção	62	62	62	62
Direção de Gestão do Parque Habitacional	2	2	2	2
Coordenação da Gestão de Ocupações	8	8	8	8
Coordenação de Gestão de Condomínios	7	7	7	7
Coordenação de Gestão Processual e Fiscalização	10	10	10	10
Coordenação de Gestão Administrativa	4	4	4	4
Coordenação do Gabinete do Inquilino Municipal	10	10	10	10
Subtotal Gestão do Parque Habitacional	41	41	41	41
Direção Administrativa e Financeira	1	1	1	1
Financeira	6	6	6	6
Subtotal Administrativa e Financeira	7	7	7	7
<b>Total</b>	<b>138</b>	<b>138</b>	<b>138</b>	<b>138</b>

Para além dos colaboradores indicados, a Empresa tem 3 administradores, dois executivos e um não executivo conforme previsto nos estatutos.

Está igualmente prevista, para os anos de 2021, 2022 e 2023, a contratação de um colaborador em regime de contrato a termo certo pelo período de 12 meses, no âmbito do desenvolvimento do projeto Porto Solidário e Atualização de Dados da DGPH.

## Motivação e retenção de quadros

Motivar o Capital Humano de uma empresa envolve saber integrar, reconhecer, recompensar, desafiar, trabalhar o clima organizacional de forma positiva e por fim saber dar o exemplo.

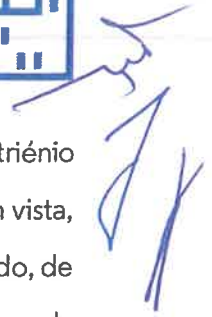
Na verdade, a maioria das teorias que tratam de como motivar os colaboradores falam em atender às suas necessidades e pretensões, além de proporcionar condições de trabalho adequadas. Tudo isto é necessário e é a base de trabalho de qualquer departamento de Recursos Humanos, mas pretende-se ir mais longe.

Assim, a Domus Social propõe-se, no próximo triénio, a desenhar e a implementar ideias, ferramentas e experiências que inspirem todos aqueles que aqui laborem.

Desde logo, tudo começa quando um novo colaborador é admitido. A impressão que é causada num primeiro momento é muito importante e como tal apostar na forma como se recebe um novo colaborador irá contribuir para que se crie laços profissionais e pessoais que serão essenciais para que possa desenvolver todo o seu potencial durante uma expectável longa ligação à empresa. Por isso, torna-se indispensável realizar um bom processo de integração. Para esse efeito no próximo triénio propomos-mos em criar um onboarding eficiente, ou seja, através de uma plataforma de E-learning integrada no portal de Recursos Humanos My Domus, o novo colaborador, ao seu tempo e de uma forma simples poderá aceder, as vezes pretendidas a informações essenciais para o seu dia a dia: missão, a visão e os valores da empresa, mensagem de Boas Vindas, apresentação detalhada de cada área da empresa, assim como pequenas ações de formação.

Na sequência da Pandemia COVID\_19 também foram sentidas necessidade de formação à distância que agora serão sistematizada na plataforma E-learning e disponibilizadas de forma mais generalizada a todo o universo Domus.





Sempre apostando na melhoria do clima social e a pensar nos trabalhadores, neste triénio continuaremos a levar a cabo a ações de medição do grau de satisfação de colaboradores com vista, por um lado, novamente ao potenciar da clara e eficaz comunicação entre todos e, por outro lado, de forma a que diariamente possamos continuar a trabalhar para ir de encontro às necessidades de cada um.

Diariamente os RH estão e continuarão a estar focados no desenvolvimento de estratégias inovadoras que venham potenciar índices motivacionais e trazer uma cultura de comunicação transparente e frontal para todos.

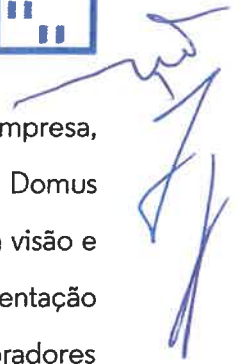
## Formação

A Formação é fundamental para garantir a qualificação do capital humano de uma empresa, pois são as pessoas que constituem a sua matéria-prima e, conseqüentemente, a sua mais-valia e diferencial no contexto de mercado.

Apostar na formação do Capital Humano da Domus Social é apostar na principal área chave para a competitividade, pelo que continuaremos a apostar no plano anual de formação, envolvendo cada vez mais cada um dos colaboradores no seu próprio plano de formação. Pretendemos com isto além de os motivarmos e retemos o seu talento, dar a oportunidade de irem mais além, de crescer com um significado e com um propósito comum à estratégia empresarial apresentada. Tal como refere Dave Ulrich “Sabemos que a geração do milénio e outras gerações ficam no emprego onde encontram significado e propósito. Quando existem atividades relacionadas com o significado, os colaboradores estão mais propensos a permanecer e a serem produtivos.”

## Avaliação de Desempenho dos Colaboradores

Na sequência do trabalho que tem vindo a ser feito ao nível de uma visão diferenciada da importância dos RH, após o modelo de carreiras definido em 2018, foram sido dados vários passos para a organização desta área e do envolvimento dos colaboradores. Um novo modelo de avaliação e desempenho, a revisão dos conteúdos funcionais, bem como o desenvolvimento de software de gestão destas matérias permitirá agora passarmos à consolidação deste novo modelo.



Sendo a avaliação e desempenho uma ferramenta essencial na vida organizacional de uma empresa, e cientes que este sistema ocupa um lugar central no âmbito das ferramentas de gestão da Domus Social e que é um dos veículos mais poderosos que a Organização possui para dinamizar a visão e estratégia, alinhar comportamentos e potenciar resultados, acredita-se que com a sua implementação no ano de 2020 e seguintes, a empresa tenha ganhos claros e evidentes. Desde logo os colaboradores irão melhor perceber as suas funções, objetivos e expectativas dentro da empresa.

### **Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho**

A área da Segurança, Higiene e Saúde no trabalho é uma área crucial na organização, para além de constituir uma obrigação legal e social.

O sucesso de um sistema produtivo passa inevitavelmente pela qualidade das condições de trabalho proporcionadas aos trabalhadores, e a segurança e saúde no trabalho contribui para a melhoria da produtividade e da competitividade das empresas. A Segurança e Saúde no Trabalho deve ser encarada como uma componente essencial para o crescimento económico e o desenvolvimento social de uma empresa, que procura reduzir a incidência de acidentes e doenças profissionais, garantindo a todos os trabalhadores o direito fundamental a um trabalho seguro e saudável.

Os trabalhadores são o maior ativo de uma empresa, por isso quando falamos em segurança no trabalho, esta não deve ser encarada como gasto, mas sim como um investimento, criando assim uma cultura de segurança.

Para além desta cultura de segurança permanente não nos podemos esquecer os tempos em que vivemos. No momento em que o mundo enfrenta uma das mais graves crises da história recente e tenta combater a pandemia de uma doença que obrigou a mudanças profundas e radicais alterações na nossa forma de estar, de viver e de trabalhar, que ameaça a vida e a saúde de todos e que está a conduzir a uma crise económica e social igualmente sem precedentes e de consequências ainda imprevisíveis, é aqui que o SST já se encontra a assumir uma especial importância agindo preventivamente e no controlo dos riscos de contágio, garantindo ambientes de trabalho saudáveis e seguros.

## D. PLANO FINANCEIRO ANUAL E PLURIANUAL

PLANO DE FINANCIAMENTO	ANO 2021	ANO 2022	ANO 2023
<b>INVESTIMENTO</b>			
Ativos fixos tangíveis e intangíveis adquiridos com recursos próprios	255 581	95 000	50 000
<b>FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO</b>			
Autofinanciamento	255 581	95 000	50 000

O investimento previsto para triénio 2021-2023, em ativos fixos tangíveis e intangíveis, num total de 255 581€, 95 000€ e 50 000€, respetivamente, será financiado integralmente com recursos próprios.

O plano de financiamento acima apresentado teve por base o Plano de Atividades Anual e Plurianual e os seguintes pressupostos:

PRESSUPOSTOS	ANO 2021	ANO 2022	ANO 2023
Taxa de inflação	0,80%	1,10%	1,10%
Taxa de IRC e derrama	22,50%	22,50%	22,50%
Taxa de juro nominal cp	0,10%	0,10%	0,10%
Tempo médio de recebimento (em dias)	10	10	10
Tempo médio de pagamento (em dias)	15	15	15
Índice de atualização das rendas	3,30%	0,00%	0,00%
Taxa de imparidade das rendas	1,22%	1,22%	1,22%
Taxa média de crescimento dos salários	0,00%	0,00%	0,00%



Os pressupostos anteriormente descritos geraram os seguintes agregados económico-financeiros:

AGREGADOS ECONÓMICO-FINANCEIROS PARA O TRIÉNIO DE 2021 - 2023	ANO 2021	ANO 2022	ANO 2023
<b>RESULTADOS</b>			
Resultado operacional	23 882	23 694	26 012
Resultado financeiro	16 932	17 530	17 556
Resultado líquido do período	36 253	37 013	39 373
<b>RENDIMENTOS</b>			
Vendas, prestação de serviços e outros rendimentos e ganhos	29 895 198	25 721 602	8 490 761
Rendas emitidas	9 175 706	9 175 706	9 175 706
<b>GASTOS</b>			
Gastos com o pessoal	3 968 138	3 968 138	3 968 138
Fornecimentos e serviços externos	35 213 372	30 705 387	14 006 251
<b>BALANÇO</b>			
Total do ativo	8 518 570	8 336 079	7 633 705
Total do ativo não corrente	3 642 285	3 475 341	3 368 569
Total do passivo	7 328 901	7 109 397	6 367 649
Total do património líquido	1 189 669	1 226 682	1 266 055

Os resultados operacionais que derivam do presente orçamento apontam para um resultado positivo em 2021 de 23 882€. Nos dois anos seguintes, os mesmos resultados serão positivos de, respetivamente, 23 694€ e 26 012€, totalizando um resultado operacional positivo para o triénio de 73 588€.

Os resultados líquidos apresentados resultam essencialmente da evolução dos resultados financeiros.

É importante o pontual cumprimento por parte da Autarquia dos prazos de pagamento fixados no Contrato de Manutenção de Edifícios, Equipamentos e Infraestruturas, por forma a permitir à Domus Social cumprir pontualmente com os pagamentos devidos aos seus fornecedores, assegurando assim que seja cumprida a calendarização estipulada para as obras, e evitando encargos com o pagamento de juros de mora.

III. Demonstrações Orçamentais  
Previsionais para o ano 2021



## A. NOTAS EXPLICATIVAS AO ORÇAMENTO PARA O ANO 2021 / PRESSUPOSTOS

Todos os montantes inscritos neste documento estão em euros.

### 1 – ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DO SNC-AP

Até 31 de dezembro de 2019, as demonstrações financeiras da Domus Social foram preparadas de acordo com o referencial contabilístico nacional SNC, integrando as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro e as Normas Interpretativas, nos termos do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, e respetivas alterações subsequentes.

Com o objetivo de resolver a fragmentação e inconsistências da normalização contabilística existente em Portugal e ainda a adoção de normas adaptadas das normas internacionais de contabilidade (IAS/IFRS) e da manutenção de um sistema contabilístico no setor público baseado em normas nacionais, foi implementado o referencial contabilístico nacional, constituído pelo Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), publicado no Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro e respetivas alterações subsequentes, integrando as Normas de Contabilidade Pública. Os IGP 2021-2023 foram elaborados de acordo com este novo normativo.

### 2 – DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS PREVISIONAIS

As previsões da receita e da despesa apresentadas nas demonstrações orçamentais previsionais têm por base os pressupostos enunciados no ponto IV das demonstrações financeiras.



## B. DEMONSTRAÇÃO ORÇAMENTAL PREVISIONAL DA RECEITA

Rúbrica	Designação	Euros				
		Orçamento 2021			Plano orçamental plurianual	
		Períodos anteriores	2021	Soma	2022	2023
	<b>Receita corrente</b>	<b>3 457 047</b>	<b>40 107 564</b>	<b>43 564 611</b>	<b>36 437 797</b>	<b>19 320 616</b>
R1	Receita fiscal	0	0	0	0	0
R11	Impostos diretos	0	0	0	0	0
R12	Impostos indiretos	0	0	0	0	0
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e sub. saúde	0	0	0	0	0
R3	Taxas, multas e outras penalidades	0	15 247	15 247	15 247	15 247
R4	Rendimentos de propriedade	0	1 685	1 685	2 283	2 309
R5	Transferências correntes	0	711 160	711 160	365 276	796 467
R51	Administração pública	0	711 160	711 160	365 276	796 467
R511	Administração Central - Estado	0	0	0	0	0
R512	Administração Central - Outras entidades	0	0	0	0	0
R513	Segurança Social	0	0	0	0	0
R514	Administração Regional	0	0	0	0	0
R515	Administração Local	0	711 160	711 160	365 276	796 467
R52	Exterior - UE	0	0	0	0	0
R53	Outras	0	0	0	0	0
R6	Venda de bens e serviços	1 043 978	38 538 142	39 582 120	35 176 397	18 102 756
R7	Outras receitas correntes	2 413 069	841 330	3 254 400	878 595	403 836
	<b>Receita de capital</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
	<b>Receita efetiva [1]</b>	<b>3 457 047</b>	<b>40 107 564</b>	<b>43 564 611</b>	<b>36 437 797</b>	<b>19 320 616</b>
	<b>Receita não efetiva [2]</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
R12	Receita com ativos financeiros	0	0	0	0	0
R13	Receita com passivos financeiros	0	0	0	0	0
	<b>Receita total [3]=[1]+[2]</b>	<b>3 457 047</b>	<b>40 107 564</b>	<b>43 564 611</b>	<b>36 437 797</b>	<b>19 320 616</b>

## C. DEMONSTRAÇÃO ORÇAMENTAL PREVISIONAL DA DESPESA

Rúbrica	Designação	Orçamento 2021			Plano orçamental plurianual	
		Períodos anteriores	2021	Soma	2022	2023
	<b>Despesa corrente</b>	<b>1 695 491</b>	<b>40 467 738</b>	<b>42 163 229</b>	<b>36 223 977</b>	<b>19 306 125</b>
D1	Despesas com o pessoal	120 704	3 789 687	3 910 392	3 941 245	3 941 245
D11	Remunerações certas e permanentes	67 838	2 838 402	2 906 241	3 009 336	3 009 336
D12	Abonos variáveis ou eventuais	0	42 660	42 660	42 660	42 660
D13	Segurança social	52 866	908 625	961 491	889 250	889 250
D2	Aquisição de bens e serviços	1 574 787	35 182 631	36 757 417	32 221 540	15 325 376
D3	Juros e outros encargos	0	0	0	0	0
D4	Transferências correntes	0	0	0	0	0
D42	Instituições sem fins lucrativos	0	0	0	0	0
D43	Famílias	0	0	0	0	0
D44	Outros	0	0	0	0	0
D5	Subsídios	0	0	0	0	0
D6	Outras despesas correntes	0	1 495 420	1 495 420	61 191	39 504
	<b>Despesa de capital</b>	<b>0</b>	<b>314 365</b>	<b>314 365</b>	<b>95 000</b>	<b>50 000</b>
D7	Investimento	0	314 365	314 365	95 000	50 000
D8	Transferências de capital	0	0	0	0	0
D82	Instituições sem fins lucrativos	0	0	0	0	0
D83	Famílias	0	0	0	0	0
D84	Outros	0	0	0	0	0
D9	Outras despesas de capital	0	0	0	0	0
	<b>Despesa efetiva [4]</b>	<b>1 695 491</b>	<b>40 782 103</b>	<b>42 477 594</b>	<b>36 318 977</b>	<b>19 356 125</b>
	<b>Despesa não efetiva [5]</b>	<b>0</b>	<b>5 137</b>	<b>5 137</b>	<b>5 137</b>	<b>5 137</b>
D10	Despesa com ativos financeiros	0	5 137	5 137	5 137	5 137
D11	Despesa com passivos financeiros	0	0	0	0	0
	<b>Despesa total [6]=[4]+[5]</b>	<b>1 695 491</b>	<b>40 787 240</b>	<b>42 482 731</b>	<b>36 324 114</b>	<b>19 361 262</b>
	<b>Saldo total [3]-[6]</b>	<b>1 761 556</b>	<b>-679 676</b>	<b>1 081 880</b>	<b>113 683</b>	<b>-40 646</b>
	<b>Saldo global [1]-[4]</b>	<b>1 761 556</b>	<b>-674 539</b>	<b>1 087 018</b>	<b>118 820</b>	<b>-35 509</b>

## D. PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO

Objetivo	Número de projeto	Designação do projeto	Rúbrica orçamental	Forma de realização	Fonte de financiamento				Datas		Fase de execução	Pagamentos						Total previsto		
					RG	RP	UE	EMPR	Início	Fim		Realizado em períodos anteriores	Estimativa de realização do período 2020	Períodos seguintes						
														2021	2022	2023	2024		2025	Outros
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]	[14]	[15]	[16]	[17]	[18]	[19]	[20]	[21]=[13]+...+[20]
Implementação de um software de gestão de recursos humanos Atualização geral do software de business intelligence	1	Implementação do software de gestão de RH - HR4Sapiens	0701080000	(O)		59 760			2019	2021	4	5 976	47 808	5 976	0	0	0	0	0	59 760
	2	Power BI	0701080000	(O)		86 100			2021	2022	0	0	0	30 750	55 350	0	0	0	0	86 100
<b>Total</b>					<b>0</b>	<b>145 860</b>	<b>0</b>	<b>0</b>			<b>Total</b>	<b>5 976</b>	<b>47 808</b>	<b>36 726</b>	<b>55 350</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>145 860</b>



IV. Demonstrações Financeiras  
Previsionais para o ano 2021

## A. NOTAS EXPLICATIVAS AO ORÇAMENTO PARA O ANO 2021 / PRESSUPOSTOS

Todos os montantes inscritos neste documento estão em euros.

### 1 – MACROECONÓMICOS

A taxa de inflação prevista na elaboração dos Instrumentos de Gestão Previsional para o ano de 2021 foi de 0,80%.

### 2 – INVESTIMENTOS

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS	ANO 2021
Ativos fixos tangíveis	42 662
Ativos intangíveis	212 919
<b>Total</b>	<b>255 581</b>

### 3 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E OUTROS RENDIMENTOS

Os valores apresentados derivam do Orçamento da Câmara Municipal do Porto, das receitas provenientes das rendas cobradas aos inquilinos municipais para o ano 2021 e de serviços prestados a outras entidades.

O prazo médio de recebimentos considerado nas projeções financeiras foi de 10 dias para os anos 2021, 2022 e 2023.

A prestação de serviços para o ano 2021 é a seguinte:



ANO 2021		
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E OUTROS RENDIMENTOS	Montante sem IVA	Montante com IVA
<b>Vendas e prestação de serviços à CMP</b>		
Habitação		
Execução de obra e prestação de serviços	23 977 315	24 231 601
Outras rubricas		
Execução de obra e prestação de serviços	5 888 977	5 951 431
Total de obra e prestação de serviços	29 866 292	30 183 032
<b>Rendas emitidas</b>	9 175 706	9 175 706
<b>Subsídio à exploração</b>	737 956	737 956
<b>Vendas e prestação de serviços a outras entidades</b>		
Serviços de manutenção	20 645	25 394
Rendimentos suplementares	8 260	10 160
<b>subtotal</b>	<b>28 905</b>	<b>35 554</b>
<b>TOTAL</b>	<b>39 808 859</b>	<b>40 132 248</b>

Relativamente às rendas emitidas foi considerado nos Instrumentos de Gestão Previsional uma taxa de incumprimento de 1,22%, correspondendo à taxa de imparidade das rendas líquidas das cobranças em SEF (Sistema de Execuções Fiscais), baseada nos dados históricos de cobranças.

No que respeita ao enquadramento dos gastos e rendimentos, no Código do IVA, os Instrumentos de Gestão Previsional foram preparados recorrendo-se às seguintes taxas de IVA:

TIPOLOGIA	REGIME DE IVA
Execução de Obra (construção civil) - Habitação	IVA autoliquidação
Execução de Obra (construção civil) - Outras	IVA autoliquidação
Serviços técnicos de projeto, fiscalização e obra	Taxa normal
Serviços de manutenção	Taxa normal
Serviços de apoio a outras entidades	Taxa normal
Rendas emitidas	Isenção de lva
Outros não especificados	Taxa normal



No caso de adquirentes sujeitos passivos mistos, isto é, os que pratiquem operações que conferem o direito à dedução e operações que não conferem esse direito e, independentemente do método utilizado para o exercício do direito à dedução (afetação real ou prorata), há lugar a inversão do sujeito passivo.

No caso do Estado, de Autarquias, Regiões Autónomas ou de outras pessoas coletivas de direito público que apenas são sujeitos passivos porque praticam determinado tipo de operações que não são abrangidas pelo conceito de não sujeição a que se refere o n.º 2 do artigo 2º do CIVA ou que o são face ao n.º 3 do mesmo artigo 2º, só há lugar à inversão quando se trate de aquisição de serviços diretamente relacionados com a atividade sujeita, devendo, para o efeito tais entidades informar o respetivo prestador.

Tendo em consideração que o Município do Porto é sujeito passivo misto, que realiza operações fora do campo de incidência do imposto e que a norma sobre inversão do sujeito passivo de IVA é de aplicação limitada, só aplicável a sujeitos passivos que pratiquem operações que confirmam total ou parcialmente o direito à dedução, este deverá informar a Domus Social sobre o destino dos serviços de construção, para cumprimento das regras de liquidação do imposto e concomitantemente das exigências formais da faturação.

As taxas médias apuradas nos instrumentos de gestão previsional, ascendem a 1,06% e 4,15%, para as operações ativas e passivas, respetivamente.

## 4 – GASTOS

### 4.1- Fornecimentos e serviços externos e custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Os fornecimentos e serviços externos foram calculados com base na técnica orçamental conhecida por “orçamento de base zero”. O prazo médio de pagamento relacionado com este tipo de gastos é até 15 dias para os anos 2021, 2022 e 2023.

- a. A rubrica “Trabalhos especializados” compreende, entre outros, consultoria e formação para implementação da norma de Responsabilidade Social e transição das normas OSHAS 18001/ ISO 45001, auditoria interna e auditoria de acompanhamento APCER, Projeto Domus Sustentável, ensaios de ruído ocupacional e iluminância e workshop para ações de sensibilização.
- b. Na rubrica “Publicidade” está prevista uma verba para a publicação de anúncios e realização de um vídeo institucional.
- c. A rubrica “Vigilância e segurança” contempla todos os gastos com serviços de segurança do edifício de Monte dos Burgos.
- d. A rubrica “Honorários” compreende os gastos com revisão legal das contas e consultoria jurídica.
- e. A despesa prevista na rubrica “Conservação e reparação” é essencialmente destinada à conservação dos equipamentos administrativos e manutenção dos diversos programas informáticos ao dispor da empresa, assim como licenças de aplicativos nomeadamente Microsoft e relativa à conservação dos veículos e outros equipamentos.
- f. Os gastos previstos pela rubrica “Ferramentas e utensílios” são relativos a consumíveis indispensáveis ao funcionamento dos vários serviços, quer de apoio transversal à atividade da empresa, quer de apoio à produção.
- g. Na rubrica “Livros e documentação técnica” estão compreendidos os gastos com a aquisição de bibliografia técnica.
- h. A rubrica “Material de escritório” está diretamente relacionada com o volume do trabalho administrativo realizado, com os contratos e com os equipamentos de reprografia.
- i. A rubrica “Energia” prevê o consumo de energia elétrica nas instalações da empresa e frota de veículos elétricos e “plug in”.
- j. A rubrica “Combustíveis” compreende o gasto de combustível da frota automóvel, com motor de combustão interna, da Empresa.
- k. A rubrica “Deslocações e estadas” prevê despesas inerentes à utilização de viatura própria em serviço, bem como a previsão de despesas efetuadas com deslocações em serviço.
- l. Na rubrica “Rendas e alugueres” estão incluídos a renda do edifício onde se encontra sediada a empresa, assim como os gastos relativos a contratos de aluguer de equipamentos



- de transporte, equipamentos eletrónicos e *hardware*, equipamentos de cópia e impressão contratualizados.
- m. Os gastos de comunicação estimados na rubrica “Comunicação” incluem os portes com todo o volume de correio, que se prevê necessário para prestar informação ao público-alvo da empresa, as comunicações da rede fixa e as comunicações da rede móvel.
  - n. Na rubrica de “Seguros” estão incluídos todos os seguros das viaturas ao serviço da empresa, do recheio das instalações, do equipamento informático e de responsabilidade civil e danos próprios relacionados com a execução de obras.
  - o. O valor estimado para a rubrica “Limpeza, higiene e conforto” é relativo aos gastos contratuais da empresa de limpeza que presta serviço nas instalações da empresa, bem como aos gastos de produtos de limpeza.

Os fornecimentos e serviços externos e custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas encontram-se resumidos no seguinte mapa:



Handwritten signature and scribbles in blue ink.

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS e CMVMC	ANO 2021
<b>GASTOS DIRETOS DA OBRA</b>	
FSE e Materiais - a refaturar à Câmara Municipal do Porto	29 866 292
FSE e Materiais - a refaturar a Outras Entidades	18 769
FSE e Materiais - manutenção corrente do parque habitacional	4 520 000
Devolução de rendas à CMP de acordo com Estatutos	100 000
<b>GASTOS ESTRUTURA / INDIRETOS</b>	
Trabalhos especializados	32 257
Publicidade	10 100
Vigilância e segurança	102 683
Honorários	17 000
Conservação e reparação	188 078
Trabalho temporário	20 800
Ferramentas e utensílios	2 717
Livros e documentação técnica	654
Material de escritório	16 900
Eletricidade	10 000
Combustíveis	6 774
Deslocações e estadas	5 000
Transportes de pessoal	333
Rendas e alugueres	292 890
Comunicação	33 217
Seguros	27 609
Contencioso e notariado	66 142
Despesas de representação	2 479
Limpeza, higiene e conforto	41 966
Outros fornecimentos e serviços	500
Encargos bancários	6 223
subtotal	884 322
Total	35 389 383

Os gastos de obra a refaturar à Câmara Municipal do Porto estão evidenciados no ponto 3.

#### 4.2 – Gastos com o Pessoal

O quadro seguinte mostra a distribuição dos colaboradores por categorias:

CATEGORIA	ANO 2021	ANO 2022	ANO 2023
Diretor	3	3	3
Coordenador	15	15	15
Técnico Superior	59	59	59
Técnico Especializado	18	18	18
Assistente Técnico	20	20	20
Encarregado Operacional	6	6	6
Assistente Operacional	8	8	8
Fiscal	1	1	1
Canalizador	1	1	1
Técnico Profissional	3	3	3
Administrativo	3	3	3
Operário Qualificado	1	1	1
<b>Total</b>	<b>138</b>	<b>138</b>	<b>138</b>

A empresa tem ainda 3 administradores, conforme previsto nos estatutos, sendo um deles não remunerado.

Os principais pressupostos utilizados em relação a esta rubrica são os seguintes:

- i. Taxa média nominal de atualização salarial de 2 % para 2021;
- ii. Taxa média de encargos sociais a cargo da entidade patronal (SS, CGA, FCT/FGCT, ACSS) – 25,36%;
- iii. Subsídio de alimentação de acordo com a legislação em vigor;
- iv. Taxa anual para formação de 1% do total de gastos com o pessoal;
- v. Taxa anual para assistência médica e medicamentosa igual a 2,23% do total de gastos com o pessoal;
- vi. Taxa anual média para encargos com seguro de acidentes trabalho igual a 1,72%;
- vii. O cálculo dos gastos com o pessoal tem apenas em conta os vencimentos projetados para o ano em análise e respetivos encargos.

De acordo com a Lei n.º 70/2013 de 30 agosto que consagrou o regime jurídico do Fundo de Compensação de Trabalho, cuja adesão é obrigatória para todas as entidades que celebrem

contratos regulados pelo Código do Trabalho, a partir de outubro de 2013. Este Fundo, que tem por propósito garantir o pagamento da compensação devida pela cessação do contrato de trabalho, obriga à entrega do valor correspondente a 0,925% da retribuição base e diuturnidades, pagas a cada colaborador abrangido.

O valor da taxa média anual de encargos sociais patronais deriva do facto do quadro de pessoal da empresa ser constituído por trabalhadores oriundos da Câmara Municipal do Porto e por trabalhadores vinculados por contrato individual de trabalho.

#### 4.3 – Gastos de depreciação e de amortização

As taxas de depreciação e amortização utilizadas são as seguintes:

DESCRIÇÃO	TAXAS
<b>ATIVOS INTANGÍVEIS</b>	
Programas	33,33% - 100%
<b>ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS</b>	
Edifícios e Outras Construções	10%
Equipamento Básico	10% - 25%
Equipamento de Transporte	25%
Ferramentas e Utensílios	20% - 100%
Equipamento Administrativo	10% - 33,33% - 100%
Outras Imobilizações Corpóreas	10% - 100%

#### 5 – RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro resulta da remuneração das aplicações de tesouraria e, principalmente, dos juros de mora aplicados sobre o incumprimento dos prazos para pagamento de rendas.

Caso os prazos médios de pagamento e de recebimento, assim como o volume de obra, não oscilem significativamente, não são previsíveis quaisquer roturas de tesouraria, pelo que não se espera que os gastos financeiros assumam valores significativos.

#### 6 – IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO





A empresa municipal está sujeita a uma taxa de IRC de 21%. Acresce ainda um valor de derrama municipal que poderá ser no máximo de 1,5 % do lucro fiscal. Desta forma, e pelo princípio da prudência foi considerada uma taxa de tributação total anual de 22,5%.

Independentemente dos resultados da Empresa antes de impostos serem positivos ou negativos, é ainda consequência da Lei em vigor a tributação autónoma em sede de IRC.

Adicionalmente, e em resultado dos benefícios fiscais serem superiores à matéria coletável gerada no triénio, não se afigura tributação relevante em sede de IRC, com exceção da tributação autónoma referida no parágrafo anterior.

Foram ainda considerados nos Instrumentos de Gestão Previsional o pagamento e a devolução dos pagamentos especiais por conta do IRC efetuados em exercícios anteriores conforme o disposto no CIRC.

## 7 – RUBRICAS DE BALANÇO

### 7.1 – Ativo não corrente - Outros ativos financeiros

A rubrica “Outros ativos financeiros” integra valores de depósitos de caução relativos a depósitos de garantias prestadas pelos fornecedores, por responsabilidades assumidas inerentes às empreitadas em curso. A contrapartida destas garantias está relevada na mesma rubrica “Outras contas a pagar” no Passivo não corrente.

### 7.2 – Tesouraria

Na elaboração deste orçamento considerou-se um saldo de tesouraria no mínimo de 5 dias do montante total de serviços prestados.

### 7.3 – Estado e Outros Entes Públicos

Tendo em conta os dados históricos foi calculada uma taxa média ponderada de IVA relativamente às prestações de serviços de 1,06%, sendo de 4,15% para operações passivas relativas a fornecimentos e serviços externos.



Os quadros da empresa comportam colaboradores originários da Câmara que se encontram em regime de requisição de serviço, em comissão de serviço e colaboradores enquadrados no regime geral da segurança social.

- i. A taxa média ponderada de encargos sociais foi de 25,36%.
- ii. A taxa média de seguro de acidentes de trabalho considerada foi de 1,72%.
- iii. A taxa média de IRS a reter aos trabalhadores considerada para efeitos do presente orçamento foi de 17,3%.

#### 7.4 – Diferimentos

Os diferimentos ativos referem-se basicamente a gastos a reconhecer com apólices de seguros a imputar aos períodos seguintes.

#### 7.5 – Outras contas a receber e outras contas a pagar

A rubrica “Outras contas a receber” integra valores referentes a créditos a receber relativos a multas emitidas a fornecedores e de natureza similar.

A rubrica “Outras contas a pagar” contempla também os acréscimos de gastos respeitantes à previsão para encargos com férias e subsídio de férias vencidos em 31 de dezembro de cada ano, e pagos no ano seguinte, aquando do gozo das respetivas férias.

A legislação portuguesa sobre o trabalho define que as férias relativas a qualquer ano de serviço sejam gozadas pelo trabalhador no ano seguinte. Por tal facto procedeu-se ao cálculo dos gastos daí decorrentes inerentes a cada exercício.

Estão ainda refletidas nesta conta multas aplicadas em sede de empreitadas, parte das quais estão pendentes de decisão judicial.

#### 7.6 – Reservas

As rubricas de Reservas Legais e de Outras Reservas incluem a aplicação de parte dos resultados líquidos positivos gerados, conforme o disposto nos Estatutos da Domus Social.

## 7.7 – Capital Subscrito

O capital subscrito é composto por 100 000 títulos nominativos de valor nominal de 5 € cada e encontra-se integralmente realizado.

## 8 – RESPONSABILIDADES EVENTUAIS RELATIVAS AOS CONTENCIOSO EXISTENTES

A dependência financeira da Câmara Municipal do Porto pode originar atrasos no pagamento de faturas a fornecedores da Empresa, situação que entra em confronto com o disposto no Código dos Contratos Públicos.

Estas situações, estão previstas no Contrato celebrado entre a Empresa e o Município do Porto, o qual regula as relações contratuais estabelecidas entre as partes e, conseqüentemente, quaisquer juros de mora reclamados por terceiros não terão impacto líquido sobre as demonstrações financeiras da Empresa na medida em que existe uma total recuperação dos mesmos.

Encontra-se pendente no Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto:

### CONTENCIOSOS | DETALHE DOS PROCESSOS | DP

N.º de processo	Ident. do Tribunal/ Unid. Organica	Autor	Tipo de ação	Valor da ação	Identificação do objeto do processo
1. 1938/08.2BEPRT	TAF Porto	Comporto – Sociedade de Construções, S.A.	Ação administrativa comum com processo ordinário	91 357,80 €	Empreitada de beneficiação das Escolas EB I Alegria, EB I Flores e EB I Sé
2. 1227/10.2BEPRT	TAF Porto	Comporto – Sociedade de Construções, S.A.	Ação administrativa comum	2 026 397,16 €	Bairro Fernão de Magalhães, 8 a 11 e 18
3. 2249/09.0BEPRT	TAF Porto	DomusSocial, EM	Impugnação judicial	14 634,31 €	-
4. 1262/16.7BEPRT	TAF Porto	Casimiro Alberto Moreira Pinto e Maria Emília Barreto Job.	Ação administrativa comum	7 975,00 €	Empreitada na rua António José de Almeida





5.	3097/16.8	TAF Porto	Cunha & Barroso, Lda	Ação administrativa comum	20 553,67 €	Empreitada Reparação Fachadas do Agrupamento Habitacional do Ilhéu
6.	311/18.9BEPRT	TAFPorto- Unidade Orgânica 2	ABB - Alexandre Barbosa Borges	Ação administrativa comum	30.000,01€	Empreitada de Reabilitação do Bairro S. João de Deus - Fase 1 e 2
7.	544/18.8BEPRT	TAF do Norte - Organica 2	ABB - Alexandre Barbosa Borges	Ação administrativa comum	79,961,29€	Empreitada de Reabilitação do Bairro S. João de Deus - Fase 1 e 2
8.	1965/16.6BEPRT-A	TAFPorto - Unidade Orgânica 1	Strong - Segurança SA	Execução por apenso - Oposição	28.302,33€	Aquisição de serviços de vigilância e segurança humana no edifício sede da Domus Social e da GoPorto
9.	2640/18.2BEPRT	TAFPorto	Befebal II, Lda.	Ação Administrativa	58 319,70 €	Reabilitação do "envelope" do Bloco 10 do Bairro do Bom Pastor
10.	1846/19.1BEPRT	TAFPorto	Alexandre Barbosa Borges, S.A.	Ação administrativa urgente de contencioso pré-contratual com efeito suspensivo automático	1 239 998,98 €	Arranjos exteriores do Bairro de Falcão, Blocos 1 a 9
11.	2136/19.5BEPRT	TAFPorto	Alexandre Barbosa Borges, S.A.	Ação administrativa	695 145,78 €	Reabilitação do Bairro S. João de Deus – Fase 1 e 2
12.	2488/19.7BEPRT	TAF Porto - Unidade Orgânica 1	Alexandre Barbosa Borges, S.A.	Ação administrativa	347 572,89 €	Reabilitação do Bairro S. João de Deus – Fase 1 e 2
13.	24144/19.6T8PRT	Tribunal Judicial do Porto - Juízo Local Cível - Juiz 6	António Sérgio Mendes Matos, Vânia Raquel Oliveira Baptista e Diogo Baptista Matos	Ação Cível	13 247,69 €	Empreitada de Reabilitação do "envelope" e instalação de sistema energético (solar) nos Blocos 3, 4, 6 e 8 e Requalificação da Associação Cultural e Desportiva do Conjunto de Habitação Pública Municipal do Falcão
14.	243/20.0BEPRT	TAF do Porto - Unidade Orgânica 1	J.C.N.F. - CONSTRUÇÃO LDA.	Ação administrativa de impugnação de ato administrativo	145 566,59 €	Obras de Manutenção Exterior dos Blocos 12 a 23 do Bairro do Conjunto de Habitação Pública Municipal do Bairro do Regado

Em conclusão, é convicção da Domus Social que não existe fundamento para a atribuição de qualquer compensação financeira adicional nas situações acima descritas. Não obstante, não se ignora o risco

remoto, sempre existente em situações desta natureza contenciosa, poderem vir a ser desfavoráveis em sede de decisão judicial.

## 9 – CONCLUSÃO

O cumprimento integral dos Instrumentos de Gestão Previsional no período 2021-2023 gera resultados operacionais positivos ao longo do triénio no montante de 73 588 €.

Os Instrumentos de Gestão Previsional geram resultados líquidos positivos, que resultam essencialmente da evolução dos resultados financeiros.

Apresentamos alguns indicadores no quadro seguinte:

INDICADORES	ANO 2021	ANO 2022	ANO 2023
Liquidez geral	1,10	1,15	1,23
Autonomia financeira	14,0%	14,7%	16,6%
Autofinanciamento (RL + Depreciações/Amortizações)	316 957	304 095	201 282

## B. ORÇAMENTO DE EXPLORAÇÃO PREVISIONAL

Unidade monetária €  
ANO 2021

DEMONSTRAÇÃO PREVISIONAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS	NOTAS	
<b>RENDIMENTOS E GASTOS</b>		
VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	IV-A-3	29 886 937,46
RENDAS EMITIDAS	IV-A-3	9 175 705,60
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO OBTIDOS	II-3 / IV-A-3	737 956,36
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS	IV-A-4.1	-176 010,49
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	IV-A-4.1	-35 213 372,01
GASTOS COM PESSOAL	IV-A-4.2	-3 968 138,40
IMPARIDADE DE DIVIDAS A RECEBER (PERDAS/REVERSÕES)		-112 223,10
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS		8 260,06
OUTROS GASTOS E PERDAS		-34 530,23
<b>Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento</b>		<b>304 585,24</b>
GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	IV-A-4.3	-280 703,68
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)</b>		<b>23 881,56</b>
JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS	IV-A-5	16 931,86
JUROS E GASTOS SIMILARES SUPOSTADOS	IV-A-5	0,00
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>40 813,42</b>
IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	IV-A-6	-4 560,31
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>36 253,10</b>



## C. ORÇAMENTO DE TESOURARIA PREVISIONAL

DEMONSTRAÇÃO PREVISIONAL DOS FLUXOS DE CAIXA		NOTAS	Unidade monetária € ANO 2021
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Recebimentos de clientes	IV-A-3		30 518 637,20
Rendas emitidas	IV-A-3		9 063 482,50
Subsídio à exploração	II-3 / IV-A-3		711 160,01
Pagamentos a fornecedores	IV-A-4.1		-36 730 534,44
Pagamentos ao pessoal	IV-A-4.2		-3 937 274,37
Caixa gerada pelas operações			-374 529,10
Recebimento/pagamento de imposto sobre o rendimento	IV-A-6		-4 337,31
Outros recebimentos / pagamentos	IV-A-3		1 778 564,48
<b>FLUXO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			<b>1 399 698,07</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis e intangíveis	IV-A-2/IV-A-4.3		-314 365,19
Investimentos financeiros	IV-A-4.2		-5 137,08
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares	IV-A-5		1 684,66
<b>FLUXO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			<b>-317 817,61</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
<b>FLUXO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			<b>0,00</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes</b>			<b>1 081 880,46</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>			<b>1 143 679,76</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>			<b>2 225 560,22</b>



## D. BALANÇO PREVISIONAL

Unidade monetária €


BALANÇO PREVISIONAL	NOTAS	31/dez/21
<b>ATIVO</b>		
<b>ATIVO NÃO CORRENTE</b>		
Ativos fixos tangíveis	IV-A-2/IV-A-4.3	273 556,74
Ativos intangíveis	IV-A-2/IV-A-4.3	360 812,20
Outros ativos financeiros	IV-A-4.2/IV-A-7.1	3 007 916,07
		<u>3 642 285,01</u>
<b>ATIVO CORRENTE</b>		
Inventários		73 013,04
Clientes, contribuintes e utentes	IV-A-3	989 997,28
Estado e outros entes públicos	IV-A-4.2/IV-A-6/IV-A-7.2	335 436,18
Outras contas a receber	IV-A-7.5	1 144 104,32
Diferimentos	IV-A-7.4	108 174,07
Caixa e depósitos	IV-A-7.2	2 225 560,22
		<u>4 876 285,10</u>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>8 518 570,11</b>
<b>PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>		
Património / Capital	IV-A-7.7	500 000,00
Reservas	IV-A-7.6	111 595,24
Resultados transitados		541 820,35
Resultado líquido do período	IV-B	36 253,10
<b>TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>		<u>1 189 668,69</u>
<b>PASSIVO</b>		
<b>PASSIVO NÃO CORRENTE</b>		
Provisões		1 000,00
Outras contas a pagar		2 977 331,05
		<u>2 978 331,05</u>
<b>PASSIVO CORRENTE</b>		
Fornecedores	IV-A-4.1	1 514 714,05
Estado e outros entes públicos	IV-A-4.2/IV-A-6/IV-A-7.3	115 236,11
Outras contas a pagar	IV-A-7.5	2 720 620,21
		<u>4 350 570,37</u>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>7 328 901,42</b>
<b>TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO</b>		<b>8 518 570,11</b>

Porto, 22 de outubro de 2020

O Conselho de Administração,



(Fernando Paulo Ribeiro de Sousa)



(Filipa Alexandra Dias Pereira de Sousa Melo Tavares)



(João André Gomes Gonçalves Sendim)



## V. ANEXO I – CONTRATO DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS, EDIFÍCIOS E INFRAESTRUTURAS PARA O TRIÉNIO 2021-2023

### CONTRATO DE MANDATO CMP

(Un.: euro)

Designação	2021	2022	2023
<b>1 COESÃO E AÇÃO SOCIAL</b>			
1.1 Ação e Solidariedade Social	400 000	400 000	400 000
Candidatura AIIA	201 431	0	0
1.2 Parque Habitacional Social			
Habitação Social	23 470 016	23 354 854	5 940 950
Outros projetos - Condominhas	761 586	0	0
<b>subtotal</b>	<b>24 833 033</b>	<b>23 754 854</b>	<b>6 340 950</b>
<b>5 URBANISMO E REABILITAÇÃO URBANA</b>			
5.1 Reabilitação urbana, planeamento e gestão urbanística	300 000	300 000	300 000
<b>subtotal</b>	<b>300 000</b>	<b>300 000</b>	<b>300 000</b>
<b>6 EDUCAÇÃO</b>			
6.1 Promover e fomentar a educação	1 750 000	800 000	800 000
<b>10 DESPORTO E ANIMAÇÃO</b>			
10.1 Incentivar e dinamizar o desporto e animação da cidade	700 000	100 000	100 000
<b>13 GOVERNÂNCIA DA CÂMARA</b>			
13.1 Funcionamento dos serviços	1 750 000	1 000 000	1 000 000
Painéis fotovoltaicos	850 000	10 000	10 000
<b>subtotal</b>	<b>2 600 000</b>	<b>1 010 000</b>	<b>1 010 000</b>
<b>Total</b>	<b>30 183 033</b>	<b>25 964 854</b>	<b>8 550 950</b>



## VI. ANEXO II – PARECER DO FISCAL ÚNICO

**RSM & Associados – Sroc, Lda**

Av. do Brasil, 15-1º 1749-112 Lisboa (Sede)

**T:** +351 21 3553 550 **F:** +351 21 3561 952 **E:** geral.lisboa@rsmpt.pt

Rua da Saudade, 132-3º 4150-682 Porto

**T:** +351 22 2074 350 **F:** +351 22 2081 477 **E:** geral.porto@rsmpt.pt

www.rsmpt.pt

## PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

### Introdução

Nos termos do artigo 25.º, número 6, alínea j), da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, procedemos à revisão dos Instrumentos de Gestão Previsional (IGP) de **CMPH – DomusSocial – Empresa de Habitação e Manutenção do Município do Porto, E.M.** (a Entidade), relativos ao período de 2021 a 2023, que compreendem os Planos anual e plurianual de atividades, investimento e financeiro, o Orçamento anual de exploração, o Orçamento anual de tesouraria e o Balanço previsional, incluindo os pressupostos em que se basearam, os quais se encontram descritos no ponto IV-A. Adicionalmente, e com vista a dar cumprimento à Norma de Contabilidade Pública n.º 26, que integra o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), foram preparadas Demonstrações orçamentais previsionais que incluem o Orçamento e plano orçamental plurianual e o Plano plurianual de investimentos, os quais fazem parte integrante dos Instrumentos de Gestão Previsional em apreciação.

### Responsabilidades do órgão de gestão sobre os instrumentos de gestão previsional

É da responsabilidade do órgão de gestão a preparação e apresentação de Instrumentos de Gestão Previsional e a divulgação dos pressupostos em que as previsões neles incluídas se baseiam. Estes Instrumentos de Gestão Previsional são preparados nos termos exigidos pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

### Responsabilidades do auditor sobre a revisão dos instrumentos de gestão previsional

A nossa responsabilidade consiste em (i) avaliar a razoabilidade dos pressupostos utilizados na preparação dos Instrumentos de Gestão Previsional; (ii) verificar se os Instrumentos de Gestão Previsional foram preparados de acordo com os pressupostos; e (iii) concluir sobre se a apresentação dos Instrumentos de Gestão Previsional é adequada, e emitir o respetivo relatório.

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade 3400 (ISAE 3400) – Exame de Informação Financeira Prospetiva, e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.



**THE POWER OF BEING UNDERSTOOD**  
AUDIT | TAX | CONSULTING



### Matérias relevantes a enfatizar

1. O modelo de projeções financeiras que suporta os instrumentos de gestão previsional em apreciação, tem como ano base das previsões financeiras o exercício de 2020. Consequentemente, a sua construção exigiu estimar, de acordo com a informação disponibilizada pelo Conselho de Administração, o resultado líquido e os saldos de balanço reportados a 31 de dezembro de 2020. Estas demonstrações financeiras devem ser apresentadas de acordo com a estrutura concetual do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), que entrou em vigência no dia 1 de janeiro de 2020, encontrando-se presentemente em apreciação eventuais ajustamentos de transição para o novo normativo contabilístico. Consequentemente, o património líquido estimado, reportado a 31 de dezembro de 2020 e que serviu de ano base às projeções dos IGP em apreciação, poderá estar sujeito a alterações, bem como poderão ser distintos os fluxos financeiros, devido ao impacto das diferenças entre os saldos das demonstrações financeiras estimadas e os saldos finais que se vierem a apurar.
2. Para o período de 2021, a Entidade, está dependente do Município do Porto no que respeita ao financiamento das obras de habitações devolutas e de requalificação do parque de habitação pública municipal, bem como de outras rubricas do Orçamento anual de exploração, pelo que, atrasos significativos nos fluxos financeiros para financiamento destas componentes da sua atividade poderão afetar as condições de exploração e o equilíbrio financeiro da Entidade.
3. Em 2013, a Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) indeferiu um pedido de revisão oficiosa apresentado pela Entidade, em sede do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), por imposto liquidado em excesso ao Município do Porto, e ao abrigo do qual regularizou a seu favor, no ano de 2012, o montante de aproximadamente 525.000 euros, relativo ao período de julho a dezembro de 2008, no âmbito de uma revisão dos procedimentos adotados na liquidação de IVA nas transações entre a Entidade e o Município do Porto. Após decisão do Tribunal Arbitral favorável à Entidade e de outros desenvolvimentos processuais, aguarda-se prolação de Acórdão pelo Tribunal Central Administrativo Sul, com pronúncia de mérito da questão submetida a apreciação judicial. Adicionalmente, em janeiro de 2014, em razão da aplicação dos mesmos procedimentos, a Entidade apresentou novo pedido de revisão oficiosa, de acordo com o disposto no artigo 78º da Lei Geral Tributária e do artigo 98º do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, por imposto liquidado em excesso relativo aos anos de 2010 e 2011, e ao abrigo do qual regularizou a seu favor, em 2014, o montante de aproximadamente 1.456.000 euros, tendo a AT indeferido o pedido de revisão oficiosa e a Entidade decidido recorrer da decisão para o Tribunal Arbitral, o qual julgou a ação improcedente. A Entidade interposto recurso jurisdicional, estando o processo a aguardar prolação de Acórdão pelo Supremo Tribunal Administrativo.

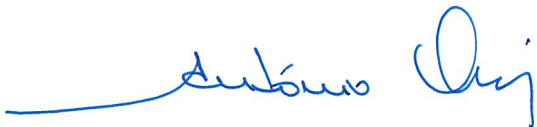
O balanço previsional para o ano de 2021, reflete a liquidação dos montantes acima referidos e de um passivo relacionado de aproximadamente 1.456.000 euros, no pressuposto de que as decisões serão favoráveis à Entidade. No entanto, caso as decisões sejam desfavoráveis, a recuperabilidade líquida depende da reversão dos movimentos acima referidos, a efetuar com Município do Porto, e do recebimento pela Entidade do valor líquido no montante de aproximadamente 525.000 euros.

### Conclusão e opinião

Baseado na nossa avaliação da prova que suporta os pressupostos, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que esses pressupostos não proporcionam uma base razoável para as previsões contidas nos Instrumentos de Gestão Previsional da Entidade acima indicados. Além disso, em nossa opinião, as demonstrações financeiras prospetivas estão devidamente preparadas com base nos pressupostos e apresentadas numa base consistente com as políticas contabilísticas normalmente adotadas pela entidade de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística adotado em Portugal.

Devemos, contudo, advertir que, frequentemente, os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais serão provavelmente diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

Porto, 22 de outubro de 2020



RSM & ASSOCIADOS – SROC, LDA.

Representada por António Gerardo Pinheiro de Oliveira (ROC n°945)  
registado na CMVM com o n° 20160562







INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL  
PARA O PERÍODO 2021 - 2025

## ÍNDICE

INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL	1
PARA O PERÍODO 2021 - 2025	1
PREÂMBULO	2
I – PLANOS ANUAIS E PLURIANUAIS	11
A – ENQUADRAMENTO	12
B – PLANO DE ATIVIDADES ANUAL E PLURIANUAL	19
C - PLANO DE INVESTIMENTO ANUAL E PLURIANUAL	25
D - PLANO FINANCEIRO ANUAL E PLURIANUAL	31
E – DEMONSTRAÇÕES PREVISIONAIS – NCP 26	33
II – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PREVISIONAIS PARA O PERÍODO 2021-2025	35
A – NOTAS EXPLICATIVAS AO ORÇAMENTO PARA O PERÍODO 2021 – 2025 E PRESSUPOSTOS	36
B – ORÇAMENTO DE EXPLORAÇÃO	56
C – ORÇAMENTO DE TESOURARIA	57
D – BALANÇO PREVISIONAL	58
III – EQUILÍBRIO ECONÓMICO-FINANCEIRO	59
ANEXO 1 – PREVISÃO DE OBRA A EXECUTAR PARA O MUNICÍPIO DO PORTO EM 2021-2025	62
ANEXO 2 – PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS/FISCAL ÚNICO	64

PREÂMBULO



## 1 - BREVE RESENHA HISTÓRICA

Com o objetivo do exercício da atividade de gestão de obras públicas para a autarquia portuense e para outras entidades, públicas ou privadas, foi criada em 9 de agosto de 2000 a Empresa Municipal de Gestão e Obras do Porto (adiante designada apenas de "GO Porto"). Enquanto empresa municipal local de promoção do desenvolvimento regional e detida a 100% pelo Município do Porto, a GO Porto viu o seu objeto social ser alterado, em finais de 2016, no sentido de lhe conferir as competências necessárias para uma direção integral dos empreendimentos que gere, desde a elaboração e concretização de planos e projetos, até à execução e pós-garantia de empreitadas, que assegurem a promoção, construção, renovação, reabilitação, beneficiação, gestão e exploração do património não habitacional e das infraestruturas urbanísticas.

Decorrente da alteração estatutária acima referida, a GO Porto viu a sua área de atuação evoluir de uma estrutura organizativa meramente prestadora de serviço - e que limitava o seu objeto social às fases de promoção, construção, renovação, beneficiação e conservação, *stricto sensu*, do património e das infraestruturas do Município do Porto -, para uma estrutura comprometida com a gestão integral do ciclo de vida dos empreendimentos, num contexto assim de novas competências, conforme se demonstra no quadro síntese seguinte:

### Ciclo de Vida dos Empreendimentos

Etapas e Donos	Até 2016	A partir de 2017
<b>1. Avaliação <i>ex-ante</i> da necessidade</b>	CMP/GOP	GO Porto
<b>2. Elaboração de projetos e colaboração na obtenção de fundos</b>	CMP/GOP	GO Porto
<b>3. Procedimentos de formação de contratos</b>	GO Porto	GO Porto
<b>4. Celebração de contratos e assunção de compromissos</b>	GO Porto	GO Porto
<b>5. Execução e gestão do contrato até à sua receção</b>	GO Porto	GO Porto
<b>6. Manutenção e exploração de empreendimentos delegados</b>	CMP	GO Porto

A GO Porto encontra-se, assim, neste quadro incrementado de competências, mais apta a planejar ações e a gerir as diversas fases dos empreendimentos que administra, podendo definir ou ajustar, em cada uma destas fases, a estratégia a implementar, retirando daí novos ensinamentos e aprendizagens para o futuro. Em resultado direto da adequação da estrutura da empresa a estas novas exigências - que vem convocando a mobilização de adicionais e especializados recursos humanos, materiais e tecnológicos -, o custo de estrutura realizado da GO Porto, com a devida

cabimentação orçamental, vem evoluindo em alta face aos valores históricos da empresa que foram verificados até ao exercício de 2016.

## 2 – PROCEDIMENTO DE INFORMAÇÃO DAS EMPRESAS LOCAIS

Conforme resulta do estabelecido nos artigos 21.º e 23.º dos estatutos da GO Porto, e nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 42.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, o Conselho de Administração apresenta os **Instrumentos de Gestão Previsional (IGP)** para o Período 2021-2025.

Resulta do referido artigo 42.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que as empresas locais devem facultar, de forma completa e atempadamente, os seguintes elementos aos órgãos executivos das respetivas entidades públicas participantes, tendo em vista o seu acompanhamento e controlo:

- a) Projetos dos planos de atividades anuais e plurianuais;
- b) Projetos dos orçamentos anuais, incluindo a estimativa das operações financeiras com o Estado e as autarquias locais;
- c) Planos de investimento anuais e plurianuais e respetivas fontes de financiamento;
- d) Documento de prestação anual de contas;
- e) Relatórios trimestrais de execução orçamental;
- f) As demais informações e documentos que sejam solicitados para o acompanhamento sistemático da situação da Empresa local e da sua atividade.

Em conformidade com o determinado pelo artigo 19.º dos seus estatutos, alinhado com o regulado na Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, mais concretamente no seu artigo 25.º, n.º 6, alínea j), cabe ao Fiscal Único a emissão de um parecer sobre o presente documento.

Assim, apresenta-se para aprovação da Câmara Municipal do Porto e da Assembleia Municipal do Porto, nos termos do artigo 42.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, nos termos da alínea b), do n.º 5 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e de acordo com o disposto nos artigos 21.º e 23.º dos estatutos da Empresa, os Instrumentos de Gestão Previsional. Do presente documento faz parte integrante o parecer do Fiscal Único, tal como determina o já citado artigo 25.º, n.º 6, alínea j), da referida Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.



### 3 – NORMAS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

As preocupações inerentes à gestão económica, eficiente e eficaz das atividades desenvolvidas pela Empresa Municipal de Gestão e Obras do Porto - “GO Porto”, no âmbito das suas atribuições, aconselham a adoção de mecanismos reguladores e de ações de controlo.

Considera-se, assim, conveniente o estabelecimento de um conjunto de regras e princípios definidoras de políticas, métodos e procedimentos que contribuam para assegurar o desenvolvimento das suas atividades de forma ordenada e eficiente, incluindo a salvaguarda dos ativos, a prevenção e deteção de situações de ilegalidade, fraude e erro, a exatidão e a integridade dos registos contabilísticos e a preparação oportuna de informação financeira fiável. É ao abrigo destes princípios que se enquadram os artigos seguintes:

#### Artigo 1.º

##### Definição e objeto

1. O presente normativo estabelece regras e procedimentos complementares necessários ao cumprimento das disposições constantes das redações atuais do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro e do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro (POCAL), na parte não revogada pelo SNC-AP, pontos 2.9, 3.3 e 8.3.1, relativos, respetivamente, ao controlo interno, às regras previsionais e às modificações do orçamento, constituindo estes diplomas legais, o quadro normativo aplicável à execução do IGP 2021-2025, atentos os objetivos de rigor e contenção orçamental.
2. Sem prejuízo do disposto no presente normativo, são também aplicáveis à execução dos IGP, as disposições constantes do Manual de Qualidade e as disposições previstas nos processos e procedimentos do sistema de gestão da qualidade da empresa.

#### Artigo 2.º

##### Execução orçamental

1. O ciclo orçamental da receita deverá obedecer às seguintes fases executadas de forma sequencial: inscrição de previsão de receita, liquidação e recebimento, sem prejuízo de eventuais anulações de receita emitida que corrijam a liquidação ou de eventuais reembolsos e restituições que corrijam o recebimento e, eventualmente, a liquidação. A liquidação pode exceder a previsão de receita, sendo que só poderão ser liquidadas receitas que sejam legais, tenham sido objeto de correta inscrição orçamental, estejam classificadas e haja o cumprimento do princípio da segregação de funções.
2. O ciclo orçamental da despesa deverá obedecer às seguintes fases executadas de forma sequencial: inscrição de dotação orçamental, cabimento, compromisso, obrigação e pagamento, sem prejuízo de eventuais reposições





abatidas aos pagamentos que para além de corrigirem os pagamentos podem igualmente corrigir todas as fases a montante até ao cabimento. O cabimento não pode exceder a dotação disponível, assim como o compromisso não pode exceder o respetivo cabimento. A obrigação não pode exceder o valor do compromisso, assim como o pagamento não pode exceder o valor da obrigação. Os limites definidos devem ser aferidos por transação ou evento e segundo as classificações orçamentais vigentes. Nenhuma despesa pode ser autorizada que não respeite:

- a) A legalidade da despesa/conformidade legal no que respeita à natureza do encargo a incorrer;
- b) A legalidade do facto gerador da obrigação, nomeadamente o cumprimento do Código dos Contratos Públicos;
- c) O cumprimento do princípio da segregação de funções;
- d) A regularidade financeira;
- e) A economia, eficiência e eficácia da despesa.

3. Na execução dos documentos previsionais dever-se-á ter sempre em conta os princípios da utilização racional das dotações aprovadas e da gestão eficiente da tesouraria. Segundo estes princípios a assunção de encargos geradores de despesa deve ser justificada quanto à necessidade, utilidade e oportunidade.

4. A adequação dos fluxos de caixa das receitas às despesas realizadas, de modo a que seja preservado o equilíbrio financeiro, obriga ao estabelecimento das seguintes regras:

- a) registo, no início do ano económico, de todos os compromissos assumidos nos anos anteriores que tenham fatura ou documento equivalente associados e não pagos (dívida transitada);
- b) registo, no início do ano económico, de todos os compromissos assumidos em anos anteriores sem fatura associada;
- c) registo dos compromissos decorrentes de reescalonamento dos compromissos contratualizados para 2021 e para os anos futuros.

### **Artigo 3.º**

#### **Modificações ao IGP**

Esta empresa municipal, baseada em critérios de economia, eficácia e eficiência, tomará as medidas necessárias à gestão rigorosa das despesas, reorientando, através do mecanismo das modificações orçamentais as dotações disponíveis de forma a permitir uma melhor satisfação dos objetivos estabelecidos pelo Município do Porto, nos seus contratos com a empresa municipal (Contrato de Gestão de Empreendimentos e Contrato Programa), com o menor custo financeiro, no cumprimento estrito das regras orçamentais previstas em sede do normativo do SNC-AP.

### **Artigo 4.º**

#### **Gestão de Ativos da Empresa Municipal**

1. A Gestão do Património da empresa municipal executar-se-á nos termos do disposto nos processos e procedimentos do sistema de gestão da qualidade da empresa.



2. As aquisições de ativos efetuam-se de acordo com o plano plurianual de investimentos e com base nas orientações do Conselho de Administração, através de proposta de aquisição por parte dos serviços.

#### **Artigo 5.º**

##### **Gestão de stocks**

1. A Gestão de Stocks da empresa municipal executar-se-á nos termos do disposto nos processos e procedimentos do sistema de gestão da qualidade da empresa.
2. O stock de bens será um recurso de gestão a usar apenas no estritamente necessário à execução das atividades desenvolvidas pelos serviços.
3. A proposta de abate de artigos em stock carece de proposta do dirigente máximo responsável pela unidade orgânica ao qual esteja afeto o armazém a ser submetida ao Conselho de Administração.

#### **Artigo 6º**

##### **Assunção de compromissos plurianuais**

1. Fica autorizada, pela Assembleia Municipal, a assunção de compromissos plurianuais que respeitem as regras e procedimentos previstos na Lei e nos presentes IGP, e que resultem de projetos ou atividades constantes na Demonstração Previsional de Orçamento e Plano Orçamental Plurianual do Plano Plurianual de Investimento.
2. Excetuam-se do disposto no número anterior os casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento de despesa e que não esteja ao abrigo do Contrato de Gestão de Empreendimentos, uma vez que qualquer aumento de despesa neste último tem de ser aprovado pela Assembleia Municipal.

#### **Artigo 7º**

##### **Fundos disponíveis - Utilização do saldo de gerência anterior**

Considera-se autorizada a utilização do saldo das operações orçamentais transitado da gerência de 2020, para efeitos de cálculo dos fundos disponíveis para o mês de janeiro de 2021, sendo esta utilização distinta da sua integração no orçamento para 2020, que ocorre nos termos da legislação em vigor.

#### **Artigo 8.º**

##### **Autorizações assumidas**

1. Consideram-se autorizadas na data do seu vencimento, e desde que os compromissos assumidos estejam em conformidade com as regras e procedimentos previstos na legislação em vigor e nas presentes IGP, as seguintes despesas:

- a) Vencimentos e salários;
- b) Subsídio familiar a crianças e jovens;





- c) Gratificações, pensões de aposentação e outras;
- d) Encargos de empréstimos;
- e) Rendas;
- f) Contribuições e impostos, reembolsos e quotas ao Estado ou organismos seus dependentes;
- g) Água, energia elétrica, gás;
- h) Comunicações telefónicas e postais;
- i) Prémios de seguros;
- j) Obrigações resultantes de sentenças judiciais;
- k) Publicações obrigatórias na Imprensa Nacional e publicações de anúncios no Diário da República;

Município do Porto

- l) Emolumentos do Tribunal de Contas;
- m) Encargos de natureza judicial de tramitação processual corrente;
- n) Encargos de instituições bancárias.

2. Consideram-se igualmente autorizados os pagamentos às diversas entidades por caixa, desde que estejam em conformidade as disposições previstas nos processos e procedimentos do sistema de gestão da qualidade da empresa.

#### **4 – NOTAS PRÉVIAS FINAIS AOS IGP 2021 – 2025:**

##### **4.1. O novo Sistema de Normalização Contabilística para Administrações Públicas (SNC-AP).**

Até 31 de dezembro de 2019, as demonstrações financeiras da GO Porto foram preparadas de acordo com o referencial contabilístico nacional “Sistema de Normalização Contabilística” (SNC), integrando as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro e as Normas Interpretativas, nos termos do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, e respetivas alterações subsequentes.

##### **4.1.1. A passagem do SNC para o SNC-AP.**

Por força do Decreto-Lei n.º 134/2012, de 29 de junho, e com o objetivo de resolver a fragmentação e inconsistências da normalização contabilística existente em Portugal - resultantes do avanço do SNC no sentido da adoção de normas adaptadas das normas internacionais de contabilidade (IAS/IFRS) e da manutenção de um sistema contabilístico no setor público baseado em normas nacionais, entretanto, revogadas como o Plano Oficial de Contabilidade (POC) -, o Governo de então incumbiu a CNC (Comissão de Normalização Contabilística) de elaborar um novo sistema contabilístico para as administrações públicas, mais consistente com o SNC e com as Normas Internacionais de Contabilidade Pública (IPSAS), e que permitisse resolver os problemas sérios de inconsistência técnica ao nível da



consolidação de contas no setor público, devido a ajustamentos indesejáveis e a falta de fiabilidade da informação gerada em sede da sua integração. Esta reforma ficou materializada com a elaboração e publicação do SNC-AP, nos termos do Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro, e que dota as Administrações Públicas de um sistema orçamental e financeiro convergente com os sistemas adotados a nível internacional, institucionalizando o Estado como entidade que relata, mediante a apresentação de demonstrações orçamentais e financeiras, reforçando a base de acréscimo na contabilidade e relato financeiro das entidades públicas, sem prejudicar a informação de base de caixa, uniformizando os procedimentos para a consolidação de contas de grupos públicos e das contas individuais, quer de demonstrações financeiras quer de demonstrações orçamentais e, por fim, contemplando três subsistemas articulados de informação:

- Contabilidade Orçamental
- Contabilidade Financeira
- Contabilidade de Gestão

Conforme previsto nos pontos 1 e 2 do Artigo 3.º do suprarreferido Decreto-Lei, o SNC-AP aplica-se a todos os serviços e organismos da administração central, regional e local que não tenham natureza, forma e designação de empresa, ao subsetor da segurança social, e às entidades públicas reclassificadas, entendendo-se por entidades públicas reclassificadas as entidades que, independentemente da sua forma ou designação, tenham sido incluídas nos subsectores da administração central, regional, local e segurança social das administrações públicas, no âmbito do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais, nas últimas contas setoriais publicadas pela autoridade estatística nacional, nelas inserindo-se, assim, a GO Porto.

#### **4.1.2. O SNC-AP como normativo contabilístico na GO Porto a partir de 01-01-2020.**

Inicialmente, com entrada em vigor prevista para 1 de janeiro de 2018 e após sucessivos adiamentos, o SNC-AP arrancou oficialmente a 1 de janeiro de 2020, passando a ser, a partir desta data, o normativo contabilístico aplicado na GO Porto.

Neste sentido, e apesar de, até à presente data, persistirem algumas indefinições por parte das entidades reguladoras, nomeadamente, por parte da DGAL, quanto à definição dos mapas legais SNC-AP e à disponibilização da plataforma informática SISAL de suporte, a GO Porto procedeu à elaboração dos IGP 2021 – 2025 segundo os normativos contabilísticos do SNC-AP, com as devida reclassificações, por exemplo, ao nível da demonstração de resultados por natureza, face ao regime contabilístico anterior (SNC).

#### 4.2. A pandemia mundial provocada pelo vírus SARS-CoV-2.

No âmbito das projeções de gastos, ganhos e investimentos incorporadas nos IGP 2021 – 2025, e tendo presente o elevado grau de imprevisibilidade à volta da forma (duração e gravidade) como a pandemia mundial provocada pelo vírus SARS-CoV-2 poderá vir a evoluir nos próximos meses, pretende-se neste ponto ressaltar, como hipótese, a necessidade de uma revisão extraordinária deste plano, que permita reequilibrar as projeções inicialmente efetuadas, dentro dos novos limites indicados pelo município do Porto.

Não obstante, e à semelhança das medidas tomadas aquando da primeira vaga pandémica em março de 2020, a GO Porto vem dando cumprimento, no âmbito da sua atividade operacional de gestão de empreendimentos (obra), a todas as normas de prevenção e controlo emitidas pela DGS, promovendo em obra e em articulação direta com as demais entidades terceiras envolvidas, a aplicação das medidas preconizadas para o Setor da Construção Civil. Neste sentido, a empresa considera que estão preparados e implementados procedimentos diversos, tais como, de segurança e higiene nas áreas dos estaleiros de construção e de ações de sensibilização e formação de trabalhadores em obra, entre outras inúmeras medidas relacionadas com o assunto, todas visando conter a possibilidade de contágio e propagação dessa pandemia em ambiente de obra. Com estas medidas, vem sendo possível dar seguimento à execução dos empreendimentos sem ocorrências de maior que ponham em causa, de forma expressiva, os prazos e valores de execução acordados, razão pela qual, no período de plano 2021 – 2025, é mantida a estimativa de uma atividade operacional normal, dentro das expectativas e pretensões recebidas do município do Porto e demais clientes.

Da mesma forma, e no que concerne à atividade operacional de gestão e exploração, ressalva-se que a GO Porto estima, para o período em plano, dar seguimento normal à gestão dos imóveis atribuídos pelo município do Porto, prevendo-se que as medidas que estão a ser tomadas de prevenção e proteção contra os riscos da presente pandemia – dando cumprimento às normas de prevenção e controlo emitidas pela DGS -, possam permitir ultrapassar os impactos negativos daí decorrentes, sem que estes prejudiquem extraordinariamente o volume esperado de negócio. Neste sentido, e também à semelhança das medidas tomadas aquando da primeira vaga pandémica em março de 2020, a GO Porto providenciará, sempre que necessário, procedimentos adequados de controlo e prevenção, em total proximidade com os clientes e comerciantes dos espaços que gere, tais como, difundindo informações oficiais, realizando ações de sensibilização e formação no âmbito da prevenção do COVID-19, reavaliando os espaços e os períodos de funcionamento, reequacionando eventuais processos de isenção temporária de pagamento de preços de ocupação – em caso de encerramento e/ou suspensão de exercício da atividade -, entre outras medidas que, oportunamente, possam ser consideradas como necessárias implementar.

**Nota final:** Todos os montantes inscritos neste documento estão expressos em Euros.

**Gestão e Obras do Porto**

Rua do Eng.º Ferreira Dias, 954, Escritório 5  
4149-008 Porto  
T. +351 228 339 300  
F. +351 228 339 310  
www.goporto.pt



I – PLANOS ANUAIS E PLURIANUAIS



## A – ENQUADRAMENTO

### 1 – INTRODUÇÃO

Conforme referido atrás no Ponto 1 – Breve Resenha Histórica, verificada a ampliação do objeto social da GO Porto, a empresa passou a inscrever nos seus planos plurianuais, empreendimentos aos nível das suas duas áreas de negócio, Produção e Gestão e Exploração, detalhados em procedimentos especializados de planeamento e execução de projetos, de obras em vias e edifícios, e de gestão e exploração de imóveis, tendo por objetivo responder às exigências dos seus clientes e cumprindo, rigorosamente, com a sua missão de prestar um serviço de excelência, alicerçado no conhecimento técnico, na inovação, no controlo de prazos e na racionalização de custos.

### 2 – OBJETIVOS PARA O PERÍODO 2021-2025

Tendo por orientação o atual regime jurídico da atividade empresarial local aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, a GO Porto prosseguirá, em 2021, a sua atividade de promoção do desenvolvimento local e regional, com a pretensão de assegurar a grande reabilitação dos edifícios não habitacionais e a gestão integrada de todo ciclo de vida das infraestruturas urbanas do Município do Porto, cuja exploração e rentabilização lhe seja delegada. Para o efeito, e conforme decorre do n.º 2 do artigo 36.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, esta atividade tem assento em adjudicações de serviços por intermédio, por um lado, de um contrato denominado de **Contrato de Gestão de Empreendimentos (CGE)**, atualmente em vigor para o triénio 2020 – 2022, segundo os termos do seu 1.º aditamento, firmado a 27-04-2020, reiterando o típico processo de ligação institucional que vem, desde a sua fundação, a manter com o município do Porto e, por outro lado, no âmbito do n.º 1 do artigo 50.º, de um **Contrato-Programa (CP)**, atualmente em vigor para o triénio 2018 – 2020, segundo os termos do seu 1.º aditamento, firmado a 18-11-2019, no qual, constam a missão, as obrigações e as responsabilidades da GO Porto como Empresa Municipal orientada para a consecução dos objetivos, políticas e estratégias municipais nele indicados.

De referir, igualmente, que à data do presente relatório, e face à revisão do nível de atividade operacional previsto no âmbito da sua área de gestão de empreendimentos (obras) para o próximo exercício e seguintes, a GO Porto irá submeter à aprovação do município do Porto, uma proposta de 2.º aditamento ao CGE 2020 – 2022, nesta medida, ajustando os calendários financeiros dos empreendimentos pretendidos pela Autarquia, com as respetivas projeções feitas em sede deste orçamento. Complementarmente, e dado o término este ano do CP 2018 – 2020 em vigor, a GO Porto irá também submeter à aprovação do município do Porto uma proposta de um novo CP para o triénio 2021 – 2023, observando-se assim um enquadramento temporal preciso entre ambos os contratos (CP e CGE).



Tomando em consideração a importância do seu objeto social no universo municipal, a GO Porto dará continuidade, em 2021, à sua estratégia de reforçar a colaboração com as diversas estruturas orgânicas da Câmara Municipal do Porto que tutelam os empreendimentos em curso, bem como e, de igual forma, com as demais entidades participadas pelo Município. Com base nesta estratégia, a GO Porto está em condições de garantir, durante o período 2021 – 2025, o rigoroso cumprimento dos contratos celebrados com os seus clientes, procurando atingir, por um lado, os objetivos traçados pela gestão da empresa - inscritos e comunicados através do Sistema Geral da Qualidade – e, por outro lado, procurando rentabilizar os seus recursos e know-how, ao lançar esforços no sentido de alargar a sua atuação a outros mercados fora da esfera exclusiva do município do Porto – embora sempre a ele subordinada e/ou interligada –, como via possível, através da margem comercial obtida, para a redução do subsídio de estrutura obtido desta entidade.

Ainda no período de orçamento 2021 – 2025, e dando seguimento aos mecanismos e processos de trabalho que foram implementados, com sucesso, à luz de objetivos traçados em períodos anteriores, a GO Porto assumirá o objetivo de incrementar a evolução dos níveis de produtividade, em geral, da empresa e, em particular, de cada um dos seus trabalhadores. Neste sentido, e tendo por base objetivos coletivos, mensuráveis e controláveis, ao nível da empresa e das direções, o desafio passará igualmente por processos de autoaprendizagem, com estudo e a criação de soluções, mecanismos e instrumentos técnicos, jurídicos e de gestão, que permitam implementar opções que tornem a intervenção pública da GO Porto - quer ao nível das obras que executa, quer ao nível da gestão e exploração de infraestruturas, para as quais, está mandatada – mais controlada, com menos custos e melhores rentabilidades e garantias de perfeição.

Neste específico domínio da inovação, e orientada pela sua missão de prestar um serviço de excelência no segmento das obras e da gestão e exploração das infraestruturas e equipamentos que lhe sejam atribuídos pelo município do Porto ou por terceiros, a GO Porto dará, ao longo de todo o ciclo de vida dos empreendimentos que venha a gerir no âmbito destas áreas de negócio, plena expressão à solução técnico/contratual já, devida e adequadamente, testada e verificada por instâncias jurisdicionais de controlo, desta forma, cumprindo com a sua pretensão de ser uma referência no âmbito da atividade que desenvolve e na forma como presta os seus serviços, reconhecida pela sua competência, rigor e distinção.

#### 2.1. A imprevisibilidade associada à doença infecciosa COVID-19:

Não obstante, e tendo em consideração, por um lado, o carácter plurianual do planeamento de gastos, ganhos e investimentos relevados no presente orçamento e, por outro lado, o cenário ainda corrente de pandemia mundial provocado pelo vírus SARS-CoV-2, cuja propagação parece estar a iniciar, à data deste relatório, uma “segunda vaga” de contaminação, neste subponto pretende-se fazer notar que:





- Os planeamentos efetuados poderão resultar imprecisos, caso se venha a assistir a um agravamento expressivo da doença COVID-19 já a partir do início do exercício de 2021, com repercussão, direta e imediata, sobre as atividades operacionais da GO Porto, de gestão de empreendimentos (Direção de Produção) e de gestão e exploração de imóveis (Direção de Gestão e Exploração);

- Que, no entanto, e à semelhança das medidas tomadas pela empresa, no início de 2020, aquando da primeira vaga provocada pelo vírus suprarreferido – dando cumprimentos aos aconselhamentos e diretrizes da Direção-Geral da Saúde (DGS) -, a GO Porto permanecerá atenta ao desenrolar do assunto e, sempre em coordenação estreita com o município do Porto, providenciará com a antecedência possível, um Plano de Contingência com todas as medidas e ações necessárias à prevenção e mitigação dos impactos negativos que possam advir de tal cenário;

- Em relação à gestão de empreendimentos, será fundamental continuar a divulgar e promover, junto de todos os parceiros em obra, a aplicação de medidas específicas para o setor da Construção Civil, que venham a ser emanadas pelas autoridades legais competentes, sem que ocorrências desfavoráveis de maior, possam vir a pôr em causa a execução normal dos empreendimentos;

- Em relação à gestão e exploração de imóveis, e ainda para o período de orçamento (2021 – 2025), pretender-se-á salvaguardar com segurança o normal funcionamento dos imóveis que, já mandatados à GO Porto gerir, possam estar em plena atividade de exploração, tais como, o Mercado Temporário do Bolhão, em atividade desde maio de 2018, o Mercado do Bolhão, após a conclusão da sua empreitada de reabilitação e modernização, e o Antigo Matadouro Industrial do Porto, após o programa de intervenção que prevê a reconversão integral deste complexo, nos quais, serão vertidas em Plano de Contingência, todas as ações e medidas fundamentais, quer à proteção da saúde pessoal de comerciantes, público visitante e demais entidades relacionadas, quer à prossecução dos negócios existentes.

### **3 – GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS, PLANEAMENTO, EXECUÇÃO E CONTROLO**

A GO Porto continuará a desenvolver no período de plano 2021 – 2025, esforços adicionais de coordenação ao nível dos procedimentos de planeamento, execução e controlo de empreendimentos, tendo em vista, incrementar a gestão e monitorização dos seus processos de negócio. Foi neste sentido que, a partir de outubro de 2019, deu início na empresa uma prestação de serviços de consultoria na área de planeamento e gestão de processos. Pretende-se que o planeamento estratégico, enquanto processo que fixa as grandes orientações de melhoramento e fortalecimento da atuação da empresa no mercado, seja uma ferramenta de apoio à gestão, em concreto, no que às variáveis tempo e custo de execução diz respeito. Para o efeito, este serviço de planeamento e controlo de gestão focar-se-á em recolher



e disponibilizar informações aos quadros superiores da empresa para que estes, de uma forma mais suportada, sejam capazes de tomar boas decisões e no momento mais oportuno. Neste quadro de assessoria, a gestão da GO Porto pretende a obtenção de uma ferramenta de controlo e monitorização do plano de atividades dos seus empreendimentos, através da extração constante de informação relevante sobre os procedimentos, a iniciar e em curso, retratados em fluxogramas de tipificação de desvios, alertas e sugestões de melhoria contínua.

Conforme a seguir detalhado ao nível da área específica de Sistemas de Informação, a GO Porto manter-se-á atenta às necessidades que possam surgir no ajustamento ao seu modelo de gestão de empreendimentos e na modernização dos seus ativos tangíveis e intangíveis, neste caso, com ênfase nas atualizações das suas tecnologias informáticas de controlo, monitorização e gestão de procedimentos, aposta que nos últimos exercícios económicos permitiu incrementar a utilidade real das mesmas, enquanto motor eficiente de gestão documental e de definição de tarefas por processos, trazendo mais-valias e pluridisciplinaridade às vertentes gestão, jurídica e administrativa daqueles procedimentos.

Neste sentido, no período 2021 – 2025, e entre os principais investimentos previstos no âmbito da área de Sistemas de Informação, importa salientar os casos seguintes, alguns dos quais, relativos à procedimentos já iniciados em exercícios anteriores, e cujos valores de investimento/gastos encontram-se devidamente acautelados no presente IGP:

- Conclusão do procedimento de consultoria externa com vista à reestruturação da arquitetura dos Sistemas de Informação, a implementar durante os primeiros anos do plano. Conforme referido no exercício anterior, a reformulação dos atuais Sistemas de Informação poderá significar uma total reestruturação, ou apenas um projeto de implementação de interfaces entre as atuais soluções, estando previsto um investimento de € 300.000,00.
- Início da implementação da solução de Business Intelligence que, por razões judiciais, esteve suspensa até à data, havendo já um parecer judicial que aponta para uma decisão favorável à GO Porto e, conseqüentemente, o retomar da prestação de serviços. A solução de Business Intelligence irá substituir a solução atual de análise de dados, Oracle Discoverer, completamente obsoleta e sem suporte da fabricante. Pretende-se, assim, com esta implementação dotar a GO Porto de uma solução de análise e monitorização de dados robusta, dinâmica, flexível e de leitura gráfica, rápida e óbvia, imprescindível para incrementar a capacidade de gestão os diversos processos de negócio da empresa. O investimento desta rubrica mantém-se nos € 75.000,00.
- Locação de equipamento portátil e periféricos, para fazer face à Pandemia (Covid-19). O propósito deste investimento, e como principal objetivo, é dotar a GO Porto de todos os recursos tecnológicos (equipamentos portáteis e respetivos periféricos) para que os seus colaboradores – que, neste momento, possuem, equipamentos



fixos desadequados -, possam exercer as suas funções em regime de Teletrabalho. Para este investimento, está prevista uma dotação de, aproximadamente, € 45.000,00.

- Migração da solução Int'Graal (Gestão Documental/Processual) de um ambiente Windows (máquina virtual) para um ambiente Oracle Linux, com utilização do servidor físico de Base de Dados Oracle (ODA), fazendo com que a utilização dessa solução possa ser mais eficiente, visto que a sua utilização em ambiente Windows está a revelar-se incomportável para os utilizadores. Este processo prevê um conjunto de tarefas, puramente técnicas, com vista à preparação do referido servidor, migração da base de dados, testes de performance, acompanhamento após o "go-live" e manutenção preventiva/corretiva. Para este ponto, prevê-se um investimento a rondar os € 15.000,00 para o corrente ano e cerca de 10.000,00€ anuais para os serviços de manutenção preventiva/corretiva.

- Por fim, os investimentos previstos nas restantes rubricas estão relacionados com algumas necessidades anuais de atualização do parque de equipamentos informáticos auxiliares, administrativos, comunicações móveis e fixas e licenciamentos de softwares de apoio à exploração.

#### 4 – ORGANIZAÇÃO

A estrutura orgânica da GO Porto - estruturada de forma flexível e dispendo de competências técnicas avançadas, quer nas vertentes da engenharia civil, desde os grandes empreendimentos estruturantes até à simples intervenção na gestão de garantias de construção, quer mais recentemente no domínio da área de gestão e exploração de imóveis e infraestruturas - encontra-se em processo de melhoria continua no sentido de poder responder, eficaz e adequadamente, às necessidades impostas pela operacionalização integral dos empreendimentos que gere. Nesta dinâmica, a GO Porto vem, desde de 2017, a encetar uma série de alterações ao seu organograma, culminando hoje numa estrutura organizativa assente em quatro direções (Direção de Produção, Direção de Gestão e Exploração, Direção Jurídica e Direção Administrativa e Financeira), dependentes do Conselho de Administração e, às quais, acresce também um gabinete de assessoria técnica especializada na área da Comunicação e Promoção.

Consequência direta da dinâmica, em alta, do Município do Porto nas suas múltiplas área de atuação (ambiente, cultura, educação, desporto, economia, habitação, segurança, urbanismo, mobilidade, etc.), a GO Porto vem sendo confrontada com novos desafios e riscos no sentido de ter que gerir um leque, cada vez mais alargado e complexo de empreendimentos, concretamente, ao nível da sua Direção de Produção, cujo volume de trabalho aumentou por isso consideravelmente, vendo-se assim reforçada com a admissão, nos últimos exercícios económicos, de novos gestores de empreendimento.



Desta forma, e com dotação orçamental prevista para o período 2021 - 2025, a empresa vem encetando desde meados de 2019, medidas adicionais de reestruturação orgânica, com vista a incrementar a capacidade de resposta das suas áreas de apoio técnico-administrativo, com destaque para a efetiva reformulação, em estrutura de direção, do antigo Gabinete Jurídico, atribuindo-lhe assim funções, responsabilidades e autonomias acrescidas, como forma de assegurar um desempenho exímio das responsabilidades e compromissos legais da organização e, igualmente, na defesa e salvaguarda dos seus direitos.

## 5 – RIGOR NA SOLVABILIDADE

Enquanto único acionista e principal cliente da GO Porto, e assente num contrato programa firmado entre as partes, o Município do Porto é determinante na definição da capacidade da GO Porto de conseguir cumprir os seus deveres de tesouraria face a terceiros. Em contrapartida, compete à GO Porto exigir aos fornecedores o cumprimento rigoroso dos prazos, custos e qualidade de execução contratualizados, vetor fundamental para a obtenção dos resultados pretendidos, dando assim cumprimento às obrigações assumidas com o município do Porto. Para o efeito, e como fator crítico de sucesso na gestão dos empreendimentos que tem em curso de execução, a GO Porto continuará a manter uma gestão precisa de tesouraria, que previna a ocorrência de atrasos nos pagamentos a terceiros, num procedimento estratégico, contínuo e rigoroso, de controlo e monitorização dos compromissos assumidos pela empresa.

## 6 – SISTEMA DA QUALIDADE

A GO Porto é uma empresa que se encontra certificada há 16 anos ao abrigo da norma ISO 9001:2015, norma esta que constitui uma das principais ferramentas de gestão interna, reconhecendo-se o seu valor e contributo na análise das necessidades e expectativas dos clientes, que garantam a sua satisfação e confiança relativamente aos serviços que são prestados pela empresa, nos esforços orientados para a melhoria contínua dos processos de produção e dos serviços e, inevitavelmente, na obtenção de melhores resultados.

Nesta medida, a GO Porto continuará a desenvolver durante o período de plano 2021 – 2025, ações que visem assegurar o normal funcionamento do seu Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ), destacando-se as principais:

- Definição de Planos de Ação detalhados, que ajudem a suportar a estratégia da empresa e as principais linhas orientadoras de atuação;
- Definição de indicadores de gestão, que permitam avaliar continuamente, e de forma cada vez mais rigorosa, a posição e a evolução dos processos e dos objetivos que lhe estão indexados;





- Desenvolvimento de ferramentas informáticas que visem melhorar a monitorização e medição dos objetivos;
- Desenvolvimento de Auditorias Internas (com recursos internos) ao SGQ que permitam monitorizar a operacionalização dos processos e a sua adequação aos requisitos normativos e legislação aplicável;
- Avaliação periódica dos riscos e/ou oportunidades definidos, e que potencialmente possam afetar a capacidade de atingir os resultados pretendidos;
- Avaliação periódica das partes interessadas consideradas relevantes para a empresa, de modo a compreender e a satisfazer melhor as suas necessidades e expectativas;
- Avaliação periódica do desempenho do SGQ, traduzindo o seu resultado em relatórios de gestão específicos.

Em paralelo, e porque qualquer sistema de gestão é dinâmico - que deve acompanhar a evolução das novas tendências, tecnologias, métodos de trabalho, que permitam melhorar a performance da empresa e gerar valor acrescentado -, é pretensão da GO Porto redimensionar o seu Sistema de Gestão, de maneira a vir a corresponder às novas necessidades e exigências que vêm emergindo noutros domínios de intervenção, tais como, Ambiente, Segurança e Saúde no Trabalho e Responsabilidade Social e que ajudam, genericamente, a aperfeiçoar os processos, a minimizar os impactos ambientais e riscos resultantes do trabalho na organização, bem como, a atuar de forma mais sustentável, valorizando a sua dimensão social.

Por referência ao exposto, a empresa tem como desafio futuro e ambicioso, implementar um Sistema de Gestão Integrado (SGI), que agregue, para além da Qualidade, outras normas de referência, tais como, o Ambiente, a Segurança e Saúde no trabalho e a Responsabilidade Social (SGI-QASRS), tornando-se, para o efeito, imprescindível o reforço técnico da equipa, formação e contratação de alguns serviços necessários à adequação e transição do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) para um Sistema de Gestão Integrado (SGI).

## B – PLANO DE ATIVIDADES ANUAL E PLURIANUAL

### PLANO DE ATIVIDADES

#### CONTRATO DE EXPLORAÇÃO

No Âmbito do Contrato-Programa firmado com o município do Porto, no qual, estão identificadas as delegações atribuídas à GO Porto de gestão, exploração e rentabilização de imóveis e infraestruturas, pretende-se desenvolver nesta área de negócio, no período de 2021 – 2025, os empreendimentos seguintes:

##### 1. Mercado Temporário do Bolhão:

Enquanto decorre a empreitada de Restauro e Modernização do Mercado do Bolhão, os comerciantes do interior e os inquilinos do exterior do edifício do Mercado do Bolhão foram transferidos para um espaço de caráter provisório, nomeadamente o Mercado Temporário do Bolhão. Este espaço abriu ao público no dia 2 de maio de 2018 e foi necessário atribuir dotações orçamentais para um conjunto de gastos e proveitos a incorrer com a exploração funcional, operacional e promocional do Mercado Temporário do Bolhão.

Tendo presente, que a gestão e exploração do Mercado Temporário do Bolhão continuará a decorrer ainda durante o ano de 2021, entre os gastos mais relevantes estimados, destacam-se:

##### 1.1. Os encargos decorrentes da gestão operacional do mercado ao nível de:

- Vigilância, permitindo que o espaço apresente as condições de segurança adequadas para os Comerciantes, Inquilinos e demais utilizadores;
- Limpeza, de forma a que o espaço que alberga 64 comerciantes e inquilinos tenha as melhores e mais eficazes condições de limpeza;
- Manutenção técnica dos equipamentos e sistemas, para um normal funcionamento de um espaço público;
- Gestão dos resíduos produzidos e da inerente necessidade de valorização dos mesmos, por parte da origem da sua produção;
- Atividade Higiéno-sanitária, permitindo a consciencialização de cada comerciante para a segurança alimentar e toda a inerente obrigatoriedade legal;
- Fiscalização da atividade desenvolvida pelos comerciantes e da importância do cumprimento da regulamentação em vigor no quotidiano diário do mercado.



1.2. Os encargos de promoção institucional e comercial, considerados essenciais à pretendida dinamização e projeção pública do espaço nomeadamente, mas não exclusivamente, têm como objetivos:

- Alinhamento da mensagem de comunicação e promoção com a missão, as metas e os valores do projeto Bolhão, ajustando e personalizando para isso a linguagem e os meios utilizados, através da identificação dos públicos e segmentos reais pertinentes ao projeto;
- Criação de notoriedade da marca e gerar influência e impacto na decisão de compra e fidelização, através do desenvolvimento e implementação de ações e campanhas cross media adequadas a cada etapa da jornada dos diferentes públicos e segmentos identificados;
- Melhoria da bilateralidade da comunicação institucional e comercial com os diferentes públicos e segmentos, a partir da adoção de estratégias de branding e marketing de conteúdo;
- Promoção da melhoria contínua na experiência de compra por parte dos clientes e gerar buzzmarketing positivo, a partir da dinamização ao longo do ano e das diferentes campanhas com ações, eventos e decorações temáticas.

Do lado dos proveitos, encontram-se consideradas as taxas e preços atribuídos e estipulados aos ocupantes do Mercado Temporário do Bolhão, nomeadamente, a comerciantes e inquilinos, nos pressupostos definidos em deliberação de Câmara Municipal do dia 14 de fevereiro de 2017, nomeadamente:

- Os comerciantes existentes do interior do mercado usufruíram de uma redução de 40% até à transferência para o Mercado Temporário do Bolhão;
- Nos primeiros 12 meses de instalação no Mercado Temporário do Bolhão a redução acima mencionada de 40 % manteve-se;
- Desde Maio de 2019, e até ao regresso ao Mercado do Bolhão requalificado, o valor das taxas foi reduzido em 20% do valor constante do Código Regulamentar do Município do Porto;
- No futuro mercado requalificado, não existirá qualquer redução de taxas, mas também não verão um agravamento das taxas previstas no Código Regulamentar do Município do Porto;

Relativamente aos inquilinos do exterior do mercado que se instalaram no Mercado Temporário do Bolhão, as rendas mantiveram-se sem alterações, apenas adaptadas às áreas dos novos espaços, nos pressupostos definidos em sessão extraordinária de assembleia municipal realizada em 29 de janeiro de 2018.



## 2. Mercado do Bolhão:

Com a conclusão da obra de restauro e modernização do Mercado do Bolhão prevista para o final do ano de 2021 – obra esta, gerida pela GO Porto ao abrigo do Contrato de Gestão de Empreendimentos, com um custo total estimado de 22.379 mil euros, dar-se-á início à fase relacionada com os trabalhos de adaptação de cada uma das instalações privativas (comerciantes, lojas e restaurantes). A exploração funcional, operacional e promocional deste novo espaço, irá iniciar-se após o anteriormente ocorrido, cujos gastos centrar-se-ão, e à semelhança dos estimados para o Mercado Temporário do Bolhão, por um lado, em encargos de limpeza, manutenção, vigilância, fiscalização, eletricidade, gás, água, saneamento e gestão de resíduos, entres outros e, por outro lado, em custos de promoção institucional e comercial, tais como, eventos, ações promocionais, decoração e multimédia, que serão essenciais à pretendida dinamização e projeção pública deste imóvel da cidade do Porto. De evidenciar que, contrariamente ao ocorrido com o Mercado Temporário do Bolhão, encontram-se estimados custos relacionados com eletricidade, água e gás de zonas consideradas comuns, sendo que, nos espaços a ocupar pelos respetivos comerciantes e inquilinos, cada um será detentor do próprio contrato de serviços mencionados (água, eletricidade e gás).

Em contrapartida, estima-se que a gestão do Mercado do Bolhão restaurado e modernizado, entre taxas e rendas definidas pela via do Código Regulamentar do Município, acrescido das novas rendas e taxas obtidas através de Concursos públicos, permitirá encaixar um volume de proveitos suficiente para o equilíbrio dos resultados de exploração logo a partir dos primeiros anos de atividade do imóvel, de forma a devolver à cidade um dos seus mais importantes valores patrimoniais, intacto na sua essência e sempre como mercado, tradicional e público, de frescos, tal como nasceu.

Durante os anos de 2020 e 2021, serão promovidos concursos públicos para ocupação de novos espaços no Mercado do Bolhão, nomeadamente, 42 bancas e 6 restaurantes também no interior e 12 lojas no exterior, possibilitando a obtenção, por um lado, de uma maior variedade de produtos e serviços no Mercado do Bolhão e, por outro lado, de valores anuais de receita maiores, quando comparados com os valores atuais, estimados acima de um milhão de euros.

## 3. Antigo Matadouro Industrial do Porto:

Conforme desejo do Município do Porto, pretende-se com as obras de reconversão do Antigo Matadouro Industrial do Porto – edifício desativado há mais de 20 anos -, transformá-lo num equipamento âncora do processo de reabilitação da zona oriental da cidade do Porto, permitindo incrementar os eixos da coesão



social, da economia e da cultura, e cujo programa de intervenção contempla a manutenção histórica e a natureza arquitetónica deste imóvel, devolvendo-o aos habitantes da comunidade local, em particular, e aos cidadãos do Porto, em geral. Está previsto também o estabelecimento de um percurso interno de carácter público, que permitirá a circulação de pessoas entre diversas infraestruturas, tais como, estação de metro e parque de estacionamento e que, atravessando o interior do edifício principal e a partir do topo de um novo edifício a construir em altura, permitirá que pessoas e bicicletas atravessem a VCI por intermédio de uma nova passagem superior.

Contudo, e conforme é do conhecimento público, foi efetuada a consignação da presente obra no dia 18 de setembro de 2020, após emissão de visto por parte de Tribunal de Contas, tendo em vista, a prossecução efetiva daquele contrato celebrado a 1 de agosto de 2018, entre o Município do Porto e a entidade Mota Engil (vencedor do concurso público), no sentido de serem iniciados os trabalhos técnicos ao nível do projeto, no sentido de ser iniciado, durante o último trimestre do ano de 2023, com a fase de exploração do espaço.

## CONTRATO DE GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS

No âmbito da atividade operacional desenvolvida pela Direção de Produção, e tendo presente a sua missão genérica de construção, renovação, reabilitação e conservação de infraestruturas urbanísticas e do património edificado municipal - quer sejam propriedade do Município do Porto, quer sejam objeto de qualquer outro direito, obrigação ou interesse por parte do Município do Porto -, a GO Porto tem prevista diversas intervenções em vias e edifícios da cidade, perfazendo para o período de plano 2021 – 2025, um total de aproximadamente 200 milhões de euros, dos quais 58,4 milhões estão previstos executar no ano de 2021. Para o efeito, e nos termos do contrato de gestão de empreendimentos em vigor e seguintes, a empresa dará seguimento à uma série de procedimentos de contratação pública de projetos e empreitadas, entre outros bens e serviços conexos, garantindo igualmente o controlo e a monitorização dos mesmos em nome ou representação da Autarquia.

Entre os empreendimentos previstos em plano, relatam-se seguidamente os principais investimentos, agrupados pelas rubricas orçamentais CMP :

1. **Programa Mercator** – Nesta área, o restauro e modernização do Mercado do Bolhão é o investimento nuclear. Esta empreitada, que irá devolver a este imóvel o seu carácter original de mercado público de frescos, tem a sua conclusão estimada para o final de 2021. Para além desta empreitada, também está previsto o fornecimento de equipamentos para o mercado, e a conclusão da construção do túnel entre as ruas de Ateneu Comercial do Porto e de Alexandre Braga, que fará o acesso à nova cave logística do Mercado do Bolhão.



2. **Dinamização da Arte, Cultura e Ciência** – Nos primeiros anos do período em plano (2021 – 2025), está prevista a conclusão da obra de reabilitação do Cinema Batalha e o desenvolvimento dos projetos da Requalificação da Biblioteca Pública Municipal, do Museu da Natureza Contemporânea e da Reabilitação do Atelier António Carneiro e do Museu CACE, de modo a efetuarem-se as respetivas empreitadas.
3. **Reabilitação Urbana e Planeamento e Gestão Urbanística** – Nesta rubrica orçamental pretende-se executar trabalhos de consolidação em diversas escarpas do município, nomeadamente, da Arrábida e de D. Pedro V, como também a requalificação da frente ribeirinha do freixo e outras intervenções diversas em espaços públicos e de iluminação arquitetónica da cidade do Porto.
4. **Promover e Fomentar a Educação** – Estão previstas intervenções em várias escolas do Ensino Básico, nomeadamente, Agra do Amial, dos Correios, Falcão e outras. Será ainda concluída a Requalificação da E. S. Alexandre Herculano, no âmbito do Acordo de Colaboração entre o Ministério da Educação e o Município do Porto.
5. **Incentivar e Dinamizar o Desporto e Animação da Cidade** – Nesta rubrica orçamental, e dando continuidade ao projeto do Parque Desportivo de Ramalde, será concretizada a ampliação deste polo desportivo, com a criação de novos campos de jogos e espaços de desporto e lazer, com todos os edifícios de apoio inerente ao exercício dessas atividades. Diversos equipamentos e infraestruturas desportivas da cidade do Porto serão alvo de intervenção, quer de melhoria, quer de criação de novos polos/edifícios, nomeadamente, do Complexo Desportivo Municipal e do Campo do Outeiro. Ao nível da melhoria das condições de funcionamento, estão previstas intervenções nas Piscinas Armando Pimentel e da Constituição.
6. **Melhoria da Mobilidade e Infraestruturas** – Nesta rubrica orçamental, incluem-se as grandes intervenções na Via Pública, em coordenação com os diversos concessionários e empresas detentoras de infraestruturas no subsolo. Relevam-se as intervenções que integram o designado Programa Rua Direita (em cerca de 90 arruamentos da cidade), a requalificação do espaço público de Lordelo, da R. das Eirinhas, Avenida Fernão de Magalhães (concluindo a empreitada em curso) e da Praça da Corujeira. Destacam-se ainda, as obras seguintes: Ecopista do Ramal da Alfândega, Percursos Pedonais/Ligações Mecanizadas (Palácio de Cristal e Virtudes), Envolvente da Praça da República e Terminal Intermodal de Campanhã (nesta, dando-se continuidade à atual empreitada).





A GO Porto continuará ainda a repavimentação de diversos arruamentos na cidade. Por fim, é de realçar a gestão das obras de infraestruturas da Águas do Porto, EM., associadas às intervenções no espaço público geridas pela GO Porto para o Município do Porto e a construção da Ponte D. António Francisco dos Santos, em parceria com o Município de Vila Nova de Gaia.

7. **Qualificação dos Espaços Verdes** – Além de várias intervenções em parques e jardins, destaca-se a empreitada relativa ao Parque da Cidade – Remate Poente. Igualmente importante, será a requalificação de um jardim Histórico – o Jardim de Teófilo Braga (Praça da República). Esta intervenção será alargada, a toda a área envolvente da praça, ou seja, irá haver intervenção nos diversos arruamentos e espaços públicos adjacentes. O Parque de S. Roque também será remodelado. Serão ainda instalados Equipamentos Desportivos em diversos Espaços Verdes.
8. **Promoções e Sustentabilidade do Ambiente** – Nesta rubrica orçamental, inclui-se o restauro das coberturas das capelas do cemitério de Agramonte e da Capela do Prado do Repouso.
9. **Funcionamento dos Serviços** – Nesta rubrica orçamental, destaca-se a continuidade de obras de melhoramentos nas instalações dos BSB.
10. **Outros** – Nesta rubrica encontra-se a dotação orçamental para gastos diversos com consultorias, pareceres, estudos e outras prestações de bens e serviços, complementares aos empreendimentos previstos nas rubricas anteriores com a natureza de despesas correntes.

## C - PLANO DE INVESTIMENTO ANUAL E PLURIANUAL

### 1 – PLANO DE INVESTIMENTO PARA O PERÍODO 2021 - 2025

No período de plano 2021 – 2025, o conjunto de investimentos previsto realizar tem a repartição seguinte:

INVESTIMENTO	ANO 2021	ANO 2022	ANO 2023	ANO 2024	ANO 2025
<b>Activos Fixos Tangíveis</b>	<b>10 000,00</b>	<b>10 000,00</b>	<b>10 000,00</b>	<b>10 000,00</b>	<b>7 500,00</b>
Hardware	5 000,00	5 000,00	5 000,00	5 000,00	5 000,00
Equipamento Auxiliar e Administrativo	2 500,00	2 500,00	2 500,00	2 500,00	0,00
Ferramentas e utensílios	2 500,00	2 500,00	2 500,00	2 500,00	2 500,00
<b>Activos Intangíveis</b>	<b>81 500,00</b>	<b>5 000,00</b>	<b>5 000,00</b>	<b>305 000,00</b>	<b>5 000,00</b>
Programas de computadores	81 500,00	5 000,00	5 000,00	305 000,00	5 000,00
<b>Outros Investimentos Financeiros</b>	<b>5 202,39</b>	<b>5 202,39</b>	<b>5 202,39</b>	<b>5 228,40</b>	<b>5 254,55</b>
Fundo de compensação de trabalho	5 202,39	5 202,39	5 202,39	5 228,40	5 254,55
<b>Total</b>	<b>96 702,39</b>	<b>20 202,39</b>	<b>20 202,39</b>	<b>320 228,40</b>	<b>17 754,55</b>

INVESTIMENTO EM CURSO	ANO 2021	ANO 2022	ANO 2023	ANO 2024	ANO 2025
<b>Investimentos em curso</b>	<b>100 000,00</b>	<b>100 000,00</b>	<b>100 000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Programas de computadores	100 000,00	100 000,00	100 000,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>100 000,00</b>	<b>100 000,00</b>	<b>100 000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Sendo assegurado integralmente com recurso a autofinanciamento, este quadro previsto de investimentos perfaz, nos cinco exercícios em plano, um total de 475 mil euros. Entre as rubricas assinaladas, destaca-se a projeção anual relativa aos Investimentos em Curso, com uma dotação orçamental plurianual total de 300 mil euros, destinada a reestruturar a arquitetura dos sistemas de informação (SI) da GO Porto que, atualmente, assentando num conjunto disperso de aplicações que foram concebidas e/ou adquiridas ao longo de uma janela temporal alargada, mas sem interligação efetiva entre elas, apresenta um risco crescente de poder haver, por lapso, dados registados de forma distinta nas diversas aplicações em uso, o que acresce também, dificuldades operacionais de extração, rápida e consolidada, de informação de gestão para tratamento e monitorização das atividades de negócio e de apoio da empresa. A intenção supracitada de reestruturação dos SI da GO Porto, e a sua respetiva dotação orçamental em plano, vem na sequência de uma consultoria técnica que, adjudicada em finais de 2018, prossegue o objetivo de avaliar as necessidades atuais da empresa e relevar propostas para os sistemas aplicativos futuros, tendo sempre presente que um processo de melhoria a este nível, deve corresponder, eficaz e cabalmente, às necessidades dos seus utilizadores, na base da compreensão do funcionamento e objetivos da organização. Numa fase inicial, efetuando o diagnóstico, a identificação e a modelação dos processos de negócio existentes (AS-IS), o projeto prevê, numa fase final, a





identificação das necessidades futuras e a apresentação de propostas de cenários passíveis de implementação (TOBE) por decisão da GO Porto. Ainda tendo por base o quadro anterior, notar que os restantes investimentos previstos no período, estão relacionados com necessidades correntes de atualização, quer de equipamentos informáticos, quer de equipamentos auxiliares e administrativos diversos.



## 2 – PLANO DE RECURSOS HUMANOS PARA O PERÍODO 2021 - 2025

A estrutura de recursos humanos da GO Porto, prevista para o período 2021 – 2025, é a seguinte:

ÁREAS	ANO 2021	ANO 2022	ANO 2023	ANO 2024	ANO 2025
<b>Secretariado da Administração</b>	1	1	1	1	1
<b>Responsável Planeamento e Gestão de Processos</b>	1	1	1	1	1
<b>Gabinete</b>					
Responsável da área	1	1	1	1	1
<b>Comunicação e Promoção</b>					
Marketing e Comunicação	2	2	2	2	2
Direção	1	1	1	1	1
<b>Produção</b>					
Gestão de Empreendimentos	13	13	13	13	13
Fiscalização	1	1	1	1	1
Direção	1	1	1	1	1
<b>Exploração</b>					
Direção do Mercado	1	1	1	1	1
Gestão de Exploração	2	2	2	2	2
<b>Jurídico</b>					
Direção	1	1	1	1	1
Juristas	2	2	2	2	2
Direção	1	1	1	1	1
Financeiro	4	4	4	4	4
<b>Administrativa e Financeira</b>					
Qualidade	2	2	2	2	2
Recursos Humanos	2	2	2	2	2
Sistemas de Informação	2	2	2	2	2
Centro documental	3	3	3	3	3
<b>Total</b>	<b>41</b>	<b>41</b>	<b>41</b>	<b>41</b>	<b>41</b>

Para além dos colaboradores indicados, a Empresa tem 3 administradores conforme previsto nos estatutos, dos quais, 2 são administradores executivos.

Durante o ano de 2020, e decorrente de movimentos de saída de dois colaboradores da área da Comunicação e Promoção (1 técnica especializada e 1 técnica superior), e de entrada de cinco novos colaboradores (1 jurista, 1 técnica especializada e 1 técnico superior de comunicação e promoção, 1 administrativo e 1 gestor de empreendimento), a GO Porto prevê encerrar este exercício com um quadro de efetivos de 37 colaboradores, para além dos três administradores suprarreferidos. O número de 41 efetivos que está refletido para o período 2021 – 2025, advém da previsão de admissão de quatro novos colaboradores (técnicos superiores) para as áreas de gestão e exploração, financeira e planeamento e gestão de processos.

Conforme quadro acima, a GO Porto apresenta um total de efetivos estabilizado de 41 colaboradores durante o período de plano, dimensão que se considera ajustada aos desafios, atuais e futuros, assumidos pela empresa ao nível das suas áreas de negócio e administrativas de apoio a estas.

De igual forma, e tendo presente o compromisso assumido pela GO Porto no âmbito da área de Recursos Humanos, decorrente da transição que efetuou para a nova norma NP EN ISO 9001:2015, considera-se este quadro de pessoal como um capital fundamental da organização, gerido por isso, como um processo estratégico da gestão de topo da empresa que, desta forma, se compromete a desenvolver medidas que permitam um maior envolvimento de todos os colaboradores, o incremento da satisfação laboral e a conseqüente melhoria dos resultados globais da empresa.

Durante o exercício de 2020, na área de Recursos Humanos decorreram correções/melhorias do Sistema de Gestão de Desempenho, prevendo-se já a partir do próximo exercício económico de 2021, a monitorização e eventuais ajustes ao sistema aplicado, nomeadamente, com a inclusão da avaliação de objetivos.

Complementarmente, estão a decorrer, em 2020, os projetos de aprovação e implementação de um Regime de Carreiras e de aprovação de um Plano para a Igualdade de Género, cujos principais desenvolvimentos estão previstos ocorrer durante os primeiros anos do período 2021 – 2025, em paralelo, às iniciativas recorrentes de formação, entre outras, que circunscrevem as preocupações fundamentais da GO Porto para com os seus recursos humanos, como estratégia de lhes garantir potencial para a uma melhoria continua, em concreto, dos seus desempenhos e, no geral, da empresa na prossecução da sua missão e objetivos.

### **2.1. Sistema de Gestão de Desempenho:**

Conforme atrás referido, encontra-se implementado em ambiente real o procedimento periódico de avaliação de desempenho que, durante o corrente ano deu origem a Planos de Desenvolvimento Pessoal e Profissional para todos os colaboradores avaliados, servindo os mesmos de base à elaboração do Plano de formação para o ano 2020.

### **2.2. Formação:**

Entre as principais apostas na área de Recursos Humanos, e tendo em vista fortalecer o conhecimento organizacional, a GO Porto continuará a dar prioridade aos procedimentos de formação profissional, comprometendo-se a manter um nível de investimento cabal para o efeito, com destaque para as ações de formação que elevem o nível técnico dos seus colaboradores e, por conseguinte, dos processos da organização.



Os planos de formação a definir terão por base a Avaliação de Desempenho decorrente do Sistema de Gestão de Desempenho baseado em competências, que permitirá a definição, anualmente, de um Plano de Desenvolvimento Pessoal e Profissional à medida de cada colaborador.

Com o propósito de garantir que o investimento realizado ao nível da formação é proporcional aos resultados pretendidos, os RH continuarão também a aferir a eficácia de cada ação de formação e a avaliar a qualidade de cada uma das entidades formadoras contratadas.

### 2.3. Regime de Carreiras:

Durante o ano 2020, a área de Recursos Humanos procedeu ao estudo de matérias conducentes à implementação do Regime de Carreiras, das quais se destacam:

- Criação das diferentes carreiras/grupos funcionais a implementar;
- Definição da política retributiva com a criação de uma tabela salarial relacionada com o regime de carreiras implementado;
- Posicionamento dos colaboradores de acordo com o regime implementado;
- Definição de política de progressões.

Todavia, tendo em conta os constrangimentos devidos à pandemia por Covid 19, o processo em apreço foi suspenso, prevendo-se a implementação do mesmo no decurso de 2021. O desenvolvimento do Regime de Carreiras, em linha com o Sistema de Gestão de Desempenho, permitirá fornecer as linhas orientadoras para a monitorização e gestão das progressões das carreiras dos trabalhadores da GO Porto, estabelecendo as condições e os critérios internos de cada progressão, desta forma, contribuindo para a promoção de uma cultura organizacional de transparência, equidade e motivação dos trabalhadores.

Resumidamente, pretende-se que cada colaborador saiba a sua situação atual, até onde poderá chegar e o que deverá fazer para progredir ao longo do seu percurso profissional. A seguir, no ponto 4.3 – Gastos com o Pessoal, releva-se o impacto financeiro decorrente da implementação deste regime de carreiras no orçamento do período em plano.





#### 2.4. Outros Projetos:

Considerando o arranque de implementação que teve no início de 2019, a área de Recursos Humanos propõe-se, durante os primeiros anos do período de 2021 – 2025, a monitorizar e atualizar o Plano para a Igualdade de Géneros, no âmbito da promoção e defesa da igualdade de género preconizada pela Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG), com o objetivo também de reforçar as boas práticas em matéria de responsabilidade social, medidas conciliadoras da relação trabalho/família e igualdade homens e mulheres em contexto de trabalho.

Por fim, e no âmbito da Política de Privacidade que foi implementada na sequência da entrada em vigor do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), a área de Recursos Humanos manterá uma atenção redobrada ao tema e aos procedimentos associados, acompanhando-os de acordo com a Política Interna definida.

## D - PLANO FINANCEIRO ANUAL E PLURIANUAL

No período de plano 2021 – 2025, e tendo por base os pressupostos seguintes:

PRESSUPOSTOS	ANO 2021	ANO 2022	ANO 2023	ANO 2024	ANO 2025
Taxa de inflação	0,80%	1,10%	1,10%	1,10%	1,10%
Taxa de IRC e derrama	22,50%	22,50%	22,50%	22,50%	22,50%
Taxa de Juro nominal cp	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%
Tempo médio de recebimento (em dias)	30	30	30	30	30
Tempo médio de pagamento (em dias)	30	30	30	30	30
Taxa média de crescimento dos salários	0,00%	0,00%	0,00%	0,50%	0,50%

A GO Porto apresenta o seguinte plano financeiro para o período:

PLANO DE FINANCIAMENTO	ANO 2021	ANO 2022	ANO 2023	ANO 2024	ANO 2025
<b>INVESTIMENTO</b>					
Activo Não Corrente (Imobilizado)	196 702,39	120 202,39	120 202,39	20 228,40	17 754,55
Fundo de Maneio - acréscimo das necessidades no período	-131 258,10	-19 082,21	-39 895,65	91 355,88	114 961,87
<b>Total</b>	<b>65 444,30</b>	<b>101 120,18</b>	<b>80 306,74</b>	<b>111 584,29</b>	<b>132 716,41</b>
<b>FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO</b>					
Autofinanciamento	65 444,30	101 120,18	80 306,74	111 584,29	132 716,41
<b>Total</b>	<b>65 444,30</b>	<b>101 120,18</b>	<b>80 306,74</b>	<b>111 584,29</b>	<b>132 716,41</b>

Para o período 2021 – 2025, a previsão de rendimentos assenta, por um lado, na área de negócio de Gestão e Exploração, no contexto dos imóveis colocados à consideração da GO Porto pela Autarquia nos termos do Contrato-Programa firmado entre as partes e, por outro lado, na área de Gestão de Empreendimentos, nos termos do Contrato de Gestão de Empreendimentos, igualmente, firmado entre as partes.

No âmbito da área de Gestão e Exploração, e conforme demonstrado no Ponto 3 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E OUTROS RENDIMENTOS do capítulo seguinte, estima-se para o período de plano 2021 – 2025 um volume de prestação de serviços e outros rendimentos na ordem dos 4.622 mil euros (valor sem IVA incluído), dos quais, 1.169 mil euros dizem respeito ao exercício de 2023, refletindo o que se estima ser o primeiro ano em que a atividade operacional no Mercado do Bolhão - já completamente restaurado e modernizado -, estará em pleno funcionamento.

Por outro lado, no âmbito da área de Produção, e refletindo a atividade operacional desenvolvida nos termos dos desideratos do município do Porto, subscritos no Plano Plurianual de Investimentos do Município, e firmados com a



GO Porto em sede do Contrato de Gestão de Empreendimentos, estima-se para o mesmo período de plano um valor de prestações de serviços no valor de 191.769 mil euros (valor sem IVA).

Nos agregados económico-financeiros a seguir apresentados, deve notar-se que os tempos médios de recebimento e a capacidade de solvência da Autarquia têm como pressuposto se manterem idênticos aos dos últimos exercícios findos, facto que, para a GO Porto, assume criticidade alta nas projeções efetuadas para o período dos cinco anos de plano, visto que, está a assumir-se que a resolução das necessidades de financiamento do fundo de maneiço desta empresa, será sempre efetuada, integralmente, por pagamentos da Autarquia, uma vez que, permanece a incapacidade legal de livre recurso ao financiamento por parte das empresas locais:

AGREGADOS ECONÓMICO-FINANCEIROS PARA 2021-2025	ANO 2021	ANO 2022	ANO 2023	ANO 2024	ANO 2025
<b>RESULTADOS</b>					
EBITDA	72 961,55	114 107,46	92 246,86	123 184,63	140 322,44
Resultado Financeiro	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00
Resultado Líquido do Período	17 473,62	36 803,32	33 175,92	32 001,98	18 240,11
<b>RENDIMENTOS</b>					
Vendas, Prestação de Serviços e Outros Rendimentos e Ganhos	56 743 115,21	44 223 872,97	56 196 634,40	29 115 774,17	10 995 962,85
Subsídio à Estrutura	3 620 000,00	3 100 000,00	3 220 000,00	3 620 000,00	3 620 000,00
<b>GASTOS</b>					
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	2 537,60	20 634,40	20 000,00	10 000,00	10 000,00
Fornecimentos e Serviços Externos	58 409 206,40	45 286 093,70	57 428 159,77	30 717 051,73	12 570 746,02
Gastos com o Pessoal	1 862 007,77	1 862 007,77	1 862 007,77	1 871 317,81	1 880 674,40
<b>BALANÇO</b>					
Total do Activo	5 556 261,89	5 395 395,97	5 626 816,09	5 303 784,92	5 286 853,95
Total do Activo Não Corrente	2 861 870,67	2 911 685,31	2 978 685,99	2 913 261,20	2 802 442,54
Total do Passivo	4 212 434,55	4 014 765,31	4 213 009,51	3 857 976,36	3 822 805,28
Total do Passivo Não Corrente	2 490 932,02	2 668 398,52	3 003 272,00	2 490 932,02	2 490 932,02
Total do Capital Próprio	1 343 827,34	1 380 630,65	1 413 806,58	1 445 808,56	1 464 048,67
<b>INDICADORES</b>					
Liquidez Geral	1,02	1,49	1,60	1,79	1,61
Autonomia Financeira	23,87%	24,91%	24,54%	26,66%	27,35%
Autofinanciamento	65 444,30	101 120,18	80 306,74	111 584,29	132 716,41
Necessidade de Fundo de Maneio - valor acumulado	-131 258,10	-19 082,21	-39 895,65	91 355,88	114 961,87

No primeiro ano de plano (2021), estima-se que o EBITDA atinja o montante positivo de 72.961 euros, mantendo-se positivo, igualmente, em todos os quatro exercícios subsequentes, perfazendo um valor total no período 2021 – 2025, de 542,8 mil euros. À semelhança dos resultados operacionais, estimam-se também, ao longo dos cinco anos de plano, resultados líquidos anuais positivos que decorrem, essencialmente, do resultado operacional na área de gestão e exploração e de outros rendimentos, em juros e ganhos similares, totalizando no período dos cinco exercícios, um valor global positivo, de 137,7 mil euros.



## E – DEMONSTRAÇÕES PREVISIONAIS – NCP 26

No âmbito do SNC-AP, o subsistema da contabilidade orçamental foi autonomizado nas Normas de Contabilidade Pública (NCP) 26 – Contabilidade e Relato Orçamental, cujo processo orçamental é tratado numa nova Classe 0 – Contabilidade Orçamental. Com a NCP 26, pretende-se regular a contabilidade orçamental, estabelecendo os conceitos, regras e modelos de demonstrações orçamentais, com vista a assegurar a comparabilidade com exercícios anteriores e com outras entidades. Neste sentido, e dentro das limitações orçamentais a que a GO Porto está sujeita, e tendo por consideração as determinações impostas pela suprarreferida NCP 26, neste capítulo estão relevadas as demonstrações previsionais que identificam a forma, e os respetivos valores, que se prevê arrecadar recursos e os fins previstos para a sua utilização, tendo por base os quadros seguintes:

### 1 – ORÇAMENTO E PLANO ORÇAMENTAL PLURIANUAL

ORÇAMENTO E PLANO ORÇAMENTAL PLURIANUAL		ORÇAMENTO PARA O ANO 2021			PLANO ORÇAMENTAL PLURIANUAL			
RUBRICA	DESIGNAÇÃO	PERÍODOS ANTERIORES	ANO 2021	SOMA	ANO 2022	ANO 2023	ANO 2024	ANO 2025
	<b>Receita corrente</b>	<b>47 937,25</b>	<b>62 253 415,26</b>	<b>62 301 352,51</b>	<b>49 423 659,51</b>	<b>62 286 563,31</b>	<b>34 282 652,55</b>	<b>15 508 996,88</b>
R1	Receita fiscal							
R1.1	Impostos Diretos		7 926,36	7 926,36	4 652,07	4 696,38	9 958,41	11 302,75
R4	Rendimentos de propriedade		375,00	375,00	375,00	375,00	375,00	375,00
R5.2	Subsídios Correntes		3 620 000,00	3 620 000,00	3 100 000,00	3 220 000,00	3 620 000,00	3 620 000,00
R6	Venda de bens e serviços	47 937,25	58 622 342,70	58 670 279,95	46 294 251,49	59 029 907,73	30 620 734,94	11 845 734,94
R7	Outras Receitas Correntes		2 771,20	2 771,20	24 380,95	31 584,20	31 584,20	31 584,20
	<b>Receita de capital</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
	Receita efetiva (1)	47 937,25	62 253 415,26	62 301 352,51	49 423 659,51	62 286 563,31	34 282 652,55	15 508 996,88
	Receita não efetiva (2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Receita Total (3) = (1) + (2)	47 937,25	62 253 415,26	62 301 352,51	49 423 659,51	62 286 563,31	34 282 652,55	15 508 996,88
	<b>Despesa corrente</b>	<b>80 529,49</b>	<b>62 102 173,54</b>	<b>62 182 703,03</b>	<b>49 147 054,58</b>	<b>62 131 091,34</b>	<b>34 254 649,68</b>	<b>15 479 750,14</b>
D1	Despesas como pessoal							
D1.1	Remunerações certas e permanentes	26 405,06	1 421 892,18	1 448 297,25	1 421 892,18	1 421 892,18	1 429 003,07	1 436 149,51
D1.2	Abonos variáveis ou eventuais	0,00	31 941,57	31 941,57	31 941,57	31 941,57	32 101,28	32 261,79
D1.3	Segurança Social	19 268,18	388 356,54	407 624,72	412 317,43	412 317,43	414 260,08	416 329,96
D2	Aquisição de bens e serviços	33 300,00	59 249 595,06	59 282 895,06	46 967 624,30	59 518 916,92	31 918 589,92	13 546 293,10
D5	Outras Despesas Correntes	1 556,25	1 010 388,19	1 011 944,44	313 279,10	746 023,23	460 695,33	48 715,78
	<b>Despesa de capital</b>	<b>174,89</b>	<b>111 655,86</b>	<b>111 830,75</b>	<b>269 652,39</b>	<b>146 652,39</b>	<b>23 676,24</b>	<b>23 702,37</b>
D6	Aquisição de bens de capital	0,00	106 887,00	106 887,00	264 450,00	141 450,00	18 450,00	18 450,00
D9	Despesa comativos financeiros	174,89	4 768,86	4 943,75	5 202,39	5 202,39	5 226,24	5 252,37
	<b>Despesa efetiva (4)</b>	<b>80 704,38</b>	<b>62 213 829,40</b>	<b>62 294 533,78</b>	<b>49 416 706,98</b>	<b>62 277 743,74</b>	<b>34 278 325,92</b>	<b>15 503 452,50</b>
	<b>Despesa não efetiva (5)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
	<b>Despesa Total (6) = (4) + (5)</b>	<b>80 704,38</b>	<b>62 213 829,40</b>	<b>62 294 533,78</b>	<b>49 416 706,98</b>	<b>62 277 743,74</b>	<b>34 278 325,92</b>	<b>15 503 452,50</b>
	<b>Saldo Total (3) - (6)</b>			<b>6 818,73</b>	<b>6 952,53</b>	<b>8 819,57</b>	<b>4 326,63</b>	<b>5 544,38</b>
	<b>Saldo Global (1) - (4)</b>			<b>6 818,73</b>	<b>6 952,53</b>	<b>8 819,57</b>	<b>4 326,63</b>	<b>5 544,38</b>
	Despesa Primária			62 294 533,78	49 416 706,98	62 277 743,74	34 278 325,92	15 503 452,50
	Saldo Corrente			118 649,48	276 604,92	155 471,97	28 002,87	29 246,74
	Saldo de Capital			-111 830,75	-269 652,39	-146 652,39	-23 676,24	-23 702,37
	Saldo Primário			6 818,73	6 952,53	8 819,57	4 326,63	5 544,38



Para o período em plano 2021 – 2025, entre o total de despesas e receitas correntes, observa-se um saldo corrente superavitário em todos os exercícios, e suficiente para garantir um saldo primário igualmente positivo, após a dedução das despesas de capital - tendo em consideração a inexistência de previsão de receitas deste género.

## 2 – PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

Neste plano plurianual de investimentos estão incluídos todos os projetos e ações a realizar no âmbito dos objetivos definidos pela GO Porto para o período de plano 2021 – 2025. Tendo em consideração os valores realizados em anos anteriores e as estimativas para o exercício corrente, no quadro infra discriminam-se todos os projetos e ações que implicarão despesas orçamentais a realizar por investimentos:

Objetivo (1)	N.º do projeto (2)	Designação do Projeto (3)	Rubrica orçams. (4)	Forma de realização (5)	Fonte de financ.				Datas		Fases do Esac. (12)	Realizado em períodos anteriores (13)	Efetivo de realização em 2021 (14)	Pagamentos					Total previsto (21) = (13) + (14) + (15) + (16) + (17) + (18) + (19) + (20)	
					RG (6)	RP (7)	EU (8)	EMPR (9)	Início (10)	Fim (11)				Períodos seguintes						
														ANO 2021 (16)	ANO 2022 (17)	ANO 2023 (18)	ANO 2024 (19)	ANO 2025 (20)		
11.1 FUNC. DOS SERVIÇOS	2013/1	Fundo Compensação Trabalho	D9 099710000	O	RP							7 600 €	2 503 €	4 944 €	5 202 €	5 202 €	5 226 €	5 252 €	36 103 €	
11.1 FUNC. DOS SERVIÇOS	2018/1	Implementação do Módulo Proteção Dados Pessoais e Bóia de Horas de Serviços TO-BE Int'Grual	D6 070108000	O	RP							5	5 650 €	- €	8 407 €	- €	- €	- €	- €	14 145 €
11.1 FUNC. DOS SERVIÇOS	2021/1	(Interfaces c/ GIAF e módulo Central) - Cenário 3	D6 070108000	O	RP							0	- €	- €	30 750 €	30 750 €	30 750 €	- €	- €	92 250 €
11.1 FUNC. DOS SERVIÇOS	2021/2	TO-BE GIAF (Interfaces) - Cenário 3	D6 070108000	O	RP							0	- €	- €	30 750 €	30 750 €	30 750 €	- €	- €	92 250 €
11.1 FUNC. DOS SERVIÇOS	2021/3	TO-BE RH (novo módulo c/ interfaces) - Cenário 3	D6 070108000	O	RP							0	- €	- €	30 750 €	30 750 €	30 750 €	- €	- €	92 250 €
11.1 FUNC. DOS SERVIÇOS	2021/4	TO-BE Gestão Ativos (novo módulo c/ interfaces) - Cenário 3	D6 070108000	O	RP							0	- €	- €	30 750 €	30 750 €	30 750 €	- €	- €	92 250 €
11.1 FUNC. DOS SERVIÇOS	2021/5	Aquisição das licenças GIAF e serviços de upgrade	D6 070108000	O	RP							0	- €	- €	49 200 €	- €	- €	- €	- €	49 200 €
11.1 FUNC. DOS SERVIÇOS	2021/6	Outros Softwares	D6 070108000	O	RP							0	- €	- €	6 150 €	6 150 €	6 150 €	6 150 €	6 150 €	30 750 €
11.1 FUNC. DOS SERVIÇOS	2021/7	Portal de comerciante MB	D6 070108000	O	RP							0	- €	- €	30 750 €	- €	- €	- €	- €	30 750 €
11.1 FUNC. DOS SERVIÇOS	2021/8	Equipamento Informático - outros	D6 070107000	O	RP							0	- €	- €	6 150 €	6 150 €	6 150 €	6 150 €	6 150 €	30 750 €
11.1 FUNC. DOS SERVIÇOS	2021/9	Equipamento Administrativo - Mobilário	D6 070109000	O	RP							0	- €	- €	3 075 €	3 075 €	3 075 €	3 075 €	3 075 €	15 375 €
11.1 FUNC. DOS SERVIÇOS	2021/10	Outros ativos fixos tangíveis	D6 070111000	O	RP							0	- €	- €	3 075 €	3 075 €	3 075 €	3 075 €	3 075 €	15 375 €
<b>SOMA</b>												<b>13 346 €</b>	<b>2 503 €</b>	<b>234 831 €</b>	<b>146 652 €</b>	<b>146 652 €</b>	<b>21 676 €</b>	<b>21 702 €</b>	<b>591 448 €</b>	

No final do período em plano 2021 – 2025, e tendo em consideração valores de exercícios anteriores, estima-se um total de despesas orçamentais em investimentos na ordem de 590 mil euros, exclusivamente financiada através de recursos próprios.



II – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PREVISIONAIS PARA O PERÍODO 2021-2025



## A – NOTAS EXPLICATIVAS AO ORÇAMENTO PARA O PERÍODO 2021 – 2025 E PRESSUPOSTOS

Conforme referido no Preâmbulo deste relatório, nas notas prévias de gestão aos IGP 2021 – 2025, até 31 de dezembro de 2019, as demonstrações financeiras da GO Porto foram preparadas de acordo com o referencial contabilístico nacional SNC, integrando as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro e as Normas Interpretativas, nos termos do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, e respetivas alterações subsequentes.

Porém, e por força do Decreto-Lei n.º 134/2012, de 29 de junho, através do qual, o Governo de então incumbiu a CNC (Comissão de Normalização Contabilística) de elaborar um novo sistema contabilístico para as administrações públicas - mais consistente com o SNC e com as Normas Internacionais de Contabilidade Pública (IPSAS) -, resultou desta reforma, a elaboração e publicação do SNC-AP, nos termos do Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro.

Nos termos dos pontos 1 e 2 do Artigo 3.º do suprarreferido Decreto-Lei, o SNC-AP aplica-se a todos os serviços e organismos da administração central, regional e local que não tenham natureza, forma e designação de empresa, ao subsetor da segurança social, e às entidades públicas reclassificadas - entendendo-se por entidades públicas reclassificadas as entidades que, independentemente da sua forma ou designação, tenham sido incluídas nos subsectores da administração central, regional, local e segurança social das administrações públicas, no âmbito do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais, nas últimas contas setoriais publicadas pela autoridade estatística nacional -, nelas inserindo-se a GO Porto.

Neste sentido, o SNC-AP passou a ser, a partir de 1 de janeiro de 2020, o normativo contabilístico aplicado à GO Porto e, sobre o qual, foram preparadas todas as demonstrações financeiras utilizadas na elaboração dos Instrumentos de Gestão Previsional do Período 2021 – 2025. Estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com os pressupostos do regime do acréscimo (periodização económica) e da continuidade. Acresce que, as características qualitativas são os atributos que tornam a informação proporcionada nas demonstrações financeiras útil aos utentes. Nesse sentido, toda a informação integrante das mesmas é caracterizada pelos atributos da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

### 1 – MACROECONÓMICOS

Nos cinco anos em plano, a taxa de inflação prevista na elaboração dos Instrumentos de Gestão Previsional é variável de 0.8% (em 2021) a 1.1% (de 2022 a 2025), conforme previsões do Banco de Portugal para a economia portuguesa.



## 2 – INVESTIMENTO

Conforme referido no Ponto 1 – Plano de Investimento para o Período 2021 - 2025 do Capítulo C, onde estão detalhados os investimentos previstos em cada uma das suas classes e as respetivas explanações sobre as necessidades dos mesmos, este ponto resume-se no quadro seguinte:

INVESTIMENTO	ANO 2021	ANO 2022	ANO 2023	ANO 2024	ANO 2025
<b>Activos Fixos Tangíveis</b>	<b>10 000,00</b>	<b>10 000,00</b>	<b>10 000,00</b>	<b>10 000,00</b>	<b>7 500,00</b>
Hardware	5 000,00	5 000,00	5 000,00	5 000,00	5 000,00
Equipamento Auxiliar e Administrativo	2 500,00	2 500,00	2 500,00	2 500,00	0,00
Ferramentas e utensílios	2 500,00	2 500,00	2 500,00	2 500,00	2 500,00
<b>Activos Intangíveis</b>	<b>81 500,00</b>	<b>5 000,00</b>	<b>5 000,00</b>	<b>305 000,00</b>	<b>5 000,00</b>
Programas de computadores	81 500,00	5 000,00	5 000,00	305 000,00	5 000,00
<b>Outros Investimentos Financeiros</b>	<b>5 202,39</b>	<b>5 202,39</b>	<b>5 202,39</b>	<b>5 228,40</b>	<b>5 254,55</b>
Fundo de compensação de trabalho	5 202,39	5 202,39	5 202,39	5 228,40	5 254,55
<b>Total</b>	<b>96 702,39</b>	<b>20 202,39</b>	<b>20 202,39</b>	<b>320 228,40</b>	<b>17 754,55</b>

INVESTIMENTO EM CURSO	ANO 2021	ANO 2022	ANO 2023	ANO 2024	ANO 2025
<b>Investimentos em curso</b>	<b>100 000,00</b>	<b>100 000,00</b>	<b>100 000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Programas de computadores	100 000,00	100 000,00	100 000,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>100 000,00</b>	<b>100 000,00</b>	<b>100 000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

## 3 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E OUTROS RENDIMENTOS

No quadro seguinte, a GO Porto apresenta os valores de prestação de serviços e outros rendimentos estimados (com e sem IVA) para o período 2021 – 2025, respeitantes às direcções DP e DGE:

Sem IVA:

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E OUTROS RENDIMENTOS	ANO 2021	ANO 2022	ANO 2023	ANO 2024	ANO 2025
	Montante s/IVA	Montante s/IVA	Montante s/IVA	Montante s/IVA	Montante s/IVA
<b>Vendas e Prestação Serviços</b>					
Contrato de gestão de empreendimentos com a CMP	56 496 947,12	43 154 860,99	54 846 114,71	27 695 254,26	9 575 442,94
Contrato de gestão de empreendimentos com outras entidades	157 000,00	157 000,00	157 000,00	157 000,00	157 000,00
Contrato de exploração	87 728,09	888 422,83	1 168 654,49	1 238 654,71	1 238 654,71
<b>total de vendas e prestação de serviços</b>	<b>56 741 675,21</b>	<b>44 200 283,82</b>	<b>56 171 769,20</b>	<b>29 090 908,97</b>	<b>10 971 097,65</b>
<b>Subsídio à Estrutura</b>	<b>3 620 000,00</b>	<b>3 100 000,00</b>	<b>3 220 000,00</b>	<b>3 620 000,00</b>	<b>3 620 000,00</b>
<b>Outros Rendimentos e Ganhos</b>					
Outros não especificados – relevados como Outros Rendimentos e Ganhos - Contrato de exploração	1 440,00	19 008,90	24 865,20	24 865,20	24 865,20
Outros não especificados – relevados como Outros Rendimentos e Ganhos	0,00	4 580,25	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>60 363 115,21</b>	<b>47 323 872,97</b>	<b>59 416 634,40</b>	<b>32 735 774,17</b>	<b>14 615 962,85</b>



Com IVA:

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E OUTROS RENDIMENTOS	ANO 2021	ANO 2022	ANO 2023	ANO 2024	ANO 2025
	Montante c/IVA	Montante c/IVA	Montante c/IVA	Montante c/IVA	Montante c/IVA
<b>Vendas e Prestação Serviços</b>					
Contrato de gestão de empreendimentos com a CMP	58 368 932,00	45 008 049,00	57 399 021,00	28 903 750,00	10 128 750,00
Contrato de gestão de empreendimentos com outras entidades	192 880,00	192 880,00	192 880,00	192 880,00	192 880,00
Contrato de exploração	107 905,55	1 092 760,09	1 437 444,33	1 523 542,54	1 523 542,54
<b>total de vendas e prestação de serviços</b>	<b>58 669 717,55</b>	<b>46 293 689,09</b>	<b>59 029 345,33</b>	<b>30 620 172,54</b>	<b>11 845 172,54</b>
<b>Subsidio à Estrutura</b>	3 620 000,00	3 100 000,00	3 220 000,00	3 620 000,00	3 620 000,00
<b>Outros Rendimentos e Ganhos</b>					
Outros não especificados - relevados como Outros Rendimentos e Ganhos - Contrato de exploração	1 771,20	23 380,95	30 584,20	30 584,20	30 584,20
Outros não especificados - relevados como Outros Rendimentos e Ganhos	0,00	4 580,25	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>62 291 488,75</b>	<b>49 421 650,28</b>	<b>62 279 929,53</b>	<b>34 270 756,74</b>	<b>15 495 756,74</b>

À semelhança do previsto nos IGP de períodos anteriores, no período em plano de 2021 – 2025, o prazo médio de recebimentos considerado nas projeções financeiras foi de 30 dias. Por norma, no final de cada exercício económico, o Município do Porto tem liquidado toda a faturação recebida das empresas municipais, pelo que, este facto foi tido em conta no cálculo do mapa de demonstração de fluxos de caixa previsional.

No que ao enquadramento, em termos de IVA, dos gastos e rendimentos diz respeito, os Instrumentos de Gestão Previsional 2021 - 2025 foram preparados recorrendo-se às seguintes taxas de IVA:

Tipologia	Regime de IVA
Serviços de empreitada (empreitada, serviços técnicos de projeto, revisão de projeto, PSS, acompanhamento de concurso, fiscalização, fornecimentos e serviços necessários à empreitada, taxas de certificação e de inspeção da obra, indemnizações e multas decorrentes de incumprimento nos contratos de empreitada, etc)	Taxa reduzida
Fornecimentos e Serviços não relacionados com empreitada	Taxa normal
Serviços de manutenção e assistência técnica	Taxa normal
Projetos e estudos em imóveis onde não há expectativa de realização de obra	Taxa normal
Advogados no âmbito de contestação de empreiteiros	Taxa normal
Taxa de tribunal	Não tributado (não sujeito)
Imposto de selo (debitado fora do âmbito de uma obra)	Não tributado (não sujeito)
Juros de mora	Não tributado (não sujeito)
Serviços de gestão	Taxa normal
Receitas provenientes da gestão e exploração de património municipal - Taxas de mercados e feiras	Isenção de Iva
Receitas provenientes da gestão e exploração de património municipal - rendas e outras receitas	Taxa normal
Subsidio à Estrutura	Isenção de Iva
Outros não especificados	Taxa normal



No caso de adquirentes sujeitos passivos mistos, isto é, os que pratiquem operações que conferem o direito à dedução e operações que não conferem esse direito e, independentemente, do método utilizado para o exercício do direito à dedução (afetação real ou *prorata*), há lugar a inversão do sujeito passivo. No caso do Estado, de Autarquias, Regiões Autónomas ou de outras pessoas coletivas de direito público que apenas são sujeitos passivos porque praticam determinado tipo de operações que não são abrangidas pelo conceito de não sujeição a que se refere o n.º 2 do artigo 2º do CIVA ou que o são face ao n.º 3 do mesmo artigo 2º, só há lugar à inversão quando se trate de aquisição de serviços diretamente relacionados com a atividade sujeita, devendo, para o efeito, tais entidades informar o respetivo prestador.

Tendo em consideração que o Município do Porto é sujeito passivo misto, que realiza operações fora do campo de incidência do imposto e que a norma sobre inversão do sujeito passivo de IVA é de aplicação limitada, só aplicável a sujeitos passivos que pratiquem operações que confirmem total ou parcialmente o direito à dedução, este deverá informar a GO Porto sobre o destino dos serviços de construção, para cumprimento das regras de liquidação do imposto e concomitantemente das exigências formais da faturação.

Imóveis onde se realizam os serviços de empreitada	Regime de Inversão
Beirros Sociais	Inversão do sujeito passivo de IVA
Escolas de ensino básico	Taxa reduzida
Infantários e jardins-de-infância	Inversão do sujeito passivo de IVA
Pavilhões ginnodesportivos das escolas e Pavilhões cedidos à Porto Lazer	Inversão do sujeito passivo de IVA
Mercados, museus, bibliotecas, e outros edifícios culturais	Inversão do sujeito passivo de IVA
Espaços públicos e acessibilidades	Taxa reduzida
Cemitérios	Taxa reduzida
Canis, sanitários e balneários	Inversão do sujeito passivo de IVA
Edifícios de bombeiros e edifícios destinados aos serviços do Município	Inversão do sujeito passivo de IVA
Edifícios destinados à Polícia e o edifício da Comissão Nacional de proteção de Crianças e Jovens	Taxa reduzida
Edifícios objeto de cedências gratuitas por parte do Município e imóveis não pertencentes ao Município	Taxa reduzida
Edifícios objeto de cedências tributadas por parte do Município e edifícios objeto de locação isenta de Iva	Inversão do sujeito passivo de IVA
Parques de estacionamento	Inversão do sujeito passivo de IVA
Consultorias, pareceres, estudos e outras prestações de bens e serviços	Taxa normal

As taxas médias apuradas nos Instrumentos de Gestão Previsional para o período 2021 - 2025, nas operações ativas e passivas, são as seguintes:



Taxas médias apuradas	ANO 2021	ANO 2022	ANO 2023	ANO 2024	ANO 2025
Taxa média IVA sobre as Prestações Serviços e Outros Rendimentos	3,40%	4,73%	5,10%	5,27%	8,00%
Taxa média IVA sobre o Imobilizado	22,38%	22,00%	22,00%	17,06%	17,03%
Taxa média IVA sobre as Compras	23,00%	0,00%	23,00%	0,00%	23,00%
Taxa média IVA sobre os Fornecimentos e Serviços Externos	3,21%	3,48%	3,40%	4,51%	7,33%
Taxa média IVA sobre os custos com pessoal	0,22%	0,22%	0,22%	0,22%	0,22%
Taxa média IVA sobre os Outros Gastos	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

## 4 – GASTOS

### 4.1 – INVENTÁRIOS

Tendo por consideração a parte final da gestão e exploração do Mercado Temporário do Bolhão, e decorrente do processo iniciado, em 2019, de faturação de mercadorias, ao público e comerciantes, a preços de venda estimados abaixo do custo médio de aquisição, a GO Porto assinala na Demonstração dos Resultados por Natureza, nos anos de 2021 e 2022, um custo total de 8.411,59 euros referente a imparidades de inventários (entre perdas e reversões decorrentes de faturações de mercadorias a incorrer neste período), cujos movimentos no período em plano 2021 – 2025, resumem-se no quadro seguinte:

MOVIMENTO DAS IMPARIDADES DE INVENTÁRIOS DO PERÍODO	ANO 2021	ANO 2022	ANO 2023	ANO 2024	ANO 2025
Saldo Inicial	5 405,25	4 745,25	0,00	0,00	0,00
Reforço	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reversões	660,00	4 745,25	0,00	0,00	0,00
<b>Saldo Final</b>	<b>4 745,25</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

No que ao custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas diz respeito, o período em plano 2021 – 2025, apresenta os valores anuais seguintes:

MATÉRIAS PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO	ANO 2021	ANO 2022	ANO 2023	ANO 2024	ANO 2025
Existências Iniciais	24 911,38	61 791,38	20 000,00	20 000,00	10 000,00
Compras	40 000,00	0,00	20 000,00	0,00	20 000,00
Regularização de existências	0,00	21 011,38	0,00	0,00	0,00
Existências finais	61 791,38	20 000,00	20 000,00	10 000,00	20 000,00
<b>CMVMC</b>	<b>3 120,00</b>	<b>20 780,00</b>	<b>20 000,00</b>	<b>10 000,00</b>	<b>10 000,00</b>







Assim, e de uma forma sintética, descreve-se de seguida a composição dos Fornecimentos e Serviços Externos:

- A despesa prevista na rubrica de “Subcontratos” é relativa, por um lado, à aquisição de serviços de construção civil, no âmbito do Contrato de Gestão de Empreendimentos e, por outro lado, no âmbito da área de gestão e exploração, os serviços de recolha e tratamentos de resíduos sólidos e urbanos e o contrato de “Facilities Management” adstrito à exploração dos equipamentos mandatados pelo Município (Mercado Temporário do Bolhão - MTB; Mercado do Bolhão - MB ; e o Antigo Matadouro Industrial do Porto - AMIP).
- A rubrica “Trabalhos especializados” compreende, nomeadamente, gastos com serviços conexos com a empreitada, como estudos, projeto, fiscalização e consultoria, consultores das áreas da segurança, assistência/manutenção ao software e hardware, jurídico, auditoria da Qualidade e higio-sanitárias, despesas bancárias e serviços de arquivo.
- Na rubrica “Publicidade”, estão incluídos os gastos com a publicação de relatórios e outros gastos de material de divulgação. Nesta rubrica, e para além de gastos em eventos e outras promoções adstritas à estrutura comum da GO Porto, estão consideradas as iniciativas de divulgação e promoção dirigidas a favor da gestão e exploração dos equipamentos atribuídos pelo Município do Porto à GO Porto (MTB e MB).
- A rubrica “Honorários” compreende, entre outros, os gastos com a revisão legal das contas e os encargos previstos com consultorias de preparação e apoio à gestão e exploração dos equipamentos afetos pelo Município (MTB, MB e o AMIP).
- A despesa prevista na rubrica “Conservação e reparação” refere-se aos gastos previstos na gestão da frota da GO Porto, conservação dos equipamentos de impressão e assistência técnica ao relógio de ponto e outros periféricos. Relevam-se ainda aqui, quer gastos de renovação de licenças e certificados de software em uso na empresa, quer outros gastos residuais que possam vir a ocorrer no âmbito da gestão corrente de alguns imóveis que possam estar sob a gestão e exploração da empresa.
- Na rubrica “Livros e documentação técnica”, estão compreendidos os gastos com a aquisição de bibliografia técnica ao nível das diversas áreas administrativas e técnicas da GO Porto.
- A rubrica “Material de escritório” aponta dotação orçamental para gastos desta natureza ao nível quer das áreas de negócio, quer das áreas administrativas de apoio.
- A rubrica de “Eletricidade” compreende em termos temporais o consumo energético nas instalações provisórias onde atualmente funciona a GO Porto (Edifício Via Rápida, na Zona Industrial do Porto) e nas futuras (Edifício Municipal S. Dinis) como também os gastos previstos a incorrer no futuro MB e AMIP. Relevam-se aqui também, os gastos futuros de consumo de eletricidade do parque automóvel (elétrico e híbrido) nas instalações futuras da Sede da GO Porto.



- A rubrica “Combustíveis” compreende o consumo médio por quilómetro e por n.º de viaturas híbridas da Empresa, como também, encargos deste género a suportar pela GO Porto, nos imóveis sob gestão e exploração (MTB e MB).
- A rubrica “Água” compreende em termos temporais os gastos com o consumo de água e saneamento, quer nas instalações provisórias da GO Porto (Edifício Via Rápida, na Zona Industrial do Porto), quer os gastos futuros nas instalações: Edifício Municipal S. Dinis; MB; e AMIP.
- A rubrica “Gás” compreende os gastos futuros estimados na exploração do imóvel MB.
- A rubrica “Deslocações e estadas” prevê despesas inerentes à utilização de viatura própria em serviço, bem como a previsão de despesas efetuadas com deslocações em serviço, utilizando para o efeito outros meios de transporte e alojamento.
- Na rubrica “Rendas e alugueres”, estão incluídos os gastos com a renda das instalações provisórias de funcionamento da GO Porto no Edifício Via Rápida, na Zona Industrial do Porto, os contratos de aluguer de equipamentos de transporte, hardware, cópia e impressão. Em termos temporais, nesta rubrica estão relevados, igualmente, as rendas das instalações futuras: Edifício Municipal S. Dinis; e do AMIP.
- Os gastos de comunicação estimados na rubrica “Comunicação”, incluem todo o volume de correio, as comunicações da rede fixa, incluindo fax, internet e as comunicações da rede móvel. Nesta rubrica estão previstas despesas de comunicação e promoção destinada aos equipamentos afetos pelo Município à área de exploração da GO Porto (MTB, MB e AMIP).
- Na rubrica de “Seguros”, estão incluídos todos os seguros das viaturas ao serviço da GO Porto, de responsabilidade civil, do recheio das instalações e do equipamento informático. No caso do seguro de responsabilidade civil, está contida uma dotação orçamental destinada, quer aos equipamentos afetos pelo Município à área de exploração (MTB, MB e AMIP), quer aos empreendimentos executados pela GO Porto no âmbito da área de Gestão de Empreendimentos, neste caso, com o valor do seguro diretamente proporcional ao volume de atividade previsto no período em plano.
- Na rubrica de “Contencioso e Notariado” estão incluídos todos os custos com o pagamento de emolumentos ao Tribunal de Contas, sempre que aplicável no período em plano, relativos aos contratos programa e de gestão de empreendimentos, taxas de arbitragem ao tribunal e certidões.
- O valor estimado na rubrica de “Despesas de Representação” diz respeito aos gastos previstos nos contratos dos dois administradores executivos em funções na GO Porto.
- O valor estimado para a rubrica “Limpeza, higiene e conforto”, é relativo aos gastos contratualizados de serviços de limpeza, bem como, relativos aos gastos de produtos de higiene e conforto.
- O valor estimado nas rubricas de “Outros serviços” e “Ferramentas e utensílios” serve para fazer face a pequenos custos que, pela sua natureza, se efetuam dentro da Empresa num cenário de atividade normal, mas que venham a ser subcontratados num quadro de excesso esporádico de atividade.



**Gestão e Obras do Porto**

Rua do Eng.º Ferreira Dias, 954, Escritório 5

4149-008 Porto

T. +351 228 339 300

F. +351 228 339 310

[www.goportos.pt](http://www.goportos.pt)



Os Fornecimentos e Serviços Externos encontram-se resumidos no seguinte mapa:





FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	ANO 2021	ANO 2022	ANO 2023	ANO 2024	ANO 2025
<b>GASTOS DIRETOS DE OBRA</b>					
Subcontatos - CGE - refacturados à CMP	56 496 947,12	43 154 860,99	54 846 114,71	27 695 254,26	9 575 442,94
Subcontatos - facturados a Outras Entidades	157 000,00	157 000,00	157 000,00	157 000,00	157 000,00
<b>Sub-total gastos de Obra / diretos</b>	<b>56 653 947,12</b>	<b>43 311 860,99</b>	<b>55 003 114,71</b>	<b>27 852 254,26</b>	<b>9 732 442,94</b>
<b>GASTOS DIRETOS DA ÁREA DE EXPLORAÇÃO</b>					
Subcontatos	491 450,14	576 494,54	652 476,00	727 776,00	727 776,00
Trabalhos especializados	74 500,04	27 125,01	24 000,00	24 000,00	24 000,00
Publicidade e propaganda	263 372,00	335 500,00	249 000,00	251 500,00	249 000,00
Honorários - Contatos individuais por avença	26 607,84	39 051,96	71 200,00	99 200,00	99 200,00
Comissões - De serviços financeiros	2 640,00	8 160,00	10 000,00	10 000,00	10 000,00
Conservação e reparação de ativos fixos - Edifícios	3 000,00	750,00	0,00	0,00	0,00
Livros e documentação Técnica	200,00	450,00	400,00	400,00	400,00
Material de escritório	800,00	4 300,00	600,00	600,00	600,00
Artigos para oferta e de publicidade e divulgação	18 450,00	12 300,00	12 300,00	12 300,00	12 300,00
Outros materiais diversos de consumo	5 000,00	1 250,00	0,00	0,00	0,00
Electricidade - Instalação	60 035,49	120 070,98	145 657,98	171 244,98	171 244,98
Combustíveis - Gasóleo	800,00	1 075,00	1 000,00	1 000,00	1 000,00
Água	28 026,31	56 052,62	64 581,62	73 110,62	73 110,62
Gás	8 909,02	35 636,09	35 636,09	35 636,09	35 636,09
Transportes de mercadorias	125,00	118,75	100,00	100,00	100,00
Rendas e Aluguéis	1 144,80	1 431,00	3 79 624,80	758 104,80	758 104,80
Comunicação	10 500,00	10 500,00	12 000,00	15 000,00	15 000,00
Seguros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Limpeza, higiene e conforto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Sub-total gastos Da Área de Exploração / diretos</b>	<b>988 560,64</b>	<b>1 230 265,95</b>	<b>1 658 576,49</b>	<b>2 179 972,49</b>	<b>2 177 472,49</b>
<b>GASTOS ESTRUTURA DA ÁREA DE EXPLORAÇÃO / INDIRETOS</b>					
Conservação e Reparação	196,80	198,96	201,15	203,37	205,60
Livros e documentação Técnica	60,00	60,00	60,00	60,00	60,00
Material de escritório	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Combustíveis	885,60	885,60	897,90	897,90	897,90
Rendas e Aluguéis	5 350,01	4 981,01	4 981,01	4 981,01	4 981,01
Seguros	658,56	658,56	658,56	658,56	658,56
<b>Sub-total gastos de estrutura da Área da DGE / indiretos</b>	<b>7 150,97</b>	<b>6 784,13</b>	<b>6 798,62</b>	<b>6 800,83</b>	<b>6 803,07</b>
<b>GASTOS DE ESTRUTURA / INDIRETOS</b>					
Subcontatos	82 677,68	89 139,29	89 139,29	89 139,29	89 139,29
Trabalhos especializados	171 111,72	182 042,38	112 921,39	100 618,49	47 265,99
Publicidade	40 750,00	31 750,00	31 750,00	31 750,00	72 750,00
Comissões	1 000,00	1 000,00	1 000,00	1 000,00	1 000,00
Conservação e Reparação	56 569,49	56 791,85	47 915,18	57 583,98	52 503,27
Peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	300,00	300,00	300,00	300,00	300,00
Livros e documentação Técnica	2 188,52	2 180,00	2 191,00	2 202,12	2 213,36
Material de escritório	15 200,00	14 700,00	14 700,00	14 700,00	14 700,00
Artigos de Higiene e Limpeza	6 000,00	6 066,00	6 132,73	6 200,19	6 268,39
Medicamentos e artigos para a saúde	300,00	303,30	306,64	310,01	313,42
Outros materiais diversos de consumo	530,00	530,00	530,00	530,00	530,00
Electricidade	16 530,30	10 000,00	10 000,00	10 000,00	10 000,00
Combustíveis	4 649,40	4 649,40	4 713,36	4 713,36	4 713,36
Água	1 185,00	900,00	900,00	900,00	900,00
Deslocações e Estadias	3 566,50	3 571,91	3 486,98	3 492,52	3 588,51
Transportes de Mercadorias	10 300,00	300,00	300,00	300,00	300,00
Rendas e Aluguéis	238 075,70	238 774,36	242 285,77	251 890,83	251 895,94
Comunicação	25 421,60	25 421,60	25 468,04	25 514,99	25 562,45
Seguros	47 496,75	47 927,54	48 363,06	48 803,38	49 248,54
Contencioso e Notariado	19 160,00	9 220,00	105 651,52	16 460,00	9 220,00
Despesas de Representação	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00
Limpeza, higiene e conforto	7 000,00	1 500,00	1 500,00	1 500,00	1 500,00
Outros Serviços - Outros	615,00	615,00	615,00	615,00	615,00
<b>Sub-total gastos de estrutura / indiretos</b>	<b>759 547,67</b>	<b>757 182,63</b>	<b>759 669,95</b>	<b>678 024,15</b>	<b>654 027,52</b>
<b>TOTAL</b>	<b>58 409 206,40</b>	<b>45 286 093,70</b>	<b>57 428 159,77</b>	<b>30 717 051,73</b>	<b>12 570 746,02</b>



### 4.3 - GASTOS COM O PESSOAL

No período 2021 – 2025, a constituição do quadro de efetivos da GO Porto por categorias está prevista ser a seguinte:

GRUPOS FUNCIONAIS	ANO 2021	ANO 2022	ANO 2023	ANO 2024	ANO 2025
Direção	5	5	5	5	5
Gestão	13	13	13	13	13
Coordenação	4	4	4	4	4
Técnicos Superiores	11	11	11	11	11
Técnicos	4	4	4	4	4
Administrativos/Operacionais	4	4	4	4	4
<b>Total</b>	<b>41</b>	<b>41</b>	<b>41</b>	<b>41</b>	<b>41</b>

Para além dos colaboradores citados, a Empresa terá três administradores, conforme previsto nos Estatutos, sendo dois deles remunerados. A distribuição supracitada, quando desagregada por Área de Empresa é a seguinte:

ÁREAS	ANO 2021	ANO 2022	ANO 2023	ANO 2024	ANO 2025
Direção de Produção	15	15	15	15	15
Direção de Exploração	4	4	4	4	4
Direção Jurídico	3	3	3	3	3
Direção Administrativa e Financeira	14	14	14	14	14
Secretariado da Administração	1	1	1	1	1
Responsável Planeamento e Gestão de Processos	1	1	1	1	1
Gabinete de Comunicação e Promoção	3	3	3	3	3
<b>Total</b>	<b>41</b>	<b>41</b>	<b>41</b>	<b>41</b>	<b>41</b>

No período em plano, os pressupostos principais utilizados em relação a esta rubrica são os seguintes:

- Taxa média de encargos sociais a cargo da entidade patronal (SS, CGA, FGCT e SAT) – 24.98%;
- Subsídio de alimentação de acordo com a legislação em vigor;
- Taxa anual para formação igual a 1% do valor bruto salarial com encargos sociais;
- Taxa anual para assistência médica igual a 2,18% do total de gastos com pessoal sem as rubricas de formação e assistência médica (relevados como outros gastos com pessoal);

- O cálculo dos gastos com o pessoal tem apenas em conta os vencimentos projetados para o ano em análise e respetivos encargos.
- Atualização salarial assente no Regime de Carreiras (em curso de implementação), prevendo-se custos de progressão a partir de 2024, à taxa anual de 0,5% [a].

[a] - A GO Porto pretende concluir o projeto de implementação de um Regime de Carreiras. Tendo presente que, no tempo, o projeto em causa levará a assunção de dois impactos financeiros distintos na demonstração de resultados da empresa - o primeiro, resultante do desvio entre o quadro remuneratório atual e aquele que vier a ser determinando pelas posições remuneratórias de arranque no âmbito deste regime e, o segundo, resultante das progressões de carreira por aplicação dos critérios de progressão a aprovar pelo Conselho de Administração -, faz-se notar que, para o período em plano, a GO Porto dotou o orçamento de gastos com o pessoal com um montante anual adicional de 51 mil euros, aproximadamente, valor considerado suficiente para a assunção daquele primeiro impacto financeiro, admitindo-se que o segundo impacto (progressões) ocorrerá apenas a partir do exercício económico de 2024, à taxa anual de 0,5%

No cálculo dos salários, foi utilizado como base o seu valor a preços correntes de setembro de 2020. O valor da taxa média anual de encargos sociais patronais deriva do facto do quadro de pessoal da Empresa ser constituído por funcionários oriundos da Autarquia, por trabalhadores vinculados por contrato individual de trabalho e por alguns trabalhadores na situação de primeiro emprego que beneficiam de taxas mais reduzidas.

O quadro de pessoal da GO Porto projetado para o período 2021 - 2025, reflete ainda a prossecução do procedimento de reorganização empresarial, iniciado na empresa a partir de 2017. De facto, e após as admissões de novos trabalhadores ocorridas nos últimos exercícios - que permitiram incrementar o quadro de pessoal em ambas as áreas de negócio e nas áreas de apoio administrativo -, neste período em plano de cinco anos, estão previstas quatro novas admissões em áreas diversas da empresa, conforme referido anteriormente no Ponto "2 - PLANO DE RECURSOS HUMANOS PARA O PERÍODO 2021-2025".

Assim, estima-se para o período 2021 - 2025 um valor médio anual de gastos com o pessoal de cerca de 1.868 mil euros.

#### 4.4-GASTOS DE AMORTIZAÇÕES E DEPRECIACÕES

As taxas de amortização e depreciações utilizadas são as seguintes:



DESCRIÇÃO	TAXAS
<b>Ativos Intangíveis</b>	
Software	33,33% - 100,00%
<b>Ativos Fixos Tangíveis</b>	
Ferramentas e Utensílios	12,50% - 25,00%
Equipamento Administrativo	12,50% - 33,33%
Outras Imobilizações Corpóreas	12,50% - 100,00%

#### 4.5-OUTROS GASTOS E PERDAS

Os outros gastos e perdas orçamentados para o período 2021-2025 são diminutos e dizem respeito, essencialmente, a gastos com impostos, taxas e outros, bem como, despesas adicionais com taxas e licenciamentos.

#### 5 – RESULTADO FINANCEIRO

Decorrente da incapacidade legal da GO Porto de recorrer a endividamento de uma forma autónoma do Município do Porto, a projeção de gastos financeiros no período em plano de 2021 – 2025 é nula. Quanto aos rendimentos, estes derivam de uma normal gestão de tesouraria, pois traduzem as aplicações por períodos curtos e/ou muito curtos dos fundos recebidos da Autarquia que, entretanto, aguardam os processamentos dos pagamentos aos fornecedores, o que faz com que os rendimentos financeiros não assumam valores significativos. Este cenário foi construído com base na opção de resolução das necessidades de financiamento do fundo de maneiço por recurso à Autarquia.

RESULTADO FINANCEIRO	ANO 2021	ANO 2022	ANO 2023	ANO 2024	ANO 2025
Juros e Ganhos Similares	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00

#### 6 – IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO

De acordo com o Orçamento de Estado de 2020, a GO Porto está sujeita a uma taxa de IRC de 21%. Acresce ainda, um valor de derrama municipal que poderá ser no máximo de 1,5 % do lucro tributável sujeito a imposto. Desta forma, e pelo princípio da prudência, foi considerada uma taxa de tributação total anual de 22,5% para o período de 2021-2025.

Independentemente dos resultados da Empresa antes de impostos serem positivos ou negativos, a Empresa está sujeita a tributação autónoma em sede de IRC, cujas taxas variam entre 5% e 10%. Foram, ainda, considerados nos IGP 2021 – 2025, o pagamento por conta e a utilização dos pagamentos especiais por conta do IRC efetuados em exercícios anteriores, conforme o disposto no CIRC.

## 7 – RUBRICAS DE BALANÇO

### 7.1 – TESOURARIA

À semelhança de IGP anteriores, na elaboração deste orçamento considerou-se um saldo mínimo de tesouraria igual a 1.000 €.

### 7.2 – ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Dadas as diferentes naturezas dos serviços prestados, foi calculada uma taxa média ponderada de IVA a liquidar derivada das prestações de serviços, descrita no ponto 3 deste capítulo. O valor encontrado resulta da grande representatividade dos serviços de empreitada nos FSE totais que, para o período em plano, varia entre os 3,40% de 2021 e os 8,00% de 2025. Neste mesmo ponto, foram determinadas, igualmente, taxas médias de IVA dedutível noutras rubricas de exploração.

Quanto aos encargos patronais com os regimes de apoio social ao trabalhador, foi encontrada uma taxa média ponderada (segurança social e caixa geral de aposentações) de 23,75% para o período 2021-2025, por serem de duas espécies os vínculos laborais do pessoal ao serviço da Empresa (colaboradores originários da Autarquia que se encontram em regime de requisição de serviço ou em comissão de serviço, trabalhadores vinculado por contrato individual de trabalho, enquadrados, portanto, no regime geral da segurança social e dentro deste último regime por alguns trabalhadores na situação de primeiro emprego que beneficiam de taxas mais reduzidas).

A Lei nº 70/2013, de 30 de agosto, veio consagrar os regimes jurídicos do Fundo de Compensação do Trabalho (FCT), do Mecanismo Equivalente (ME) e do Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho (FGCT), e entrou em vigor no dia 1 de outubro de 2013. A adesão é obrigatória para todas as entidades empregadoras que celebrem contratos de trabalho regulados pelo Código do Trabalho, a partir daquela data.





O FCT e o FGCT são fundos autónomos destinados a assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento efetivo de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, calculada nos termos do Artigo 366º do Código do Trabalho. Tanto um como o outro são fundos de adesão individual e obrigatória pelo empregador, que pode, em alternativa à adesão ao FCT aderir a ME, ficando neste caso, vinculado a conceder ao trabalhador garantia igual à que resultaria da vinculação ao FCT.

O FCT é um fundo de capitalização individual, que visa garantir o pagamento até metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, calculada nos termos definidos para a compensação por despedimento coletivo, e que responde até ao limite dos montantes entregues pelo empregador e eventual valorização positiva. O valor das entregas para o FCT, ou ao ME, corresponde a 0,925% da retribuição-base e diuturnidades devidas a cada trabalhador abrangido. O valor das entregas para o FGCT corresponde a 0,075% da retribuição-base e diuturnidades devidas a cada trabalhador abrangido pelo FCT ou ME. As entregas são feitas 12 vezes por ano, mensalmente, nos prazos previstos para o pagamento das quotizações e contribuições para a segurança social, por cada trabalhador.

No período em plano 2021 – 2025, a taxa média de seguro de acidentes de trabalho é de 1,20%, pelo que, o total de encargos sociais obrigatórios a cargo da entidade patronal ascende a 24,98%.

A taxa média de IRS a reter aos trabalhadores considerada para efeitos do presente orçamento foi de 22,45% que leva em linha de conta as taxas de retenção das tabelas de IRS de 2020.

A taxa média dos encargos sociais por conta dos trabalhadores considerada para efeitos do presente orçamento foi de 10,91% que resulta das duas espécies os vínculos laborais do pessoal ao serviço da Empresa (colaboradores originários da Autarquia que se encontram em regime de requisição de serviço ou em comissão de serviço e trabalhadores vinculados por contrato individual de trabalho, portanto, enquadrados no regime geral da Segurança Social.

### **7.3 – DIFERIMENTOS**

Os diferimentos ativos referem-se basicamente a gastos de rendas e alugueres de hardware e software e economato a imputar aos anos seguintes.

### **7.4 – OUTRAS CONTAS A PAGAR E A RECEBER**

No período em plano 2021 – 2025, e perfazendo uma média anual de 2.629 mil euros, a rubrica de “Outras Contas a Pagar”, em passivo não corrente, engloba os valores de depósitos das garantias dadas pelos fornecedores, por



responsabilidades inerentes às empreitadas em curso, quer por depósitos diretamente efetuados pelos fornecedores, quer por retenções efetuadas aquando dos pagamentos, e cujos valores serão oportunamente restituídos, conforme previsto na lei. Esta rubrica integra ainda os valores conhecidos a setembro de 2020 dos depósitos de garantia prestados a terceiros, os saldos devedores e de cobrança duvidosa de fornecedores. Nesta rubrica, mas ao nível do passivo corrente, estão relevados os acréscimos de gastos respeitantes à previsão para encargos com férias e subsídio de férias vencidos em 31 de dezembro de cada ano, e pagos no ano seguinte, aquando do gozo das respetivas férias.

A legislação portuguesa sobre o trabalho define que as férias relativas a qualquer ano de serviço sejam gozadas pelo trabalhador no ano seguinte. Por tal facto, procedeu-se ao cálculo dos gastos daí decorrentes inerentes a cada exercício.

Esta rubrica integra ainda os valores conhecidos a setembro de 2020 da especialização do subsídio, perdas por imparidade e o saldo credor relativo a um processo de IVA de revisão oficiosa à Autoridade Tributária e Aduaneira instaurado pela GO Porto. Conforme referido em IGP anteriores, neste processo está em causa um montante de € 112.010,07, valor aplicável às operações subjacentes aos débitos efetuados pela GO Porto, no período de julho a dezembro de 2008, sem que a Câmara Municipal do Porto tenha pago qualquer valor de imposto à GO Porto.

Ainda que, pelo facto da GO Porto não ter recebido qualquer pagamento de imposto do município do Porto, este processo seja distinto de um outro (N.º 350/2015-T) - também relacionado com o assunto IVA, mas já julgado desfavoravelmente, em abril de 2018, às pretensões da empresa -, reconhece-se haver uma probabilidade de vir a ter um desfecho, igualmente, desfavorável à GO Porto. Assim, e porque está em causa o valor suprarreferido, em crédito no ativo da empresa sobre o Estado, aguarda-se a competente aprovação por parte do Município do Porto, de uma solução que mitigue o esforço financeiro que possa daí resultar.

## 7.5 – RESERVAS

As rubricas de Reservas Legais e de Outras Reservas incluem a aplicação de parte dos resultados líquidos positivos gerados, conforme o disposto nos Estatutos da GO Porto.

## 7.6 – CAPITAL SOCIAL

O capital social é composto por 100.000 ações nominativas de valor nominal de 5,00 € cada, e encontra-se integralmente realizado pelo Município do Porto.



## 7.7 – FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Ponto não aplicável ao período em plano 2021 – 2025.

## 8 – OUTROS ASSUNTOS

A dependência financeira do Município do Porto pode originar atrasos no pagamento de faturas a fornecedores da Empresa, situação que entra em confronto com o disposto no Código dos Contratos Públicos. Estas situações estão previstas no Contrato de Gestão de Empreendimentos, celebrado entre a Empresa e o município do Porto, o qual, regula as relações contratuais estabelecidas entre as partes e, conseqüentemente, quaisquer juros de mora reclamados por terceiros, não terão impacto líquido sobre as demonstrações financeiras da Empresa, na medida em que, existe uma total recuperação dos mesmos.

A seguir, apresenta-se um quadro síntese das responsabilidades eventuais, relativas aos contenciosos existentes:





PROCESSO	AUTOR	TIPO DE ACÇÃO	PEDIDO	VALOR	SITUAÇÃO
Processos n.ºs 1140/04.2BEPR T (1768)	Jaime Ribeiro & Filhos, S.A. e Construtora Abrantina, S.A.	Acção administrativa comum com processo ordinário	Indemnização no âmbito da execução do contrato de empreitada «Construção dos Conjuntos Habitacionais das Fontainhas 1, 2 e 3, integrados no PER».	755 204,36 €	O Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto condenou a GO Porto a pagar uma indemnização que vier a ser apurada em sede de execução de sentença. A GO Porto recorreu da sentença para o Tribunal Central do Administrativo do Norte que absolveu a GO Porto de 539.912,33€ e relegou 161.292,03€ para liquidação em execução de sentença. O Autor recorreu para o Supremo Tribunal Administrativo, no que respeita aos 539.912,33€, alegando que a sua condenação deveria ter sido relegada para liquidação em execução de sentença. Aguarda-se desenvolvimento no processo (Acórdão).
Processo n.º 752/05.1BEPR T (1782)	Jaime Ribeiro & Filhos SA	Acção administrativa comum com processo ordinário	Indemnização no âmbito da execução da empreitada «Requalificação da Frente da Ribeira».	4 224 682,60 €	Foi proferida sentença: a GO Porto foi absolvida de parte do pedido, em montante correspondente a € 3.935.283 e foi condenada a pagar € 289.599,95. A GO Porto interpsu recurso jurisdiccional relativo à parte da sentença que lhe foi desfavorável. Autos subiram ao TCA Norte. Profundo Acórdão, favorável à GO Porto, o Autor interpsu Recurso de Revista, invocando a nulidade do Acórdão, por oposição da fundamentação, com a conclusão. A GO Porto apresentou contraalegações (03.02.2020). O Recurso de Revista foi admitido, subindo ao STJ, tendo por fundamento eventual erro de julgamento e não a referida nulidade. A GO Porto contraalegou (04.03.2020). O STJ, por Acórdão do STJ datado de 09.07.2020, decidiu não admitir a Revista, por desnecessidade da mesma. Desta forma, mantém-se a decisão do TCA/N, o qual tendo revogado a decisão condenatória, no valor de 289.599,05€, remeteu o pagamento para liquidação em montante a apurar em sede de execução de sentença. Esta operação apenas poderá ser realizada em setembro de 2020, momento em que o Acórdão do STJ transitará em julgado.
Processo n.º 1481/06.4BEPR T (1833)	Domingos da Silva Teixeira, S.A.	Acção administrativa comum com processo ordinário	Condenação da Empresa no âmbito da empreitada «Requalificação da Avenida da Boavista».	1 932 994,55 €	A GO Porto deduziu a competente contestação. Foi realizado o julgamento. Foi proferida sentença em primeira instância, tendo a GO Porto sido absolvida de todos os pedidos. A autora interpsu recurso jurisdiccional. A 19.02 foi proferido parecer do M.P. no sentido de negar provimento ao recurso e manter a decisão recorrida. Aguarda-se decisão (acórdão).
Processo n.º 1541/07.1BEPR T (1856)	Alberto Couto Alves, S.A.	Acção administrativa comum com processo ordinário	A Autora intentou uma acção administrativa comum, sob a forma ordinária contra a Sociedade no âmbito da Execução da Empreitada «Antas 2.ª Fase – Arruamentos» também designada por «Infraestruturas e Espaço Público das Antas – 2.ª Fase».	15 000,00 €	Foi pedido, por parte da Autora, a apensação dos diversos processos pendentes, tais como o processo n.º 1541/07.4BEPR T; 1076/08.8BEPR T; 1079/08.2BEPR T; 1081/08.4BEPR T e 1085/08.7BEPR T, todos relativos à Empreitada «Antas – 2.ª Fase» (e a seguir também discriminados). Foi realizado o julgamento. Marcada leitura de resposta aos quesitos para 15.09.14 que não se realizou. Aguarda-se desenvolvimento do processo (sentença).
Processo n.º 1079/08.2BEPR T (1887)	Alberto Couto Alves, S.A.	Acção administrativa comum com processo ordinário	A Autora intentou uma acção administrativa comum, sob a forma ordinária contra a Empresa no âmbito da execução da empreitada «Antas 2.ª Fase – Arruamentos» também designada por «Infraestruturas e Espaço Público das Antas – 2.ª Fase».	336 092,27 €	Foi pedido, por parte da Autora, a apensação dos diversos processos pendentes, tais como o processo n.º 1541/07.4BEPR T; 1076/08.8BEPR T; 1079/08.2BEPR T; 1081/08.4BEPR T e 1085/08.7BEPR T, todos relativos à Empreitada «Antas – 2.ª Fase» (e a seguir também discriminados). Foi realizado o julgamento. Marcada leitura resposta aos quesitos para 15.09.14 não se tendo realizado. Aguarda-se desenvolvimento processo (sentença).
Processo n.º 1081/08.4BEPR T (1888)	Alberto Couto Alves, S.A.	Acção administrativa comum com processo ordinário	A Autora intentou uma acção administrativa comum, sob a forma ordinária contra a Empresa no âmbito da execução da empreitada «Antas 2.ª Fase – Arruamentos» também designada por «Infraestruturas e Espaço Público das Antas – 2.ª Fase».	158 430,97 €	Foi pedido, por parte da Autora, a apensação dos diversos processos pendentes, tais como o processo n.º 1541/07.4BEPR T; 1076/08.8BEPR T; 1079/08.2BEPR T; 1081/08.4BEPR T e 1085/08.7BEPR T, todos relativos à Empreitada «Antas – 2.ª Fase» (e a seguir também discriminados). Foi realizado o julgamento. Marcada leitura resposta aos quesitos para 15.09.14 não se tendo realizado. Aguarda-se desenvolvimento processo (sentença).
Processo n.º 1076/08.8BEPR T (1889)	Alberto Couto Alves, S.A.	Acção administrativa comum com processo ordinário	A Autora intentou uma acção administrativa comum, sob a forma ordinária contra a Empresa no âmbito da execução da empreitada «Antas 2.ª Fase – Arruamentos» também designada por «Infraestruturas e Espaço Público das Antas – 2.ª Fase».	68 947,76 €	Foi pedido, por parte da Autora, a apensação dos diversos processos pendentes, tais como o processo n.º 1541/07.4BEPR T; 1076/08.8BEPR T; 1079/08.2BEPR T; 1081/08.4BEPR T e 1085/08.7BEPR T, todos relativos à Empreitada «Antas – 2.ª Fase» (e a seguir também discriminados). Foi realizado o julgamento. Marcada leitura resposta aos quesitos para 15.09.14 não se tendo realizado. Aguarda-se desenvolvimento processo (sentença).
Processo n.º 1085/08.7BEPR T (1892)	Alberto Couto Alves, S.A.	Acção administrativa comum com processo ordinário	A Autora intentou uma acção administrativa comum, sob a forma ordinária contra a Empresa no âmbito da execução da empreitada «Antas 2.ª Fase – Arruamentos» também designada por «Infraestruturas e Espaço Público das Antas – 2.ª Fase».	47 783,60 €	Foi pedido, por parte da Autora, a apensação dos diversos processos pendentes, tais como o processo n.º 1541/07.4BEPR T; 1076/08.8BEPR T; 1079/08.2BEPR T; 1081/08.4BEPR T e 1085/08.7BEPR T, todos relativos à Empreitada «Antas – 2.ª Fase» (e a seguir também discriminados). Foram marcadas novas datas de continuação de julgamento para Setembro de 2013. Foi realizado o julgamento. Marcada leitura resposta aos quesitos para 15.09.14 não se tendo realizado. Aguarda-se desenvolvimento processo (sentença).





PROCESSO	AUTOR	TIPO DE ACÇÃO	PEDIDO	VALOR	SITUAÇÃO
Processo n.º 2836/10.5BEPR T	Costeira Empreiteiros – Sociedade de Construções, S.A.	Acção administrativa comum com processo ordinário	A GO Porto em sede de execução da empreitada, responsabilizou o empreiteiro pelo custo de trabalhos de supressão de erros e omissões do caderno de encargos não tempestivamente identificados no montante de € 277.946,41. O empreiteiro impugnou judicialmente aquela decisão da GO Porto.	277 946,41 €	A GO Porto contestou a acção. O Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto proferiu decisão favorável à GO Porto. O empreiteiro interpôs recurso jurisdicional e a GO Porto contra alegou. Aguarda-se decisão (acordão).
Processo: n.º 867/11.7BEPR T	Alberto Couto Alves, S.A.	Acção administrativa comum com processo ordinário	A Autora peticiona o pagamento de uma indemnização no montante de € 130.569,45, relativo a pretensos custos indirectos, de estrutura e lucros não coberto da empreitada "Requalificação das Ruas de Santa Catarina, Passos Manuel e Ateneu Comercial do Porto", decorrentes, alegadamente, do prolongamento do prazo de execução daquela.	283 893,56 €	A GO Porto apresentou a sua contestação e deduziu um pedido reconvenicional, peticionando, por sua vez, do empreiteiro uma indemnização no montante € 153.324,11. Aguarda-se desenvolvimento do processo.
Processo n.º 2133/14.7BEPR T (2089)	Trevotopázio – Sociedade Empresarial, S.A., José Carlos Mendes dos Santos e Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mora dos Santos	Acção administrativa comum com processo ordinário	as Autoras intentaram uma acção administrativa comum contra a Empresa, na Empreitada de "Remodelação do Edifício dos Correios – Arquivo e Cantina" pedindo a condenação da Empresa a pagar a duas das Autoras o montante de € 59.117,02, acrescidos de juros à taxa legal, ou se assim se não entendesse, a condenação da Empresa a pagar à Autora "Trevoto-pázio", o referido valor e também ser condenada ao pagamento de uma sanção pecuniária no montante de €100,00 por ida de atraso de pagamento do valor que vier a ser arbitrado, após transitio em julgado.	59 117,02 €	A GO Porto contestou. Em 09.07.15 foi proferida sentença que absolveu a GO Porto do pedido. Autores interpuseram recurso que subiu ao TCA Norte. A 06.11.15 foi proferido parecer do M.P. que confirmou sentença. Foi proferido acordão, pelo TCA-Norte, não favorável à GO Porto. A Go Porto apresentou recurso ao STA. Aguarda decisão final.
Processo n.º 2588/14.0BEPR T (2091)	Luís Filipe Bessa de Gusmão Rodrigues e Esposa	Acção administrativa comum com processo ordinário	Os Autores intentaram uma acção administrativa comum contra a Empresa e contra a CMP, pedindo a condenação das Empresas ao pagamento do montante de €1.089,84, referente aos danos sofridos no veículo dos Autores, ou reparação do mesmo veículo e também a serem condenadas à reposição do piso de acesso à rampa da garagem do Edifício S. Pedro, propriedade esta dos Autores	5 000,01 €	A GO Porto contestou e requereu intervenção provocada da Sociedade M. dos Santos, SA. A referida acção foi julgada procedente e, em consequência, foram os Réus condenados a pagar aos Autores o montante de € 1. 089,84 (mil e oitenta e nove euros e oitenta e quatro cêntimos), acrescido de juros moratórios, à taxa legal, desde a data da citação até efetivo e integral pagamento e , ainda, proceder à reparação da rampa de acesso à garagem do Edifício S. Pedro. Encontra-se em fase de Execução de Sentença.
Processo n.º 1846/16.9TBR RT (2109)	Ré:Caixa Geral de Depósitos, S.A.	acção de condenação	A GO Porto intentou uma acção de condenação contra a Ré, pedido a sua condenação a entregar à Empresa a importância de €160.282,02, por conta das garantias bancárias por elas prestadas, bem como pagar-lhe os juros moratórios vencidos à taxa de 17,6%, no montante de €25.350,03, e vencidos, à mesma taxa até integral pagamento.	223 723,92 €	A Ré contestou. Foi proferida sentença que declarou o Tribunal Civil incompetente em razão da matéria. Em consequência e após o termo do período de suspensão (decorrente da pandemia covid-19) será interposta a acção no TAF do Porto.
Processo: n.º 1677/17.3BEPR T	CCCAH - PortoSushi, Actividades Hoteleiras, Lda. (GOSHO)	Acção administrativa comum com processo ordinário	A Autora pede uma indemnização por lucros cessantes, no valor de 391.672,34€, acrescido de juros legais, contados desde a data da citação.	391 672,34 €	A GO Porto apresentou contestação. O processo continua em fase de audiência de julgamento para produção de prova.Aguarda-se desenvolvimento no processo.
Processo n.º 1965/16.6BEPR T-A -	Strong - Segurancas, SA	Processo Executivo	A Exequente pede a execução da Go Porto no pagamento de 28.302,33€ a título de lucros cessantes (3.378,17€), perda de visibilidade operacional e experiência profissional (20.000,00€), despesas judiciais (3.844,16€), despesas com elaboração da proposta (1.080,00€), tudo acrescido de juros.	28 302,33 €	Foi apresentada oposição ao requerimento executivo.O Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto condenou a GO Porto a pagar uma indemnização que vier a ser apurada em sede de execução de sentença.Tendo em conta a referida decisão foi dela interposto recurso a 29.10.2018 para o Tribunal Administrativo Central Norte, pelo que se aguarda o competente Acórdão.
Processo n.º 1277/14.0BEPR T	Autoridade Tributária	Ação Administrativa Especial	Propositura de acção administrativa especial, no TAF Porto, com vista à anulação do Despacho de indeferimento de pedido de revisão oficiosa, proferido pela Autoridade Tributária.	112 010,07 €	A aguardar prolação de Sentença desde 28/10/2015. Aguarda-se desenvolvimento do processo.
Processo n.º 2071/09.5BEPR T (1945)	Jame Queirós Ribeiro, S.A.	Acção administrativa comum com processo ordinário	A Autora intentou uma acção administrativa comum, sob forma de processo ordinário contra a Empresa no âmbito da execução da empreitada «Ligação ao Viaduto da Prelada – Troço Sul».	825 150,49 €	Foi proferida sentença que condenou a Go Porto no pagamento de 47.093,86€, acrescido de juros, absolvendo-a do demais peticionado. O processo judicial está findo. Decorre processo extrajudicial para recuperação dos créditos da GO Porto, tendo em conta a sentença e as garantias existentes (retenções e garantias bancárias).



PROCESSO	AUTOR	TIPO DE ACÇÃO	PEDIDO	VALOR	SITUAÇÃO
Processo n.º 1218/12.9.9 TJVNF	Ré: Jaime Queirós Ribeiro, S.A.	Processo de Insolvência	No âmbito do processo de insolvência da Ré, foi reconhecido à GO Porto como crédito comum, um crédito no valor de 392.708,40 €	392 708,40 €	Já foi proferida sentença de graduação de créditos estando este apenas resolvido. Quanto à liquidação do património da massa a mesma está ainda em curso, estando a administradora judicial a promover diligência de venda dos móveis e imóveis outrora pertencentes à insolvente, o que ainda não terminou e, posteriormente, pelo respetivo rateio entre os credores.
Processos n.ºs 40/05.3BEPR (17798)	Jaime Ribeiro & Filhos, S.A. e Construtora Abrantina, S.A.	Acção administrativa comum com processo ordinário	As Autoras deduziu contra a empresa um incidente de liquidação relativo aos danos emergentes derivados de suspensão, ocorridos entre Outubro de 2002 a 13 de Março de 2013, no âmbito da execução do contrato de empreitada «Construção dos Conjuntos Habitacionais das Fontainhas 1, 2 e 3, integrados no PER».	267 718,14 €	A GO Porto deduziu a competente contestação. A GO Porto foi absolvida da instância relativamente aos pedidos da Requerente Jaime Ribeiro & Filhos, SA. Foi proferida Sentença pelo Tribunal Administrativo e Fiscal absolvendo a GO Porto da instância. Fomos notificados no dia 20.02.2019, de novo incidente de liquidação interposto contra a GOP. No dia 07.03.2019 foi apresentada a respetiva oposição ao incidente, solicitando uma nova perícia. Aguarda-se realização da Perícia
Processo n.º 1319/19.2 BELSB	Rumos	Acção Administrativa urgente	A Autora intentou uma acção administrativa urgente, sob forma de processo de contencioso pré contratual contra a Empresa e a Devscope - Soluções de Sistemas e Tecnologias de Informação, S.A. no âmbito do procedimento de contratação pública BI.	58.333,00€	A GO Porto deduziu a competente contestação. O Autor, respondeu à nossa pronúncia quanto ao seu pedido de ampliação do pedido. Proferida sentença do TAC de Lisboa, os autos foram remetidos ao TAF do Porto. Fomos notificados do Despacho Saneador em maio de 2020, designadamente, para apresentarmos alegações escritas (atenta a desnecessidade de produção de prova testemunhal). No dia 08.06.2020, foram apresentadas as alegações da GO Porto, em juízo Aguarda-se desenvolvimento processo (sentença - diligências processuais)
Processo n.º 3181/19.6BEPR T	M. Santos & Companhia, S.A.	Acção administrativa comum com processo ordinário	A Autora intentou uma Acção Administrativa, requerendo a anulação da deliberação pela qual a GO Porto aplicou multa contratual.	7.310,22€	A GO Porto deduziu a competente contestação, não tendo, até ao momento conhecido quaisquer desenvolvimentos processuais. (Aguarda-se o normal decorrer da ação - diligências processuais)
Processo n.º 105/20.1BEPR T	M. Santos & Companhia, S.A.	Acção administrativa comum com processo ordinário	A Autora intentou uma Acção Administrativa, requerendo a anulação da deliberação pela qual a GO Porto aplicou multa contratual.	121.837,07€	A GO Porto deduziu a competente contestação, não tendo, até ao momento conhecido quaisquer desenvolvimentos processuais. (Aguarda-se o normal decorrer da ação - diligências processuais)

Em conclusão, é convicção da GO Porto que, salvo um ou outro caso pontual, não existe fundamento para a atribuição de qualquer compensação financeira adicional às diferentes autoras. Não obstante, não se ignora o risco, sempre existente em situações desta natureza contenciosa, de as contendidas judiciais poderem vir a ser desfavoráveis.

## 9 – CONCLUSÃO

Para o período 2021 – 2025, está previsto que o cumprimento integral dos Instrumentos de Gestão Previsional irá gerar um valor positivo de resultados líquidos, no montante de € 137.694,96.

Ressalva-se que, as obras com prazos de término imperativo, poderão acarretar encargos financeiros adicionais, caso a Autarquia do Porto não possa cumprir com os prazos de pagamento contratualmente estabelecidos. Apresenta-se no quadro seguinte, alguns indicadores económico-financeiros para o período em plano:

INDICADORES	ANO 2021	ANO 2022	ANO 2023	ANO 2024	ANO 2025
<b>FINANCEIROS</b>					
Liquidez geral	1,02	1,49	1,60	1,79	1,61
Autonomia Financeira	23,87%	24,91%	24,54%	26,66%	27,35%
Autofinanciamento	65 444,30	101 120,18	80 306,74	111 584,29	132 716,41





## B – ORÇAMENTO DE EXPLORAÇÃO

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS	NOTAS	ANO 2021	ANO 2022	ANO 2023	ANO 2024	ANO 2025
<b>RENDIMENTOS E GASTOS</b>						
VENDAS	8A.5	2 060,00	20 515,00	20 000,00	10 000,00	10 000,00
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	8A.5	56 739 615,21	44 179 768,82	56 151 769,20	29 080 908,97	10 961 097,65
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO OBTIDOS	8A.5	3 620 000,00	3 100 000,00	3 220 000,00	3 620 000,00	3 620 000,00
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS	8A.41	-2 537,60	-20 634,40	-20 000,00	-10 000,00	-10 000,00
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	8A.42	-58 409 206,40	-45 286 093,70	-57 428 159,77	-30 717 051,73	-12 570 746,02
GASTOS COM O PESSOAL	8A.43	-1 862 007,77	-1 862 007,77	-1 862 007,77	-1 871 317,81	-1 880 674,40
IMPARIDADES DE INVENTÁRIOS (PERDAS/REVERSÕES)	8A.41	-4 027,05	-4 384,55	0,00	0,00	0,00
IMPARIDADES DE DÍVIDAS A RECEBER (PERDAS/REVERSÕES)	8A.74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	8A.5	1 440,00	23 589,15	24 865,20	24 865,20	24 865,20
OUTROS GASTOS E PERDAS	8A.45	-12 374,85	-36 645,09	-14 220,00	-14 220,00	-14 220,00
<b>RESULTADO ANTES DE DEPRECIACÕES E GASTOS DE FINANCIAMENTO</b>		<b>72 961,55</b>	<b>114 107,46</b>	<b>92 246,86</b>	<b>123 184,63</b>	<b>140 322,44</b>
GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIACÃO E DE AMORTIZACÃO	8A.28A.44	-47 970,67	-64 316,87	-47 130,82	-79 582,31	-114 476,30
<b>RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO)</b>		<b>24 990,87</b>	<b>49 790,60</b>	<b>45 116,05</b>	<b>43 602,33</b>	<b>25 846,14</b>
JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS	10.8A.5	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00
JUROS E GASTOS SIMILARES SUPOSTADOS	8A.5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS</b>		<b>25 490,87</b>	<b>50 290,60</b>	<b>45 616,05</b>	<b>44 102,33</b>	<b>26 346,14</b>
IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	8A.6	-8 017,25	-13 487,28	-12 440,12	-12 100,35	-8 106,02
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>		<b>17 473,62</b>	<b>36 803,32</b>	<b>33 175,92</b>	<b>32 001,98</b>	<b>18 240,11</b>



## C – ORÇAMENTO DE TESOURARIA

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	NOTAS	ANO 2020	ANO 2021	ANOS SEGUINTE			
				ANO 2022	ANO 2023	ANO 2024	ANO 2025
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS</b>							
RECEBIMENTOS							
Clientes	I-DII-A-3	36 014 916,85	58 671 488,75	46 317 070,03	59 059 929,53	30 650 756,74	11 875 756,74
Subsídio à Exploração	I-DII-A-3	2 917 025,01	3 620 000,00	3 100 000,00	3 220 000,00	3 620 000,00	3 620 000,00
PAGAMENTOS							
Fornecedores	I-DII-A-4.2	37 062 325,85	59 282 895,06	46 967 624,30	59 518 916,92	31 918 589,92	13 546 293,10
Pessoal (Inclui IRS, CGA e SS)	II-A-4.3	1 496 158,51	1 887 863,53	1 866 151,19	1 866 151,19	1 875 364,43	1 884 741,25
<b>CAIXA GERADA PELAS OPERAÇÕES</b>		<b>373 457,49</b>	<b>1 120 730,16</b>	<b>583 294,55</b>	<b>894 861,42</b>	<b>476 802,58</b>	<b>64 722,38</b>
OUTROS RECEBIMENTOS							
Estado (IVA)	II-A-3II-A-4.2						
Imposto sobre Rendimentos Pessoas Colectivas	II-A-6	89 826,00	1 000,00	1 000,00	1 000,00	1 000,00	1 000,00
Outros recebimentos (Estado, Banca e Outros)		2 058,08	7 926,56	4 652,07	4 696,38	9 958,41	11 302,75
Rubricas Extraordinárias		562,40	562,40	562,40	562,40	562,40	562,40
OUTROS PAGAMENTOS							
Estado (IVA)	II-A-3	168 208,57	40 955,72	291 022,75	719 984,07	435 650,97	23 994,20
Imposto sobre Rendimentos Pessoas Colectivas	II-A-6	3 868,26	7 438,86	7 497,64	12 694,17	11 699,37	11 376,58
Outros pagamentos (Estado, Banca e Outros)		21 513,23	963 549,85	14 758,71	13 345,00	13 345,00	13 345,00
Rubricas Extraordinárias							
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS</b>		<b>272 313,91</b>	<b>118 274,48</b>	<b>276 229,92</b>	<b>155 096,97</b>	<b>27 627,87</b>	<b>28 871,74</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>							
RECEBIMENTOS							
Activos Fixos Tangíveis	II-A-2	184,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Rendimentos Similares	I-DII-A-5	67,46	375,00	375,00	375,00	375,00	375,00
PAGAMENTOS							
Activos Fixos Tangíveis	II-A-2	21 604,31	106 887,00	204 450,00	141 450,00	18 450,00	18 450,00
Activos Intangíveis	II-A-2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos Financeiros	II-A-2	2 238,09	4 943,75	5 202,39	5 202,39	5 226,24	5 252,37
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		<b>-23 590,44</b>	<b>-111 455,75</b>	<b>-269 277,39</b>	<b>-146 277,39</b>	<b>-23 301,24</b>	<b>-23 327,57</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>							
PAGAMENTOS							
Financiamentos Obtidos	II-A-7.7	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES</b>		<b>248 723,47</b>	<b>6 818,73</b>	<b>6 952,53</b>	<b>8 819,57</b>	<b>4 326,63</b>	<b>5 544,38</b>
<b>CAIXA E SEUS EQUIVALENTES 1 DE JANEIRO</b>		<b>4 358 657,12</b>	<b>4 607 380,59</b>	<b>4 614 199,32</b>	<b>4 621 151,85</b>	<b>4 629 971,42</b>	<b>4 634 298,05</b>
<b>MÍNIMO DE CAIXA</b>		<b>1 000,00</b>	<b>1 000,00</b>	<b>1 000,00</b>	<b>1 000,00</b>	<b>1 000,00</b>	<b>1 000,00</b>
<b>CAIXA E SEUS EQUIVALENTES 31 DE DEZEMBRO</b>		<b>4 607 380,59</b>	<b>4 614 199,32</b>	<b>4 621 151,85</b>	<b>4 629 971,42</b>	<b>4 634 298,05</b>	<b>4 639 842,43</b>



## D – BALANÇO PREVISIONAL

BALANÇO PREVISIONAL	NOTAS	ANO 2021	ANO 2022	ANO 2023	ANO 2024	ANO 2025
<b>ACTIVO</b>						
<b>ATIVO NÃO CORRENTE</b>						
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	II-A-2/II-A-4.4	33 370,87	31 153,42	27 956,87	26 125,94	24 140,14
ATIVOS INTANGÍVEIS	II-A-2/II-A-4.4	95 457,55	48 358,14	19 423,87	256 672,50	156 682,00
INVESTIMENTOS EM CURSO	II-A-2/II-A-4.4	100 000,00	200 000,00	300 000,00	0,00	0,00
OUTROS ATIVOS FINANCEIROS	II-A-2/II-A-4.4/II-A-7.4	2 633 042,25	2 632 173,75	2 631 305,25	2 630 462,76	2 621 620,41
		<b>2 861 870,67</b>	<b>2 911 685,31</b>	<b>2 978 685,99</b>	<b>2 913 261,20</b>	<b>2 802 442,54</b>
<b>ATIVO CORRENTE</b>						
INVENTÁRIOS	II-A-4.1	57 046,14	20 000,00	20 000,00	10 000,00	20 000,00
CLIENTES, CONTRIBUINTES E UTENTES	I-D/II-A-3	47 374,85	46 812,45	46 250,05	45 687,65	45 125,25
ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	II-A-4.3/II-A-6/II-A-7.2	49 200,26	249 454,63	404 422,96	110 691,05	49 637,10
OUTRAS CONTAS A RECEBER	II-A-7.4	391 673,17	10 532,47	10 532,47	51 325,97	189 287,49
DIFERIMENTOS	II-A-7.3	25 829,50	26 691,28	27 885,22	29 453,02	31 451,17
CAIXA E DEPÓSITOS	II-A-7.1	2 123 267,30	2 130 219,83	2 139 039,40	2 143 366,03	2 148 910,41
		<b>2 694 391,21</b>	<b>2 483 710,66</b>	<b>2 648 130,10</b>	<b>2 390 523,72</b>	<b>2 484 411,42</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>5 556 261,89</b>	<b>5 395 395,97</b>	<b>5 626 816,09</b>	<b>5 303 784,92</b>	<b>5 286 853,95</b>
<b>PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO</b>						
<b>PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>						
PATRIMÓNIO CAPITAL	II-A-7.6	500 000,00	500 000,00	500 000,00	500 000,00	500 000,00
RESERVAS	II-A-7.5	765 427,05	765 427,05	765 427,05	765 427,05	765 427,05
RESULTADOS TRANSITADOS	II-A-7.5	60 926,66	78 400,29	115 203,60	148 379,53	180 381,51
		<b>1 326 353,71</b>	<b>1 343 827,34</b>	<b>1 380 630,65</b>	<b>1 413 806,58</b>	<b>1 445 808,56</b>
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	II-B	<b>17 473,62</b>	<b>36 803,32</b>	<b>33 175,92</b>	<b>32 001,98</b>	<b>18 240,11</b>
<b>TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>		<b>1 343 827,34</b>	<b>1 380 630,65</b>	<b>1 413 806,58</b>	<b>1 445 806,56</b>	<b>1 464 048,67</b>
<b>PASSIVO</b>						
<b>PASSIVO NÃO CORRENTE</b>						
OUTRAS CONTAS A PAGAR	II-A-7.4	2 490 932,02	2 668 398,52	3 003 272,00	2 490 932,02	2 490 932,02
		<b>2 490 932,02</b>	<b>2 668 398,52</b>	<b>3 003 272,00</b>	<b>2 490 932,02</b>	<b>2 490 932,02</b>
<b>PASSIVO CORRENTE</b>						
CREDORES P/TRANSFERÊNCIAS E SUBS. CONCEDI	II-A-7.4	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FORNECEDORES	I-D/II-A-4.2	1 063 500,00	939 300,00	807 900,00	974 300,00	928 300,00
ADIANT. DE CLIENTES, CONTRIBUINTES E UTENTES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	II-A-4.3/II-A-6/II-A-7.2	162 464,30	157 263,86	151 899,36	141 325,19	150 916,94
FORNECEDORES DE INVESTIMENTO	II-A-7.4	123 433,53	433,53	433,53	435,70	437,88
OUTRAS CONTAS A PAGAR	II-A-7.4	372 104,70	249 369,40	249 504,62	250 983,45	252 218,44
		<b>1 721 502,53</b>	<b>1 346 366,79</b>	<b>1 209 737,52</b>	<b>1 367 044,34</b>	<b>1 331 873,26</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>4 212 434,55</b>	<b>4 014 765,31</b>	<b>4 213 009,51</b>	<b>3 857 976,36</b>	<b>3 822 805,28</b>
<b>TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO</b>		<b>5 556 261,89</b>	<b>5 395 395,97</b>	<b>5 626 816,09</b>	<b>5 303 784,92</b>	<b>5 286 853,95</b>

**Gestão e Obras do Porto**

Rua do Eng.º Ferrelra Dias, 954, Escritório 5  
4149-008 Porto  
T. +351 228 339 300  
F. +351 228 339 310  
www.goporto.pt





## EQUILIBRIO ECONÓMICO-FINANCEIRO

No período em plano 2021 – 2025, os encargos diretos com a área de Gestão e Exploração serão financiados através das receitas próprias geradas pela exploração do património não habitacional e das infraestruturas urbanísticas adstritas pelo Município do Porto à gestão da GO Porto, e ainda pelo subsídio à exploração atribuído pela Autarquia.

Os encargos com os gastos de obra (subcontratos) serão financiados através das receitas obtidas via o Contrato de Gestão de Empreendimentos, firmado com o Município do Porto.

Os encargos de estrutura da Empresa – gastos operacionais indiretos – serão financiados pelo Município do Porto sob a forma de subsídio à exploração, atribuído pela Autarquia.

Para o período em plano 2021-2025, em condições de execução contratual regulares, o pretendido equilíbrio estará garantido, conforme se apresenta no mapa seguinte:

PROVEITOS	ANO 2021	ANO 2022	ANO 2023	ANO 2024	ANO 2025
Prestação Serviços contrato de mandato - CGE	56 496 947,12	43 154 860,99	54 846 114,71	27 695 254,26	9 575 442,94
Prestação Serviços contrato outras entidades	157 000,00	157 000,00	157 000,00	157 000,00	157 000,00
Vendas contrato de exploração	2 060,00	20 515,00	20 000,00	10 000,00	10 000,00
Prestação Serviços contrato de exploração	85 668,09	867 907,83	1 148 654,49	1 228 654,71	1 228 654,71
Reversão de Imparidades de Inventários	660,00	165,00	0,00	0,00	0,00
<b>Subsídio à Estrutura</b>	<b>3 620 000,00</b>	<b>3 100 000,00</b>	<b>3 220 000,00</b>	<b>3 620 000,00</b>	<b>3 620 000,00</b>
contrato de mandato	2 488 738,28	2 500 855,66	2 480 638,86	2 446 257,36	2 469 771,47
contrato de exploração	1 131 261,72	599 144,34	739 361,14	1 173 742,64	1 150 228,53
Outros Rendimentos e Ganhos	0,00	4 580,25	0,00	0,00	0,00
Outros Rendimentos e Ganhos contrato de exploração	1 440,00	19 008,90	24 865,20	24 865,20	24 865,20
Juros e Ganhos Similares	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00
<b>Total</b>	<b>60 364 275,21</b>	<b>47 324 537,97</b>	<b>59 417 134,40</b>	<b>32 736 274,17</b>	<b>14 616 462,85</b>
<b>Resultado Líquido do Período</b>	<b>17 473,62</b>	<b>36 803,32</b>	<b>33 175,92</b>	<b>32 001,98</b>	<b>18 240,11</b>





GASTOS	ANO 2021	ANO 2022	ANO 2023	ANO 2024	ANO 2025
<b>Gastos Operacionais</b>					
<b>Contrato de Obra</b>					
Fornecimentos e Serviços Externos Obra CGE	56 496 947,12	43 154 860,99	54 846 114,71	27 695 254,26	9 575 442,94
Fornecimentos e Serviços Externos Obra outras entidades	157 000,00	157 000,00	157 000,00	157 000,00	157 000,00
<b>Gastos contrato de Obra</b>	<b>56 653 947,12</b>	<b>43 311 860,99</b>	<b>55 003 114,71</b>	<b>27 852 254,26</b>	<b>9 732 442,94</b>
<b>Contrato de Exploração</b>					
Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	2 537,60	20 634,40	20 000,00	10 000,00	10 000,00
Gastos com o Pessoal	180 814,09	180 814,09	180 814,09	181 718,16	182 626,75
Fornecimentos e Serviços Externos dos Equipamentos Explorados	988 560,64	1 230 265,95	1 658 576,49	2 179 972,49	2 177 472,49
Fornecimentos e Serviços Externos de Estrutura DGE	7 150,97	6 784,13	6 798,62	6 800,83	6 803,07
Imparidades de Inventários	4 687,05	4 549,55	0,00	0,00	0,00
Gastos de Depreciação e de Amortizações	7 245,37	9 327,76	9 161,87	4 168,75	0,00
Outros Gastos	5 103,23	9 154,85	12 413,71	11 000,00	11 000,00
<b>Gastos contrato exploração</b>	<b>1 196 098,94</b>	<b>1 461 530,72</b>	<b>1 887 764,78</b>	<b>2 393 660,23</b>	<b>2 387 902,31</b>
<b>Estrutura</b>					
Gastos com o Pessoal	1 681 193,68	1 681 193,68	1 681 193,68	1 689 599,65	1 698 047,65
Fornecimentos e Serviços Externos	759 547,67	737 182,63	759 669,95	678 024,15	654 027,52
Imparidades de Dívidas a Receber	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gastos de Depreciação e de Amortizações	40 725,30	54 969,11	37 968,95	75 413,56	114 476,30
Outros Gastos	7 271,62	27 490,24	1 806,29	3 220,00	3 220,00
<b>Gastos da estrutura</b>	<b>2 488 738,28</b>	<b>2 500 855,66</b>	<b>2 480 638,86</b>	<b>2 446 257,36</b>	<b>2 469 771,47</b>
Imposto Sobre Rendimento do Período	8 017,25	13 487,28	12 440,12	12 100,35	8 106,02
<b>Total</b>	<b>60 346 801,59</b>	<b>47 287 734,65</b>	<b>59 383 958,48</b>	<b>32 704 272,19</b>	<b>14 598 222,74</b>

Porto, 20 de outubro de 2020

O Conselho de Administração,

**Gestão e Obras do Porto**

Rua do Eng.º Ferreira Dias, 954, Escritório 5

4149-008 Porto

T. +351 228 339 300

F. +351 228 339 310

[www.goportofp.pt](http://www.goportofp.pt)



ANEXO 1 – PREVISÃO DE OBRA A EXECUTAR PARA O MUNICÍPIO DO PORTO EM 2021-2025



**Previsão de Obra a Executar para o Município do Porto no Período 2021-2025**

Designação das Rubricas	ANO 2021	ANO 2022	ANO 2023	ANO 2024	ANO 2025
<b>2 ECONOMIA E EMPREGO</b>					
2.1 Programa Mercator	15 410 001	0	0	0	0
<b>Sub-total</b>	<b>15 410 001</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>4 CULTURA</b>					
4.1 Dinamização da Arte, Cultura e Ciência	4 781 683	5 206 000	11 471 000	8 700 000	1 500 000
<b>Sub-total</b>	<b>4 781 683</b>	<b>5 206 000</b>	<b>11 471 000</b>	<b>8 700 000</b>	<b>1 500 000</b>
<b>5 URBANISMO E REABILITAÇÃO URBANA</b>					
5.1 Reabilitação Urbana e Ordenamento e Gestão Urbanística	741 825	495 000	2 150 000	1 300 000	1 000 000
<b>Sub-total</b>	<b>741 825</b>	<b>495 000</b>	<b>2 150 000</b>	<b>1 300 000</b>	<b>1 000 000</b>
<b>6 EDUCAÇÃO</b>					
6.1 Promover e Fomentar a Educação	9 775 773	1 960 775	2 000 000	2 000 000	2 000 000
<b>Sub-total</b>	<b>9 775 773</b>	<b>1 960 775</b>	<b>2 000 000</b>	<b>2 000 000</b>	<b>2 000 000</b>
<b>10 DESPORTO</b>					
10.1 Incentivar e Promover o Desporto e Animação da Cidade	3 682 000	5 753 676	3 973 018	2 000 000	2 000 000
<b>Sub-total</b>	<b>3 682 000</b>	<b>5 753 676</b>	<b>3 973 018</b>	<b>2 000 000</b>	<b>2 000 000</b>
<b>11 MOBILIDADE E TRANSPORTES</b>					
11.1 Melhoria da Mobilidade e Infraestruturas	18 460 208	24 578 388	33 102 003	12 803 750	1 728 750
<b>Sub-total</b>	<b>18 460 208</b>	<b>24 578 388</b>	<b>33 102 003</b>	<b>12 803 750</b>	<b>1 728 750</b>
<b>12 AMBIENTE E QUALIDADE DE VIDA</b>					
12.1 Qualificação dos Espaços Verdes	4 785 350	6 175 210	3 803 000	1 200 000	1 000 000
12.2 Promoção e Sustentabilidade do Ambiente	17 520	0	100 000	100 000	100 000
<b>Sub-total</b>	<b>4 802 870</b>	<b>6 175 210</b>	<b>3 903 000</b>	<b>1 300 000</b>	<b>1 100 000</b>
<b>13 GOVERNÂNCIA DA CÂMARA</b>					
13.1 Funcionamento dos Serviços	414 572	539 000	500 000	500 000	500 000
13.2 Outros	300 000	300 000	300 000	300 000	300 000
<b>Sub-total</b>	<b>714 572</b>	<b>839 000</b>	<b>800 000</b>	<b>800 000</b>	<b>800 000</b>
<b>TOTAL</b>	<b>58 368 932</b>	<b>45 008 049</b>	<b>57 399 021</b>	<b>28 903 750</b>	<b>10 128 750</b>







EN  
H.  
CA

Exma. Senhora  
Dra. Susana Catarina Iglésias Couto Rodrigues de Jesus  
R. Arq. Marques da Silva, 285 - 3º Dto  
4150 - 484 Porto

Porto, 20 de outubro de 2020

### DECLARAÇÃO DO ÓRGÃO DE GESTÃO

A presente declaração é emitida, no âmbito da análise dos Instrumentos de Gestão Previsional (IGP) para o período de 2021 a 2025, de acordo com os Estatutos da Gestão e Obras do Porto, E.M. (a Entidade ou GO Porto), com vista à emissão do parecer respetivo.

Reconhecemos que é da nossa responsabilidade a preparação e apresentação dos Instrumentos de Gestão Previsional, e nomeadamente quanto aos pressupostos subjacentes, por forma a que as previsões financeiras apresentem, no que de melhor é nosso conhecimento e convicção, a posição financeira, os resultados das operações, os movimentos dos fluxos de caixa e equivalentes no período previsto, refletindo a previsão o nosso juízo, baseado nas circunstâncias presentes, sobre as condições esperadas e a nossa atuação futura.

Confirmamos, tanto quanto é nosso dever conhecer e nossa convicção, que:

- a) Relativamente aos processos judiciais em curso explicitados nas notas explicativas dos IGP, temos a firme convicção de que os desfechos serão favoráveis à Entidade. No entanto, caso a empresa venha a suportar os juros de mora e indemnizações e outros custos, em virtude de decisões desfavoráveis dos referidos litígios, estes serão suportados integralmente pela Câmara Municipal do Porto no período em que ocorrerem.
- b) A GO Porto aguarda decisão judicial para um processo de revisão oficiosa à Autoridade Tributária e Aduaneira, no valor de € 112.010,07, aplicável às operações subjacentes aos débitos efetuados pela GO Porto no período de julho a dezembro de 2008.
- c) É nossa firme convicção de que a adoção desde 1 de janeiro de 2020 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC AP), a qual obriga ao reconhecimento, desreconhecimento e reclassificações dos ativos e nomeadamente dos ativos fixos tangíveis, assim como à





utilização de taxas de depreciação e amortização específicas, não terá efeitos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras da GO Porto, na medida em que os ativos sob gestão são da propriedade da Câmara Municipal do Porto, sendo também esta que detém o seu controlo efetivo para efeitos das normas do SNC AP.

- d) As transferências financeiras do Município para a GO Porto, incluídas nos IGP para 2021/2025, nomeadamente no que ao subsídio à exploração respeita, cumprem com o disposto na Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, e serão as constantes do Contrato Programa a celebrar com a Câmara Municipal do Porto, para o período 2021/2023.
- e) As demonstrações financeiras previsionais 2021/2025 apresentam, para o ano de 2021, um total do ativo de 5 556 262 euros, um património líquido de 1 343 827 e um resultado líquido de 17 474 euros. O orçamento da receita e da despesa, para o ano de 2021, é de 62 301 353 euros e 62 294 544 euros, respetivamente.

O Conselho de Administração

Presidente do Conselho de Administração - Dr.ª Ana Catarina Araújo

Vice-Presidente do Conselho de Administração - Arq.ª Cátia Meirinhos

Administrador Executivo do Conselho de Administração - Eng.º Manuel Aranha



EV  
lt.  
cah

## PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL 2021-2025

### Introdução

Nos termos da alínea j) do n.º 6 do artigo 25.º, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, procedi ao exame dos Instrumentos de Gestão Previsional (IGP) da Gestão e Obras do Porto, E.M. (a Entidade ou Go Porto), relativos ao período de 2021 a 2025, datado de 20 de outubro de 2020, que compreendem os planos anuais e plurianuais de atividades, de investimento e financeiros, as demonstrações orçamentais previsionais, as notas explicativas ao orçamento, orçamento de exploração, orçamento de tesouraria e os balanços previsionais para o mencionado período, incluindo os pressupostos em que se basearam, os quais se encontram descritos no ponto II dos IGP.

As demonstrações financeiras previsionais apresentam, para o ano de 2021, um total do ativo de 5 556 262 euros, um património líquido de 1 343 827 e um resultado líquido de 17 474 euros. O orçamento da receita e da despesa, para o ano de 2021, é de 62 301 353 euros e 62 294 534 euros, respetivamente.

### Responsabilidades do órgão de gestão sobre os instrumentos de gestão previsional

É da responsabilidade do órgão de gestão a preparação e apresentação de Instrumentos de Gestão Previsional e a divulgação dos pressupostos em que as previsões neles incluídas se baseiam. Estes Instrumentos de Gestão Previsional são preparados nos termos exigidos pelo artigo 42.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, e nos termos da NCP 26 - Contabilidade e Relato Orçamental.

### Responsabilidades do fiscal único sobre o exame dos instrumentos de gestão previsional

A minha responsabilidade consiste em (i) avaliar a razoabilidade dos pressupostos utilizados na preparação dos Instrumentos de Gestão Previsional (ii) verificar se os Instrumentos de Gestão Previsional

51



✓ M.  
ca

foram preparados de acordo com os pressupostos e (iii) concluir sobre se a apresentação dos Instrumentos de Gestão Previsional é adequada, e emitir o respetivo parecer.

O meu trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade 3400 (ISAE 3400) - Exame de Informação Financeira Prospetiva, e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

### **Parecer**

Baseado na minha avaliação da prova que suporta os pressupostos, nada chegou ao meu conhecimento que me leve a concluir que esses pressupostos não proporcionam uma base razoável para as previsões contidas nos Instrumentos de Gestão Previsional da Entidade acima indicados. Além disso, em minha opinião, as demonstrações financeiras prospetivas estão devidamente preparadas com base nos pressupostos e apresentadas numa base consistente de acordo com as políticas contabilísticas adotadas pela entidade de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Devo, contudo, advertir que frequentemente os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais serão provavelmente diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

### **Ênfases**

Sem afetar o parecer expresso no capítulo anterior, chamo a atenção para os seguintes factos:

1. O modelo de projeções financeiras que suporta os instrumentos de gestão previsionial em apreciação, tem como ano base das previsões financeiras o exercício de 2020. A sua construção exigiu estimar, de acordo com a informação disponibilizada pelo Conselho de Administração, o resultado líquido e os saldos de balanço reportados a 31 de dezembro de 2020. Consequentemente, o resultado líquido e o respetivo imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas estimados e incluídos no património líquido poderão estar sujeitos a alterações, bem como poderão ser diferentes os fluxos financeiros devido ao impacto das diferenças entre os saldos de balanço

91





OK  
at  
ca

estimados e os saldos finais apurados. Adicionalmente, o modelo de projeções financeiras referido teve por base a estrutura conceptual e as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, adotado desde 1 de janeiro de 2020.

2. Tendo a Go Porto sido considerada entidade pública reclassificada em setembro de 2017, está abrangida pela aplicação do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, sendo obrigada a adotar o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC AP), a partir de 1 de janeiro de 2020. De acordo com a norma transitória do SNC AP, a adoção do novo normativo contabilístico obriga ao reconhecimento, desreconhecimento e reclassificações dos ativos e, nomeadamente, dos ativos fixos tangíveis, assim como à utilização de taxas de depreciação e amortização específicas, sendo firme convicção do Conselho de Administração que o processo de transição não terá efeitos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras da Go Porto, na medida em que os ativos sob gestão são propriedade do Município do Porto, sendo, também, este que detém o seu controlo efetivo para efeitos do normativo do SNC AP.
3. A Go Porto está subordinada, na sua prestação de serviços, ao grupo Câmara Municipal do Porto, procurando alargar a sua atividade a outras entidades, pelo que quaisquer atrasos significativos na geração de encomendas ou nos fluxos financeiros poderão afetar decisivamente as condições de exploração e o equilíbrio patrimonial e financeiro da Entidade.
4. No âmbito de uma revisão dos procedimentos adotados na liquidação de IVA nas relações da GO Porto com a Câmara Municipal do Porto, realizada em 2011, foi efetuado pela Go Porto, em 2012, um pedido de revisão oficiosa, de acordo com o disposto no Art.º 78.º da Lei Geral Tributária e do Art.º 98.º do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, tendente à regularização de IVA em seu favor no montante de, aproximadamente, 112 mil euros, relativo a imposto liquidado em excesso no período de julho a dezembro de 2008. Este pedido foi, em 2013, indeferido pela Autoridade Tributária e Aduaneira. O Conselho de Administração recorreu da decisão da Autoridade Tributária e Aduaneira para o Tribunal Arbitral, que se declarou incompetente em razão da matéria, após o que o mesmo Conselho recorreu para o Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto. Aquele valor está

9'

**Gestão e Obras do Porto**  
Rua do Eng.º Ferreira Dias, 954, Escritório 5  
4149-008 Porto  
T. +351 228 339 300  
F. +351 228 339 310  
www.goporto.pt



cm  
lt.  
cm

refletido no ativo da Entidade, nos balanços previsionais, na rubrica de Estado e Outros Entes Públicos (cf. Nota 7.4 dos IGP).

Porto, 20 de outubro de 2020

*Susana Jesus*

Susana Catarina Iglésias Couto Rodrigues de Jesus

Revisora Oficial de Contas

1338

Registo na CMVM com o n.º 20160948







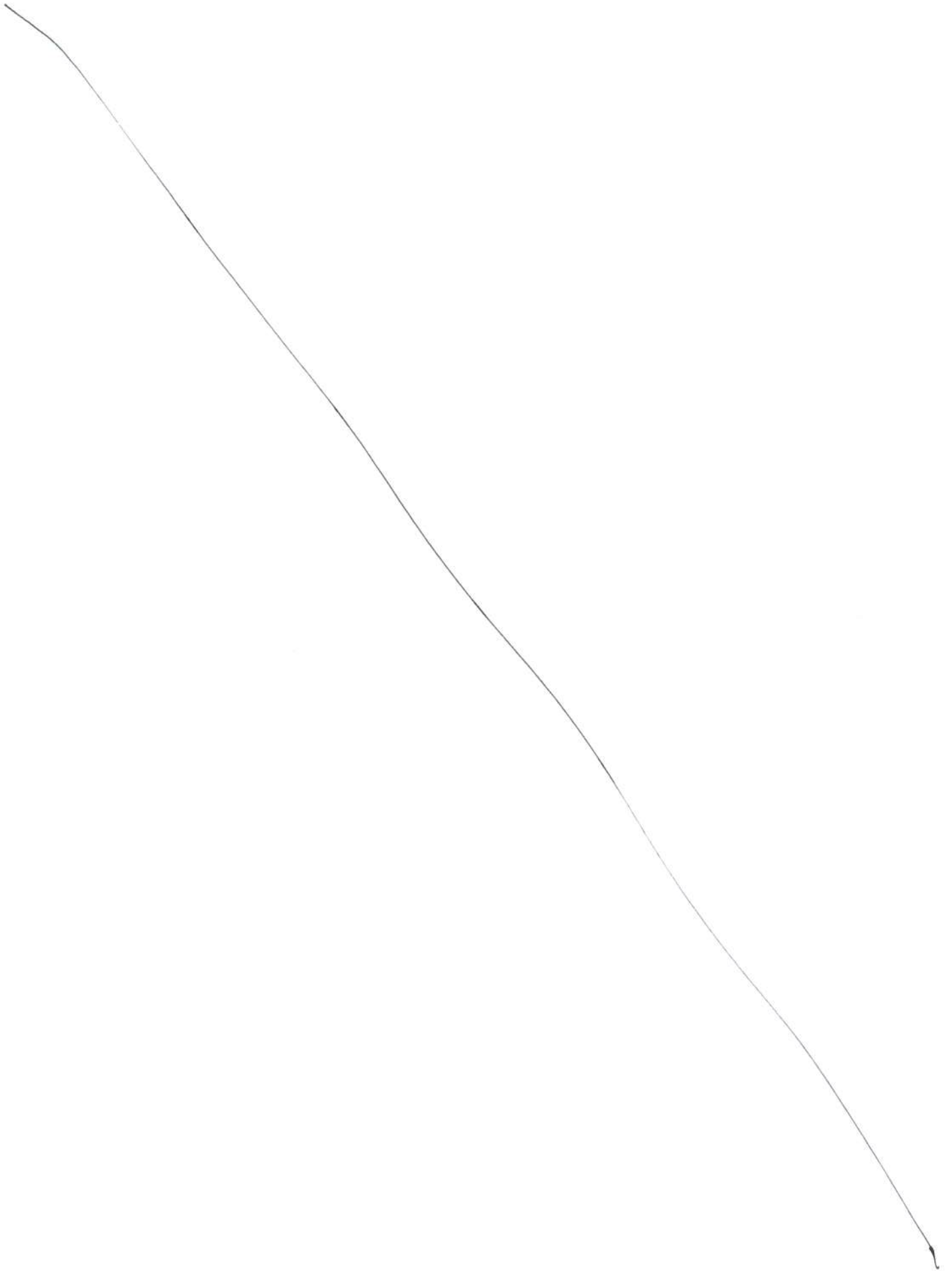
# Instrumentos de Gestão Previsional 2021-2025

PORTO VIVO, SRU  
Sociedade de  
Reabilitação Urbana do Porto, E.M., S.A.  
Rua Mouzinho da Silveira, nº 208 a 214  
4050-417 Porto  
[www.portovivosru.pt](http://www.portovivosru.pt)

# Instrumentos de Gestão Previsional 2021-2025

Aprovado pelo Conselho de Administração, em 19 de outubro de 2020





Handwritten signature or initials in blue ink, possibly including a checkmark or arrow pointing downwards.

# Índice

## I. Apresentação da Empresa

1. Introdução .....	11
2. Missão e Competências .....	12
2.1. Missão .....	12
2.2. Competências .....	12
2.3. Organograma .....	13
3. Análise Swot.....	15
3.1. Forças .....	15
3.2. Fraquezas .....	16
3.3. Oportunidades .....	17
3.4. Ameaças .....	17

## II. Plano de Atividades para 2021

1. Eixos Estratégicos para 2021 .....	21
2. Planeamento para 2021 .....	22
2.1. ORU Centro Histórico .....	22
2.1.1. Relatório de monitorização da ORU do "Centro Histórico do Porto, Ponte Luiz I e Mosteiro da Serra do Pilar" .....	23
2.1.2. Plano de Gestão e Sustentabilidade para o "Centro Histórico do Porto, Ponte Luiz I e Mosteiro da Serra do Pilar" .....	24
2.1.3. Unidade de Intervenção de Santa Clara .....	26
2.1.4. Projeto Morro da Sé .....	28
2.2. Operações de Reabilitação Urbana na zona oriental da cidade .....	30
2.2.1. ORU Campanhã - Estação .....	30
2.2.2. ORU- Corujeira .....	32
2.3. Habitação para Arrendamento a Rendas Acessíveis .....	35
2.4. Projeto "Ilhas" da Cidade.....	36
2.5. Outras Unidades de Intervenção .....	38
2.5.1. Parcela 14 do Quarteirão de Carlos Alberto.....	38
2.5.2. Parcela 6 do Quarteirão de Carlos Alberto .....	38
2.5.3. Quarteirão de D. João I .....	39
2.6. Unidade Orgânica de Comunicação Empresarial .....	39
3. Indicadores de Avaliação de Atividade .....	41

<b>4. Aspectos Organizacionais</b> .....	42
4.1. Formação Interna .....	42
4.2. Responsabilidade Ambiental .....	42
4.3. Código de Ética .....	42
4.4. Código de Conduta para Prevenção e Combate ao Assédio .....	42
4.5. Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo Riscos de Corrupção e Infrações Conexas. ....	42

### **III. Orçamento 2021**

1. Sumário .....	45
2. Orçamento de Receitas e Despesas.....	46
2.1. Orçamento de Receitas .....	47
2.2. Orçamento de Despesas .....	49

### **IV. Plano Plurianual 2021-2025**

1. Orçamento Plurianual 2021-2025 .....	59
Demonstrações Orçamentais Previsionais .....	59
1.1.1. Receitas .....	59
1.1.2. Despesas .....	60
1.2. Plano Plurianual de Investimento .....	62
1.3. Demonstrações Financeiras Previsionais .....	64
1.3.1. Balanço .....	64
1.3.2. Demonstração de Resultados .....	65
1.4. Compromissos Plurianuais .....	67

### **V – PARECER DO FISCAL ÚNICO**

### **ANEXOS**



# Índice de Figuras

FIGURA 1: ORGANOGRAMA DA PORTO VIVO, SRU

FIGURA 2: ANÁLISE SWOT DA PORTO VIVO, SRU

FIGURA 3: PREVISÃO DA ATIVAÇÃO DAS COMPETÊNCIAS

FIGURA 4: DELIMITAÇÃO DAS DEZ OPERAÇÕES DA ARU DO CENTRO HISTÓRICO DO PORTO

FIGURA 5: DELIMITAÇÃO DA ORU DE CAMPANHA - ESTAÇÃO E RESPECTIVA AMPLIAÇÃO

FIGURA 6: DELIMITAÇÃO DA ARU DA CORUJEIRA E RESPECTIVA AMPLIAÇÃO

# Índice de Tabelas

TABELA 1: TESOURARIA PARA 2021

TABELA 2: DESPESAS COM PESSOAL

TABELA 3: QUADRO DE PESSOAL

TABELA 4: DESPESAS COM AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

TABELA 5: DESPESAS COM OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS

TABELA 6: IMPOSTOS E TAXAS

TABELA 7: OUTRAS DESPESAS

TABELA 8: DESPESAS COM O PROCESSO DE REABILITAÇÃO URBANA

TABELA 9: CONTRIBUIÇÃO PARA A CONSTITUIÇÃO DO ATIVO DA SOCIEDADE

TABELA 10: DEMONSTRAÇÃO ORÇAMENTAL PREVISIONAL - RECEITAS

TABELA 11: DEMONSTRAÇÃO ORÇAMENTAL PREVISIONAL - DESPESAS

TABELA 12: PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO

TABELA 13: BALANÇO PREVISIONAL 2020-2025

TABELA 14: DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS PREVISIONAL 2020- 2025

TABELA 15: COMPROMISSOS PLURIANUAIS A AUTORIZAR

# Índice de Abreviaturas

**AIIA** – Abordagem Integrada para Inclusão Ativa

**ARU** – Área de Reabilitação Urbana

**ARU CHP** - Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico do Porto

**BEI** – Banco Europeu de Investimento

**CHP** – Centro Histórico do Porto

**CHPPM** – Centro Histórico do Porto Património Mundial

**CMP** – Câmara Municipal do Porto

**DE** – Documento Estratégico

**EE** – Eixos Estratégicos

**ELH** – Estratégia Local de Habitação

**IHRU** – Instituto de Habitação e de Reabilitação Urbana, IP

**PDM** – Plano Diretor Municipal

**PERU** – Programa Estratégico de Reabilitação Urbana

**PPRGRCIC** – Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, Incluindo Riscos de Corrupção e Infrações Conexas

**PPRU** – Planos de pormenor de reabilitação urbana

**OE** – Objetivos Estratégicos

**ORU** – Operação de Reabilitação Urbana

**RJRU** – Regime Jurídico da Reabilitação Urbana

**SRU** – Sociedade de Reabilitação Urbana

**SWOT** – Acrónimo do inglês “Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats”, que em português se traduzem por Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças

**UI** – Unidade de Intervenção

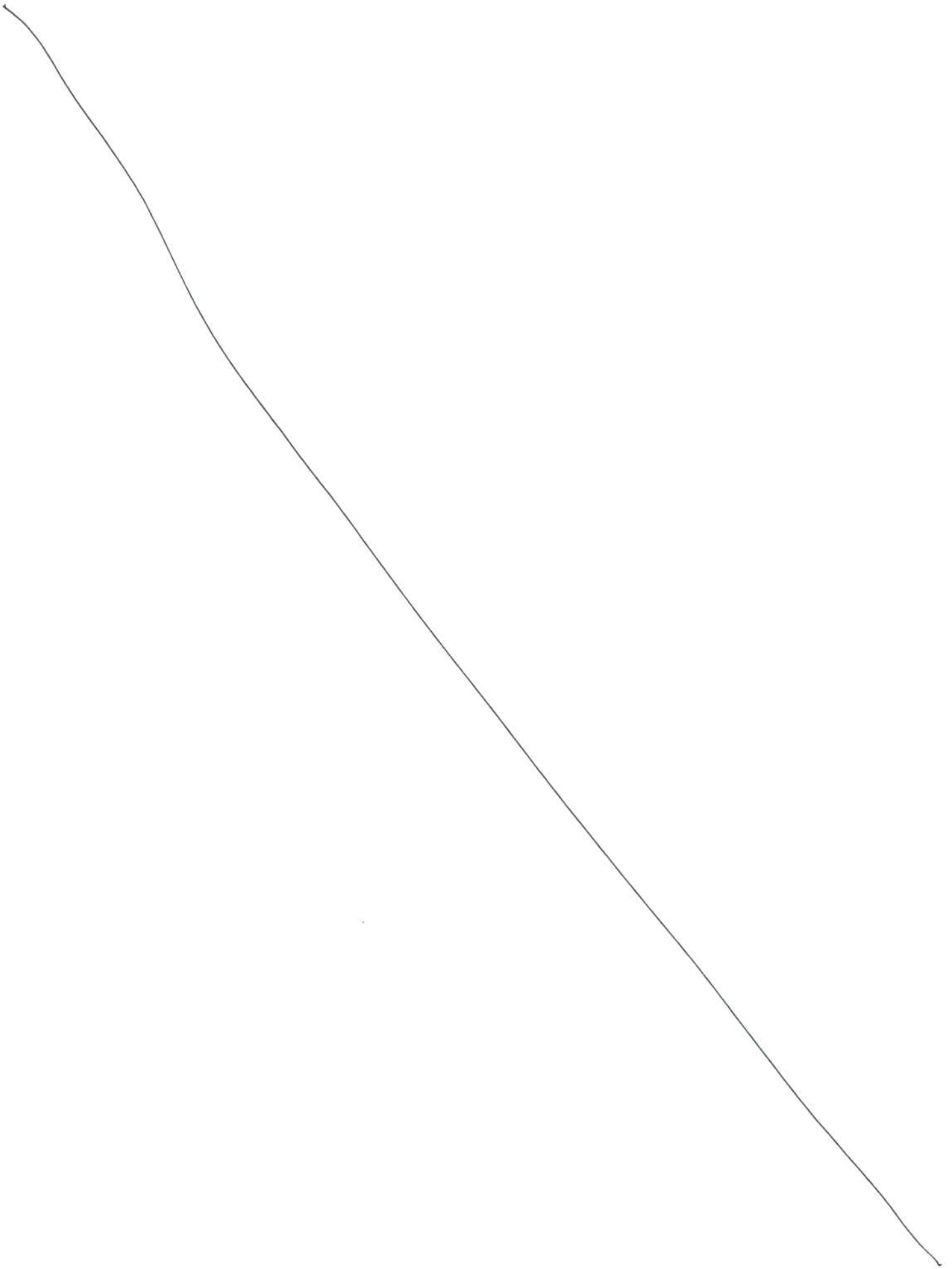
**UNESCO** – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (United Nations Educational Scientific and Cultural Organization)

**TIC** - Tecnologias da Informação e Comunicação



# I. Apresentação da Empresa





Handwritten signature or initials in blue ink, possibly including the letter 'M' and some symbols.

## 1 Introdução

Em 2019, o Município do Porto passou a ser o único acionista da Sociedade, tendo havido nesse ano uma alteração dos Estatutos, que tornou o objeto social da Sociedade mais abrangente e alinhado com a estratégia definida pelo Município para a cidade.

A par das competências que já vinha executando, a Porto Vivo, SRU, é assim chamada ao desempenho de novas atribuições inseridas na estratégia do Município para a cidade e consubstanciadas no seu objeto social, designadamente, a coordenação, gestão, acompanhamento e avaliação das operações de reabilitação urbana para as quais seja designada entidade gestora, bem como, a reabilitação e a gestão dos edifícios do parque habitacional, identificados na estratégia municipal de habitação do Porto, vocacionados para o arrendamento acessível, acrescido da promoção da reabilitação das habitações localizadas nas denominadas “ilhas” da cidade.

Nesse contexto, durante o presente ano de 2020, desenvolveram-se um conjunto de atividades, mormente no que respeita à colocação no mercado de habitações a rendas acessíveis, e bem assim na esfera das competências em matéria de reabilitação urbana nas Operações de Reabilitação Urbana em que a Sociedade é entidade gestora, em harmonia com o primeiro instrumento previsional definido em 2019 para o período 2020-2024. O presente instrumento prevê dar continuidade à estratégia ali delineada, através da realização das atividades propostas.

## 2. Missão e Competências

### 2.1. Missão

A Porto Vivo, SRU, tem como objeto social a promoção da reabilitação urbana na cidade do Porto, através da:

1. Coordenação e gestão da reabilitação nas unidades de intervenção com documentos estratégicos aprovados;
2. Coordenação, gestão, acompanhamento e avaliação das operações de reabilitação urbana aprovadas na cidade do Porto, em que a Porto Vivo, SRU, seja designada entidade gestora, nos termos do disposto no Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, na sua versão atualmente em vigor;
3. Reabilitação dos edifícios do parque habitacional da cidade, identificados na estratégia municipal de habitação do Porto, com exclusão dos edifícios destinados a habitação de interesse social, designadamente, através da construção, reconstrução, ampliação, alteração, conservação e gestão dos edifícios destinados a habitação a custos acessíveis ou das habitações localizadas nas denominadas “ilhas” da cidade.

### 2.2. Competências

Para a prossecução do seu objeto, compete à Porto Vivo, SRU:

1. Impor a obrigação de reabilitar e de realizar obras coercivas, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 54.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana;
2. Recorrer à demolição de edifícios como instrumento de execução da reabilitação, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 54.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana;
3. Exercer o direito de preferência, nos termos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 54.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana;
4. Promover o arrendamento forçado como instrumento de execução da reabilitação, nos termos do disposto na alínea e) do n.º 1 do artigo 54.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana;
5. Elaborar projetos de delimitação de áreas de reabilitação urbana, de operações de reabilitação urbana ou de planos de pormenor de reabilitação urbana, sempre que para tal seja mandatada pelo Município e de acordo com os objetivos previamente definidos pela câmara municipal;
6. Adquirir, alienar ou onerar todos os imóveis necessários à execução das operações de reabilitação urbana na sua gestão, organizando e mantendo atualizado o seu cadastro de bens imóveis;
7. Regulamentar, organizar e executar os processos de aquisição, atribuição, alienação e cessação da ocupação dos prédios e frações sob a sua gestão;
8. Cobrar os valores devidos pela ocupação ou oneração dos prédios e frações sob a sua gestão e propor a fixação dos seus valores ao Município;
9. Executar as atividades de promoção da habitação que lhe sejam indicadas pelo Município;



10. Acompanhar e avaliar as operações de reabilitação urbana;
11. Prestar informação aos munícipes sobre programas de financiamento e medidas de apoio disponíveis para a reabilitação do seu património;
12. Exercer todas as atividades complementares e subsidiárias relacionadas com as anteriores ou outras que venham a ser atribuídas pelo Município do Porto, dentro do quadro de atribuições da sociedade;
13. Todas as demais competências delegadas no âmbito dos documentos estratégicos, das estratégias de reabilitação urbana ou dos programas estratégicos de reabilitação urbana sob a sua gestão.

### 2.3. Organograma

Tendo em consideração a alteração do objeto social da Porto Vivo, SRU, em consequência da mudança dos seus Estatutos, tornou-se necessário alterar a estrutura organizacional da Sociedade, por forma a dotá-la da capacidade para executar a sua Missão, tendo sido aprovado um novo organograma em reunião do Conselho de Administração a 16 de julho de 2019 (conforme Ata n.º 1120).

Pretendeu-se, com esta alteração, a adoção de uma estrutura flexível, focada na obtenção de resultados e capaz de reagir com eficiência a alterações das circunstâncias que possam condicionar o seu desempenho. Deste modo, foi, igualmente, aprovada uma organização matricial, de geometria variável, em que cada umas das áreas funcionais se relaciona com as demais, em torno de objetivos concretos, através de um ponto focal constituído por um, ou mais, colaboradores, conforme a necessidade exigida pelo projeto ou atividade.

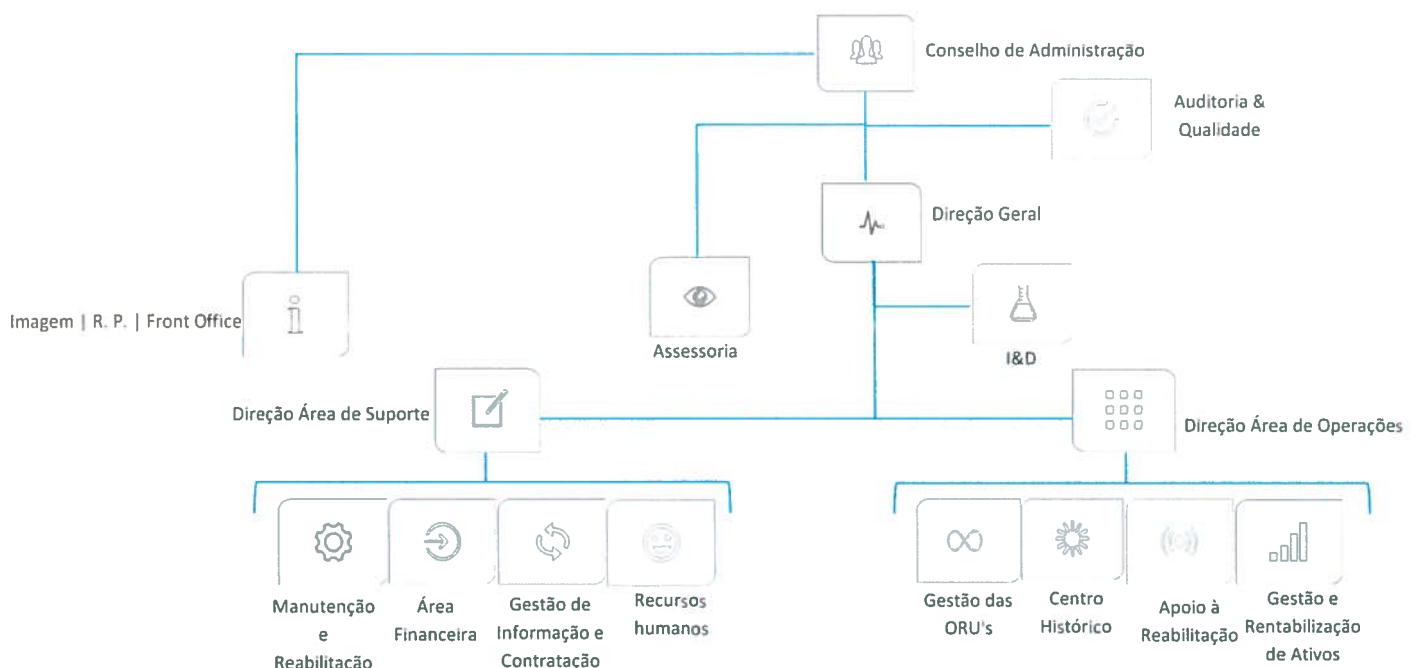


















Figura 1. Organograma da Sociedade

Símbolo	Unidade orgânica	Nível	RH afetos
	Conselho de Administração	Nível 1	(1)
	Direção Geral	Nível 2	(1)
	Assessoria	Nível 5	(1)
	I&D	Nível 5	(1)
	Auditoria & Qualidade <small>(unidade não afetada)</small>	Nível 5	
	Direção Área de Operações	Nível 3	(1)
	Centro Histórico	Nível 4	(3)
	Gestão das ORU's	Nível 4	(5)
	Gestão e Rentabilização de Ativos	Nível 4	(2)
	Apoio à Reabilitação <small>(unidade não afetada)</small>	Nível 4	
	Direção Área de Suporte	Nível 3	(1)
	Gestão Financeira e Contabilidade	Nível 4	(3)
	Gestão de Informação e Contratação	Nível 4	(3)
	Recursos Humanos <small>(unidade não afetada)</small>	Nível 4	
	Manutenção e Reabilitação do Edificado	Nível 4	(2)
	Imagem	Nível 4	(1)

*MK*

### 3. Análise SWOT

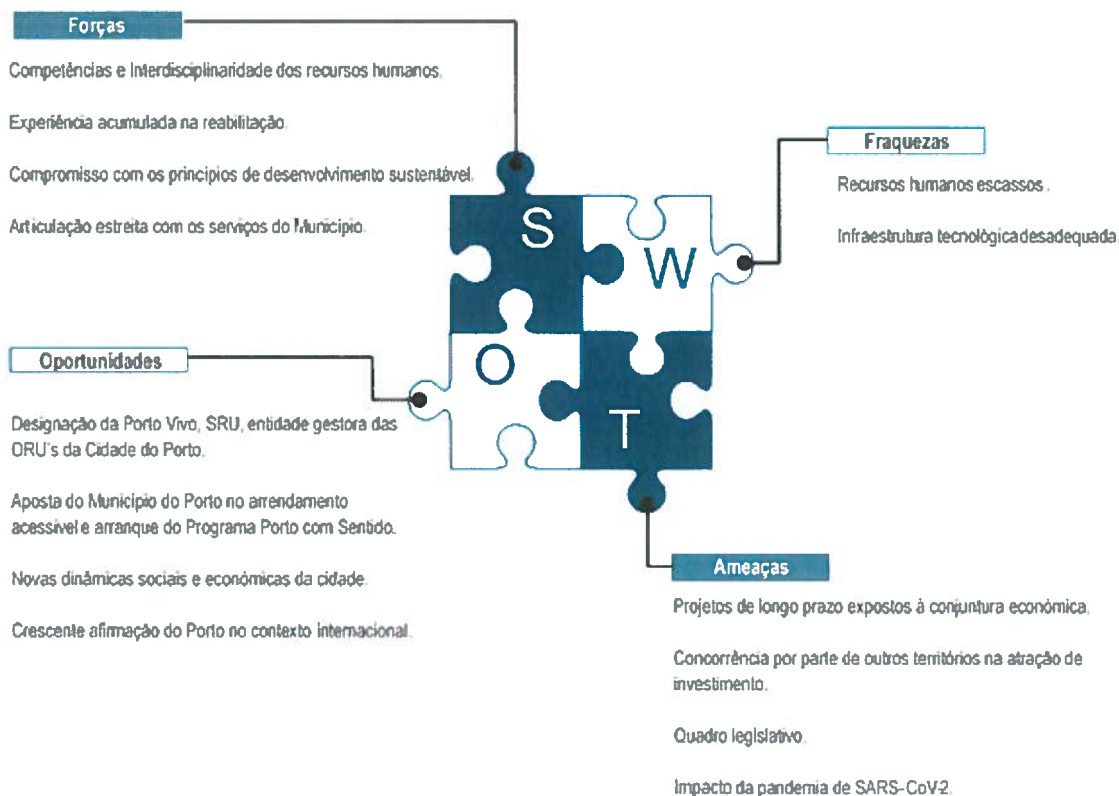


Figura 2 : Organograma da Porto Vivo, SRU

#### 3.1. Forças

##### Competências e Interdisciplinaridade dos recursos humanos

A empresa dispõe de recursos humanos com competências específicas no processo de reabilitação urbana que foram adquiridas pela longa experiência e os seus quadros têm diferentes valências que poderão potenciar a interdisciplinaridade.

##### Experiência acumulada na reabilitação

A organização dispõe de uma vasta experiência que poderá, com as devidas adaptações, vir a ser utilizada na formulação de modelos futuros de desenvolvimento e na implementação do processo de reabilitação nas ORU's, para as quais a Porto Vivo, SRU seja designada entidade gestora.



## Compromisso com os princípios de desenvolvimento sustentável

A Porto Vivo, SRU implementará em todos os seus projetos medidas que visem a sustentabilidade ambiental, económica e social, incentivando terceiros no mesmo sentido.

## Articulação estreita com os serviços do Município

As competências da Porto Vivo, SRU são exercidas em estreita articulação e colaboração com os serviços do Município, assegurando a prossecução dos interesses comuns e o alcance dos objetivos estratégicos definidos.

## 3.2. Fraquezas

### Recursos humanos escassos

Dos 28 colaboradores[1], atualmente dois encontram-se de baixa prolongada, o que agrava a escassez de recursos de um quadro já relativamente diminuto face ao desafio que terá de enfrentar.

A alteração do seu objeto social, por um lado, e do seu enquadramento legal, por outro, motivaram a necessidade, já concretizada durante o ano de 2019, de uma reorganização interna por forma a possibilitar a execução operacional da missão da empresa, bem como o cumprimento do dever de planeamento das atividades e de reporte no contexto de uma empresa municipal. Esta reorganização interna envolveu a reafectação de recursos humanos internos, que se encontravam afetos à gestão urbanística, a novas funções, cujas competências são afins. Durante o ano de 2020, a equipa foi reforçada com dois elementos, um na área de comunicação empresarial, e outro para coordenar um projeto na área de arrendamento acessível. Apesar desta reorganização, e destas contratações, é previsível que possa acentuar-se a necessidade de contratação de mais colaboradores, o que será ponderado no futuro próximo. De salientar que esta reorganização ao nível dos recursos humanos teve ainda como objetivo, permitir aos colaboradores uma perspetiva de evolução na carreira, sustentada num sistema de avaliação baseado no mérito e no compromisso com os objetivos pré-definidos.

### Infraestrutura tecnológica desadequada

Apesar do esforço desenvolvido em 2020, designadamente através da renovação do parque informático, da implementação de um sistema de gestão documental totalmente desmaterializado, da renovação do site[2], e da promoção de plataformas de candidatura on-line, existe ainda um longo caminho a percorrer no que concerne a TIC. De facto, apesar de se ter iniciado a renovação da infraestrutura tecnológica, nomeadamente a nível de redes, o facto de a mesma não estar concluída é uma restrição à evolução necessária dos sistemas de informação de gestão e armazenamento de informação com segurança e fiabilidade. Não desconsiderando a evolução registada em 2020 será necessário, em 2021, dar continuidade às soluções fazendo-as corresponder às necessidades percecionadas.

1 Não incluindo a Administradora Executiva

2 Inserido no universo do Município.

### 3.3. Oportunidades

#### Designação da Porto Vivo, SRU, entidade gestora das ORU's da Cidade do Porto

Esta área, do ponto de vista estratégico, assume uma preponderância pelo facto de se tratar de territórios da cidade com forte necessidade de desenvolvimento nos quais a Porto Vivo, SRU, poderá, socorrendo-se da experiência acumulada<sup>[3]</sup>, desempenhar um papel único na dinamização da reabilitação urbana.

#### Aposta do Município do Porto no arrendamento acessível e arranque do Programa Porto com Sentido

A aposta do Município do Porto no arrendamento acessível, seja incentivando o mercado privado de arrendamento através do Programa Municipal Porto com Sentido, seja pela afetação, a este segmento para a classe média, de património próprio, constituiu uma orientação clara da estratégia do Município de promoção de novas formas de (re)habitar a cidade. A competência estatutária da Porto Vivo, SRU, permite encarar este desafio como uma oportunidade de contribuir, a par das outras empresas municipais, para o aumento de oferta de habitação, vetor essencial para o aumento do bem-estar da população residente.

#### Novas dinâmicas sociais e económicas da cidade

Após um longo período em que se registou uma perda do número de habitantes, a população do Porto cresceu a partir de 2016 até 2019, considerando o último ano com dados disponíveis pelo Instituto Nacional de Estatística. Em simultâneo, assistiu-se a uma dinâmica económica que se materializa num número crescente de empresas com sede no concelho do Porto, conforme dados disponíveis até 2018. Torna-se pois necessária a manutenção desta dinâmica positiva.

#### Crescente afirmação do Porto no contexto internacional

A capacidade demonstrada da cidade na atração de investimento externo constitui por si própria uma oportunidade, não só por vivificar o tecido urbano, mas também, pela abertura da sociedade a novas maneiras de pensar e viver a cidade.

### 3.4. Ameaças

#### Projetos de longo prazo expostos à conjuntura económica

A natureza dos projetos desenvolvidos implica ciclos longos de produção e de exploração.

A incumbência estatutária da Porto Vivo, SRU, no âmbito do arrendamento acessível aumenta a exposição da Sociedade à variação de ciclo económico. Contudo, este é um risco necessário para que a empresa possa prosseguir a sua missão.

<sup>3</sup> Embora se espere que exija uma abordagem muito diferente da empregue no Centro Histórico.

### Concorrência por parte de outros territórios na atração de investimento

A cidade do Porto concorre com outros Municípios com uma escala territorial maior. A competitividade assenta na qualidade e centralidade que produz um efeito de atração gerado pelos impactos positivos da “ideia de habitar” na cidade. Contudo, esta dinâmica não é despercebida por parte de outros territórios que farão esforços para a contrariar.

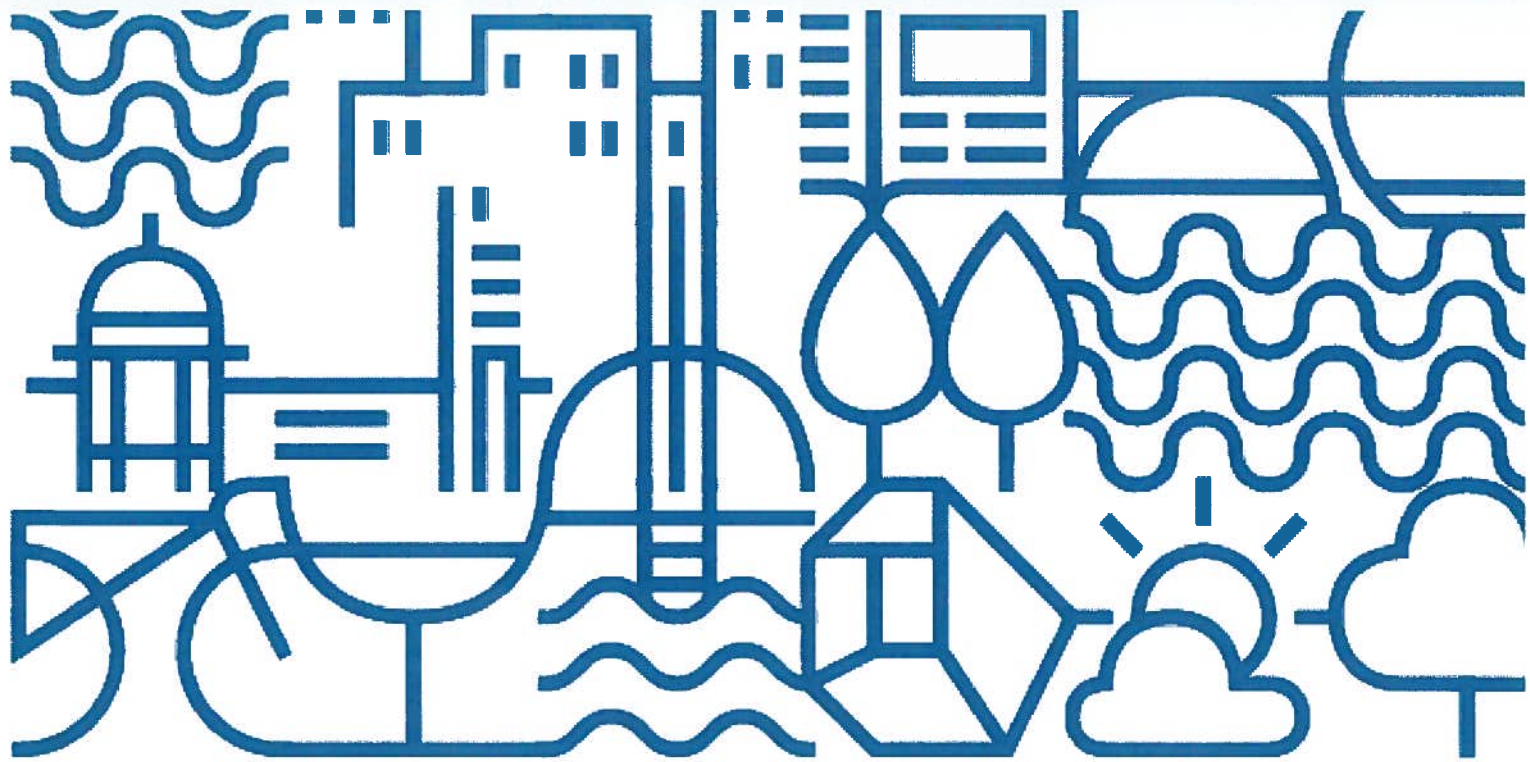
### Quadro legislativo

A atividade da Porto Vivo, SRU depende da estabilidade legislativa nos vários domínios da respetiva área de intervenção. Possíveis alterações, designadamente, em matéria de legislação fiscal, podem retrair a reabilitação urbana.

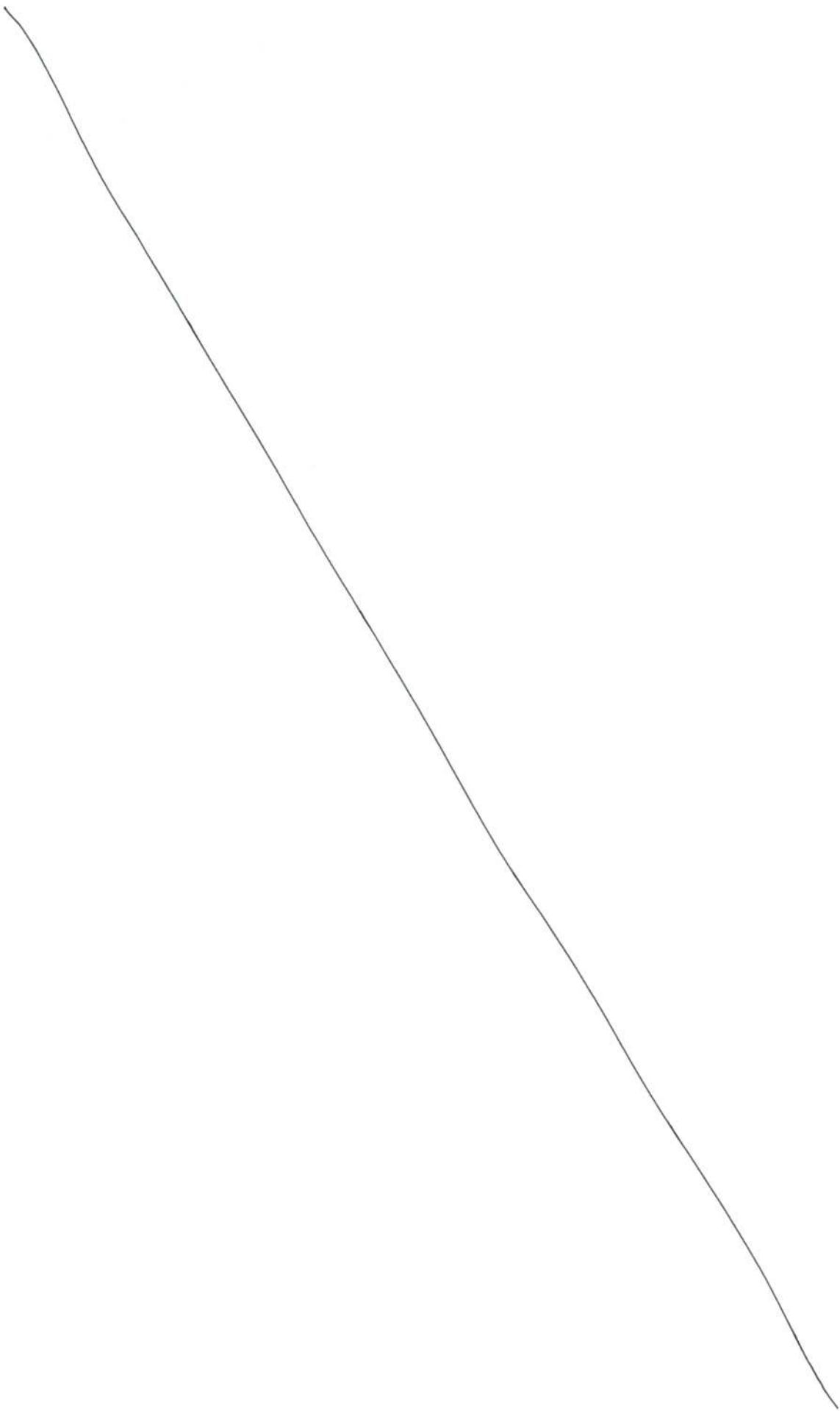
### Impacto da pandemia de SARS-CoV-2

A incerteza perante o desenvolvimento da pandemia provocada pelo novo coronavírus COVID 19 origina um planeamento prudente da atividade da Sociedade para o período em causa, considerando o constrangimento resultante do surto. Estima-se que os efeitos se poderão fazer sentir no projeto Residência de Estudantes e no projeto da Unidade de Alojamento Turístico.





## II. Plano de Atividades para 2021



✓  
H  
"

## 1. Eixos Estratégicos para 2021

Decorrente da revisão dos estatutos realizada em 2019, bem como da reflexão interna realizada posteriormente e que ditou a formulação da estratégia adotada no âmbito dos “Instrumentos de Gestão Previsional 2020 – 2024”, apresenta-se no presente capítulo uma atualização da mesma, ainda que em linha com os grandes eixos estratégicos que então foram definidos.

Aproveitando a experiência acumulada da Sociedade, prosseguem-se os objetivos traçados, desde logo: a gestão das ORU's da cidade para as quais for designada entidade gestora, a promoção da habitação a custos acessíveis e a gestão das habitações localizadas nas denominadas “ilhas”.

Neste contexto, a Sociedade estruturou a sua atividade nos seguintes eixos estratégicos:

- [E1] ORU Centro Histórico
- [E2] ORU 's Campanhã-Estação e Corujeira
- [E3] Habitação para arrendamento a rendas acessíveis
- [E4] Projeto "Ilhas" da Cidade

A matriz seguinte traduz a previsão da ativação das competências em função dos eixos estratégicos:

Legenda	Eixo estratégico				
	Competência a ativar	Centro Histórico	Operações de Reabilitação Urbana	Habitação a custos acessíveis	Ilhas da Cidade
Possibilidade de ativar em 2021 e sgts	Impor a obrigação de reabilitar e de realizar obras coercivas				
Possibilidade de ativação em 2022 e sgts	Recorrer à demolição de edifícios como instrumento de execução da reabilitação				
Ativar sob delegação	Exercer o direito de preferência				
Não prevista ativar	Promover o arrendamento forçado como instrumento de execução da reabilitação				
	Elaborar projetos de delimitação de ARUs, de ORU's ou PPRU				
	Adquirir, alienar ou onerar todos os imóveis necessários à execução das operações de reabilitação urbana <u>na sua gestão</u>				
	Gestão dos prédios e frações				
	Atividades de promoção da habitação indicadas pelo Município				
	Acompanhar e avaliar as operações de reabilitação urbana				
	Exercer atividades complementares, subsidiárias e as demais competências delegadas				
	Prestar informação aos municípios sobre os apoios disponíveis para a reabilitação do seu património				





### 2.1.1. Relatório de monitorização da ORU do “Centro Histórico do Porto, Ponte Luiz I e Mosteiro da Serra do Pilar”

#### a) Enquadramento

As entidades gestoras das operações de reabilitação urbana devem elaborar relatórios de monitorização da operação de reabilitação em curso, os quais devem ser submetidos à apreciação da Assembleia Municipal.

O território da ARU-CHP (Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico do Porto) corresponde ao território do sítio classificado como Centro Histórico do Porto Património Mundial. A Porto Vivo, SRU, no âmbito do acompanhamento do Plano de Ação inserido no Plano de Gestão, tem feito uma monitorização contínua do Bem[4], nomeadamente, no que respeita aos projetos em curso, ao estado de conservação, ocupação e usos do edificado.

Em 2020, para dar cumprimento ao dever estatuído no art.º 20.º-A, do RJRU, estava prevista a elaboração do relatório de monitorização da ORU do CHP, que teria por base o sistema de monitorização que resultaria do novo “Plano de Gestão e Sustentabilidade”. Contudo, os já referidos constrangimentos resultantes das medidas preventivas e de combate à doença COVID-19 adotadas a nível municipal, provocaram um atraso na conclusão do novo Plano de Gestão e Sustentabilidade e, por conseguinte, no sistema de monitorização associado. Desta forma, prevê-se que a Porto Vivo, SRU elabore em 2021 o referido relatório, no âmbito das atuais competências, em cumprimento daquela obrigação, que reportará a operação sistemática de reabilitação urbana em curso ARU-CHP.

#### b) Atividades e Objetivos para 2021

- i. Recolha de indicadores que permitam a avaliação do estado da operação de reabilitação urbana e do investimento público e privado;
- ii. Atualização da cartografia e tabelas de monitorização.

O objetivo destas atividades é a elaboração do relatório de monitorização da ORU do Centro Histórico do Porto.

#### c) Informações Adicionais

As orientações resultantes do novo Plano de Gestão e Sustentabilidade deverão ser consideradas na programação das ações para os anos seguintes.

## 2.1.2. Plano de Gestão e de Sustentabilidade para o “Centro Histórico do Porto, Ponte Luiz I e Mosteiro da Serra do Pilar”

### a) Enquadramento.

O Plano de Gestão do Centro Histórico do Porto Património Mundial foi apresentado publicamente pela Câmara Municipal do Porto (CMP), em conjunto com a Porto Vivo, SRU - Sociedade de Reabilitação Urbana da Baixa Portuense, S.A., em 5 de dezembro de 2008. O referido documento apresenta uma exaustiva análise do Bem classificado, reporta uma listagem das suas potencialidades e ameaças ao seu estado de conservação e assinala um conjunto de oportunidades e soluções que assegura o desenvolvimento sustentável do território procurando uma visão que permita garantir a sua vitalidade a longo prazo.

Nos termos definidos pela UNESCO, o documento pressupõe a existência de um Plano de Ação que visa a atualização e manutenção de todo o processo de recolha, análise e diagnóstico do sistema de monitorização, tendo por missão:

“Proteger, Preservar, Valorizar e Promover o Centro Histórico do Porto Património Mundial, Expressão Física da Natureza Universal da Criatividade Humana, Coração e Alma da Cidade, Fonte de Vida e Inspiração das Gerações Atuais e Futuras.”

(Câmara Municipal do Porto, 2008, p.152)

Refira-se a título informativo que o Centro Histórico do Porto, passou-se a designar “Centro Histórico do Porto, Ponte Luiz I e Mosteiro da Serra do Pilar”, na 40.<sup>a</sup> sessão do Comité do Património Mundial (Istambul/Paris, 2016), tendo sido aprovada a declaração retrospectiva do “Valor Universal Excecional” deste Bem.

Em 2015, decorrente da avaliação periódica realizada pela UNESCO, foi estabelecido o “Plano de Ação de Helsínquia” que visa identificar e proteger o “Valor Universal Excecional” de cada Bem, garantir a gestão efetiva dos bens património mundial e incrementar a consciência sobre a Convenção do Património Mundial.

Em 2018, o Município do Porto[5] em conjunto com as cidades europeias de Santiago de Compostela, Bordéus, Florença e Edimburgo, que possuem centros históricos inscritos na lista de património mundial, estabeleceram uma parceria com vista à concretização de um projeto comum designado “AtlaS-WH - Heritage in the Atlantic Area: Sustainability of the Urban World Heritage Sites”[6].

5 Em alinhamento com o preconizado no “Plano de Ação de Helsínquia”, bem como à recomendação da UNESCO para as Paisagens Históricas Urbanas.

6 Financiado através do programa INTERREG Espaço Atlântico, o projeto visa a cooperação transnacional e, neste caso específico, no âmbito do Património Natural e Cultural.



No âmbito desta candidatura, o Município contratou a Porto Vivo, SRU, para o assessorar na implementação do projeto, estando previsto para 2020, a elaboração do Plano de Gestão e de Sustentabilidade para o "Centro histórico do Porto, Ponte Luiz e Mosteiro da Serra do Pilar". Contudo a declaração do Estado de Emergência [7] bem como das medidas preventivas e de combate à doença COVID-19 adotadas a nível municipal, impossibilitou, de forma temporária, o cumprimento integral do contrato. Atendendo que esta restrição foi verificada igualmente nas cidades dos parceiros do projeto, houve da parte do Interreg Atlantic Area uma extensão automática do prazo do projeto em seis meses, terminando assim em maio de 2021.

#### b) Atividades e Objetivos para 2021.

De acordo com a metodologia que foi desenhada no âmbito do projeto Atlas-WH, perspetivam-se as seguintes atividades:

- i. Conclusão e divulgação do Plano de Gestão e de Sustentabilidade para o "Centro Histórico do Porto, Ponte Luiz I e Mosteiro da Serra do Pilar";
- ii. Conclusão das ações do Projeto Atlas-WH;
- iii. Atualização do sistema de monitorização e avaliação, inserindo as orientações que resultarem da metodologia do novo plano;
- iv. Implementação e monitorização do Plano de Ação aprovado no Plano de Gestão e de Sustentabilidade.

O objetivo destas atividades é a conclusão do Plano de Gestão e de Sustentabilidade para o "Centro Histórico do Porto, Ponte Luiz I e Mosteiro da Serra do Pilar" e a atualização do sistema de monitorização e avaliação.

#### c) Informações Adicionais.

O trabalho de monitorização previsto no Plano de Gestão constitui uma base que permitirá efetuar os relatórios periódicos solicitados pela UNESCO.

7. Com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública, proferida através do Decreto do Presidente da República n.º 14-A/2020 de 18 de março, renovado através do Decreto do Presidente da República n.º 17-A/2020, de 2 de abril, e do Decreto do Presidente da República n.º 20-A/2020, cuja execução foi concretizada através do Decreto n.º 2-A/2020, de 20 de março.

### 2.1.3. Unidade de Intervenção de Santa Clara

#### a) Enquadramento

Santa Clara é uma das sete suboperações da Área de Reabilitação Urbana (ARU) do Centro Histórico do Porto (CHP) e, por isso, incluída nas dinâmicas de transformação, reabilitação e revitalização deste território, apresentadas tanto no relatório da Delimitação da ARU CHP como no Plano de Gestão do CHPPM. Contudo, apesar das dinâmicas favoráveis que se registaram nos últimos anos no CHP, Santa Clara não tem sido, até hoje, atrativa ao investimento privado de forma evidente.

Em 2016, o Porto juntou-se à rede 2ND CHANCE, do programa URBACT III, com vista a desenvolver o projeto denominado Waking Up the Sleeping Giants, cujo objetivo era o de criar modelos de reativação de grandes edifícios devolutos. O Porto optou por refletir sobre a revitalização de um território urbano constituído por diversas pequenas unidades edificadas que, no seu todo, geram um território consolidado e contínuo. Surge, neste contexto, o Plano Integrado de Ação Local de Santa Clara, concluído em abril de 2018.

Neste contexto, entendeu-se promover a delimitação da respetiva Unidade de Intervenção de Santa Clara. Este instrumento irá promover um desenvolvimento urbano harmonioso através de uma execução coordenada dos planos aprovados e potenciará parcerias com agentes privados, com ganhos de eficácia, bem como deverá promover a justa repartição de benefícios e encargos pelos proprietários envolvidos.

A delimitação que se irá propor tem uma área de implantação de aproximadamente de 8.346 m<sup>2</sup>, na qual cerca de 48% é espaço construído, correspondendo a uma área bruta de construção de 9.865 m<sup>2</sup> distribuída pelos 34 edifícios das 38 parcelas [8] existentes nos três quarteirões-alvo desta intervenção.

Em 2017, nesta área, 60% do edificado encontrava-se em ruína ou mau estado de conservação, 63% dos imóveis estavam devolutos e nos restantes residiam apenas 43 habitantes. Em termos de propriedade, 63% é totalmente privada [9] e 26% é mista [10], o que torna esta operação de reabilitação muito complexa.

[8] Maioritariamente propriedades de pequena dimensão com vários problemas estruturais no seu edificado.

[9] Pertencente a vários proprietários, incapazes de intervir por dificuldades financeiras e incapacidade de organização, ou de o alienar por condicionalismos administrativos.

[10] Propriedade privada e do Estado (Hospital de Stº António)

Está evidenciado o interesse público em facilitar a acessibilidade entre Santa Clara e a sua envolvente, bem como dinamizar melhores e mais profícuas utilizações nas propriedades municipais (2 edifícios, 3 terrenos), com grande potencial para melhorar o espaço público, criar um espaço de lazer fomentando o convívio da comunidade e promovendo mais qualidade de vida.

Para que este território possa dar resposta ao que o Município ambiciona para o CHPPM, é crucial encontrar mecanismos impositivos de intervenção no edificado, que poderão ser ativados nos casos em que se verifique inação dos proprietários, permitindo a substituição destes pela entidade pública.

#### b) Atividades e objetivos para 2021

- i. Coordenar execução das várias ações propostas;
- ii. Coordenar e promover o acompanhamento das várias entidades a atuar no local;
- iii. Promover a reabilitação junto dos proprietários e da comunidade local através da realização de acordos de reabilitação com os mesmos;
- iv. Promover protocolos de reabilitação a baixo custo com diferentes entidades;
- v. Realizar uma apresentação pública do projeto e apoiar moradores e proprietários;
- vi. Execução das expropriações necessárias.
- vii. Elaboração de projetos de arquitetura e urbanismo em conjunto com a CMP:
  - a. Projeto do Jardim e da Viela das Indulgências;
  - b. Projeto do Espaço Público (vias).
- viii. Elaboração de projetos de arquitetura no emparcelamento a propor para as parcelas H08 e H09 sitas na Av. Vimara Peres;
- ix. Promover e acompanhar a criação da associação local.

#### c) Informações Adicionais.

Prevê-se que as ações referidas nos itens vii e ix se concluaem em 2021 e as restantes se estendam para o triénio 2022 – 2024.

Prevê-se igualmente que em 2022 se iniciem as intervenções de reabilitação do edificado.

8] Maioritariamente propriedades de pequena dimensão com vários problemas estruturais no seu edificado.

[9] Pertencente a vários proprietários, incapazes de intervir por dificuldades financeiras e incapacidade de organização, ou de o alienar por condicionalismos administrativos.

[10] Propriedade privada e do Estado (Hospital de Stº António)



## 2.1.4. Projeto Morro da Sé

### a) Enquadramento.

A concentração de um conjunto de imóveis [11] classificados ou de valor patrimonial numa área territorial restrita, conferem a este território uma importância relevante no conjunto patrimonial do CHP.

O Morro da Sé é uma das 10 operações do Plano de Gestão do Centro Histórico do Porto, Património Mundial.

Em julho de 2006, a Porto Vivo, SRU, elaborou o Programa de Reabilitação Urbana do Morro da Sé e, a partir de 2008, esta área contou com dois programas para a sua regeneração urbana:

- I. Programa de Ação para a Reabilitação Urbana do Morro da Sé\_CH.1;
- II. Programa de Realojamento, financiado pelo BEI através do IHRU.

### b) Atividades e Objetivos para 2021

Em 2021, a Sociedade prevê:

- i. Dar continuidade à empreitada da Operação D, localizada na Unidade de Intervenção Seminário, com a execução de 3 projetos distintos, abrangendo um total de 5 edifícios, para habitação e comércio, no total de 14 frações habitacionais e 4 frações comerciais[12];
- ii. Iniciar o processo de reabilitação urbana para a execução de uma residência de estudantes, a qual incluirá a reabilitação de 22 edifícios, na concretização do procedimento de concurso público internacional para celebração de contrato de reabilitação urbana para parte do Polo 1 da Unidade de Intervenção do Quarteirão da Bainharia, cujo prazo para apresentação de propostas termina a 31 de outubro de 2020 [13];
- iii. Lançar o procedimento para a celebração do contrato de reabilitação urbana para a execução de um empreendimento turístico, que incluirá a reabilitação de 4 edifícios;

Apesar de já se encontrarem concluídas as peças concursais que permitem o lançamento do procedimento, haverá que avaliar a oportunidade de se avançar com o procedimento em 2021 tendo em conta os impactos que a pandemia do COVID-19 trouxe à conjuntura económica, em particular ao setor do Turismo;

11. De que são exemplo a Sé, o Paço Episcopal, a Igreja de S. Lourenço, a Casa do Dr. Domingos Barbosa/Casa Museu de Guerra Junqueiro, a Casa do Beco dos Redemoinhos, a Capela do Senhor dos Passos, a Ponte de D. Luíz I, o Chafariz da Rua Escura, as Muralhas de D. Fernando.

12 Em agosto de 2020, foi lançado o concurso público para a empreitada da Operação D do Morro da Sé, sendo a data limite para a entrega das propostas o dia 11 de outubro de 2020. Nesta data não é possível ainda aferir do sucesso desta operação atendendo a que o concurso ainda está na fase de apresentação das propostas.

13 Nesta data não é possível ainda aferir do sucesso desta operação atendendo a que o concurso ainda está na fase de apresentação das propostas.

iv. Continuar a estabelecer contactos com os proprietários de edifícios privados no Morro da Sé que se encontram por reabilitar, no sentido de avaliar os impedimentos ou constrangimentos que impossibilitaram a execução de obras, neste momento apenas 14 edifícios privados estão em muito mau estado ou ruína. [14]

O objetivo destas atividades é o de concluir definitivamente o processo de reabilitação do Morro da Sé.

**c) Informações Adicionais.**

Proceder ao acompanhamento da Operação I do Morro da Sé, localizada no quarteirão do Souto, que inclui a reabilitação de 3 parcelas, sendo 2 privadas e 1 da Porto Vivo, SRU. O projeto e obra de reabilitação é da responsabilidade do parceiro privado. Concluída a obra, que se prevê ocorrer em 2022, a Porto Vivo, SRU ficará proprietária de 2 frações habitacionais.

14 Na data em que o presente documento está a ser elaborado não há indicação da vontade dos seus proprietários em proceder à sua reabilitação.

## 2.2. [E2] Operações de Reabilitação Urbana na zona oriental da cidade

### 2.2.1. ORU Campanhã - Estação

#### a) Enquadramento

Em 25 de maio de 2015, foi aprovada por deliberação da Assembleia Municipal do Porto, a delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Campanhã – Estação (ARU de Campanhã – Estação) tendo esta sido tornada pública pelo Aviso n.º 6330/2015, publicada na 2.ª série do DR de 8 de junho de 2015.

Os objetivos estratégicos a prosseguir com a delimitação da ARU de Campanhã – Estação são os seguintes[15]:

1. Melhorar as condições habitacionais e de bem-estar dos atuais residentes, contribuindo para o reforço da atratividade residencial;
2. Estruturar o território e requalificar os tecidos urbanos;
3. Dinamizar as atividades económicas e induzir um novo polo de criatividade urbana;
4. Renovar a imagem da zona oriental desenvolvendo iniciativas e projetos inovadores;
5. Implementar um modelo de intervenção integrado eficiente e participado.

No decorrer da elaboração do Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU), verificou-se a necessidade de alargar, para norte, a delimitação do território abrangido pela ARU, passando a abranger um território com 143 ha, com os seguintes limites:

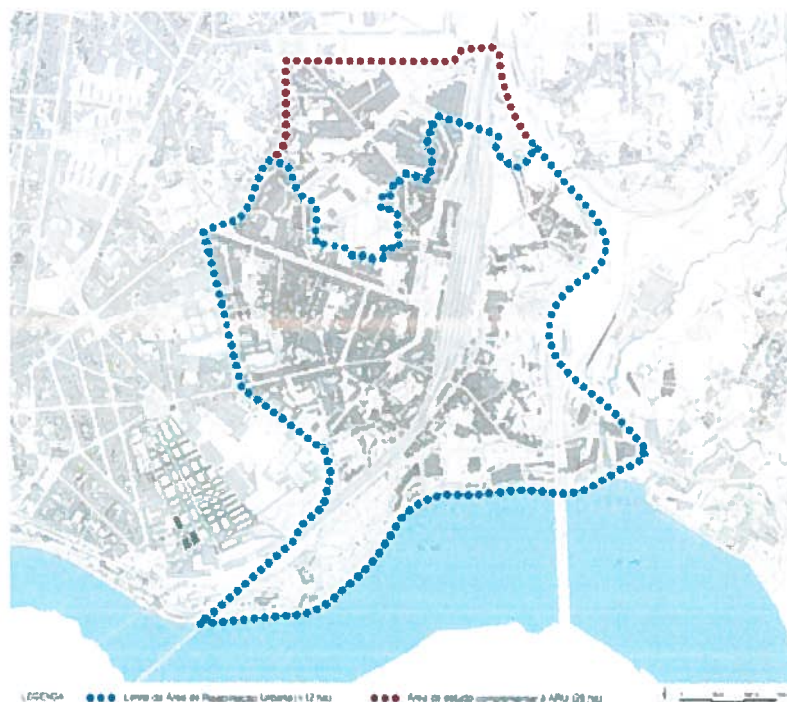


Figura 4: Delimitação da ORU de Campanhã – Estação e respetiva ampliação

15 Conforme preceituado no artigo 14.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana.



Por deliberação da Assembleia Municipal, de 6 de Setembro de 2017, foi aprovada a Operação de Reabilitação Urbana Sistemática da Campanhã - Estação (ORU Campanhã - Estação), por instrumento próprio.

Com o PERU de Campanhã – Estação pretende-se que o investimento público induza e catalise o investimento privado em reabilitação.[16]

A caracterização e o diagnóstico do território da ARU de Campanha-Estação, nos quais se fundamenta o respetivo Programa Estratégico, foram elaborados entre 2015 e 2016.

A Porto Vivo, SRU, foi designada como entidade gestora da ORU Campanhã – Estação, em 8 de julho de 2019, por deliberação da Assembleia Municipal do Porto.

Atendendo à dinâmica territorial, no intervalo entre o momento da realização do estudo e da designação da entidade gestora, existiu certamente uma alteração das condicionantes que presidiram à elaboração do PERU o que obrigou a sociedade a fazer a correspondência entre aquele documento e o observado atualmente no território.

#### b) Atividades e Objetivos para 2021.

Em 2021 a Sociedade prevê:

- i. Promover, nos termos previstos no RJRU, a reabilitação dos edifícios que apresentam um mau estado de conservação ou ruína nas zonas da Lomba, Vera Cruz, Mira e rua de Pinto Bessa, dando continuidade aos levantamentos efetuados no decurso de 2020;
- ii. Acompanhar a execução dos projetos estruturantes e intervenções no espaço público, bem como a respetiva programação, contribuindo para o cumprimento do PERU por forma a permitir monitorizar e atualizar a programação das ações;
- iii. Atualizar o diagnóstico do estado de conservação do edificado identificando os edifícios em mau estado de conservação e ruína, designadamente, através do levantamento do respetivo estado de conservação, nas zonas de Godim e Estação;
- iv. Acompanhar as dinâmicas locais no que concerne à transmissão de imóveis e ao processo de reabilitação do edificado, através da monitorização das comunicações para efeitos de exercício de preferência e dos processos de controlo prévio de operações urbanísticas, permitindo aferir a sua evolução no tempo e a relação desta com a concretização progressiva das ações;
- v. Promover a articulação entre as soluções contidas no PDM e as ações constantes do programa estratégico;
- vi. Elaborar e realizar um plano de comunicação e de divulgação pública das ações planeadas e da evolução sua execução, visando obter e integrar a participação de moradores, proprietários, agentes económicos e associações locais, por forma a garantir a adesão às soluções de reabilitação, ou propor a respetiva alteração, se for esse o caso [17].

16 Essencialmente intervenções no espaço público e num conjunto de projetos públicos âncora, dos quais se destacam o Terminal Intermodal Rodoviário e Interface de duas frentes de Campanhã.

17. As contingências decorrentes da situação de pandemia não permitiram a realização da atividade, dado que esta pressupõe a interação com os públicos alvo, o que não é viável, atenta a restrição de contactos sociais que vigora desde o primeiro trimestre de 2020.

Handwritten signature and initials in blue ink, located in the bottom right corner of the page.

As contingências decorrentes da situação de pandemia não têm permitido a realização desta atividade, já prevista para 2020, dado que esta pressupõe a interação com os públicos alvo, o que não é viável atenta a restrição de contactos sociais que vigora desde o primeiro trimestre de 2020.

O objetivo deste conjunto de atividades é o de desencadear os procedimentos de reabilitação do edificado degradado, envolvendo os agentes responsáveis pela implementação das ações preconizadas no documento regulador da ORU.

### c) Informações Adicionais.

O projeto estruturante mais importante a executar nesta ARU é o Terminal Intermodal de Campanhã e respetivas ligações à Estação de Campanhã e área circundante. Atenta a utilidade, qualidade e dimensão da obra, espera-se que alavanque o desenvolvimento económico e social de toda a envolvente.

#### 2.2.2. ORU - Corujeira

##### a) Enquadramento

Em 19 de março de 2018, foi aprovada a delimitação da Área de Reabilitação Urbana da Corujeira por deliberação da Assembleia Municipal do Porto, tendo sido tornada pública pelo Aviso n.º 4428/2018, publicado na 2.ª série do DR de 4 de abril de 2018.

Os objetivos estratégicos a prosseguir com a delimitação da ARU são os seguintes:

1. Qualificar e tornar mais inclusivo este território, melhorando as condições de vida e de bem-estar da população residente e reforçando a sua capacidade de atrair e fixar novos habitantes, utilizadores e visitantes;
2. Promover a interação territorial, socioeconómica e cultural com a restante cidade, anulando efeitos de segregação espacial e de estigmatização;
3. Atrair atividades económicas, sociais e culturais, criando um novo polo funcional;
4. Envolver os atores locais em torno de uma estratégia de atuação clara e fomentar complementaridades e sinergias entre as intervenções.

*Handwritten signature and initials.*

À semelhança do que aconteceu na ARU de Campanhã – Estação, verificou-se a necessidade de alargar, a delimitação do território abrangido pela ARU da Corujeira, passando a abranger um território com 262 ha.

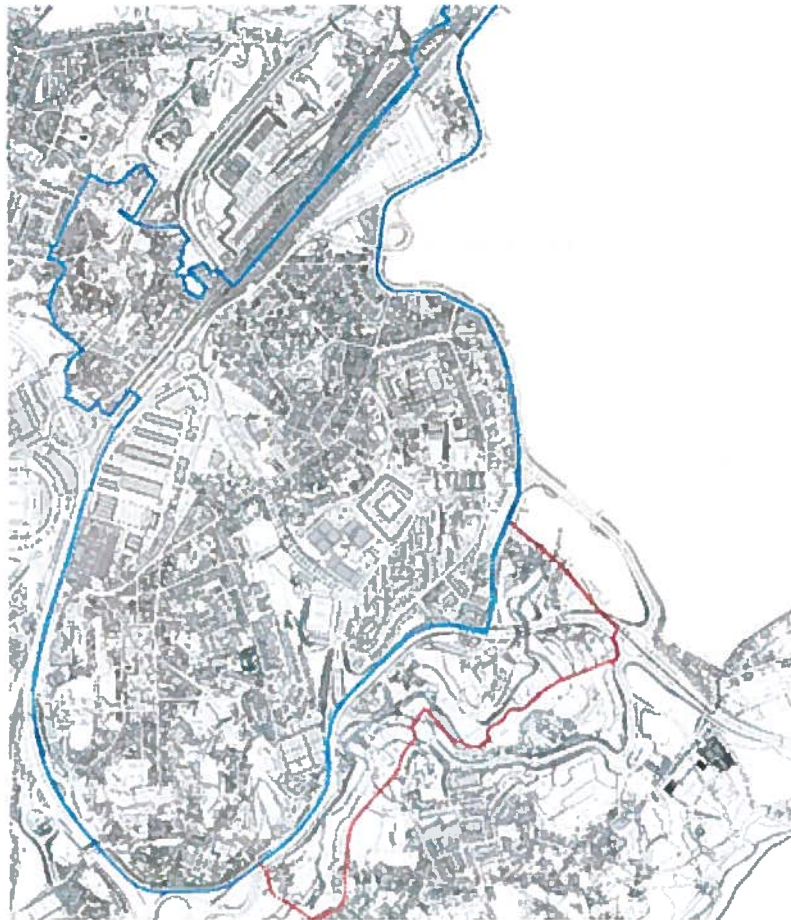


Figura 6. Delimitação da ARU da Corujeira e respetiva ampliação

A Operação de Reabilitação Urbana da Corujeira, foi aprovada por instrumento próprio, por deliberação da Assembleia Municipal, de 14 de outubro de 2019, tendo sido designada a Porto Vivo, SRU, como entidade gestora.

A partir da designação, foi iniciado um processo de análise documental e conhecimento do território da Área de Reabilitação Urbana da Corujeira e da respetiva Operação de Reabilitação Urbana, por forma a planear e programar a futura intervenção.



## b) Atividades e Objetivos para 2021

Em 2021, à semelhança do previsto para a ORU de Campanhã-Estação, a Sociedade antecipa que será necessário executar as seguintes atividades:

- i. Promover, nos termos previstos no RJRU, a reabilitação dos edifícios que apresentam um mau estado de conservação ou ruína nas ruas circundantes à Praça da Corujeira, dando continuidade aos levantamentos efetuados no decurso de 2020;
- ii. Acompanhar a execução dos projetos estruturantes e intervenções no espaço público, bem como a respetiva programação, por forma a permitir monitorizar e atualizar a programação das ações contribuindo para o cumprimento do PERU;
- iii. Atualizar o diagnóstico do estado de conservação do edificado na restante zona da Corujeira, completando o seu levantamento, através da identificação dos imóveis em mau estado de conservação e ruína;
- iv. Acompanhar as dinâmicas locais no que concerne à transmissão de imóveis e ao processo de reabilitação do edificado, através da monitorização das comunicações para efeitos de exercício de preferência e dos processos de controlo prévio de operações urbanísticas, permitindo aferir a sua evolução no tempo e a relação desta com a concretização progressiva das ações;
- v. Promover a articulação entre as soluções contidas no PDM e as ações constantes do programa estratégico;
- vi. Elaborar e realizar um plano de comunicação e de divulgação pública das ações planeadas e da evolução sua execução, visando obter e integrar a participação de moradores, proprietários, agentes económicos e associações locais, por forma a garantir a adesão às soluções de reabilitação, ou propor a respetiva alteração, se for esse o caso[17].

O objetivo deste conjunto de atividades é o de desencadear os procedimentos de reabilitação do edificado degradado, envolvendo todos os agentes responsáveis pela implementação das ações preconizadas no documento regulador da ORU.

## c) Informações Adicionais.

A reconversão do “Antigo Matadouro Industrial”[18] é o projeto estruturante mais importante a implementar nesta ARU. Igualmente importante para o desenvolvimento desta área e para catalisar investimento privado é a requalificação da Praça da Corujeira e o reordenamento da zona envolvente.

17. As contingências decorrentes da situação de pandemia não permitiram a realização da atividade, dado que esta pressupõe a interação com os públicos alvo, o que não é viável, atenta a restrição de contactos sociais que vigora desde o primeiro trimestre de 2020.

18. Este projeto permitirá novas funcionalidades para o edifício.

## 2.3. [E3] Habitação para Arrendamento a Rendas Acessíveis

### a) Enquadramento

Uma das apostas do Município do Porto é a promoção de soluções habitacionais destinados à classe média cujo rendimento é insuficiente para o arrendamento no mercado livre. As opções de política envolvem um espectro alargado de soluções que vão desde o investimento público à captação para o mercado de Arrendamento Acessível de habitação que esteja devoluta.

A Porto Vivo, SRU é, estatutariamente, a entidade tem por missão concretizar esta política. A Sociedade irá promover o mercado de arrendamento acessível da seguinte forma:

1. Dar e manter em arrendamento as habitações de que é proprietário e as que venham a ser colocadas sob sua gestão.
2. Participar em programas municipais de habitação para arrendamento a custos acessíveis, designadamente o “Porto com Sentido” [19].
3. Reabilitar edifícios do parque habitacional municipal cuja propriedade venha a ser transferida para a Sociedade e que se destinam a este tipo de arrendamento.

### b) Atividades e Objetivos para 2021

No que concerne ao ponto 1, prevê-se a continuação da política de atribuição da habitação em regime de arrendamento acessível dos imóveis património da Sociedade que atualmente se encontram devolutos [20] ou que venham a ficar disponíveis.

No que concerne ao ponto 2, prevê-se, em 2021:

- i. A implementação de todo o programa;
- ii. A realização de um concurso para seleção de 500 habitações privadas, constituindo-se o Município do Porto como arrendatário, para posterior colocação no mercado de arrendamento acessível;
- iii. A realização de um procedimento para atribuição em subarrendamento das habitações selecionadas no âmbito ainda do concurso de arrendamento;
- iv. A gestão dos contratos de subarrendamento, bem como o respetivo recebimento de rendas e consequente transferência dos valores recebidos para o Município.

No que se refere ao ponto 3, a Sociedade integrou ativamente o grupo de trabalho que irá propor os imóveis e o modelo que permita a transferência da propriedade e/ou gestão do património habitacional.

Mantém-se como objetivo deste conjunto de atividades o de aumentar a oferta de habitações em arrendamento acessível.

19 No segundo trimestre de 2020, a Porto Vivo, SRU foi designada como entidade gestora do Programa pelo que se deu início aos procedimentos para preparação da abertura da primeira “Consulta Pública para Contratação de Arrendamento”, por parte de proprietários de imóveis, a qual foi lançada em 15 de Julho e decorrerá até 11 de Dezembro de 2020.

20 Em 2020, deverá ficar concluído o segundo sorteio de 10 habitações cujos contratos só deverão ser celebrados no início de 2021.

## 2.4. [E4] Projeto "Ilhas" da Cidade

### a) Enquadramento

As ilhas do Porto são um elemento identificativo da cidade que permanece no território como uma marca do tempo do "Porto Industrial" em resultado do crescimento demográfico proporcionado pela industrialização e renovação urbanística do final do século XIX. A casa da ilha "foi, a maior parte das vezes, a habitação possível, já que o custo do aluguer de outro tipo de casas se revelava incomportável com o orçamento familiar"[21].

Morfologicamente, estes núcleos caracterizam-se por filas de casas pequenas térreas, em regra, construídas na parte traseira dos lotes das habitações burguesas da cidade do Porto. Esta morfologia permitiu, por um lado, ocultar do transeunte as condições de habitabilidade indigna e, por outro, "construir uma identidade comum, espaço de resistência e socialização dos mais pobres, elo de familiaridade e acolhimento para com conhecidos e amigos"[22]. A par de uma marca histórica identitária de um período da cidade, sobressai a verdadeira natureza da sua construção precária, "aproveitando todas as nesgas de terreno, sem infraestruturação adequada, as ilhas são, muitas vezes, focos de insalubridade e de doença"[23].

Há, portanto, dois objetivos conflituantes: o de preservar a marca histórica e o de conferir condições mínimas de habitabilidade a estes espaços citadinos.

O estudo, 'Ilhas do Porto' – Levantamento e Caracterização, do ano de 2015, identificou, como 'ilhas', 957 núcleos habitacionais. Estes, genericamente propriedade de privados e maioritariamente ocupados por população economicamente desfavorecida, encontram-se territorialmente dispersos pela cidade, com uma maior concentração na zona central e oriental do Concelho.

Além do equilíbrio entre o que há a manter e a reconstruir, da diversidade de estados de conservação e de conforto (ou falta dele) oferecidas aos seus habitantes e da multiplicidade de problemas sociais da população residente, acresce o facto da sua propriedade ser privada.

Prevê-se a ativação de dois mecanismos:

- No âmbito da candidatura municipal ao programa Abordagem Integrada para a Inclusão Ativa (AIIA); na Atividade III.7 Programa Estratégico as Ilhas do Porto": Estratégias Específicas para a Regeneração Habitacional das "Ilhas" do Porto, prevê-se a criação de condições e estratégias específicas para a regeneração habitacional das "Ilhas" do Porto e, em particular, a definição de orientações espaciais estratégicas e especificar os modelos de ação, prever e gerir os investimentos a realizar e identificar potenciais instrumentos de financiamento;

21 Revista População e Sociedade - n2/1 996, CEPFAM

22 Levantamento e Caracterização das "Ilhas" do Porto (C.M. do Porto, FEUP)

23 Levantamento e Caracterização das "Ilhas" do Porto (CM. do Porto, FEUP)





- No âmbito da candidatura ao programa 1.º Direito, nomeadamente informando e prestando toda a ajuda necessária à formalização das candidaturas por parte dos particulares.

#### b) Atividades e Objetivos para 2021:

Em 2021, a empresa irá dar continuidade à candidatura comunitária no âmbito AIIA - Atividade III.7, que está assente em três eixos, que se desenvolvem em paralelo:

- Definição de um Plano Estratégico;
- Plano de monitorização;
- Plano operacional de intervenção nas ilhas do Porto.

A metodologia definida assenta num processo de learning by doing, em que em todo o momento, a experiência vai moldando o plano e o modo como as atividades são executadas, sem que com isso se proceda a qualquer alteração dos objetivos definidos no projeto.

Assim, no que concerne ao primeiro eixo, uma vez concluídas as atividades para 2020 (24), dar-se-á continuidade às seguintes atividades:

- i. Levantamentos sociais e espaciais no terreno;
- ii. Implementação de um gabinete de acompanhamento dos proprietários a formalizar as candidaturas ao abrigo do programa 1º Direito.

No que diz respeito ao segundo eixo, estão previstas as seguintes atividades e subactividades:

- i. Workshops e validação da informação através de uma comissão de Acompanhamento;
- ii. Iniciativas conjuntas, que visam estimular o trabalho em rede com as diversas instituições no terreno, por forma a ensaiar novas respostas que aumentem o bem-estar das populações alvo;
- iii. Criação de canais de comunicação e apresentação de resultados.

Finalmente, com o terceiro eixo, pretende-se a concretização experimental do conhecimento adquirido e a criação de um elemento de continuidade, designadamente pela prossecução das seguintes atividades:

- i. Desenvolvimento de programas base para os núcleos definidos;
- ii. Desenvolvimento de modelos piloto com capacidade de replicação;
- iii. Constituição de um observatório das ilhas.

24. sistematização e transmissão de princípios, de formação das equipas, e de criação de instrumentos de informação

O objetivo deste conjunto de atividades é o de concretizar a candidatura através de uma metodologia que permita, em simultâneo, ensaiar modelos de cooperação institucional que visem aumentar o bem-estar das populações envolvidas e definir as orientações espaciais estratégicas e especificar os modelos de ação, em articulação com o Programa estratégico “as ilhas do Porto”: estratégias específicas para a regeneração habitacional das “ilhas” do Porto;

### c) Informações Adicionais

O medo provocado pela COVID-19 e a incerteza relativa a novas vagas que poderá provocar uma previsível resistência, por parte das populações alvo, ao contacto com os técnicos em casas de tão reduzidas dimensões.

De facto, um eventual cenário de pandemia é, num contexto de trabalho social que pressupõe a presença e o contacto dos agentes no terreno, um elemento crítico do projeto podendo funcionar como uma restrição que deverá ser levada em conta na execução das ações programadas.

## 2.5. Outras Unidades de Intervenção

### 2.5.1. Parcela 14 do Quarteirão de Carlos Alberto

#### a) Enquadramento

Durante o ano de 2020 foi desenvolvido o projeto de arquitetura e respetivo projeto de execução da parcela 14 do Quarteirão Carlos Alberto, propriedade da Porto Vivo, SRU, que estava por reabilitar. Ainda durante este ano foi lançado o respetivo concurso de empreitada.

#### b) Atividades e Objetivos para 2021

Em 2021, será concluída a obra de reabilitação do prédio.

#### c) Informações adicionais

Este imóvel abrange três novas habitações e uma fração para comércio.

### 2.5.2 Parcela 6 do Quarteirão de Carlos Alberto

#### a) Enquadramento

O empreendimento do Pátio Luso encontram-se totalmente reabilitado exceto no que concerne à parcela. Foi estabelecido um acordo com o anterior proprietário da parcela 6, visando sua a concretização da aquisição pela Porto Vivo, SRU, cuja formalização se prevê realizar ainda este ano, o que permitirá iniciar o procedimento de revisão de projeto e contratação da empreitada.

#### b) Atividades e objetivos para 2021

- i. Revisão do projeto;
- ii. Início da empreitada de reabilitação.

O objetivo é de promover a reabilitação do imóvel, completando o empreendimento, valorizando o património e imagem urbana do local, permitindo concluir o processo de reabilitação.

#### c) Informações Adicionais

Este imóvel abrange 3 novas habitações e uma fração para comércio.

### 2.5.3 Quarteirão de D. João I

#### a) Enquadramento

O Contrato de Reabilitação Urbana do Quarteirão de D. João I foi celebrado com um parceiro privado na sequência do concurso público iniciado em 2007.

Em 2019, a Porto Vivo, SRU, autorizou a cessão da posição contratual e a alteração do término do prazo do contrato de reabilitação urbana para o dia 15 de outubro de 2021. O novo parceiro retomou os trabalhos de reabilitação definidos no contrato, em curso.

#### b) Atividades e Objetivos para 2021

Durante o ano de 2021 dar-se-á continuidade à monitorização do cumprimento das cláusulas contratuais.

O objetivo é garantir que o contrato de reabilitação está a ser cumprido.

## 2.6. Unidade Orgânica de Comunicação Empresarial

#### a) Enquadramento

No quadro da definição dos eixos de ação da unidade orgânica de comunicação empresarial (U.C.E), foi considerado um diagnóstico às diferentes variáveis endógenas e exógenas da empresa, da marca e a sua atuação e relacionamento com o mercado.

Neste contexto foi ainda realizada uma análise liminar ao envolvimento da Porto Vivo, SRU, com o mercado, os seus stakeholders e a sua existente e potencial rede de interconexões, adicionando-se uma observação às metas delineadas nas suas áreas de intervenção.

Assim considera-se que o investimento no desenho e concretização de uma estratégia de comunicação, representará efetivamente um papel de relevância para atingir os objetivos traçados, tanto na esfera material como imaterial.



## b) Atividades e objetivos para 2021

- I. Identificar, fortalecer e fomentar a relação com a rede de investidores já existentes e com potenciais novos investidores;
- II. Identificar e impulsionar a relação com a rede de parceiros já existentes;
- III. Desenhar um novo polo de atuação – malha de parceiros afetos à execução de ações de comunicação e identificar os potenciais parceiros;
- IV. Ampliar as sinapses entre o mercado; privado e a Porto Vivo - Sociedade de Reabilitação Urbana;
- V. Captar investimento para as ações de comunicação desenvolvidas no domínio da atividade da U.C.E;
- VI. Desenvolver o processo comunicacional entre a empresa Porto Vivo e o público, seja no domínio interno ou externo;
- VII. Dar sequência à estratégia de comunicação para o projeto Porto com Sentido. Identificar, caracterizar e promover uma relação com as suas diferentes audiências alvo.;
- VIII. Dar sequência à estratégia de comunicação direcionada para cada ORU. Identificar, caracterizar e promover uma relação com as diferentes audiências alvo dos projetos vinculados às ORUs.

O objetivo destas atividades relaciona-se com a comunicação, promoção e captação de investimento para os distintos projetos integrados nas áreas de atuação da Porto Vivo, SRU, associando-se o incremento do posicionamento da empresa.

## c) Informações Adicionais.

Prevê-se que as ações referidas nos diferentes itens do ponto b) se estendam para o triénio 2022 – 2024.



### 3. Indicadores de Avaliação de Atividade

A Porto Vivo, SRU, propõe avaliar a sua atividade através do seguinte modo:

Eixo do Plano	Ponderação	Indicador	Ponderação
		$I_j$	por indicador
			$P_k$
E1	30	I1	10
		I2	10
		I3	10
E2	30	I4	15
		I5	15
E3	25	I6	15
		I7	10
E4	15	I8	10
		I9	5
	100		100

A avaliação da performance está relacionada com a concretização destes indicadores, descritos em anexo, de acordo com o seguinte:

$$P = \sum_1^9 P_k I_j$$

$P \geq 80$  ..... Excelente  
 $60 \leq P < 80$  ..... Bom  
 $50 \leq P < 60$  ..... Razoável  
 $P < 50$  ..... Insuficiente.

*M*

## 4. Aspetos Organizacionais

### 4.1. Formação Interna

A empresa irá implementar um plano formação interna dos colaboradores que promova, essencialmente, a formação obrigatória e/ou absolutamente necessária para o desempenho das tarefas em curso.

### 4.2. Responsabilidade Ambiental

A Porto Vivo, SRU, procura agir de forma integrada, considerando as diferentes vertentes dos problemas ambientais na gestão corrente da sua atividade.

Por forma a consubstanciar a responsabilidade ambiental a Porto Vivo, SRU, irá formular uma carta de compromisso em gestão de ambiental.

### 4.3. Código de Ética

A atualização do Código de ética foi aprovada em 12 de março e prevê a constituição de uma Comissão de Ética para acompanhar o código em termos de aplicação, garantindo a monitorização e atualização do mesmo, apresentando propostas que ache necessárias para a sua boa aplicação e revisão. A Comissão de Ética será também responsável por qualquer tipo de esclarecimento de dúvidas quanto ao código, na sua generalidade.

### 4.4. Código de Conduta para Prevenção e Combate ao Assédio

O Código de Conduta para Prevenção e Combate ao Assédio, aprovado em Reunião de Conselho de Administração no dia 15 de dezembro de 2017 (ata n.º 1053), na sequência da diretiz (Lei 73/2017 de 16 de agosto), que entrou em vigor no dia 1 de outubro de 2017, vem reforçar o quadro legislativo para a prevenção da prática do assédio no trabalho.

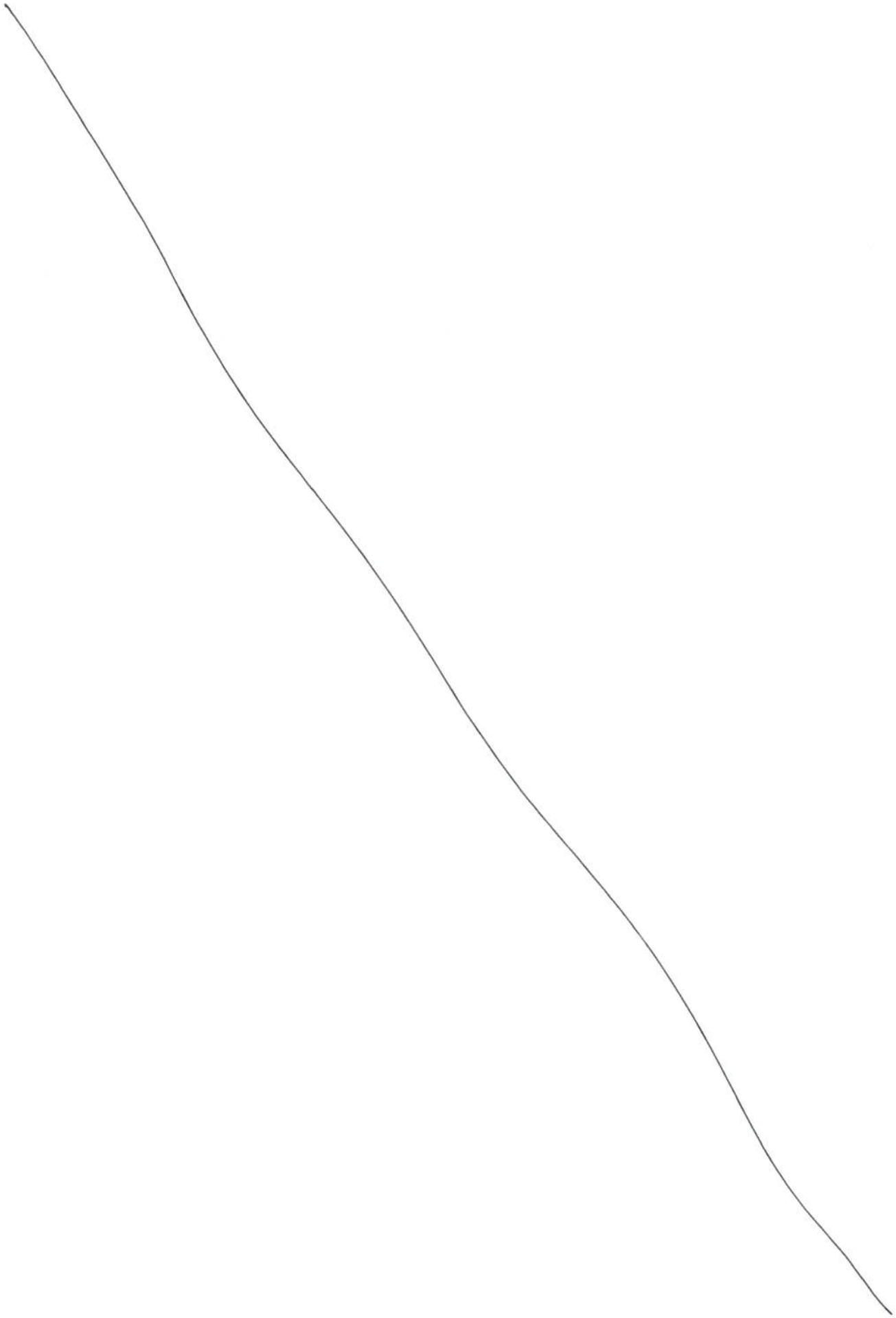
### 4.5. Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo Riscos de Corrupção e Infrações Conexas

O Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, aprovado em Reunião do Conselho de Administração no dia 17 de agosto de 2016 (ata n.º 1016), prevê a constituição de um Grupo de Coordenação e Monitorização do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, para coordenar a sua implementação, realizar reuniões periódicas de acompanhamento e elaborar o relatório anual de execução do PPRGRCIC.





### III. Orçamento 2021



Handwritten marks in blue ink, including a checkmark and some illegible scribbles.

## 1. Sumário

O presente capítulo visa traduzir o planeamento da Sociedade para o exercício de 2021 ao nível das receitas a obter e das despesas a suportar[25]. Assim, nesse ano, a Porto Vivo, SRU, espera obter um superavit orçamental[26], em cerca de 6.300€.

Tendo em consideração as disponibilidades financeiras, a Sociedade avançará com o início da empreitada da parcela 6 do Quarteirão Carlos Alberto, permitindo que até ao ano de 2023, possam ficar disponíveis três habitações para arrendamento a preços acessíveis (e uma fração comercial). Prosseguirá, adicionalmente, com a execução da empreitada referente à parcela 14 desse quarteirão, bem como da associada à operação D pertencente ao Programa de Realojamento Definitivo do Morro da Sé, na medida em que os respetivos concursos foram já lançados no presente ano. Destes processos resultarão dezassete frações habitacionais (três e catorze, respetivamente), bem como cinco comerciais (uma e quatro, respetivamente).

É ainda assegurada dotação orçamental, no valor aproximado de 2M€, para fazer face a expropriações/ venda forçada a realizar na Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico, da Corujeira e de Campanhã – Estação. bem como a amortização antecipada de 0,55M€ do empréstimo obtido junto do IHRU/BEI[27].

25 É anexo ao presente instrumento, o detalhe, por rubrica económica, das despesas e receitas a suportar em 2021.

26 Prevê-se a obtenção de um resultado líquido positivo de cerca 994.300€.

27 Caso se verifiquem os pressupostos que estão na formação do excedente de tesouraria.



## 2. Orçamento de Receitas e Despesas

Conforme é perceptível na Tabela 1, a atual previsão do orçamento para 2021 traduz um equilíbrio de tesouraria de cerca de 6.300€, apresentando três grandes fontes de financiamento, designadamente, as verbas a receber no âmbito do Memorando de Entendimento e do Contrato-Programa celebrados, bem como as contrapartidas previstas associadas aos Contratos de Reabilitação Urbana a celebrar no Morro da Sé.

Tabela 1: Tesouraria para 2021

Rubrica	Fontes de Financiamento				Orçamento 2021
	Memorando de Entendimento	Contrato-Programa	Subsídios IEFP	Receitas Próprias	
	€	€	€	€	€
2.1.1. Participações Financeiras do IHRU e do Município do Porto	2 000 000	-	-	-	2 000 000
2.1.2. Contrato - Programa	-	845 686	-	-	845 686
2.1.3. Cedência de Direito de Superfície	-	-	-	3 500 000	3 500 000
2.1.4. Rendas	-	-	-	283 805	283 805
2.1.5. Prestação de Serviços	-	-	-	374 703	374 703
2.1.6. Outras Receitas	-	-	5 327	1 991 977	1 997 304
<b>A. Total de Receitas</b>	<b>2 000 000</b>	<b>845 686</b>	<b>5 327</b>	<b>6 150 485</b>	<b>9 001 498</b>
<b>Despesas</b>					
<b>Despesas Correntes</b>					
2.2.1. Despesas com Pessoal	340 516	524 811	5 309	372 991	1 243 227
Despesas com Pessoal do Quadro e Avenças	340 516	524 811	-	367 346	1 232 673
Despesas com Estágios	-	-	5 309	5 245	10 554
2.2.2. Despesas com Aquisição de Bens e Serviços	-	318 571	18	807 829	1 126 418
2.2.3. Amortização de Financiamentos Obtidos	540 000	-	-	550 000	1 090 000
2.2.4. Juros de Financiamentos Obtidos	48 578	-	-	-	48 578
2.2.5. Outros Encargos Financeiros	-	2 304	-	5 402	7 706
2.2.6. Impostos e Taxas	50 400	-	-	162 511	212 911
2.2.7. Outras Despesas	-	-	-	1 864 624	1 864 624
<b>Despesas de Capital</b>					
2.2.8. Investimentos em Reabilitação Urbana	1 020 506	-	-	2 366 210	3 386 716
Programa de Reajustamento Definitivo Morro Sé	884 772	-	-	-	884 772
Quartelão Carlos Alberto	-	-	-	414 456	414 456
ARU CHRP / Santa Clara	135 734	-	-	851 754	987 488
ORUs	-	-	-	1 100 000	1 100 000
Outras Áreas	-	-	-	-	-
2.2.9. Outros Investimentos	-	-	-	15 000	15 000
<b>B. Total de Despesas</b>	<b>2 000 000</b>	<b>845 686</b>	<b>5 327</b>	<b>6 144 167</b>	<b>8 995 180</b>
<b>C. Tesouraria (A - B)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>6 318</b>	<b>6 318</b>

*Handwritten signature and initials.*

## 2.1. Orçamento de Receitas

A Sociedade estima obter um total de receitas de cerca de 9M€, distribuídas por diferentes naturezas e fontes de financiamento, conforme evidenciado nos pontos seguintes.

### 2.1.1. Comparticipações Financeiras do IHRU e do Município do Porto

No âmbito do estipulado no Memorando de Entendimento e no Contrato-Programa celebrado a 5 de outubro de 2015, entre o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), o Município do Porto e a Porto Vivo, SRU, a Sociedade receberá, no exercício de 2021, a respetiva comparticipação financeira no valor total de 2M€, repartidos em partes iguais.

De notar que a primeira transferência do IHRU foi efetivada ainda em 2019, tendo em consideração o exposto no n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 109/2018, de 4 de dezembro, nomeadamente, que “cabe ao IHRU, após a extinção da sua posição acionista, proceder ao pagamento da comparticipação financeira a cargo do Estado referida na Resolução do Conselho de Ministros n.º 209/2017, de acordo com as condições determinadas e já autorizadas no n.º 2 e na alínea b) do n.º 3 daquela resolução e com as demais condições já acordadas pelos acionistas, constantes do contrato-programa assinado em 5 de outubro de 2015”, pelo que esta será recebida até ao exercício de 2023.

Por sua vez, a transferência anual a realizar pelo Município do Porto ocorrerá durante os exercícios de 2020-2024, na medida em que o novo Contrato-Programa foi apenas celebrado a 6 de janeiro de 2020, tendo o processo de visto do Tribunal de Contas sido concluído este ano.

### 2.1.2. Contrato-Programa

Não obstante a transferência do Município do Porto evidenciada no ponto anterior estar efetivada formalmente em sede do Contrato-Programa celebrado, importa distinguir os montantes que representam transferências correntes e, por isso, discriminadas nesse, e aqueles que se traduzem em subsídios à exploração. Assim, o total de 845.686€ previsto receber ao longo de 2021 traduz os subsídios a atribuir à Porto Vivo, SRU pelo exercício das seguintes atividades:

- i. Pela gestão das ORU's da Corujeira e Campanhã – Estação, designadamente, pela criação da equipa, através da afetação de recursos humanos internos, que assegure os meios técnicos necessários para que a Sociedade possa conduzir esta missão, acrescidos dos encargos indiretos associados à respetiva atividade, será recebido o valor de 540.000€ [28];
- ii. Pela execução e gestão operacional do programa de dinamização do mercado de arrendamento acessível lançado pelo Município do Porto no ano de 2020, denominado “Porto com Sentido”, a Porto Vivo, SRU arrecadará o montante de 305.686€ [29].

28 Para o devido efeito será celebrado um Aditamento ao Contrato-Programa celebrado a 6 de janeiro de 2020, tendo em consideração que o mesmo só faz menção aos valores a receber no ano de 2020.

29 Para a efetivação formal deste subsídio foi celebrado o Aditamento ao Contrato-Programa celebrado.

### 2.1.3. Cedência de Direito de Superfície

No final de 2019 foi lançado um concurso público internacional, com vista à celebração do contrato de reabilitação urbana para a criação de uma Residência de Estudantes no Quarteirão da Bainharia, no Morro da Sé, mediante a constituição de direito superfície sobre os imóveis durante um prazo de 40 anos e cujo prazo para apresentação de propostas termina em outubro de 2020 [30]. Caso o referido concurso tenha sucesso estima-se que no início de 2021 estejam reunidas as condições para efetivar a respetiva celebração, recebendo, assim, a Sociedade, o valor da contrapartida mínima estipulada, no total de 2M€.

É perspectivado ainda, ao longo de 2021, o lançamento do concurso referente à celebração do contrato de reabilitação urbana para a criação de uma Unidade de Alojamento Turístico no Quarteirão dos Pelames, no Morro da Sé, com efetivação do respetivo contrato no próprio ano, e o recebimento por parte do Parceiro Privado da contrapartida prevista de 1,5M€.

### 2.1.4. Rendas

Estima-se que as atuais frações reabilitadas e em processo de arrendamento sejam responsáveis pela obtenção de receitas no total de 283.805€, dos quais 176.047€ correspondem a receitas a obter com a ocupação de frações habitacionais e 107.758€ com o arrendamento de frações comerciais. Para a presente estimativa contribuíram os seguintes pressupostos:

- i. Uma taxa de ocupação de 95% das sessenta frações com contratos de arrendamento em vigor ou cuja celebração está em curso, assegurando-se, assim, por prudência, uma margem para fazer face ao período mínimo necessário para recolocar no mercado frações cujos atuais arrendatários cessem o respetivo contrato;
- ii. Uma taxa de ocupação de 90% das dez frações habitacionais que na presente data se encontram desocupadas e cujo processo de atribuição das mesmas sob a forma de concurso se encontra em curso;
- iii. Uma taxa de ocupação de 75% das cinco frações comerciais que se encontram desocupadas, admitindo-se a preparação de um novo concurso para estas, ressalvando-se, assim, um menor interesse do mercado por este tipo de frações, tendo em consideração o atual estado da economia, face à situação pandémica que se assiste;
- iv. A não atualização das rendas em vigor, tendo em consideração os atuais níveis de inflação.

<sup>30</sup>Tendo em consideração o estado de pandemia, o prazo de apresentação de propostas foi prorrogado duas vezes ao longo do ano.

NA  
4



### 2.1.5. Prestação de Serviços

Ao longo de 2021 a Sociedade prestará serviços ao Município do Porto no âmbito da execução de duas atividades e cuja receita totalizará o valor de 374.703€, conforme o seguinte:

- i. Com a execução da atividade III.7 Programa Estratégico - As Ilhas do Porto: Estratégias específicas para a regeneração habitacional das “Ilhas do Porto”, da candidatura aprovada do Município do Porto no âmbito do NORTE 2020, por força da transferência de competências da Domus Social, EM para a Porto Vivo, SRU, a Sociedade receberá o valor de 342.186€ (tendo em consideração a revisão efetuada no presente ano);
- ii. No âmbito da execução do projeto “AtlaS.WH – Heritage in the Atlantic Area”, projeto este que visa refletir sobre modelos de gestão em Sítios Classificados como Património Mundial no quadro da Revisão do Plano de Gestão do Centro Histórico do Porto Património Mundial, será obtido o valor de 32.517€, dada a suspensão do contrato verificada em 2020 e a respetiva prorrogação até maio de 2021.

### 2.1.6. Outras Receitas

Nesta rubrica, no total de 1.997.304€, estão previstas, essencialmente, as transações de verbas a ocorrer com o Município do Porto no âmbito do processo de sub-arrendamento do programa Porto com Sentido, com igual expressão no lado das despesas (rubrica de “Outras Despesas”), no valor de 1.793.124€, tendo em consideração que o Contrato-Programa estipula que a Porto Vivo, SRU, no âmbito das respetivas competências, assegura a “Gestão das relações de arrendamento e subarrendamento, recebendo as respetivas rendas que entregará ao Município do Porto, e praticando todos os demais atos de execução contratual dessas relações jurídicas, incluindo a representação em juízo em qualquer pleito relacionado com a execução dos referidos contratos.”

Do total da rubrica, cerca de 117.000€ corresponderá à obtenção de receitas por parte da Sociedade, quer no âmbito de emissão de certidões e realização de vistorias, quer associadas a verbas previstas com a celebração de protocolos com Parceiros Privados no âmbito da participação em eventos internacionais, enquanto entidade representante do Município do Porto no processo de dinamização da reabilitação urbana.

## 2.2. Orçamento de Despesas

O orçamento atual de despesas correntes é decomposto pelas rubricas relacionadas com o pessoal, com a aquisição de bens e serviços necessários ao funcionamento corrente da Sociedade, com as despesas associadas ao empréstimo e linha de financiamento em vigor (amortização de capital, juros e comissões bancárias), bem como com os impostos a suportar. Ao nível das despesas de capital, será evidenciada, principalmente, a rubrica de investimento a realizar afeto ao processo de reabilitação urbana.

### 2.2.1. Despesas com Pessoal

Durante o exercício de 2021 a Sociedade estima suportar encargos com o pessoal em cerca de 1,24M€, conforme sintetizado na Tabela 2, assumindo-se, para o cálculo deste total, os seguintes pressupostos:

- i. A contratação de prestadores de serviços afetos à execução da atividade III.7 Programa Estratégico - As Ilhas do Porto: Estratégias específicas para a regeneração habitacional das “Ilhas do Porto”, da candidatura aprovada do Município do Porto no âmbito do NORTE 2020, no valor de 107.748€;
- ii. A contratação de um técnico superior, com valências em sistemas informáticos, para apoio à atividade corrente da Sociedade, tendo em consideração o elevado investimento efetuado em 2019 e 2020 ao nível da modernização da estrutura de redes e software;
- iii. A manutenção das posições remuneratórias a fixar no presente ano, que incluirão apenas a atualização de 0,3% ainda a aplicar, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 10-B/2020;
- iv. O pagamento do valor previsto de 10.000€, no âmbito da atual aplicação à Sociedade, enquanto entidade municipal, do art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 118/83, de 25 de fevereiro, que estipula a seguinte responsabilidade quanto aos funcionários públicos ao serviço:
  - a entrega à ADSE, dos descontos retidos aos beneficiários;
  - o pagamento dos cuidados de saúde, aos beneficiários inscritos, no âmbito do regime livre;
  - o pagamento dos encargos mensais suportados pela ADSE, I.P. com a prestação de cuidados de saúde na Rede ADSE aos beneficiários afetos àquelas entidades empregadoras;
  - a quotização anual de €1,25 por beneficiário inscrito, titular ou familiar.

Tabela 2: Despesas com Pessoal <sup>31</sup>

Rubrica	Fonte de Financiamento				Orçamento 2021 [E] = [A] - [B] - [C] - [D]
	Memorando de Entendimento [A]	Contrato-Programa [B]	Subsídios IEFP [C]	Receltas Próprias [D]	
<b>Pessoal</b>	<b>340 516</b>	<b>524 811</b>	<b>-</b>	<b>367 346</b>	<b>1 232 673</b>
Remunerações (Órgãos Sociais e Quadro de Pessoal)	224 070	343 855	-	170 273	738 198
Remunerações (Tarefas e Avenças)	-	-	-	107 748	107 748
Subsídio de Refeição	10 148	15 405	-	6 540	32 093
Subsídio de Férias / Natal	36 488	56 262	-	24 650	117 400
Abonos (Ajudas de Custos e Outros)	311	457	-	2 221	2 989
Encargos Contributivos	63 018	98 937	-	51 682	213 637
Seguros	6 481	9 895	-	4 232	20 608
<b>Remunerações e Encargos com Estágios</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5 309</b>	<b>5 245</b>	<b>10 554</b>
<b>Total de Despesas</b>	<b>340 516</b>	<b>524 811</b>	<b>5 309</b>	<b>372 591</b>	<b>1 243 227</b>

<sup>31</sup> O valor correspondente a remunerações com a realização de estágios encontra-se espelhado, orçamentalmente, na rubrica económica referente a Transferências Correntes.

Conforme se pode verificar na tabela 2, as despesas a suportar com o pessoal serão financiadas, principalmente, através das transferências associadas ao Memorando de Entendimento celebrado entre o Município do Porto e o IHRU e ao Contrato-Programa celebrado com o Município do Porto, tendo em consideração a afetação do pessoal ao desenvolvimento das atividades enquanto entidade gestora das ORU's do Centro Histórico, da Corujeira e de Campanhã – Estação, bem como do Programa Porto com Sentido.

A tabela seguinte apresenta a distribuição do pessoal por vínculo à Sociedade:

Tabela 3. Quadro de Pessoal <sup>32</sup>

Regime de Contratação	Quadro Atual	Quadro 2021
Administração (Nr. Membros Remunerados)	1	1
Funcionários Públicos em regime de CIP	5	5
Pessoal nos Quadros	20	21
Pessoal com Contrato a Termo	3	3
<b>Total</b>	<b>29</b>	<b>30</b>

### 2.2.2. Despesas com Aquisição de Bens e Serviços

Com a aquisição de bens e serviços estima-se que a Sociedade suporte um encargo total de 1,13M€, conforme evidenciado na Tabela 4, contribuindo para o mesmo, e, principalmente, as despesas inerentes ao desenvolvimento das seguintes atividades / projetos:

- i. Com a execução da atividade III.7 Programa Estratégico - As Ilhas do Porto: Estratégias específicas para a regeneração habitacional das “Ilhas do Porto”, da candidatura aprovada candidatura do Município do Porto no âmbito do NORTE 2020, serão suportados encargos de 234.438€;
- ii. Para a prossecução da missão inerente ao projeto Porto com Sentido, a Sociedade suportará despesas diretas previstas no valor de 181.075€, ao qual acrescerão os encargos indiretos no valor de 18.570€;
- iii. A gestão das ORU's da Corujeira e Campanhã-Estação traduzir-se-á na afetação de encargos diretos e diretos no total previsto de 118.926€;
- iv. O processo de dinamização da reabilitação urbana, designadamente, a participação em feiras e eventos internacionais corresponderá a um encargo para a Sociedade de 154.000€.

<sup>32</sup> Um dos trabalhadores que atualmente se encontra em regime de contrato a termo passará para os quadros no ano de 2021, na medida em que atingirá o limite de renovações do contrato de trabalho e se mantém a respetiva necessidade.



Tabela 4. Despesas com a aquisição de Bens e Serviços

Rubrica	Fonte de Financiamento				Orçamento 2021 [E] = [A] - [B] + [C] - [D]
	Memorando de Entendimento [A]	Contrato-Programa [B]	Subsídios IEEP [C]	Receitas Próprias [D]	
Aquisição de bens	-	14 149	-	30 549	44 698
Encargos com instalações	+	5 120	+	21 329	26 449
Limpeza e Higiene	+	11 368	-	21 335	32 703
Conservação de bens	+	75 000	-	21 767	96 767
Rendas	-	15 809	-	23 645	39 454
Alugueres de Material Informático	-	19 767	-	23 107	42 874
Comunicações e Transportes	-	8 741	-	23 520	32 261
Representação dos Serviços	-	-	-	500	500
Seguros	-	-	18	24 937	24 955
Deslocações e Estadas	-	-	-	12 352	12 352
Estudos, pareceres, projetos e consultoria	+	25 694	+	85 930	111 624
Formação	+	-	-	7 200	7 200
Seminários e Publicidade	-	6 273	-	185 547	191 820
Vigilância e Segurança	-	14 238	-	15 460	29 698
Assistência Técnica	-	12 000	-	15 039	27 039
Outros Serviços Especializados	-	107 254	-	84 295	191 549
Outros Serviços	-	3 158	-	211 317	214 475
<b>Total de Despesas</b>	-	<b>318 571</b>	<b>18</b>	<b>807 829</b>	<b>1 126 418</b>

### 2.2.3. Amortização de Financiamentos Obtidos

Cumprindo o estipulado na cláusula terceira do Contrato de Financiamento sob a forma de Abertura de Crédito celebrado entre o IHRU, a Porto Vivo, SRU e o Município do Porto, ora designado como Desembolso IHRU/BEI, a Sociedade procederá ao reembolso de 1/20 do montante do financiamento, no valor de 540.000€, em março de 2021.

Não obstante, e tendo em consideração a previsão de excedente de tesouraria, dado o recebimento de 3,5M€ no âmbito da celebração dos contratos de reabilitação urbana referentes à criação da Residência de Estudantes e da Unidade de Alojamento Turístico no Morro da Sé, a Sociedade prevê utilizar a faculdade prevista na cláusula sétima daquele contrato, amortizando, excecionalmente, no final de 2021, o valor de 550.000€.

### 2.2.4. Juros de Financiamentos Obtidos

Dado o nível de financiamento previsto ao longo do ano de 2021, tendo em consideração a amortização evidenciada no ponto anterior, bem como a taxa de juro estimada (Euribor a 3 meses [33]), prevê-se que no exercício de 2021 a Sociedade suporte um encargo total associado a juros de 48.578€.

### 2.2.5. Outros Encargos Financeiros

Tendo em consideração a existência de uma linha de crédito sob a forma de Saldo a Descoberto Autorizado junto do Millennium BCP, no valor de 1M€, bem como a previsão de manutenção deste limite, estima-se que a Porto Vivo, SRU suporte um encargo financeiro no valor orçamentado de 5.000€, correspondente à estimativa da comissão de gestão a pagar anualmente.

33. Foi assumida a média da taxa de juro suportada nos últimos cinco anos.

A este total acrescem ainda outros encargos, associados à movimentação de verbas, com principal destaque para os inerentes à utilização do sistema de débito direto na cobrança de rendas. De facto, para o total estimado de 2.706€ contribui o valor de 2.304€ inerente à execução do projeto Porto com Sentido e, por isso, suportado através do subsídio à exploração previsto em sede de Contrato-Programa.

**Tabela 5: Despesas com Outros Encargos Financeiros**

Rubrica	Fonte de Financiamento				Orçamento 2021 (E) = (A) + (B) + (C) + (D)
	Memorando de Entendimento [A]	Contrato-Programa [B]	Subsídios IEFP [C]	Receitas Próprias [D]	
Comissões Bancárias (Financiamento)	-	-	-	5 000	5 000
Comissões Bancárias (TPA e SDD)	-	2 304	-	402	2 706
<b>Total de Despesas</b>	-	<b>2 304</b>	-	<b>5 402</b>	<b>7 706</b>

### 2.2.6. Impostos e Taxas

Para o total de 212.911€ orçamentado como despesas a suportar com Impostos e Taxas contribui, especialmente, o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) a entregar ao Estado (a liquidar no âmbito das prestações de serviços previstas e no decurso de obras de reabilitação, tendo em consideração a inversão do sujeito passivo aplicável neste último caso), o Imposto Municipal sobre Imóveis e respetivo adicional, bem como o Imposto sobre o Rendimento estimado para o ano de 2020 e que será liquidado em 2021, conforme sintetizado na Tabela 6.

**Tabela 6. Impostos e Taxas**

Rubrica	Fonte de Financiamento				Orçamento 2021 (E) = (A) + (B) + (C) + (D)
	Memorando de Entendimento [A]	Contrato-Programa [B]	Subsídios IEFP [C]	Receitas Próprias [D]	
IVA Apurado a entregar ao Estado	50 400	-	-	69 372	119 772
Retenções na Fonte efetuadas por Terceiros	-	-	-	30 173	30 173
IMI e IRC	-	-	-	52 719	52 719
Imposto de Selo	-	-	-	680	680
Taxas de justiça e Outras Taxas	-	-	-	9 567	9 567
<b>Total de Despesas</b>	<b>50 400</b>	-	-	<b>162 511</b>	<b>212 911</b>

### 2.2.7. Outras Despesas

Para o total orçamento nesta rubrica destaca-se, principalmente, o valor de 1.793.124€ referente ao recebimento de rendas, no âmbito dos contratos de subarrendamento a celebrar inerentes ao projeto Porto com Sentido e que será entregue ao Município do Porto, nos termos do estipulado no respetivo Contrato-Programa, de acordo com o evidenciado na tabela 7 apresentada seguidamente.

Tabela 7: Outras Despesas

Rubrica	Fonte de Financiamento			Receitas Próprias [D]	Orçamento 2021 [E] = [A] + [B] + [C] + [D]
	Memorando de Entendimento [A]	Contrato-Programa [B]	Subsídios IEFP [C]		
Quota - Urban Land Institute e AdePorto	-	-	-	7 500	7 500
Custas de Parte	-	-	-	4 000	4 000
Movimentação de Rendas	-	-	-	1 793 124	1 793 124
Expropriação Q. Cardosas	-	-	-	60 000	60 000
<b>Total de Despesas</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1 864 624</b>	<b>1 864 624</b>

### 2.2.8. Investimentos em Reabilitação Urbana

No decurso do planeamento do processo de reabilitação urbana, e conforme resumido na Tabela 8, a Sociedade estima suportar despesas no ano de 2021 no valor de 3,39M€, dos quais 1,96M€ correspondem a encargos com expropriações/ventas forçadas e 1,30M€ são associados ao processo de reabilitação de parcelas que já pertencem ao património da Porto Vivo, SRU.

Tabela 8: Despesas com o Processo de Reabilitação Urbana

Rubrica	Fonte de Financiamento			Receitas Próprias [D]	Orçamento 2021 [E] = [A] + [B] + [C] + [D]
	Memorando de Entendimento [A]	Contrato-Programa [B]	Subsídios IEFP [C]		
Programa de Realojamento Definitivo do Morro da Sé	884 772	-	-	-	884 772
Operação D	884 772	-	-	-	884 772
Quartirão Carlos Alberto	-	-	-	414 456	414 456
Parcela 6	-	-	-	209 499	209 499
Parcela 14	-	-	-	204 957	204 957
Centro Histórico / Santa Clara	135 734	-	-	851 754	987 488
Aquisições / Expropriações	104 246	-	-	851 754	956 000
Outras Despesas	31 488	-	-	-	31 488
ORU's Campanhã -Estação/Corujeira	-	-	-	1 100 000	1 100 000
Aquisições / Expropriações	-	-	-	1 000 000	1 000 000
Outras Despesas	-	-	-	100 000	100 000
<b>Total de Despesas</b>	<b>1 020 506</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2 366 210</b>	<b>3 386 716</b>

De facto, a Porto Vivo, SRU, na qualidade de gestora da ARU do CHPPM, tem constatado, através da monitorização efetuada, que existem edifícios ainda nesta área em ruína ou em muito mau estado, cujos proprietários, por razões diversas, se têm mostrado incapazes de os reabilitar, sendo por isso oportuno e necessário proceder-se à aquisição ou expropriação dos casos mais flagrantes. Para 2021, a efetivar-se a obtenção das receitas previstas, estima-se que sejam adquiridos ou expropriados quatro a seis prédios.



Por sua vez, enquanto entidade gestora das ORU's de Campanhã-Corujeira e Estação, a Sociedade identificou setenta e três prédios em mau estado ou muito mau estado. Assumindo-se que 50% dos mesmos serão reabilitados pelo proprietário e que 30% serão alvo de venda forçada, prevê-se que a Sociedade necessite de expropriar 20% dos mesmos, dos quais 10% se concretizarão em 2021 e os restantes 10% em 2022.

Assumindo um custo de 500€/m2, prevê-se um valor a suportar com expropriações nesta área de 1M€.

No âmbito da intervenção no património da Sociedade, evidencia-se a execução da Operação D pertencente ao Programa de Realojamento Definitivo do Morro da Sé, com concretização da respetiva empreitada, tendo em consideração que se prevê a celebração do contrato ainda no presente ano, na medida em que o concurso público foi já lançado.

Relativamente à intervenção do Quarteirão Carlos Alberto, e dado o lançamento do concurso para a execução da empreitada da parcela 14, bem como a perspetiva de celebração de acordo com o antigo proprietário da parcela 6 até final do presente ano, espera-se que em 2021 estejam em curso as respetivas empreitadas.

De relevar que, para a composição do ativo da Sociedade, contribui ainda o valor do IVA a suportar com as empreitadas, tendo em consideração o regime de afetação real aplicável à Sociedade, no total estimado de 71.325€ (incluído na rubrica de despesas referente a Impostos e Taxas), de acordo com o detalhado seguidamente, alcançando aquele o total de 3.458.041€.

**Tabela 9: Contribuição para a Constituição do Ativo da Sociedade**

Despesas	PRD - Morro Sé	Quarteirão Carlos Alberto		CH Porto / Santa Clara	Campanhã-Estação / Corujeira
	Operação D	Parcela 6	Parcela 14		
Investimento <sup>1</sup>	884 772	209 499	204 957	987 488	1 100 000
IVA <sup>2</sup>	50 400	10 725	10 200	-	-
<b>Total</b>	<b>935 172</b>	<b>220 224</b>	<b>215 157</b>	<b>987 488</b>	<b>1 100 000</b>

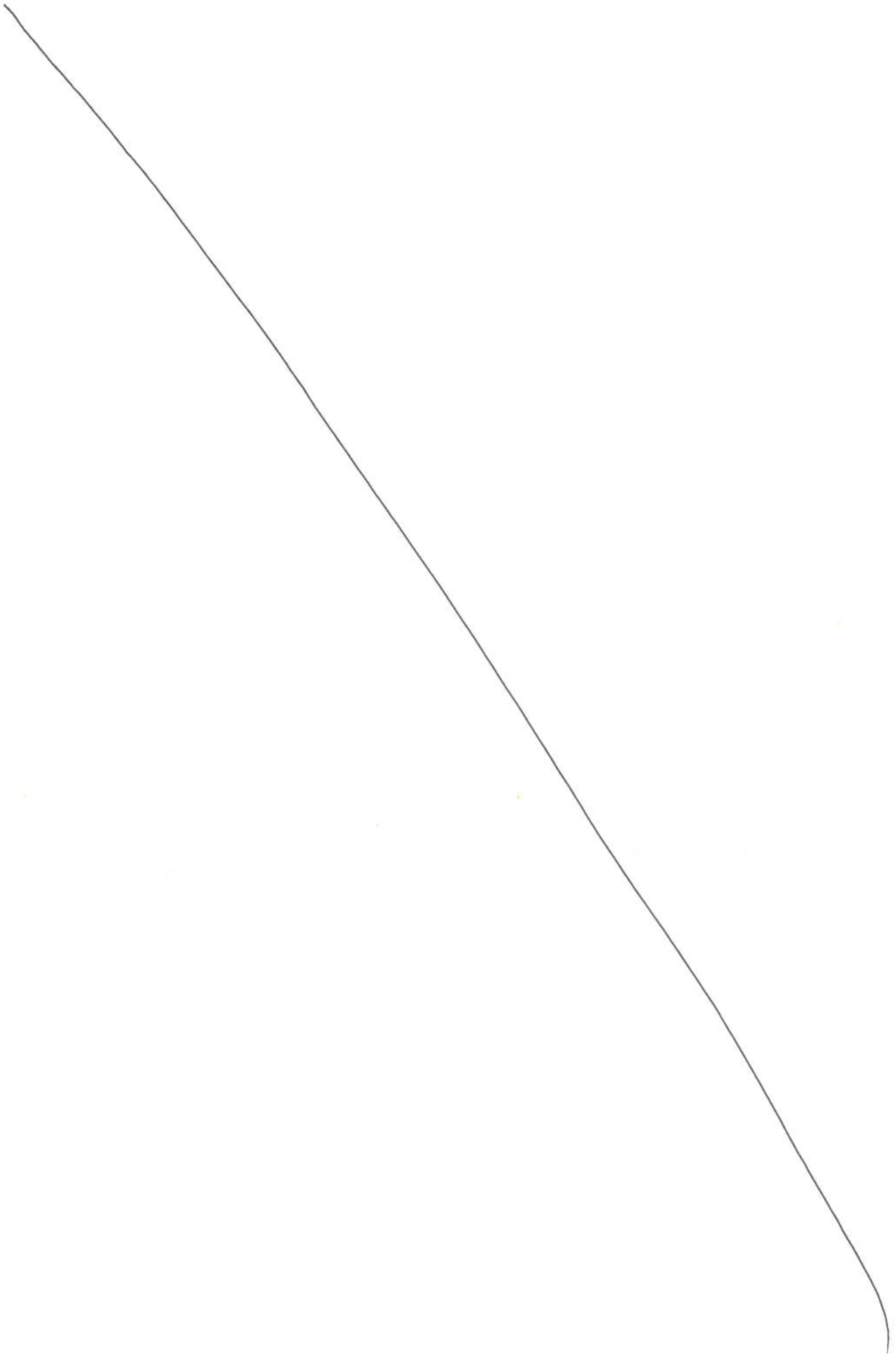
<sup>1</sup> Pagamento ao fornecedor

<sup>2</sup> Pagamento ao Estado, aquando do apuramento do IVA mensal

### 2.2.9. Outros Investimentos

Prevê-se que serão suportados encargos com a aquisição de software no valor estimado de 15.000€, nomeadamente, com um sistema de gestão de contratos de arrendamento, tendo em consideração a expectativa de gestão de 750 imóveis no âmbito do projeto Porto com Sentido.

*Handwritten signature and checkmark.*

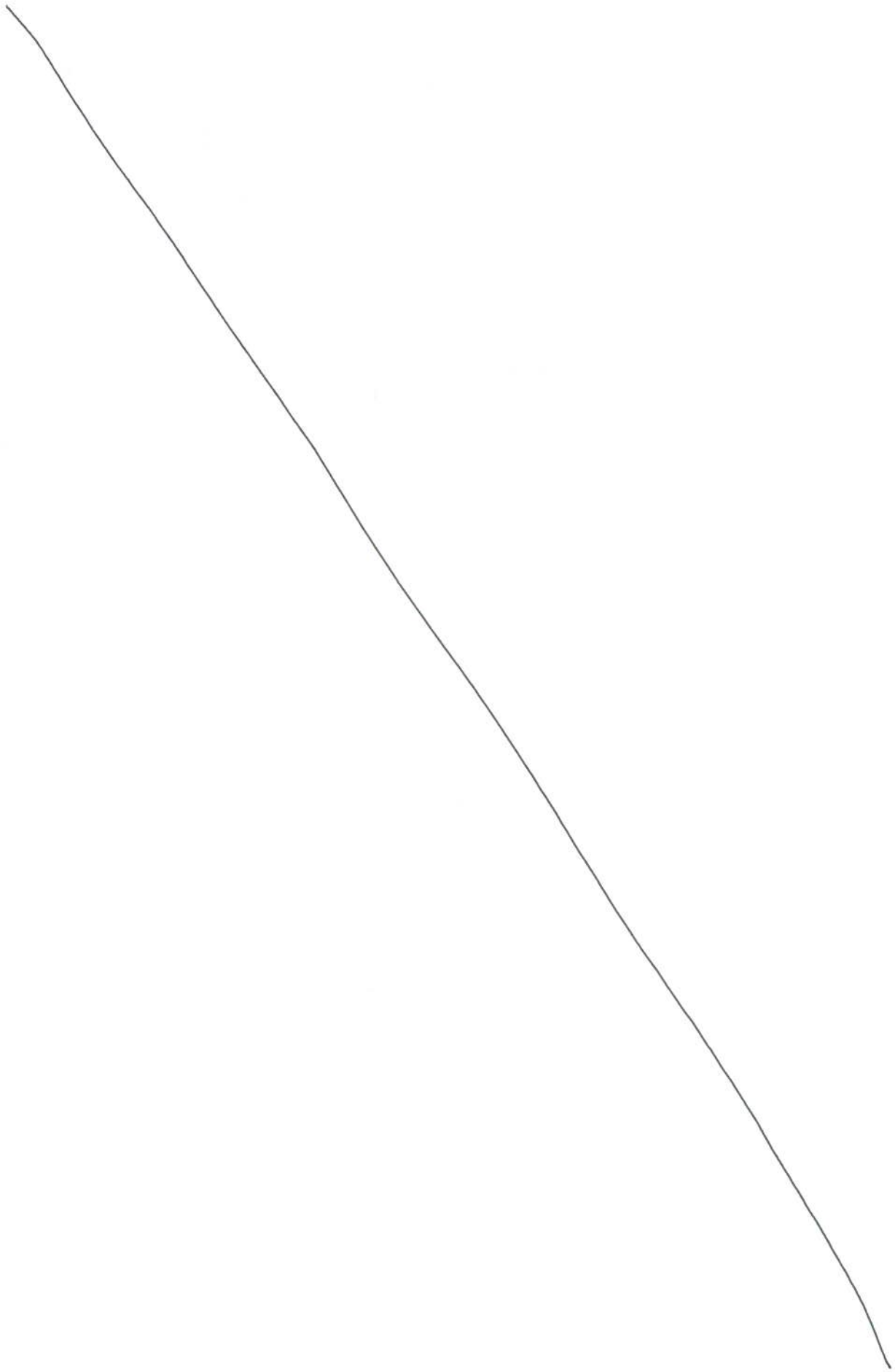


4.



## IV. Plano Plurianual 2021-2025





Handwritten initials or signature in the bottom right corner.

## 1. Orçamento Plurianual 2021 – 2025

O presente capítulo pretende expor a perspetiva para o período de 2021 – 2025 [34], quer ao nível do saldo orçamental, quer ao que respeita à situação patrimonial e aos resultados a apurar. Dado o horizonte temporal em causa, importa realçar a limitação das previsões agora apresentadas, no que respeita, principalmente, ao investimento a realizar, porquanto apenas estão traduzidos, financeiramente, os objetivos para o atual património da Sociedade, não estando, assim, incluídos, os planos de ação para os prédios a expropriar pertencentes ao Centro Histórico do Porto ou às ORU's da Corujeira e Campanhã – Estação, por, na presente data, estes ainda não estarem definidos.

### 1.1. Demonstrações Orçamentais Previsionais

#### 1.1.1. Receitas

A previsão das receitas apresentadas na Tabela 10 tem por base os seguintes pressupostos:

- A receita no valor de 1M€ a receber do IHRU, entre 2019 e 2023, no âmbito do Memorando de Entendimento celebrado entre este e o Município do Porto;
- A receita no valor de 1M€ a receber do Município do Porto, entre 2020 e 2024, no âmbito do Memorando de Entendimento celebrado entre este e o IHRU e preconizado no Contrato-Programa celebrado a 6 de janeiro de 2020, com manutenção do respetivo subsídio em 2025, tendo em consideração a estimativa de défice de exploração para esse ano;
- O valor de 845.686€ inerente ao contrato-programa celebrado e a aditar com o Município do Porto, no âmbito da Gestão das ORU's da Corujeira e Campanhã – Estação e do projeto Porto com Sentido, a receber entre 2021 e 2025;
- A utilização do coeficiente de atualização de rendas de 1,005 para o período de 2022 a 2025;
- A consideração como receita (e também como despesa), dos valores estimados a movimentar com o Município do Porto, no âmbito da gestão de rendas com o projeto Porto com Sentido.

34. Tendo em consideração a adoção do SNC-AP pela Porto Vivo, SRU, o horizonte temporal apresentado neste documento é o que consta neste normativo legal.

*Handwritten signature and initials*

Tabela 10: Demonstração Orçamental Previsional – Receitas

Rubrica	Designação	Orçamento 2021			Plano Orçamental Plurianual			
		2020	2021	Soma	2022	2023	2024	2025
	Receita corrente		9 001 498,00	9 001 498,00	7 050 548,86	7 683 570,11	6 825 030,21	6 849 745,46
R1	Receita fiscal							
R1.1	Impostos diretos							
R1.2	Impostos indiretos							
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde							
R3	Taxas, multas e outras penalidades							
R4	Rendimentos de propriedade		3 783 805,00	3 783 805,00	3 13 869,23	380 996,71	500 242,90	502 744,12
R5	Transferências Correntes		2 851 013,00	2 851 013,00	2 851 039,64	2 851 066,40	1 851 093,31	1 851 120,34
R5.1	Administrações Públicas							
R5.1.1	Administração Central - Estado							
R5.1.2	Administração Central - Outras entidades		1 005 327,00	1 005 327,00	1 005 353,64	1 005 380,40	5 407,31	5 434,34
R5.1.3	Segurança Social							
R5.1.4	Administração Regional							
R5.1.5	Administração Local		1 845 686,00	1 845 686,00	1 845 686,00	1 845 686,00	1 845 686,00	1 845 686,00
R5.2	Exterior - UE							
R5.3	Outras							
R6	Venda de bens e serviços		378 653,00	378 653,00	3 450,00	3 450,00	3 450,00	3 450,00
R7	Outras receitas correntes		1 988 027,00	1 988 027,00	3 882 190,00	4 448 057,00	4 470 244,00	4 492 431,00
	Receita capital				0,00	0,00	0,00	0,00
R8	Venda de bens de investimento							
R9	Transferências de Capital							
R9.1	Administrações Públicas							
R9.1.1	Administração Central - Estado							
R9.1.2	Administração Central - Outras entidades							
R9.1.3	Segurança Social							
R9.1.4	Administração Regional							
R9.1.5	Administração Local							
R9.2	Exterior - UE							
R9.3	Outras							
R10	Outras receitas de capital							
R11	Reposição não abetidas aos pagamentos							
	Receita efetiva [1]		9 001 498,00	9 001 498,00	7 050 548,86	7 683 570,11	6 825 030,21	6 849 745,46
	Receita não efetiva [2]		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R12	Receita com ativos financeiros							
R13	Receita com passivos financeiros							
	Soma [3]= [1]+[2]		9 001 498,00	9 001 498,00	7 050 548,86	7 683 570,11	6 825 030,21	6 849 745,46

### 1.1.2. Despesas

Para previsão das despesas apresentadas na Tabela 11, contribuirão, principalmente, os seguintes pressupostos:

- A atualização da massa salarial entre 2022 e 2025 em 1,005;
- A aplicação desse índice, ao longo de todo o período, ao nível das aquisições de bens e serviços face ao previsto para 2021, com exceção das despesas suportadas com a execução do projeto AIIA;
- A não consideração de encargos com Segurança Social associada à contratação de trabalhadores independentes;
- A consideração de uma taxa Euribor a 3 meses de -0,270%, correspondente à média da taxa aplicada ao desembolso IHRU/BEI desde 2016;
- A amortização extraordinária do Desembolso IHRU/BEI em 2021 no valor de 1,1M€, tendo em consideração a recuperação do investimento a verificar previsivelmente com a celebração dos contratos de reabilitação urbana associados à criação de uma Residência de Estudantes e de uma Unidade de Alojamento Turístico no Morro da Sé;
- A amortização anual de 540.000€, após 2022, daquele Desembolso;
- O não recurso ao financiamento bancário.



Tabela 11: Demonstração Orçamental Previsional - Despesas

Rubrica	Designação	Orçamento 2021			Plano Orçamental Plurianual			
		2020	2021	Soma	2022	2023	2024	2025
	<b>Despesa corrente</b>	0	4 503 464	4 503 464	6 064 967	6 574 805	6 623 012	6 576 036
D1	Despesas com o pessoal		1 232 673	1 232 673	1 130 550	1 136 202	1 141 883	1 147 593
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes		995 439	995 439	892 129	896 590	901 073	905 578
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais		2 989	2 989	3 004	3 019	3 034	3 049
D1.3	Segurança social		234 245	234 245	235 416	236 593	237 776	238 965
D2	Aquisição de bens e serviços		1 126 418	1 126 418	895 440	900 922	905 427	909 954
D3	Juros e outros encargos		56 284	56 284	51 143	48 619	46 205	43 571
D4	Transferências correntes		18 054	18 054	18 144	18 235	18 326	18 418
D4.1	Administrações Públicas							
D4.1.1	Administração Central - Estado							
D4.1.2	Administração Central - Outras entidades							
D4.1.3	Segurança Social							
D4.1.4	Administração Regional							
D4.1.5	Administração Local							
D4.2	Instituições sem fins lucrativos							
D4.3	Famílias		18 054	18 054	18 144	18 235	18 326	18 418
D4.4	Outras							
D5	Subsídios							
D6	Outras despesas correntes		2 070 035	2 070 035	3 968 690	4 470 827	4 511 171	4 456 501
	<b>Despesa capital</b>	0	3 401 716	3 401 716	1 922 282	0	0	0
D7	Investimento		3 401 716	3 401 716	1 922 282			
D8	Transferências de capital	0	0	0	0	0	0	0
D8.1	Administrações Públicas	0	0	0	0	0	0	0
D8.1.1	Administração Central - Estado							
D8.1.2	Administração Central - Outras entidades							
D8.1.3	Segurança Social							
D8.1.4	Administração Regional							
D8.1.5	Administração Local							
D8.2	Instituições sem fins lucrativos							
D8.3	Famílias							
D8.4	Outras							
D9	Outras despesas de capital							
	<b>Despesa efetiva [4]</b>	0	7 905 180	7 905 180	7 987 249	6 574 805	6 623 012	6 576 036
	<b>Despesa não efetiva [5]</b>	0	1 090 000	1 090 000	540 000	540 000	540 000	540 000
D10	Despesa com ativos financeiros							
D11	Despesa com passivos financeiros		1 090 000	1 090 000	540 000	540 000	540 000	540 000
	<b>Despesa total [6]= [4] + [5]</b>	0	8 995 180	8 995 180	8 527 249	7 114 805	7 163 012	7 116 036
	<b>Saldo total [3] - [6]</b>	0	6 318	6 318	-1 476 700	568 765	-337 982	-266 291
	<b>Saldo global [1] - [4]</b>	0	1 096 318	1 096 318	-936 700	1 108 765	202 018	273 709
	Despesa primária	0	7 848 896	7 848 896	7 936 106	6 526 186	6 576 807	6 532 465
	Saldo corrente	0	4 498 034	4 498 034	985 582	1 108 765	202 018	273 709
	Saldo de capital	0	-3 401 716	-3 401 716	-1 922 282	-	-	-
	Saldo primário	0	-1 152 602	-1 152 602	885 557	-1 157 384	-248 223	-317 280

*Handwritten signature and initials*

## 1.2. Plano Plurianual de Investimento

No plano plurianual de investimento estão refletidos os processos de reabilitação que, não obstante, na presente data, contribuirão para valor registrado no Ativo Corrente da Sociedade, contribuirão para a valorização do Ativo Não Corrente assim que os respectivos prédios forem totalmente reabilitados e entrarem no mercado de arrendamento. Deste modo, e conforme se pode verificar, é considerado o investimento realizado e a realizar com vista à reabilitação dos projetos evidenciados seguidamente, não estando incluído o investimento associado a expropriações/exercícios de direitos de preferência e/ou venda forçada a realizar, previsivelmente em 2021 e seguintes, porquanto ainda não estão definidos os respectivos planos de ação para tais prédios, por exemplo, se serão alvo de reabilitação direta por parte da Sociedade ou se farão parte de alguma parceria em que a reabilitação ficará a cargo de um Privado, recebendo como a Sociedade, como contrapartida, frações reabilitadas.

### Reabilitação do Morro da Sé:

- O Programa de Realojamento Definitivo - Operação D: estando asseguradas as receitas que permitam a concretização desta operação, quer através da obtenção de receitas próprias, quer através da possível utilização do Desembolso IHRU/BEI, é acrescido ao valor das aquisições efetuadas, o valor previsto para a execução da empreitada de reabilitação e demais custos associados, prevendo-se a respetiva conclusão no ano de 2022 e a entrada no processo de arrendamento em 2023.

### Reabilitação do Quarteirão Carlos Alberto:

- Parcela 6: perspetivando-se que no ano de 2020 seja alcançado um acordo com o antigo proprietário desta parcela, prevê-se que no exercício de 2021 seja iniciada a respetiva empreitada de reabilitação, estando esta parcela disponível para entrar no processo de arrendamento no ano de 2023;
- Parcela 14: tendo já sido lançado o concurso para a realização da respetiva empreitada, no ano de 2021 a Sociedade prevê concluir a mesma, esperando-se que em 2022 sejam obtidos rendimentos associados a rendas.





## 1.3. Demonstrações Financeiras Previsionais

### 1.3.1. Balanço

Para a elaboração do Balanço previsional para o período de 2021 – 2025 foram assumidos, principalmente, os seguintes pressupostos:

- A passagem para propriedades de investimentos dos prédios que entrarão em mercado de arrendamento (evidenciados anteriormente), com depreciação anual a uma taxa de 2% sobre o valor do edifício (vida útil de 50 anos), correspondente este a 75% do valor de aquisição e reabilitação;
- A passagem para propriedades de investimento dos prédios que constituirão a Unidade de Alojamento Turístico (35) e a Residência de Estudantes, sem depreciação, tendo em consideração que está em causa a cedência de direito de superfície;
- A constituição de 5% de reserva sobre o valor do resultado líquido positivo obtido no ano anterior;
- A amortização do Desembolso IHRU/BEI no valor anual de 1,09M€ em 2021 e de 0,54M€ a partir do ano de 2022, de acordo com o contratualizado;
- O registo em Rendimentos Diferidos do valor pago pelos Parceiros Privados a resultar dos Contratos de Reabilitação Urbana a celebrar para a criação da Unidade de Alojamento Turístico e da Residência de Estudantes no Morro da Sé, deduzido de 1/40 anualmente, correspondente esta dedução a 87.500€;

35. Sem integração do valor dos prédios referentes à Parcela 26 e 27 do Quarteirão dos Pelames, na medida em que se encontra em curso o processo judicial de reversão da respetiva expropriação.

Tabela 13: Balanço Previsional 2020 – 2025

Rubricas	Datas				
	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2025
<b>Ativo</b>					
<b>Ativo não Corrente</b>					
Ativos fixos tangíveis	25 064	12 532	-	-	-
Propriedades de investimento	8 631 314	8 980 611	12 263 221	12 072 057	11 880 893
Ativos intangíveis	55 077	27 539	-	-	-
Outros ativos financeiros	1 632	2 530	3 432	4 338	5 249
Outras contas a receber	147 100	-	-	-	-
	<b>8 860 187</b>	<b>9 023 212</b>	<b>12 266 653</b>	<b>12 076 395</b>	<b>11 886 142</b>
<b>Ativo Corrente</b>					
Inventários	5 115 685	6 749 452	3 310 738	3 310 738	3 310 738
Estado e Outros Entes Públicos	30 173	32 339	39 016	51 755	52 013
Acionistas/sócios/associados	164 542	164 542	164 542	164 542	164 542
Outras contas a receber	2 700	2 700	2 700	2 700	2 700
Diferimentos	35 696	54 013	56 476	58 361	60 244
Caixa e depósitos bancários	4 801 265	3 324 565	3 893 330	3 555 348	3 289 057
	<b>10 150 061</b>	<b>10 327 611</b>	<b>7 466 802</b>	<b>7 143 444</b>	<b>6 879 294</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>19 010 248</b>	<b>19 350 823</b>	<b>19 733 455</b>	<b>19 219 839</b>	<b>18 765 436</b>
<b>Patrimônio Líquido e Passivo</b>					
<b>Patrimônio Líquido</b>					
Patrimônio/Capital	6 000 000	6 000 000	6 000 000	6 000 000	6 000 000
Reservas	64 816	114 531	162 864	212 619	221 525
Resultados Transitados	-1 468 872	-524 292	394 024	1 339 381	1 508 590
Resultado Líquido do Período	994 294	966 648	995 111	178 114	173 364
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>5 590 238</b>	<b>6 556 887</b>	<b>7 551 999</b>	<b>7 730 114</b>	<b>7 903 479</b>
<b>Passivo</b>					
<b>Passivo não Corrente</b>					
Financiamentos obtidos	9 710 000	9 170 000	8 630 000	8 090 000	7 550 000
	<b>9 710 000</b>	<b>9 170 000</b>	<b>8 630 000</b>	<b>8 090 000</b>	<b>7 550 000</b>
<b>Passivo Corrente</b>					
Estado e outros entes públicos	80 563	78 386	80 627	16 290	15 916
Outras Contas a Pagar	193 297	193 743	193 647	193 554	193 461
Diferimentos	3 436 150	3 351 806	3 277 180	3 189 878	3 102 577
	<b>3 710 010</b>	<b>3 623 936</b>	<b>3 551 456</b>	<b>3 399 725</b>	<b>3 311 957</b>
<b>Total do Passivo</b>	<b>13 420 010</b>	<b>12 793 936</b>	<b>12 181 456</b>	<b>11 489 725</b>	<b>10 861 957</b>
<b>Total do Patrimônio Líquido e do Passivo</b>	<b>19 010 248</b>	<b>19 350 823</b>	<b>19 733 455</b>	<b>19 219 839</b>	<b>18 765 436</b>

### 1.3.2. Demonstração de Resultados

Para a elaboração da Demonstração de Resultados previsional para o período de 2021 – 2025 foram assumidos, principalmente, e além dos critérios evidenciados nos pontos das receitas e despesas plurianuais, os seguintes pressupostos:

- Contabilização anual do rendimento de 87.500€ referente a 1/40 do valor pago pelos Parceiros Privados pela cedência direito de superfície de parcelas que constituirão a Residência de Estudantes e a Unidade de Alojamento Turístico no Morro da Sé;

- A contabilização como rendimento de 2021 do valor de 143.500€, correspondente à contrapartida paga em 2019 por prorrogação do prazo para execução do Contrato de Reabilitação Urbana até outubro de 2021;
- O registo, no ano de 2022, do valor de 147.100€ em propriedades de investimento referente à entrega à Sociedade de duas frações habitacionais inerentes à permuta realizada em 2019 com o Parceiro Privado no âmbito da execução da Operação I do Programa de Realojamento Definitivo do Morro da Sé;
- O reconhecimento como gasto em 2021 das despesas suportadas em 2019 e 2020 com a participação da Sociedade no evento MIPIM, tendo em consideração o respetivo adiamento, no valor estimado de 142.000€;
- Cálculo do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas tendo em consideração o seguinte:
  - Tributações autónomas no valor estimado de 2.230€
  - Consideração para cálculo da matéria coletável de apenas 30% do resultado antes do imposto, tendo em consideração a dedução de prejuízos apurados em anos anteriores;
  - Aplicação de uma taxa de 21% à matéria coletável;
  - Aplicação de uma taxa de 1% ao resultado antes de imposto, associado à derrama.

Tabela 14: Demonstração de Resultados Previsional 2020– 2025

Rendimentos e Gastos	Período					
	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Impostos, Contribuições e taxas	203	2 805	2 805	2 805	2 805	2 805
Prestações de serviços e concessões	342 501	480 684	198 373	241 653	315 405	316 982
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	2 374 961	2 851 013	2 851 040	2 851 067	1 851 094	1 851 121
Variação nos inventários da produção	343 582	1 154 095	1 633 767	-3 438 715	-	-
Trabalhos para a própria entidade	680 758	2 303 947	340 105	3 438 715	-	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-350 000	-1 966 000	-1 000 000	-	-	-
Fornecimentos e serviços externos	-1 641 676	-2 789 893	-1 843 049	-873 431	-877 706	-882 002
Gastos com o pessoal	-1 067 810	-1 116 136	-1 121 809	-1 127 511	-1 133 241	-1 138 999
Outros rendimentos e ganhos	297 026	520 499	301 793	315 922	374 091	375 014
Outros gastos e perdas	-223 531	-150 233	-91 175	-92 677	-90 849	-91 080
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>	<b>834 014</b>	<b>1 290 781</b>	<b>1 271 850</b>	<b>1 317 828</b>	<b>441 599</b>	<b>433 841</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-131 167	-172 346	-178 379	-196 176	-203 696	-203 696
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	<b>702 847</b>	<b>1 118 435</b>	<b>1 093 471</b>	<b>1 121 652</b>	<b>237 903</b>	<b>230 145</b>
Juros e gastos similares suportados	-55 563	-53 578	-48 437	-45 913	-43 499	-40 865
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>647 284</b>	<b>1 064 857</b>	<b>1 045 034</b>	<b>1 075 739</b>	<b>194 404</b>	<b>189 280</b>
Imposto sobre o rendimento do período	-49 350	-80 563	-78 396	-90 628	-16 290	-15 916
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>597 934</b>	<b>984 294</b>	<b>966 648</b>	<b>985 111</b>	<b>178 114</b>	<b>173 364</b>

NA  
4



## 1.4. Compromissos Plurianuais

A Porto Vivo, SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana do Porto, E.M., S.A., (Porto Vivo, SRU) é uma empresa local de natureza municipal, integralmente detida pelo Município do Porto, que se rege pelo regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, alterada pela Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto e, mais recentemente, pela Lei n.º 69/2015, de 16 de julho.

Nos termos do disposto na alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, compete à Assembleia Municipal autorizar a assunção de compromissos plurianuais pelas entidades da administração local, categoria na qual se integram as empresas locais.

Deste modo, para suportar as despesas mencionadas no Plano de Investimento Plurianual 2021-2025, a Porto Vivo, SRU submeteu, em julho de 2020, à aprovação da Assembleia Municipal o respetivo pedido de autorização, com exceção das que respeitam à execução da reabilitação da parcela 6 do Quarteirão Carlos Alberto, na medida em que à data ainda não estava definida a respetiva calendarização.

Relativamente à despesa corrente, foi efetuado, do mesmo modo, aquele pedido, no entanto, estando prevista a necessidade de efetuar a aquisição de bens e serviços adicionais com efeitos económicos e financeiros em mais do que um ano económico, devidamente enquadrados no atual documento, estão assim já identificados os mesmos, de acordo com a tabela seguinte.

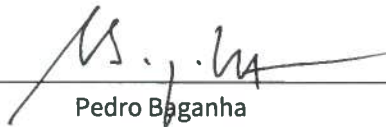
Tabela 15: Compromissos Plurianuais a Autorizar

Descrição	Previsão de Repartição do Gasto			Valor
	2020	2021	2022	
Objeto do Contrato				Total s/ IVA
<b>A. Despesas Correntes</b>				
<b>A1. Funcionamento Corrente da Sociedade</b>				
A11. Aluguer de Hardware informático	- €	732,00 €	732,00 €	1 464,00 €
A12. Fornecimento de Energia Elétrica - Zonas Comuns	- €	2 000,00 €	2 000,00 €	4 000,00 €
A13. Serviços de reformulação infraestrutura passiva/comunicações e net*	- €	11 040,00 €	- €	11 040,00 €
A14. Serviços de Higiene	- €	1 000,00 €	1 000,00 €	2 000,00 €
<b>A2. Quarteirão das Cardosas</b>				
A21. Patrocínio Judiciário		8 000,00 €	13 000,00 €	3 000,00 €
		8 000,00 €	13 000,00 €	24 000,00 €
		8 000,00 €	27 772,00 €	6 732,00 €
		8 000,00 €	27 772,00 €	42 504,00 €
<b>B. Despesas de Capital</b>				
<b>B1. Parcela 6 do Quarteirão Carlos Alberto</b>				
B11. Empreitada	- €	171 429,00 €	228 571,00 €	400 000,00 €
B12. Serviços de Coordenação e Segurança de Obra	- €	1 500,00 €	3 000,00 €	4 500,00 €
B13. Serviços de Fiscalização de Obra	- €	1 250,00 €	2 500,00 €	3 750,00 €
		0,00 €	174 179,00 €	234 071,00 €
		0,00 €	174 179,00 €	408 250,00 €
		8 000,00 €	201 951,00 €	240 803,00 €
		8 000,00 €	201 951,00 €	450 754,00 €

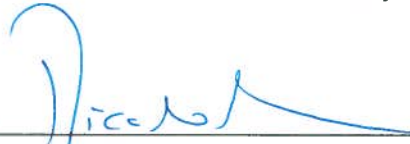
\* Tendo em consideração que o respetivo procedimento de contratação pública iniciará em 2020.

O presente documento, foi aprovado pelo Conselho de Administração em 19 de Outubro de 2020.

### O Conselho de Administração



Pedro Baganha  
Presidente do Conselho de Administração



Ricardo Valente  
Vogal do Conselho de Administração



Raquel Maia  
Vogal do Conselho de Administração



## V. Parecer do Fiscal Único





**Parecer do Fiscal Único**  
**relativo aos Instrumentos de Gestão Previsional 2021-2025 da**  
**Porto Vivo, SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana do Porto, E.M., S.A.**

**Introdução**

Nos termos do disposto na alínea j) do nº 6 do artigo 25º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, e na alínea j) do artigo 20º dos Estatutos da Porto Vivo, SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana do Porto, E.M., S.A (adiante designada por Porto Vivo SRU), procedemos, na qualidade de Fiscal Único desta Sociedade, à apreciação dos Instrumentos de Gestão Previsional 2021-2025, que compreendem o Plano de Atividades, as Demonstrações Orçamentais Previsionais, o Plano Plurianual de Investimentos e as Demonstrações Financeiras Previsionais.

**Responsabilidades**

É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação e apresentação de Instrumentos de Gestão Previsional e a divulgação dos pressupostos em que as previsões neles incluídas se baseiam. Estes Instrumentos de Gestão Previsional são preparados nos termos exigidos pelo artigo 42º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto.

A nossa responsabilidade consiste em (i) avaliar a razoabilidade dos pressupostos utilizados na preparação dos Instrumentos de Gestão Previsional; (ii) verificar se os Instrumentos de Gestão Previsional foram preparados de acordo com os pressupostos; e (iii) concluir sobre se a apresentação dos Instrumentos de Gestão Previsional é adequada, e emitir o respetivo parecer.

**Âmbito**

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade 3400 (ISAE 3400) – Exame de Informação Financeira Prospetiva e nas demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e consistiu:

- a) principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever:
  - a fiabilidade das asserções constantes da informação previsional;
  - a adequação das políticas contabilísticas adotadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação;
  - a adequação da apresentação da informação previsional.
  
- b) na verificação das previsões constantes dos documentos em análise, com o objetivo de obter uma segurança moderada sobre os seus pressupostos, critérios e coerência.



Entendemos que o trabalho efetuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente parecer sobre os instrumentos de gestão previsional.

## Parecer

Baseado na nossa avaliação da prova que suporta os pressupostos, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que esses pressupostos não proporcionam uma base aceitável para as previsões contidas nos Instrumentos de Gestão Previsional da Entidade acima indicados. Além disso, em nossa opinião, as demonstrações financeiras prospetivas estão devidamente preparadas com base nos pressupostos e apresentadas numa base consistente com as políticas contabilísticas normalmente adotadas pela Entidade, de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas adotado em Portugal.

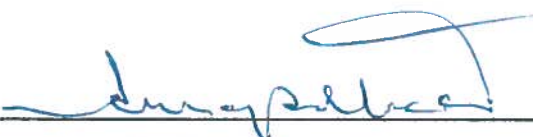
Devemos contudo advertir que, frequentemente, os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais serão provavelmente diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

## Ênfases

Sem afetar o parecer expresso no capítulo anterior, chamamos a atenção para os seguintes factos:

1. O modelo de projeções financeiras que suporta os Instrumentos de Gestão Previsional em apreciação tem por base previsões para o período findo em 31 de dezembro de 2020, cuja execução poderá ter impacto ao nível da receita e despesa estimada, da situação patrimonial e dos resultados das operações projetados para 2021.
2. O plano plurianual prevê a concretização, em 2021, da cedência de direitos de superfície por um período de 40 anos, no âmbito de dois concursos públicos de reabilitação urbana do Morro da Sé, um a decorrer e outro a lançar em 2021, gerando uma receita prevista estimada em 3.500 m€, decorrente da contrapartida dos parceiros privados. A não concretização desta estimada ou o atraso no seu recebimento face ao previsto, poderão assumir um impacto relevante no plano apresentado.

Porto, 21 de outubro de 2020



António Magalhães & Carlos Santos - SROC  
representada por António Monteiro de Magalhães - ROC n.º 179





# Anexos



**Anexo 1**  
Distribuição das Receitas e Despesas do  
Orçamento de 2021  
por Rubrica Económica





## Orçamento - Receita

Exercício: 2021

Lançamento: 000 - Actual

Valores em EUR

Orgânica	Fonte Fin.	Económica	Descrição	Valor	Total
Receitas Correntes					
01	319	06	Transferências correntes		1,000,000.00
01	319	0603	Administrações central		1,000,000.00
01	319	060301	Estado		1,000,000.00
01	319	06030101	Estados - Outras Entidades	1,000,000.00	1,000,000.00
<b>Total das Receitas Correntes</b>					<b>1,000,000.00</b>
<b>Total Fonte Fin. 319</b>					<b>1,000,000.00</b>
Receitas Correntes					
01	442	06	Transferências correntes		5,327.00
01	442	0603	Administrações central		5,327.00
01	442	060301	Estado		5,327.00
01	442	06030101	Estados - Outras Entidades	5,327.00	5,327.00
<b>Total das Receitas Correntes</b>					<b>5,327.00</b>
<b>Total Fonte Fin. 442</b>					<b>5,327.00</b>
Receitas Correntes					
01	513	05	Rendimentos da propriedade		3,783,805.00
01	513	0510	Rendas		3,783,805.00
01	513	051003	Habitacões		176,047.00
01	513	0510030100	Rendas Frações Habitacionais PI	176,047.00	176,047.00
01	513	051004	Edifícios		107,758.00
01	513	0510040100	Rendas Frações Comerciais PI	107,758.00	107,758.00
01	513	051099	Outros	3,500,000.00	3,500,000.00
01	513	07	Venda de bens e serviços correntes		380,704.00
01	513	0702	Serviços		378,653.00
01	513	070299	Outros		378,653.00
01	513	070299A0	Licenciamentos e outros		378,653.00
01	513	070299A002	Certidões e Vistorias	3,450.00	3,450.00
01	513	070299A004	Serviços de consultoria e assessoria	374,703.00	374,703.00
01	513	070299A005	Outros serviços prestados	500.00	500.00
01	513	0703	Rendas		2,051.00
01	513	070399	Outras		2,051.00
01	513	07039901	Outras rendas - realojamentos temporários e sub-a...	2,051.00	2,051.00
01	513	08	Outras receitas correntes		1,945,976.00
01	513	0801	Outras receitas correntes		1,945,976.00
01	513	080199	Outras		1,945,976.00
01	513	080199A0	Protocolos e Outros		1,945,976.00
01	513	080199A001	Protocolos	73,062.00	73,062.00
01	513	080199A002	Reembolso de Indemnizações	79,790.00	79,790.00
01	513	080199A003	Outras Receitas Correntes	1,793,124.00	1,793,124.00
<b>Total das Receitas Correntes</b>					<b>6,110,485.00</b>
Receitas de Capital					
01	513	15	Reposições não abatidas nos pagamentos		40,000.00
01	513	1501	Reposições não abatidas nos pagamentos		40,000.00
01	513	150101	Reposições não abatidas nos pagamentos	40,000.00	40,000.00
<b>Total das Receitas de Capital</b>					<b>40,000.00</b>
<b>Total Fonte Fin. 513</b>					<b>6,150,485.00</b>
Receitas Correntes					
01	540	06	Transferências correntes		1,845,686.00
01	540	0605	Administração local		1,845,686.00
01	540	060501	Continente		1,845,686.00

## Orçamento - Receita

Exercício: 2021

Lançamento: 000 - Actual

Valores em EUR

Orgânica	Fonte Fin.	Económica	Descrição	Valor	Total
Receitas Correntes					
01	540	06050101	Transferência Município do Porto	1,845,686.00	1,845,686.00
<b>Total das Receitas Correntes</b>					<b>1,845,686.00</b>
<b>Total Fonte Fin. 540</b>					<b>1,845,686.00</b>
<b>Total Orgânica 01</b>					<b>9,001,498.00</b>
<b>Total Orçamento</b>					<b>9,001,498.00</b>

O Responsável

Em \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

O Conselho de Administração

Em \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_



## Orçamento - Despesa

Exercício: 2021

Lançamento: 000 - Actual

Valores em EUR

Orgânica	Fonte Fin.	Económica	Descrição	Valor	Total
Despesas Correntes					
01	319	03	Juros e outros encargos		48,578.00
01	319	0301	Juros da dívida pública		48,578.00
01	319	030108	Administração pública local - Continente	48,578.00	48,578.00
<b>Total das Despesas Correntes</b>					<b>48,578.00</b>
Despesas de Capital					
01	319	07	Aquisição de bens de capital		411,422.00
01	319	0701	Investimentos		411,422.00
01	319	070102	Habitacões		411,422.00
01	319	070102A0A0	Aquisições	104,246.00	104,246.00
01	319	070102A0B0	Reabilitação	307,176.00	307,176.00
01	319	10	Passivos financeiros		540,000.00
01	319	1006	Empréstimos a médio e longo prazos		540,000.00
01	319	100603	Sociedades financeiras - Bancos e outras Instituições...	540,000.00	540,000.00
<b>Total das Despesas de Capital</b>					<b>951,422.00</b>
<b>Total Fonte Fin. 319</b>					<b>1,000,000.00</b>
Despesas Correntes					
01	442	02	Aquisição de bens e serviços		18.00
01	442	0202	Aquisição de serviços		18.00
01	442	020212	Seguros		18.00
01	442	020212B000	Outras	18.00	18.00
01	442	04	Transferências correntes		5,309.00
01	442	0408	Famílias		5,309.00
01	442	040802	Outras		5,309.00
01	442	040802A0	Estágio profissional na AP		5,309.00
01	442	040802A000	Estágios Profissionais	5,309.00	5,309.00
<b>Total das Despesas Correntes</b>					<b>5,327.00</b>
<b>Total Fonte Fin. 442</b>					<b>5,327.00</b>
Despesas Correntes					
01	513	01	Despesas com o pessoal		367,346.00
01	513	0101	Remunerações certas e permanentes		309,211.00
01	513	010102	Órgãos sociais	28,430.00	28,430.00
01	513	010103	Pessoal dos quadros-Regime de função pública	50,588.00	50,588.00
01	513	010104	Pessoal dos quadros-Reg de contrato individual trab...	79,129.00	79,129.00
01	513	010106	Pessoal contratado a termo	8,212.00	8,212.00
01	513	010107	Pessoal em regime de tarefa ou avença	107,748.00	107,748.00
01	513	010111	Representação	3,914.00	3,914.00
01	513	010113	Subsídio de refeição	6,540.00	6,540.00
01	513	010114	Subsídio de férias e de Natal		24,650.00
01	513	010114SF	Subsídio de férias	12,325.00	12,325.00
01	513	010114SN	Subsídio de Natal	12,325.00	12,325.00
01	513	0102	Abonos variáveis ou eventuais		2,221.00
01	513	010202	Horas extraordinárias	100.00	100.00
01	513	010204	Ajudas de custo	1,853.00	1,853.00
01	513	010205	Abono p <sup>a</sup> falhas	268.00	268.00
01	513	0103	Segurança social		55,914.00
01	513	010301	Encargos com a saúde		11,939.00
01	513	010301A0	Contribuições da Ent. Patronal ADSE	10,000.00	10,000.00
01	513	010301A1	Encargos com a saúde - SNS	1,939.00	1,939.00
01	513	010305	Contribuições p <sup>a</sup> a segurança social		39,743.00
01	513	010305A0.A0	Caixa Geral de Aposentações	14,457.00	14,457.00
01	513	010305A0.B0	Segurança Social	25,191.00	25,191.00
01	513	010305A0.C0	Fundo de Compensação do Trabalho	89.00	89.00

## Orçamento - Despesa

Exercício: 2021

Lançamento: 000 - Actual

Valores em EUR

Orgânica	Fonte Fin.	Económica	Descrição	Valor	Total
Despesas Correntes					
01	513	010305A0.D0	Fundo de Garantia Compensação do Trabalho	6.00	6.00
01	513	010309	Seguros	4,232.00	4,232.00
01	513	02	Aquisição de bens e serviços		807,829.00
01	513	0201	Aquisição de bens		30,549.00
01	513	020102	Combustíveis e lubrificantes	4,541.00	4,541.00
01	513	020104	Limpeza e higiene	1,538.00	1,538.00
01	513	020105	Alimentação-Refeições confeccionadas	100.00	100.00
01	513	020108	Material de escritório		6,170.00
01	513	020108A000	Papel	615.00	615.00
01	513	020108B000	Consumíveis de Impressão	606.00	606.00
01	513	020108C000	Outro Material de Escritório	4,949.00	4,949.00
01	513	020109	Produtos químicos e farmacêuticos		193.00
01	513	020109B0.00	Vacinas	130.00	130.00
01	513	020109C0.00	Outros	63.00	63.00
01	513	020115	Prémios, condecorações e ofertas	100.00	100.00
01	513	020117	Ferramentas e utensílios	150.00	150.00
01	513	020118	Livros e documentação técnica	806.00	806.00
01	513	020121	Outros bens	16,951.00	16,951.00
01	513	0202	Aquisição de serviços		777,280.00
01	513	020201	Encargos das instalações		21,329.00
01	513	020201A000	Encargos das Instalações	21,329.00	21,329.00
01	513	020202	Limpeza e higiene	21,335.00	21,335.00
01	513	020203	Conservação de bens	21,767.00	21,767.00
01	513	020204	Locação de edifícios		23,645.00
01	513	020204C000	Outros	23,645.00	23,645.00
01	513	020205	Locação de material de informática		23,107.00
01	513	020205A0	Locação de Hardware informático	23,107.00	23,107.00
01	513	020209	Comunicações		10,034.00
01	513	020209A0	Acessos à Internet	7,710.00	7,710.00
01	513	020209C0	Comunicações Fixas de Voz	178.00	178.00
01	513	020209D0	Comunicações Móveis	446.00	446.00
01	513	020209F0	Outros Serviços de Comunicações	1,700.00	1,700.00
01	513	020210	Transportes	13,486.00	13,486.00
01	513	020211	Representação dos serviços		500.00
01	513	02021100	Representação dos serviços	500.00	500.00
01	513	020212	Seguros		24,937.00
01	513	020212A000	Estágios Profissionais na AP	63.00	63.00
01	513	020212B000	Outras	24,874.00	24,874.00
01	513	020213	Deslocações e estadas	12,352.00	12,352.00
01	513	020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria		85,930.00
01	513	020214B0	Estudos, pareceres, projetos e consultoria: Serviços ...	33,401.00	33,401.00
01	513	020214D000	Estudos, pareceres, projetos e consultoria: Outros	52,529.00	52,529.00
01	513	020215	Formação		7,200.00
01	513	020215B0	Outras	7,200.00	7,200.00
01	513	020216	Seminários, exposições e similares	168,799.00	168,799.00
01	513	020217	Publicidade		16,748.00
01	513	020217A0	Publicidade		1,200.00
01	513	020217A000	Publicidade Obrigatória	1,200.00	1,200.00
01	513	020217B0A0	Publicidade - Em território nacional	15,548.00	15,548.00
01	513	020218	Vigilância e segurança	15,460.00	15,460.00
01	513	020219	Assistência técnica		15,039.00
01	513	020219A0A0	Impressoras/Fotocopiadoras/Scanner	500.00	500.00
01	513	020219B000	Software Informático	9,687.00	9,687.00
01	513	020219C000	Assistência Técnica - Outros	4,852.00	4,852.00
01	513	020220	Outros trabalhos especializados		84,295.00
01	513	020220A0	Serviços de Natureza Informática		11,380.00
01	513	020220A0B0	Contratos de Impressão	100.00	100.00
01	513	020220A0C0	Outros Trabalhos Especializados	11,280.00	11,280.00
01	513	020220D000	Patrocínio Judiciário	42,620.00	42,620.00



## Orçamento - Despesa

Exercício: 2021  
 Lançamento: 000 - Actual

Valores em EUR

Orgânica	Fonte Fin.	Económica	Descrição	Valor	Total
Despesas Correntes					
01	513	020220E000	Outros Trabalhos Especializados	30,295.00	30,295.00
01	513	020221	Utilização de infra-estruturas de transportes		1,000.00
01	513	02022100	Utilização de infra-estruturas de transportes	1,000.00	1,000.00
01	513	020225	Outros serviços	210,317.00	210,317.00
01	513	03	Juros e outros encargos		5,402.00
01	513	0302	Outros encargos correntes da dívida pública		5,000.00
01	513	0302010000	Despesas Diversas	5,000.00	5,000.00
01	513	0306	Outros encargos financeiros		402.00
01	513	030601	Outros encargos financeiros	402.00	402.00
01	513	04	Transferências correntes		12,745.00
01	513	0406	Segurança social		1,595.00
01	513	040600	Segurança Social		1,595.00
01	513	040600A000	Segurança Social Estágios Profissionais	1,595.00	1,595.00
01	513	0408	Famílias		11,150.00
01	513	040802	Outras		11,150.00
01	513	040802A0	Estágio profissional na AP		2,350.00
01	513	040802A000	Estágios Profissionais	2,350.00	2,350.00
01	513	040802B0	Outras	8,800.00	8,800.00
01	513	06	Outras despesas correntes		2,019,635.00
01	513	0602	Diversas		2,019,635.00
01	513	060201	Impostos e taxas	93,139.00	93,139.00
01	513	060203	Outras		1,926,496.00
01	513	060203IV00	Outras - iva a Pagar	69,372.00	69,372.00
01	513	060203O000	Outros	1,857,124.00	1,857,124.00
<b>Total das Despesas Correntes</b>					<b>3,212,957.00</b>
Despesas de Capital					
01	513	07	Aquisição de bens de capital		2,381,210.00
01	513	0701	Investimentos		2,381,210.00
01	513	070102	Habitações		2,366,210.00
01	513	070102A0A0	Aquisições	1,851,754.00	1,851,754.00
01	513	070102A0B0	Reabilitação	514,456.00	514,456.00
01	513	070108	Software informático		15,000.00
01	513	070108D0	Administração Local		15,000.00
01	513	070108D0.B0	Outros - Software Informático	15,000.00	15,000.00
01	513	10	Passivos financeiros		550,000.00
01	513	1006	Empréstimos a médio e longo prazos		550,000.00
01	513	100603	Sociedades financeiras - Bancos e outras instituição...	550,000.00	550,000.00
<b>Total das Despesas de Capital</b>					<b>2,931,210.00</b>
<b>Total Fonte Fin. 513</b>					<b>6,144,167.00</b>
Despesas Correntes					
01	540	01	Despesas com o pessoal		865,327.00
01	540	0101	Remunerações certas e permanentes		686,228.00
01	540	010102	Órgãos sociais	28,409.00	28,409.00
01	540	010103	Pessoal dos quadros-Regime de função pública	133,828.00	133,828.00
01	540	010104	Pessoal dos quadros-Reg de contrato individual trab...	348,670.00	348,670.00
01	540	010106	Pessoal contratado a termo	45,576.00	45,576.00
01	540	010111	Representação	11,442.00	11,442.00
01	540	010113	Subsídio de refeição	25,553.00	25,553.00
01	540	010114	Subsídio de férias e de Natal		92,750.00
01	540	010114SF	Subsídio de férias	46,375.00	46,375.00
01	540	010114SN	Subsídio de Natal	46,375.00	46,375.00
01	540	0102	Abonos variáveis ou eventuais		768.00
01	540	010205	Abono p# falhas	768.00	768.00
01	540	0103	Segurança social		178,331.00



## Orçamento - Despesa

Exercício: 2021

Lançamento: 000 - Actual

Valores em EUR

Orgânica	Fonte Fin.	Económica	Descrição	Valor	Total
Despesas Correntes					
01	540	010301	Encargos com a saúde		7,584.00
01	540	010301A1	Encargos com a saúde - SNS	7,584.00	7,584.00
01	540	010305	Contribuições pª a segurança social		154,371.00
01	540	010305A0.A0	Caixa Geral de Aposentações	37,906.00	37,906.00
01	540	010305A0.B0	Segurança Social	115,667.00	115,667.00
01	540	010305A0.C0	Fundo de Compensação do Trabalho	737.00	737.00
01	540	010305A0.D0	Fundo de Garantia Compensação do Trabalho	61.00	61.00
01	540	010309	Seguros	16,376.00	16,376.00
01	540	02	Aquisição de bens e serviços		318,571.00
01	540	0201	Aquisição de bens		14,149.00
01	540	020102	Combustíveis e lubrificantes	2,839.00	2,839.00
01	540	020104	Limpeza e higiene	962.00	962.00
01	540	020108	Material de escritório		1,331.00
01	540	020108A000	Papel	385.00	385.00
01	540	020108B000	Consumíveis de Impressão	378.00	378.00
01	540	020108C000	Outro Material de Escritório	568.00	568.00
01	540	020109	Produtos químicos e farmacêuticos		117.00
01	540	020109B0.00	Vacinas	80.00	80.00
01	540	020109C0.00	Outros	37.00	37.00
01	540	020121	Outros bens	8,900.00	8,900.00
01	540	0202	Aquisição de serviços		304,422.00
01	540	020201	Encargos das instalações		5,120.00
01	540	020201A000	Encargos das Instalações	5,120.00	5,120.00
01	540	020202	Limpeza e higiene	11,368.00	11,368.00
01	540	020203	Conservação de bens	75,000.00	75,000.00
01	540	020204	Locação de edifícios		15,809.00
01	540	020204C000	Outros	15,809.00	15,809.00
01	540	020205	Locação de material de informática		19,767.00
01	540	020205A0	Locação de Hardware informático	19,767.00	19,767.00
01	540	020209	Comunicações		8,741.00
01	540	020209A0	Acessos à Internet	7,100.00	7,100.00
01	540	020209D0	Comunicações Móveis	411.00	411.00
01	540	020209F0	Outros Serviços de Comunicações	1,230.00	1,230.00
01	540	020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria		25,694.00
01	540	020214B0	Estudos, pareceres, projetos e consultoria: Serviços ...	694.00	694.00
01	540	020214D000	Estudos, pareceres, projetos e consultoria: Outros	25,000.00	25,000.00
01	540	020216	Seminários, exposições e similares	3,321.00	3,321.00
01	540	020217	Publicidade		2,952.00
01	540	020217B0A0	Publicidade - Em território nacional	2,952.00	2,952.00
01	540	020218	Vigilância e segurança	14,238.00	14,238.00
01	540	020219	Assistência técnica		12,000.00
01	540	020219B000	Software Informático	12,000.00	12,000.00
01	540	020220	Outros trabalhos especializados		107,254.00
01	540	020220E000	Outros Trabalhos Especializados	107,254.00	107,254.00
01	540	020225	Outros serviços	3,158.00	3,158.00
01	540	03	Juros e outros encargos		2,304.00
01	540	0306	Outros encargos financeiros		2,304.00
01	540	030601	Outros encargos financeiros	2,304.00	2,304.00
01	540	06	Outras despesas correntes		50,400.00
01	540	0602	Diversas		50,400.00
01	540	060203	Outras		50,400.00
01	540	060203IV00	Outras - Iva a Pagar	50,400.00	50,400.00
<b>Total das Despesas Correntes</b>					<b>1,236,602.00</b>
Despesas de Capital					
01	540	07	Aquisição de bens de capital		609,084.00
01	540	0701	Investimentos		609,084.00
01	540	070102	Habitções		609,084.00

## Orçamento - Despesa

Exercício: 2021

Lançamento: 000 - Actual

Valores em EUR

Orgânica	Fonte Fin.	Económica	Descrição	Valor	Total
Despesas de Capital					
01	540	070102A080	Reabilitação	609,084.00	609,084.00
<b>Total das Despesas de Capital</b>					<b>609,084.00</b>
<b>Total Fonte Fin. 540</b>					<b>1,845,686.00</b>
<b>Total Orgânica 01</b>					<b>8,995,180.00</b>
<b>Total Orçamento</b>					<b>8,995,180.00</b>

O Responsável

Em \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

O Conselho de Administração

Em \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_





Anexo 2  
Indicadores de Atividade

14



Eixo do Plano	Ação	Objetivo	Atividade	Indicador	Fatores	Base de cálculo / Métrica
	Monitorização da ORU do "Centro Histórico do Porto, Ponte Luiz I e Mosteiro da Serra do Pilar"	Elaboração do relatório de monitorização da ORU do Centro Histórico do Porto.	Recolha de indicadores que permitam a avaliação do estado da operação de reabilitação urbana, o investimento público e privado;	$I1=0,3 A+0,3 B+0,4 C$	(A) Recolha de 20 indicadores	(A) = Realizado / Programado com o limite de 1,1
			A atualização da cartografia e tabelas de monitorização		(B) Atualização de 80% da cartografia e tabelas de monitorização	(B) = Realizado / Programado com o limite de 1,25
E1	Unidade de Intervenção de Santa Clara	Iniciar o processo de reabilitação da UI de Santa Clara	Coordenar execução das várias ações propostas.	$I2 = 0,25(A+B)+0,15(C+E)+0,05(D+F+G+H)$	(A) Assegurar um grau de cumprimento das ações superior a 80%	(A) = Realizado (%) / Programado(%), com o lim 1,25
			Coordenar e promover o acompanhamento das várias entidades a atuar no local;		(B) Realizar 10 acordos de reabilitação com os proprietários.	(B) = Nº de acordos executados / 10, com o limite de 1,1
			Promover a reabilitação junto dos proprietários e da comunidade local e realizar acordos de reabilitação com os mesmos;		(C) Realização 3 protocolos.	(C) = Nº de acordos protocolados / 3, com o limite de 1,3
			Promover protocolos de reabilitação a baixo custo com diferentes entidades;		(D) Realização de uma sessão de apresentação da UI	(D) assume o valor: 1, se cumprido; 0, caso contrário.
			Apoio a moradores e proprietários e a realização de uma apresentação pública;		(E) Acompanhamento dos 5 processos de expropriação	(E) = nº de posses administrativas concretizadas / 5, com o limite de 1,2
			Execução das expropriações necessárias;		(F) Acompanhamento do projeto de especialidades para o Jardim, Viela das Indulgências e vias públicas	(F) assume o valor: 1, se cumprido; 0, caso contrário.
			Elaboração de projetos de arquitetura e urbanismo em conjunto com a CMP;		(G) Realização de 60 % do projeto de arquitetura para o emparcelamento das parcelas H08 e H09 da Av. Vimara Peres	(G) = Percentagem de projeto executada / 60%
			Elaboração de projetos de arquitetura do emparcelamento proposto para as parcelas H08 e H09 sitas na Av. Vimara Peres		(H) Realização de 4 reuniões com proprietários, moradores, entidades externas.	(H) = Nº de reuniões efetuadas / 4, com limite de 1,0
			Promover e acompanhar a criação da associação local.			

11



Eixo do Plano	Ação	Objetivo	Atividade	Indicador	Fatores	Base de cálculo / Métrica
E1	Conclusão do projeto Morro da Sé	Concluir o programa de reabilitação urbana do Morro da Sé	Início da obra da operação D.	I3=0,5A+0,3B+0,2C	(A)	(A) = Volume trabalhos realizados/trabalhos previstos realizar  Assume o valor: 1, se cumprido; 0, caso contrário.
					Execução de 50% da obra	
			Celebração do contrato de reabilitação urbana para a execução de uma residência de estudantes.		(B)	(B) assume o valor:  1, se cumprido; 0, caso contrário.
					Execução e acompanhamento do processo de reabilitação	
			Lançamento do procedimento para celebração do contrato de reabilitação urbana para a execução de um empreendimento turístico.		(C)	(C) = Início do processo seleção da entidade que executar o processo de reabilitação.  Assume o valor: 1, se cumprido; 0, caso contrário.
					Lançamento do procedimento para celebração do contrato.	

MF  
u

Eixo do Plano	Ação	Objetivo	Atividade	Indicador	Fatores	Base de cálculo / Métrica
E2	ORU de Campanhã - Estação	Desencadear os procedimentos de reabilitação do edifício degradado, envolvendo todos os agentes responsáveis pela implementação das ações preconizadas no documento regulador da ORU.	Promover a reabilitação dos edifícios que apresentam um mau estado de conservação ou ruína nas zonas da Lomba, Vera Cruz, Mira e rua de Pinto Bessa.	I4=0,25A+0,15B+0,20C+0,10(E+F+G+H)	(A) Induzir a reabilitação de 59 imóveis	(A)= (Compromissos de reabilitação + processos coercivos)/59, com o limite 1,2
			Acompanhar a execução dos projetos estruturantes e intervenções no espaço público.		(B) Relatório trimestral de monitorização	(B) assume o valor: 1, se cumprido; 0, caso contrário.
			Atualizar o diagnóstico do estado de conservação do edifício identificando os edifícios em mau estado de conservação e ruína nas zonas de Godim e Estação.		(C) Proceder ao diagnóstico de 100% da zona de Godim	(C) assume o valor: 1, se cumprido; 0, caso contrário.
					(D) Proceder ao diagnóstico de 100% da zona da Estação	(D) assume o valor:  1, se cumprido; 0, caso contrário.
			Acompanhar as dinâmicas locais no que concerne à transmissão de imóveis e ao processo de reabilitação do edifício, através da monitorização das comunicações para efeitos de exercício de preferência e dos processos de controlo prévio de operações urbanísticas.		(E) Análise estatística que permita aferir da dinâmica do mercado.	(E) assume o valor:  1, se cumprido; 0, caso contrário.
			Promover a articulação entre as soluções contidas no PDM e as ações constantes do programa estratégico.		(F) Reuniões com técnicos da DMU	(F) assume o valor: 1, se cumprido; 0, caso contrário.
			Elaborar e realizar um plano de comunicação e de divulgação pública das ações planeadas e da evolução sua execução.		(G) Realizar um plano de comunicação e 3 sessões públicas	(G) assume o valor: 1, se cumprido; 0, caso contrário.

Eixo do Plano	Ação	Objetivo	Atividade	Indicador	Fatores	Base de cálculo / Métrica
E2	ORU da Corujeira	Desencadear os procedimentos de reabilitação do edifício degradado, envolvendo todos os agentes responsáveis pela implementação das ações preconizadas no documento regulador da ORU.	Promover a reabilitação dos edifícios que apresentam um mau estado de conservação ou ruína nas ruas circundantes à Praça da Corujeira.	IS=0,3A+0,15B+0,30C+0,1D+0,10(E+F)	(A) Induzir a reabilitação de 14 imóveis	(A)=(Compromissos de reabilitação + processos coercivos)/59, com o limite 1,2
			Acompanhar a execução dos projetos estruturantes e intervenções no espaço público.		(B) Relatório trimestral de monitorização	(B) assume o valor: 1, se cumprido; 0, caso contrário.
			Atualizar o diagnóstico do estado de conservação do edifício identificando os edifícios em mau estado de conservação e ruína na restante zona da Corujeira.		(C) Proceder ao diagnóstico de 100% da zona da zona da Corujeira	(C) assume o valor: 1, se cumprido; 0, caso contrário.
			Acompanhar as dinâmicas locais no que concerne à transmissão de imóveis e ao processo de reabilitação do edifício, através da monitorização das comunicações para efeitos de exercício de preferência e dos processos de controlo prévio de operações urbanísticas.		(D) Análise estatística que permita aferir da dinâmica do mercado.	(D) assume o valor: 1, se cumprido; 0, caso contrário.
			Promover a articulação entre as soluções contidas no PDM e as ações constantes do programa estratégico.		(E) Reuniões técnicas DMU	(E) assume o valor: 1, se cumprido; 0, caso contrário.
			Elaborar e realizar um plano de comunicação e de divulgação pública das ações planeadas e da evolução sua execução.		(F) Realizar um plano de comunicação e 3 sessões públicas	(F) assume o valor: 1, se cumprido; 0, caso contrário.



Eixo do Plano	Ação	Objetivo	Atividade	Indicador	Fatores	Base de cálculo / Métrica
E3	Arrendamento Acessível	Aumentar a oferta de habitações em arrendamento acessível	Dar e manter em arrendamento as habitações de que é proprietário e as que venham a ser colocadas sob sua gestão.	16=0,7 A + 0,3 B	(A) Afetar ao arrendamento acessível 80% das habitações que vierem a ficar disponíveis.	(A)= Nº de fogos afetos ao Arrendamento acessível / total de fogos do parque habitacional * 0,8
			Reabilitar edifícios do parque habitacional municipal cuja propriedade venha a ser transferida para a Sociedade e que se destinam a este tipo de arrendamento.		(B) Iniciar o processo de reabilitação de 30% dos edifícios para posterior colocação em arrendamento acessível, desde que estes sejam colocados na esfera da PV no primeiro semestre do ano.	(B)= Nº de processos iniciados 30% do imóveis transferidos com limite de 1,1
			Promover o Programa "Porto com Sentido".	17=0,4 A + 0,6 B	(A) Proceder à abertura do concurso de 2021 para 500 fogos	(A)= Nº de contratos de subarrendamento celebra (500 * 0,7)
					(B) Promover concursos para subarrendamento	(B)= Nº de contratos de subarrendamento celebra (Nº total de habitações colocados no programa * 0
E4	Ilhas do Porto	Concretizar a candidatura através de uma metodologia que permita, em simultâneo, ensaiar modelos de cooperação institucional que visem aumentar o bem-estar das populações envolvidas e definir as orientações espaciais estratégicas e especificar os modelos de ação,	Execução do denominado "Programa Estratégico "As Ilhas do Porto": Estratégias Específicas para a Regeneração Habitacional das "Ilhas" do Porto".	18=0,7A + 0,3B	(A) Realização de uma proposta de estratégia para as ilhas como definição das orientações espaciais estratégicas e especificar os modelos de ação, em articulação com o Programa estratégico "as ilhas do Porto": estratégias específicas para a regeneração habitacional das "Ilhas" do Porto	(A) assume o valor:  1, se cumprido; 0, caso contrário.
					(B) Constituição do observatório	(B) assume o valor:  1, se cumprido; 0, caso contrário.
					(A) Execução de projeto(s) em parcerias institucionais envolvendo a participação de 10 entidades.	(A) = número de entidade participantes/10, com limite de 1,1
				19=0,4A+0,3B+0,3C	(B) Desenvolvimento de programas base para os 4 núcleos definidos	(B) = nº de projetos base, com limite de 1,1
					(C) Desenvolvimento de 2 projetos piloto	(C) = nº de projetos piloto desenvolvidos/2, com limite de 1,5

